RELATÓRIOS CGD

RELATÓRIO E CONTAS 2011

www.cgd.pt

Caixa Geral de Depositos

RELATÓRIOS CGD

RELATÓRIO E CONTAS 2011

www.cgd.pt

Caixa Geral de Depositos

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 11
1.1. NOTA INTRODUTÓRIA 12
1.2. PRINCIPAIS INDICADORES 14
1.3. SUMÁRIO EXECUTIVO 15
1.4. APRESENTAÇÃO DO GRUPO 16
1.4.1. Estrutura acionista 16
1.4.2. Marcos históricos 16
1.4.3. Dimensão e *ranking* do Grupo 18
1.4.4. Evolução do Grupo CGD 19
1.4.5. Rede de distribuição 22
1.4.6. A marca Caixa 23
1.4.7. Recursos humanos 48
1.5. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 51
1.5.1. Evolução global 51
1.5.2. Economia portuguesa 54
1.5.2.1. Evolução global 54
1.5.2.2. Agregados de depósitos e crédito 56
1.5.2.3. Taxas de juro 57
1.5.2.4. Evolução cambial 59
1.5.2.5. Mercado de capitais 59
1.6. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO 62
1.6.1. Objetivos estratégicos 62
1.6.2. Áreas de negócio 64
1.6.2.1. Banca de retalho em Portugal 64
1.6.2.2. Crédito especializado 87
1.6.2.3. Atividade internacional 88
1.6.2.4. Banca de investimento 101
1.6.2.5. Gestão de ativos 104
1.6.2.6. Atividade seguradora e da saúde 109
1.7. ANÁLISE FINANCEIRA 123
1.7.1. Atividade consolidada 123
1.7.1.1. Resultados e rendibilidade 123
1.7.1.2. Evolução do balanço 128
1.7.1.3. Gestão de capital 139
1.7.1.4. Fundo de pensões e plano médico do pessoal da CGD 140
1.7.1.5. *Rating* do Grupo 141
1.7.2. Atividade individual 143
1.7.2.1. Evolução do balanço 143
1.7.2.2. Gestão de capital 144
1.7.2.3. Resultados 144
1.7.3. Principais riscos e incertezas em 2012 145
1.8. GESTÃO DOS RISCOS 146
1.8.1. Risco de crédito 147
1.8.2. Risco de mercado 151
1.8.3. Risco de taxa de juro do balanço 152
1.8.4. Risco de liquidez 154
1.8.5. Risco operacional 156
1.8.6. Programa Basileia 158
1.9. EVENTOS SUBSEQUENTES 160
1.10. NOTAS FINAIS 160
1.11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 161
1.12. DECLARAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA 162
1.12.1. Conselho de Administração 162
1.12.2. Posição obrigacionista dos membros do Conselho de Administração 163
1.12.3. Indicação sobre acionistas da CGD 163
1.13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 164
Balanços individuais 164
Demonstrações dos resultados individuais 166

ÍNDICE

Demonstrações individuais do rendimento integral 167
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais 168
Demonstrações das alterações nos capitais próprios individuais 170
Balanços consolidados 172
Demonstrações dos resultados consolidados 174
Demonstrações consolidadas do rendimento integral 175
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados 176
Demonstrações das alterações nos capitais próprios consolidados 178

2. ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS 181
2.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS 182
1. Nota introdutória 182
2. Políticas contabilísticas 182
3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais 202
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito 203
5. Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados 203
6. Ativos financeiros disponíveis para venda 204
7. Ativos financeiros com acordo de recompra 211
8. Aplicações em instituições de crédito 212
9. Crédito a clientes 214
10. Derivados 218
11. Ativos não correntes detidos para venda 223
12. Outros ativos tangíveis 223
13. Ativos intangíveis 224
14. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos 225
15. Impostos sobre o rendimento 230
16. Outros ativos 234
17. Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito 237
18. Recursos de clientes e outros empréstimos 238
19. Responsabilidades representadas por títulos 239
20. Passivos financeiros associados a ativos transferidos 243
21. Provisões e imparidade 246
22. Outros passivos subordinados 248
23. Outros passivos 253
24. Capital 254
25. Reservas, resultados transitados e lucro do exercício 254
26. Juros e rendimentos e juros e encargos similares 256
27. Rendimentos de instrumentos de capital 257
28. Rendimentos e encargos com serviços e comissões 257
29. Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados e resultados de reavaliação cambial 258
30. Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda 259
31. Resultados de alienação de outros ativos 259
32. Outros resultados de exploração 260
33. Custos com pessoal e número médio de empregados 260
34. Pensões de reforma e outros benefícios dos empregados 261
35. Gastos gerais administrativos 267
36. Passivos contingentes e compromissos 268
37. Relato por segmentos 269
38. Entidades relacionadas 272
39. Prestação de serviço de mediação de seguros 274
40. Divulgações relativas a instrumentos financeiros 274
41. Gestão de capital 301
42. Eventos subsequentes 305
2.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 306
1. Nota introdutória 306
2. Políticas contabilísticas 306

3. Empresas do Grupo e transações ocorridas no período ... 334
4. Caixa e disponibilidades em bancos centrais ... 340
5. Disponibilidades em outras instituições de crédito ... 340
6. Aplicações em instituições de crédito ... 340
7. Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos ao justo valor através de resultados ... 342
8. Ativos financeiros disponíveis para venda ... 343
9. Ativos financeiros com acordo de recompra ... 350
10. Produtos *unit-linked* ... 350
11. Derivados ... 350
12. Investimentos a deter até à maturidade ... 356
13. Crédito a clientes ... 357
14. Ativos não correntes detidos para venda ... 362
15. Propriedades de investimento ... 362
16. Outros ativos tangíveis ... 364
17. Ativos intangíveis ... 366
18. Investimentos em associadas ... 369
19. Imposto sobre o rendimento ... 370
20. Provisões técnicas de resseguro cedido ... 374
21. Outros ativos ... 375
22. Recursos de instituições de crédito e bancos centrais ... 377
23. Recursos de clientes e outros empréstimos ... 378
24. Responsabilidades representadas por títulos ... 378
25. Provisões e passivos contingentes ... 383
26. Provisões técnicas de contratos de seguros ... 386
27. Outros passivos subordinados ... 396
28. Outros passivos ... 403
29. Capital ... 404
30. Reservas, resultados transitados e lucro do exercício ... 405
31. Interesses minoritários ... 407
32. Juros e rendimentos e juros e encargos similares ... 408
33. Rendimentos de instrumentos de capital ... 409
34. Rendimentos e encargos com serviços e comissões ... 409
35. Resultados em operações financeiras ... 410
36. Outros resultados de exploração ... 411
37. Margem técnica da atividade de seguros ... 412
38. Custos com pessoal ... 421
39. Pensões de reforma e outros benefícios de longo prazo ... 422
40. Outros gastos administrativos ... 430
41. Imparidade em ativos ... 430
42. Relato por segmentos ... 431
43. Entidades relacionadas ... 435
44. Divulgações relativas a instrumentos financeiros ... 436
45. Divulgações relativas a risco de contratos de seguro ... 466
46. Gestão de capital ... 476
47. Eventos subsequentes ... 480

2.3. RELATÓRIOS EBA ... 481
Adoção das recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Authority (EBA) relativas à transparência da informação e à valorização dos ativos ... 481
2.4. RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS ... 484
2.4.1. Relatório de auditoria – contas individuais ... 484
2.4.2. Certificação legal das contas individuais ... 486
2.4.3. Relatório de auditoria – contas consolidadas ... 488
2.4.4. Certificação legal das contas consolidadas ... 490
2.4.5. Relatório e parecer da comissão de auditoria ... 492

3. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE ... 499
Avaliação do grau de cumprimento dos princípios de bom governo a que a CGD se encontra obrigada de acordo com a resolução do conselho de ministros nº 49/2007 ... 500

ÍNDICE

3.1. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA 501
3.1.1. Informação sobre as orientações de gestão que sejam aplicáveis à CGD, nomeadamente as orientações estratégicas destinadas à globalidade do SEE, as orientações gerais destinadas ao setor financeiro e as orientações específicas destinadas individualmente à instituição, definidas pelo ministro das finanças 501
3.1.2. Missão 502
3.1.3. Principais objetivos estratégicos 502
3.1.4. Informação sobre a elaboração anual de um plano de atividades e de um relatório informando do cumprimento da missão, objetivos e políticas da empresa, integrando as políticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e a salvaguarda da competitividade, designadamente pela via da investigação, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo 503
3.2. PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO 504
3.2.1. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita 504
3.2.2. Código de conduta 505
3.2.3. Cumprimento de legislação e regulamentação 505
3.2.3.1. Aplicação de normas de natureza fiscal 505
3.2.3.2. Aplicação de normas de prevenção do branqueamento de capitais 506
3.2.3.3. Aplicação de normas de concorrência e de proteção do consumidor 506
3.2.3.4. Aplicação de normas de natureza ambiental 507
3.2.3.5. Aplicação de normas de índole laboral 508
3.2.4. Implementação de políticas efetivas de igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e de conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, bem como de valorização profissional dos trabalhadores 508
3.2.4.1. Implementação de políticas efetivas de igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres 509
3.2.4.2. Implementação de políticas efetivas de conciliação da vida pessoal, familiar e profissional 509
3.2.4.3. Implementação de políticas efetivas de valorização profissional dos trabalhadores da empresa 510
3.3. TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS 511
3.4. OUTRAS TRANSAÇÕES 512
3.4.1. Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços 512
3.4.2. Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado 512
3.4.3. Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em base individual 513
3.4.4. Evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores 513
3.5. MODELO SOCIETÁRIO 513
3.5.1. Assembleia-Geral 515
3.5.2. Conselho de Administração 515
3.5.3. Órgãos de fiscalização 518
3.5.3.1. Composição da comissão de auditoria 518
3.5.3.2. Sociedade de revisores oficiais de contas 519
3.5.4. Comissão de estratégia, governação e avaliação 519
3.5.5. Auditor externo 519
3.5.6. Secretário da sociedade 520
3.5.7. Conselhos delegados 520
3.5.8. Prevenção de conflitos de interesses 520
3.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS 521
3.6.1. Política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização 521
3.6.2. Estatuto remuneratório fixado em 2011 521
3.6.3. Remuneração e outras regalias dos membros dos órgãos sociais 522
3.6.4. Remuneração da sociedade de revisores oficiais de contas e do auditor externo 522
3.7. SISTEMA DE CONTROLO 522
3.7.1. Sistema de controlo interno 522
3.7.2. Sistema de controlo de proteção dos investimentos da empresa e dos seus ativos 525
3.7.3. Sistema de controlo de salvaguarda dos ativos de clientes à guarda da CGD 527
3.8. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE 527
3.8.1. Representante para as relações com o mercado 527
3.8.2. Divulgação de informação privilegiada 528

3.8.3. Divulgação de outras informações ao mercado 529
3.8.4. Divulgação de informação no *site* do SEE 529
3.8.5. Divulgação de informação no *site* da CGD 530
3.8.6. Elaboração de um relatório sobre o governo da sociedade 531
3.9. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL 531
3.9.1. Estratégias adotadas e políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade 531
3.9.2. Grau de cumprimento das metas fixadas 533
3.9.3. Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa 534
3.9.4. Responsabilidade social 535
3.9.5. Desenvolvimento sustentável 537
3.9.6. Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade 538
3.9.7. Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via da investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo 539
3.9.8 Planos de ação para o futuro 539
3.10. NOMEAÇÃO DE UM PROVEDOR DO CLIENTE 540
Anexo I – *curriculum vitae* dos membros dos órgãos sociais 541
Curriculum vitae dos membros da Assembleia-Geral 541
Curriculum vitae dos membros do Conselho de Administração 544
Curriculum vitae de membros do Conselho de Administração que cessaram funções durante o ano de 2011 556
Anexo II – remuneração dos membros dos órgãos sociais da CGD 560
Informação sobre a remuneração dos membros da Mesa da Assembleia-Geral da CGD referente a 2011 560
Informação sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração da CGD referente a 2011 560
Informação sobre a remuneração dos membros da Comissão de Auditoria referente a 2011 563
Informação sobre a remuneração dos membros do Conselho Fiscal referente a 2011 564

4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS 567
4.1. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS RELATIVAS AOS OBJETIVOS DE GESTÃO 568
4.2. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS RELATIVAS AOS DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO À DGTF E À IGF 568
4.2.1. Planos de atividades e orçamentos anuais 568
4.2.2. Planos de investimento 568
4.2.3. Relatórios trimestrais de execução orçamental 568
4.2.4. Cópias das atas das assembleias-gerais 568
4.3. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA, DILIGÊNCIAS E RESULTADOS OBTIDOS 569
4.4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS ÀS REMUNERAÇÕES 569
4.4.1. Órgãos sociais 569
4.4.2. Colaboradores 569
4.5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS ÀS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA 569
4.6. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE RACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICA DE APROVISIONAMENTO DE BENS E SERVIÇOS 570
4.7. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS AO PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS DEFINIDO PARA 2011 570
4.8. QUADRO-RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS 571

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL ANUAL DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA 572

ÁFRICA

ÁFRICA DO SUL
Mercantile Bank

ANGOLA
Banco Caixa Geral Totta de Angola

CABO VERDE
Banco Comercial do Atlântico
Banco Interatlântico
Garantia
A Promotora

MOÇAMBIQUE
Banco Comercial e de Investimentos
Banco Nacional de Investimento

S. TOMÉ E PRÍNCIPE
Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe

1

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Relatório do Conselho de Administração

1.1. Nota Introdutória

Em 22 de julho de 2011, iniciou-se um novo mandato do Conselho de Administração da CGD para o triénio 2011-2013, num enquadramento extremamente complexo, quer ao nível da zona Euro e do País, quer ao nível do Banco.

PLANO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

A crise da dívida soberana, que atingiu inicialmente a Grécia e a Irlanda, estendeu-se a Portugal e a Espanha no final do 1º semestre de 2010.

Neste contexto, em 17 de maio de 2011, assistiu-se à assinatura do Memorando de Entendimento entre o Estado Português e o conjunto formado pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, que definiu as condições do Programa de Assistência Económica e Financeira ao nosso País.

O referido Memorando definiu, também, como é bem conhecido, orientações específicas para o setor financeiro português e, em particular, para a CGD.

Os bancos portugueses tiveram de preparar planos de financiamento e de capital tendo em vista o cumprimento de um conjunto de objetivos, nomeadamente os estabelecidos no Plano de Assistência Financeira e comunicados pelo Banco de Portugal:

a) Solvabilidade: Core Tier I mínimo de 9% em 2011 e de 10% em 2012, considerando as regras de Basileia 2;
b) Liquidez:
   - Rácio de transformação inferior a 120% em dezembro de 2014;
   - Redução da utilização de *funding* do BCE no médio prazo;
   - *Stable funding ratio* de 100% em dezembro de 2014.

Por sua vez, a estrutura do Grupo CGD deverá ser racionalizada, de forma a aumentar a base de capital da sua atividade bancária central, conforme seja necessário. Espera-se que a Caixa aumente o seu capital até ao novo nível exigido, por via de recursos internos ao Grupo, e que melhore a governação do Grupo. Tal incluirá a venda do negócio segurador do Grupo, a definição de um programa para a alienação gradual das suas participações *non core* e, se necessário, de uma redução das atividades no estrangeiro.

PLANO DE CAPITALIZAÇÃO

A CGD apresentou, em 20 de janeiro de 2012, o Plano de Capitalização exigido pelo European Banking Authority (EBA), tendo em vista a obtenção de um rácio de Core Tier I (nos termos definidos por esta Autoridade) de 9% em 30 de junho de 2012.

O Plano, entretanto apresentado, encontra-se, neste momento, em fase de apreciação por parte das Autoridades.

PROGRAMA DE INSPEÇÕES

O Banco de Portugal divulgou, em 16 de dezembro de 2011, os primeiros resultados globais do Programa Especial de Inspeções (SIP) realizado como parte das medidas e ações acordadas pelas autoridades portuguesas, relativamente ao sistema financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com o FMI, a EU e o BCE em maio passado.

O exercício incidiu sobre créditos no valor de 71,8 mil milhões de euros, cobrindo 84% do total da

carteira de crédito do Grupo CGD. A avaliação concluiu ser adequado o valor global da imparidade registada nas contas consolidadas do Grupo.

NOVO MODELO DE GOVERNAÇÃO

Por outro lado, e correspondendo às exigências que a evolução do setor financeiro vinha registando, o novo Conselho de Administração da Caixa introduziu um novo modelo de governação da Instituição, que se traduziu na nomeação de 7 administradores executivos e 4 não executivos.

A CGD passou, pois, a ter uma Comissão Executiva e, adicionalmente, uma Comissão de Auditoria e outra de Planeamento Estratégico, estas últimas integrando apenas administradores não executivos.

RENTABILIDADE E SOLVABILIDADE

Nesta conjuntura, a CGD viu o resultado da sua atividade em 2011 afetado de forma muito significativa pela evolução de duas variáveis – a imparidade de crédito e a imparidade de títulos –, cujos agravamentos traduziram a difícil envolvente que marcou a atividade económica portuguesa e os mercados de capitais.

Assim, e muito embora o Resultado Bruto de Exploração tenha atingido um valor de 1128,6 milhões de euros, valor semelhante ao observado em 2010, o efeito dos dois fatores anteriormente referidos fixou o Resultado Líquido consolidado do Exercício num valor negativo de 488,4 milhões de euros.

Esta *performance* menos positiva não impediu, no entanto, que a CGD tivesse concluído o ano de 2011 com um rácio Core Tier 1 de 9,5%, superando, pois, confortavelmente, o limite de 9% exigido pelo Memorando de Entendimento e demonstrando, assim, uma solidez que tem sido sempre um dos elementos caracterizadores do Grupo Caixa.

LIQUIDEZ

O Rácio de Transformação medido pelo Crédito Líquido relativamente aos Depósitos de Clientes situou-se em 122,2% em dezembro de 2011, que compara com o rácio de 136,0% registado no final de 2010, situando-se já próximo dos valores fixados para 2014 no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (120%).

O Financiamento da CGD junto do BCE cifrou-se em 9 mil milhões no final de dezembro de 2011.

O total de Ativos Elegíveis para as operações de financiamento junto do BCE era, no final de dezembro, de 14,4 mil milhões de euros na CGD.

SUSTENTABILIDADE

A gestão baseada na Sustentabilidade assume cada vez maior importância, uma vez que diz respeito à responsabilidade da CGD na sua relação com os Clientes, Colaboradores e Comunidade em geral. Constitui, assim, uma das prioridades estratégicas na CGD, sendo assumida ao mais alto nível da gestão e aplicada transversalmente a toda a Instituição. O Programa de Sustentabilidade abrange diferentes domínios de intervenção e assenta em quatro eixos fundamentais de posicionamento: economicamente rentável; financeiramente viável; socialmente justa; ambientalmente correta.

A CGD, enquanto Instituição líder e de referência no sistema financeiro português, tem responsabilidade acrescida a este nível, decorrente da sua história e valores, posicionando-se na primeira linha do desenvolvimento sustentável.

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento ao acionista Estado, ao Banco de Portugal, à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), ao Revisor Oficial de Contas e ao Auditor Externo pela valiosa cooperação no acompanhamento da atividade da CGD.

Aos Clientes, o Conselho de Administração agradece a preferência e a confiança demonstradas, reafirmando que tudo fará para continuar a merecê-las, e, por último, a todos Colaboradores do Grupo CGD endereça um sinal de muito apreço pela elevada dedicação e profissionalismo que colocaram no desempenho das suas funções na difícil conjuntura vivida e que permitiram ao Grupo manter-se numa posição cimeira do sistema bancário nacional.

Grupo CGD - Atividade Consolidada

1.2. Principais Indicadores

(Milhões de euros)

DE BALANÇO	2008	2009	2010	2011
Créditos sobre clientes (bruto)	77 432	79 627	84 517	81 631
Recursos de clientes	60 128	64 256	67 680	70 587
Responsabilidades representadas por títulos	19 929	25 182	19 307	14 923
Capitais próprios	5 484	7 157	7 735	5 337
Ativo líquido	111 060	120 985	125 757	120 565
DE EXPLORAÇÃO				
Margem financeira alargada	2 201	1 641	1 613	1 832
Margem complementar	845	867	978	695
Margem técnica da atividade seguradora	515	491	509	505
Produto da atividade	3 561	2 999	3 099	3 032
Resultado bruto da exploração	1 722	1 063	1 138	1 129
Resultado antes de impostos	662	374	370	-536
Resultado líquido de impostos	459	279	255	-488
RÁCIOS				
Core Tier I (Banco de Portugal)	6,8%	8,3%	8,8%	9,5%
Tier I (Banco de Portugal)	7,0%	8,5%	8,9%	9,0%
Rácio de solvabilidade (Banco de Portugal)	10,7%	12,6%	12,3%	11,6%
Crédito em risco / Crédito total [1]	n.d.	n.d.	4,2%	6,9%
Crédito com incumprimento / Crédito total [1]	2,3%	3,0%	3,1%	4,3%
Crédito vencido / Crédito total	2,4%	2,9%	2,9%	3,9%
Imparidade acumulada / Crédito vencido	115,1%	105,3%	105,3%	105,0%
Imparidade acumulada / Crédito vencido há mais de 90 dias	137,3%	122,4%	117,4%	116,5%
Cost-to-income (atividade consolidada) [1]	51,2%	64,7%	63,3%	62,6%
Cost-to-income (atividade individual) [1]	41,9%	59,6%	58,5%	55,7%
Rendibilidade bruta dos capitais próprios – ROE [1]	12,6%	5,9%	5,0%	-8,0%
Rendibilidade, após impostos, dos capitais próprios – ROE [1]	9,6%	4,8%	4,1%	-6,4%
Rendibilidade bruta dos ativos – ROA [1]	0,61%	0,32%	0,29%	-0,43%
Rendibilidade, após impostos, dos ativos – ROA [1]	0,47%	0,26%	0,24%	-0,35%
OUTROS INDICADORES				
Número de agências bancárias	1 223	1 273	1 326	1 352
Portugal	831	848	864	861
Estrangeiro	392	425	462	491
Número de escritórios de representação	11	11	10	11
Número de empregados [2]	20 869	22 237	23 083	23 205
CGD Portugal	9 727	9 791	9 672	9 509

(Milhões de euros)

OUTROS INDICADORES (CONT.)	2008	2009	2010	2011
Noutras instituições bancárias	4 170	4 495	5 029	5 531
Seguradoras	3 587	3 642	3 559	3 463
Sociedades financeiras	314	357	368	368
Em outras atividades	3 071	3 952	4 455	4 334

RATINGS (LONGO / CURTO PRAZO)				
Moody's	Aa1/P-1	Aa2/P-1	A1/P-1	Ba2/N/P
Standard & Poor's	A+/A-1	A+/A-1	A-/A-2	BB+/B
Fitch Ratings	AA-/F1+	AA-/F1+	A/F1	BB+/B
DBRS				BBB / R-2 (high)

(1) Indicador calculado de acordo com instruções do Banco de Portugal.
(2) Não inclui, para 2011, os empregados com vínculo contratual à CGD colocados no Departamento de Apoio à CGA (257) ou requisitados em serviço público ou outras situações (95).
n.d. – não disponível.

1.3. Sumário Executivo

Os resultados do Grupo Caixa Geral de Depósitos em 2011 foram fortemente penalizados pela difícil envolvente económica e financeira, que conduziu ao registo de valores com caráter extraordinário como custo do exercício, designadamente em rubricas de imparidade de crédito e de títulos. Assim, a imparidade de crédito elevou-se a 825,9 milhões de euros e as imparidades relativas a títulos totalizaram 613,1 milhões. Este último montante destinou-se, sobretudo, a fazer face à desvalorização verificada nas participações detidas pela CGD e à exposição à dívida grega (134,7 milhões de euros), na sua maior parte detida pelas seguradoras do Grupo.

Com efeito, o resultado bruto de exploração atingiu 1128,6 milhões de euros, valor semelhante ao observado em 2010, que, conjugado com o provisionamento efetuado no exercício no montante de 1673,7 milhões de euros, fixou o resultado líquido consolidado num valor negativo de 488,4 milhões de euros, contra um valor positivo de 254,9 milhões de euros em 2010.

A margem financeira alargada atingiu 1832 milhões de euros, o que representou um aumento de 219,3 milhões (+13,6%) comparativamente a 2010, com origem exclusivamente na margem financeira estrita (+270 milhões, +19,1%).

Os proveitos com comissões líquidas totalizaram 504,6 milhões de euros, valor ligeiramente superior ao observado em 2010 (502,3 milhões).

O contributo da margem técnica da atividade de seguros para o produto da atividade do Grupo foi de 505 milhões de euros, valor ligeiramente inferior ao observado no ano precedente (-4 milhões, -0,8%).

Como resultado da evolução descrita, o produto da atividade bancária e seguradora somou 3031,8 milhões de euros, ficando 67,6 milhões (-2,2%) abaixo do valor verificado no ano anterior.

Os custos operativos atingiram 1903,2 milhões de euros, o que representou uma redução de 58 milhões de euros (-3%) comparativamente ao ano anterior, assente quer nos custos com pessoal, quer nos fornecimentos e serviços de terceiros. Esta redução dos custos operativos proporcionou uma melhoria dos rácios de eficiência, com destaque para o *cost-to-income*, que baixou de 63,3% no final de 2010 para 62,6% em dezembro de 2011 no Grupo CGD (menos 0,7 pontos percentuais). Na atividade individual, o rácio diminuiu 2,8 pontos percentuais para 55,7%.

O ativo líquido consolidado do Grupo CGD totalizou 120,6 mil milhões de euros no final de dezembro de 2011, o que representou uma redução de 4,1% face ao valor registado no final do ano anterior, traduzindo o efeito da estratégia de desalavancagem do Balanço em curso.

Assim, assistiu-se nas carteiras de títulos (incluindo ativos com acordo de recompra) e de crédito

a clientes a reduções de 5,4 mil milhões de euros (-17,6%) e de 3,7 mil milhões (-4,5%), respetivamente, em parte compensadas pelas disponibilidades e aplicações em instituições de crédito que aumentaram 2,5 mil milhões de euros (+40,4% face a dezembro de 2010) para 8,6 mil milhões.

O Rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias situou-se em 3,6% e o grau de cobertura do crédito situou-se em 116,5%. O Rácio de Crédito em Risco passou de 4,2% para 6,9%.

No tocante ao passivo, salienta-se o decréscimo de 4,4 mil milhões (-22,7%) observado nas responsabilidades representadas por títulos e o aumento em 2,9 mil milhões (+4,3%) nos recursos de clientes. Por sua vez, os recursos obtidos em instituições de crédito cresceram 1,3 mil milhões (+8,6%), elevando-se a 15,9 mil milhões.

O financiamento da CGD junto do BCE cifrou-se em 9 mil milhões no final de dezembro de 2011.

O total de ativos elegíveis para as operações de financiamento junto do BCE era, no final de dezembro, de 14,4 mil milhões de euros na CGD.

O Rácio de Transformação medido pelo crédito líquido relativamente aos depósitos de clientes situou-se em 122,2%, que compara com o rácio de 136,0% registado no final de 2010, situando-se já próximo dos valores fixados para 2014 no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (120%).

Os capitais próprios do Grupo totalizaram 5,3 mil milhões de euros em dezembro, valor inferior ao observado no final de 2010 em 2,4 mil milhões (-31,0%), afetado, sobretudo, pela variação negativa das reservas de justo valor.

O rácio de solvabilidade em base consolidada e incluindo os resultados retidos atingiu 11,6% em dezembro de 2011. Por seu turno, o rácio *Core Tier I* fixou-se em 9,5%, bastante acima do valor mínimo de 9% fixado para o final de 2011.

1.4. Apresentação do Grupo

1.4.1. ESTRUTURA ACIONISTA

O capital da Caixa Geral de Depósitos é detido pelo acionista único, o Estado Português. Em 31 de dezembro de 2011, o Estado aprovou um aumento do capital social em 100 milhões de euros, elevando-o para 5150 milhões de euros.

1.4.2. MARCOS HISTÓRICOS

1876 Criação da Caixa Geral de Depósitos, na dependência da Junta de Crédito Público, com a finalidade essencial de recolha dos depósitos obrigatórios constituídos por imposição da Lei ou dos tribunais.

1880 É criada a Caixa Económica Portuguesa, para recebimento e administração de depósitos de classes menos abastadas, que seria fundida, de facto, com a CGD em 1885.

1896 A CGD autonomiza-se da Junta de Crédito Público. Sob a administração da CGD, são criadas a Caixa de Aposentações para trabalhadores assalariados e o Monte da Piedade Nacional, para realização de operações de crédito sobre penhores.

1918 A CGD desenvolve as atividades de crédito em geral.

1969 A CGD, até então serviço público sujeito às regras da Administração do Estado, assume o estatuto de empresa pública.

1975 Criação da Sucursal de Paris.

1982 São criadas as empresas de *leasing* Locapor e Imoleasing. Nos anos seguintes, são criadas as sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário (Fundimo, em 1986) e mobiliário (Caixagest, em 1990) e adquiridas participações de domínio na sociedade financeira de corretagem (Sofin, em 1998) e para aquisição a crédito (Caixa de Crédito, em 2000).

1988 Criação do Grupo Caixa por tomada de participações de domínio no Banco Nacional Ultramarino e na Companhia de Seguros Fidelidade.

1991 Aquisição, em Espanha, do Banco de Extremadura e do Chase Manhattan Bank España, que se passou a designar por Banco Luso-Español.

1992 Aquisição de posição na sociedade de capital de risco Promindústria, instituição que, em 1997, deu origem à Caixa Investimentos, sociedade de investimentos.

1993 A CGD é transformada numa sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. É consagrada a sua vocação de banco universal e plenamente concorrencial, sem prejuízo da sua especial vocação para formação e captação de poupanças e de apoio ao desenvolvimento do país.

1995 Aquisição, em Espanha, do Banco Simeón.

1997 Criação, de raiz, do Banco Comercial e de Investimentos de Moçambique.

1998 Criação do HPP – Hospitais Privados de Portugal, que veio, posteriormente, a constituir a componente de Saúde do Grupo CGD.

2000 Aquisição da seguradora Mundial Confiança e do Banco Totta & Comercial Sotto Mayor de Investimentos, SA, mais tarde denominado Caixa-Banco de Investimento.

2001 CGD inaugura Sucursal em Timor-Leste.
A Sucursal de Paris integra o Banque Franco-Portugaise, dando origem à Sucursal de França.

2002 Racionalização e consolidação dos bancos comerciais em Espanha, mediante a fusão do Banco Luso-Español, do Banco de Extremadura e do Banco Simeón.

2004 Com a aquisição da seguradora Império Bonança em 2004, o Grupo CGD passa a liderar o setor segurador nacional.
Através de um reforço de capital, a CGD passa a ter uma posição dominante no Mercantile Lisbon Bank Holding da África do Sul.

2006 O Banco Simeón altera a designação para Banco Caixa Geral.

2008 Constituição da Parcaixa (capital de 1000 milhões de euros: 51% CGD e 49% Parpública).
Autorização para a constituição do Banco Caixa Geral Brasil com início da operação já em 2009.
Criação da Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest.
A Caixa Seguros passa a designar-se Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA após uma reorganização naquelas áreas de negócio, com passagem do universo HPP do balanço da Fidelidade Mundial para o balanço da Caixa Seguros.

2009 Retoma da presença do Grupo CGD no Brasil através do início de atividade do Banco Caixa Geral Brasil.
Entrada no capital do Banco Caixa Geral Totta de Angola, em que a CGD e o Santander Totta controlam 51% do total.

2010 Exercício da opção de compra de 1% do capital social da Partang, SGPS, detentora de 51% do capital social do Banco Caixa Geral Totta de Angola (BCGTA), passando o Grupo CGD a deter a maioria do capital da gestora de participações e, indiretamente, do próprio Banco.

Constituição do Banco Nacional de Investimento (BNI) em Moçambique, tendo o capital sido realizado pelos acionistas no montante de 70 milhões de meticais, ou seja, em cerca de 1,6 milhões de euros.

Acordo para a aquisição de 70% do capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio (Banif CVC) pelo Grupo CGD.

2011 Realização da escritura de constituição do Banco para Promoção e Desenvolvimento em Angola, que tem o capital repartido em partes iguais pelos Grupos CGD e Sonangol.

Autorização para o início de atividade do Banco Nacional de Investimento (BNI), cujo capital é detido em 49,5% pela CGD, 49,5% pelo Estado de Moçambique, através da Direção Nacional do Tesouro, e em 1% pelo Banco Comercial e de Investimentos (Grupo CGD).

Na área seguradora, início do processo de fusão entre a Fidelidade Mundial e a Império Bonança e a constituição da Universal Seguros, em Angola, onde a Caixa Seguros e Saúde detém 70% do capital e parceiros angolanos os restantes 30%.

1.4.3. DIMENSÃO E *RANKING* DO GRUPO

Em 2011, o Grupo CGD manteve a liderança no mercado na generalidade das áreas de negócio onde atua. O quadro infra resume a posição do Grupo CGD no mercado nacional:

QUOTAS DE MERCADO EM PORTUGAL	Dez. 2010		Dez. 2011	
	Quota	*Ranking*	Quota	*Ranking*
ATIVIDADE BANCÁRIA				
Ativo líquido[a]	31,4%	1º	31,8%	1º
Crédito a clientes[b]	21,0%	1º	20,9%	1º
Crédito a empresas	16,4%	2 º	16,4%	1 º
Crédito a particulares	23,6%	1 º	23,4%	1 º
Crédito à habitação	26,8%	1 º	26,6%	1 º
Depósitos de clientes[b]	28,5%	1º	27,5%	1º
Depósitos de particulares	33,2%	1º	32,0%	1º
Atividade Seguradora[c]	**34,5%**	**1º**	**33,4%**	**1º**
Ramo vida	37,0%	1º	37,2%	1º
Ramo não vida	27,1%	1º	26,5%	1º
CRÉDITO ESPECIALIZADO[d]				
Leasing imobiliário	21,8%	2º	18,4%	3º
Leasing mobiliário	19,4%	1º	15,1%	1º
Factoring	13,1%	4º	14,5%	4º
GESTÃO DE ATIVOS				
Fundo de investimento mobiliário (FIM)[e]	23,1%	1º	23,0%	1º
Fundo de investimento imobiliário (FII)[e]	14,7%	1º	13,9%	1º
Fundo de pensões[f]	11,1%	4º	15,7%	2º
Gestão de patrimónios[e] [g]	27,0%	1º	30,0%	1º

(a) Considerando a atividade consolidada dos cinco maiores Grupos do sistema bancário português.
(b) Fonte: EMF do Banco de Portugal. No Crédito, estão incluídas as operações titularizadas.
(c) Dez. 2010 e Dez 2011 – Fonte: Instituto de Seguros de Portugal. Respeitam à atividade em Portugal.
(d) Fonte: ALF – Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.
(e) Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).
(f) Fonte: Instituto de Seguros de Portugal.
(g) A partir do 2º trimestre de 2008, a Caixagest passou a gerir parte dos Fundos de Pensões da CGD Pensões, os quais são incluídos para efeitos de Quota e *Ranking* na Gestão de Patrimónios.

Em termos globais, a quota de mercado do crédito a clientes mostrou uma ligeira redução de 21,0% para 20,9% no final de 2011, tendo-se mantido a quota do crédito às Empresas de 16,4% e verificado uma descida nos restantes segmentos.

Em 2011, a Caixa manteve a posição de liderança nos Depósitos de Clientes, em Portugal, com uma quota de mercado de 27,5% (apesar do decréscimo de 1 p.p. face a dezembro de 2010), tendo o segmento de particulares registado uma quota de 32% e o segmento de empresas uma quota de 11,2%.

No que diz respeito à àrea seguradora, a atividade em Portugal foi responsável pela maioria da produção, atingindo um volume de prémios de seguro direto de 3895 milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 31%. Deste modo, a Caixa Seguros e Saúde manteve a liderança no mercado segurador nacional, alcançando uma quota de mercado total de 33,4% (-1,1 p.p. que em 2010), ocupando, de forma destacada, o lugar de topo quer no conjunto da atividade Vida (quota de 37,2%), quer no conjunto da atividade Não Vida (quota de 26,5%).

Na locação financeira, a Caixa Leasing e Factoring (CLF), atendendo ao abrandamento da atividade imobiliária, diminuiu a sua quota de mercado de 21,8%, em 2010, para 18,4% em 2011. Na locação mobiliária, apesar de ter reduzido a sua quota de mercado de 19,4%, em 2010, para 15,1%, em 2011, manteve a primeira posição no *ranking* do subsetor. No setor do *factoring*, a CLF manteve a quarta posição no *ranking* do setor com uma quota de mercado de 14,5% (13,1% em 2010).

Na atividade de gestão dos fundos de investimento mobiliário, a quota de mercado da Caixagest, SA situou-se nos 23%, mantendo a liderança do mercado. Na área dos fundos de investimento imobiliários, a Fundimo, SA deteve uma quota de 13,9%, mantendo, também, a liderança do mercado. Já na gestão de fundos de pensões, a quota da CGD Pensões em 2011 foi de 15,7%, subindo para o segundo lugar no *ranking* por montante. Por último, no mercado de gestão de carteiras, centrado nos mandatos de grandes clientes institucionais, a Caixagest, SA manteve a liderança do mercado com uma quota de 30%.

Ao longo do ano de 2011, o bom desempenho do CaixaBI continuou a ser reconhecido pelos seus clientes e parceiros e premiado através das posições de destaque que ocupa nos principais *rankings*, dos quais se destacam: Melhor Banco de Investimento em Portugal, pelas revistas *Global Finance* e *EMEA Finance*; Award for Excellence 2011 para a categoria de Best Debt House in Portugal 2011, pela *Euromoney*; e Nr. 1 Corporate Bond House, pela NYSE Euronext Lisbon.

1.4.4. EVOLUÇÃO DO GRUPO CGD

Em 2011, perante a difícil conjuntura económica e financeira, o Grupo CGD reforçou a intervenção nos mercados internacionais com os quais existem afinidades históricas, linguísticas e culturais. Neste contexto, destacou-se a atividade desenvolvida pelo Grupo nos mercados africanos de língua portuguesa e no Brasil, a qual representou mais um passo no aproveitamento das sinergias da presença da CGD no mundo.

Em Angola, foi realizada, em fevereiro, a escritura de constituição do Banco para Promoção e Desenvolvimento (BPD), que tem o capital repartido em partes iguais pelos Grupos CGD e Sonangol.

Em Moçambique, foi obtida a autorização para o início de atividade do Banco Nacional de Investimento (BNI), cujo capital é detido em 49,5% pela CGD, 49,5% pelo Estado de Moçambique, através da Direção Nacional do Tesouro, e em 1% pelo Banco Comercial e de Investimentos (Grupo CGD). Em assembleia-geral de acionistas, realizada em 22 de novembro de 2011, foi deliberado o aumento do capital social do banco para 2240 milhões de Meticais (cerca de 64 milhões de euros). O BNI centrará a atividade no apoio ao desenvolvimento da economia moçambicana.

Também o Caixa-Banco de Investimento (CaixaBI), prosseguindo uma estratégia de afirmação internacional, projeta ter presença em Angola e Moçambique a breve prazo.

A economia brasileira continua robusta e com grande potencial de crescimento, pelo que a aposta do Grupo CGD neste mercado, através do Banco Caixa Geral Brasil (BCG Brasil), foi e continua a ser uma aposta bem sucedida.

Com o objetivo de potenciar as atividades de banca de negócios e de banca de investimento do Grupo no mercado brasileiro, efetuou-se, em 2010, um aumento de capital social no valor de 277 milhões de reais brasileiros e estabeleceu-se um acordo de parceria com o Grupo Banif no Brasil,

tendo o Grupo CGD assinado com aquele Grupo, já em 2012, os acordos definitivos de aquisição de 70% do capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio (Banif CVC).

Em Espanha, com o objetivo de manter os rácios de solvabilidade do Banco Caixa Geral a níveis adequados, realizou-se um aumento de capital social no valor de 30 milhões de euros, o qual foi totalmente subscrito e realizado pela CGD. O capital social do BCG passou a ser de 518 792 094,80 euros.

No que diz respeito à área seguradora, concentrada na Caixa Seguros e Saúde, SGPS, destacamos o início do processo de fusão entre a Fidelidade Mundial e a Império Bonança e a constituição da Universal Seguros, em Angola, onde a Caixa Seguros e Saúde detém 70% do capital e parceiros angolanos os restantes 30%.

A Parcaixa, SGPS, sociedade detida pela Caixa Geral de Depósitos, com 51%, e pela Parpública-Participações Públicas, SGPS, com 49%, participou no aumento do capital social da INAPA-Investimentos, Participações e Gestão, passando a deter 33% daquela sociedade. Adquiriu, ainda, uma participação de 5% do capital social da OMIP-Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS.

Em dezembro, alienou-se a totalidade da participação no IHRU-Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (*)	Nacional		Internacional	
BANCA COMERCIAL	Caixa Geral de Depósitos, SA		Banco Caixa Geral (Espanha)	99,8%
			Banco Caixa Geral Brasil	100,0%
			BNU (Macau)	100,0%
			CGD Subsidiária Offshore de Macau	100,0%
			Banco Comercial do Atlântico (C.Verde)	59,3%
			Banco Interatlântico (C.Verde)	70,0%
			Mercantile Bank Hold. (África do Sul)	91,8%
			Parbanca, SGPS	100,0%
			B. Com. e de Invest. (Moçambique)	51,0%
			Partang, SGPS	51,0%
			Banco Caixa Geral Totta de Angola	26,0%
			Banco Promoção e Desenvolv. (Angola)	50,0%
GESTÃO DE ACTIVOS	Caixa Gestão de Activos, SGPS	100,0%		
	Caixagest	100,0%		
	CGD Pensões	100,0%		
	Fundimo	100,0%		
CRÉDITO ESPECIALIZADO	Caixa Leasing e Factoring – IFIC	51,0%	BCI – ALD (Moçambique)	46,1%
	Locarent	50,0%	Promoleasing (Cabo Verde)	60,2%
	Credip – IFIC	80,0%		
BANCA DE INVESTIMENTO E CAPITAL DE RISCO	Gerbanca, SGPS	100,0%	A Promotora (Cabo Verde)	52,7%
	Caixa–Banco de Investimento	99,7%	GCI – S.Capital Risco (Moçambique)	34,6%
	Caixa Capital	99,7%	Banco Nacional Invest. (Moçambique)	50,0%
	Caixa Desenvolvimento, SGPS	99,7%		

(*) Percentagem de participação efetiva.

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (*)	Nacional		Internacional	
SEGUROS E SAÚDE	Caixa Seguros e Saúde, SGPS	100,0%	Garantia (Cabo Verde)	65,4%
	Comp. Seg. Fidelidade Mundial	100,0%	Universal Seguros (Angola)	70,0%
	Império Bonança. Comp. Seguros	100,0%		
	Via Directa Comp. de Seguros	100,0%		
	Cares Companhia de Seguros	100,0%		
	Companhia Port. de Resseguros	100,0%		
	Fidelidade Mundial, SGII	100,0%		
	GEP – Gestão de Perit. Automóveis	100,0%		
	EAPS – E. Análise, Prev. e Seg.	100,0%		
	HPP – Hosp. Privados Portugal, SGPS	100,0%		
	HPP – Lusíadas	100,0%		
	HPP – Boavista	100,0%		
	HPP – Algarve	100,0%		
	HPP – Cascais	100,0%		
	HPP Viseu, SA	65,0%		
	LCS – Linha de Cuidados de Saúde	100,0%		
	Multicare – Seguros de Saúde	100,0%		
	EPS – Gestão de Sistemas de Saúde	100,0%		
SERVIÇOS AUXILIARES	Caixatec – Tecnologias de Informação	100,0%	Inmobiliaria Caixa Geral (Espanha)	99,8%
	Imocaixa	100,0%		
	Sogrupo Sistema Informação, ACE	100,0%		
	Sogrupo Compras e Serv. Partilh., ACE	100,0%		
	Sogrupo IV Gestão de Imóveis, ACE	100,0%		
	Caixa Imobiliário	100,0%		
	CaixaNet	80,0%		
	ESegur	50,0%		
	SIBS	21,6%		

(*) Percentagem de participação efetiva.

OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	Nacional		Internacional	
OUTRAS PARTICIPAÇÕES	Parcaixa, SGPS	51,0%	La Seda Barcelona	14,8%
	Caixa Participações, SGPS	100,0%	Banco Inter. São Tomé e Príncipe	27,0%
	Wolfpart, SGPS	100,0%		
	Banco Comercial Português	3,0%		
	Portugal Telecom	6,2%		
	EDP	0,2%		
	REN - Redes Energéticas Nacionais	1,2%		
	GALP Energia	1,7%		
	ZON Multimédia	10,9%		
	TagusParque	10,0%		
	AdP – Águas de Portugal, SGPS	9,7%		
	SOFID Soc. Financ. Desenv. IFIC	10,0%		
	Turismo Fundos, SGFII	33,5%		
	Floresta Atlântica, SGFII	11,9%		
	Brisa	1,6%		
	Cimpor	9,6%		
	VAA – Vista Alegre Atlantis	4,5%		

1.4.5. REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A rede comercial do Grupo CGD abrangia, no final do exercício, 1352 Agências, das quais 861 localizadas em Portugal e 491 no estrangeiro. A rede no exterior foi reforçada em 29 unidades, enquanto que, no território nacional, se assistiu a uma redução de duas Agências e um Gabinete Caixa Empresas. Assim, na atividade internacional, e à semelhança do ano anterior, as redes do Banco Comercial e de Investimentos, em Moçambique, e do Banco Caixa Geral Totta de Angola continuaram a expandir-se, aumentando, respetivamente, 25 e 3 unidades.

NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS DO GRUPO

	2010	2011
CGD (Portugal)	863	860
Rede de balcões (*)	824	822
Rede de Gabinetes	39	38
Caixa – Banco de Investimento (Lisboa+Madrid)	2	2
Sucursal de França	46	46
Banco Caixa Geral (Espanha)	211	209
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	14	14
Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique)	95	120
Banco Nacional de Investimentos (Moçambique)		1
Banco Interatlântico (Cabo Verde)	9	9
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	32	33
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	15	15
Banco Caixa Geral Brasil	1	2
Banco Caixa Geral Totta de Angola	21	24
Outras Sucursais da CGD	16	16
Subsidiária Offshore de Macau	1	1
Total	**1 326**	**1 352**
Escritórios de representação	**10**	**11**

(*) Não inclui agências sem atendimento presencial.

Em junho, foi inaugurado um Escritório de Representação localizado em Toronto, Canadá, fortalecendo a presença internacional da Caixa, agora presente em 23 países.

De referir, também, que o nível de serviço nas Agências da CGD beneficiou da consolidação do Novo Modelo de Atendimento em 643 Agências, mais 129 do que no final de 2010 (cerca de 80% da Rede), e do alargamento do serviço Caixazul, vocacionado para o atendimento de clientes Gama Alta, a 19 novos espaços, estando agora presente em 561 Agências.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO INTERNACIONAL

EUROPA

Espanha		**Alemanha**		**Bélgica**	
Banco Caixa Geral	209	CGD – Escritório de Represent.	1	CGD – Escritório de Represent.	1
Caixa-Banco de Investimento	1	**Reino Unido**		**Suíça**	
CGD – Sucursal de Espanha	1	CGD – Sucursal de Londres	1	CGD – Escritório de Represent.	1
Fidelidade Mundial – Sucursal	1	**Luxemburgo**		BCG – Escritório de Represent.	1
França		CGD – Sucursal Luxemburgo	2	**Ilha da Madeira**	
CGD – Sucursal de França	46	Fidelidade Mundial – Sucursal	1	Sucursal Financeira Exterior	1
Fidelidade Mundial – Sucursal	1	Império Bonança – Sucursal	1		
Império Bonança – Sucursal	1				

REDE DE DISTRIBUIÇÃO INTERNACIONAL (CONT.)

AMÉRICA

Estados Unidos		**Venezuela**		**Ilhas Caimão**	
CGD – Sucursal de Nova Iorque	1	CGD – Escritório de Represent.	1	CGD – Sucursal Ilhas Caimão	1
México		BCG – Escritório de Represent.	1	**Brasil**	
BCG – Escritório de Represent.	1	**Canadá**		Banco Caixa Geral Brasil	2
		CGD – Escritório de Represent.	1		

ÁFRICA

Cabo Verde		**São Tomé e Príncipe**		**África do Sul**	
Banco Comercial do Atlântico	33	Banco Internac. S. Tomé e Pr.	8	Mercantile Bank	15
Banco Interatlântico	9	**Moçambique**		**Angola**	
Garantia	11	Banco Comercial e de Invest.	120	Banco Caixa Geral Totta de Angola	24
A Promotora	1	Banco Nacional de Investimento	1		

ÁSIA

China		**China – Macau**		**Timor-Leste**	
CGD – Sucursal de Zhuhai	1	Banco Nacional Ultramarino, SA	14	CGD – Sucursal de Timor-Leste	8
BNU – Escr. Represent. Xangai	1	CGD – Subsidiária Offshore de Macau	1	**Índia**	
		Fidelidade Mundial – Sucursal	2	CGD – Escritório de Represent.	2

1.4.6. A MARCA CAIXA

A Caixa Geral de Depósitos é a referência no mercado financeiro português, possui uma cultura forte, assente nos mais elevados padrões éticos, rigor e profissionalismo. A marca é, hoje, a matriz de um moderno Grupo financeiro, preparado para satisfazer as necessidades e expectativas de milhões de Clientes e empresas, respondendo aos desafios da globalização dos mercados.

Em 2011, a Caixa é líder em Notoriedade de Marca – *Top-of-mind* e Espontânea, no setor bancário português. A Caixa tem o maior grau de adesão médio aos valores: Solidez, Confiança, Prestígio e Reputação, sendo, também, a marca bancária mais reconhecida e conotada com a Cultura e Sustentabilidade (social, ambiental e económica).

Fonte: *Brand Performance Barometer 2011* – Relatório *BrandScore*, do Grupo Consultores.

REPUTAÇÃO GLOBAL DA MARCA CAIXA EM 2011

Marca bancária portuguesa com maior reputação. A CGD obteve o mais elevado índice de reputação entre as marcas bancárias em Portugal, junto dos consumidores em geral, apesar do desgaste que o setor sofreu ao nível da reputação das suas marcas e instituições.

A Reputação é definida, pelo Reputation Institute, como o resultado da perceção do consumidor face a 7 indicadores: Produtos/Serviços, Inovação, Local de Trabalho, Modelo de Gestão, Cidadania, Liderança e *Performance*.

Fonte: *Ranking Reputation Institute – Pulse 2010.*

VALOR FINANCEIRO DA MARCA CAIXA

A Caixa Geral de Depósitos é, pela 4ª vez consecutiva, a "Marca Bancária Portuguesa Mais Valiosa ", com um valor financeiro de 721 milhões de euros.

Fonte: *Ranking Brand Finance Banking 500.*

MARCA DE CONFIANÇA – *SELEÇÕES DO READER'S DIGEST*

CGD – Marca de Confiança e Atuação Ambiental

No que respeita à confiança dos consumidores, o estudo Marcas de Confiança que as *Seleções do*

Reader's Digest realizam há já onze anos (desde 2000), a Marca Caixa Geral de Depósitos foi reeleita, pela 11ª vez consecutiva, Marca de Confiança em Portugal.

Atuação Ambiental

O estudo Marcas de Confiança 2011 avaliou, pela terceira vez, "A confiança e o Ambiente", premiando as marcas que têm a melhor atuação em questões ambientais. A Caixa foi reconhecida como a marca que, na categoria da Banca, mais iniciativas tem realizado com vista à preservação do Planeta.

Sustentabilidade na Caixa Geral de Depósitos

O setor financeiro, e os bancos em particular, desempenham um papel essencial na promoção do desenvolvimento sustentável por via de processos seletivos que incorporem políticas e critérios, nomeadamente de risco socioambiental, precedentes à concessão de financiamento e à gestão da satisfação de clientes. A exigência na aplicação de critérios comportará menos riscos que, em consequência, permitirão uma maior acumulação de Valor.

É neste contexto que a Caixa Geral de Depósitos continuou, em 2011, a eleger e a consolidar o seu desenvolvimento sustentável, em consonância, também, com um património centenário de responsabilidade social.

A atuação da CGD, igualmente suportada por empresas do seu Grupo, consubstancia-se na adoção voluntária de compromissos de cariz económico, ambiental e social, que vão muito além das suas obrigações legais e de *compliance* e que determinam um impacte positivo geral no desenvolvimento económico e sustentável, no reforço da competitividade, na internacionalização e capacidade de inovação das empresas, na criação de emprego, na inclusão financeira e promoção do consumo responsável e nas energias renováveis.

A CGD detém, atualmente, o mais complexo, abrangente e estruturado programa de sustentabilidade do setor financeiro português, conforme tem vindo a ser reconhecido por entidades externas, nacionais e internacionais, seja ao nível do acompanhamento e auditoria que realizam ao mesmo ou no reconhecimento e distinção que lhe têm atribuído.

A Sustentabilidade é aplicada transversalmente à organização sob um Modelo de Gestão que comporta 8 grupos de trabalho – Políticas e Códigos Voluntários, Risco, Produtos, Ambiente, Envolvimento com a Comunidade, Reporte e *Stakeholders*, Recursos Humanos Grupo CGD África/Brasil – que reportam à Equipa Coordenadora afeta à Direção de Comunicação e Marca (DCM) e ao Comité Geral de Sustentabilidade, sob tutela do Presidente da Comissão Executiva da CGD.

Enquanto líder de mercado e de referência na promoção das melhores práticas no setor financeiro, a CGD finaliza o ano de 2011 cumprindo um objetivo estratégico: a liderança setorial nacional na Sustentabilidade e a liderança ibérica no combate às alterações climáticas.

Em 2011, a CGD consolidou o seu compromisso com a Sustentabilidade ao publicar o 3.º Relatório de Sustentabilidade, referente à atividade de 2010. Neste 3.º relato, destaca-se a correspondência com os Princípios de Bom Governo, aplicados ao Setor Empresarial do Estado (SEE), testemunhos dos colaboradores que integram as equipas multidisciplinares envolvidas na implementação do Programa de Sustentabilidade, uma síntese sobre a Atividade dos Grupos de Trabalho afetos ao Modelo de Gestão para a Sustentabilidade e a publicação do 1.º Relatório de Neutralidade Carbónica que representa, também, o primeiro relato do género do setor financeiro português.

A notação máxima de A+, atribuída por entidades externas independentes, reconhece o mérito e a evolução que a CGD tem feito ao nível da implementação de boas práticas nos diferentes pilares da Sustentabilidade: económico, social e ambiental.

PILAR ECONÓMICO

Atendendo à especificidade do negócio financeiro, a CGD identifica um conjunto de impactes positivos decorrentes da sua atividade, que se prendem, entre outros, com o desenvolvimento económico e sustentável, o reforço da competitividade, a internacionalização e capacidade de inovação das empresas, a criação de emprego, a inclusão financeira, bem como a promoção do consumo responsável e das energias renováveis.

A CGD, no âmbito da sua Política de Sustentabilidade, tem vindo a apostar na criação de soluções financeiras que facilitem o acesso a produtos e serviços ambiental e socialmente responsáveis, bem como na integração destas componentes nas soluções já existentes.

A CGD disponibiliza nas suas Agências e Gabinetes Caixa Empresas uma vasta oferta de produtos/serviços, dirigida a Clientes particulares e empresas.

Em 2011, a CGD apostou no reforço e aprofundamento das propostas de valor, na consolidação dos modelos de serviço e qualidade do atendimento, bem como na prossecução da fidelização e satisfação dos clientes.

Enquanto Instituição líder do sistema financeiro português, a CGD tem respondido aos desafios que lhe são colocados através da tomada de decisões, com base em critérios de racionalidade económica e éticos, que pretendem contribuir para uma sociedade mais equilibrada e sustentável.

Na ótica de consolidação contínua da visão estratégica, a CGD constituiu-se um parceiro ativo das empresas portuguesas, continuando a contribuir de forma sólida para o desenvolvimento económico, reforçando a competitividade, a capacidade de inovação, a exportação e a internacionalização das empresas portuguesas.

A CGD disponibiliza o serviço Caixa Empresas, detendo a maior Rede especializada em PME com cobertura nacional:

- Rede de Gabinetes Caixa Empresas, para as médias empresas;
- Serviço Caixa Empresas na Rede de Agências, para micro e pequenas empresas.

Micropoupança

Através do plano automático de poupança (PAP), uma solução comercial inovadora de poupança baseada em 9 mecanismos agrupados em 3 categorias:

- Reforços automáticos das Contas de Poupança,
- Utilização combinada de cartões para gerar reforços automáticos na poupança e
- Facilitadores de Poupança automática, que combinam serviços ou funcionalidades bancárias com poupanças,

a Caixa estimula nos clientes a micropoupança, gerando fluxos automáticos de poupança, facilitando a sua acumulação e premiando automaticamente a sua permanência.

Mar e Desenvolvimento

A Economia do Mar começa, gradualmente, a integrar as agendas internacionais, nomeadamente, pela premência de olharmos para o ecossistema oceânico, não apenas pela necessidade de preservar uma plataforma crucial para o equilíbrio da vida na terra, mas, também, pelas oportunidades que existem a partir da sua exploração sustentável: as energias renováveis, a pesca, os transportes e as rotas comerciais, a extração controlada de fontes de energias renováveis ou alternativas, o turismo e o desporto, a investigação científica oceanográfica e a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos.

Iniciativas que estão a emergir em centros geográficos de norte a sul do país, como Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Peniche, Aveiro, etc., consubstanciam a (re)orientação para o Mar português e para as múltiplas possibilidades que oferece, para a criação de empresas ou negócios que promovam a capacidade de Portugal gerar riqueza e ser competitivo no contexto internacional.

A CGD aposta no Mar considerando que este atribui a Portugal uma vantagem competitiva única, que deve ser explorada e capitalizada de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável do tecido empresarial português, para a exportação de competências e oportunidades a nível internacional e para reforçar a reputação da marca "Portugal" no estrangeiro.

Por estes motivos, a CGD assume a responsabilidade de ser parte ativa e promotora do reencontro de Portugal com a Cultura e a Economia do Mar, essencialmente no apoio às empresas portuguesas, na deteção de oportunidades de negócio e projetos, que possibilitem a exportação e a internacionalização.

O Mar pode representar não apenas a reafirmação de Portugal como uma nação marítima à escala global, como já sucedeu na nossa História, mas fundamentalmente um domínio de grande

importância para o desenvolvimento económico do País.

A CGD, suportada pelas empresas do seu Grupo, tem um papel importante como "Embaixadora de Portugal" e "Banco dos portugueses", onde quer que se encontrem. Esta vertente universal, com reputação e prestígio atribuídos, permite-lhe internacionalizar, também, o "Mar Português", exportando marcas e competências nacionais, oportunidades de negócio, abrindo caminho para projetos orientados ao desenvolvimento sustentável da economia portuguesa.

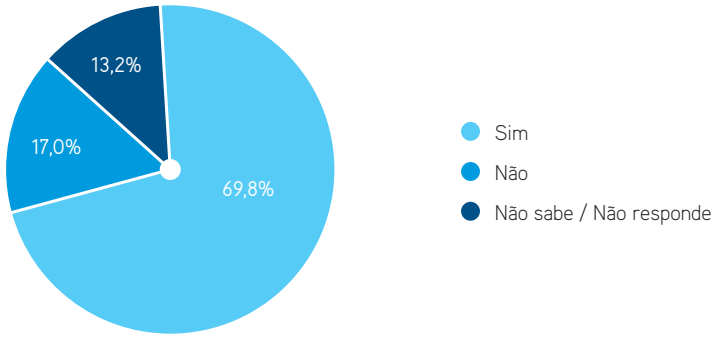
Portugal possui uma vasta linha de costa e a maior zona económica exclusiva da União Europeia. Foi entregue, em 2010, nas Nações Unidas, a proposta jurídica de duplicação dos nossos limites territoriais, perspetivando expandir a área marítima de 1660 milhões para 3600 milhões de quilómetros quadrados. Esta proposta coloca-nos entre os países do mundo com maior plataforma continental.

Portugal posiciona-se, hoje, como um país credível e de referência no domínio da inovação e do desenvolvimento oceanográfico e hidrográfico. Diversos estudos dos nossos fundos marinhos revelaram promissores recursos energéticos, biotecnológicos e de biodiversidade. A aposta no setor dos transportes marítimos e dos portos, no desenvolvimento de fontes marinhas de energia, de equipamentos para a exploração subaquática de alta tecnologia, de produtos vivos do mar para a biotecnologia, nas indústrias de equipamento, de reparação e de construção navais, nas atividades marítimo-turísticas, na náutica de recreio, no turismo de cruzeiros, na aquacultura, na manutenção de uma frota de pesca sustentável e na exploração da energia a partir do mar com sustentabilidade permitirá reduzir a dependência do exterior e promover novas tecnologias.

A CGD é a 4.ª marca/entidade nacional mais relacionada com a Economia do Mar e o 1.º banco nessa associação.

Fonte: *BrandScore*, Grupo Consultores, 2012; amostra: 934 PME.

OPINIÃO SOBRE INVESTIMENTO NA ECONOMIA DO MAR COMO POTENCIAL DE CRESCIMENTO DO PAÍS?



Considerando as marcas do setor da banca na Economia do Mar, a CGD apresenta um *share* de 81%. As PME portuguesas identificam a CGD como a 4.ª marca nacional mais relacionada com a Economia do Mar.

A CGD é, igualmente, a marca preferida pelas PME no apoio ao investimento e iniciativas neste setor.

A CGD tem tido um papel importante na disseminação da importância do Mar enquanto agente essencial para o crescimento económico do país.

Neste contexto, e durante o ano de 2011, a Caixa apoiou as seguintes iniciativas:

1. Âmbito: Caixa como "Banco do Conhecimento" e promotor do reencontro de Portugal com a Cultura e Economia do Mar, promovendo o avanço científico sobre o Mar.
   - Cátedra CGD Estudos do Mar – Universidade de Aveiro;
   - Semana Tanto Mar / *Guia das Escolas e das Profissões do Mar* (2ª edição).
2. Âmbito: A CGD como banco promotor do reencontro de Portugal com a cultura e economia marítimas, promovendo o encontro da sua rede comercial com empresários dos setores ligados ao Mar e divulgando exemplos de sucesso junto dos empreendedores destes setores.
   - 2ª Conferência CGD / *Jornal de Negócios* – "Economia do Mar – Uma parceria para a competitividade";

- Feira do Mar – Exponor.

3. Âmbito: A Caixa como Banco promotor do reencontro de Portugal com a cultura e economia marítimas, acompanhando o debate e a reflexão estratégicos com maior dimensão nacional.
   - Conferência BCSD – Economia do Mar – Sustentabilidade, Inovação e Valorização;
   - 2ª Conferência do *Expresso* – "Portugal e o Mar – a nossa aposta no séc. XXI";
   - Lisbon Atlantic Conference.

PILAR SOCIAL

Determinada a posicionar-se como *player* no domínio da inovação e do empreendedorismo social, a Caixa criou, em 2011, o Co-Laboratório de Inovação Social.

«Colaboratório» porque é um espaço colaborativo, plural, com lugar para pessoas dos mais diversos quadrantes e com as mais diversas experiências – recordando que todos somos chamados a fazer a nossa parte na construção de uma sociedade mais justa e empreendedora.

O programa Colab foi lançado em junho de 2011, reunindo participantes dos setores público, privado e social, que procuraram encontrar novas soluções para combater problemas sociais. O objetivo passou por envolver as pessoas e criar respostas para o futuro, conferindo recursos diversos para o efeito.

A Caixa lançou e dinamiza este projeto de inovação social desde a primeira hora, colocando a sua capacidade de organização, *expertise* e apoio ao serviço das boas ideias e dos empreendedores sociais.

Os seis projetos saídos do Colab encontram-se em desenvolvimento para implementação dos vários negócios sociais em 2012.

No âmbito da implementação da sua Política de Envolvimento com a Comunidade, a CGD tem vindo a promover as melhores práticas na resposta aos desafios da sociedade portuguesa através de três eixos estratégicos: Inovação Social, Cultura e Educação e Literacia Financeira, tendo, em 2011, implementado e/ou apoiado os seguintes projetos:

Inovação Social e Solidariedade

A CGD tem vindo a desempenhar um papel significativo no apoio ao desenvolvimento económico e social do País, associando-se a grandes causas na área da solidariedade e da beneficência. Neste âmbito, destacamos os seguintes projetos:

FUNDO CAIXA FÃ

O Fundo Caixa Fã foi criado em 2008, visa o apoio e a viabilização de projetos estruturais de intervenção social, empreendidos por instituições com credibilidade e capacidade de execução das iniciativas propostas.

O Cartão Caixa Fã, cuja utilização por parte dos clientes gera fundos que revertem para instituições de solidariedade, associado ao Fundo Caixa Fã, é uma iniciativa inovadora no mercado financeiro nacional, no que respeita à integração dos aspetos sociais no negócio.

Na seleção dos projetos é privilegiado o potencial de impacto social, em especial a criação de emprego e o desenvolvimento sócio-económico de populações vulneráveis ou desfavorecidas.

Os projetos apoiados são alvo de acompanhamento e monitorização, bem como avaliação do efetivo impacto social decorrente do apoio recebido. Este processo é efetuado em parceria com a Bolsa de Valores Sociais (BVS), que colabora na análise dos projetos candidatos ao Fundo Caixa Fã, no acompanhamento da utilização do donativo em cada projeto apoiado e na avaliação do efetivo impacto social do apoio da Caixa a cada projeto.

Os projetos apoiados anualmente pelo Fundo Caixa Fã são divulgados através do sítio da Internet do banco e estão cotados na Bolsa de Valores Sociais (BVS), permitindo, desta forma, a participação do público em geral investindo socialmente, também, nestes projetos.

GRUPO DE DADORES DE SANGUE DA CGD

Destaca-se o Grupo de Dadores de Sangue da CGD, dinamizado pelos Serviços Sociais da CGD, que

tem como objetivo salvar vidas humanas pela dádiva desinteressada de sangue. Com cerca de cinco mil dadores inscritos, e implantação no País através dos seus núcleos regionais, é o maior grupo ligado a uma instituição financeira e um dos maiores a nível nacional.

PRÉMIO MULHER ATIVA

A CGD patrocinou, pelo segundo ano consecutivo, o Prémio Mulher Ativa. Trata-se de um Prémio que celebrou o seu 11º aniversário e que se tem afirmado como um dos mais importantes eventos no âmbito feminino, distinguindo e premiando o trabalho de mulheres portuguesas notáveis, cujos trabalhos anónimos, nas áreas do apoio social, investigação, ciência, negócios ou das artes têm um impacto muito positivo e preponderante na sociedade portuguesa e na qualidade de vida de muitas pessoas.

Em 2011, e ainda neste âmbito, foram apoiadas outras iniciativas, de forma pontual, consideradas relevantes para a implementação do PEC.

Alzheimer Portugal – Passeio da Memória;
CIDAADS – Centro de Informação, Divulgação e Ação para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – conferência "A Educação para o desenvolvimento sustentável na sociedade do conhecimento";
Fundação AFID Diferença (A Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente) – II Seminário "Qualidade de Vida em Contextos de Intervenção Social";
BUS – Bens de Utilidade Social;
CADIn – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – Apoio financeiro à produção do Calendário 2012;
Fundação Pro Dignitate;
Taça Portugal Solidário – Apoio financeiro ao Torneio organizado pela Golfecom, Lda.

EDUCAÇÃO E LITERACIA FINANCEIRA

PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO

Pmate Competições Nacionais de Ciência 2011

A CGD patrocina, desde 2006, as competições nacionais promovidas pelo Projeto Matemática Ensino (PmatE), através da atribuição de bolsas de estudo e outros prémios aos alunos mais bem classificados, as quais tiveram lugar, em maio de 2011, no *campus* da Universidade de Aveiro. Trata-se de uma iniciativa única, consistindo num dos maiores eventos nacionais de educação para mais de 15 mil alunos, do ensino Básico ao ensino Secundário, vindos de todo o território nacional e de Moçambique, que participam em nove competições, congregando as seguintes áreas de saber: Matemática, Biologia, Física, Língua Portuguesa e Geologia.

Fundação Cidade de Lisboa

Bolsas anuais do Colégio Universitário da Cooperação.

LITERACIA FINANCEIRA

A CGD tem, nos últimos anos, vindo a reforçar o seu investimento em ações e iniciativas de educação financeira, das quais destacamos:

SALDO POSITIVO

O *site* do Saldo Positivo – peça central do Programa de Literacia Financeira da Caixa – revelou, em 2011, um novo conceito visual, que resulta de um profundo processo de reestruturação editorial para tornar a experiência de navegação ainda mais útil e simples.

Porque os objetivos do Saldo Positivo se mantêm inalterados:

- Promover a literacia financeira dos portugueses;
- Combater o sobreendividamento das famílias;

- Estimular a poupança e o investimento;
- Dar ferramentas para uma melhor gestão dos orçamentos.

Em destaque surgem, agora, conteúdos mais ricos, como vídeo, fotografia e infografia, mantendo-se o enfoque num tratamento simplificador/pedagógico dos temas e a possibilidade de acesso por perfis de forma a que os utilizadores se revejam mais no *site*.

A criação de uma área de entrevistas com especialistas, uma área de opinião e a dedicação exclusiva de uma área à poupança permitiram um aumento do interesse e profundidade de consulta ao *site*.

EDUCAÇÃO+ FINANCEIRA

Exposição de literacia financeira, em parceria com a Universidade de Aveiro, reeditada pelo segundo ano letivo consecutivo, destinada a contribuir para a formação de consumidores mais informados, mais conscientes da realidade financeira e mais preparados para enfrentar as dificuldades e os desafios do quotidiano.

Este projeto, que, no ano letivo 2010/2011, atingiu mais de 14 000 jovens, volta a percorrer o país até abril de 2012, levando, especialmente junto dos mais novos (dos sete aos 17 anos), mas, também, do público em geral, vários conteúdos e jogos relacionados com as questões financeiras que a todos se colocam no dia a dia.

CULTURA

CGD — Banco do Design

Desde 2009 que a CGD se assume como o Banco do Design, apoiando a criação de inovação e de valor.

O *design* é uma disciplina criativa, fascinante e indispensável da nossa cultura que contribui para a harmonia do nosso quotidiano. O *designer* incorpora no seu processo criativo preocupações sociais e económicas, uma visão do mundo global e daquilo que o rodeia, interagindo com outros criadores e com a natureza, absorvendo o que se passa à sua volta, de forma a antecipar tendências nos comportamentos e hábitos humanos para apresentar um resultado que nos permita uma vida melhor.

Com esta associação a CGD pretende não só distinguir a importância desta área para o desenvolvimento da economia portuguesa, trazendo valor acrescentado para os produtos e serviços nacionais, mas também destacar o papel primordial que o *design* tem tido enquanto protagonista ativador de mudança.

Através do patrocínio ao Centro Português de Design (CPD), a CGD reforça o seu posicionamento estratégico enquanto Banco direcionado para a inovação, qualidade e excelência e orientado às necessidades sociais e económicas.

A CGD é, também, o patrocinador oficial da ExperimentaDesign – Open Talks.

A ExperimentaDesign Lisboa2011 é uma bienal internacional dedicada ao *design*, à arquitetura e cultura contemporânea, que apresenta conceitos e ideias originais através da realização de conferências, exposições, intervenções urbanas, *workshops* e debates. Assume-se como o maior evento cultural regular português e, desde a sua primeira edição, em 1999, tem vindo a desenvolver uma rede de relações privilegiadas com instituições, agentes da sociedade civil, empresas, criadores e teóricos.

O projeto ExperimentaDesign, que contempla, de forma multidisciplinar e transversal, as áreas do *design* industrial, da arquitetura, do *design* de moda, do *design* de multimédia, do *set design* e dos novos *media*, entre outras, tem vindo a revelar-se um grande acontecimento que, pela sua dimensão e oportunidade, coloca Lisboa e Portugal no mapa do mais interveniente panorama artístico europeu.

Tendo em vista não apenas a promoção desta parceria – CGD | Experimenta Design - mas também o posicionamento da Caixa como Banco do Design, estivemos presentes com uma associação evidente às Open Talks, uma iniciativa realizada no âmbito da EXD e que teve como objetivo encorajar o debate e o pensamento crítico sobre o *design*.

Trata-se de uma iniciativa em que figuras cimeiras nos planos nacional e internacional se juntam a

jornalistas e ao público para discutir questões prementes que se inscrevem no âmbito alargado do tema da Bienal.

Foram abordadas problemáticas atuais a partir de diferentes perspetivas (a dos produtores, dos críticos, dos utilizadores/recetores, etc.). As Open Talks pretendem estimular a participação de um público mais alargado e a sua aproximação às linhas orientadoras que regem disciplinas configuradoras da contemporaneidade, tais como a arquitetura, o *design* industrial, o urbanismo e o *design* de comunicação, entre outras.

Noutra perspetiva, importa salientar a importância institucional e social do projeto, que permite a partilha e o desenvolvimento de projetos nas áreas da cultura, ambiente, economia, indústria, comunicação, investigação e educação.

Ainda no âmbito da ExperimentaDesign, a Caixa apoia a programação do Palácio Quintela (sede do IADE), por um período de um ano. A localização privilegiada do Palácio, no Chiado, exponencia a visibilidade e projeção da programação junto dos visitantes nacionais e estrangeiros, convertendo-o num espaço cultural emergente.

PROJETO ORQUESTRAS CGD

Neste âmbito, destaca-se o Projeto Orquestras, resultante do estabelecimento de parcerias com as entidades que tutelam as Orquestras Metropolitana de Lisboa, do Norte, do Algarve e Clássica do Centro.

Este projeto, iniciado em 2001, consiste no apoio mecenático à atividade destas formações e à promoção de Concertos Caixa Geral de Depósitos, dedicados à música clássica tradicional e de fusão.

Em 2011, realizaram-se 57 concertos, de norte a sul do País, sendo que 29 tiveram uma vertente essencialmente pedagógica, promotora da criação de novos públicos e da criação de hábitos de fruição da cultura em família (ações didático-pedagógicas, concertos para famílias e concertos Promenade).

OUTROS PROJETOS CULTURAIS

No decurso de 2011, outros projetos, em diferentes áreas culturais, contaram com o apoio mecenático da CGD:

Música

Jazz ao Centro – Encontros internacionais de *jazz* de Coimbra;
Associação Musical Lisboa Cantat – Concerto de Homenagem a Fernando Lopes-Graça;
Fundação Inês de Castro – Festival das Artes de Coimbra.

Artes e Letras

Fundação de Serralves;
Palácio Nacional da Ajuda – Aquisição e oferta de desenhos originais de Cinatti e Rambois de pinturas murais da Sala de Saxe;
Prémio Pessoa;
Prémios Gazeta do Clube de Jornalistas;
Prémio de Literatura D. Diniz;
Fundação Júlio Pomar;
Fundação Arpad Szenes Vieira da Silva;
Fundação da Casa de Mateus;
Centro Nacional de Cultura.

Cinema e Documentário

DOCLISBOA 2011 – IX Festival Internacional de Cinema;
INDIELISBOA´11 – Festival de Cinema Independente;
Cinanima – Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho.

DESPORTO

A CGD aposta na promoção do desporto enquanto condição essencial para uma vida saudável, responsável e de partilha de valores fundamentais como a dedicação, a lealdade, o esforço e o espírito de equipa.

Neste contexto, a CGD tem desempenhado um papel ativo na promoção das modalidades amadoras, contribuindo para criar as condições necessárias aos jovens atletas que possam futuramente vir a representar não só o seu clube, como até Portugal nas competições internacionais.

Merece ainda destaque o investimento em infraestruturas desportivas que alavancam a prática do desporto, contribuindo para o desenvolvimento social.

Neste área de intervenção, salientam-se as parcerias com a Federação Portuguesa de Rugby e a Associação Académica de Coimbra.

VOLUNTARIADO

No encerramento de 2011 – Ano Europeu do Voluntariado, a Caixa orgulha-se dos seus colaboradores terem assumido, com entusiasmo, os valores do voluntariado, ultrapassando largamente o desafio de atingir 20 mil horas de trabalho voluntário, que lhes foi proposto, cumprindo mais de 30 mil horas.

A Caixa promoveu e incentivou a participação dos seus colaboradores em ações solidárias e de cidadania, no âmbito da proteção do meio ambiente e na interação com as comunidades onde atua, nomeadamente no apoio a cidadãos carenciados e/ou debilitados.

As ações desenvolvidas, que contaram com a participação ativa de centenas de colaboradores, familiares e amigos, confirmam que a Caixa está consciente de que o desenvolvimento sustentável significa contribuir para uma sociedade melhor e assume o compromisso de boas práticas e de ética no envolvimento com a comunidade onde se insere, tanto na esfera social como ambiental.

Para além da ação de aniversário da Caixa, que mobilizou centenas de colaboradores por todo o país, das ações de limpeza de praias e de outras conjuntas com o Banco Alimentar contra a Fome, contámos também, com a valiosa participação do Grupo de Dadores de Sangue dos Serviços Sociais da Caixa, da ANAC – Associação Nacional dos Aposentados da Caixa, da Séniamor (Lisboa e Porto), dos Delegados dos Serviços Sociais e do Banco do Tempo.

Face à boa recetividade de todos os que participaram, ao longo do ano, nas diferentes ações, tanto a nível pessoal como no reforço da cultura de empresa, e ao *feedback* muito positivo da comunidade, os colaboradores da Caixa mantêm a responsabilidade de responder aos desafios que o desenvolvimento sustentável da sociedade vier a colocar.

PILAR AMBIENTAL

Em 2011, a Caixa continuou a assumir o Ambiente como fator determinante na criação de valor e na sustentabilidade do negócio, apoiando e fortalecendo a estratégia, a Marca e os Valores corporativos. O Programa Caixa Carbono Zero e as suas iniciativas, o Concurso de Design, o passatempo infantil "A Nossa Floresta", o Concurso Nacional de Fotografia, a associação ao Movimento Eco e o Programa de Investigação Científica Polar são apenas alguns exemplos.

Concurso de Design: Equipamento Urbano com Materiais Reciclados e/ou Recicláveis 2010-11

Com o tema Urbano com Materiais Reciclados e/ou Recicláveis, a 3.ª Edição do Concurso (2010-2011) pretendeu criar nos futuros *designers* o ato de Pensar a Cidade, assimilar e transmitir a interação entre o Espaço e o Homem, a escala e a funcionalidade da Urbe. A Caixa aliou estas premissas ao desenvolvimento de novas práticas, incutindo uma atitude ambientalmente ética e consciente no uso de recursos naturais.

Passatempo Infantil "A Nossa Floresta"

Esta iniciativa infantil surgiu no âmbito da comemoração do Ano Internacional das Florestas – 2011 e reforçou a ação da Caixa através dos seus projetos "Floresta Caixa" e "Floresta Caixa Carbono Zero". Teve o formato de passatempo *on-line*, onde pretendeu dar espaço ao público infantil e juvenil, até aos doze anos de idade, para a oportunidade de saberem mais, através de perguntas/respostas, de ideias e de conteúdos relacionados com o tema.

Concurso Nacional de Fotografia

Promovido pela Caixa e pela Liga para a Proteção da Natureza, este Concurso de Fotografia, que decorreu *on-line*, foi dedicado às florestas nacionais. Esta iniciativa pretendeu reforçar o conhecimento dos espaços florestais através do "olhar" fotográfico. Para este objetivo, contribuiram vários participantes, reforçando o sentimento de que a Floresta, e toda a sua envolvência, é um Património Nacional e uma Herança Global que urge preservar.

Movimento Eco

Empresas contra os Fogos – Através da sua atividade no âmbito da sustentabilidade ambiental, com destaque para as suas Florestas, a Caixa tem contribuído para a sensibilização da opinião pública nesta temática e, neste Ano Internacional das Florestas, renovou a sua adesão ao Movimento Eco – Empresas contra os Fogos, para reforçar a necessidade de a comunidade perceber a importância da reflorestação e da preservação das áreas florestais existentes.

Debate "A Realidade da Floresta Portuguesa"

Este debate inseriu-se num conjunto de iniciativas promovidas pela Caixa e pela Liga para a Proteção da Natureza que visaram a sensibilização para a gestão sustentável das florestas, tendo em conta os problemas que atualmente ameaçam as Florestas.

Debate "Floresta Portuguesa: que Futuro?"

Este debate insere-se no conjunto de iniciativas desenvolvidas pela Caixa e pela LPN no âmbito do Ano Internacional das Florestas (AIF).

No decorrer do evento, foram apresentadas comunicações de relevância para o conhecimento sobre a gestão e produção florestal, bem como as estratégias futuras para a prevenção dos incêndios florestais.

Workshop de Fotografia da Natureza

Este *workshop* teve como objetivo dar a conhecer algumas metodologias específicas da fotografia aplicada à Natureza.

Workshop "Compostagem Doméstica"

Este *workshop* sobre compostagem doméstica foi mais uma iniciativa de sensibilização da Caixa, em parceria com a LPN, para a gestão sustentável das florestas e deu a conhecer os princípios básicos da compostagem para fazer em casa.

Celebração do Dia dos Avós com atividades ligadas ao ambiente florestal

O passatempo Caixa Ativa para comemorar o dia dos Avós (26 de julho) pretendeu aproveitar o convívio salutar entre avós e netos para, simultaneamente, despertar nas consciências infantis a importância de todos protegermos a Floresta. Foi uma ação de cariz educativo e pedagógico, que se traduziu no ambiente escolhido para a mesma – Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros – e em atividades ligadas ao ambiente florestal e sua defesa que proporcionou.

O Programa Nova Geração de Cientistas Polares

Parceria entre a Caixa Geral de Depósitos e o Comité Português, API para a atribuição de Bolsas de Mobilidade visando fomentar a internacionalização dos jovens investigadores portugueses. Estas Bolsas de Mobilidade enquadram-se nos seguintes objetivos: participação em reuniões científicas no estrangeiro, realização de estágios de investigação em instituições no estrangeiro e participação em campanhas de investigação nas regiões polares.

COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES DE CO_2 E RELATÓRIO DE NEUTRALIDADE CARBÓNICA

Em 2011, a Caixa concretizou o cumprimento da meta Caixa Carbono Zero, efetivando a compensação de parte das emissões verificadas em 2010 associadas à atividade bancária em Portugal.

Com o Programa Caixa Carbono Zero, uma iniciativa única no sector financeiro português, em prática desde 2007, a Caixa colocou-se lado a lado com as melhores práticas internacionais no que toca a encarar as alterações climáticas como um tema prioritário e tornou-se o primeiro Banco em Portugal com um plano estruturado de neutralidade carbónica.

Neste sentido, a Caixa tem vindo a operacionalizar um conjunto de medidas de redução das suas emissões de carbono. Algumas destas iniciativas intervieram directamente nas suas instalações passando pela implementação de medidas tecnológicas de baixo carbono – como a instalação de energias renováveis no Edifício-Sede e na Rede de Agências – enquanto outras se centraram na sensibilização para a alteração de comportamentos dos colaboradores, como é o caso do guia *Dia-a-Dia Carbono Zero*, que promove boas práticas de eficiência energética.

Para além da implementação de medidas de redução, e em linha com o previsto no Programa Caixa Carbono Zero, a Caixa concretizou a compensação das emissões associadas à sua frota comercial, à produção das suas publicações e às atividades da Culturgest, através da aquisição de créditos de carbono.

Os créditos de carbono utilizados pela Caixa para a compensação das suas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) foram gerados num projecto indutor de redução das emissões de carbono por alteração tecnológica numa unidade de produção de papel localizada no Brasil. O projecto contribui, ainda, para a sustentabilidade ambiental local ao promover a substituição da utilização de combustíveis fósseis por uma fonte de energia renovável. Este projecto tem atribuído um selo de qualidade internacionalmente reconhecido – o Voluntary Carbon Standard.

A acção de compensação da Caixa reconhece o cariz global da problemática das alterações climáticas e a importância da ajuda internacional a países em desenvolvimento ao mesmo tempo que tem a oportunidade de co-financiar um projecto num país onde o banco tem atividade. Além dos créditos de carbono de origem tecnológica, a Caixa continuará a utilizar, também, créditos gerados na Floresta Caixa Carbono Zero, nomeadamente na Tapada Nacional de Mafra.

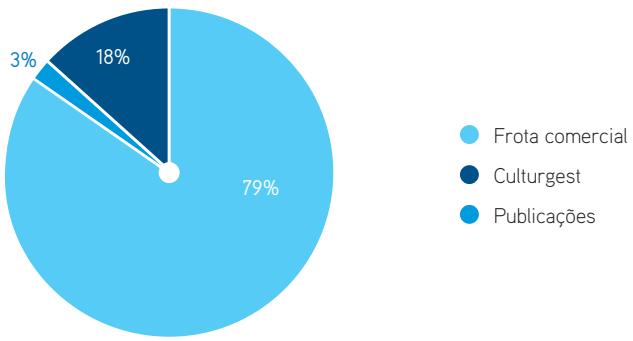
A quantificação de emissões de carbono a compensar baseou-se na recolha da seguinte informação sobre os níveis de atividade associados a cada fonte de emissão considerada:

- **Frota comercial:** quantitativo de combustível consumido nas viaturas de serviço da Caixa;
- **Culturgest:** consumo de energia eléctrica nos espaços Culturgest localizados no Edifício-Sede da Caixa e quantitativo de resíduos produzidos.
- **Publicações:** consumo de energia necessário à produção das publicações (pasta de papel, papel e impressão e acabamento).

A par da quantificação de emissões, tanto a frota comercial como a Culturgest foram sujeitas a uma análise às suas operações de forma a identificar e aplicar medidas de redução de emissões. Destas iniciativas, destacam-se o estabelecimento de uma *pool* de viaturas, a promoção da utilização do transporte público e a melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação da Culturgest.

As emissões decorrentes das atividades compensadas em 2010 correspondem a um total de 4021 t CO_2 e, distribuídas de acordo com a figura seguinte.

META CAIXA CARBONO ZERO 2010 - EMISSÕES COMPENSADAS



A ação de compensação de emissões da Caixa insere-se no Programa Caixa Carbono Zero que concretiza a sua estratégia climática e resulta de uma reflexão sobre os riscos e as oportunidades que as alterações climáticas colocam à sua atividade. Este plano de ação integrado, único no setor financeiro em Portugal, inclui a quantificação e a redução de emissões, a colocação no mercado de soluções financeiras orientadas para uma economia de baixo carbono e a sensibilização sobre o tema junto de clientes e da sociedade em geral.

Na sequência desta acção, foi elaborado um *Relatório de Neutralidade Carbónica* da CGD, que constitui o 1º relato sobre neutralidade carbónica do sector financeiro nacional. O documento tem por objetivo definir os termos em que se concretizou o cumprimento da meta Caixa Carbono Zero, identificando o âmbito das emissões compensadas, a metodologia de quantificação e o processo de seleção e gestão dos créditos de carbono implementado.

A meta Caixa Carbono Zero é um compromisso faseado e alvo de uma verificação externa independente realizada no âmbito do Relatório de Sustentabilidade da Caixa Geral de Depósitos.

O compromisso da Caixa para um desenvolvimento sustentável em prol do planeta e das gerações futuras tem a sua continuidade assegurada, também, com a definição de objetivos de redução de emissões, afectas à sua atividade, para 2015.

O RELATÓRIO CDP IBÉRIA 125 2011

A Caixa é a melhor empresa portuguesa e a melhor instituição financeira ibérica na resposta às exigências de uma economia de baixo carbono, de acordo com a classificação do Carbon Disclosure Project (CDP).

O Relatório CDP Ibéria 125 2011 – publicado pelo CDP – avaliou, pela primeira vez, as respostas das maiores empresas cotadas em Portugal e Espanha, no âmbito das suas estratégias de responsabilidade climática. A classificação Carbon Disclosure avalia o nível de compreensão e transparência das empresas em relação ao tema, assim como a sua eficácia na mitigação de emissões de gases com efeito de estufa.

A CGD foi a primeira instituição financeira portuguesa a tornar-se investidor signatário do CDP e, desde 2009, passou a responder ao respetivo questionário. A sua ação é, agora, reconhecida, sendo uma das seis empresas ibéricas com classificação superior a 85 pontos, numa escala de 100, obtendo, assim, a classificação A- na escala Carbon Performance (apenas três empresas espanholas atingem a classificação A). Os 88 pontos da CGD representam, aliás, a melhor classificação entre as empresas portuguesas e, também, a melhor em todo o setor financeiro Ibérico.

Estes resultados significam que o tema está plenamente integrado na estratégia da CGD, concretizando-se em iniciativas de elevada eficácia. É nesse âmbito que se enquadra o Programa Caixa Carbono Zero, através do qual a CGD tem vindo a desenvolver, desde 2007, um conjunto de iniciativas que a posicionaram na liderança do setor financeiro nacional, na resposta às novas exigências de uma economia de baixo carbono.

Lançado em 2000, o CDP é uma ONG independente, que visa fornecer informação sobre as implicações das alterações climáticas no valor acionista das empresas. Através do seu questionário, o CDP recolhe, anualmente, informação junto das maiores empresas mundiais que lhe permite dispor da mais completa base de dados sobre emissões e estratégias corporativas de responsabilidade climática. Essa informação é, hoje, utilizada por mais de 75 por cento dos seus investidores institucionais signatários, como forma de reduzir o risco associado a decisões de investimento e alocação de ativos.

RESPONSABILIDADE CLIMÁTICA EM PORTUGAL – ÍNDICE ACGE 2011

A CGD obteve, no Índice ACGE 2011, a liderança do setor financeiro e a 2ª posição no total das 82 empresas avaliadas, como reconhecimento pelo seu empenho na resposta ao desafio das alterações climáticas e a uma economia de baixo carbono.

O Índice ACGE avalia a resposta das empresas ao desafio das alterações climáticas e a uma economia de baixo carbono e estabelece um *ranking* que possibilita a comparação dos resultados das

políticas de gestão dos vários participantes, (82 empresas e 14 setores de atividade), numa perspetiva de competitividade e melhoria de desempenho, assumindo, também, uma dimensão de sensibilização e informação pública.

ENVOLVIMENTO COM OS *STAKEHOLDERS*

A CGD reconhece que o desenvolvimento sustentado da sua atividade está também dependente de um diálogo contínuo com as diversas partes interessadas da organização, considerando fundamental a existência de relações transparentes e de confiança com as suas Partes Interessadas.

O envolvimento com as Partes Interessadas constitui uma importante ferramenta para a identificação e compreensão das necessidades, preocupações e expectativas destes grupos em relação à atuação da Caixa. Através do contínuo e crescente diálogo com as suas Partes Interessadas, a Caixa garante o alinhamento das expectativas destes grupos com a sua atuação estratégica, bem como a identificação e a gestão dos riscos e oportunidades resultantes da interação dinâmica entre a Caixa e a sociedade.

Foi iniciada a consulta a *Stakeholders*, no final de 2011, que serviu de base à definição dos assuntos relevantes a abordar no Relatório de Sustentabilidade.

Clientes Particulares

O desenvolvimento de relações equilibradas, transparentes e duradouras com os seus Clientes Particulares é essencial para a continuidade e afirmação do negócio da Caixa. Neste sentido, a Caixa disponibiliza soluções que sirvam para uma melhor e mais prudente gestão dos recursos e necessidades financeiras, incluindo os meios de transação que lhes estão associados, dos Clientes Particulares, contribuindo para uma melhoria da sua qualidade de vida e procurando, assim, ir ao encontro das suas expectativas.

Clientes Empresas

O desenvolvimento de relações equilibradas, transparentes e duradouras com este grupo é, igualmente, decisivo para a continuidade e afirmação do negócio da Caixa. Desta forma, a Caixa pretende ser um parceiro financeiro do tecido empresarial português, nomeadamente das PME, disponibilizando soluções que respondam às necessidades de crescimento e consolidação da sua atividade e que contribuam para um aumento da sua capacidade de resposta às crescentes exigências ambientais e sociais.

Colaboradores

O desenvolvimento sustentado da atividade da Caixa depende da capacidade dos seus colaboradores em colocar em prática a estratégia da organização. A Caixa, enquanto empregador responsável, pretende não só garantir o desenvolvimento de boas condições de trabalho, como também a implementação de medidas de desenvolvimento pessoal e profissional e de motivação dos seus colaboradores.

Acionista Estado

O acionista Estado espera da Caixa que esta cumpra a sua missão de referência do sistema financeiro português, procurando, no exercício da sua atividade, uma evolução equilibrada entre solidez, rentabilidade e crescimento, sempre no quadro de uma gestão prudente dos riscos, de uma prática de referência ao nível da eficiência e qualidade de serviço, de Bom Governo e de elevado sentido de responsabilidade social, apoiando ações culturais e sociais e promovendo a sustentabilidade.

Comunidade

A Caixa apoia, contínua e empenhadamente, projetos de incentivo à inovação e ao conhecimento, de cariz social, cultural e ambiental, promovendo um relacionamento duradouro com a comunidade, nomeadamente com Estabelecimentos de Ensino Superior, Organizações Não-Governamentais (ONG), IPSS e movimentos associativos e cívicos.

Entidades Reguladoras

O papel das Entidades Reguladoras vai para além da regulação e fiscalização. Além do dever de prestação de contas às Entidades Reguladoras, a Caixa, enquanto referência da atividade bancária portuguesa,

participa ativamente em ações e projetos que visem a melhoria da "arquitetura" do sistema financeiro nacional, comunitário e internacional.

Fornecedores

A qualidade e fiabilidade dos produtos e serviços da Caixa dependem, igualmente, do exercício de práticas responsáveis da parte dos seus fornecedores. Como forma de garantir o alinhamento de interesses, a Caixa adota uma política de compras que valoriza critérios de transparência e de desenvolvimento de práticas responsáveis ao longo de toda a cadeia de valor.

PARCERIAS E ADESÕES

A CGD tem pautado a sua conduta pela conformidade e associação aos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado e a iniciativas como a UNEP – Finance Initiative, Carbon Disclosure Project, Global Reporting Initiative, WSBI / ESBG e BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, entre outras.

Para desenvolver da melhor forma a sua atividade, a Caixa relaciona-se com as Partes Interessadas, participando ativamente em diversas associações.

Principais organizações de que a CGD é membro, detendo também posições nos órgãos de governação:

- Associação Portuguesa de Bancos (APB);
- Instituto Português de Auditoria Interna (IPAI);
- Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN);
- Instituto Civil da Autodisciplina da Publicidade (ICAP);
- Business Council for Sustainable Development (BCSD Portugal).

Principais Organizações de que a Caixa é membro, considerando a sua participação de valor estratégico ou de elevada importância para a Empresa:

- United Nations Environment Program – Finance Initiative (UNEP FI);
- Carbon Disclosure Project (CDP);
- Associação Empresarial para a Inovação (Cotec Portugal);
- Fórum para a Competitividade;
- Instituto Português de Corporate Governance;
- European Savings Bank Group (ESBG) – Charter for Responsible Business;
- Single Euro Payment Area (SEPA);
- Fundação Portugal África;
- Fundação Serralves.

PRÉMIOS E DISTINÇÕES

- Carbon Disclosure Project CDP Iberia 125 2011 (Combate às alterações climáticas):
  - Melhor Empresa Portuguesa;
  - Melhor Instituição Financeira Ibérica;
  - Top 6 das Melhores Empresas Ibéricas;
  - Inclusão no CDLI (Carbon Disclosure Leadership Index);
- CGD – Grupo Financeiro Mais Sustentável, Portugal, 2011 (TNE Awards, UK);
- Índice ACGE 2011 – Responsabilidade Climática em Portugal
  - Melhor Instituição Financeira;
- Prémio Destaque Desenvolvimento Sustentável, maior subida face a 2010 – Heidrick & Struggles e *Diário Económico*, 2011;
- CGD – Instituição Financeira Mais Sustentável, Portugal, 2010 (TNE Awards, UK);
- Marca de Confiança na Atuação Ambiental – *Reader's Digest*, 2009, 2010 e 2011;
- Prémio Cidadania de Empresas e Organizações – Programa Caixa Carbono Zero, melhor iniciativa na área do ambiente, PriceWaterhouseCoopers (2009).

EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES

A atividade de gestão da edição de publicações continuou, em 2011, a desenvolver-se no âmbito da estratégia de *customer publishing* definida para o triénio de 2010-2012, através da publicação de revistas dirigidas a diversos segmentos de Clientes, assim como uma publicação específica para os colaboradores da Caixa.

Nas referidas revistas, merece destaque a transversalidade de temas abordados e o alinhamento dos seus conteúdos com a estratégia de comunicação da Caixa definida para cada segmento destinatário das mesmas.

Revista *Cx*

Revista de marca, com periodicidade trimestral, é distribuída aos Colaboradores e Clientes – quer por correio, quer disponibilizada em Agências da CGD – e, ainda, vendida em banca. Tem como finalidade principal reforçar o posicionamento da Caixa junto dos vários públicos, a exposição e valorização da sua missão, objetivos e atividade e possibilitar a transmissão contínua de mensagens relevantes da sua atividade global. A sua distribuição é acompanhada de dois encartes específicos, com 8 páginas cada, para a divulgação da oferta financeira e interesses específicos para cada um dos públicos definidos:

- **Encarte *Caixa Azul*** – para os Clientes Caixazul;
- **Encarte *Nós Caixa*** – para os Colaboradores e Aposentados da CGD; Empresas do Grupo CGD; Órgãos de comunicação social; Parceiros; Entidades oficiais; Outras entidades consideradas pertinentes.

Tendo em conta a otimização de custos, a partir do n.º 4, foram reduzidas algumas das tiragens destas publicações, pelo que deixou de ser enviado o conjunto *Cx + Nós Caixa* em suporte papel aos colaboradores no ativo, privilegiando, assim, o suporte digital – neste caso, a intranet. Para os aposentados, continuou a enviar-se, via postal, o conjunto das duas publicações.

Caixa Activa

É uma revista trimestral, destinada aos Clientes com mais de 55 anos, que constituem um grupo social e consumidor de grande relevância para a Caixa.

Aproveitar a oportunidade para se posicionar como a Marca mais relevante para este segmento é um dos objetivos da Caixa, pelo que o alinhamento da revista aborda temas de interesse para este grupo exigente e ativo, nomeadamente, nas áreas da saúde, do bem-estar, dos comportamentos, do lazer, da cultura, viagens e aconselhamento financeiro. Além de enviada para Clientes e distribuída nas Agências da Caixa, é também vendida em banca, de forma isolada e em *pack* com a revista Cx.

Caixa no Mundo

Suporte privilegiado de comunicação com os Clientes residentes no estrangeiro, com periodicidade trimestral e enviada por correio para os Clientes, tem como principal objetivo divulgar a oferta de produtos e serviços da Caixa específicos para este segmento, assim como os seus patrocínios, iniciativas e parcerias.

Caixa Woman

Lançada em 2009, é uma revista trimestral que contribui para a estratégia integrada de comunicação com o segmento feminino, a par da publicidade tradicional, comunicação digital e ações de relações públicas. As edições de 2011 tiveram um enfoque particular na iniciativa e no desempenho profissional das figuras que constaram em entrevista – sempre numa lógica de exemplo e mobilização para as leitoras.

Além de informar, de maneira apelativa, dirigida e atualizada sobre a oferta Caixa Woman, cumpre um objetivo essencial na dinamização comercial com o público feminino, nomeadamente, através de passatempos, iniciativas de relações públicas, brindes e descontos. Tem um formato *pocket* e adota uma linguagem e um estilo de grande afinidade com as revistas femininas, onde se inspira na modernidade e nas temáticas: moda, saúde e bem-estar, carreira, consumo, decoração, qualidade de vida e gestão familiar e doméstica. Ao mesmo tempo, procura personalizar a mensagem de cada edição

em figuras-chave, reconhecidas publicamente e que podem fomentar a empatia junto das leitoras. Reforça, em cada edição, a comunicação dos valores da CGD, no âmbito da responsabilidade social e da sustentabilidade. A sua distribuição é feita na Rede Comercial da CGD e em eventos diversos, sendo que, desde 2010, complementou esta distribuição com uma tiragem para venda em banca – onde potencia a sua visibilidade e reconhecimento de Marca.

Caixa Empresas

Dirigida ao segmento de Empresas da CGD, com periodicidade bimestral e encartada no jornal *Diário Económico*, parte da sua tiragem é distribuída através da Rede de Gabinetes Caixa Empresas da CGD.

Constitui um suporte essencial no desenvolvimento de uma estratégia de comunicação integrada junto dos Clientes empresariais, que passa pela criação de uma comunidade de interesses e parcerias entre Clientes e instituições de relevância estratégica para o desenvolvimento da Marca Caixa. Paralelamente, a revista *Caixa Empresas* coloca-se como um suporte de visibilidade e reconhecimento regular junto das empresas e dos empresários nacionais que, assim, têm oportunidade de acompanhar as ações e todo o pacote de oferta em produtos e serviços especializados da Caixa Geral de Depósitos.

Comunicação Digital 2011

O desafio de 2011 em manter os vetores para a **Inovação**, **Criatividade**, **Compromisso** e **Liderança** assentes em projetos maduros e fortemente implementados na relação comercial e pessoal com o mercado e seus clientes, transpôs a atividade de comunicação digital da Caixa para novos eixos de intervenção na sociedade.

Ao longo de 2011, a Caixa desenvolveu e criou diversos projetos que levaram as estratégias de comunicação a campos distintos do convencional e do tradicional.

A génese social de alguns e o âmbito económico e financeiro de outros contribuíram para a criação de diferentes canais de comunicação e de informação.

Foi o ano de mudança de imagem e de linha gráfica da marca CGD e todo o alinhamento cromático foi transversal aos principais canais, *sites* e presenças nas redes sociais.

O tema da Poupança liderou a temática e a semântica da *Web3.0* marcou os conteúdos e toda a relação contextual dos produtos e serviços da Caixa divulgados *on-line*, transversalmente a todos os canais *web* do banco.

Novas criatividades e novos elementos de comunicação digital surgiram para dar suporte às campanhas de *Ads* e *Display* nas Campanhas da nova Assinatura, na da Poupança, nas dos segmentos Caixazul e Residentes no Estrangeiro e, finalmente, na do PAP, que utilizaram o vídeo e o *flash* vídeo como ferramentas poderosas de interação e comunicação *on-line*, criação de *leads* de negócio e de ações virais com partilhas nas redes sociais, perfis e páginas pessoais.

Os projetos de comunicação *on-line* lançados desde 2009 reforçaram a sua consolidação durante o ano de 2011, dando cumprimento à política do bom governo e conduta ética e mantiveram-se parte integrante dos eixos estratégicos de desenvolvimento da atividade.

A Comunicação digital da Caixa integrou, igualmente, na sua atividade, ao longo de 2011, os eixos estratégicos de desenvolvimento da atividade, convencionados no Relatório do Bom Governo, como o crescimento rentável do negócio, a consolidação da liderança em áreas de tradicional força da CGD, a melhoria da qualidade de serviço, ambos fatores críticos de sucesso na atividade financeira, e contribuiu para o desenvolvimento cultural e social, bem como para a promoção da sustentabilidade.

Mas, em 2011, quisemos inserir novos paradigmas para o digital e construímos novos projetos de comunicação que vincaram temas como o da **Colaboração**, o **Conhecimento**, a **Proximidade**, a **Mobilidade** e o **Social** que abriram novas áreas de intervenção da Marca e veicularam o seu posicionamento em torno do sentido coletivo, público e social.

A COLABORAÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL

CO-LAB Meeting Point

O projeto CO-LAB Meeting Point de Inovação Social, uma iniciativa pioneira em Portugal, que promo-

ve a ativação da inovação social com recurso à colaboração intersetorial, mereceu a criação de um *site* colaborativo com possibilidade de gerador de uma comunidade multidisciplinar e multissetorial com objetivos comuns.

A geração de ideias que resultou do lançamento desta iniciativa comprova que a interseção de disciplinas, culturas, saberes, metodologias, dificuldades e soluções contribui positivamente para inovar e melhorar a qualidade de vida de todos.

A economia social «ao aliar rentabilidade e solidariedade, desempenha um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, gerando capital social, promovendo a cidadania ativa, a solidariedade e um tipo de economia com valores democráticos que põe as pessoas em primeiro lugar, além de apoiar o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica» (Resolução do Parlamento Europeu [2008/2250 (INI)], de 19 de fevereiro de 2009).

A Caixa lega, assim, um espaço aberto à comunidade de participação, partilha e introdução de novos eixos na economia social, criando novas plataformas de diálogo, aprofundamento de políticas e capitaliza a importância do investimento nas pessoas e nas ideias.

O Voluntariado

O Voluntariado, introduzido de forma transversal ao longo de 2011 nas ações e iniciativas da Caixa, abriu uma oportunidade para momentos de comunicação com múltiplos testemunhos e rostos que se espalharam a todo o país e que vincou a agenda nacional e local de populações, organizações, instituições e corporações.

A comunicação digital deu-lhe a expressão essencial na sua divulgação, levando a milhares de pessoas que nos visitam diariamente histórias, pessoas, ideias e gestos, através de reportagens, filmes e imagens, fazendo da informação uma ferramenta poderosa de motivação, exemplo e dinamismo.

O *site* que deu corpo informativo a todas as iniciativas de Voluntariado da Caixa reúne, em diversas áreas, informação sobre as diferentes ações que se concretizaram ao longo de todo o ano de 2011.

CONHECIMENTO

Site Research

O papel que a Caixa detém na construção de uma cidadania ativa e informada eleva a sua responsabilidade para com a sociedade na partilha do conhecimento e na divulgação de informação isenta, imparcial, tecnicamente correta e transparente, que possa contribuir para alavancar a participação das pessoas na economia, no empreededorismo social e na construção de um futuro melhor.

E a transmissão de **Conhecimento** é outro eixo que traçámos ao longo de 2011 na comunicação digital, marcado essencialmente pelo desenvolvimento de um espaço – *site* – dentro do cgd.pt sob a designação **Research**, nome remissivo que indica claramente que esta é uma área exclusivamente dedicada a estudos, investigação, análise e relatórios.

Estes estudos ficaram igualmente disponíveis numa plataforma *on-line* e podem ser acedidos ou visualizados em *iPad* e *desktop*. Desta forma, a Caixa aproxima-se das melhores tendências da comunicação digital, entrando no mercado das APP para *tablets* e plataformas móveis.

Webinar – Seminário *On-line*

Pela primeira vez utilizado na Caixa, e com resultados excelentes de audiência e participação, com mais de mil pessoas ligadas ao longo de quatro horas de emissão em direto, em parceria com a Universidade Lusófona, organizámos para o GET dois Webinar (Seminário com *broadcast* via Web) para a apresentação dos dois Relatórios produzidos no 2º semestre de 2011 – *A Atualidade do Setor Imobiliário* e *Desenvolvimento da Economia Portuguesa*.

Esta plataforma digital de acesso pessoal que permite assistir a seminários via *webservice*, colocar perguntas, intervir no seminário e participar no debate corresponde às tendências e práticas internacionais que as organizações selecionam para realizar apresentações, seminários, conferências, *workshops*, *open talks*, etc., de âmbito internacional e global, de uma forma pessoal, próxima e eficaz.

A plataforma tornou-se numa ferramenta de conhecimento para todos que nela se registem e que assistam, comodamente, a partir de um PC, uma Webcam e um microfone (gratuitamente na maioria das vezes) a apresentações e debates sobre temas de elevada importância e interesse.

Site Floresta Caixa

Lançou-se, ainda, o espaço dedicado à Floresta Portuguesa, com a promoção de participação em diversos passatempos em que as crianças foram convidadas a colocar questões sobre a Floresta e cuja qualidade e originalidade das perguntas foi premiada.

O espaço *on-line* Floresta Caixa retrata todas as ações ao longo de 2010 que dinamizámos localmente em parceria com a ANEFA e outras instituições ligadas ao ambiente, como a Quercus e demais organizações. Aqui, pode encontrar filmes e imagens das ações de florestação, o projeto da Tapada de Mafra, a preservação das espécies, ações de sensibilização e florestação e, também, uma área de conselhos e boas práticas.

A PROXIMIDADE

Micro-*site* Residentes no Estrangeiro

2011 foi o ano da Proximidade focada nos Portugueses em geral, mas, sobretudo, nos que vivem e trabalham fora de Portugal.

Renovámos o espaço digital, reforçámos a mensagem de acolhimento e a informação sobre toda a oferta financeira destinada a quem está longe, mas que continua a contar com a Caixa como o seu banco principal.

O micro-*site* dos Residentes no Estrangeiro passou, assim, a ter uma dimensão alargada a temas e necessidades específicas de quem está longe do seu país, como a gestão do dia a dia, o financiamento de projetos pessoais, informação legal e fiscal, a abertura e movimentação de contas, a utilização de cartões fora de Portugal, a transferência de fundos e a subscrição de depósitos.

Espaço Cliente

A qualidade e a excelência, dois eixos primordiais focados na orientação para o cliente exercem na atividade da Caixa um papel de extrema importância e valor.

O Espaço Cliente, canal de contacto e de informação *on-line*, é exemplo da relação próxima e permanente que a Caixa estabelece diariamente com o mercado, o seu público e clientes.

Este canal digital presta, assim, um serviço de resposta e informação a dúvidas, pedidos de informação, sugestões e reclamações de uma forma pessoal, formal e especializada e garante o cumprimento da nossa política de gestão de reclamações e de boas práticas, sendo, também, fundamental aos processos de melhoria de qualidade dos serviços, processos e produtos da Caixa.

Ouvir, Escutar, Perceber, Responder e Informar ou Esclarecer, de uma forma ética e uniforme, são muitas das funcionalidades que o Espaço Cliente tem e que se tornou já uma ferramenta *on-line* fundamental ao contacto e à proximidade criada entre a Caixa e os seus clientes.

MOBILIDADE

Mobile

Os Canais *Mobile* www.cgd.pt/mobile e o www.caixamais.pt/mobile cresceram e evoluíram tecnologicamente assentes em plataforma MOSS e passaram a estar acessíveis a partir de qualquer equipamento móvel com acesso à Internet.

Publishing

Lançámos uma APP gratuita para iPad que disponibiliza para leitura integral todas as publicações de *Customer Publishing* da Caixa, e que estão, assim, acessíveis a todos os públicos, podendo ter a oportunidade de, comodamente, ler e rever todos os conteúdos ao longo de várias edições mensais, bimestrais e trimestrais.

O Quiosque Caixa é um espaço inovador de comunicação móvel, atraente, de leitura fácil e intuitiva com diversas funcionalidades nativas das aplicações da Apple, com navegação e menus interativos que permitem ao utilizador uma experiência de leitura dinâmica e fortemente visual.

Georreferenciação

Lançada em 2010, a plataforma de georreferenciação das Redes de Agências e Gabinetes abriu um serviço no *site* público da Caixa, que permitiu a fácil localização no mapa de todos os pontos de venda. Com essa implementação tecnológica, pudemos, em 2011, evoluir para a georreferenciação de serviços, como, por exemplo, o Caixazul, em que exclusivamente no *site* do serviço, os clientes podem consultar direções, calcular a distância e o tempo de deslocação entre dois ou mais pontos no seu percurso, entre a sua localização e o ponto de contacto da Caixa.

SOCIAL

UP2You Challenge
Talento e criatividade em prol do investimento social

A Bolsa de Valores Sociais (BVS) criou, em conjunto com a Caixa Geral de Depósitos, o desafio Up2You Challenge, uma iniciativa que atribuiu 500 euros aos jovens universitários mais criativos e desafiou-os a multiplicar esse valor, no espaço de um mês, em prol de uma instituição social.

Sendo uma campanha assente, essencialmente, no Facebook, criámos uma mecânica de participação integralmente naquela rede social.

Desenvolveu-se uma aplicação especificamente para dar suporte às diversas funcionalidades de registo, participação, *upload* de vídeos, fotos, carregamento de conteúdos, partilhas, e *likes* criando um dinamismo social e viral ao *challenge*.

Para participarem, os jovens formaram equipas de quatro estudantes e adquiriram um *kit* na Caixa Geral de Depósitos com quatro fitas. Cada *kit* custava 4 euros, um valor que reverteu na totalidade a favor dos projetos sociais cotados na BVS.

A candidatura estaria concluída quando a equipa submetesse à votação, através do Facebook, o texto, a imagem, o vídeo ou a música, nos quais deveria explicar a sua proposta para multiplicar o montante recebido. O concurso de ideias – que se pretendeu inspirador, solidário e muito criativo – teve como júri os utilizadores do Facebook, que, através das suas preferências, vão eleger os futuros empreendedores sociais.

Integração nas Redes Sociais

O *site* público da Caixa passou a disponibilizar nas suas páginas de conteúdos um ícone de partilha nas principais redes sociais com mais utilizadores – Facebook, Twitter e Linkedin.

Os visitantes do *site* público da Caixa passaram a ter a possibilidade de partilhar nas suas páginas junto dos seus círculos de influência – amigos, familiares e conhecidos – informação da Caixa de todo o nosso portefólio de produtos e serviços e de informação corporativa e institucional.

Passámos, assim, a contar com o poder da partilha em rede que a comunicação global que vive essencialmente da rapidez e eficácia que o digital oferece a cada um de nós.

A Caixa passa, assim, a contribuir para o seu próprio ***buzz*** na esfera digital.

O que mantivemos ao longo de 2011

Em 2011, mantivemos o investimento no parque tecnológico, criando novas plataformas que poderão, no futuro, dar apoio às exigências da mobilidade, das novas tecnologias de comunicação e da distribuição de informação em diferentes suportes móveis.

A RESPONSABILIDADE

www.cgd.pt – Portal da Caixa com acessibilidade total

Mantivemos, em 2011, o número de acessos únicos em mais de um milhão de utilizadores e disponi-

bilizando cerca de 25 milhões de páginas mensais no www.cgd.pt.

O portal da Caixa Geral de Depósitos – www.cgd.pt – manteve os mais elevados parâmetros de acessibilidade e a sua posição pioneira no setor financeiro, garantindo total acessibilidade aos utilizadores invisuais ou com dificuldades motoras.

A preocupação com a inclusão digital, através do acréscimo dos níveis e grupos de informação e respetiva acessibilidade, manteve, ao longo de 2011, os seus níveis ótimos de evolução e esteve sempre na base de todos os projetos Web do portal da Caixa de Geral de Depósitos, indo ao encontro da política de responsabilidade social da CGD que prevê a promoção da cidadania, da igualdade de oportunidades para todos através da tecnologia e o acesso à informação financeira importante na gestão corrente das pessoas, famílias e empresas.

O espaço web da Caixa Geral de Depósitos vem contribuir para a inclusão digital e para o acesso geral a um serviço completo de informação financeira dedicado a todas as pessoas, agregados familiares e empresas, consolidando a Caixa como entidade responsável e ativa na promoção da cidadania e na geração de oportunidades.

A SEGURANÇA

Combate à fraude *on-line*

A Caixa prosseguiu, ao longo de 2011, no combate à fraude na Internet e divulgou com regularidade em diversos meios, entre os quais a Internet – cgd.pt – mecanismos atualizados para as pessoas protegerem os seus computadores, nomeadamente mantendo o seu antivírus sempre ativo, não acederem à Caixadirecta *on-line* através de *links* em *e-mails*, utilizar sempre *firewall*, verificarem os certificados digitais do serviço, não acederem às contas através de computadores públicos, não abrirem *e-mails* que, apesar de familiares, podem ter origem duvidosa e desativarem a pré-visualização da sua caixa de correio.

Saber como detetar um vírus, evitar *e-mails* fraudulentos, detetar uma ação de *phishing*, ou comprar *on-line* em segurança e identificar *sites* seguros são, entre outros, alguns alertas que a Caixa disponibiliza na sua área de Segurança, especialmente criada para ajudar as pessoas a corrigirem alguns comportamentos de risco quando navegam na Internet e acedem a *sites* menos seguros ou aceitam, sem se aperceberem, ficheiros maliciosos que entram nos seus computadores e instalam programas que executam determinadas operações com o objetivo de capturar dados pessoais e bancários dos seus utilizadores.

Todos os meses, a Caixa renova as suas mensagens de segurança nos seus canais, de forma a relembrar consecutivamente os seus clientes e os cidadãos em geral de que a sua segurança também começa nos seus comportamento, já que os serviços de *Internet banking* da Caixa são seguros e não têm qualquer risco para quem os utiliza.

A área de segurança da Caixa apela a determinados cuidados a ter e ensina a aplicar os procedimentos corretos nas operações e transações bancárias através da Internet e na utilização dos cartões de débito e de crédito. Esta área é de consulta obrigatória.

EDUCAÇÃO E LITERACIA

Site Saldo Positivo

A Caixa Geral de Depósitos manteve, ao longo de 2011, o reforço do seu Programa de Educação Financeira destinado a clientes e não clientes, com o objetivo de promover a literacia financeira e incentivar a poupança. Um programa de informação e boas práticas, que permitirá, a todos, diagnosticar a sua situação financeira com maior rigor.

Em www.saldopositivo.cgd.pt, a Caixa apresenta conteúdos com aplicação prática e útil na gestão diária do orçamento familiar, bem como sugestões de poupança de energia e consequente redução de consumos e despesas.

Através deste *site*, é possível aceder a ferramentas de diagnóstico financeiro, que permitem alertar para situações de endividamento excessivo, entre outras. Estes diagnósticos têm como base

situações de consumo e de poupança/investimento, acompanhados de confrontação de cenários, opções de consumo ou de gestão, entre outros.

O Saldo Positivo promove, assim, o conhecimento do léxico financeiro, das principais operações e produtos financeiros, a gestão do orçamento pessoal/familiar e, sobretudo, incentiva a poupança, o investimento e o consumo de forma consciente.

Acreditamos que as pessoas, quando melhor informadas, gerem melhor a sua vida financeira e diminuem substancialmente os seus encargos, aumentando, em consequência, os índices de poupança.

WEB 2.0

Redes Sociais

Mantivemos a nossa presença nas Redes Sociais Facebook e Twitter, com as campanhas Caixa Mais, Caixa Woman e Cartão MTV, e o Portal Vantagens Caixa, onde mantivemos um forte dinamismo de forma a acompanhar as tendências do mercado.

A dinamização e o enorme fator de crescimento destes novos canais Web, sustentados, essencialmente, por um acompanhamento personalizado e por um estreitamento relacional efetivo em que se mantiveram resultados de adesão muito significativos, serviram, assim, para promover ações em ponto de venda e passatempos e para criar uma proximidade com os segmentos comprovadamente estratégicos que lideram na utilização deste tipo de canais para comunicarem entre si, com amigos e familiares, bem como com as suas marcas de eleição.

A Caixa pretendeu, ao longo de 2011, manter a força da sua presença nestes novos canais de uma forma progressiva para estar onde cada vez mais os utilizadores e visitantes da Internet passam mais tempo do que em qualquer outro espaço na Web.

Estatísticas cgd.pt

Os *sites* da CGD mantêm-se na liderança, tanto em número de utilizadores únicos como em páginas visitadas. Atingimos já o milhão e duzentos mil indivíduos únicos por mês que acederam a *sites* da CGD a partir do lar. Em páginas visitadas, a liderança também se mantém da CGD, com 23 milhões.

Comunicação em ações promocionais de produtos e serviços oferecidos ao mercado

CAIXAZUL

Em setembro de 2011, a Caixa lançou uma campanha de publicidade destinada aos clientes Caixazul, assente na ideia de que o Gestor Caixazul é alguém que se dedica e que dá sempre o seu máximo para melhorar a vida do seu cliente e da sua família. A campanha esteve presente em televisão, Internet, *mobile* e imprensa.

O Gestor identifica as melhores oportunidades que respondem às necessidades financeiras do cliente e seleciona as melhores alternativas de produtos e serviços disponíveis. Desta forma, no anúncio de televisão, o Gestor sugere a subscrição de produtos de poupança através do Caixadirecta *on-line* e são mostrados os vários canais de contacto disponíveis: telefone, Internet e Agência.

Com esta campanha, a assinatura do serviço evoluiu para "Caixazul. Cada vez mais perto de si. Com Certeza."

Durante este ano, foram dinamizados vários passatempos no *site* Caixazul, em que foram atribuídos aos clientes vencedores diversos prémios, de que são exemplo: entradas gratuitas para a KidZania, concertos de música clássica e oferta de alojamento numa Pousada de Portugal.

Em 2011, deu-se, também, continuidade às ações de dinamização para colocação do cartão Caixazul, com o objetivo de atribuir um cartão Caixazul a cada cliente deste segmento. Das várias ações, destaca-se o envio de *mailing* postal a novos clientes Caixazul.

RESIDENTES NO ESTRANGEIRO (RE)

Com o objetivo principal de posicionar a Caixa como um Banco de referência para os portugueses que residem no estrangeiro, com uma forte aposta em produtos inovadores e competitivos, durante o ano de 2011, realizaram-se diversas ações de comunicação para este segmento, com destaque para as campanhas de comunicação da Páscoa, verão e Natal.

A campanha da Páscoa teve por base a divulgação das soluções de poupança da Caixa para este *target* com especial enfoque no novo depósito a prazo específico para este segmento Depósito Caixa Mais Prémio RE que apresenta como atributo o pagamento de juros antecipado.

O enfoque da Campanha de verão Residentes no Estrangeiro (RE) passou pela divulgação das soluções de Poupança com taxas atrativas e a disponibilização de depósitos em moeda estrangeira, pela dinamização do serviço Caixadirecta Internacional, para permitir o acesso à Caixa, de forma simples e gratuita, e pelo reforço da estratégia de comunicação da Caixa nas ações de boas-vindas aos Emigrantes.

Esta campanha foi desenvolvida em duas fases:

- Na 1ª fase, foi desenvolvido o conceito que assentava no facto de a Caixa ser uma referência no mercado financeiro português e estar presente em mais de 20 países;
- Na 2ª fase, fez-se uma "Campanha de Acolhimento" de forma a envolver os residentes no estrangeiro no seu regresso a Portugal nas férias de verão.

Em 41 Agências da rede nacional com maior afluência de clientes provenientes do estrangeiro foram disponibilizados Postos de Atendimento Especializado com o objetivo de proporcionar um melhor acolhimento a estes clientes.

Ainda no âmbito da campanha de verão, os clientes RE que subscreveram o produto de poupança Depósito Mais Valor RE foram premiados com ofertas de prestígio da Vista Alegre.

A campanha de Natal, lançada no início de dezembro nos meios internacionais e nacionais, teve como objetivo a captação de recursos, com o lançamento de depósitos *offshores* e a divulgação de alguns mecanismos de poupança adequados a quem vive fora de Portugal.

Além da comunicação regular com os clientes, através da revista *Caixa no Mundo*, foi lançado, no final do ano, para este segmento a *newsletter* digital *Caixa no Mundo*.

LIVE IN PORTUGAL

No âmbito do financiamento imobiliário dirigido aos clientes estrangeiros, considerados um *target* com elevado potencial para a Caixa, foi reformulada a comunicação do *Live in Portugal*.

A oferta de crédito Imobiliário na área do Turismo Residencial denominada Live in Portugal é destinado a clientes estrangeiros não residentes que pretendam financiar-se na compra, construção ou obras de uma habitação secundária em Portugal.

Face à necessidade de atualização dos conteúdos, da imagem e da adaptação da nova linha gráfica da oferta de crédito Imobiliário na área do Turismo, foi desenvolvido um novo conceito de comunicação para a divulgação desta oferta da CGD e uma nova proposta de comunicação com novas imagens e peças.

O *restyling* da linha gráfica teve como objetivo tornar o *layout* mais moderno e sofisticado, e simultaneamente foram escolhidas imagens aspiracionais que transmitam sentimentos de tranquilidade, família, lazer, *lifestyle*.

De destacar o desenvolvimento de um portefólio de peças de comunicação para apoio à Rede Comercial, integrado no mesmo conceito gráfico.

EMPRESAS

Prosseguindo a estratégia de posicionamento da Caixa como banco de apoio às exportações, foi lançada uma campanha de comunicação com enfoque em duas ideias-chave:

- A vasta Rede internacional da Caixa (presente em 23 países) permite a prestação de serviços de maior profundidade aos nossos clientes, através do aconselhamento e apoio locais no mercado de destino das suas exportações;

› A Caixa dispõe de produtos e serviços que permitem garantir os recebimentos, mitigando, assim, o risco do negócio.

A oferta da Caixa para apoio às empresas exportadoras aborda os seguintes produtos: Remessas de Exportação, Créditos Documentários de Exportação, Linhas Concessionais de Apoio à Exportação, Programas com Instituições Supranacionais, Linhas de *Trade Finance*, Garantias e Avales Bancários na Ordem Externa, Oferta Ibérica, Apoio à Exportação para mercados Emergentes, etc.

Foi desenvolvida uma campanha de comunicação para divulgação da oferta específica da Caixa para os setores do Comércio e Serviços e da Restauração, que teve como objetivo posicionar a Caixa como um banco de referência junto do pequeno comércio, aumentando os nossos níveis de vinculação com este setor de atividade.

O pilar fundamental para a campanha deste ano centrou-se na reformulação do preçário dos TPA netcaixa, com condições vantajosas em função do nível de vinculação do comerciante.

Foi, ainda, comunicada a solução Caixa Maistesouraria, uma solução integrada de pagamentos e recebimentos para empresas (*factoring* e *confirming*), disponível através da CLF, mais um serviço facilitador da gestão corrente das empresas.

CAIXA MAIS

Tendo por objetivo reforçar o relacionamento da Caixa com os clientes de *Mass Market*, durante o ano de 2011, procedeu-se ao 4º *Roll Out*, que permitiu encarteirar cerca de 500 clientes, a cada um dos novos 325 assistentes comerciais, perfazendo um total de cerca de 900 assistentes comerciais Caixa Mais.

Depois do lançamento em 2010 do conceito: "Quem é mais cliente, merece sempre mais", o ano de 2011 foi dedicado ao estreitar do envolvimento com os clientes, através de ações de *marketing* relacional. Foi criado um perfil no Facebook, atribuídos convites a clientes para espetáculos e jogos, feita a apresentação dos assistentes comerciais e divulgação das vantagens financeiras específicas para cada cliente através de *mailings* postais.

Procedeu-se, ainda, a uma Comunicação Regular, que teve por objetivo, informar um grupo de clientes segmentado sobre as vantagens que poderão usufruir com uma maior vinculação ao banco. Neste caso, a comunicação destinou-se a clientes que não possuem domiciliação de vencimento.

Realizámos uma ação de literacia financeira em várias Agências da Caixa, destinadas a clientes Caixa Mais e Caixa Activa, denominada "Hora Poupança". Estas sessões de esclarecimento sobre poupança automática seguiram a linha de continuidade na abordagem positiva e ativa de relacionamento com este segmento.

CAIXA WOMAN

Foram várias as ações promocionais realizadas durante o ano de 2011 que visaram ir ao encontro das expectativas deste segmento. No âmbito da comemoração do Dia da Mulher e do Dia da Mãe, a Caixa associou-se ao Prémio Mulher Ativa e ao jogo Mulheres com Garra, no Sporting Clube de Portugal. Estabeleceram-se, ainda, várias parcerias de negócio com vista à angariação de novas clientes e dinamização de produtos de poupança, ações de *member get member*, com atribuição de brindes de parceiros; oferta de uma viagem ao Brasil, cursos de culinária, participações em *workshops*, fins de semana em hotéis de prestígio, entre outros.

Numa perspetiva de apoio e incentivo ao empreendedorismo no feminino, a caixa Woman foi o patrocinador oficial do Fórum Empresarial das Mulheres Portuguesas com oferta de convites a clientes.

A divulgação de algumas daquelas iniciativas assentou fortemente nos meios de comunicação específicos (*newsletter* mensal, revista trimestral, presença no Facebook e micro-*site* próprio).

Para se habilitarem a ganhar a viagem, as clientes teriam de ser titulares dos cartões de débito e de crédito Caixa Woman, o que permitiu incentivar à adesão do cartão de crédito e ao aumento da faturação.

Houve um esforço para que a marca fortalecesse presença nas redes sociais, tendo o seu perfil no Facebook ultrapassado as 7700 fãs, as quais seguem atentamente e de forma muito participativa

as diversas iniciativas e passatempos.

Foi, também, lançado em 2011 o Cartão Pré-Pago My Baby, um cartão que permite gerir, de forma mais eficaz, o dinheiro destinado ao pagamento das despesas relacionadas com o nascimento de um filho, bem como também fazer ou receber reforços em dinheiro (ofertas financeiras de familiares e amigos – por exemplo, os avós que querem pagar o berço ou ajudar a pagar o carrinho de passeio, etc.) de forma fácil e segura.

O Cartão My Baby permite um maior controlo de despesas e segurança e pode ser carregado por qualquer pessoa que lhe queira oferecer uma prenda em dinheiro.

Para promoção e divulgação deste cartão, foram desenvolvidas peças de comunicação para distribuição pelas unidades hospitalares, nomeadamente hospitais HPP (*kit* grávida e *kit* bebé).

CAIXA ACTIVA

O ano de 2011 visou sobretudo a consolidação do *engagement* com os clientes com mais de 55 anos. Foram realizadas ações de relações públicas, lançadas 3 edições da revista *Caixa Activa*, ações de *marketing* relacional, através do envio de *newsletters* e passatempos, e patrocínio com *softsponsoring* da série televisiva da RTP: *Amigos para Sempre*.

Simone de Oliveira foi o rosto da Caixa Activa, com o lançamento do novo conceito criativo para o segmento – Quanto mais vivo, mais quero viver. Traduz-se num conjunto de vantagens para clientes que, como a Simone de Oliveira, são ativos e não deixam a idade defini-los.

Durante todo o ano, proporcionaram-se, também, aos clientes Caixa Activa diversas experiências enriquecedoras e envolventes: concertos de música clássica com a Orquestra Metropolitana de Lisboa, concertos de *jazz*, Concerto Avós e Netos e passatempos de talento musical.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO

No âmbito do crédito imobiliário, foi feito um reforço do posicionamento do Grupo Caixa, como especialista na venda e arrendamento de imóveis, através da oferta de *packs* casa decoração, presença em feiras, quiosques interativos nas Agências e diversas ações promocionais.

JOVENS E UNIVERSITÁRIOS

A aposta na comunicação com o segmento sub-18 passou pela realização de diversas iniciativas e campanhas, nomeadamente: Soluções de Poupança Jovem, na Páscoa e em novembro, e por ações na Agência da Caixa na KidZania, por altura do Dia Mundial da Poupança.

A campanha "Soluções de Poupança Jovem" apostou na Oferta Financeira da Caixa para Jovens e tem como objetivo fazer face à constante presença da concorrência com campanhas e iniciativas junto do segmento Jovem. O objetivo desta campanha é divulgar as vantagens práticas e benefícios da oferta comercial da Caixa, facilitando aos pais / autorizados e aos jovens com envolvimento bancário a subscrição de produtos que, além de inovadores, permitem a gestão eficiente de mesadas/semanadas, promovendo, por outro lado, hábitos de poupança a médio e longo prazos.

A campanha "Soluções de Poupança Jovem", desenvolvida em novembro, pretende focar a comunicação na função Poupança, via cartões LOL e conta Caixa Projecto, procurando responsabilizar os jovens para a construção e alimentação da sua poupança, para mais tarde poderem ser o que sempre sonharam.

Para a comunicação com o segmento Universitário, foi lançada uma nova marca: Caixa IU, divulgada a partir de setembro, aquando as ações da Nova Época Universitária, com presença de *stands* em Universidades protocoladas.

Foram, também, desenvolvidas campanhas de captação e fidelização: "Erasmus.Go" (soluções para jovens que vão estudar para fora de Portugal), "Caixadirecta Universitários" (serviço que permite acesso e movimentação à distância das contas bancárias), "Fórmula U" (soluções de financiamento para aquisição de carro ou mota) e "Crediformação" (crédito para apoio à formação).

Em abril / maio e setembro / outubro, garantiu-se a presença da Caixa nas Festas Académicas (Queimas das Fitas e Receção aos Caloiros).

MEIOS DE PAGAMENTO

Como forma de estimular a utilização dos meios de pagamento mais eficientes, foram, ao longo do ano, desenvolvidas ações de *marketing* direto dirigidas a titulares de cartões de débito e de crédito com vista a implementar novos padrões de hábito na forma como utilizam estes meios de pagamento.

Conforme vem sendo prática, desde o seu lançamento em 2007, o cartão MTV é alvo de divulgação permanente ao longo do ano, nomeadamente, através dos seus canais específicos, tais como o *site* e Facebook. Tendo por objetivo principal o aumento de novos clientes, foram desenvolvidas 2 campanhas multimeios de captação.

Como forma de estimular a utilização dos cartões no dia a dia, prosseguiu-se com a divulgação e o incremento de novos parceiros e funcionalidades no vantagenscaixa.pt que, em 2011, passou a contar com presença no FB.

Associando-se aos importantes eventos desportivos do ano, a Caixa desenvolveu campanhas de comunicação associadas à Champions League e aos Jogos Olímpicos 2012, que se traduziram no sorteio de bilhetes e viagens a Londres, mediante índices de faturação com os cartões de crédito da rede MasterCard e Visa, respetivamente.

Ainda no universo desportivo, manteve-se a dinamização do Cartão de Crédito Benfica, no âmbito do Concurso Lugar de Ouro, tendo-se realizado diversas iniciativas promocionais nos jogos do Sport Lisboa e Benfica e uma campanha publicitária.

Ao longo de 2011, esteve sempre presente a comunicação de projetos de inovação nos meios de pagamento. Destaque para o piloto dos Pagamentos Mobile a decorrer em algumas máquinas de vending existentes no Edifício-Sede.

Durante o período de verão, à semelhança dos anos anteriores, foram desenvolvidas campanhas de dinamização dos cartões de crédito (Caixa Gold e Soma), consistindo em ações promocionais de incentivo à faturação, tendo por contrapartida a oferta de viagens e pontos Tagus.

Em termos de novos produtos, destaca-se o lançamento do cartão Caixa Platina que veio completar e diferenciar a oferta destinada aos melhores clientes do segmento particular, com conta DO na Caixa.

No período de dezembro, época que costuma refletir uma maior utilização de cartões de crédito, optou-se por comunicar o Programa de Arredondamento – enquanto funcionalidade de poupança automática.

Importa salientar que, em 2011, os cartões My Baby e Made By foram nomeados para os Trophées 2011 Inovative Cards. O cartão Made By foi o vencedor na categoria Design.

POUPANÇA

Março foi o mês da cor azul e do lançamento da nova assinatura do Banco: "Na Caixa. Com Certeza". A nova campanha publicitária lançou a nova linha gráfica assente no azul institucional, e numa assinatura que pretendeu reforçar ainda mais o seu posicionamento como instituição sólida, segura e credível junto do mercado.

Com uma aposta clara em rostos anónimos, a campanha publicitária visou captar a atenção das pessoas comuns e que todos os dias se debatem com escolhas sobre o seu futuro. A campanha multimeios teve duas fases: durante uma semana, reafirmou a garantia e a segurança do Banco lançando uma nova assinatura – Na Caixa. Com Certeza; e num segundo momento, o público foi convidado a beneficiar dessa segurança, poupando através dos Depósitos Mais.

Com uma mensagem positiva, a campanha transmitiu alegria e ação, através de vários testemunhos: desde o jovem que poupa para dar início ao seu negócio, o estudante que se aplica no seu curso, a rapariga que precisa de poupar porque está a pensar numa família, passando pelo pai que defende o futuro da sua filha, a avó que se preocupa com o crescimento dos seus netos e a mãe que concretizou a maior parte dos seus objetivos, mas que agora sonha em ser fotógrafa. Todos estes testemunhos pessoais começaram a ser contados através de um movimento iniciado pela Catarina Furtado.

Já a 26 de outubro, começou aquela que foi, talvez, a campanha mais arrojada na história da Caixa. António Nogueira Leite, vice-presidente da Comissão Executiva, explicou a campanha como «resultado

de anos de acumulação de inovações em produtos de poupança e de competências em áreas como o *marketing*, os sistemas de informação, os canais e os meios de pagamento». Referiu que foi uma campanha que permitiu «captar poupança de uma forma mais simples, sustentada e eficaz, num momento em que os portugueses encaram o ato de poupar como algo extraordinariamente difícil».

Com o Plano Automático de Poupança – PAP, a Caixa propôs-se a melhorar a vida das famílias, contribuindo, num contexto tão sensível, de uma forma construtiva e positiva. O objetivo era mostrar aos portugueses que ainda lhes era possível poupar, através de um novo conceito de poupança – a poupança automática. Assente na utilidade conjugada dos produtos da Caixa e na experimentação recorrente pelos clientes, o PAP é composto por 9 mecanismos, agrupados em três categorias, capazes de gerar fluxos automáticos de poupança.

A campanha publicitária divulgou o PAP, recorrendo a três dos maiores humoristas nacionais. Começou a 26 de outubro, com uma fase *teaser*, onde se anunciava em todos os meios que a *troika* ia falar aos Portugueses dia 31 de outubro, em direto, às 19h55.

No dia 31 de outubro (Dia Mundial da Poupança), o País assistiu a um comunicado descontraído e carregado de humor de uma *troika* muito especial, composta pelos humoristas Bruno Nogueira, José Pedro Gomes e Miguel Guilherme. Em simultâneo na RTP1, SIC e TVI, instantes antes dos telejornais, esta *troika* dava, assim, a conhecer o PAP.

A seguir ao comunicado, a campanha recorreu a um plano de meios abrangente, onde se incluíram televisão, rádio, imprensa, mupis, meios digitais e Agências da Caixa, atingindo a publicidade elevados índices de notoriedade e agrado por parte do público.

1.4.7. RECURSOS HUMANOS

O apoio direto ao negócio e à expansão da Rede Comercial, o reconhecimento do mérito e do potencial interno, o desenvolvimento das capacidades e competências dos empregados e a criação de melhores condições de equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal dos elementos das equipas foram os eixos estratégicos da gestão de Recursos Humanos no ano de 2011.

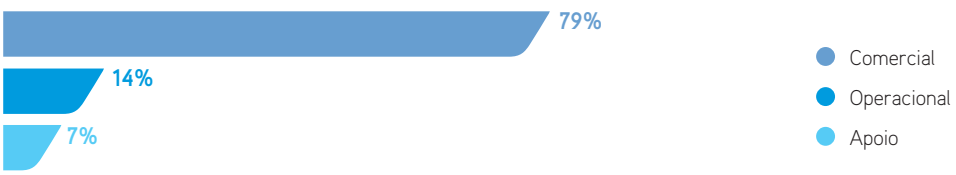
Em 31 de dezembro de 2011, faziam parte do quadro global da Caixa Geral de Depósitos 10 564 empregados, traduzindo uma redução de 8,2% desde 2005. Ao serviço efetivo[1] da CGD, em 2011, estiveram 9509 empregados.

As admissões de jovens licenciados, aliadas às reformas dos empregados mais idosos, permitiram que, no espaço de um ano o aumento da idade média fosse apenas de 0,1 anos (de 41,8 anos para os 41,9 anos) e o reforço gradual do número de empregados com habilitações ao nível do Ensino Superior (de 48% em 2010 para 50% em 2011).

Na distribuição por género, mantém-se a tendência para reforço do número de mulheres (56%), mais evidenciada no grupo etário abaixo dos 35 anos, onde mais de 65% do número total de empregados é do sexo feminino.

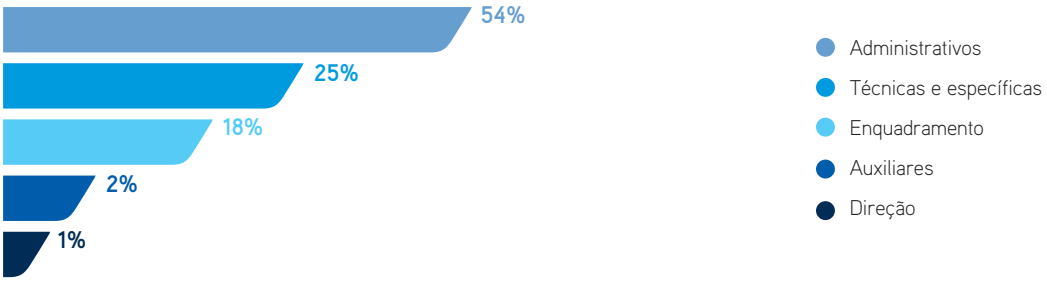
Por outro lado, a dinamização da mobilidade interna manteve a convergência para um melhor balanceamento entre as Áreas Comerciais e as Direções de Suporte. Assim, resulta que 79% do total de empregados ao serviço efetivo desenvolvem atividade comercial.

Distribuição por áreas

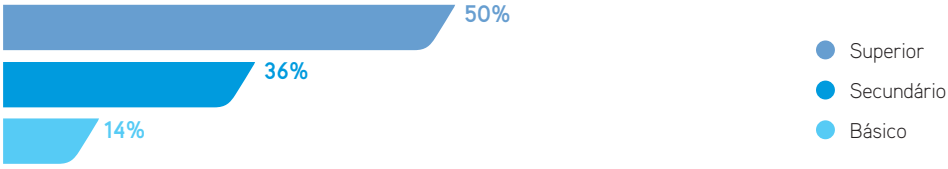


[1] Não inclui empregados destacados nos Agrupamentos Complementares de Empresa (ACE), nas empresas do Grupo, requisitados, licenças sem vencimento e estruturas representativas de trabalhadores.

Distribuição funcional



Distribuição por Habilitação Literária



NÚMERO DE EMPREGADOS CGD	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Global da CGD [1]	**10 785**	**10 564**	**-221**	**-2,1%**
Serviço Efetivo	**9 672**	**9 509**	**-163**	**-1,7%**
Entradas	1 058	566	-492	-46,5%
Saídas	1 177	729	-448	-38,1%
Principais indicadores				
Idade média	41,8	41,9	0,1	0,2%
Antiguidade média	16,95	17,14	0,19	1,2%
Taxa de Habilitações superiores ao Ensino Secundário	48,04	50,15	2,11	4,4%
Taxa de Feminização	55,40	55,96	0,56	1,0%
Taxa de Absentismo	5,01	5,02	0,01	0,1%

[1] Empregados com vínculo à CGD.

ATRAIR

Ao longo do ano de 2011, a CGD promoveu, ao nível do seu Programa de Estágios, oportunidades de contacto com a realidade bancária a 302 jovens, na sua maioria, recém-licenciados ou finalistas de cursos considerados de interesse para a atividade comercial bancária. No que se refere à tipologia dos estágios concedidos, importa referir que 127 foram Profissionais e 115 Curriculares. Os estágios Profissionais decorreram maioritariamente na área comercial, na nossa Rede de Agências, tendo apenas cerca de 14% dos mesmos decorrido em departamentos centrais. No que se refere aos estágios Curriculares, concedidos no âmbito da nossa responsabilidade social, a alunos de cursos de interesse para a área bancária a pedido das respetivas escolas, 86% decorreram na Rede Comercial. Além destes, estão também incluídos no total de estágios concedidos os estágios de verão, designados como Academias de verão e que, anualmente, proporcionam a 60 estudantes de cursos de interesse para a Banca, e provenientes de escolas de referência a nível nacional, um primeiro contacto com a realidade bancária e, mais concretamente, com o negócio bancário na Caixa Geral de Depósitos.

QUALIFICAR

A CGD deu sequência a uma estratégia de gestão do conhecimento orientada para o desenvolvimento

das pessoas e do negócio, conjugando uma perspetiva de curto prazo, assente na capacitação dos empregados para uma resposta imediata às exigências das suas funções, especialmente orientada para aspetos técnicos da atividade bancária, com uma perspetiva de médio e longo prazo, focalizada no desenvolvimento de competências que garantam o crescimento profissional dos empregados, otimizando o seu potencial.

O Plano de Formação desenvolvido em 2011 centrou-se nos seguintes vetores de atuação:

- Suportar o processo de transformação para o Novo Modelo de Negócio, com enfoque na relação com o Cliente;
- Consolidar as competências de dinamização das equipas comerciais;
- Reforçar competências de relação e negociação dos empregados com funções comerciais;
- Colocar o conhecimento interno ao serviço do negócio, através de programas de formação conduzidos por Formadores Internos;
- Desenvolver pacotes de formação à distância para apoio à aquisição de competências bancárias, seja em autoestudo ou como suporte de ações de dinamização local.

Foi dada, ainda, particular atenção à formação de desenvolvimento funcional, nomeadamente para o exercício das principais funções comerciais (gerente, subgerente, gestor de clientes particulares, gestor de empresas e assistente comercial), tendo a mesma representado quase 40% do total de horas de formação.

Em síntese, durante o ano de 2011, foram ministradas 297 397 horas de formação, abrangendo um total de 97 590 participações.

NÚMERO DE HORAS DE FORMAÇÃO

AGRUPAMENTOS FUNCIONAIS	2011
Direção	3 518
Enquadramento	68 055
Técnicas e Específicas	85 080
Administrativas	138 303
Outras	2 441
Total	**297 397**

DESENVOLVER

A admissão de mais de 481 novos empregados para a Rede Comercial e a promoção de 151 empregados para órgãos de gerência e de 184 para as funções de gestor de cliente, sem recurso a contratações do exterior, estabelecem uma relação direta entre os objetivos estratégicos da Instituição e a atividade desenvolvida pela gestão dos recursos humanos.

MOTIVAR E RECONHECER

O ano de 2011, dada a especificidade resultante da aplicação do Orçamento de Estado, não permitiu reconhecer, como tem vindo a ser prática, o mérito aos seus empregados através do habitual processo de revisão remuneratória.

Também o reforço da remuneração variável não foi possível, pelos mesmos motivos, tendo apenas sido possível manter, embora com forte redução, o sistema de objetivos e incentivos comerciais, que visa motivar e premiar a consecução dos objetivos fixados quer individualmente, quer ao nível da equipa dos empregados afetos à Rede Comercial.

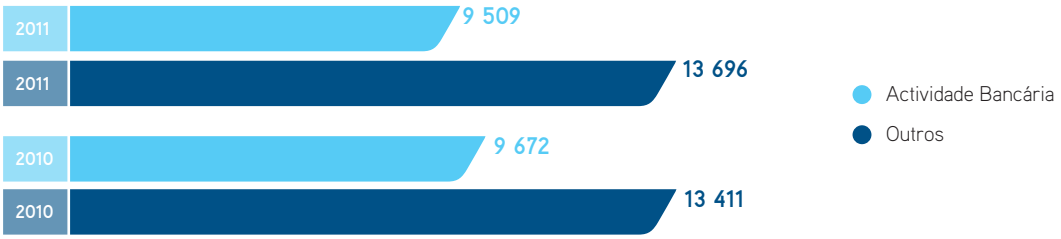
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES DO GRUPO CGD

No final de 2011, o Grupo CGD contava com 23 205 colaboradores, o que representou um aumento de 122 empregados, não obstante a redução de 163 empregados na atividade bancária da CGD em Portugal

e de 255 na área de seguros e saúde, num contexto marcado pela contenção de custos. O aumento traduziu, assim, a expansão registada na atividade internacional, com um reforço de 505 colaboradores, dos quais 359 com origem no Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique).

NÚMERO DE EMPREGADOS CGD	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Atividade Bancária (CGD Portugal)	9 672	9 509	-163	-1,7%
Outros	13 411	13 696	285	2,1%
Total	**23 083**	**23 205**	**122**	**0,5%**

NÚMERO DE EMPREGADOS DO GRUPO CGD



1.5. Enquadramento Macroeconómico

1.5.1. EVOLUÇÃO GLOBAL

Em 2011, a economia mundial voltou a expandir-se, embora o crescimento económico tenha registado um abrandamento no segundo semestre do ano. Depois de uma primeira metade em que a atividade económica registou um ritmo de crescimento forte, em particular nos países emergentes, o segundo semestre foi caracterizado por uma crescente preocupação com o abrandamento da economia.

Ao contrário do ano anterior, a deterioração dos indicadores económicos em muitas regiões do globo levou a que as estimativas de crescimento para 2011, por parte de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE, entre outras, fossem sucessivamente revistas em baixa. Nas estimativas intermédias, de janeiro de 2012, o FMI estimou que o crescimento para a economia mundial ter-se-á cifrado, em 2011, em 3,8%, valor inferior aos 4,4% previstos em janeiro de 2011. O FMI voltou a alertar para o aumento de diversos riscos, nomeadamente de natureza orçamental e financeira.

O ano de 2011 ficou marcado pelo agravamento da crise da dívida soberana na Europa. Numa primeira fase, acentuaram-se as preocupações com a situação da Grécia, devido aos receios de uma reestruturação da dívida helénica, e estas propagaram-se à situação das finanças públicas de outros estados da periferia europeia. Durante este período, Irlanda e Portugal recorreram aos mecanismos de ajuda conjunta da União Europeia (UE) e do FMI.

Na segunda metade de 2011, assistiu-se a um agravamento do contágio da crise à Espanha e à Itália, enquanto economias denominadas do centro, como a França, a Bélgica, a Áustria ou mesmo a Holanda e a Finlândia, até então não afetadas, sofreram também os impactos desta crise.

Assistiu-se, em consequência do agravamento da crise da dívida soberana, a um novo aumento da aversão ao risco por parte de diversos participantes nos mercados financeiros, sobretudo, durante o segundo semestre. Tal traduziu-se, por um lado, numa nova fase de alargamento dos *spreads* das

INDICADORES ECONÓMICOS	Taxas de variação (em %) PIB 2010	PIB 2011	Inflação 2010	Inflação 2011	Taxas (em %) Desemprego 2010	Desemprego 2011
União Europeia	**2,0**	**1,6**	**2,1**	**3,1**	**9,7**	**9,7**
Área do Euro	1,9	1,5	1,6	2,7	10,1	10,1
Alemanha	3,6	3,0	2,2	2,5	7,1	5,9
França	1,5	1,7	1,7	2,3	9,8	9,7
Reino Unido	1,8	0,9	3,3	4,5	7,8	8,0
Espanha	-0,1	0,7	2,0	3,1	20,1	21,7
Itália	1,5	0,4	1,6	2,9	8,4	8,4
EUA	**3,0**	**1,7**	**1,6**	**3,2**	**9,6**	**9,0**
Japão	**4,0**	**-0,7**	**-0,7**	**-0,3**	**5,1**	**4,6**
Rússia	**4,0**	**4,3**	**6,9**	**8,5**	**7,5**	**6,6**
China	**10,4**	**9,2**	**3,3**	**5,4**	**4,1**	**4,1**
Índia	**10,1**	**8,4**	**12,1**	**8,9**	**n.d.**	**n.d.**
Brasil	**7,6**	**2,7**	**5,0**	**6,6**	**6,7**	**6,0**

Fontes: Eurostat, Institutos de Estatistica Nacionais.
n.d. – não disponível.

obrigações de governo, agora não só de economias periféricas. Por outro lado, o mesmo verificou-se nas obrigações de empresas, a par de uma mais acentuada redução de novas emissões de dívida privada em mercado, sendo o setor financeiro o mais penalizado. Neste, o alargamento dos *spreads* foi particularmente visível, chegando a atingir o valor mais elevado de sempre, superior, *inclusive* ao verificado no seguimento da falência do banco norte-americano Lehman Brothers.

A crise da dívida soberana fez-se sentir também nos EUA. Obrigados a subir o limite da dívida pública, numa altura em que aumentava a dificuldade de financiamento dos Estados soberanos, os EUA viram a agência de notação de risco S&P reduzir o *rating* atribuído à dívida pública de AAA para AA+ em agosto.

Os responsáveis governamentais e os bancos centrais implementaram medidas em 2011 para estabilizar os mercados financeiros e impulsionar a atividade económica.

Na Área Euro (AE), após o BCE ter decretado, por duas vezes, o aumento da taxa diretora no primeiro semestre, elevando-a aos 1,50% em julho, o banco central fez regressar aquela taxa ao nível mínimo de 1,00% no final do ano, com a crise da dívida a intensificar-se e o crescimento a abrandar.

Assistiu-se ao contínuo reforço das medidas não convencionais de política monetária, desde o regresso à compra de obrigações de dívida pública em mercado secundário, à reabertura do programa de compra de obrigações hipotecárias e à reintrodução dos leilões de cedência ilimitada de liquidez por prazos a 6 e 12 meses. Já no final do ano, o BCE anunciaria ainda a realização de dois leilões de cedência de liquidez a 3 anos.

Em termos da atuação dos Governos no seio da União Europeia, no sentido de debelar os efeitos da crise da dívida, 2011 foi marcado pela realização de diversas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo e de Ministros das Finanças, das quais resultaram compromissos no sentido de flexibilizar e aumentar o poder de intervenção dos mecanismos de estabilização financeira, como seja o de adquirir títulos de dívida soberana em mercado e financiar a recapitalização de instituições financeiras, bem como de reforçar a coordenação das políticas económicas e a de fiscalização orçamental.

Fora da AE, a atuação dos restantes principais bancos centrais passou, igualmente, pela tomada de decisões para estabilizar os mercados financeiros, as quais se traduziram no aumento da dimensão dos programas de compra de ativos. O Banco Central do Japão, o Banco Central de Inglaterra e a Reserva Federal norte-americana mantiveram inalteradas as taxas de referência em níveis mínimos.

No que diz respeito ao crescimento económico, 2011 foi marcado por um diferente desempenho entre as duas maiores economias. Enquanto os EUA revelaram um início de ano fraco e uma ace-

leração ao longo dos últimos meses, devido, sobretudo, à retoma do consumo e do investimento, na AE, passou-se o contrário, com os indicadores de confiança a encerrarem o ano em zona recessiva.

De acordo com o Eurostat, o crescimento na AE em 2011 terá ascendido a 1,4%, ligeiramente inferior aos 1,9% do ano anterior. Esta expansão assentou primordialmente no desempenho da procura externa.

Pela negativa, sublinhe-se o desempenho das economias periféricas, sobretudo de Portugal e Grécia, que terão sido os únicos Estados Membros a averbar crescimentos negativos. Pela positiva, voltou a destacar-se a Alemanha com um crescimento de 3,0%, num ano em que o mercado de trabalho continuou em evidência. Em dezembro, a taxa de desemprego germânica atingiu os 6,8%, o nível mais baixo desde a reunificação. Na AE, pelo contrário, o desemprego voltou a aumentar em 2011, tendo a taxa de desemprego atingido no final do mesmo os 10,4%, o nível mais elevado desde a primavera de 1998.

O nível de inflação na AE, medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou, em 2011, uma taxa de variação média de 2,7%, acima dos 1,6% de 2010, devido, maioritariamente, ao aumento dos preços energéticos.

Taxas de variação (em %)

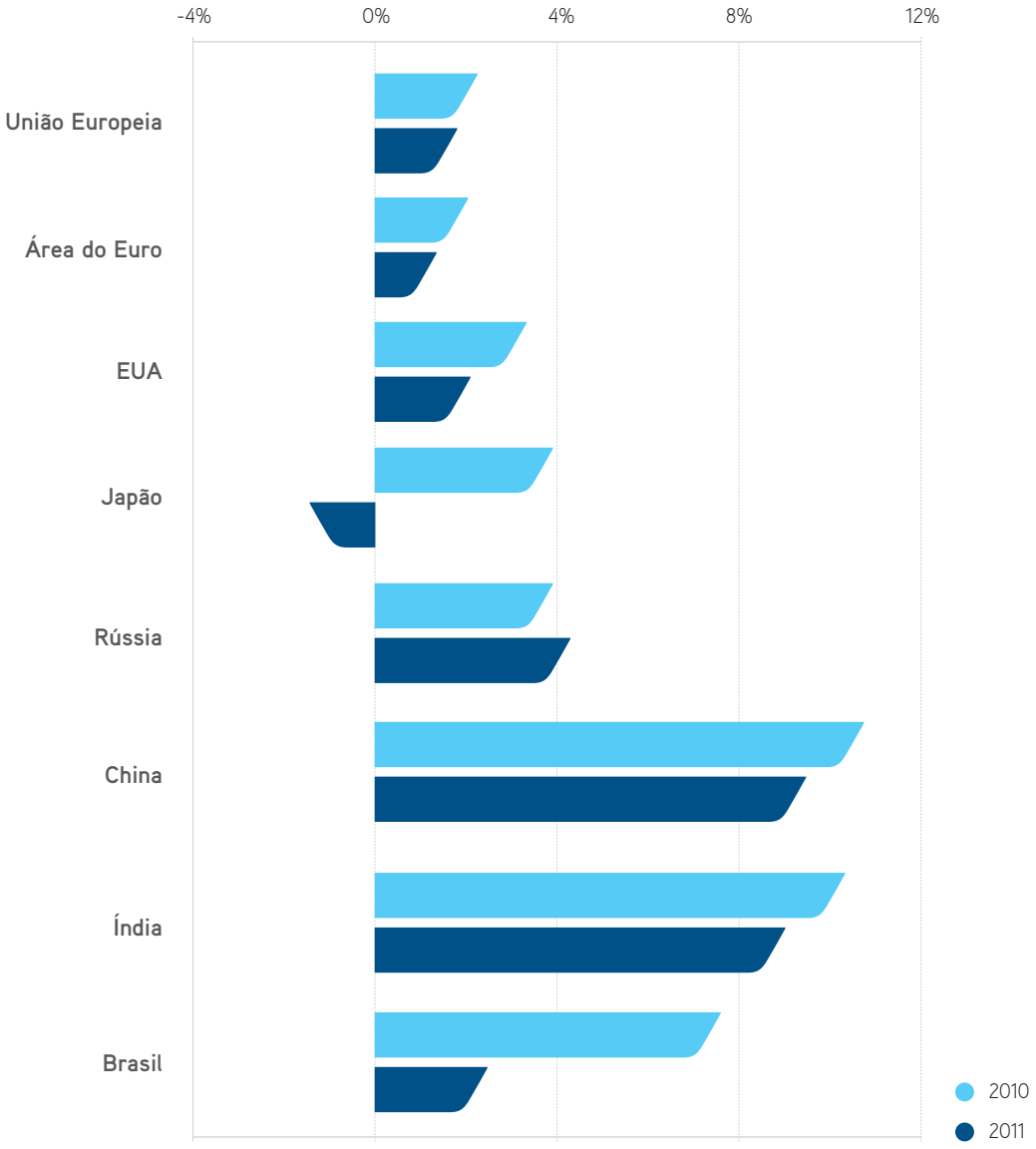
INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO	União Europeia		Área do Euro	
	2010	2011	2010	2011
Produto Interno Bruto (PIB)	**2,0**	**1,6**	**1,9**	**1,5**
Consumo privado	1,0	0,2	0,9	0,2
Consumo público	0,7	0,1	0,5	0,1
FBCF	-0,3	1,3	-0,5	1,4
Procura Interna	1,5	0,5	1,1	0,5
Exportações	10,8	6,3	11,3	6,1
Importações	9,8	4,0	9,6	3,9
			Taxas (em %)	
Taxa de Inflação (IHPC)	2,1	3,1	1,6	2,7
Taxa de desemprego	9,7	9,7	10,1	10,0
Saldo do Setor Púb. Adm. (em % do PIB) [a]	-6,6	-4,7	-6,2	-4,1

Fonte: Eurostat.
[a] Valores de 2011: Comissão Europeia: *European Economic Forecast* – novembro de 2011.

O bloco asiático mostrou novamente um desempenho positivo, apesar dos impactos negativos resultantes das catástrofes ocorridas no 1º trimestre no Japão, e que levaram a que aquela economia permanecesse em contração durante toda a primeira metade de 2011. Ainda relativamente à Ásia, os indicadores económicos da China mantiveram-se robustos, sobretudo os respeitantes à atividade doméstica, apesar de terem também evidenciado algum abrandamento.

Destaque ainda para o desempenho da atividade económica brasileira, cujo crescimento económico arrefeceu substancialmente durante a segunda metade de 2011, tendo chegado a registar uma contração de 0,1% no 3º trimestre. O Banco Central do Brasil destacou-se no bloco emergente, ao decretar por três vezes, durante o 2º semestre, reduções da taxa diretora, decisões decorrentes do impacto negativo que espera que as turbulências internacionais possam ter sobre a economia brasileira. No final do ano, o governo brasileiro anunciou um pacote de estímulo ao consumo destinado a acelerar a atividade económica e a garantir um crescimento de 5% em 2012.

PRODUTO INTERNO BRUTO



1.5.2. ECONOMIA PORTUGUESA

1.5.2.1. Evolução Global

Em Portugal, 2011 marcou o início do processo de ajustamento da economia. Este é caracterizado por uma redução do défice orçamental, bem como por uma desalavancagem gradual do setor privado, incluindo do setor bancário.

A atividade económica em 2011 decresceu 1,6%, salientando-se o facto de se terem registado variações em cadeia negativas em cada um dos trimestres do ano. Este desempenho resultou do contributo negativo do consumo privado, do consumo público e da forte queda do investimento, apesar do bom comportamento das exportações líquidas.

Taxas de variação (em %)

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA	2009	2010	2011
Produto Interno Bruto (PIB)	**-2,9**	**1,4**	**-1,6**
Consumo privado	-2,2	2,1	-3.9

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA (CONT.)	2009	2010	2011
	Taxas de variação (em %)		
Consumo público	4,7	0,9	-3,9
FBCF	-8,6	-4,1	-11,4
Procura Interna	-3,3	0,8	-5,7
Exportações	-10,9	8,8	7,4
Importações	-10,0	5,4	-5,5
	Taxas (em %)		
Taxa de Inflação (IHPC)	-0,8	1,4	3,6
Taxa de desemprego	9,5	10,8	12,7
Défice do SPA (em % do PIB) [a]	-10,1	-9,8	-5,9
Dívida Pública (em % do PIB) [a]	83,0	93,3	100,3

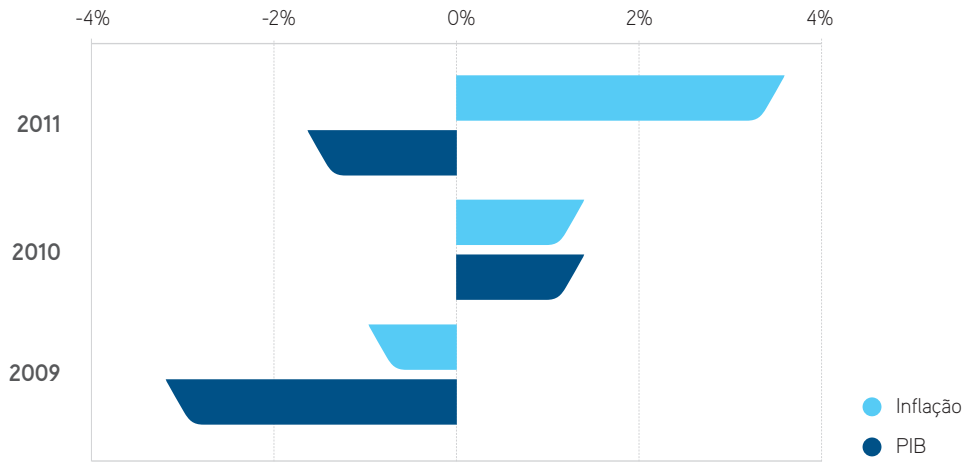
Fonte: INE.
[a] OE: Orçamento de Estado para 2012, outubro de 2011.

Durante o ano de 2011, quer o consumo privado, com um decréscimo de 3,9%, quer o consumo público, que contraiu igualmente 3,9%, contribuíram para o fraco desempenho económico. Os desafios de redução do défice orçamental e a consequente aprovação e implementação de medidas de austeridade enquadradas no Programa de Apoio Económico e Financeiro a Portugal induziram um contributo negativo destas componentes para o crescimento económico, tendo-se observado um agravamento da confiança dos consumidores ao longo de todo o ano.

Por outro lado, registou-se uma redução de 11,4% da Formação Bruta de Capital Fixo, em parte, consequência do nível de atividade económica e das perspetivas para a procura interna, bem como do decréscimo do investimento público. A contração foi mais evidente no investimento em equipamento de transporte e em construção.

Pela positiva, saliente-se o contributo do comércio externo. Por um lado, as exportações apresentaram um crescimento significativo de 7,4%, por outro, as importações diminuíram 5,5%. Este comportamento deveu-se, em parte, ao aumento da procura externa, apesar do abrandamento da economia mundial, tendo-se observado um aumento das novas encomendas provindas do exterior, em termos homólogos, de 16,4%. Por seu lado, a redução das importações explica-se, sobretudo, pela queda da procura interna.

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA



Em 2011, a inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços do Consumidor registou uma taxa de variação média de 3,6%, fruto, sobretudo, do aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indiretos, designadamente o IVA. A taxa de inflação em Portugal foi superior em 0,9 pontos percentuais à registada na Área Euro.

Quanto ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego média, em 2011, cifrou-se em 12,7%, enquanto a população desempregada foi de 706 mil indivíduos, o que representou um aumento de 17,2% face a 2010.

1.5.2.2. Agregados de Depósitos e Crédito

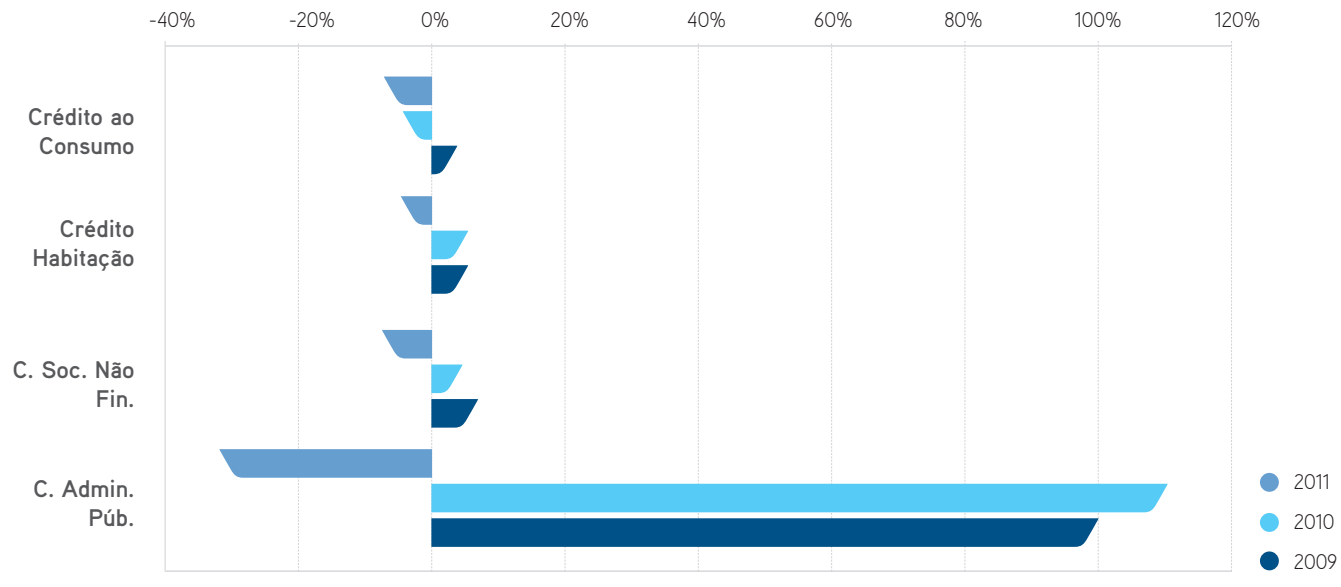
O agregado de liquidez M3, excluindo a circulação monetária, registou, em 2011, o terceiro ano consecutivo de contração, desta feita, de 2,6%. Os Depósitos Totais tiveram um acréscimo de 11,3%, o que representou uma aceleração em comparação com o verificado nos dois anos anteriores, para o que contribuiu, em especial, o comportamento dos Depósitos de Particulares e Emigrantes.

AGREGADOS MONETÁRIOS EM PORTUGAL [a]	Taxas de Variação Anual 2009	2010	2011
M3, excluindo Circulação Monetária	**-3,3%**	**-3,8%**	**-2,6%**
Depósitos Totais	1,6%	5,7%	11,3%
Depósitos de Sociedades Não Financeiras	5,3%	18,1%	-8,2%
Depósitos de Particulares e Emigrantes	1,3%	2,0%	9,8%
Crédito Interno Total	**6,4%**	**10,0%**	**-2,8%**
Crédito às Administrações Públicas [b]	99,7%	107,7%	-31,1%
Crédito a Sociedades Não Financeiras	2,6%	0,8%	-3,6%
Crédito à Habitação	2,6%	2,4%	-1,6%
Crédito ao Consumo e Outros Fins	0,9%	-0,6%	-4,9%

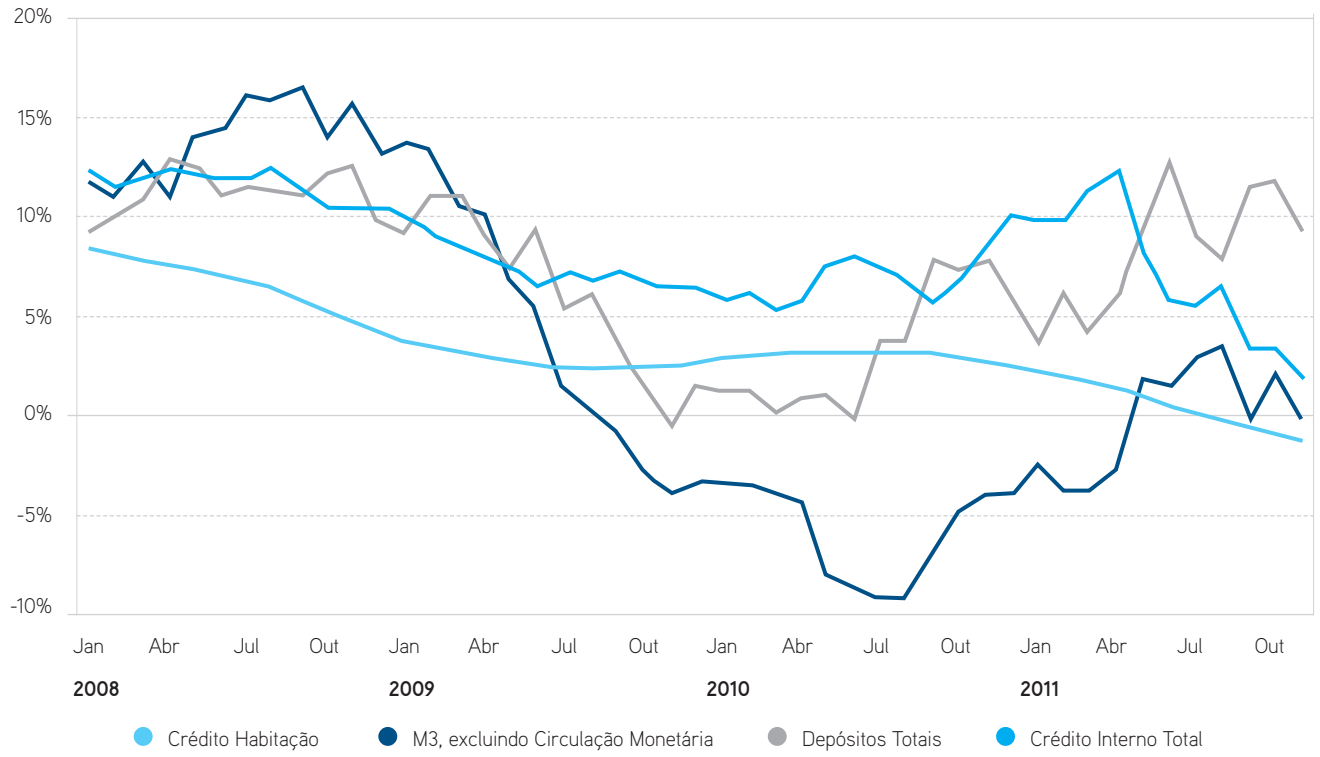
Fonte: Banco Portugal – *Boletim Estatístico*, fevereiro de 2012.
[a] Taxas de variação com base nos saldos de fim do mês. Nos agregados de Depósitos, não estão incluídos os de IFNM e, nos de Crédito, estão incluídos os créditos titularizados.
[b] Líquido dos Passivos face à Administração Central.

Observou-se um decréscimo de 2,8% do Crédito Interno Total. O Crédito às Administrações Públicas, líquido de Passivos face à Administração Central diminuiu 31,1%, enquanto o crédito a Sociedades Não Financeiras contraiu 3,6% e o Crédito a Particulares caiu 2,2%.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO EM PORTUGAL



MOEDA E CRÉDITO (TAXAS DE VARIAÇÃO HOMÓLOGA)



1.5.2.3. Taxas de Juro

Como resposta aos sinais de retoma e de aceleração da atividade económica e do receio de aumento das pressões inflacionistas na Área Euro, o Banco Central Europeu (BCE) decretou dois aumentos da taxa de juro diretora em abril e julho de 2011, em ambos os casos de 25 p.b., para os 1,50%, nível que a autoridade monetária europeia caracterizou ainda como expansionista.

(%)

TAXAS DE JURO [a]	2009 Dez.	2010 Dez.	2011 Mar.	2011 Jun.	2011 Set.	2011 Dez.
Taxa dos *FED Funds*	**0 - 0,25**	**0 - 0,25**	**0 - 0,25**	**0 - 0,25**	**0 - 0,25**	**0 - 0,25**
Taxa Diretora do BCE	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,25**	**1,50**	**1,00**
Euribor						
Overnight	0,410	0,817	0,902	1,715	1,463	0,629
1 mês	0,453	0,782	0,968	1,325	1,356	1,024
3 meses	0,700	1,006	1,239	1,547	1,554	1,356
6 meses	0,994	1,227	1,546	1,788	1,753	1,617
12 meses	1,248	1,507	1,996	2,162	2,084	1,947
Novas Operações de Crédito						
Sociedades Não Financeiras [b]	3,26	4,59	4,85	5,21	6,18	6,16
Particulares – Habitação	2,22	2,96	3,18	3,74	4,16	4,33
Depósitos a Prazo e de Poupança [c]						
Sociedades Não Financeiras	1,68	3,10	3,35	3,77	4,35	4,46
Particulares	1,67	1,81	2,29	2,74	3,25	3,49

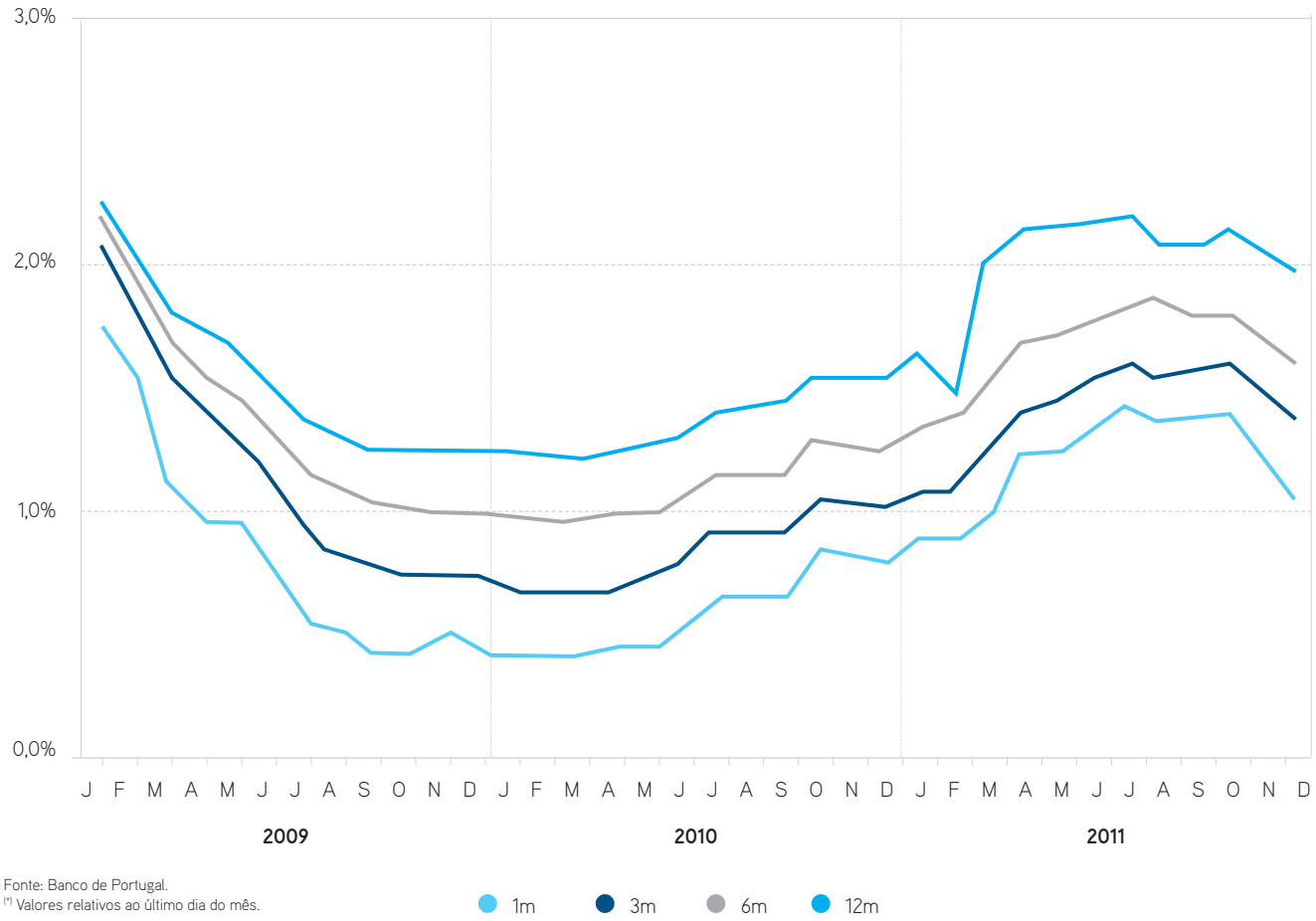
Fonte: Banco de Portugal – *Boletim Estatístico*, janeiro de 2012.
[a] Taxas relativas ao último dia do mês.
[b] Operações acima de 1 milhão de euros.
[c] Depósitos com prazo acordado até 2 anos.

A manutenção e intensificação das tensões no mercado da dívida pública e o abrandamento da atividade económica levou a que a segunda metade de 2011 tenha sido marcada pela inversão da política monetária. Após ter alterado no 3º trimestre a aferição dos riscos no sentido negativo, o BCE decretou duas descidas da taxa diretora, cada uma de 25 p.b., durante o último trimestre do ano, fazendo-a regressar ao anterior nível mínimo de 1,00%. O BCE procedeu, ainda, ao reforço das medidas não convencionais ao anunciar novos leilões de cedência de liquidez a 6 e a 12 meses, bem como a realização de dois leilões a 36 meses.

Durante a primeira metade de 2011, as taxas de juro utilizadas como indexantes das operações de crédito mantiveram a tendência de subida que apresentaram durante grande parte de 2010, chegando mesmo a atingir, no início do verão, o nível mais elevado em dois anos. A alteração da política monetária levou à inversão daquela tendência de subida e as taxas de juro encetaram, a partir daí, uma tendência de descida que se acentuou no final do ano.

Ainda assim, o ano de 2011 encerrou, de novo, com um aumento das taxas Euribor. Resultado do período de subidas observado durante o primeiro semestre, as variações obtidas em 2011 foram maiores do que as observadas no ano anterior, com exceção feita para o prazo a 1 mês, tendo oscilado entre os +0,242 p.b. naquele prazo e os +0,44 p.b. a 12 meses.

EURIBOR (*)



Fonte: Banco de Portugal.
(*) Valores relativos ao último dia do mês.

A evolução das taxas Euribor foi um dos determinantes que concorreram para o aumento, quer das taxas ativas, quer das taxas passivas, a par do contexto económico e financeiro prevalecente ao longo do ano de 2011, tendo as variações observadas tido magnitudes semelhantes. No caso das taxas ativas, a subida foi ligeiramente superior no segmento de sociedades não financeiras face ao de particulares, enquanto que, no caso das taxas passivas, a variação foi relativamente maior neste último segmento.

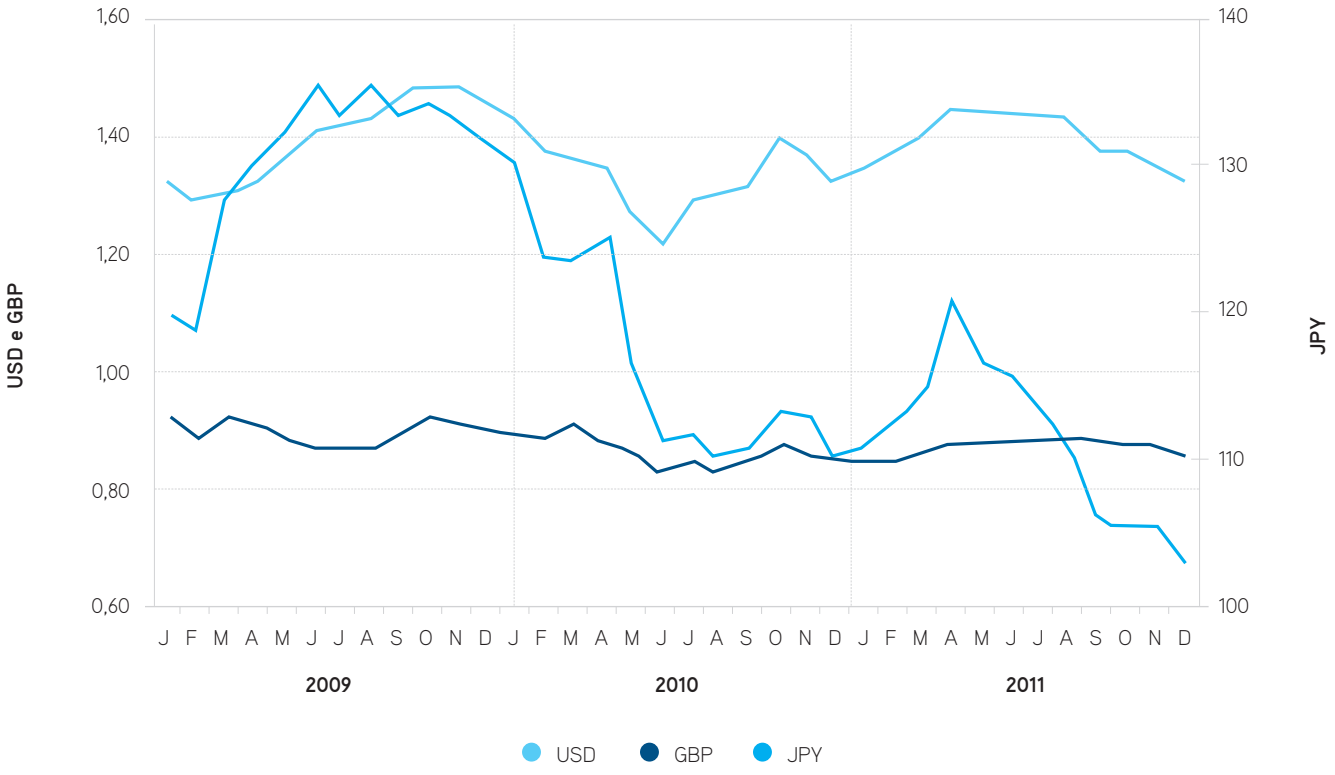
1.5.2.4. Evolução Cambial

Após ter beneficiado, nos primeiros meses de 2011, de melhores números económicos, e da expectativa, posteriormente concretizada, de aumento da taxa de juro diretora do BCE, a moeda única europeia registou uma tendência de depreciação até ao final do ano. Tal ficou a dever-se à situação da dívida pública na Europa e ao seu impacto negativo sobre a confiança dos investidores na moeda única e em diversos ativos emitidos por entidades da Área Euro, bem como sobre o crescimento económico da região, que, conjugados, levaram o BCE a reverter na totalidade os aumentos da taxa direta anteriormente decretados, o que constituiu motivo adicional para a depreciação do euro.

Em dezembro de 2011, a taxa de câmbio em termos médios do euro face ao dólar fixou-se em 1,318 USD, uma depreciação de 0,3%. Após ter valorizado cerca de 11% até ao final de abril, a moeda única registou uma tendência de depreciação até ao final do ano.

A queda do euro também se registou face às outras principais moedas, nomeadamente contra a libra esterlina, perante a qual se depreciou 0,5%, e face ao iene contra o qual perdeu 6,9%.

TAXAS DE CÂMBIO DO EURO (VALORES MÉDIOS MENSAIS)



Valores médios mensais

TAXAS DE CÂMBIO DO EURO	USD	GBP	JPY
Dez. 08	1,345	0,904	122,51
Dez. 09	1,461	0,900	131,21
Dez. 10	1,322	0,848	110,11
Dez. 11	1,318	0,844	102,55

1.5.2.5. MERCADO DE CAPITAIS

Apesar das dúvidas relacionadas com a questão da dívida soberana herdadas do ano anterior, os primeiros meses de 2011 continuaram marcados pela confiança na retoma económica, com a divulgação de indicadores económicos positivos. Os bancos centrais reviram em alta as estimativas de crescimento

nessa altura, e, em alguns casos, decretaram aumentos de taxas, dado que também a inflação acelerou em diversos blocos. Ao mesmo tempo, continuaram a ser cada vez mais visíveis sinais de estabilização dos mercados de capitais, com a diminuição da aversão ao risco por parte dos investidores.

As catástrofes naturais no Japão, os conflitos no Norte de África e no Médio Oriente e a intensificação da crise soberana na Área Euro (AE), sobretudo após o aumento do receio de uma reestruturação da dívida pública da Grécia, levaram, a partir do 2º trimestre, a uma diminuição da confiança dos investidores, patente na queda de preço dos ativos de risco, isto, também, após as principais economias terem arrefecido. Os bancos centrais, inclusive o FED, reduziram as suas estimativas de crescimento, enquanto que, na AE, o então Governador do BCE, Jean-Claude Trichet, alertava para o aumento dos riscos com a estabilidade financeira devido à crise da dívida.

O 3º trimestre de 2011 foi marcado por uma forte deterioração da confiança dos investidores, com os sinais de arrefecimento do crescimento económico e a intensificação da crise da dívida soberana. Na AE, esta ganhou novos contornos, após se ter assistido a um contágio mais visível à Itália e à Espanha. Em certa medida, a crise propagou-se aos EUA, com a subsequente diminuição do *rating* atribuído pela S&P de AAA para AA+, embora tal não tenha tido reflexos duradouros na confiança dos investidores na dívida pública norte-americana. Os índices acionistas nos EUA e na Europa registaram fortes descidas, fazendo com que o 3º trimestre tenha sido o mais negativo desde o colapso da Lehman Brothers.

A par do agravamento da crise da dívida soberana em Espanha e na Itália, o 4º trimestre de 2011 foi marcado pelo contágio a outros países do centro da Europa, como a França, a Bélgica e a Holanda. A divulgação de indicadores económicos positivos nos EUA e na China contribuíram, contudo, para que o sentimento de mercado recuperasse nos últimos meses do ano.

O ano de 2011 pautou-se, assim, por um comportamento volátil, no qual, de uma forma geral, as classes de ativos mais defensivas exibiram ganhos, por oposição aos percecionados com maior risco, que registaram perdas.

MERCADO ACIONISTA

O mercado acionista manteve, na primeira metade de 2011, a tendência de subida observada nos últimos meses de 2010, após o que encetou, no 3º trimestre, uma inversão, consequência do agravamento da situação da dívida soberana na Área Euro, das incertezas quanto à situação das finanças públicas nos EUA e dos indícios de uma fase de abrandamento da atividade económica a nível mundial.

A retoma a que se assistiu dos indicadores económicos norte-americanos e chineses e o reforço de medidas de estímulo económico por parte das autoridades monetárias de diversos países, levou a que o mercado retomasse a tendência de subida no último trimestre. Apesar disso, e das surpresas positivas a que se foi assistindo em termos do crescimento dos lucros das empresas, não foi possível encerrar o ano com valorizações positivas dos principais índices.

Durante o ano, assistiu-se a momentos muito díspares de valorização. Após terem estado a valorizar mais de 5%, no caso dos EUA, e de 7%, no caso da Europa, no final do 1º semestre, três meses depois, e também face ao início do ano, os índices daquelas regiões registavam desvalorizações de 10% e de 18%, respetivamente, assistindo-se a retornos mais negativos nos casos, por exemplo, dos países periféricos europeus.

	2010		2011	
ÍNDICES BOLSISTAS	Índice	Variação	Índice	Variação
Dow Jones (Nova Iorque)	11 578	11,0%	12 218	5,5%
Nasdaq (Nova Iorque)	2 653	16,9%	2 606	-1,8%
FTSE (Londres)	5 900	9,0%	5 572	-5,6%
NIKKEI (Tóquio)	10 229	-3,0%	8 455	-17,3%
CAC (Paris)	3 805	-3,3%	3 160	-17,0%
DAX (Frankfurt)	6 914	16,1%	5 898	-14,7%
IBEX (Madrid)	9 859	-17,4%	8 566	-13,1%
PSI-20 (Lisboa)	7 588	-10,3%	5 494	-27,6%

Em 2011, voltou a observar-se diferentes desempenhos entre regiões. Entre os países desenvolvidos, a Europa registou um ano de forte desvalorização dos respetivos índices acionistas, com o agravamento da crise da dívida soberana. Evidenciaram-se, uma vez mais, pela negativa o ASE da Grécia com uma queda de 51,9%, seguido do PSI20 em Portugal e do índice de Itália, com descidas de 27,6% e 25,2%, respetivamente. Os índices japoneses caíram 17,4%, afetados pelas catástrofes naturais que assolaram o país. Nos EUA, destaque para a variação nula no ano, algo que não acontecia desde 1947.

O desempenho dos mercados acionistas emergentes em 2011 foi negativo e inferior ao das praças acionistas dos mercados desenvolvidos devido aos receios de abrandamento económico. O índice da Morgan Stanley para os mercados emergentes desceu 20,4%, tendo-se assistido a um comportamento uniforme, já que enquanto, na China, o índice Shangai retrocedeu 21,7%, na Índia, o Sensex desceu 24,6%. No Brasil, o Bovespa caiu 18,1%, e na Rússia a descida do índice respetivo foi de 16,9%.

MERCADO OBRIGACIONISTA

O alargamento dos *spreads* da dívida soberana voltou a condicionar o desempenho do mercado obrigacionista em 2011, afetando, igualmente, o segmento de obrigações de empresas, o qual também sofreu um aumento significativo dos *spreads*, em particular o setor financeiro.

As taxas de rendibilidade da dívida soberana dos países europeus mais afetados pela crise esboçaram ao longo de todo o ano, uma tendência de subida, registando sucessivos máximos históricos. A trajetória de aumento de taxas agravou-se a partir do início do segundo semestre devido à agudização da crise financeira e política na Grécia, após se ter acentuado o receio de uma reestruturação da dívida helénica.

Nos últimos meses do ano, o contágio da crise da dívida a países de maior relevância, como Espanha e Itália, e, posteriormente, França, Áustria, Bélgica e Holanda, fizeram com que também as taxas de rendibilidade de longo prazo destes países averbassem registos máximos desde a criação da União Económica e Monetária. A subida destas taxas foi, ainda assim, atenuada pela ação do Banco Central Europeu (BCE), que respondeu adquirindo títulos de dívida pública através do seu programa de compra de obrigações em mercado secundário.

A reação positiva às decisões das diversas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da União Europeia e da Área Euro revelaram-se sempre de curta duração, com a incerteza e a aversão ao risco a regressarem rapidamente.

As taxas de rendibilidade dos EUA e da Alemanha desceram em 2011, nos vários prazos da curva de rendimentos, algo que se verificou, também, nos países do centro da Europa. A tendência de queda, por efeito de refúgio, levou a que, no final do 3º trimestre, tenham sido atingidos novos mínimos no caso das taxas norte-americanas e germânicas. A diminuição das mesmas foi muito mais acentuada na segunda metade do ano, em consequência do abrandamento da atividade económica, da agudização da crise da dívida soberana e da própria alteração de direção da política monetária por parte de diversos bancos centrais, ao adotarem, no segundo semestre, ou reforçarem, noutros casos, medidas de suporte ao crescimento económico.

As taxas de curto prazo nos EUA beneficiaram, ainda, da manutenção da taxa diretora da Reserva Federal num nível mínimo e da expectativa de que assim permanecerá durante um prolongado período de tempo dada a indicação do FED nesse sentido. Assim, após um período inicial de alguma subida, desceram para patamares historicamente baixos. Na Área Euro, registou-se um aumento muito mais significativo durante os primeiros três meses do ano, em consequência do aumento das expectativas de agravamento de taxas pelo BCE, que, efetivamente, se veio a materializar. No entanto, as taxas de juro de curto prazo germânicas convergiram no final do ano para um nível, inclusive, inferior às dos EUA, encerrando num mínimo histórico, beneficiando da conjuntura económica e financeira na região e, também, da atuação do banco central, que reverteu as subidas de taxas decretadas anteriormente.

As taxas de rendibilidade das maturidades longas, quer norte-americanas, quer germânicas, tiveram, ao longo de todo o ano de 2011, um desempenho sincronizado entre si. Após manterem nos primeiros meses a toada de aumento que se verificava desde o verão do ano anterior, inverteram, a partir da primavera, antes de estabilizarem em valores mínimos no outono. Para além de outros fatores já referidos, que condicionaram o comportamento dos mercados, beneficiaram, também, da diminuição das pressões inflacionistas, a par da incerteza quanto ao grau do arrefecimento económico.

No cômputo do ano, e ao contrário do que sucedeu no ano anterior, assistiu-se a uma queda maior das maturidades mais longas do que nas mais curtas. Nos EUA, a taxa a 2 anos averbou uma descida de 36 p.b., e a taxa a 10 anos de 142 p.b., enquanto, na Alemanha, a queda de 72 p.b. nos 2 anos foi igualmente inferior aos 114 p.b. nos 10 anos.

As obrigações da dívida pública portuguesa, à semelhança do que aconteceu noutros países da periferia da Área Euro, divergiram da evolução das taxas alemãs. Assistiu-se a uma ininterrupta tendência de aumento, registando-se sucessivos máximos históricos, sobretudo, após o pedido de ajuda financeira endereçado à União Europeia e ao FMI.

O alargamento dos *spreads* das taxas de rendibilidade dos países da periferia, e posteriormente de alguns países do centro, face às alemãs, foi função quer do aumento das taxas na periferia, que atingiram níveis máximos, quer da descida das taxas germânicas para níveis mínimos, consequência do aumento da procura por ativos de menor risco. Este alargamento foi mais notório na segunda metade do ano devido à evolução da crise.

O contexto adverso teve reflexos no mercado de dívida privada, que continuou a ser afetado pelo fluxo de notícias oriundo da evolução da dívida soberana. Tal foi visível quer através de um alargamento dos *spreads* observados nos mercados primário e secundário, quer pela maior dificuldade de acesso ao mercado por parte das empresas, em particular as emitentes de países periféricos. Esta conjuntura foi especialmente visível no último trimestre, quando os *spreads* atingiram novos máximos e o volume de novas emissões se reduziu substancialmente.

O setor financeiro foi mais penalizado, registando um alargamento de *spreads* mais pronunciado do que as empresas não financeiras, tendo, inclusive, atingido no final de novembro níveis superiores aos verificados aquando da falência da Lehman Brothers.

1.6. Estratégia e Modelo de Negócio

1.6.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Grupo CGD tem mantido e, inclusivamente, reforçado a sua posição de liderança no mercado financeiro português, apresentando, em algumas variáveis, uma situação mais sustentada que os principais concorrentes para fazer face aos desafios que o atual contexto socioeconómico irá colocar à atividade financeira em Portugal. O Grupo CGD apresenta um balanço mais equilibrado do ponto de vista de transformação, um *mix* de *funding* mais estável e dependente de recursos de clientes em detrimento de recursos do mercado interbancário ou do BCE e uma melhor e mais eficaz gestão da sua carteira de ativos do ponto de vista do risco.

Contudo, o Grupo CGD tem consciência de que existe um conjunto de fatores que poderão agravar no próximo triénio as condições da atividade bancária em Portugal, como:

- A conjuntura económica recessiva em virtude do programa de ajustamento das finanças públicas;
- O aumento do nível de risco e incumprimento de dívida particular e corporativa;
- O risco de agravamento das dificuldades de acesso a *funding*, decorrentes de uma possível não reabertura dos mercados de dívida internacionais e de novos *downgrades* das notações de *rating* nacionais;
- O aumento da agressividade concorrencial dos participantes no mercado, nomeadamente, se ocorrer a entrada de grandes bancos europeus;
- O agravamento das exigências regulatórias de capital, nomeadamente as decorrentes das exigências europeias quanto à capitalização dos bancos da zona Euro.

Neste contexto, e tendo presente os objetivos relativos ao Grupo CGD, definidos e inscritos no Memorando de Entendimento com a *Troika*, no Plano de Capital e Financiamento apresentado e no Programa

de Governo, o Grupo desenvolveu um exercício de reflexão e revisão do Desafio Estratégico para o próximo triénio que visa a criação de valor que permita mitigar o eventual impacto dos choques identificados anteriormente.

Assim, foram definidos dois grandes desafios para o próximo triénio: (1) Proteger e reforçar a saúde financeira (Solvência, Liquidez e Rendibilidade) do Grupo e (2) Transformar a CGD, focalizando na atividade bancária, fortalecendo e adequando à nova realidade.

Proteger e reforçar a saúde financeira passará por responder às necessidades criadas pelo novo contexto económico e do setor financeiro, mesmo em cenários mais adversos, fortalecendo a evolução de indicadores do Grupo, de forma a assegurar a capitalização do banco com *Core Tier I* de 10% em 2012, geração de um retorno sobre o capital de 10% a 5 anos (2015), a manutenção de um rácio de transformação estável em torno dos 110-120%, considerando um cenário de abertura dos mercados após 2013 e uma crescente integração corporativa das Unidades de Negócio do Grupo numa lógica de gestão, oferta e serviço multinacional.

Transformar a CGD permitirá preparar e garantir a sustentabilidade e competitividade do Grupo a nível organizativo e de modelo de negócio face ao novo paradigma do setor bancário, transformando o atual modelo de negócio do banco em Portugal, garantindo um maior enfoque em serviço/transação com menor dependência de margem financeira, um modelo de serviço mais adequado à evolução expectável do mercado e às necessidades de segmentos-chave – Gama Alta, Não Residentes e Empresas / PME de Bens Transacionáveis e suportados em plataformas, processos e RH otimizados e adequados às novas exigências do mercado. Em suma, o objetivo será garantir a migração de um Grupo Financeiro muito diversificado e com o negócio bancário sobretudo focado na concessão de crédito imobiliário, para um Grupo multinacional centrado em negócio bancário, na concessão de crédito a empresas exportadoras e captador de poupanças em todos os segmentos de particulares e empresas.

A abordagem a estes desafios deverá ser realizada seguindo um conjunto de diretrizes estratégicas para o próximo triénio, devidamente sustentadas num grupo de iniciativas que deverão ser prosseguidas e implementadas ao longo do próximo triénio.

A proteção e o reforço da saúde financeira deverão ser endereçados através da prossecução de um conjunto de 5 diretrizes:

- Assegurar a sustentabilidade do *Funding* da CGD: garantindo a estrita execução do Plano de Capital e Financiamento, desenhando planos de desalavancagem mais agressivos em ativos *non core* para fazer face a eventuais cenários de contingência mais extremos de liquidez e lançando programas de proteção e captação de *Funding* de Particulares, sobretudo em segmentos mais estratégicos;
- Rever o modelo de oferta e *pricing*: assegurando a adequação do nível de *pricing* e modelo de cobrança e isenções à nova realidade de mercado e o reenfoque crescente da oferta para uma componente de prestação de serviços e apoio aos Clientes, sobretudo, no segmento empresas (e.g. *Trade Finance*, aonselhamento e desenvolvimento);
- Otimizar a eficiência em custos e eficácia da Organização; nomeadamente através da implementação de um modelo de gestão corporativo, que permita uma maior integração das atividades ao nível de negócio, risco, oferta, plataformas e recursos, de uma racionalização e flexibilização do atual modelo orgânico funcional da CGD e, finalmente, da prossecução dos programas de controlo e redução de custos, quer a nível doméstico, quer quanto ao alargamento às outras Unidades do Grupo;
- Otimizar e desenvolver processos-chave: garantindo a otimização de práticas e processos ao nível do acompanhamento e recuperação de Crédito, da gestão rentável da carteira imobiliária e da gestão integrada e sofisticada de riscos a nível corporativo, garantindo uma crescente importância do papel da Gestão de Risco na preparação e tomada de decisões a nível de Grupo.
- Dinamizar um crescimento rentável e sustentável da área Internacional: apoiando e dinamizando as operações do Grupo em mercados com elevado potencial – Brasil, Angola, Moçambique e Macau –, revendo o modelo de presença em Espanha, revendo o papel e o nível de adequação de Unidades de Negócio de menor dimensão (e.g. Rede de Sucursais) e garantindo a prossecução do processo de internacionalização do Caixa-Banco de Investimento e a efetiva dinamização do *trade-finance*.

Por seu lado, a Transformação da CGD deverá ser endereçada através da prossecução de um conjunto de 4 Diretrizes, seguindo algumas das melhores práticas a nível internacional, e que têm um cariz de transformação do atual modelo de negócio da instituição em Portugal:

- Otimizar a Proposta de Valor em segmentos-chave: revendo a atual proposta de valor e modelo de serviço para fazer face às necessidade e especificidades de segmentos-chave, mais concretamente Empresas / PME (sobretudo exportadoras), clientes Particulares de rendimento elevado, clientes Particulares Não Residentes em Portugal, e garantindo o desenvolvimento progressivo de modelos de atenção mais flexíveis e com menor custo de serviço para o Banco;
- Otimizar o modelo e a infraestrutura de abordagem comercial: promovendo a revisão, adequação e otimização da rendibilidade da atual infraestrutura comercial (Redes) e otimizando a abordagem multicanal do Grupo, sobretudo ao nível do segmento de Empresas;
- Promover a racionalização e a excelência de processos: através do lançamento de um programa de excelência operacional (*Lean*) que promova a otimização dos processos, alocação de recursos e produtividade da operação;
- Otimizar as Políticas e a Gestão de Recursos Humanos: incluindo a definição e a revisão de políticas / programas de reconversão de recursos face à mudança radical do modelo de negócio e respetivas prioridades, planos de gestão de carreiras, rotatividade e mobilidade de quadros e diferenciação de desempenho.

1.6.2. ÁREAS DE NEGÓCIO

1.6.2.1. Banca de Retalho em Portugal

Durante o ano de 2011, a Caixa prosseguiu os objetivos estratégicos de reforço e consolidação dos níveis de serviço ao cliente e da experiência multicanal.

Num ambiente particularmente adverso para o setor financeiro, nomeadamente preconizado por ajustamentos fortes das variáveis macro e microeconómicas com impacto tanto a nível do balanço como da conta de resultados, a Caixa reforçou a sua posição de liderança na captação – materializada em conceitos simples e práticos para o cliente como os 9 mecanismos Poupança Automática –, no serviço ao cliente – com mais de 25% da base de clientes com gestor ou acompanhamento comercial individual –, nos níveis de qualidade e satisfação de clientes e na inovação de produtos e serviços, com destaque para a consolidação e expansão dos modelos de serviço comerciais.

No final de 2011, a Rede física da CGD contava com 822 Agências e 38 Gabinetes Caixa Empresas, totalizando 860 pontos de venda.

Durante o ano, o nível de serviço nas Agências da CGD beneficiou de **desenvolvimentos em diversas áreas**:

- Consolidação do Novo Modelo de Atendimento em 643 Agências, mais 129 do que no final de 2010 (cerca de 80% da Rede);
- Alargamento do serviço Caixazul a 19 novos espaços, estando agora presente em 561 Agências;
- Presença do serviço Caixa Empresas em 743 Agências, mais 137 do que em dezembro de 2010. Este Serviço é prestado quer por Gestores sediados numa única Agência, quer por Gestores Multi-Agência;
- *Roll-out* do serviço Caixa Mais (gestão personalizada dirigida a Clientes *Mass Market*) a 231 Agências com Novo Modelo de Atendimento, totalizando 579 no final de 2011;
- Instalação do Sistema de Gestão de Atendimento em 5 pontos de venda, totalizando 309 no final de 2011.

As intervenções referidas acima têm contribuído para melhorar a experiência do Cliente, tanto ao nível do atendimento, como ao nível da qualidade do tempo de permanência na Agência: ambiente de espera agradável, proximidade (reforço da presença física), maior privacidade e conforto, melhor circulação e apoio na realização de transações em auto-serviço.

Estas conclusões estão espelhadas na análise do índice de satisfação das Agências que mostra valores superiores nas unidades alvo de requalificação, o que permite concluir que a implementação do

Novo Modelo de Atendimento contribui, de forma significativa, para a evolução positiva daquele indicador.

São exemplo destas melhorias a área de Acolhimento a Clientes, a localização das áreas de atendimento personalizado em zonas reservadas que promovem uma melhor interação com Clientes, a integração da área automática no restante espaço da Agência e a diminuição de barreiras físicas e visuais entre áreas de atendimento.

Em harmonia com a implementação do Novo Modelo de Atendimento, em 2011, as ferramentas de trabalho foram continuamente melhoradas, tendo sido dada grande relevância ao reforço dos conceitos relacionais e novos indicadores na aplicação transacional, bem como ao alargamento do âmbito do Sistema de Incentivos.

Do lado dos **canais não presenciais**, a Caixa aprofundou o nível de serviço nas Agências à distância (Caixadirecta Mais, Caixazul Internacional, Caixadirecta Internacional e Caixadirecta IU), podendo os Clientes beneficiar diretamente dos desenvolvimentos no canal de *Internet banking*: melhor usabilidade, novos produtos de poupança e novas funcionalidades.

No **Caixadirecta *on-line*,** salientam-se:

- A integração com o *site* público, sendo o *login* no serviço feito através de www.cgd.pt;
- A nova imagem, com maior área de ecrã e apoio à navegação entre funcionalidades, integrando, por exemplo, a gravação de operações frequentes ou a consulta de comprovativos em diversas opções do utilizador;
- O incentivo à poupança, com disposição de informação e facilidade na subscrição de produtos financeiros;
- O alargamento da oferta de depósitos a prazo *on-line*, com períodos e montantes mais diversificados;
- A disponibilização de alertas associados ao vencimento de depósitos não renováveis (Depósitos a Prazo e Depósitos Estruturados) e a débitos diretos não processados;
- O agendamento de reuniões com o Gestor Dedicado, para Clientes Caixazul e Caixazul Internacional.

Quanto ao **Caixa e-banking,** evidencia-se o alargamento dos Depósitos a Prazo para Farmácias.

Os **serviços de *mobile banking***, vertente Clientes particulares e empresas (Caixadirecta *mobile* e Caixa *e-banking mobile*), conservaram o foco nas principais transações de mobilidade, destacando-se as consultas, transferências e pagamentos.

Em 2011, a segurança nos canais assumiu, como nos anos anteriores, elevada importância, tanto nos instrumentos disponibilizados a Clientes (SMS Token, Cartão Matriz e dupla confirmação da transação), como na deteção precoce e prevenção de fraude.

A Caixa manteve a aposta na **gestão relacional multicanal**, incrementando o nível de serviço e o número de Clientes abrangidos que usufruem da articulação de três canais: Agência, Caixadirecta *on-line* e Caixadirecta telefone.

Crescente *empowerment* dos Clientes, consistência da informação e continuidade de processos entre canais são as três dimensões-chave da experiência multicanal. No Caixadirecta *on-line* os Clientes podem solicitar apoio humano na subscrição de produtos em campanha, bem como enviar e receber mensagens seguras do seu Gestor Dedicado ou Assistente Comercial.

Para os Clientes Caixazul e Caixazul Internacional há, ainda, a possibilidade de solicitar apoio na subscrição de produtos (fundos, cartões e depósitos a prazo).

SEGMENTO DE CLIENTES - PARTICULARES

GAMA ALTA

Para os clientes *affluent*, clientes particulares de maior potencial de envolvimento comercial, o Banco disponibiliza o **serviço Caixazul**. Trata-se de um Serviço de acompanhamento financeiro personalizado, centrado num Gestor Dedicado disponível quer em espaços de atendimento exclusivos nas Agências da Caixa, quer à distância através do telefone e da Internet (Gestor *on-line*). O Serviço Caixazul disponibiliza aos clientes soluções de conveniência e otimização do tempo, através do atendimento per-

sonalizado e da disponibilidade do Gestor, mesmo à distância, do apoio financeiro rigoroso e de qualidade e do acesso privilegiado à gama de produtos financeiros Caixazul e outros em condições especiais.

Durante o ano de 2011, prosseguiu-se a consolidação deste modelo de serviço, através do **incremento do relacionamento comercial**, da **adequação e sofisticação da oferta** e do **fortalecimento da marca**.

O **relacionamento comercial** tem vindo a ser aumentado através de:

- Alavancagem das facilidades de contactos e do respetivo êxito, utilizando os vários canais para interagir, articuladamente, com o cliente;
- Acesso através do Caixadirecta *on-line*, à agenda do Gestor, para marcação de reuniões;
- Dinamização dos contactos, tendo em vista o registo de dados informativos e comerciais (Campanha estruturante de Conhecimento de Clientes Caixazul 2011);
- Oportunidades de negócio através do Gestor *on-line* (947 carteiras com esta funcionalidade);
- Fichas de produto Caixazul, com o argumentário de venda sobre produtos-estrela e/ou em campanha, para comunicação com os clientes com o perfil apropriado (disponibilizadas 23 fichas em 2011);
- Comunicação via Caixadirecta *on-line*, com garantia de mensagens seguras;
- Recolha de informação para caracterização / registo do perfil de investidor dos clientes;
- Ações de dinamização de *cross-selling* e de *up-selling*, que proporcionam aos clientes a escolha diversificada de produtos, cobrindo variadas necessidades financeiras.

A **adequação e sofisticação da oferta** foram concretizadas, essencialmente, através de adaptações da oferta de depósitos *on-line* exclusivos Caixazul, a saber:

- Revisão do processo de formação da taxa de juro do Caixazul Netf@cil, um novo depósito pelo prazo de um mês, renovável, com total liquidez e pagamento de juros corridos mesmo em caso de mobilização antecipada, o qual passou a ter uma taxa fixa superior à que resultava da indexação à Euribor;
- Remodelação das taxas de juro dos depósitos a prazo Netpr@zo 6 M e 12M, que passaram a ser fixadas para cada depósito, em níveis superiores às resultantes da anterior indexação à Euribor;
- Reformulação do crédito pessoal, com benefício direto aos clientes Caixazul, consubstanciado em reduções do *spread*, e manutenção da linha específica Vida Azul;
- Lançamento do cartão de crédito Caixa Platina, para clientes *affluent* de elevado prestígio, diferenciando-se de outros cartões de crédito por ter um melhor pacote de seguros que inclui, entre outros, um seguro de saúde e internamento hospitalar e um serviço exclusivo de *concierge*;
- Lançamento do PPR Caixazul, exclusivo para estes clientes, com garantia de rendimento nos 5 primeiros anos e sem comissões de subscrição.

Os clientes Caixazul acedem, atualmente, a 11 produtos / serviços com condições especiais e a 10 exclusivos, dos quais salientamos:

- O crédito pessoal Vida Azul, uma facilidade de financiamento para titulares de aplicações financeiras na Caixa, com taxas de juro indexadas à Euribor e *spread* reduzido;
- As novas vantagens nos prémios de uma vasta gama de seguros, designadamente de Saúde (Planos e Cartões) e Acidentes Pessoais.

O **fortalecimento da marca** foi consubstanciado através:

- Campanha *above the line*, suportada por vários meios, nomeadamente televisão e rádio, divulgando o serviço, o Gestor *on-line*, as mensagens seguras e a marcação de reuniões via Caixadirecta *on-line*;
- Da emissão bimestral da *Newsletter* do serviço Caixazul, enviada a mais de 160 000 clientes;
- Da brochura digital de apresentação das vantagens Caixazul, disponibilizada no *site* do Serviço Caixazul (http://caixazul.cgd.pt), bem como no Caixadirecta *on-line* dos Clientes Caixazul, contribuindo assim para uma melhor identificação e valorização do Gestor *on-line*;
- Da emissão trimestral do encarte *Caixa Azul* na revista institucional *Cx*;
- Da disponibilização mensal do Extrato Global com informação das posições em ativos e res-

ponsabilidades;
- Criação de uma nova área no *site* Caixazul, vocacionada especialmente para a divulgação da oferta integrada de depósitos;
- Anúncios de imprensa, divulgando produtos específicos e exclusivos do serviço Caixazul;
- Patrocínio de revistas de Ordens profissionais, com inserções publicitárias nas mesmas.

MASS-MARKET

Serviço Caixa Mais chega a mais 231 Agências

O serviço Caixa Mais é o serviço personalizado de acompanhamento e gestão de clientes particulares com potencial de evolução de negócio (que não sejam elegíveis para o serviço Caixazul), prestado pelos assistentes comerciais Caixa Mais, que ajustam e adequam as soluções do Banco às necessidades de cada cliente da sua carteira.

Ao longo de 2011, deu-se o alargamento do serviço em 231 novas Agências e a mais 325 assistentes comerciais Caixa Mais.

Com apenas 2 anos de existência, este modelo de serviço, que tem contribuído para uma melhoria significativa da satisfação dos clientes, está já implementado em 579 Agências (cerca de 70% da Rede de Agências da CGD), com um total de 893 assistentes comerciais. O serviço Caixa Mais é disponibilizado a mais de 400 mil clientes, tendo vindo cada vez mais a posicionar-se como a referência de qualidade no serviço da Caixa.

Em janeiro de 2012, ocorrerá uma nova fase de alargamento, prevendo-se que o serviço Caixa Mais fique implementado em 82% da Rede de Agências da Caixa.

Lançamento da Oferta My Baby

Lançada em junho, My Baby é uma oferta inovadora de produtos e serviços que respondem às necessidades específicas relacionadas com o nascimento do bebé no sentido de gerir as despesas extraordinárias desta fase da vida e começar a preparar o futuro do bebé.

A oferta consiste no cartão pré-pago My Baby, que permite gerir de forma individualizada as despesas com o nascimento e os primeiros anos de vida do bebé, depósitos a prazo e poupança, linha de crédito com finalidades específicas para as despesas de maior valor, condições especiais nos Hospitais HPP e descontos em parceiros.

Uma vez que o nascimento de um bebé se reveste de uma enorme importância emocional para toda a família, a Caixa valoriza cada momento, com a oferta de um *kit* Grávida (oferta a futuras mães utentes dos Hospitais HPP), de um *kit* Bebé (oferta a crianças nascidas nos Hospitais HPP) e da 1ª Coleção de Moedas do Euro do bebé na abertura de uma conta poupança CaixaProjecto (para famílias com o cartão My Baby).

O envolvimento dos familiares e amigos é um dos pontos fortes do cartão My Baby, ao disponibilizar no verso o NIB (Nº de identificação bancária) para que os presentes sejam diretamente canalizados para o cartão My Baby.

O cartão My Baby, lançado em junho, foi reconhecido pela *Publi-News* em dezembro como um dos cartões europeus mais inovadores de 2011 na categoria de Pré-Pagos.

Oferta Caixa Woman fortalece proposta de valor

Em 2011, a oferta Caixa Woman, proposta de valor inovadora para mulheres ativas, continuou a robustecer a sua posição no mercado através do *upgrade* da oferta e de iniciativas de dinamização comercial associadas a eventos.

Destaca-se a criação de novos produtos financeiros exclusivos (DP *on-line* Caixa Woman a 3 e a 12 meses), a dinamização de um Seguro de Vida totalmente orientado para a Mulher, bem como o lançamento de um produto não bancário (PC portátil que também é *tablet*) com características ajustadas às necessidades deste *target*.

Ao nível de ações promocionais, realizaram-se eventos de comemoração do Dia da Mulher e do Dia da Mãe, ações *member-get-member* com atribuição de brindes de parceiros, a promoção da Gala

Mulher Ativa e a atribuição de prémios às clientes que mais utilizaram os seus cartões Caixa Woman (entre os prémios, uma viagem a Cumbuco no Brasil e 100 iPods).

A divulgação destas iniciativas assentou nos meios de comunicação específicos (*newsletter* mensal, revista trimestral, presença no Facebook e *micro-site* próprio).

O Estudo de Satisfação realizado junto de clientes e potenciais clientes Caixa Woman revelou uma valorização do conceito e dos produtos e serviços associados.

Oferta Caixa Activa consolida comunicação a clientes

Consolidação dos suportes de comunicação das Soluções Caixa Activa, uma oferta inovadora de produtos e serviços dirigida a clientes com mais de 55 anos.

Oferta a clientes da revista trimestral *Caixa Activa*, com conteúdos financeiros e de lazer específicos para o segmento, com venda em banca. Divulgação da oferta Caixa Activa através de *newsletter* mensal específica sobre as melhores soluções financeiras para este grupo de clientes, sem esquecer a abrangência intergeracional, uma vez que sabemos que uma das maiores preocupações dos clientes com mais idade é o bem-estar e segurança dos seus descendentes.

Neste sentido, a Caixa Activa comemorou, a 26 de julho, o Dia dos Avós, oferecendo, a avós e netos, um programa educativo e recreativo no Quartel de Benfica e no Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa. Este programa foi oferecido a 50 clientes Caixa Activa da região de Lisboa.

Jovens

Continuando a aposta no segmento Jovem e no incentivo à poupança estável de longo prazo desde os primeiros anos, destacam-se, em 2011, duas grandes campanhas:

Poupança Jovem Páscoa 2011: dinamização das soluções de poupança jovem através da promoção de depósitos a prazo e poupanças com diferentes prazos e taxas muito competitivas.

Poupança Jovem PAP: divulgação dos produtos e mecanismos que se interligam para que a poupança dos mais novos esteja sempre a crescer, automaticamente, sem mais esforço e sem preocupações. Através de ações de *marketing* direto, postal e *on-line*, junto de um universo muito alargado de clientes jovens, seguidas de contacto comercial, pretendeu-se reforçar a comunicação e o relacionamento comercial e emocional com os autorizados de contas de menores ou com os próprios jovens quando maiores de idade, reafirmar o posicionamento da Caixa como o Banco da Poupança para o segmento jovem e parceiro na educação financeira e alertar para a importância da poupança para o futuro, nomeadamente para o resultado final de um plano continuado de entregas programadas, ainda que de reduzido valor.

Para além destas campanhas, a oferta permanente de depósitos foi reforçada com o lançamento de dois novos depósitos a prazo de subscrição exclusiva no serviço Caixadirecta *on-line* (DP *on-line* Caixa PopNet 3M e DP *on-line* Caixa PopNet 12M) e o montante de abertura e reforços das poupanças bastante reduzidos, de modo a permitir e facilitar o aforro.

Foi, também, reforçada a utilidade dos cartões pré-pagos LOL, que facilitam a gestão da mesada e do dia a dia, como facilitadores de poupança, uma vez que transferem o montante não gasto no final do mês para a conta de poupança.

A exposição itinerante de literacia financeira Educação+ Financeira contribuiu também para a afirmação do posicionamento da Caixa como parceiro na educação financeira dos mais jovens. Esta exposição é uma iniciativa da Caixa e da Universidade de Aveiro, através do Projeto Matemática Ensino (PmatE), e percorre o país contactando com alunos do ensino básico e secundário.

Soluções de Poupança Mais para os vários segmentos de clientes

A Caixa antecipou, em 2011, as crescentes preocupações de poupança do mercado e dos seus clientes em particular, criando uma nova oferta – Depósitos Mais – especialmente dirigida a clientes que têm a Caixa como seu Banco principal e a clientes que transferem para a Caixa os seus depósitos noutros Bancos.

Em paralelo, o Banco investiu no suporte à decisão dos clientes, disponibilizando simuladores *on-line* de produtos de poupança, intensificando a comunicação sobre a necessidade de poupança aos vários segmentos de clientes particulares e revendo em baixo os mínimos para a constituição e o reforço de depósitos de poupança.

Durante o terceiro trimestre, a Caixa aprofundou este posicionamento, propondo ao mercado uma inovadora lógica de abordar a poupança – os clientes podem poupar automaticamente e sem esforço através da utilização otimizada dos produtos e serviços da Caixa.

Nesta linha, o Plano Automático de Poupança – PAP – propôs nove mecanismos de poupança transversal aos vários perfis de clientes. Numa abordagem mais fina, os vários segmentos de clientes (jovens, mulheres em idade ativa, homens em idade ativa e clientes com mais de 55 anos) foram abordados pelos assistentes comerciais, e também através de *newsletters* específicas e de mensagens SMS, relativamente à forma como os mecanismos PAP podem servir as suas necessidades em particular.

UNIVERSITÁRIOS E UNIVERSIDADES

O ano de 2011 foi mais um ano de afirmação da liderança da Caixa no mercado Universitário, posicionando-se como o parceiro de negócio da larga maioria das Instituições de Ensino Superior em Portugal, abrangendo cerca de 280 mil clientes ligados à população académica, com a atribuição do cartão Caixa Universidade Politécnico com vertente bancária.

Promover o apoio ao conhecimento e ao mérito académico, através da atribuição de bolsas de investigação, prémios monetários aos melhores alunos e estágios curriculares e de aproximação à vida ativa; fomentar o empreendedorismo através do patrocínio de concursos e apresentação de soluções financeiras específicas para jovens empreendedores; apoiar as necessidades financeiras dos estudantes durante a vida académica e no momento de ingresso na vida ativa são os eixos de atuação da Caixa no mercado universitário.

O interesse estratégico inerente à manutenção de relações privilegiadas da Caixa com Instituições de Ensino Superior (IES) motivou a renovação de Protocolos, enquanto instrumento formal de apresentação de benefícios a favor da população académica de cada estabelecimento de ensino, e a procura de argumentos inovadores de fortalecimento das parcerias.

Nesse contexto, destaca-se em 2011 a instalação de um sistema no IP Santarém que utiliza amplamente a mais moderna tecnologia associada ao cartão Caixa Universidade Politécnico, para controlo de acessos, presenças, entradas e saídas do Parque de Estacionamento e pagamentos internos. Um aumento significativo da funcionalidade do cartão no *campus*, que visa elevar a probabilidade de utilização do cartão e dos serviços da Caixa fora do ambiente académico.

Nova Marca

O ano de 2011 fica marcado pelo lançamento de uma nova designação com uma iconografia própria e próxima do segmento – Caixa IU – que se pretende assumir no mercado como marca capaz de abarcar toda a oferta dirigida ao segmento Universitário e que pretende que, de forma consistente, incorpore valores de modernidade, inovação e genuíno apoio ao ensino superior e à sua população académica.

A declinação da marca Caixa IU para espaço na Internet dirigido aos universitários (com o ex-endereço www.cup.pt e agora com o endereço www.caixaiu.cgd.pt) com toda a reformulação do *Look & Feel* do sítio, bem como a passagem da denominação do modelo de serviço Caixadirecta Universitários para Caixadirecta IU é uma realidade iniciada em 2011, em prol do reconhecimento da nova marca.

Serviço ao Cliente

Especificamente configurado para abordar este segmento, o modelo de serviço Universitário, lançado em 2005, assenta na articulação e complementaridade dos atendimentos à distância e presencial, visando a captação de novos clientes e a valorização e satisfação dos universitários no relacionamento com a CGD, garantindo a sua continuidade como cliente na vida ativa.

Em 2011, o atendimento à distância **Caixadirecta IU**, que tem a responsabilidade do acompanhamento comercial e relacional através de canais diretos (telefone, *on-line* e *e-mail*) de mais de 150 mil

estudantes universitários, viu reforçada a sua carteira de clientes ao integrar cerca de 35 700 novos alunos que ingressaram no ensino superior no ano letivo 2011/2012.

O atendimento presencial, nas **Agências Universitárias** localizadas em cerca de 20 *campi* universitários e especialmente desenhadas para responder às necessidades da respetiva população, complementam o atendimento à distância através do atendimento de proximidade baseado na simplicidade, disponibilidade e na atenção personalizada no esclarecimento e resolução dos momentos-chave garantindo-se a devida articulação entre os 2 tipos de canais de contacto.

Manteve-se, em 2011, a especial atenção à continuidade da relação preferencial com a Caixa na fase de conclusão do ciclo académico e de integração na vida ativa. Através da transição para o **serviço Caixadirecta Mais**, lançado em 2010 e assente na gestão relacional à distância por uma equipa de assistentes comerciais dedicados aos clientes que preferem uma relação baseada na utilização de canais diretos (telefone e *on-line*) ou para o **serviço Caixa Mais**, para os clientes que valorizam o contacto físico, ou ainda para o **serviço Caixazul** no caso de clientes *affluent*, foi atribuída a gestão personalizada a mais de 23 mil clientes recém-licenciados.

Dinamização Comercial

Sob o lema **"Segue o teu Curso", a Campanha da Nova Época Universitária 2011**, além de responder ao compromisso dos Protocolos firmados com as Escolas de Ensino Superior para a emissão dos cartões de identificação da população académica (com e sem vertente bancária), permitiu aproveitar a presença em mais de 100 locais diferentes para estabelecer o 1º contacto com os novos estudantes do ensino superior, angariar ou ativar clientes e divulgar a oferta dirigida aos Universitários.

As soluções **Caixa Empreender** (para apoio a projetos de empreendedorismo), **Erasmus.go** (para apoiar formações no estrangeiro, em especial ao abrigo de programas Erasmus), os produtos de **Poupança Jovem** com destaque para as soluções de poupança *on-line* e as promoções especiais PopNet Páscoa e Depósito Caixa IU Oportunidade 2011, o **Crediformação**, o cartão **Caixa ISIC** (cartão de estudante internacional) e o serviço **Caixadirecta** foram os principais alvos da dinamização comercial em 2011.

A **Campanha de Conhecimento e Ativação**, realizada por vagas ao longo do ano, permitiu promover a utilização dos produtos / serviços quotidianos (meios de pagamento, domiciliação da mesada/vencimento e *on-line banking*) e atualizar a informação sobre os clientes universitários e pós-universitarios. Especialmente para aferir a situação académica e melhor enquadrar o serviço a prestar aos clientes na fase pós-universitária, iniciou-se o desenvolvimento de uma nova vaga de contactos telefónicos, tendo como alvo cerca de 60 mil clientes potenciais finalistas.

RESIDENTES NO ESTRANGEIRO

Em 2011, e considerando o potencial de criação de valor deste segmento para a Caixa, manteve-se como principal objetivo estratégico o posicionamento da Caixa como Banco principal em Portugal dos Residentes no Estrangeiro (nacionais ou estrangeiros), tendo como desafios a retenção da emigração tradicional, a captação da 2ª e 3ª gerações e a captação da "nova emigração".

Foram alcançados importantes avanços na relação da CGD com os seus clientes residentes no estrangeiro de que a consolidação da Banca à Distância especializada neste segmento e o seu alargamento a 13 países distribuídos por 3 continentes foram os exemplos mais marcantes.

Durante o ano de 2011, os clientes residentes no estrangeiro passaram a poder efetuar depósitos na Sucursal das Ilhas Caimão da CGD, traduzindo a preocupação contínua da CGD em desenvolver produtos e serviços com o objetivo de otimizar a oferta a residentes no estrangeiro.

O contacto permanente com os clientes residentes em países lusófonos é sustentado por ações sistematizadas e direcionadas, quer através das estruturas locais, quer por via do desenvolvimento de contactos regulares à distância.

A captação de recursos deste segmento representou cerca de 10% do total da captação de particulares da CGD. A sua gestão continua a ser um vetor estratégico de atuação do Grupo CGD, com especial atenção no acompanhamento das novas vagas de emigração, com vista a reforçar posicionamento da Caixa como primeiro banco dos portugueses residentes no estrangeiro.

Serviço ao Cliente

De forma a melhorar significativamente a gestão relacional dos clientes residentes no estrangeiro, em complemento com a Rede de Agências, Sucursais e Escritórios de Representação no exterior, foi **alargado o serviço Caixadirecta Internacional** a outros clientes residentes no estrangeiro titulares de contrato Caixadirecta, ou seja, utilizadores de canais diretos. Através deste serviço, os clientes que residem fora de Portugal podem contactar o seu Banco através de linhas de telefone gratuitas e através do acesso *on-line*, contando com uma equipa de Comerciais dedicada. Aos clientes selecionados, foi enviada uma carta de apresentação do serviço, seguida de uma Ação de Boas-Vindas realizada pelos assistentes comerciais.

Simultaneamente, para os clientes com maior património, prosseguiu o modelo de Banca à Distância assente em gestores dedicados e personalizados através do serviço **Caixazul Internacional**.

Nestes dois serviços, foi aferido o nível da **Satisfação do Cliente**, através de inquéritos telefónicos aos clientes, confirmando-se mais uma vez uma avaliação bastante positiva do nível de serviço oferecido.

Em junho, foi **inaugurada mais uma Unidade da Caixa no estrangeiro,** fortalecendo, ainda mais, a presença internacional da Caixa, agora presente em 23 países. A abertura deste novo Escritório de Representação, localizado em Toronto, veio reforçar os laços de proximidade no relacionamento da Caixa com a comunidade portuguesa residente no Canadá.

Para divulgação das propostas de valor específicas deste segmento, a Caixa comunica regularmente com estes clientes através da revista *Caixa no Mundo* e através do *site* www.cgd.pt numa área destinada exclusivamente a estes clientes. No final do ano, foi lançada uma ***newsletter*** **eletrónica** dirigida aos clientes residentes no estrangeiro com *e-mail* carregado na base de dados. Este novo suporte de comunicação terá uma periodicidade bimestral e uma vertente mais comercial, com síntese de temas relevantes para o segmento a que se destina.

Campanhas de Dinamização Comercial

A fim de aprofundar o conhecimento dos clientes, foi lançada a **Campanha de Conhecimento do Cliente** que decorreu em 3 fases (fevereiro/março, junho e setembro/outubro), e cujo principal objetivo foi potenciar o aumento da relação de proximidade e a recolha de informação de suporte à construção de propostas personalizadas.

No mês de abril, foi lançada a **Campanha da Páscoa** que promoveu as soluções de poupança da Caixa, apostando em produtos inovadores e competitivos com especial destaque para um depósito a prazo com pagamento de juros antecipado. Foram desenvolvidos folhetos para o ponto de venda e anúncios para a imprensa nacional e internacional, tendo como *headline* **"Ovos, Amêndoas e Juros Imediatos. Uma Páscoa mais doce para quem constitui o Depósito Mais Prémio RE"**.

Com o objetivo de reforçar a ideia de proximidade da Caixa junto dos clientes RE, foi lançada a **Campanha de verão** composta por duas fases. A fase I decorreu no estrangeiro durante o mês de junho e teve como enfoque a transmissão de proximidade, a presença universal e a vantagem dos produtos e serviços com destaque para um depósito em várias moedas (euro, dólar americano e dólar canadiano). O *headline* escolhido para a 1ª fase foi **"Onde quer que esteja, a Caixa está consigo"** e **"Onde quer que esteja, poupar é na Caixa".** A fase II decorreu entre julho e setembro com o intuito de acolher e dar as boas-vindas a Portugal, aos clientes residentes no estrangeiro e teve como *headline* **"Voltar a casa tem mais valor"** e **"Bem-vindo a casa"**. Esta Campanha contou com o apoio de uma ampla campanha publicitária, com utilização de meios no estrangeiro e em Portugal e com a colaboração dos Escritórios de Representação e Sucursais, tendo sido criados 41 Postos de Atendimento Especializados na Rede de Agências em Portugal, durante os meses de verão.

No final do ano, realizou-se ainda a **Campanha de Natal RE** que contou com a dinamização de diversas soluções de poupança e o lançamento de novos depósitos *offshore*, bem como a divulgação de alguns mecanismos de poupança adequados a quem vive fora de Portugal. Para esta Campanha, foram desenvolvidos vários suportes de comunicação e foi criado o *headline* **"Quem percorreu quilómetros para melhorar o futuro não tem dificuldades em dar um pequeno passo: Poupar"**.

INVESTIMENTO E POUPANÇA

Para potenciar a captação de novos recursos e a retenção dos vencimentos, a Caixa lançou diversas Soluções de Poupança e Investimento ao longo de 2011, sempre com a preocupação de adequar a oferta aos perfis de investimento dos seus clientes: Prudente, Equilibrado, Dinâmico e Arrojado.

De entre as ações / campanhas de captação de recursos lançadas em 2011, as que mais contribuíram para a evolução dos mesmos foram:

- Revisão em alta do *pricing* de parte dos Depósitos-Estrela;
- Lançamento de novos produtos de Depósitos (Depósito Crescente Mais a 3 Anos e Caixa Aforro Poupe Mais);
- Lançamento de 3 novos FEI fechados (Caixagest Valor BRIC 2015 – FEI, Caixa Rendimento Fixo 2015_FEI e Caixagest Rendimento Corporate 2014_ FEI);
- Dinamização dos Seguros Financeiros de médio / longo prazo;
- Lançamento dos 9 Mecanismos de Poupança Automática.

Traduzindo um novo conceito de Poupança na CGD – a Poupança Automática – foi lançada, em novembro de 2011, a Campanha do Plano Automático de Poupança (PAP), que divulgou os 9 Mecanismos Automáticos de Poupança agrupados em 3 categorias:

1. Rentabilização Automática das Contas de Poupança

Rentabilização de poupanças de forma simples e sem complicações.

- **Caixa Aforro Poupe Mais:** poupança com prémio semestral de permanência e possibilidade de reforços automáticos;
- **Poupança Jovem:** depósitos cujos juros e capital seguem para a poupança na data do seu vencimento. Conta com prémio de permanência e oportunidade de realizar reforços;
- **Poupança Caixa Activa:** poupança com rendimento garantido e possibilidade de fazer reforços, além de outras vantagens adicionais.

2. Reforço Automático da Poupança através da Utilização de Cartões

Medidas para poupar até quando se tem de gastar.

- **Conversão automática de consumo em poupança (*cashback*):** uma percentagem do valor gasto nas compras é devolvida para a poupança;
- **Transferências automáticas de excedentes de mesada:** o valor da mesada que não for gasto é guardado na conta de poupança;
- **Arredondamento automático do valor das compras:** o valor do arredondamento é transferido automaticamente para uma conta poupança.

3. Facilitadores Automáticos de Poupança

Os mecanismos que facilitam o ato de poupança devem ser encarados como conselhos úteis para que a poupança passe a ser algo natural.

- **Agendamento automático de transferências para a conta de poupança** (disponível na Agência, no Caixadirecta *on-line* e no Caixadirecta Telefone);
- **Reforço automático de uma conta de poupança no vencimento de depósitos a prazo;**
- **Gestão Automática de Tesouraria:** definição de um máximo na conta à ordem e transferência automática do que sobra para a conta de poupança e vice-versa.

Destaca-se, ainda, o lançamento das seguintes iniciativas:

- **Seguro automóvel LIBER 3G** – lançamento, em outubro 2010, de novo seguro automóvel que disponibiliza duas soluções, uma para o segmento dos particulares – o **Liber 3G Particulares** – e outra para o segmento das micro e pequenas empresas e empresários em nome individual – o **Liber 3G Empresas**;
- **Novos Deveres de Informação a Clientes sobre Depósitos** – continuação da implementação na Caixa (em articulação com outros Órgãos de Estrutura) do disposto nos Avisos nºs

4/2009 e 5/2009, em vigor desde 18 de novembro de 2009, sobre deveres de informação (i) pré-contratual, (ii) contratual e pós-contratual.

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO

O crédito imobiliário em Portugal registou, em 2011, profundas alterações, refletindo o ciclo económico existente, a evolução mais recente do setor imobiliário e a mudança dos índices de confiança e de expectativas da generalidade dos portugueses.

Ao longo deste período, assistiu-se, pela primeira vez, a uma inversão na tendência de crescimento do saldo de crédito à habitação, decorrente da diminuição significativa do volume de produção de novas operações.

Para além da evolução do endividamento das famílias, diversos fatores contribuíram para a ocorrência destas alterações na gestão do crédito imobiliário, das quais destacamos:

- O excesso de oferta de habitação face à procura existente, resultante dos elevados níveis de construção dos últimos anos;
- Os constrangimentos existentes no acesso da Banca aos mercados financeiros, com repercussões ao nível das políticas de preços;
- A adoção de critérios mais restritivos na concessão de crédito, refletindo o agravamento do risco de crédito;
- O aumento generalizado do desemprego, num contexto económico recessivo, originando a redução dos indicadores de confiança das famílias e o adiamento das decisões de aquisição ou troca de habitação;
- A necessidade de adequar os rácios de transformação da banca aos critérios impostos no memorando de entendimento FMI/BCE/EU.

Ainda que acompanhando as tendências mais recentes do crédito à habitação verificadas em 2011, a Caixa Geral de Depósitos continuou a garantir aos seus clientes o acesso ao crédito imobiliário, através da disponibilização de uma diversidade de soluções de financiamento, mantendo a liderança de mercado nesta área de negócio.

No âmbito das novas operações de crédito à habitação, a decisão de contratação é ponderada pelos clientes com elevado rigor e envolvimento, pelo que a Caixa disponibiliza informação detalhada, relativa aos elementos caracterizadores de cada empréstimo e dos encargos que lhe estão associados, proporcionando um conhecimento aprofundado da representatividade das prestações no âmbito dos recursos financeiros do agregado familiar.

Por outro lado, para além do cumprimento dos deveres de informação, previstos no Aviso nº 2/2010 do Banco de Portugal e da disponibilização de toda a informação necessária à tomada de decisão, a Caixa tem vindo a incrementar medidas de apoio e aconselhamento junto dos seus Clientes.

Paralelamente, a Caixa reforçou o processo de análise e decisão de crédito, por via da otimização aplicacional de indicadores de risco, designadamente da demonstração do cálculo da taxa de esforço, e da sua disponibilização no documento de informação para análise e decisão, de forma a facilitar a ponderação do risco da operação.

Procurando facilitar o acesso à habitação num contexto económico adverso de aumento do custo de vida e de diminuição de rendimentos disponíveis, a Caixa tem vindo a colocar soluções integradas de venda de imóveis pertencentes ao Grupo Caixa Geral de Depósitos e de crédito à habitação, em condições muito vantajosas, prioritariamente dirigidas às famílias com recursos mais limitados.

Neste âmbito, a Caixa realizou diversos leilões de imóveis pertencentes ao Grupo, associando condições de financiamento muito atrativas, nomeadamente ao nível do prazo máximo, do *spread* e da relação financiamento / garantia, assim como por via da isenção da comissão de estudo e da dispensa de registos provisórios.

Neste processo de venda e/ou arrendamento de imóveis do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a Caixa tem contado com a colaboração ativa de diversas redes de mediação imobiliária com as quais mantém acordos de parceria, em particular nas iniciativas de "Open House", as quais oferecem a possibilidade de visitar, com maior celeridade, os imóveis em comercialização, a preços mais redu-

zidos do que os inicialmente estabelecidos.

Simultaneamente, a Caixa tem dedicado uma atenção acrescida à gestão da sua carteira de crédito à habitação, tendo em conta o atual contexto de dificuldades crescentes no cumprimento do serviço da dívida. Mais concretamente, a Caixa tem acompanhado com rigor a situação financeira dos seus Clientes de Crédito à Habitação, analisando e propondo soluções de ajustamento do valor das prestações à sua capacidade financeira.

De forma a prevenir futuras situações de incumprimento e/ou sobreendividamento, são periodicamente gerados alertas e indicadores de *stress* financeiro no Crédito à Habitação, com o propósito de estudar e apresentar aos clientes, proactivamente, soluções de renegociação de crédito, que permitirão reduzir os encargos mensais dos clientes, adequando-os aos seus níveis de rendimento e, consequentemente, reduzindo o risco de incumprimento.

A Caixa desenvolveu, igualmente, um conjunto alargado de procedimentos tendo em vista otimizar a gestão de situações de incumprimento, incorporando ainda importantes soluções de reconciliação.

Para este efeito, a CGD utiliza um conjunto de instrumentos para gestão do incumprimento, nomeadamente o alargamento do prazo da operação, a mudança do regime contratual, a introdução de um período de carência de capital, o diferimento de uma parte do capital para o final do empréstimo, procurando ajustá-la à data de entrada de fundos nas contas dos clientes.

Com o objetivo de contribuir para a redução dos encargos das famílias e ainda de estimular o mercado de arrendamento habitacional, a Caixa, que foi pioneira na criação e desenvolvimento de fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIIAH), vem reforçando a sua aposta nestes instrumentos.

Estes fundos assumem-se, cada vez mais, como referenciais importantes na procura de soluções de recuperação de crédito, incorporando, simultaneamente, uma vertente social, ao permitir que os clientes da CGD em dificuldades económicas possam permanecer na sua habitação atual, mediante o pagamento de uma renda, sendo-lhes, inclusive, facultada a possibilidade de celebração de contratos de arrendamento com opção de compra.

A opção pelos FIIAH tem contribuído, também, para o que vem sendo outra das apostas estratégicas da CGD, a reabilitação urbana, realidade à qual a Caixa se associou, desenvolvendo e comercializando linhas específicas de financiamento.

Inscrita como uma das medidas do "Plano de Emergência Social" (PES), o "Programa Social de Arrendamento" é inspirado no "Programa Arco-Iris – Novos Horizontes para o Arrendamento", que resultou numa experiência bem sucedida da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e do Grupo Caixa Geral de Depósitos, destinando-se a classes sociais que, apresentando rendimentos superiores aos que permitem a atribuição de uma habitação social, não apresentam, contudo, capacidade financeira para arrendarem um imóvel em mercado livre, representando um triplo benefício:

- Resolve as dificuldades de acesso à habitação das famílias, uma vez que as rendas a praticar apresentarão rendas inferiores às praticadas em mercado livre;
- Rentabiliza o património imobiliário que o banco possui na sua carteira de imóveis;
- Potencia o mercado da Reabilitação Urbana.

É hoje inegável a aposta da Caixa neste importante setor de atividade, considerado estratégico para o País. Assim, e para além da celebração de um conjunto alargado de protocolos de colaboração com diversas entidades que atuam nesta área, a CGD concorreu, em consórcio com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), à gestão de um Fundo de Desenvolvimento Urbano no âmbito da Iniciativa Comunitária JESSICA.

A referida iniciativa, que foi desenvolvida pela Comissão Europeia (CE) e pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), em estreita colaboração com o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB), é um instrumento de engenharia financeira que visa a promoção de projetos de reabilitação e regeneração urbana e, assim, potenciadores da coesão social e da sustentabilidade.

O consórcio CGD/IHRU assumirá a responsabilidade pela gestão dos projetos que sejam apresentados no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro e do Programa Operacional Valo-

rização Territorial (Norte, Centro e Alentejo), a que corresponde um valor total de sensivelmente 51 milhões de euros, alavancados por fundos de ambas as Instituições e por fundos dos promotores de projetos que venham a ser selecionados.

Este consórcio, cuja génese assenta na transversalidade que define a atuação da CGD e do IHRU, procura, através do aproveitamento das sinergias decorrentes das atividades de cada uma das referidas Instituições, colocar à disposição dos futuros beneficiários todo o saber e toda a experiência acumulada em termos de financiamento à reabilitação e regeneração urbana por ambas as entidades.

O Salão Imobiliário de Portugal (SIL) voltou, pelo décimo ano consecutivo, a contar com a presença da Caixa Geral de Depósitos, que se assumiu como patrocinador do certame e das conferências nele incluídas, de 11 a 16 de outubro, na Feira Internacional de Lisboa (FIL).

O Grupo CGD esteve representado pelas empresas Caixa Imobiliário, Caixa Leasing e Factoring, CaixaTec, Imocaixa e Fundimo, para além da própria CGD.

As condições especiais disponibilizadas este ano assentaram, nomeadamente:

- Preços dos imóveis bastante apelativos;
- Grande número de oferta de imóveis, quer para compra, quer para arrendamento;
- Oferta de cheque-brinde no valor de 600 euros, na compra de imóveis da CGD (exclui imóveis em leilão);
- Oferta de cheque-renda, que permitiu aos clientes que visitaram o SIL e, em sequência, formalizaram um contrato de arrendamento de um imóvel CGD, nos dois meses subsequentes, beneficiarem de um mês de carência no pagamento da respetiva renda;
- Condições de financiamento diferenciadas que consubstanciam a oferta de crédito para imóveis do GCGD.

Iniciativas como a Bolsa de Arrendamento e as conferências SIL potenciaram, também, a presença do Grupo no certame. Por seu lado, o Grupo Caixa Imobiliário realizou os três leilões imobiliários do SIL'2011, que consubstanciaram o maior leilão imobiliário e que tiveram como novidade integrar imóveis para arrendamento e não apenas para venda.

SEGMENTO DE CLIENTES – EMPRESAS

No seguimento das orientações estratégias da Caixa para o negócio no Segmento de Empresas, em 2011 prosseguiu-se a consolidação do modelo de Serviço Caixa Empresas, reforçando-se a abordagem proativa dos clientes e os seus níveis de fidelização, o apoio às empresas exportadoras e o papel da Caixa como motor da economia nacional.

O serviço Caixa Empresas tem subjacente um conceito de gestão personalizada e aconselhamento financeiro prestado aos clientes ENI, Microempresas e PME e assenta na especialização prestada por uma equipa de 229 gestores de cliente, que acompanham 743 Agências, e por uma Rede com 38 Gabinetes especializados no acompanhamento de PME, com 126 gestores de cliente. No final de 2011, através de um incremento do relacionamento comercial com as empresas e empresários de maior valor para a Caixa, o serviço Caixa Empresas tinha sob gestão mais de 39 mil clientes (incluindo Agências e Gabinetes).

2011 foi um ano histórico na estratégia da CGD para o segmento de Empresas, com a disponibilização de uma ferramenta de CRM às Redes de Agências e de Gabinetes e aos gestores Caixa Empresas. Esta aplicação permite uma abordagem e relações mais integradas, proativas e informadas entre o gestor e o cliente Empresa, através da disponibilização organizada e sistematizada de informação relacional do cliente, atual ou potencial, na sua área geográfica de intervenção e nas suas diferentes perspetivas, articuladas com o repositório de informação económico-financeira e de risco, potenciando o melhor acompanhamento da carteira num conjunto de funcionalidades que permitem uma gestão integrada do cliente (Visão 360º).

Foram lançadas no CRM-Empresas novas funcionalidades da Aplicação de Limites, com importantes vantagens na melhoria do nível de serviço prestado ao cliente, por via da atribuição de limites pré-aprovados e de uma mais célere e eficaz gestão e cobertura das necessidades das empresas, empresários e respetivos colaboradores.

As potencialidades da ferramenta de CRM, como alavanca das várias iniciativas em curso ou dinamizadas pelo *Marketing* de Empresas, são evidentes para o reforço da melhoria do serviço ao cliente e das atividades de *marketing* e dinamização comercial.

Paralelamente, a Caixa desenvolveu, em 2011, um conjunto de iniciativas para apoiar as empresas e os empresários com produtos e serviços de elevada qualidade, nomeadamente na definição proativa de limites multiusos para a gestão de tesouraria e, ainda, no apoio às empresas exportadoras e à internacionalização, através de uma política de comunicação assertiva dos instrumentos financeiros, na disponibilização de informação e no acompanhamento dos clientes nacionais, quer no mercado doméstico, quer nos mercados onde a Caixa está presente, procurando, desta forma, contribuir para o crescimento da economia nacional.

Das iniciativas da CGD dirigidas a este segmento, destacam-se:

A) Apoio ao Investimento
B) Diversificação da Oferta às Empresas
C) Novos Produtos e Serviços
D) Protocolos com Associações Empresariais e Outras Entidades
E) Seminários e Outras Ações de Divulgação de Informação às Empresas

A) Apoio ao Investimento

Para melhorar as condições de acesso ao financiamento das PME portuguesas, foram protocolados:

- **Linha Export Investe** (200 milhões de euros), destinada a apoiar as necessidades de financiamento sentidas por exportadores diretos ou indiretos de equipamento e produtos com ciclos de fabricação até 18 meses, durante o período de produção dos bens a exportar;
- **Alargamento do Prazo para as Linhas PME Investe**, destinado a apoiar a tesouraria das empresas com operações enquadradas ou contratadas ao abrigo destas Linhas, mediante a introdução de um período de carência de 12 meses na amortização destas operações;
- **Linha Açores Investe II** (40 milhões de euros), destinada a apoiar empresas sediadas na Região Autónoma dos Açores em investimentos novos em ativos fixos e necessidades de capitais permanentes;
- **Linha de Crédito Bonificada para Micro e Pequenas Empresas da Madeira** (10 milhões de euros), destinada a apoiar empresas sediadas na Região Autónoma da Madeira em investimentos novos em ativos fixos e necessidades de capitais permanentes.

A Caixa continuou a disponibilizar financiamento através da manutenção das:

- Linha de Crédito Especial para Pequenas e Médias Empresas (PME), com Garantia Mútua;
- Solução Caixa Empresas Energias Renováveis;
- Linha de Crédito BEI XV e Linha de Crédito MIDCAP I;
- Linha de crédito para o setor da Educação e da Saúde Linhas de Crédito CEB e Linha de crédito CEB para o setor da Educação;
- Oferta Caixa PME Líder / PME Excelência.

B) Diversificação da Oferta às Empresas

No respeitante à diversificação da oferta permanente da Caixa para o segmento Empresas, destacam-se:

Oferta Internacional

A Caixa tem vindo a reforçar o seu posicionamento no mercado como Banco de apoio à exportação, à diversificação de mercados e à internacionalização.

Para dar corpo a este objetivo, decorreu, em 2011, uma campanha de comunicação subordinada ao tema "Caixa Banco de Apoio à Exportação", com enfoque nos produtos e serviços disponibilizados às empresas exportadoras e às empresas que pretendam internacionalizar-se e desenvolver a sua atividade em novos mercados.

A base desta campanha e da oferta internacional da Caixa é o conhecimento que o Grupo CGD detém sobre os mercados onde está presente, com destaque para os principais países de destino das

exportações nacionais. Com a maior Rede internacional de balcões e gestores que conhecem o mercado da exportação como ninguém, a Caixa tem um conjunto de soluções únicas que permite a quem exporta receber mais cedo e minimizar os riscos de exportar, transmitindo confiança para lançar a sua empresa lá fora.

Baseada em produtos e serviços, como remessas e créditos documentários de exportação, linhas de *trade finance*, linhas concessionais de apoio à exportação, programas com instituições supranacionais, cobertura de riscos, pagamentos e recebimentos internacionais e garantias e avales bancários na ordem externa, a oferta internacional da Caixa disponibiliza soluções mais eficazes para as empresas, permitindo-lhes receber mais cedo, com menor risco para o negócio e maior simplicidade na relação com os seus clientes.

Oferta Comércio e Serviços

Em 2011, a "Oferta Comércio e Serviços" contemplou um conjunto de vantagens e de condições mais favoráveis para os seus potenciais destinatários, premiando o cliente na sua vinculação com a Caixa. Os produtos em destaque foram os seguintes:

- O TPA associado à conta DO Netcaixa ou ao serviço de Gestão Automática de Tesouraria, em condições vantajosas;
- O serviço de *Internet banking,* seja o Caixa *e-banking* ou Caixa Direta *on-line*, associado à conta ordem;
- Limite de crédito do cartão Caixaworks ou atribuição de outros limites;
- Seguros para o setor do comércio (Multirriscos e Acidentes de Trabalho).

Cartão Caixaworks – a Conta corrente no bolso

Lançado a pensar nos empresários e pequenas empresas, como um instrumento que "torna mais fácil a tesouraria da empresa", este cartão assume-se, essencialmente, como um limite de crédito agregador das suas responsabilidades de curto prazo, permitindo financiar as necessidades de tesouraria e flexibilizar a gestão diária da atividade. Para o cliente, o cartão é, também, um elemento distintivo, pois está associado a um meio de pagamento de prestígio e à sua facilidade de utilização, disponibilizando, ainda, um completo conjunto de seguros e condições especiais na subscrição de seguros de saúde Multicare, Multirriscos e Vida Grupo.

Plafond Multiusos de Apoio à Tesouraria

Para acompanhar os seus clientes empresa em todas as vertentes da sua atividade, a Caixa disponibiliza um limite único convertível em múltiplos produtos para apoio à atividade comercial interna e externa, apoio à tesouraria e apoio à aquisição de equipamento corrente. Simples de contratar e fácil de utilizar, o limite multiusos é disponibilizado com base numa pré-avaliação da empresa e pode incluir ainda um conjunto de serviços de utilização corrente como cartões de crédito, garantias bancárias e declarações de capacidade financeira, entre outros.

Garantia Mútua

A Caixa promoveu a utilização da Garantia Mútua, no âmbito de parcerias entre a Caixa e as Sociedades de Garantia Mútua, importante instrumento destinado a melhorar as condições de acesso e assegurar preços mais atrativos no financiamento das PME portuguesas.

Empreendedorismo / Microcrédito / Microfinanciamento

Para apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego, a Caixa manteve a Oferta Caixa Empreender, na qual se destaca a dinamização do Caixa Empreender + e das linhas de crédito Microinveste e Invest+ criadas em parceria com o IEFP e as SGM.

Na área do microcrédito, continuou a divulgação da Linha de Crédito criada no âmbito do protocolo celebrado com a ANDC – Associação Nacional para o Direito ao Crédito.

Na vertente do microfinanciamento, foi mantida a divulgação da Linha de Crédito Caixa Jovem Empreendedor, da Linha de Microfinanciamento ANJE, da Linha de Crédito para a ANPME e da Linha de Crédito para a Raia Histórica.

Linhas de Crédito para os Setores Agrícola, Pecuário e das Pescas

A Caixa disponibilizou novos períodos de candidatura para a Linha de Crédito para Apoio às Empresas do Setor Agrícola e Pecuário (com base nos Decretos-Lei n.º 1-A/2010 e n.º 41/2011) e para a Linha de Crédito de Apoio às Pescas (com base no Decreto-Lei n.º 179/2008 e na Carta Circular 1/2011 do IFAP). Estas linhas destinam-se a apoiar a aquisição de fatores de produção, investimentos em ativo fixo e reestruturação / liquidação de dívidas (com o objetivo de reforçar o fundo de maneio destas empresas).

Linha de Crédito PARES

A Caixa manteve a possibilidade de contratar operações ao abrigo da linha de crédito destinada ao financiamento de projetos de investimento enquadrados no PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais e apresentados por IPSS ou Entidades Equiparadas, no âmbito do protocolo com o Instituto de Segurança Social, IP.

Linha FINICIA

A Caixa manteve esta linha, destinada ao financiamento de iniciativas empresariais / projetos de investimento enquadráveis no âmbito do Programa FINICIA – Eixo 3 – Iniciativas Empresariais de Interesse Local.

Linha de Crédito ao Turismo

A Caixa manteve a Linha de Crédito ao Turismo, para financiamento de projetos de investimento do setor do turismo, económica e financeiramente viáveis, que contribuam para o aumento da qualidade e competitividade da oferta turística nacional, incluindo o financiamento de projetos que visem a reconversão de empreendimentos existentes.

Linha de Crédito para as Escolas Profissionais no âmbito do POPH

Considerando o interesse e a dimensão do setor da Educação, a Caixa manteve a Linha de Crédito para as Escolas Profissionais beneficiárias de financiamentos comunitários no âmbito do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), continuando a promover relações de negócio com as entidades proprietárias das mencionadas Escolas Profissionais.

C) Novos Produtos e Serviços

Serviço Netcaixa

Corresponde à solução da Caixa para aceitação de pagamentos eletrónicos nos Terminais de Pagamento Automático (TPA).

A solução Netcaixa oferece um serviço de elevada qualidade e segurança nas transações, integrando na sua oferta a instalação de equipamentos. Os clientes beneficiam, ainda, de produtos e serviços financeiros em condições vantajosas, designadamente taxas de serviço ao comerciante (TSC) por escalões, em função do volume de negócios anual e do montante médio mensal das transações, e principalmente de ***cash-back***, que corresponde à devolução de percentagem da TSC, caso a transação seja efetuada com cartão emitido pela Caixa.

Serviço de Gestão Automática de Tesouraria (GAT)

Destinado a clientes vinculados à Caixa, o serviço GAT é um produto que facilita a gestão de tesouraria das empresas, aplicando, de forma automática, os excedentes e financiando as necessidades de liquidez, quando necessário.

Aplicações Financeiras

A Caixa Geral de Depósitos mantém à disposição das Empresas e dos Empresários em Nome Individual (ENI) uma oferta variada de depósitos a prazo, alguns deles com subscrição exclusiva *on-line*. Esta oferta permite diversificar as aplicações das empresas em diferentes depósitos, sempre com capital e

remuneração garantidos, e por vários prazos, consoante a gestão financeira, o ciclo de exploração da atividade e o montante que cada empresa pretenda aplicar. O objetivo é ter sempre uma aplicação financeira bem remunerada, assegurando a disponibilidade dos fundos quando o negócio assim o requerer.

Gestão de Pagamentos e Recebimentos a Fornecedores

A Caixa disponibilizou o Caixa Maistesouraria, uma nova solução que permite gerir os pagamentos a fornecedores e os recebimentos de clientes com base num limite único, facilitando a gestão de pagamentos e recebimentos das empresas, permitindo-lhes receber mais cedo e disponibilizando-lhes mais tempo para a atividade comercial.

Seguros Financeiros e Não Financeiros para Empresas

Em parceria com a Fidelidade Mundial, foram desenvolvidas campanhas de dinamização interna de seguros Multicare, Acidentes de Trabalho, Multirriscos Negócios, para Empresas e ENI, com benefícios especiais para os clientes.

Ainda em parceria com a Fidelidade Mundial, foram desenvolvidas campanhas de dinamização interna de seguros de Capitalização e Poupança Fiscal.

D) Protocolos com Associações Empresariais e Outras Entidades

De entre os protocolos existentes com Associações Empresariais, destacamos os seguintes:

Protocolo com a Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais (APEMETA)

No âmbito do protocolo com a APEMETA, a Caixa participou em dois seminários sobre "Eficiência Energética" e "Gestão de Resíduos", que constituíram um importante momento de divulgação da Oferta da Caixa para Empresas.

Protocolo com a AIP

A Caixa celebrou um protocolo de colaboração com a AIP, no qual disponibiliza produtos e serviços para esta Associação e para os seus colaboradores em condições vantajosas, bem como para as empresas suas associadas e para os seus gestores, quadros e técnicos.

E) Seminários e Outras Ações de Divulgação de Informação às Empresas

Informação a Empresas

Foram enviadas quatro edições digitais da *newsletter* Caixa Empresas dirigidas a um universo de 19 800 destinatários (16 500 externos e 3 300 internos), salientando, em cada edição, as campanhas, os produtos e os serviços em destaque na Oferta da Caixa para Empresas.

Foram, ainda, enviadas 6 edições especiais da *newsletter Caixa Empresas*: 4 sobre temáticas de Poupança / Aplicações Financeiras e 2 sobre temáticas de Energias Renováveis / Eficiência Energética.

Foram publicadas 5 edições da revista *Caixa Empresas*, projeto editorial de separata bimestral do *Diário Económico*.

No âmbito da campanha "Caixa Banco de Apoio à Exportação", foi, ainda, publicado um suplemento sobre esta temática no *Diário de Notícias*.

Conferências e Seminários

A Caixa apoiou o Ciclo de Conferências CGD/Jornal Negócios, sobre o tema Exportar / Internacionalizar. Realizaram-se três conferências, com publicação de igual número de suplementos no *Jornal de Negócios*.

A Caixa participou também em diversos Seminários, no âmbito dos quais foi divulgada a Oferta para Empresas. Entre as entidades organizadoras destas conferências, contam-se autarquias (Albufeira, Mértola, Vila Pouca de Aguiar), associações (AIMINHO, ANJE, ENTRAJUDA, APME, APEMETA, AREAC, Associação Empresarial da Região de Viseu, EFMA e OPEN) e universidades (Açores, Algarve, Beira Interior e Portalegre).

QUALIDADE DO SERVIÇO E EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

A crescente preocupação ambiental e a significativa poupança energética que as fontes de energia renováveis proporcionam estiveram na base do lançamento da Oferta Energias Renováveis, que a Caixa tem disponível desde 2009.

No âmbito dessa oferta, foram disponibilizadas linhas de crédito, com condições vantajosas para o investimento na área das energias renováveis – solares, hídricas e eólicas – direcionadas a Particulares, PME e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

A **Qualidade do Serviço e a Experiência do Cliente** constituem um pilar estratégico fundamental na diferenciação de médio / longo prazo da Caixa e no reforço das propostas de valor para o Cliente.

Com foco na excelência, a gestão da qualidade de serviço na CGD encontra-se alinhada com as melhores práticas internacionais multissetoriais, nomeadamente nas metodologias de recolha da opinião dos clientes na análise de dados até à operacionalização de resultados.

A avaliação e monitorização da experiência do cliente é assegurada através de sistemas de medição baseados em técnicas como as visitas-mistério aos diversos pontos de venda e os inquéritos de opinião aos clientes, incluindo a totalidade do universo de unidades de negócio e colaboradores da Banca de Retalho.

A auscultação regular dos clientes é conjugada com estudos *on-line*, de *benchmark* e outros estudos de mercado de caráter pontual e qualitativo, especialmente para avaliação dos momentos-chave de interação com o Banco e do nível de adequação das propostas de valor. As diversas análises quantitativas e qualitativas dos resultados destes estudos, de forma conjugada, constituem uma importante fonte de conhecimento sobre os clientes, seus comportamentos, atitudes e expectativas, permitindo à CGD identificar áreas críticas de atuação, adequar a oferta e os modelos de serviço e cumprir com os níveis de serviço adequados a cada segmento de mercado.

Sob a perspetiva de que toda a Organização é responsável pela melhoria contínua da Experiência e Satisfação do Cliente, os resultados são comunicados, de forma regular, a toda a estrutura interna, introduzidos nos planos formativos e traduzidos quer em orientações concretas de atuação sobre as oportunidades de melhoria identificadas, quer em índices de satisfação e lealdade dos Clientes, para integrar no sistema de incentivos da Rede Comercial, com o objetivo, também, de se constituírem como um instrumento de gestão e de motivação para a prestação de um serviço de qualidade superior.

Em 2011, destaca-se a consolidação dos 10 programas de qualidade e satisfação de clientes atualmente em curso e o forte reconhecimento por parte dos clientes do contínuo robustecimento do serviço, ofertas e propostas de valor, traduzido no contínuo incremento da avaliação da qualidade do serviço.

Adicionalmente, o foco de atuação da gestão da qualidade de serviço centrou-se na operacionalização de resultados, destacando-se nesta vertente: a criação de uma plataforma *on-line* específica para divulgação dos resultados; o desenvolvimento de novas análises e metodologias que permitem a atuação sobre resultados individuais com vista à melhoria da experiência de clientes específicos; o lançamento da construção do *Tableau* da Qualidade e Experiência do Cliente, cuja conceptualização tem subjacente a visão 360º do cliente, assente na adequação da proposta de valor para o segmento e a otimização do serviço que é prestado, mas também numa visão interna, que procura alcançar a melhoria da eficiência e eficácia nos processos internos com impacto comercial.

Em termos de resultados obtidos, e não obstante o atual contexto socioeconómico, a evolução global positiva dos mesmos revela a crescente preocupação e enfoque da CGD com a qualidade do serviço, a qual tem sido recompensada pelos crescentes níveis de lealdade e fidelização dos clientes.

CANAIS ELETRÓNICOS

Aproveitando as novas tecnologias de comunicação, esta área de serviço bancário sofreu, na última década, um desenvolvimento significativo, com o lançamento de novos serviços, associados a novas formas de acesso, e de novas funcionalidades, em função do interesse manifestado, intensificando a estratégia multicanal da Caixa, centrada nas necessidades do cliente.

A inovação colocada ao serviço do cliente, através da modernização do *Selfbanking*, do *Internet banking* e Banca telefónica, com novos equipamentos, funcionalidades e modelos de serviço, aproximam a CGD do cliente, satisfazendo com qualidade as suas expectativas de conveniência multicanal.

O Cliente usa os diferentes canais de acordo com a sua necessidade específica, localização e acesso mais conveniente – PC, Telefone fixo ou móvel, *Smartphone* ou PDA.

A absorção de parte significativa das transações correntes pelos Canais Eletrónicos permitiu uma alteração de modelo de serviço bancário, permitindo às Agências a transformação do modelo de banca transacional para uma banca essencialmente relacional, com atendimento especializado direcionado às necessidades do cliente.

A importância dos canais eletrónicos, como ponto alternativo de contacto é traduzida pelo volume total de transações realizadas – mais de 1000 milhões por ano, assim como pela distribuição de produtos e serviços financeiros.

SELF-SERVICE

O *Self-service* da Caixa compreende a gestão da rede de ATM integrados na rede Multibanco e o serviço Caixautomática, rede privativa de ATS e Atualizadores de caderneta, de acesso exclusivo aos seus clientes. Os 4909 equipamentos automáticos efetuaram 270 milhões de operações e movimentaram 17 mil milhões de euros.

A rede CAIXAUTOMÁTICA, constituída por 1523 ATS e 1037 atualizadores de caderneta, foi responsável por 136,8 milhões de operações e aproximadamente 9,4 mil milhões de euros movimentados. De referir, o esforço contínuo na melhoria do nível de serviço com a disponibilização de novas funcionalidades (Transferências Interbancárias) e, na renovação tecnológica do canal, que já possui cerca de 76% dos caixas automáticos com a funcionalidade de depósito inteligente.

A rede de ATM Multibanco da Caixa atingiu as 2349 unidades, representando uma quota de 16,8% do mercado. Efetuou 133,3 milhões de operações e movimentou mais de 7,6 mil milhões de euros.

NETCAIXA

A Caixa tem disponível para o seu negócio de *Acquiring*[1] a solução netcaixa. Trata-se de um serviço completo para aceitação de pagamentos eletrónicos em Terminais de Pagamento Automático (TPA), que disponibiliza uma linha de atendimento e de apoio 24 horas por dia, todos os dias do ano, através do número 707 24 24 77.

O serviço netcaixa dispõe de uma solução integrada composta pelas vertentes Equipamento, Comunicação e Transacional, que permite a aceitação de pagamentos com cartões das marcas Multibanco, Visa e Mastercard, na vertente débito e crédito, cartões nacionais ou estrangeiros.

Dando sequência ao plano estratégico para 2011, e refletindo a dinâmica do contexto de atuação do serviço netcaixa, foi desenvolvido um conjunto de iniciativas assentes na versatilidade e reforço da ação comercial, das quais se destaca:

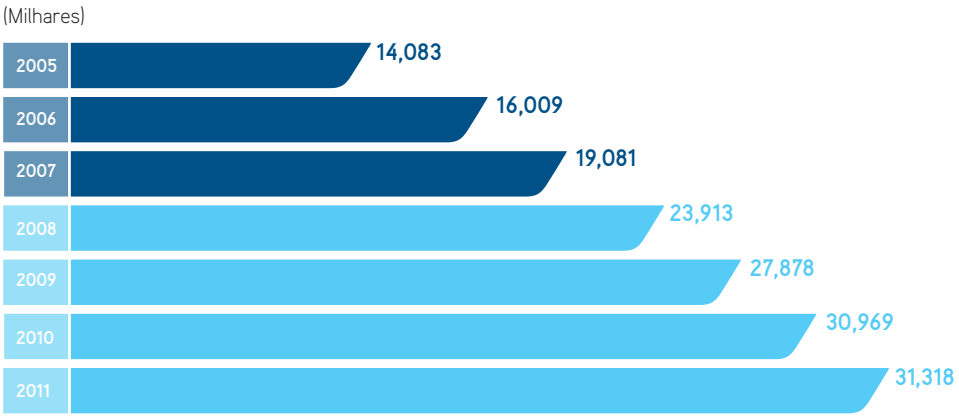
- Lançamento do serviço netcaixa *on-line* (TPA Virtual);
- Campanha de comércio e serviços – oferta netcaixa *MB-Only* e Multimarca;
- Introdução e implementação do serviço de instalação e assistência Premium;
- Fortalecimento da capacidade de reação ao acréscimo de concorrência no mercado de *acquiring*.

A definição de estratégias e políticas de gestão do serviço adequadas à melhoria da rentabilidade, em alinhamento com a estratégia da Caixa e da sua Administração, permitiram a captação de clientes de referência, em diversos setores de atividade, mitigação do risco e incremento do comissionamento.

A atividade de *acquiring* cresceu 1% no número de equipamentos, encerrando o ano de 2011 com cerca de 31,3 mil unidades. As operações atingiram cerca de 101 milhões em número, mais 19,3% do que no ano anterior, e cerca de 3,7 mil milhões de euros em valor, mais 11,7% do que no ano anterior.

[1] O *Acquiring* consiste na atividade que permite a aceitação, pelos comerciantes, dos cartões com as marcas representadas pelo *Acquirer*. Este contrata com aqueles as condições de aceitação e assegura-lhes o pagamento das transações efetuadas.

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS TPA



CAIXA CONTACT CENTER

A Área de **CaixaContactCenter** é responsável pela execução de contactos e operações ***inbound***, a prestação de serviços e execução de ações de ***outbound***, assegurando a promoção da gestão eficiente dos contactos, e ainda a informação a clientes e não clientes, bem como garantir a captação de negócio através de estratégias de *up-selling* e *cross-selling*.

Efetua campanhas de *telemarketing*, de fidelização, de promoção e venda direta a clientes e não clientes, de produtos e serviços, também disponibilizados na rede presencial, realiza inquéritos, assim como ações de recuperação de crédito.

A plataforma *CaixaContactCenter* disponibiliza como principais linhas de contacto o atendimento ao serviço Caixadirecta (informativo e transacional) e Caixa *E-Banking*, as linhas de apoio ao cliente – Cartão de Crédito e Centro de Autorizações, Caixautomática, netcaixa, Associação Nacional de Farmácias (ANF).

O Caixadirecta Telefone, serviço de banca telefónica da Caixa, disponibiliza, com toda a comodidade e segurança, a execução de operações e consultas bancárias, assim como a realização de simulações de crédito à habitação e crédito pessoal.

Possibilita, ainda, uma interação multilingue (português, inglês, francês e espanhol) em modo automático através de guia vocal (IVR) e um atendimento personalizado através de um assistente, disponível 24 horas por dia, todos os dias do ano, na linha 707 24 24 24, da rede fixa, e nos números 91 405 24 24, 93 200 24 24 e 96 200 24 24, das redes móveis.

Em 2011, foram recebidas no *inbound* cerca de 2,5 milhões de chamadas, incluindo o atendimento de linhas informativas e transacionais. Das transacionais, 87% foram resolvidas pelo modo de atendimento automático. De referir, ainda, que foram rececionados e tratados cerca de 30 mil *mails* de clientes. Registo ainda para a evolução positiva do número de contratos na ordem dos 7%, que se elevaram de cerca de 1,4 milhões para aproximadamente 1,5 milhões.

Quanto ao *outbound*, foram efetuadas cerca de 3 milhões de chamadas e contactados cerca de 300 mil clientes. Foram, ainda, enviados mais de 365 mil SMS aos clientes no âmbito desta atividade. Em complemento às chamadas e ao envio de SMS foram criados processos de envio de *emails* e contactos telefónicos através de guias vocais, o que, globalmente, correspondeu a um incremento do número de clientes efetivamente contactados.

INTERNET BANKING

Ao nível dos canais de *Internet Banking*, a Caixa assume a liderança no mercado, no que respeita à utilização de serviços de *homebanking* (estudo Basef Banca da *Marktest*, agosto 2011), disponibilizando a particulares, empresas e institucionais, com as melhores práticas de segurança, as melhores soluções, suportadas na inovação, conveniência e usabilidade, atribuindo maior valor ao relacionamento entre os clientes e a Caixa.

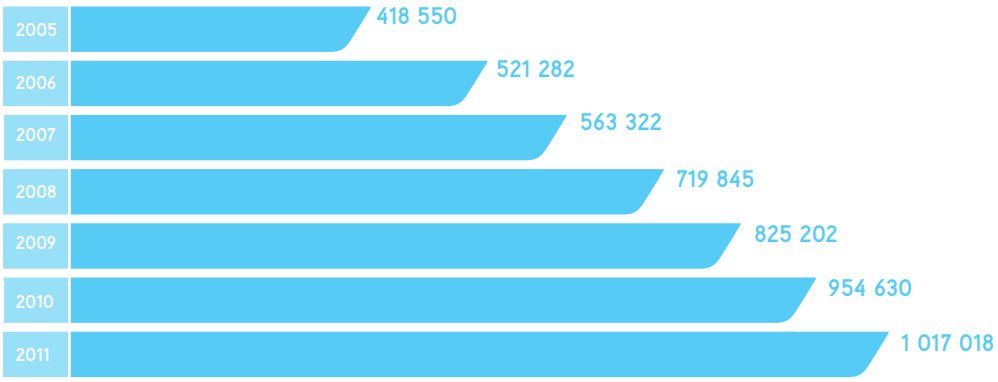
No âmbito do *Internet Banking*, a Caixa disponibiliza aos seus clientes particulares os serviços Caixadirecta *on-line*, Caixadirecta *invest*, Caixadirecta SMS e Caixadirecta *mobile*, e aos seus clientes empresa os serviços Caixa *ebanking* e Caixa *ebanking mobile*.

CAIXADIRECTA *ON-LINE*

Este serviço permite ao cliente, através de computador com acesso à internet, sem custos, e no caso de serviços pagos, com um custo inferior ao praticado pela Agência, aceder às suas contas e efetuar operações de consulta, transferências (nacionais e internacionais) e pagamentos, requisitar cheques, subscrever produtos financeiros, aderir a cartões, efetuar operações de bolsa, agendamentos, gerir a carteira de fundos, consultar documentos (cópias de cheques), aceder ao Caixadirecta *invest*, à Loja *on-line* e ao serviço MB DOX. Destaque para a disponibilização, em 2011, dos novos DUC (Pré-Pagamento de Taxa de justiça, ADSE e IVA).

Ao nível da sua utilização e do número de contratos, o serviço manteve uma tendência de crescimento sustentado, registando um incremento de 19,5% no número de operações realizadas e 13% no número dos contratos ativos. Em média, foram efetuadas, por dia, 1,7 milhões de operações, sendo que, nos dias de maior utilização, registaram-se mais de 3 milhões de operações, mais 75% face à média diária.

CAIXADIRECTA *ON-LINE* – CONTRATOS ATIVOS



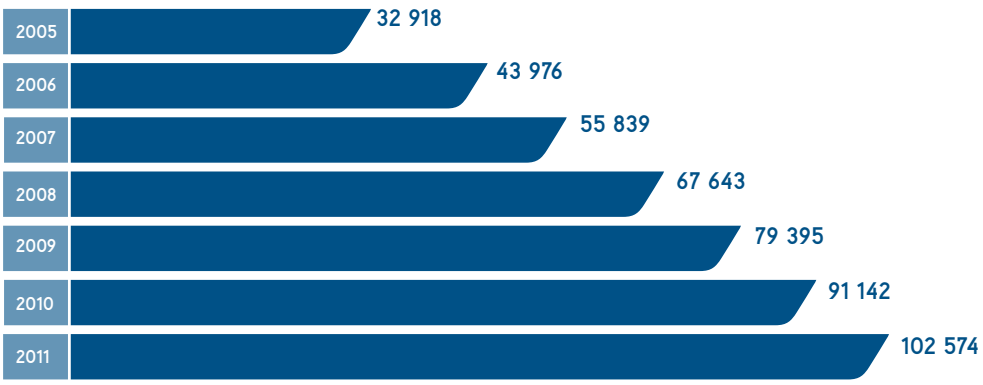
Em 2011, a quantidade de contratos Caixadirecta Online que utilizou o acesso via Caixadirecta *mobile* cresceu 66% e o número de operações também evoluiu favoravelmente, crescendo cerca de 37%.

CAIXA *E-BANKING*

O serviço permite aos clientes empresa realizar as operações bancárias correntes através de um computador com acesso à Internet ou através de telemóvel, *smartphone* ou PDA com acesso à Internet, no endereço https://m.caixaebanking.cgd.pt, bastando para tal serem utilizadores do Caixa *e-Banking*. Em 2011, foram efetuadas no canal diversas otimizações e disponibilizadas ao cliente novas funcionalidades, nomeadamente, ao nível das transferências SEPA e depósitos a prazo.

De registar o ritmo de crescimento da utilização do serviço, 16% nas operações realizadas, face

CAIXA *E-BANKING* – CONTRATOS ATIVOS



ao dos contratos ativos, que registaram uma subida de 12%. Em média, foram efetuadas, por dia, 220 mil operações, sendo que, nos dias de maior utilização, registaram-se mais de 700 mil operações.

BANCA À DISTÂNCIA

SERVIÇO CAIXADIRECTA UNIVERSITÁRIOS

Dirigido aos clientes universitários, ancorado num conceito de banca à distância, visa disponibilizar um acompanhamento efetivo dos clientes durante a sua vida universitária, a fim de incrementar a satisfação e promover a sua vinculação e fidelização à Caixa, no final da sua frequência académica.

Este modelo de serviço tem como objetivo a melhoria da gestão do relacionamento com este segmento e assenta em dois pilares de gestão relacional e comercial, preferencialmente dirigida por uma equipa de assistentes comerciais da Agência Caixadirecta Universitários – AUC, mas sempre que necessário complementada com o apoio do serviço presencial prestado pelas Agências Universitárias localizadas nos *campus* universitários e em Agências Universais CGD.

O cliente universitário contacta os seus assistentes comerciais através da linha azul 808 212 213 e do endereço de *e-mail* (caixaup@cgd.pt) e comerciais4@cgd.pt, 24 horas por dia, todos os dias do ano.

SERVIÇO CAIXADIRECTA MAIS

Dirigido, numa primeira fase, a clientes recém licenciados a entrar na vida ativa, o serviço visa dar resposta às necessidades dos clientes que valorizam e assumem preferência pelo atendimento à distância, assente em mecanismos que potenciam a perceção de inovação e orientação para o cliente, promovendo a sua vinculação e fidelização à Caixa, através de:

- Acompanhamento sistemático prestado por uma equipa de assistentes comerciais;
- Nível de serviço rápido e eficaz na resposta aos pedidos;
- Antecipação de necessidades e sugestão de oportunidades.

Os clientes acedem ao serviço Caixadirecta Mais, através do número 707 24 24 24 + nº de contrato, em modo automático ou atendimento personalizado, 24 horas por dia, todos os dias do ano.

SERVIÇO CAIXADIRECTA INTERNACIONAL

O serviço Caixadirecta Internacional assegura o atendimento aos clientes residentes no estrangeiro. Em 2011, verificou-se o alargamento do atendimento dos clientes residentes em França e na Suíça, a mais 11 países – Alemanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Espanha, Reino Unido, África do Sul, Brasil, Canadá, EUA e Venezuela. Para fazer face a este novo desafio o horário de atendimento foi alargado, passando a estar disponível entre as 9 e as 24 horas.

MICROCRÉDITO

A Agência Central para o Microcrédito (ACM) é uma agência especializada na concessão de microcrédito e no financiamento de programas de apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego, no âmbito dos protocolos estabelecidos com a Associação Nacional do Direito ao Crédito (ANDC), com a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Ao longo de 2011, destaque para os financiamentos tratados ao abrigo dos Protocolos ANDC, ANJE e IEFP, nomeadamente através da implementação de mecanismos de agilização da análise, bem como reforço e alinhamento dos sistemas de informação.

Ao nível da Sustentabilidade e Responsabilidade Social, a ACM tem participado na promoção e divulgação do microcrédito e empreendedorismo, em grupos de trabalho multidisciplinares, como é o caso da parceria estabelecida entre a APB e a Entrajuda, e na dinamização de ações encetadas ao nível nacional para promoção do tema junto de alguns grupos, como é o caso das IPSS ou potenciais empreendedores.

CARTÕES

A Direção de Meios de Pagamento (DMP) mantém como objetivo primordial assegurar a manutenção da CGD na liderança do mercado nacional, como o maior emissor de cartões, tanto de débito como de crédito, assegurando um crescimento sustentável da respetiva quota média, não obstante o enquadramento da situação socioeconómica verificada durante o ano de 2011, designadamente o abrandamento do crescimento económico e a queda do consumo, em paralelo com o desenvolvimento de um Mercado a nível europeu de concorrência alargada, caracterizado por:

1. Eliminação de barreiras à entrada de novas entidades do espaço europeu;
2. Convergência nos preços, com esmagamento das margens;
3. Globalização, através do alargamento das opções de escolha;
4. Regulação, com acréscimo dos mecanismos de controlo.

Para o efeito, prosseguiu a estratégia de crescimento e inovação no negócio de emissão de cartões, focalizada na continuidade do investimento efetuado nos anos anteriores, continuando a patrocinar o lançamento e o desenvolvimento de propostas inovadoras e únicas, de que a Caixa já é uma referência no mercado nacional e internacional, bem como o desenvolvimento de ações de captação de clientes, de melhoria dos níveis de serviço prestados e de fidelização, quer através do lançamento de novos produtos, quer no portefólio dos cartões existentes.

O controlo do risco de incumprimento, a melhoria e eficácia dos custos e a manutenção / aumento da faturação com vista a assegurar a rentabilidade dos produtos, foram outras das principais preocupações.

Os objetivos definidos, aumento da base de dados de clientes detentores de cartões da CGD, bem como do número de cartões emitidos e, consequentemente, dos valores da faturação, foram globalmente atingidos.

Em seguida, procede-se à caracterização pormenorizada das ações realizadas e desenvolvidas em 2011.

Adoção de soluções de melhoria da capacidade e segurança técnicas dos cartões, na validação das transações, como é o caso da tecnologia *chip* EMV/DDA (*Dynamic Data Authentication*) e PIN, cujo processo de certificação e migração decorreu em 2011, e que passaram a equipar a totalidade dos nossos cartões, do *Contactless*, que se encontra em fase de desenvolvimento, e do *Mobile Payment*, em que se pretende a eliminação do cartão como objeto físico, passando todas as suas funcionalidades para o telemóvel.

Foi redefinido o modelo-base de segmentação existente por um novo Modelo de Desenvolvimento assente na **Fidelização** e iniciada a sua implementação com base numa lógica de cliente em substituição da lógica de produto, na **Customização**, criando um produto específico para cada cliente, por micro-segmentação ou escolha livre das funcionalidades (cartão *Made By*), e na **Experiência de compra**, através da opção de utilização de PIN, *Contactless*, *Mobile* ou das opções de pagamento no ponto de venda, débito / crédito, fracionamento, rebate de programas e descontos imediatos.

Deu-se continuidade à constituição de parcerias estratégicas com Empresas ligadas a outros setores de atividade, quer do Grupo CGD, quer externas, o que continuou a ser um dos suportes da atividade de lançamento de novos cartões e de otimização dos cartões existentes. Destacam-se, nesta matéria, as parcerias comerciais estabelecidas, tendo em vista a disponibilização aos clientes, através da funcionalidade de pagamentos fracionados sem juros, de novas formas de financiamento a curto prazo, com benefícios de poupança para os clientes.

Continuou-se o desenvolvimento do **Portal de Parcerias**, www.vantagenscaixa.com, bem como a implementação de uma loja *on-line*, LojaVantagens, e o desenvolvimento de um perfil no Facebook, como instrumentos de conhecimento do cliente do ponto de vista dos seus interesses pessoais e da oferta que se encontra disponível para a satisfação desses mesmos interesses ao nível de parcerias constituídas.

Foram desenvolvidas campanhas de dinamização de modo a promover a intensificação da utilização seletiva dos cartões e a utilização do crédito, apostando continuamente nos clientes e na definição de novos atributos, de novos segmentos e de novas funcionalidades, numa ótica de diferenciação da oferta e de canais.

É o caso da campanha realizada com base no cartão **webuy**, em parceria com a Mastercard,

através da qual se promoveu a sua adesão e utilização no âmbito do *e-commerce*. O cartão caixa **webuy**, um cartão pré-pago virtual, surgiu como resposta da Caixa a este nicho de mercado, oferecendo aos clientes a possibilidade de ter um meio de pagamento específico e seguro para este tipo de compra.

No plano das **campanhas de lançamento de novos produtos / serviços,** registaram-se as seguintes:

- **Cartão Caixa Platina** – cartão de crédito (dual em ATM) atribuído apenas por convite a clientes particulares Caixazul do segmento afluente, disponibilizado no circuito presencial através de ações de *marketing* direto;
- **Cartão My Baby** – cartão pré-pago, destinado à gestão das despesas pré-natais que permite receber reforços em dinheiro (ofertas financeiras de familiares e amigos);
- **Cartão Caixa Vitória** – cartão pré-pago, proposta dirigida e específica para os Sócios e adeptos do Vitória de Guimarães;
- **Cartão Win-Win** – cartão de débito diferido exclusivo para grossistas, funciona apenas nos terminais dos grossistas (com TPA CGD), o que lhe confere maior segurança e permite controlo de movimentos. É um meio de pagamento de âmbito privativo, emitido para cada retalhista cliente do respetivo grossista, tendo em vista financiar as suas compras correntes. Este cartão constitui uma ferramenta de apoio à atividade das empresas, nomeadamente de PME, tendo a Caixa desenhado um produto que se adequa a este negócio B2B específico. Este projeto apresenta, ainda, uma vertente de captação de novas empresas e consequente incremento do relacionamento comercial com as mesmas;
- **Cartão Caixautomática Visa / MasterCard** – cartões de débito diferido destinados a clientes *mass-market*, não segmentados;
- **Caixa *Mobile*** – projeto-piloto implementado nalgumas máquinas de *vending* instaladas no Edifício Sede, que permite efetuar o pagamento através do telemóvel (com 2D ou SMS);
- **TUB (Transportes Urbanos de Braga)** – a operacionalização técnica foi concluída, estando agendado, para janeiro, o lançamento do projeto-piloto na rede de Transportes Urbanos da cidade de Braga, que alia a função de *ticketing* ao cartão de crédito Caixa Classic, no pagamento de bilhetes ocasionais;
- ***Instant Issuing*** – trata-se de um serviço que permite, às Agências, emitir automaticamente os cartões para entrega imediata aos Clientes. Este projeto vem responder às necessidades de conveniência dos nossos Clientes, bem como às necessidades próprias de um negócio em constante evolução, com vantagens óbvias em matéria de eficiência de vendas e de serviço. Iniciámos o projeto-piloto na Agência Central Sede, estando o alargamento do serviço previsto para mais 12 Agências da Caixa, em janeiro próximo;
- **Soluções de Fidelização no Ponto de Venda** – realizámos uma prova de conceito com a Yunit, nas lojas dos Serviços Sociais, com a disponibilização de uma campanha, nos pontos de venda / terminais de pagamento, de emissão automática e imediata de *vouchers*, com a utilização dos cartões da Caixa;
- **Funcionalidade de Arredondamento** – com o objetivo de estimular a poupança através da utilização dos meios de pagamento da CGD, os cartões Leve, Caixa Classic FNE, ITIC FNE, Caixa Classic, Caixa Gold, Caixa Woman, Ímpar, Soma e Caixa Activa têm associada a funcionalidade de arredondamento do valor das compras realizadas, com o remanescente a reverter automaticamente para as contas de poupança associadas a cada produto;
- Para além desta, mais 2 medidas do PAP (Plano Automático de Poupança), foram, também, diretamente relacionadas com cartões:
  - Programa de transferências automáticas em cartões pré-pagos;
  - Programas de *caskback* que revertem para contas poupança, DO e cartão.

No semanário *Vida Económica,* foi publicado um artigo que considerou que a CGD possui o melhor cartão de crédito clássico do mercado.

Também em 2011, tal como no ano anterior, a Caixa foi finalista do concurso internacional *Publi-News 2011 Trophees for Innovative Cards* com os cartões *My Baby*, na categoria de Pré-pagos, e com

o cartão *Made By*, na categoria de *Design*, tendo este último sido galardoado.

Internamente foram, também, desenvolvidas ações informativas da Rede, a partir da Intranet, designadamente no micro-*site* de cartões, bem como de formação à Rede, com ações presenciais dirigidas aos colaboradores da área comercial e aos gestores de *cross-selling*.

No âmbito da gestão do incumprimento, foram tomadas algumas medidas com caráter preventivo, nomeadamente ao nível da divulgação de informação seletiva de gestão do negócio de cartões, onde podem ser identificados alertas de eventual agravamento do risco dos Clientes, permitindo à Rede atuar por antecipação.

Por outro lado, efetuaram-se ajustamentos ao nível da parametrização dos produtos, como foi o caso da redução do *plafond* destinado à Linha de Pagamentos Fracionados, da alteração da tabela de decisão subjacente ao modelo de avaliação automática de pedidos de adesão no canal *on-line*, redução do *extended credit* nos cartões de maior risco e, por último, a alteração do modelo de cobrança do cartão Caixaworks.

1.6.2.2. Crédito Especializado

O setor da Locação Financeira[1] apresentou uma diminuição de 42% face ao período homólogo, refletindo os decréscimos de 48% e 39% registados nos subsetores de *Leasing* Imobiliário e *Leasing* Mobiliário, respetivamente. O setor do *Factoring* também reduziu a sua produção, decrescendo 2% face ao período de 2010. O setor do Crédito ao Consumo[2] revelou um decréscimo de 21% face a 2010.

(Milhares de euros)

PRODUÇÃO DO SETOR NO ANO	2010	2011	Variação
Leasing imobiliário	1 264 390	653 817	-48%
Leasing mobiliário	2 864 689	1 737 023	-39%
Factoring	28 418 096	27 879 548	-2%
Crédito ao consumo	5 561 472	4 419 782	-21%

CAIXA LEASING E FACTORING

A Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito, SA (CLF), representa o Grupo CGD no setor do crédito especializado, desenvolvendo a sua atividade nos setores de Locação Financeira (*Leasing* Imobiliário e *Leasing* Mobiliário), do *Factoring* e do Crédito ao Consumo.

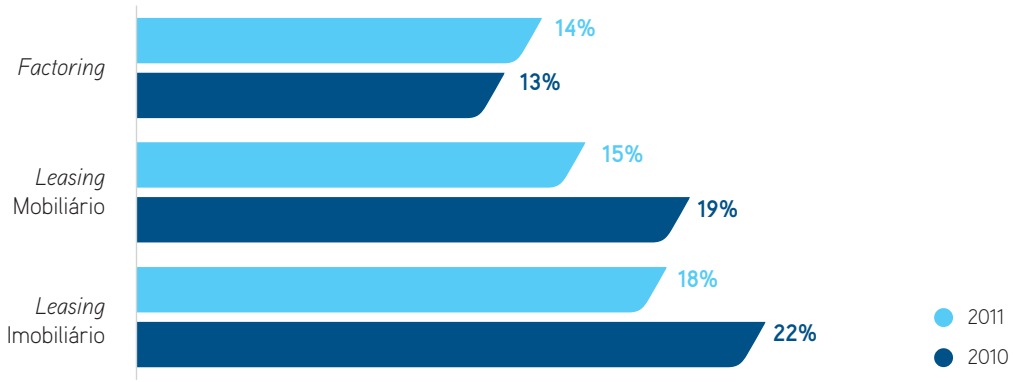
(Milhares de euros)

CAIXA LEASING E FACTORING	Produção CLF			Quota de Mercado CLF			
				2010		2011	
	2010	2011	Var. (%)	Ranking	%	Ranking	%
Produto							
Leasing imobiliário	277 524	120 389	-57%	2º	22%	3º	18%
Leasing mobiliário	556 027	262 466	-53%	1º	19%	1º	15%
Total *Leasing*	833 551	382 855	-54%				
Factoring	3 694 722	4 033 212	9%	4º	13%	4º	14%
Crédito ao Consumo	30 538	13 124	-57%		0,55%		0,30%
Financiamento automóvel							
Leasing mobiliário (viat. ligeiras)	229 539	94 740	-59%				
Crédito ao Consumo	21 880	8 279	-62%				

[1] Fonte: ALF – Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.
[2] Fonte: ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado.

A Sociedade seguiu a tendência do setor, tendo decrescido 57 e 53% nos negócios de *Leasing* Imobiliário e de *Leasing* Mobiliário, respetivamente. Atendendo ao abrandamento da atividade imobiliária, a CLF diminuiu a sua quota de mercado de 21,8%, em 2010, para 18,4% em 2011. Na Locação Mobiliária, a CLF, embora tenha reduzido a sua quota de mercado de 19,4%, em 2010, para 15,1%, em 2011, manteve a primeira posição no *ranking* do subsetor. Face a esta evolução, a Sociedade decresceu 54% na produção global de Locação Financeira. No setor do *Factoring*, a Sociedade manteve a quarta posição no *ranking* do setor com uma quota de mercado de 14,5% (13,1% em 2010). No segmento do *Factoring* Doméstico, a CLF destaca-se com uma produção de 3684 milhões de euros, que lhe confere a primeira posição no *ranking* deste segmento.

QUOTAS DE MERCADO CLF



O ativo líquido da Caixa Leasing e Factoring decresceu 13,2%, em resultado da redução verificada na carteira de crédito a clientes (líquido) que decresceu 13,9%.

(Milhares de euros)

CAIXA LEASING E FACTORING	2010	2011
Ativo líquido	3 642 086	3 163 272
Crédito sobre clientes (bruto)	3 629 242	3 177 609
Provisões para créd. vencido, cobrança duvidosa e créd. ao exterior (saldos)	-79 313	-120 960
Capitais próprios	140 381	126 979
Resultado líquido	9 014	-11 402
Capital social	10 000	10 000
% do Grupo	51%	51%
N.º de colaboradores ao serviço	191	191

A margem financeira e produto bancário decresceram 6,3 e 5,5%, respetivamente. Esta evolução e o crescimento de 117,2% nas dotações de provisões e imparidade motivaram a obtenção de um resultado antes de impostos negativo em 13,6 milhões de euros.

A Sociedade apresentou, a 31 de dezembro de 2011, um Resultado Líquido negativo no montante de 11,4 milhões de euros.

1.6.2.3. Atividade Internacional

O ano de 2011 ficou crescentemente marcado pelos efeitos da crise económica global, disseminados, em diferentes graus, a todas as regiões do mundo, incluindo, direta ou indiretamente, geografias onde opera a CGD.

A crise das dívidas soberanas afetou fortemente a capacidade de auto financiamento dos Governos, em alguns estados da Zona Euro, com particular ênfase nos países intervencionados, como é o caso de Portugal, Irlanda e Grécia. O risco de contágio para outros países da Euro Zona intensificou-se, gerando sucessivas descidas, ou ameaças de descidas, dos *ratings*, afetando as

principais economias europeias, sendo de destacar Espanha, Itália e França, com a consequente instabilidade nos mercados financeiros.

As sucessivas descidas do *rating* da República Portuguesa tiveram um forte impacto no financiamento da banca nos mercados internacionais, incluindo a CGD, o que condicionou, naturalmente, a atividade bancária do Grupo, não só em Portugal como no estrangeiro. O mercado norte-americano, onde a CGD tradicionalmente procurava financiamento em USD, deixou de estar acessível em consequência da pouca atratividade para os investidores do *rating* da CGD.

O mercado espanhol, principal parceiro comercial de Portugal, foi também fortemente afetado pela crise da dívida, com as taxas de colocação de dívida pública a subirem ao longo do ano e atingindo máximos históricos desde a criação do Euro. Acresce a crise no setor da construção, um dos principais barómetros da economia espanhola, que após o *boom* dos últimos anos, registou uma forte quebra, com uma contração abrupta do valor e volume das transações imobiliárias, o que penalizou também a atividade bancária. Por outro lado, com o desemprego a atingir os 20%, a taxa de poupança das famílias contraiu-se fortemente, com o respetivo impacto na atividade bancária.

Os mercados emergentes onde a CGD se encontra presente foram menos afetados pela crise económica global, com alguns a evoluírem em contraciclo, registando taxas de crescimento positivas, como é o caso de Angola, Moçambique e Brasil.

O Grupo CGD assume a Internacionalização como um dos vetores fundamentais da sua estratégia, aposta esta reforçada em 2011, face à contração da atividade económica doméstica. Neste sentido, e acompanhando sempre os seus clientes, o Grupo procura maximizar as sinergias decorrentes da sua vasta rede internacional, com maior enfoque, ultimamente, para os mercados emergentes anteriormente referidos e outros para os quais as empresas portuguesas dirigem, agora, as suas intenções de comércio ou investimento. A CGD assume-se como o Banco de referência das empresas portuguesas para a expansão dos seus negócios, sempre pautado por critérios de elevada prudência e rigor.

Desta forma, continua a constituir um objetivo estratégico para a CGD posicionar-se e atuar de forma direta ou indireta, em mercados com maior potencial de negócio para as empresas portuguesas, bem como em mercados de elevado potencial de crescimento, com particular ênfase naqueles com os quais mantém afinidades culturais e linguísticas. Encontram-se assim reforçados como vetores estratégicos para atividade internacional as regiões de África, Brasil e China.

Durante o ano de 2011, tirando partido da diversidade de mecanismos de apoio e soluções oferecidas aos seus clientes, o Grupo Caixa continuou a apoiar o comércio externo e a internacionalização das empresas portuguesas, com especial enfoque nas PME, disponibilizando uma diversidade de mecanismos de apoio e um vasto leque de soluções.

As soluções do Grupo incluem, também, serviços de aconselhamento às empresas, veiculados através de especialistas em mercados externos e em *trade finance* que atuam em estreita articulação com a Rede Comercial, nomeadamente, através da prestação de informação detalhada sobre as características específicas de cada um dos mercados relevantes para a internacionalização das empresas portuguesas e através do desenvolvimento de operações *tailor made* para apoio à exportação e ao investimento, tendo em vista as necessidades específicas dos seus clientes.

A Caixa continuou a cumprir com todos os compromissos assumidos ao abrigo das linhas concessionais e comerciais de médio e longo prazos para apoio à exportação, as quais contribuem de forma marcante, para dinamizar o setor exportador, mantendo, assim, o apoio quer aos seus clientes, quer ao crescimento da economia no seu global.

No que diz respeito ao acompanhamento e dinamização das Linhas Concessionais de Apoio à Exportação, salienta-se o seguinte:

- Primeiros desembolsos ao abrigo da Linha China Eximbank 300 milhões de euros, no âmbito de projetos a cargo de PME portuguesas que, com este apoio, conseguiram concretizar as suas primeiras vendas para a República Popular da China;
- Concretização dos primeiros financiamentos ao abrigo da Linha Comercial de Moçambique de 300 milhões de euros.

Durante o ano de 2011, foram reforçadas as ações de divulgação e de melhor capacitação das empresas portuguesas em processos de internacionalização em mercados estratégicos para o Grupo Caixa:

- Organização, em setembro de 2011, dos "Encontros de Internacionalização – Moçambique" em articulação com a rede de empresas da CGD e com o Banco Comercial e de Investimentos, repartidas por três Sessões realizadas em Porto, Leiria e Lisboa, com o objetivo de promover a oferta do Grupo Caixa para o mercado moçambicano, o qual se tem revelado como um destino cada vez mais importante para o comércio externo e investimento externo do nosso país;
- Coorganização e participação da CGD – com a SOFID e a AICEP – no Workshop InvestimoZ, em novembro 2011, em Lisboa. Este evento, cujo objetivo foi a apresentação deste Fundo, gerido pela SOFID, para apoio ao investimento português para Moçambique, contou com a participação de entidades moçambicanas e a presença de várias empresas;
- Intervenções em múltiplos fóruns e seminários com o intuito de divulgar e capacitar as empresas portuguesas quanto aos apoios do Grupo Caixa para a internacionalização, nomeadamente nas ações de capacitação a PME internacionalizadas ou com potencial de internacionalização, organizados pela AICEP e por associações empresariais e Câmaras de Comércio.

A CGD promoveu também, através das suas Sucursais e Filiais no exterior, a realização de parcerias e de diversas iniciativas, no quadro do desenvolvimento e da consolidação da Rede internacional do Grupo.

A Sucursal de França, empenhada em consolidar e expandir a sua presença junto da comunidade local, mantém uma política de captação de recursos, disponibilizando diversos pacotes de produtos e serviços: o PrimeCaixa, o TaCaixa e Libra Caixa, mantendo, no entanto, uma prudente politica de *pricing*. Por outro lado, reforçando o posicionamento no setor da construção, a Sucursal de França associou-se à Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa na realização de eventos ligados a este setor (Salão de Construção BATIMAT e Embaixada de Portugal em Paris – Alojamento Social). A Sucursal tem vindo também a apostar na diversificação setorial da política de crédito e, em conjunto com a rede doméstica, encontra-se empenhada no apoio à internacionalização das empresas portuguesas.

No Luxemburgo, cinco anos após a inauguração no Edifício-Sede da Sucursal CGD, reabriu a Mediateca, possibilitando uma maior qualidade nos serviços e dispondo de uma sala de formação devidamente equipada. Para além de complemento ao serviço financeiro, a Mediateca da CGD é um símbolo da responsabilidade social da Caixa.

Em Cabo Verde, o Banco Comercial do Atlântico (BCA) coloca 500 mil obrigações subordinadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde, constituindo a operação mais bem sucedida de sempre naquele mercado.

Em Moçambique, o Banco Comercial e de Investimentos (BCI) foi distinguido pela revista *World Finance* como vencedor do prémio "The Best Commercial Bank 2011 – Mozambique", conferindo ao BCI a categoria do melhor banco comercial a atuar no país. Não menos importante, o BCI obteve a distinção de *Superbrand* moçambicana: reconhecimento como marca de excelência e confiança no ano em que o Banco comemora os 15 anos da sua constituição. Assinou, ainda, um Protocolo Financeiro e de Cooperação com o Ministério da Função Pública, com o intuito de criar laços privilegiados entre as duas instituições.

Em Angola, o Banco Caixa Geral Totta de Angola prosseguiu com a política de expansão da sua rede comercial, com a abertura de 3 unidades de negócio. O Banco Caixa Geral Totta de Angola assinou ainda uma parceria com a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, criando uma das primeiras *Business Schools* de Angola.

O Banco Caixa Geral Brasil tem vindo a manter uma trajetória de grande dinamismo, assente numa estratégia especialmente orientada para o segmento *corporate* e para a banca de investimento.

A Sucursal de Timor-Leste assinou um protocolo de cooperação com a Universidade Nacional de Timor-Leste e lançou o KITNet, pacote de computador e placa de Internet móvel. Importa salientar que se encontra em fase de execução o projeto do novo *Campus* Universitário, um conjunto importante de infraestruturas que corporizam um marco importante no panorama educativo e social do país.

O crescimento da rede internacional do Grupo CGD traduziu-se, ainda, na inauguração de um novo Escritório de Representação em Toronto, no Canadá, numa lógica de proximidade à comunidade Portuguesa nesta geografia.

Na rede internacional o crédito a clientes (líquido) alcançou os 13 651 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 1,2% comparativamente ao período homólogo. Os recursos de clientes ascenderam a 11 716 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 16,6%.

Resultado de um conjunto de fatores não recorrentes associados, sobretudo, ao elevado valor de imparidades registadas e ao plano de desalavancagem global que o Grupo se comprometeu a levar a cabo durante 2011, no âmbito do *Funding and Capital Plan* acordado com o Banco de Portugal, a atividade internacional da CGD registou um decréscimo no seu contributo para o resultado liquido consolidado do Grupo CGD, alcançando os 10 milhões de euros.

A Margem Financeira da Área Internacional registou um crescimento de 4,4%, situando-se nos 456 milhões de euros. A Margem Complementar também evidenciou uma evolução positiva, com um crescimento de 19,2% face a 2010, ascendendo a 172 milhões de euros.

Em termos operacionais, o contributo para o resultado bruto de exploração consolidado foi de 256,5 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo homólogo de 3,2%. A evolução dos custos de estrutura, que cresceram cerca de 11,7%, resultou numa subida do *cost-to-income* da área internacional, que passou de 57,5% em 2010 para 59,4% em 2011. Esta evolução decorreu sobretudo do processo de expansão do Grupo em alguns mercados prioritários.

SUCURSAIS E FILIAIS

(Milhões de euros)

ÁREA INTERNACIONAL [1]			Variação	
SUCURSAIS	Dez. 2010	Dez. 2011	Valor	%
Crédito a Clientes Líquido	5 418	5 553	135	2,5%
Crédito Bruto	5 668	5 921	253	4,5%
do qual Crédito Vencido	184	181	-3	-1,7%
Imparidade de Crédito	250	368	118	47,0%
Recursos de Clientes	2 210	2 857	647	29,3%
Resultado Líquido	22	-41	-63	
Nº Agências	61	60	-1	-1,6%
Nº Funcionários	698	648	-50	-7,2%
FILIAIS				
Crédito a Clientes Líquido	8 393	8 098	-295	-3,5%
Crédito Bruto	8 616	8 347	-269	-3,1%
do qual Crédito Vencido	291	319	28	9,6%
Imparidade de Crédito	222	249	27	12,2%
Recursos de Clientes	7 841	8 733	892	11,4%
Resultado Líquido	59	52	-7	-11,6%
Nº Agências	411	423	12	2,9%
Nº Funcionários	4 145	4 492	347	8,4%
TOTAL				
Crédito a Clientes Líquido	13 811	13 651	-160	-1,2%
Crédito Bruto	14 284	14 268	-16	-0,1%
do qual Crédito Vencido	475	500	25	5,2%
Imparidade de Crédito	472	617	145	30,7%
Recursos de Clientes	10 051	11 590	1 539	15,3%
Resultado Líquido	81	11	-70	-86,4%
Nº Agências	472	483	11	2,3%
Nº Funcionários	4 843	5 140	297	6,1%

[1] Não inclui a Suc. Fin. Ext. na Madeira e os Escritórios de Representação.

EUROPA

Na Europa, o Grupo CGD está presente com quatro Sucursais (Espanha, França, Luxemburgo e Londres) e uma Filial (Banco Caixa Geral, em Espanha).

Espanha

BANCO CAIXA GERAL

No contexto europeu, a crise da dívida marcou profundamente a evolução da economia espanhola. O elevado défice público, em grande parte decorrente do endividamento das Comunidades Autónomas, o desemprego, que atingiu mais de 20% da população ativa, a taxa de poupança das famílias, que cedeu fortemente ao longo do ano, num clima de debilidade da procura interna, e as transações imobiliárias que, com uma queda abruta principalmente no primeiro trimestre, obtiveram o pior registo desde o início desta série estatística em 2004, constituíram alguns dos desafios que o país teve de enfrentar ao longo de 2011.

Neste difícil ambiente de mercado, o Banco Caixa Geral impulsionou, em 2011, uma profunda alteração à sua estratégia de negócio que se havia baseado, em exercícios anteriores, no financiamento a empresas e particulares.

Os objetivos prioritários em 2011 enquadraram-se no plano de desalavancagem Geral do Grupo traduzindo-se num decréscimo dos respetivos saldos médios do crédito no crescimento dos recursos em balanço, resultando para o Banco Caixa Geral numa notável melhoria das necessidades de financiamento, bem como da taxa de transformação.

Na sua estrutura operacional, o BCG dispõe de equipas especializadas em Particulares e PME, Grandes Empresas, Gestão de Patrimónios e Negócio Ibérico, que disponibilizam um vasto leque de soluções financeiras adaptadas às necessidades dos clientes. Neste exercício, destacou-se, pela sua grande aceitação no mercado, a gama de depósitos Platino que, com 100% do capital garantido, permitiu ao banco a captação significativa em diferentes prazos e a expansão da base de clientes.

O Banco Caixa Geral encontra-se presente nas regiões de maior desenvolvimento económico e social, como Madrid, Catalunha, Comunidade Valenciana, Andaluzia, País Basco, Astúrias, Cantábria, Navarra e La Rioja e, muito especialmente, em regiões com intensas relações comerciais transfronteiriças com Portugal, como a Galiza, Extremadura e Castela-Leão. O BCG tem promovido especialmente a atividade associada ao Negócio Bilateral, apoiando os projetos de empresas com interesses ibéricos. Deve destacar-se, a este respeito, o desenvolvimento das operações de Passaporte Ibérico, instrumento disponibilizado pelo Grupo para agilizar operações bilaterais de PME.

SUCURSAL DE ESPANHA

A atividade da Sucursal de Espanha tem, desde a sua origem, uma função de complementaridade da atividade exercida pelo Banco Caixa Geral e pela Sucursal do CaixaBI no mercado espanhol, atuando como uma plataforma operacional para operações de maior dimensão.

Constitui, também, um importante e crescente elo entre a rede comercial doméstica e a Rede do BCG em Espanha.

França

SUCURSAL DE FRANÇA

Vocacionada inicialmente para a população de origem portuguesa, a Sucursal de França tem vindo a alargar a sua atuação junto de outras comunidades, com particular destaque para as populações lusófonas radicadas naquele país. Paralelamente à sua atuação no mercado interno, a Sucursal de França desempenha, cada vez mais, um importante papel no apoio às exportações portuguesas e às empresas em processo de internacionalização que consideram França como um destino possível para os respetivos produtos e investimentos.

No mercado interno, a Sucursal de França teve um desempenho particularmente relevante quer na captação de recursos, quer na colocação de crédito junto da sua base de clientes. O caráter empreen-

dedor da comunidade portuguesa em França, designadamente nas empresas de pequena e média dimensão, tem sido acompanhado pela Sucursal, numa abordagem de proximidade, nomeadamente com a criação de um leque de produtos e serviços ajustado às suas necessidades. Igualmente importante, num contexto de marcada falta de liquidez, foi o papel desempenhado pela Sucursal na captação de recursos e no encaminhamento de remessas para Portugal.

O bom desempenho das atividades de retalho e internacional e a diminuição do montante de imparidades do exercício, permitiu uma progressão acentuada dos resultados da Sucursal, que constitui uma das maiores e mais rentáveis operações do Grupo na área internacional.

Luxemburgo

SUCURSAL DO LUXEMBURGO

O ano de 2011 confirmou a tendência para o aumento do número de residentes no Grão-Ducado. A população residente cresceu 2%, fixando-se nos 512 mil habitantes. Face aos países limítrofes, o crescimento demográfico no Luxemburgo considera-se excecional e resulta fundamentalmente dos movimentos migratórios. Com efeito, 43,2% da população não tem nacionalidade luxemburguesa, sendo a comunidade portuguesa a comunidade estrangeira mais numerosa (estima-se em cerca de 30% da população ativa).

O Luxemburgo apresentou, no ano de 2011, um desempenho razoável a nível macroeconómico. Embora com algumas oscilações, devidas à crise a nível internacional e à reestruturação de algumas instituições financeiras, o setor financeiro continua a representar 30% do PIB do país e a empregar 10% da população ativa, integrando um conjunto de 10 bancos de retalho, num total de 142 bancos a operar na praça financeira luxemburguesa.

Em 2011, a Sucursal da CGD no Luxemburgo continuou a exercer a sua atividade sobretudo ao nível da banca de particulares e no apoio às PME.

Dando seguimento à reestruturação e à renovação da imagem das suas unidades comerciais, numa perspetiva de dotar as Agências de espaços mais acolhedores e funcionais, a estrutura da Rede Comercial passou a ser composta por quatro espaços comerciais: duas Agências, Caixa Prime e um espaço dedicado às empresas de média dimensão. O Caixa Prime direciona-se para o segmento *middle* e *upper market* e proporciona um serviço personalizado e de alto nível qualitativo no acompanhamento desta gama de clientes. O Espaço Empresas tem vindo a operar no apoio a projetos empresariais locais, bem como a projetos oriundos de clientes empresas do Grupo CGD.

Reino Unido

SUCURSAL DE LONDRES

A atividade da Sucursal de Londres é orientada, quase exclusivamente, para a criação de produtos financeiros de valor acrescentado para o Grupo. O enfoque da Sucursal assenta nos instrumentos derivados e nas técnicas de cobertura dinâmica para a construção de uma gama de produtos, nomeadamente produtos estruturados.

Em 2011, e não obstante as difíceis circunstâncias de mercado, a Sucursal continuou a construir inovadores produtos de capital garantido e não garantido para apoiar as diferentes estruturas do Grupo Caixa, em diferentes regiões do globo.

A Sucursal presta igualmente serviços à comunidade portuguesa no Reino Unido e aos cidadãos britânicos e irlandeses com interesses em Portugal, de que se destaca a campanha "Live in Portugal", especificamente dirigida aos clientes de língua inglesa interessados em obter credito à habitação em Portugal.

Durante 2011, a Sucursal de Londres reforçou o seu nível de liquidez e reporte de acordo com as novas regras de Supervisão da FSA.

ÁFRICA

No continente africano, o Grupo CGD encontra-se presente através de oito filiais e quatro participadas: as filiais estão localizadas em Angola (Banco Caixa Geral Totta Angola), em Moçambique (Banco Comercial e de Investimentos), em Cabo Verde (Banco Comercial do Atlântico, Banco Interatlântico, A Promotora, a

Garantia e a Promoleasing) e África do Sul (Mercantile Bank). As participadas da CGD estão em São Tomé e Príncipe (participação no Banco Internacional de São Tomé e Príncipe cuja gestão está entregue à CGD) e em Moçambique (GCI, BCI ALD e Imobci).

Angola

BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA

Durante o ano de 2011, a economia angolana continuou a evidenciar taxas de crescimento positivas, sendo de destacar a evolução do PIB não petrolífero que, de acordo com dados recentes do BNA, terá crescido 9% no período em análise.

O BNA tem vindo a adotar uma politica de redução da taxa de juro. A taxa de inflação homóloga permanece ainda acima dos dois dígitos, tendo atingido os 11,38% no final do ano.

No setor financeiro, de destacar o novo "Quadro Operacional para a Condução da Política Monetária" recentemente apresentado pelo Banco Nacional de Angola que visa aperfeiçoar e dotar de eficácia os mecanismos e instrumentos de transmissão da Política Monetária, permitindo que o Banco central desempenhe um papel mais ativo na preservação da estabilidade dos preços na economia angolana.

Neste contexto, foi criada a Taxa Básica de Juro **Taxa BNA**, que tem como objetivo sinalizar a orientação da política monetária para o mercado e permitir a evolução progressiva do mecanismo de transmissão da mesma, privilegiando o seu impacto nas taxas de juro de curto prazo e, por conseguinte, tornar mais eficaz a gestão de liquidez no mercado e na economia.

O Comité de Política Monetária criado para o efeito, presidido pelo Governador do Banco Nacional de Angola, terá como incumbência determinar as diretrizes de Política Monetária e a Taxa Básica de Juro – Taxa BNA.

O novo Quadro Operacional, compreende, também, a institucionalização da **LUIBOR** — *Luanda Interbank Offered Rate* que é a taxa diária, em moeda nacional, baseada nas taxas de juro às quais os bancos emprestam fundos não garantidos entre si, no mercado interbancário e pela informação prestada pelos mesmos sobre as taxas de juro oferecidas e aceites para maturidades desde 30 até 365 dias. Pretende-se que a LUIBOR atue como uma taxa de referência permanente para os bancos comerciais usarem no estabelecimento das taxas de juro cobradas nos contratos de crédito.

Durante este ano, ainda de destacar a aprovação na generalidade da proposta de lei sobre o regime cambial do setor petrolífero. Com o desenvolvimento do setor financeiro angolano, as operações cambiais das atividades de prospeção, pesquisa, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo bruto e de gás natural sempre beneficiaram de um regime especial. Esta proposta, depois da sua aprovação definitiva, permitirá que o Executivo angolano alcance, entre outros objetivos, a compilação numa única lei, de todas as regras sobre as formas de pagamento das atividades do setor petrolífero e fazer com que todos os movimentos monetários do setor sejam realizados em Angola. Segundo o governador do Banco Central os pagamentos dos encargos e demais obrigações tributárias para com o Estado relativos às transações do setor petrolífero passarão primeiro pelo sistema financeiro angolano.

O Grupo CGD está presente em Angola através do Banco Caixa Geral Totta de Angola, desde julho de 2009, numa parceria com outros acionistas de referência do mercado local e outro banco internacional.

O Banco Caixa Geral Totta de Angola dispõe de 24 unidades de negócio, distribuídas por 9 províncias, tendo, durante o ano de 2011, aberto três Agências e um Centro de Empresas.

O Banco tem mantido visibilidade em setores-chave da economia (setor petrolífero e diamantífero), centralizando a movimentação bancária de um número selecionado de empresas de elevada qualidade de crédito e dirigindo a sua atenção comercial, ao nível do retalho, para os colaboradores dessas empresas.

BANCO PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Em fevereiro de 2011, foi realizada a escritura de constituição do Banco para Promoção e Desenvolvimento (BPD), que tem o capital repartido em partes iguais pelos Grupos CGD e Sonangol.

Cabo Verde

Os indicadores de tendência da atividade económica em Cabo Verde apontam para um abrandamento do ritmo de crescimento da economia no ano de 2011, acompanhando, em certa medida, a evolução da procura externa líquida.

O indicador que reflete as expectativas dos agentes económicos sugere, também, uma tendência de abrandamento do ritmo de crescimento da atividade económica, em resultado da evolução menos favorável dos indicadores de confiança nos setores da construção, comércio em estabelecimento e indústria. Os indicadores de confiança nos setores do turismo e dos transportes apresentaram, contrariamente, um perfil ascendente.

As contas externas registaram uma deterioração ao longo do ano, com o contínuo agravamento do défice de mercadorias e redução dos influxos oficiais e do investimento direto estrangeiro. Registe-se, pela positiva as remessas dos emigrantes que registaram, até novembro, um crescimento de 42% em termos homólogos, destacando-se as provenientes da Zona Euro que foram as que mais cresceram, particularmente as de Portugal, Países Baixos e França.

Do ponto de vista orçamental, continuou a assistir-se, em 2011, à deterioração das contas públicas. A inflação manteve um perfil ascendente praticamente ao longo de todo o ano, tendo a taxa de variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC) se situado em 4,5% no final de 2011.

Em termos de política monetária, com o objetivo de estabilizar as reservas externas do país – condição necessária para a sustentabilidade do regime cambial de *peg* unilateral ao euro e reforçar a eficiência do sistema bancário, o Banco de Cabo Verde deliberou, em junho, o alargamento da base de incidência das reservas obrigatórias para incluir 50% dos depósitos do setor público administrativo e, em dezembro, a inclusão da totalidade daqueles depósitos na base de incidência.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

Em 2011, o BCA foi eleito, pelo segundo ano consecutivo, como marca de confiança dos cabo-verdianos no setor financeiro e considerado o melhor banco em Cabo Verde pela revista internacional *The Banker*.

Ao longo de 2011, a marca BCA, distinguiu-se, em termos de sustentabilidade social e ambiental, como banco que valoriza a cultura nacional e apoia as causas que contribuem para o desenvolvimento sustentável do país.

Ao nível da dinamização e ofertas comerciais, o BCA prosseguiu a inovação e a melhoria da qualidade dos seus serviços e manteve como importância estratégica a captação de recursos, prestando um serviço de excelência aos seus clientes.

Neste contexto, o BCA mantem como eixo de referência a eficácia e a inovação ao serviço das famílias e das empresas, desenvolvendo um conjunto de iniciativas que permitiram intensificar a intervenção no mercado mediante a captação e a fidelização dos atuais clientes. Para tal, levou a cabo a promoção dos produtos já existentes e que continuam a ser ofertas exclusivas no mercado, nomeadamente o BCA Leasing e o BCA Factoring, e o lançamento de novos produtos e serviços.

Manteve-se a política de expansão no mercado com a abertura de mais uma Agência, na Achada São Filipe na cidade da praia.

BANCO INTERATLÂNTICO

O Banco Interatlântico não ficou imune ao abrandamento do crescimento económico que se traduziu, em especial, numa maior dificuldade em captar e, nalguns casos, reter os recursos de clientes e no aumento de morosidade da economia.

No que se refere aos recursos de clientes, verificou-se uma situação díspar em relação aos segmentos de particulares e de empresas. No segmento de particulares, o Banco manteve um interessante ritmo de crescimento dos recursos captados, com realce para o crescimento dos depósitos a prazo de emigrantes que cresceram acima dos dois dígitos. O Banco lançou novos produtos de depósito para particulares, no dia Mundial da Poupança, no sentido de reforçar a sua capacidade de captação de aforro. No segmento de empresas e setor público, fruto da situação económica, registou-se uma redução nos recursos face a dezembro de 2010.

Em contrapartida, na vertente do crédito, o Banco manteve um nível de atividade próximo da média do setor, com um reforço nos particulares de rendimento médio / alto em detrimento do crédito às empresas, face à incerteza do comportamento da economia.

Em 2011, o Banco Interatlântico foi, pela 3ª vez consecutiva, considerado o melhor Banco em Cabo Verde, pela revista *World Finance.*

GARANTIA

Líder no mercado segurador cabo-verdiano, a Garantia está direcionada para a exploração dos ramos vida e não vida, apresentando um diversificado leque de soluções de proteção destinados a particulares, empresas e profissionais liberais.

Esta seguradora iniciou a sua atividade em novembro de 1991 e desde há muito que ocupa lugar de relevo na economia cabo-verdiana, com uma forte implantação no mercado e uma grande solidez financeira alcançada através da prestação de um serviço de qualidade, constante adequação às necessidades do mercado e garantindo a satisfação dos seus Clientes.

Em 2011, a seguradora deu continuidade à sua política de alargamento e diversificação da rede de distribuição tendo inaugurado uma Agência em São Nicolau e duas Lojas de Mediação Exclusiva, uma no Tarrafal de São Nicolau e outra em Santa Cruz, ilha de Santiago. As Lojas de Mediação Exclusiva constituem uma inovação introduzida no mercado cabo-verdiano pela Garantia Seguros.

Atualmente, a Companhia conta com 11 Agências, três Lojas de Mediação Exclusiva, está presente em sete das nove ilhas habitadas do arquipélago, mas consegue dar cobertura a todo o território nacional através de sinergias com o Banco Comercial do Atlântico, o Banco Interatlântico e os Correios de Cabo-Verde.

A experiência e a confiança alcançada nos 20 anos de história, a qualidade dos seus produtos e serviços, o rigor financeiro, a estratégia multicanal na distribuição dos produtos e a constante procura de novas soluções têm contribuído para que a Garantia seja brindada com Selo Morabeza, que a distingue como a seguradora preferida dos cabo-verdianos.

Moçambique

BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS

Em 2011, o desempenho económico de Moçambique permaneceu forte, apesar do ambiente externo se ter revelado menos favorável que o previsto.

Do ponto de vista macroeconómico, o país apresentou um bom desempenho, com o PIB a registar uma evolução positiva de 7,5%. A tendência de crescimento da economia moçambicana deverá manter-se, pelo menos, até 2016, resultado do impacto decorrente do investimento direto estrangeiro no país, sobretudo no setor extrativo. O objetivo estratégico global de erradicação da pobreza, que tem vindo a constituir uma das maiores preocupações do Governo moçambicano, reflete-se no desenvolvimento agrícola para a subsistência e o autoconsumo. Ao nível da política monetária, destaca-se a adoção de políticas monetárias mais restritivas por parte do Banco de Moçambique, resultando numa diminuição expressiva da taxa de inflação que se fixou, no final de 2011, em 5,5%, após ter ascendido a 16,6%, em dezembro de 2010.

Nos anos mais recentes, o setor bancário moçambicano tem registado um assinalável desenvolvimento caracterizado pelo aumento da concorrência, que se traduziu, nomeadamente, na implementação de políticas mais agressivas na captação de depósitos, no desenvolvimento de novos produtos financeiros e na entrada de novos *players* no mercado. A modernização levada a cabo no setor manifestou-se em investimentos em infraestruturas tecnológicas (modernização de ATM e de POS) e na expansão e descentralização da rede de agências para as zonas rurais, com vista a uma crescente bancarização da economia.

O sistema bancário moçambicano continua altamente concentrado nos quatro maiores bancos do país, que, em conjunto, detêm 87,5% do total de depósitos, 87,0% do crédito e 86,8% dos ativos. O Banco Comercial e de Investimentos é o segundo banco do sistema.

No decurso de 2011, o BCI reforçou o enfoque da sua atividade num vasto conjunto de ações

destinadas a melhorar a sua *performance* global e, das quais, se destacam as seguintes:

- Forte investimento na área de Recursos Humanos;
- Aumento do volume de negócios sob gestão, com especial incidência ao nível do retalho;
- Desenvolvimento e lançamento da rede BCI Exclusivo (quatro Centros e dois espaços Exclusivos), visando garantir uma melhor qualidade de serviço ao segmento *Affluent*;
- Expansão da Rede Comercial: em 2011, a Rede Comercial do BCI cresceu 26,3%, em consequência da inauguração de 25 novos centros de distribuição (incluindo os quatro Centros BCI Exclusivo);
- Aumento da carteira de clientes: o investimento e os resultados no relacionamento com os clientes surgem refletidos, desde logo, na captação de quase 148 mil novos clientes (+57%);
- Implementação de protocolos: foi continuada a política de implementação dos protocolos assinados em 2009, tendo-se assinado novos acordos;
- Canais Eletrónicos: foi dada continuidade à expansão e desenvolvimento da rede eletrónica, tendo o número de ATM e POS aumentado 32,6% e 80,2%, respetivamente. Em paralelo incentivou-se a colocação de cartões de débito (+49,1%, totalizando mais de 409 mil cartões);
- Sinal do reforço da presença do Banco no mercado é o aumento da respetiva quota no número de POS ativos em Moçambique, a qual atingiu 38,3% (2010: 28,3%), bem como na quota no número de ATM (2011: 35,2% vs 31,1% em 2010);
- Consolidação da quota de Mercado: em novembro de 2011, de acordo com os dados do BdM, o BCI detinha quotas de mercado de cerca de 32% em termos de Crédito e 27,5% em termos de Depósitos, consolidando, assim, a sua posição de segundo maior banco do sistema.

BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO

Em 2011, foi obtida a autorização para o início de atividade do Banco Nacional de Investimento (BNI), cujo capital é detido em 49,5% pela CGD, 49,5% pelo Estado de Moçambique, através da Direção Nacional do Tesouro, e em 1% pelo Banco Comercial e de Investimentos (Grupo CGD). Em assembleia-geral de acionistas realizada em 22 de novembro de 2011, foi deliberado o aumento do capital social do banco para 2240 milhões de Meticais (cerca de 64 milhões de euros). O BNI centrará a atividade no apoio ao desenvolvimento da economia moçambicana.

África do Sul

MERCANTILE BANK

Com uma população de 50 milhões de habitantes, a taxa de desemprego atinge os 25,3%, o que justifica uma contínua atenção na criação de emprego e consequente redução desta taxa.

Atualmente, a África do Sul é governada pelo The African National Congress, partido com orientação socialista que representa 60% dos lugares no parlamento, orientado em grande medida para a promoção de políticas de habitação e de melhoria de bem-estar social.

O setor financeiro da África do Sul é um setor maduro e sofisticado em tudo comparável com os seus pares dos países do 1º mundo.

O Mercantile posiciona-se claramente como um Banco de nicho de mercado, orientado para as PME, através da oferta de produtos e serviços a este segmento a nível nacional, mantendo uma especial atenção na atividade da vasta comunidade portuguesa residente no país.

São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe é uma pequena economia aberta, cujo frágil desenvolvimento a mantém vulnerável a choques externos. A reduzida dimensão do mercado interno, a escassa capacidade de produção e a consequente dependência face ao exterior, aliadas à insularidade, constituem entraves ao seu desenvolvimento económico. Nos últimos anos, as autoridades reorientaram a sua estratégia global de desenvolvimento, apostando, em grande medida, no turismo e numa nova política agrícola, como fontes de crescimento da economia. O ano de 2011 foi marcado por alguns constrangimentos decorrentes da envolvente económica desfavorável, com especial incidência para

os reflexos da crise sentida em Portugal, um dos principais países que, tradicionalmente, presta ajuda financeira ao estado santomense.

A política monetária continua orientada para a manutenção do acordo de paridade cambial entre a Dobra e o Euro, em vigor desde janeiro de 2010 e para o reforço do peso da moeda nacional, como meio de pagamento exclusivo nas transações internas. Ao nível do mercado monetário e financeiro, o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) procurou limitar as transações e circulação de moeda estrangeira no país, mediante a introdução de diversas normas regulamentares, a serem observadas pelas instituições financeiras a operar no país. Na tentativa de ultrapassar a falta de liquidez do mercado e de fomentar o contributo do sistema bancário para o desenvolvimento da economia, o BCSTP reduziu as reservas mínimas de caixa de 23% para 21% e, posteriormente, para 18% relativamente às responsabilidades em moeda nacional.

Ainda em 2011, assistiu-se à entrada em funcionamento, pela primeira vez em S. Tomé, dos meios automáticos de pagamento (ATM), até agora inexistentes no país, conferindo uma maior rapidez e segurança às transações financeiras.

A Caixa Geral de Depósitos encontra-se presente em S. Tomé e Príncipe através de uma participação no Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), cujos parceiros acionistas são o Estado Sãotomense e um Banco Angolano.

Sempre apostado na inovação tecnológica e na modernização dos seus serviços, o BISTP investiu na aquisição de diversas máquinas ATM, tornando-se na instituição que dispõe do maior número destes equipamentos. Atualmente, o BISTP conta com 10 máquinas operacionais, espalhadas pelas suas Agências, ao passo que os bancos concorrentes dispõem, apenas, de uma máquina cada um.

Procurando modernizar e reforçar também a sua imagem de marca, o BISTP adotou um novo logótipo que melhor reflete o dinamismo e as ambições da instituição.

Não obstante a conjuntura económica pouco favorável, o BISTP tem conseguido manter a sua posição de líder no mercado, tendo registado, ao longo de 2011, uma evolução favorável tanto ao nível do crédito como ao nível dos depósitos.

ÁSIA

Na Ásia, o Grupo CGD está presente com duas Sucursais (Zhuhai/China e Timor-Leste) e duas Filiais (BNU Macau e Subsidiária Offshore de Macau).

China

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Em Macau, o Grupo CGD está presente através do Banco Nacional Ultramarino, que desenvolve a sua atividade como banco universal, desempenhando, simultaneamente, o papel de banco emissor do território.

A economia de Macau tem vindo a conhecer uma forte expansão ao longo dos últimos anos e 2011 não foi exceção. A atividade económica local é fortemente dependente da indústria do jogo, cujo contributo constitui mais de 80% do total de receitas do Governo local. O setor apresentou um comportamento muito favorável, com a receita bruta do jogo a verificar uma variação homóloga positiva de 42,2% em 2011, devido ao aumento quer do número, quer das despesas *per capita* dos visitantes chegados ao território.

A taxa de inflação de Macau fixou-se em 5,8%, com as pressões inflaccionistas a darem sinais de abrandamento. A taxa de desemprego manteve-se em níveis historicamente baixos, equiparando-se, praticamente, a uma situação de pleno emprego.

O setor bancário beneficiou da forte expansão económica registada em Macau, muito embora se tenha vindo a fazer sentir uma intensidade concorrencial cada vez maior, por força da presença no mercado de grandes bancos chineses que têm vindo a disputar a sua quota de mercado às instituições estabelecidas no território.

O BNU apresentou um bom desempenho ao nível do crescimento do seu volume de negócios, pese embora o aumento da concorrência no setor bancário, com o consequente impacto nas margens, na captação de depósitos e na concessão de crédito.

O contrato de agenciamento de emissão de moeda celebrado entre o Governo de Macau e o Banco Nacional Ultramarino, que se encontra atualmente em vigor, deu continuidade ao seu papel agente emissor no território, até 2020.

SUCURSAL DO ZHUHAI

A CGD dispõe de uma Sucursal na cidade de Zhuhai, vocacionada para o acompanhamento de clientes do Grupo na região, com particular destaque para os clientes do BNU, atendendo à proximidade geográfica entre as duas unidades.

Timor-Leste

SUCURSAL DE TIMOR-LESTE

O Grupo CGD está presente em Timor-Leste desde 1912, através do Banco Nacional Ultramarino. Em 1975, a atividade em Timor-Leste cessou tendo sido retomada 25 anos depois, com a concessão da Licença de Operação Bancária ao BNU, tornando-se esta Sucursal na primeira entidade bancária licenciada em Timor-Leste após o referendo de 30 de agosto de 1999.

Mais do que líder de mercado, a CGD é a instituição financeira de referência em Timor-Leste.

A Sucursal de Timor-Leste exerce atividades de banca universal, através de uma rede de oito Agências, sendo a sua base de clientes constituída, na sua maioria, por clientes de nacionalidade timorense (particulares e empresas).

A Sucursal de Timor-Leste tem atuado no país como o verdadeiro agente financiador da economia quer no setor público quer no ainda incipiente, mas em nítido crescimento setor privado. Espelhando a tradicional relação de forte compromisso entre Portugal e Timor-Leste, a Sucursal da CGD no território tem ainda colaborado com as autoridades na criação de um enquadramento regulamentar da atividade financeira local.

AMÉRICA

Brasil

BANCO CAIXA GERAL BRASIL

Em 2011, a economia brasileira mostrou sinais de desenvolvimento, distinguindo-se da adversa conjuntura económica sentida nos países europeus. Aproveitando o reforço de capital obtido em 2010, o BCG Brasil deu prioridade à concessão de empréstimos em reais brasileiros e reforçou as suas atividades no mercado de capitais e de assessoria financeira.

O Banco Caixa Geral Brasil, SA abriu, em 2011, uma Agência no Rio de Janeiro. Com esta presença o BCGB visa reforçar negócios com grandes grupos económicos sediados no Rio de Janeiro, nomeadamente através de produtos e serviços específicos, para o apoio dos investimentos previstos para a Copa do Mundo e Olimpíadas, assim como para os investimentos no setor do Petróleo e Gás.

Durante 2011, assistiu-se a um aumentou de interesse por parte das empresas portuguesas em investir no Brasil, nomeadamente como forma de atenuar os efeitos da crise interna. Também Portugal se tornou apelativo para o investimento de empresas brasileiras, nomeadamente pelas oportunidades de investimento em setores-alvo de privatização. Atento a estes fluxos de investimento entre os dois países, o BCG-Brasil tem criado as condições para o apoio a empresas de ambos os países.

Em termos estratégicos, o BCG-Brasil tem vindo a apostar no polígono geográfico de elevado potencial de negócios – Ibéria-Brasil-África, uma vez que as empresas brasileiras, no seu processo de internacionalização, necessitam de parceiros financeiros na Europa e em África. Por outro lado, para as empresas ibéricas, o Brasil é um destino de grande potencial para a expansão das suas atividades.

O fluxo de negócios entre o Brasil e a China constitui, ainda, uma nova oportunidade de negócios para o BCG Brasil. A CGD é o Grupo financeiro português com a maior presença na China, atuando em Macau – através do Banco Nacional Ultramarino – e na China continental, com presença em Zhuhai e Shangai.

Dando apoio à estratégia de extensão das atividades do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) no continente africano, duas das instituições controladas pela Caixa Geral de Depósitos naquela geografia (Mercantile Bank Limited, na África do Sul, e Banco Caixa Geral Totta de Angola, SA, em Angola) estão credenciadas como Garantes do Programa de Fomento às Exportações Brasileiras.

Também durante 2011, a CGD Participações em Instituições Financeiras, Ltda, detida a 50% pelo BCG-Brasil e a 50% pelo CaixaBI, obteve as aprovações necessárias das autoridades brasileiras para concluir a aquisição de 70% da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA. Em 26 de agosto de 2011, foi assinado o Decreto Presidencial do Governo Brasileiro que aprova a participação estrangeira no capital social da Banif CVC, estando ainda pendente do cumprimento de condições precedentes previstas no contrato de compra e venda.

No 1º semestre de 2011, o BCG-Brasil foi confirmado como Agente Repassador dos Financiamentos do BNDES.

O Banco Caixa Geral Brasil recebeu, no início de 2011, a sua primeira classificação de risco em base local atribuída pela Fitch Ratings, sendo o *rating* AA – (bra). Em 25/11/2011, o *rating* foi revisto para A+ (bra) em consequência da revisão do *rating* da República Portuguesa e da própria CGD.

O BCG Brasil obteve ainda a classificação de baixo risco de curto prazo atribuída pela agência Riskbank, que tem um papel decisivo nas decisões de investimento das Fundações e Fundos de Pensões.

EUA

SUCURSAL DE NOVA IORQUE

No continente norte-americano e na América Central, o Grupo CGD está presente através de duas Sucursais (Nova Iorque e Ilhas Caimão). Estas Sucursais desenvolvem as suas atividades em estreita coordenação com as restantes unidades do Grupo CGD, com particular relevo para o caso do Banco Caixa Geral Brasil.

Em 2011, e na sequência do agravamento da crise Europeia e nas consequentes revisões em baixa das notações de risco da República Portuguesa e da CGD, as Sucursais de Nova Iorque e das Ilhas Caimão prosseguiram a sua política global de redução do ativo e das necessidades de financiamento.

A Sucursal de Nova Iorque é uma unidade especializada no negócio por grosso. A sua atividade desenvolve-se com maior ênfase no mercado de capitais, no financiamento à importação e exportação, na participação em operações sindicadas e, até recentemente, na captação de recursos em USD para o Grupo, nomeadamente através da gestão do programa de papel comercial em USD do Grupo CGD.

Na sequência do enquadramento macro referido anteriormente, a Sucursal de Nova Iorque prosseguiu a política global de redução do grau de alavancagem do seu balanço, patente numa redução de cerca de 30% no seu ativo líquido no ano de 2011, quando comparado com igual período no ano anterior. Esta política encontra-se, contudo, em linha com as medidas preventivas já iniciadas no ano de 2010, no qual também já se tinha observado uma redução significativa do ativo líquido.

Ilhas Caimão

SUCURSAL DAS ILHAS CAIMÃO

A Sucursal das Ilhas Caimão desenvolve a sua atividade como um centro alternativo de domiciliação de operações de financiamento internacionais de empresas clientes do Grupo CGD (*booking center*), com especial foco em operações de *trade finance*, *project finance* e empréstimos sindicados em USD. Neste âmbito, e durante o ano de 2011, a atividade da Sucursal ficou marcada pela continuação da implementação da estratégia de desalavancagem progressiva e seletiva do balanço.

A Sucursal das Ilhas Caimão desenvolve, também, a atividade de captação de *funding* para o Grupo CGD junto do segmento institucional ou por grosso.

No ano de 2011, foram efetuadas diligências no sentido de permitir que a Sucursal das Ilhas Caimão passe a prestar serviços bancários aos clientes de retalho do Grupo CGD residentes no estrangeiro.

ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO

A inauguração do Escritório de Representação da CGD em Toronto, em junho de 2011, foi um pilar fundamental numa lógica de proximidade à comunidade portuguesa, presente nestas geografias. Assim, o Grupo CGD dispõe, atualmente, de uma Rede de onze Escritórios de Representação, localizados na Alemanha, Bélgica, Canadá, Suíça, Venezuela, México, Índia e Xangai – estes últimos vocacionados, essencialmente, para o apoio ao segmento empresas – a que acresce a Área de Particulares sediada junto da Sucursal de Londres.

Graças a esta Rede internacional, a Caixa prosseguiu, em 2011, o desenvolvimento de um modelo de serviço assente na articulação entre as suas Agências em Portugal e as suas Sucursais e Escritórios de Representação no exterior, assim como na complementaridade com os canais à distância.

1.6.2.4. Banca de Investimento

A atividade da banca de investimento é naturalmente sensível à atual conjuntura económica, sendo diretamente afetada pelo comportamento negativo dos mercados de capitais e pela aversão dos investidores ao risco dos ativos de países periféricos da Zona Euro, com particular incidência em Portugal e Espanha.

O Produto Bancário do CaixaBI alcançou 59 milhões de euros, particularmente impactado por imparidades em Ativos Financeiros e custos *one-off* relacionados com o Sistema de Indemnização a Investidores, sem os quais o Produto Bancário seria de 89 milhões, em linha com o alcançado em 2010.

A margem financeira ascendeu a 29 milhões de euros, refletindo um estreitamento de 13% face a 2010, resultado do acréscimo do custo de *funding* no setor financeiro português.

Apesar do abrandamento da atividade sentido ao longo do ano de 2011, o nível de comissionamentos sofreu uma redução de apenas 16% relativamente a 2010, cifrando-se nos 62 milhões de euros, fruto, em grande medida, da estratégia de internacionalização do CaixaBI.

O *cost-to-income* do CaixaBI permanece claramente abaixo dos seus *peers*, fixando-se em 28,2% quando ajustado pelas imparidades em Ativos Financeiros.

O Resultado Líquido do Banco cifrou-se nos 8,5 milhões de euros, fortemente impactado pelo reforço de imparidades, quer ao nível dos ativos financeiros, quer ao nível da carteira de crédito (num total de 61 milhões).

No entanto, apesar da conjuntura menos favorável, em termos de atividade, o CaixaBI teve um ano positivo, ocupando uma posição de liderança na generalidade das *league tables* e tendo participado nas maiores operações ocorridas nos mercados onde o Banco atua.

PRÉMIOS E *RANKINGS*

Ao longo do ano de 2011, o bom desempenho do CaixaBI continuou a ser reconhecido pelos seus clientes e parceiros e premiado através das posições de destaque que ocupa nos principais *rankings*.

- O CaixaBI foi distinguido pela revista norte americana *Global Finance* como o Melhor Banco de Investimento em Portugal em 2011;
- Também a revista *EMEA Finance* atribuiu a mesma distinção consagrando-o como Melhor Banco de Investimento em Portugal em 2010;
- A *Euromoney* atribuiu ao CaixaBI o seu *Award for Excellence 2011* para a categoria de *Best Debt House in Portugal 2011*;
- A NYSE Euronext Lisbon, distinguiu o CaixaBI com o prémio de Nr. 1 Corporate Bond House.
- O CaixaBI foi, pelo 5º ano consecutivo, o primeiro *bookrunner* de emissões obrigacionistas em Euro de emitentes de base nacional, segundo o *ranking* apresentado pela Bloomberg;
- Segundo dados divulgados pela Dealogic, o CaixaBI/CGD liderou o *ranking* para o papel de *Mandated Lead Arranger (MLA)* em operações de *project finance* em Portugal, sendo em todas as geografias o banco português mais bem posicionado;
- De acordo com dados da Bloomberg, o CaixaBI terminou o ano na 1ª posição do *ranking* português de fusões e aquisições e no 13º lugar do *ranking* brasileiro respetivo, sendo o banco português mais bem posicionado;

› O Grupo CGD atuou como MLA no empréstimo A/B *Loan* do Inter-American Development Bank do projeto Embraport, o qual foi premiado pela prestigiada revista *Project Finance International* como o *Americas Transportation Deal of the Year*.

PROJECT FINANCE

O Grupo Caixa Geral de Depósitos, através do CaixaBI, esteve envolvido em operações num montante aproximado de 389 milhões de euros, valendo-lhe o 1º lugar no *ranking* da *Dealogic* para o papel de MLA em operações de *project finance* em Portugal.

A nível internacional, destaca-se a progressiva expansão geográfica da atividade do Banco, com o acompanhamento de operações em Angola e Moçambique e, conjuntamente com o BCG Brasil, com a estruturação e/ou assessoria financeira de um conjunto diverso de projetos no Brasil. Este esforço encontra-se já a ser premiado, sendo exemplo disso a atribuição pela conceituada revista *Project Finance International* do prémio *Americas Transportation Deal of the Year* à operação da Embraport onde o Grupo CGD atuou como MLA.

STRUCTURED FINANCE

O CaixaBI, no que respeita a operações estruturadas numa base *corporate*, focalizou a sua atividade na identificação de mandatos que lhe garantam o estatuto de MLA, destacando-se a assessoria financeira à Secil no âmbito do financiamento para aquisição de uma participação na Betecna ao Grupo Lafarge.

CORPORATE FINANCE – DÍVIDA

A posição de liderança do CaixaBI alcançada no mercado de capitais – dívida e no financiamento estruturado de ativos em Portugal foi, em 2011, objeto de mais um importante reconhecimento internacional, com a atribuição, pelo segundo ano consecutivo, do *Award of Excelence* de *Best Debt House in Portugal* pela *Euromoney*.

Também de assinalar que os NYSE Euronext Lisbon Awards, cuja primeira edição teve lugar em 2011 e que têm como principal objetivo a promoção e o reconhecimento da atividade dos intervenientes no mercado de capitais, distinguiu o CaixaBI com o prémio de *Nr. 1 Corporate Bond House*.

Não obstante o enquadramento extraordinariamente desafiante nos mercados de dívida, designadamente o setor obrigacionista, ao longo do ano de 2011, o CaixaBI liderou sete emissões no mercado primário de obrigações, *performance* que continuou a posicionar o Banco, de acordo com o *ranking* da Bloomberg e pelo quinto ano consecutivo, como o primeiro *bookrunner* de emissões obrigacionistas em Euro de emitentes de base nacional.

No segmento do papel comercial, a atividade foi fortemente condicionada pelas crescentes restrições de balanço enfrentadas pelas instituições financeiras nacionais durante o ano de 2011. Contudo, apesar do enquadramento desfavorável, o CaixaBI manteve uma posição de referência neste mercado em Portugal, tendo, durante o último exercício, organizado e liderado treze novos Programas de Papel Comercial[1], num montante global de cerca de 2500 milhões de euros.

MERCADO DE CAPITAIS – AÇÕES

Durante o ano de 2011, o CaixaBI desenvolveu e concretizou com sucesso quatro operações de mercado de capitais.

No âmbito internacional, participou como *Co-Lead* na Oferta Pública Inicial do Bankia, tendo sido o único banco português no sindicato bancário de uma das maiores ofertas na Europa em 2011 e como *Co-Manager* na *tranche* internacional da Oferta Pública Inicial da Sonae Sierra Brasil e na Oferta Pública de Distribuição Secundária da EDP – Energias do Brasil, reforçando a sua presença na área de mercado de capitais.

Em Portugal, não obstante a reduzida atividade no mercado primário de ações, o CaixaBI foi responsável pela organização e montagem do aumento de capital da Inapa, reservado a acionistas,

[1] Inclui programas com maturidade em 2011 que foram objeto de renovação total ou parcial.

através da emissão de ações preferenciais sem direito de voto, uma das principais operações de mercado de capitais realizada em 2011.

CORPORATE FINANCE – ASSESSORIA

Apesar do contexto macroeconómico desfavorável e do reduzido nível de atividade de fusões e aquisições verificado a nível global, o trabalho e esforço desenvolvidos pelo CaixaBI encontra-se refletido no *ranking* da Bloomberg para 2011, onde o Banco ocupa, em Portugal, o 1º lugar através do envolvimento em 12 operações de fusão e aquisição, com um valor agregado de cerca de 10 mil milhões de euros.

No Brasil, de acordo com o mesmo *ranking*, o CaixaBI em conjunto com o BCG Brasil e apenas com dois anos completos de atividade neste país, situa-se na 13ª posição, em termos de volume de transações anunciadas / concluídas de fusões e aquisições, sendo, no entanto, o banco português mais bem posicionado, com um valor agregado de cerca de 17,8 mil milhões de reais.

No decorrer de 2011, destaca-se a operação de assessoria financeira à Parpública na alienação de uma participação de 21,35% da EDP, no âmbito da 8ª Fase de Reprivatização da empresa, a qual foi concluída com assinalável sucesso. É igualmente de destacar a assessoria financeira à Galp Energia na alienação de uma participação de 30% na Petrogal Brasil, operação que ascendeu a 4,8 mil milhões de dólares americanos.

Por último, realça-se a operação de assessoria financeira à Portugal Telecom na aquisição de uma participação no grupo brasileiro Oi, após o processo de alienação da sua participação na Vivo, processo no qual o CaixaBI também participou enquanto assessor financeiro. Esta operação foi uma das maiores operações dos últimos anos envolvendo empresas portuguesas e constituiu-se como mais um caso de sucesso do CaixaBI na vertente *cross-border* Portugal – Brasil.

SINDICAÇÃO E VENDAS

O CaixaBI participou, durante o ano de 2011, e enquanto *Joint Lead Manager*, na emissão de Obrigações da Portugal Telecom, no montante de 600 milhões de euros, e na colocação de uma emissão de Obrigações do Tesouro da República Portuguesa, no montante de 3,5 mil milhões.

Em emissões de papel comercial, o CaixaBI realizou 341 emissões, no montante total de 12 mil milhões de euros, dos quais colocou 4,8 mil milhões.

INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

Segundo os dados divulgados pela CMVM, o volume de negócios no mercado até ao final do ano registou uma queda de 34% face ao período homólogo de 2010, afetando, naturalmente, a atividade de intermediação financeira do CaixaBI.

No ano de 2011, não se realizou qualquer operação de mercado primário em Portugal. Não obstante, o CaixaBI participou ativamente no IPO do Bankia em Espanha e enquanto *Co-Manager* no IPO da Sonae Sierra Brasil e na oferta de ações realizada pela EDP da sua subsidiária EDP – Energias do Brasil.

ASSESSORIA E GESTÃO DE RISCO PARA EMPRESAS

A atividade de *market-making* de dívida pública em mercado secundário, no ano de 2011, foi caracterizada por condições extremamente difíceis, comos sejam a fraca liquidez, *bid-offer spreads* historicamente elevados e grande volatilidade. Não obstante estas condicionantes de mercado, o CaixaBI foi classificado em primeiro lugar entre todos os *primary dealers* no *ranking* de *performance* geral do IGCP.

Na atividade de *liquidity provider,* o CaixaBI assume-se como uma referência de mercado, com a Euronext a atribuir o *rating* máximo "A" a todos os títulos e categorias onde atua.

CAPITAL DE RISCO

A área de capital de risco do CaixaBI dispõe de cinco fundos de capital de risco, que permitem assegurar a transversalidade na cobertura dos distintos segmentos-alvo ao longo do ciclo de vida das

empresas e, num caso específico, assumir uma focalização sectorial: Caixa Empreender +, Caixa Mezzanine, Grupo CGD, Energias Renováveis e Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, este último constituído no decorrer de 2011.

Durante o ano de 2011, foram analisadas 210 oportunidades de investimento, tendo sido aprovadas 32 operações no montante total de 60 milhões de euros, das quais foram concretizadas 21, envolvendo um investimento de 17 milhões. Por outro lado, foram igualmente efetuadas 8 operações de desinvestimento que, a valor de realização, totalizaram 15 milhões de euros.

1.6.2.5. Gestão de Ativos

Em 2011, o mercado nacional de gestão de ativos sentiu o agudizar das tendências particularmente difíceis que já se desenhavam no ano anterior. A crise orçamental que afeta vários países europeus contribuiu para o agravamento dos já baixos níveis de aversão ao risco dos clientes do retalho. Ao mesmo tempo, ocorreu um aumento generalizado das taxas de juro praticadas pelas instituições bancárias portuguesas, aumentando a competitividade e consequente a atratividade dos depósitos tradicionais face a outras alternativas de investimento no que diz respeito ao binómio risco / retorno.

O setor de gestão de ativos não foi, assim, imune às exigências de capital dos Bancos distribuidores, que diminuíram, de um modo significativo, o rácio de transformação, penalizando os produtos fora de Balanço.

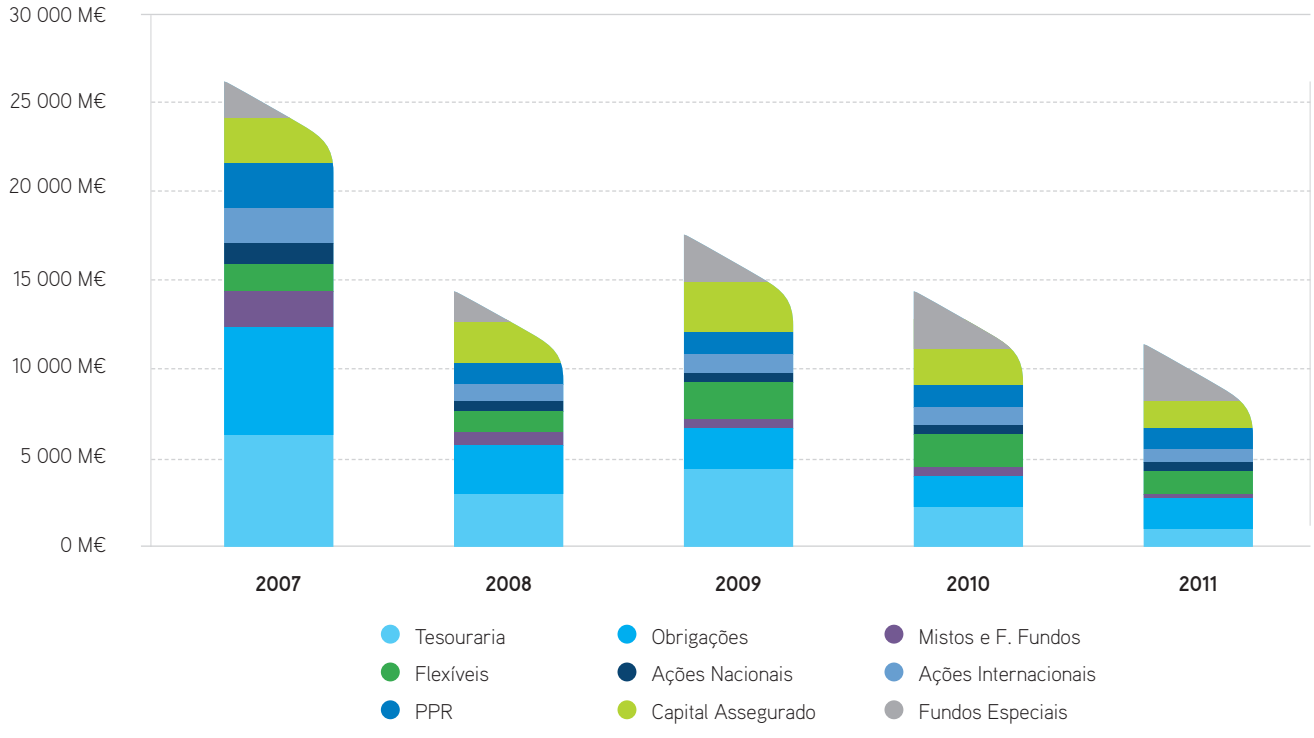
O mercado financeiro português vive, atualmente, um enquadramento difícil e complexo, caracterizado nomeadamente pelo menor crescimento do volume de negócio da gestão de ativos, o que dificulta a execução dos objetivos estratégicos das sociedades gestoras.

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO

No final de dezembro de 2011, o volume dos Fundos Mobiliários geridos pelas sociedades gestoras portuguesas situava-se em 10 835 milhões de euros, o que correspondeu a uma diminuição de 24% relativamente aos valores do início do ano.

Os fundos de maior liquidez foram os que mais diminuíram, devido à deslocação das aplicações dos clientes bancários para Depósitos. Por outro lado, a amortização de 17 Fundos de Capital Garantido, alguns dos quais com dimensões significativas, também afetou o volume do mercado.

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE MERCADO

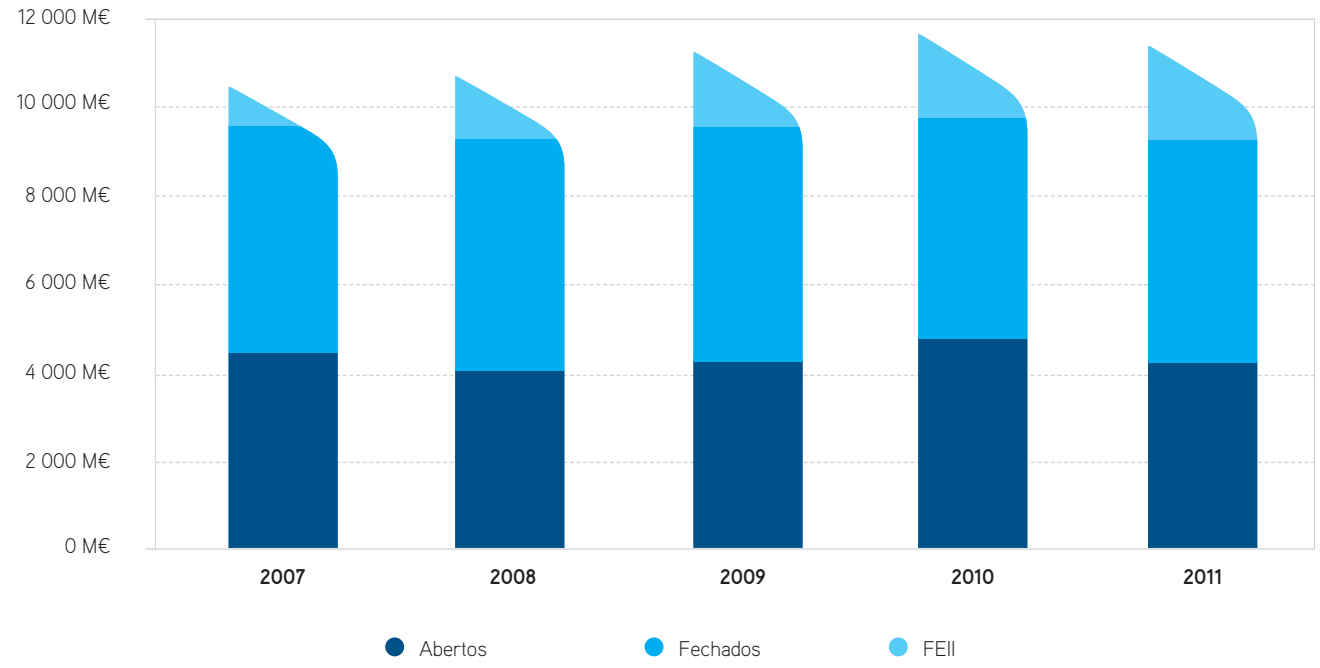


No final do ano, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas administravam 83% dos Fundos Mobiliários e a quota de mercado da Caixagest, SA situava-se em 23%, mantendo a liderança do mercado.

FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

O mercado de Fundos de Investimento Imobiliário registou uma diminuição de 3% no ano, tendo os ativos geridos pelo conjunto das sociedades gestoras baixado 353 milhões de euros para 11 267 milhões.

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE MERCADO



No final de 2011, as cinco maiores gestoras de fundos imobiliários portuguesas administravam 47% do mercado e a Fundimo, SA detinha uma quota de 13,9%, mantendo a liderança do mercado.

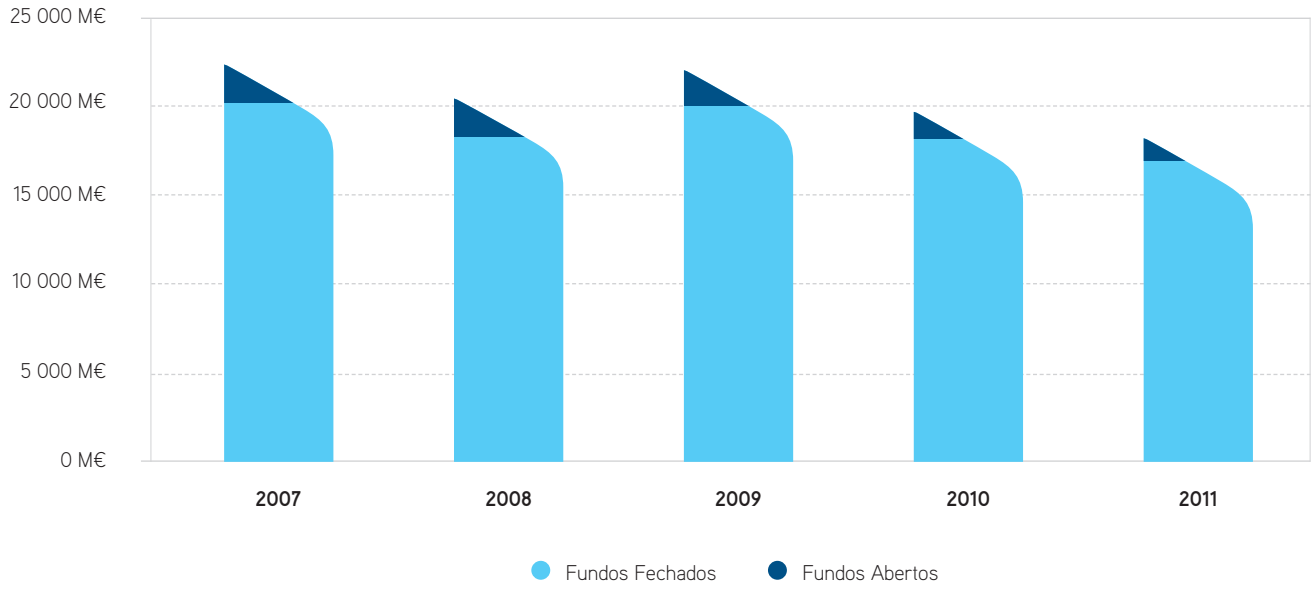
FUNDOS DE PENSÕES

Em 31 de dezembro de 2011, o valor sob gestão de fundos de pensões ascendia a 13 642 milhões de euros, o que traduz um decréscimo de 30,8% face ao final de 2010.

Refira-se que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, ocorreu a transmissão parcial para o Estado da titularidade do património dos fundos de pensões, prevista no regime substitutivo da regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário.

As cinco maiores sociedades gestoras administravam 79% do mercado de Fundos de Pensões e a quota da CGD Pensões situava-se em 15,7%, subindo para o segundo lugar no *ranking* por montante.

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE MERCADO



GESTÃO DE PATRIMÓNIOS

O mercado de gestão de carteiras, centrado nos mandatos de grandes clientes institucionais, baixou 17% ao longo do ano, para 55 230 milhões de euros e a Caixagest manteve a liderança do mercado com uma quota de 30%.

GRUPO CGD

Por força do enquadramento adverso nos mercados financeiros, os ativos sob gestão baixaram 12% para 21 321 milhões de euros.

(Milhões de euros)

MONTANTES SOB GESTÃO E ACONSELHAMENTO	2009	2010	2011
Fundos Mobiliários	4 106	3 282	2 490
Patrimónios sob Gestão	17 155	16 691	14 884
Aconselhamento	276	303	307
Fundos Imobiliários	1 578	1 683	1 565
Fundos de Pensões	2 100	2 183	2 075
Total	**25 215**	**24 142**	**21 321**

E o nível de proveitos do negócio da gestão de ativos do Grupo CGD em 2011 manteve-se relativamente ao registado no ano anterior, graças à Gestão de Patrimónios e aos Fundos Imobiliários.

(Milhares de euros)

COMISSÕES GERADAS	2009	2010	2011
Fundos Mobiliários	21 176	21 727	16 906
Fundos Imobiliários	13 236	13 908	15 924
Fundos de Pensões	3 300	3 479	3 177
Gestão de Patrimónios	8 654	6 835	9 626
Total	**46 366**	**45 949**	**45 633**

(Milhares de euros)

COMISSÕES GERADAS	2009	2010	2011
Comissões de Gestão	35 077	37 337	35 280
Comissões de Depositário	9 984	8 524	8 000
Comissões Subscrição e Resgate	1 305	1 558	3 908
Total	**46 366**	**47 418**	**47 188**

FUNDOS MOBILIÁRIOS – CAIXAGEST

Acompanhando a tendência do mercado, o montante afeto aos fundos geridos pela Caixagest registou um decréscimo de 24%.

Face à nova realidade dos mercados financeiros, a Caixagest concluiu um processo de reestruturação da sua oferta permanente de Fundos de liquidez e de obrigações, procedendo à fusão por incorporação de três fundos.

Em articulação com a Rede Comercial e de *marketing* da CGD, a Caixagest prosseguiu uma estratégia de lançamento de três fundos estruturados de capital protegido, com a realização de ações de formação presenciais nas várias regiões do país e que resultou na captação de 87 milhões de euros. Neste período, ocorreu o reembolso de seis fundos de capital protegido, num valor global de 492 milhões de euros.

(Milhões de euros)

FUNDOS SOB GESTÃO	2009	2010	2011
Fundos de Tesouraria	1 065	730	504
Fundos de Obrigações	566	330	276
Fundos de Capital Protegido	1 657	1 351	934
Fundos de Ações	241	260	170
Fundos de Fundos e Mistos	89	84	73
Fundos Especiais de Investimento	488	528	533
Total	**4 106**	**3 282**	**2 490**

No final de dezembro, a Caixagest geria 2490 milhões de euros, repartidos por 48 fundos de investimento mobiliário, apresentando uma carteira de produtos diversificada por vários mercados financeiros internacionais.

As comissões geradas no ano de 2011 totalizaram 16,9 milhões de euros, valor proporcionalmente inferior ao do ano anterior, em resultado da quebra de volume gerido.

(Milhares de euros)

FUNDOS SOB GESTÃO	2009	2010	2011
Comissões de Gestão	18 080	18 468	14 315
Comissões de Depositário	2 706	2 668	2 200
Comissões Subscrição e Resgate	390	591	391
Total	**21 176**	**21 727**	**16 906**

GESTÃO DE PATRIMÓNIOS – CAIXAGEST

A Caixagest continuou a desenvolver o seu serviço de Gestão de Patrimónios, numa lógica de proximidade da Rede Comercial da CGD e dos respetivos clientes em carteira. Tendo em vista a captação de novos clientes, as propostas de serviço foram adequadas à nova conjuntura, sendo de destacar a continuação do sucesso ao nível da Consultoria de Investimento.

Em janeiro, a Caixagest iniciou a gestão de duas importantes carteiras Institucionais, no valor

de 1875 milhões de euros, que compensaram a diminuição nas carteiras de Seguros. Deste modo, o montante gerido pela Caixagest, no final do ano, baixou apenas 9% para 16 918 milhões de euros.

(Milhões de euros)

CARTEIRAS SOB GESTÃO	2009	2010	2011
Carteiras sob Gestão	**18 865**	**18 570**	**16 918**
Carteiras de Seguros	13 936	13 834	10 883
Institucionais	2 894	2 627	3 788
Fundos de Pensões	1 802	1 879	2 034
Particulares e Empresas	234	230	214
Ativos sob Aconselhamento	**273**	**303**	**307**

A entrada das novas carteiras de clientes Institucionais contribuiu, ainda, para o aumento do nível global de comissionamento, que se situou em 9,6 milhões de euros.

(Milhares de euros)

COMISSÕES GERADAS	2009	2010	2011
Comissões de Gestão	4 693	2 732	5 487
Comissões de Depositário	3 961	4 103	4 139
Total	**8 654**	**6 835**	**9 626**

FUNDOS IMOBILIÁRIOS – FUNDIMO

No final de dezembro, a carteira de fundos imobiliários geridos pela Fundimo, totalizava 1565 milhões de euros e incluía 27 fundos fechados e um fundo aberto.

O fundo Fundimo registou em 2011 um elevado número de resgates em virtude da competitividade das taxas de juro dos produtos bancários portugueses.

No que respeita aos fundos fechados geridos pela Fundimo, e atendendo à situação de se encontrarem maioritariamente afetos ao desenvolvimento e promoção imobiliária, manteve-se algum abrandamento de atividade.

(Milhões de euros)

FUNDOS SOB GESTÃO	2009	2010	2011
Fundo Aberto Fundimo	923	1064	922
Fundos Fechados	655	619	643
Total	**1 578**	**1 683**	**1 565**

O montante de comissões geradas pelos fundos imobiliários totalizou 17,37 milhões de euros. Este nível de comissionamento, superior ao ano anterior, resulta do aumento do volume de comissões de resgate cobradas pelo fundo Fundimo.

(Milhares de euros)

COMISSÕES GERADAS	2009	2010	2011
Comissões de Gestão	9 263	12 952	12 417
Comissões de Depositário	3 072	1 470	1 449
Comissões de Resgate	901	957	3 507
Total	**13 236**	**15 378**	**17 373**

FUNDOS DE PENSÕES – CGD PENSÕES

No final de 2011, o valor patrimonial dos fundos geridos pela CGD Pensões ascendia a 2115 milhões de euros, valor 3% inferior gerido no início do ano.

(Milhões de euros)

FUNDOS SOB GESTÃO	2009	2010	2011
Fundos Fechados	1 988	2 065	2 010
Fundos Abertos	112	118	105
Total	**2 100**	**2 183**	**2 115**

Ao longo do ano, continuaram a registar-se reembolsos nos fundos de pensões abertos por parte de participantes já reformados e verificou-se a saída de um fundo de pensões fechado de uma entidade bancária nacional.

O volume de comissões geradas neste período totalizou 3,2 milhões de euros.

(Milhares de euros)

COMISSÕES GERADAS	2009	2010	2011
Comissões de Gestão	3 041	3 185	2 954
Comissões de Depositário	245	283	212
Comissões de Resgate	14	10	11
Total	**3 300**	**3 479**	**3 177**

1.6.2.6. Atividade Seguradora e da Saúde

CONTRIBUTO PARA O RESULTADO DA CGD

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA obteve, em 2011, de acordo com as normas IAS/IFRS (Grupo CGD), um resultado líquido de 3 milhões de euros (67 milhões de euros no ano anterior), dos quais 56 milhões de euros são provenientes da área sob gestão seguradora e -53 milhões de euros da atividade hospitalar.

A Caixa Seguros e Saúde contribuiu com 731 milhões de euros (-14 milhões do que em 2010) para o produto da atividade do Grupo CGD, sendo 495 milhões de euros provenientes da margem técnica da atividade de seguros e 237 milhões de euros provenientes do produto da atividade financeira.

O decréscimo face ao ano anterior, fica a dever-se quer à margem técnica da atividade de seguros (-11 milhões de euros), que refletiu fundamentalmente a diminuição do montante de prémios de seguro direto, quer ao produto da atividade financeira (-3 milhões de euros), devido à degradação do resultado em operações financeiras.

Os Custos de Exploração registaram um decréscimo de 19 milhões de euros, para 481 milhões de euros, refletindo o esforço de contenção que tem vindo a ser implementado.

Por outro lado, a imparidade registou um agravamento em consequência do reconhecimento de perdas relativas à divida soberana grega.

CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, SA [a]

(Milhões de euros)

RESUMO DO BALANÇO CONSOLIDADO	2010	2011
Activo Líquido		
Carteira de Títulos, Depósitos e Caixa	14 070,1	11 554,5
Imóveis de Rendimento e Investimentos em Associadas	338,1	335,8
Outros Activos Tangíveis e Intangíveis	502,5	479,6

[a] Valores em consonância com as normas relativas à apresentação das demonstrações financeiras no formato IAS/IFRS (Grupo CGD) e correspondem às contas consolidadas.

(Milhões de euros)

RESUMO DO BALANÇO CONSOLIDADO (CONT.)	2010	2011
Activos por Impostos Correntes e Diferidos	159,1	271,2
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	260,2	220,0
Outros Activos	634,5	596,3
Total do Activo	**15 964,5**	**13 457,6**
Passivo e Situação Líquida		
Passivo		
Passivos Financeiros (contratos de investimento)	7 842,8	6 854,8
Provisões Técnicas (contratos de seguro)	5 733,0	4 596,5
Outras Provisões	74,1	99,5
Passivos por Impostos Correntes e Diferidos	48,8	25,9
Passivos Subordinados	436,5	436,5
Outros Passivos	765,7	700,2
Total do Passivo	**14 900,9**	**12 713,5**
Situação Líquida		
Capital	448,4	448,4
Prémios de Emissão	184,4	184,4
Reservas	346,3	88,5
Resultado Líquido	66,9	3,0
Interesses Minoritários	17,6	19,8
Total da Situação Líquida	**1 063,6**	**744,1**
Total do Passivo e da Situação Líquida	**15 964,5**	**13 457,6**

(Milhões de euros)

RESUMO DOS GANHOS E PERDAS CONSOLIDADO	2010	2011
Produto da Actividade Financeira	239,7	236,6
Margem Técnica da Actividade de Seguros	505,5	494,6
Custos de Exploração	-499,9	-481,0
Variação de Provisões	-27,7	-30,0
Imparidades	-134,9	-197,4
Resultados em empresas associadas	-0,1	1,3
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	**82,6**	**24,0**
Impostos sobre o rendimento	-14,2	-19,8
Interesses minoritários	-1,5	-1,1
Resultados líquido atribuível ao accionista CGD	**66,9**	**3,0**

Ao nível do balanço, há a referir uma redução do ativo em 2,5 mil milhões de euros, refletindo quer o efeito da redução das responsabilidades técnicas associadas aos produtos financeiros do ramo Vida, quer a evolução desfavorável do montante de Reservas, com origem na Reserva de justo valor devido à desvalorização de ativos financeiros.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA obteve, nas suas contas estatutárias de 2011, um resultado de 6 milhões de euros (42 milhões de euros em 2010), desdobrando-se num contributo positivo de 35 milhões de euros na área seguradora e num contributo negativo de -29 milhões de euros na atividade hospitalar.

CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, SA

(Milhões de euros)

INDICADORES CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS [a]	2010	2011
Activo Líquido	**15 672,0**	**13 332,4**
Capitais Próprios e Interesses Minoritários	**1 017,7**	**838,2**
Passivo	**14 654,4**	**12 494,3**
do qual: Passivo Subordinado	436,5	436,5
Responsabilidades com Contratos de Seguros	**13 517,3**	**11 414,3**
Provisões Técnicas de Seguro Directo e de Resseguro Aceite	5 675,8	4 553,2
Responsabilidades com Instrumentos Financeiros	7 841,5	6 861,1
***Combined Ratio* dos Ramos Não Vida (líquido de Resseguro)**	**105,0%**	**100,1%**
Loss Ratio	77,1%	73,2%
Expense Ratio	28,0%	27,0%
Resultado Líquido	**41,5**	**6,2**
do qual: Actividade Seguradora	89,6	35,3
Actividade Hospitalar	-48,1	-29,1
Rentabilidade		
ROE Líquido	3,7%	0,6%
Número de empregados	**5 871**	**5 609**
Seguradoras	3 472	3 369
Empresas Instrumentais	210	212
HPP (consolidado)	2 189	2 028

[a] Contas estatutárias consolidadas.

INDICADORES SEGURADORAS

Prémios de Seguro Directo	**5 713,2**	**3 963,7**
Ramos Vida	310,7	267,7
Contratos de Investimento (Instrumentos financeiros)	4 233,7	2 567,7
Ramos Não Vida	1 168,8	1 128,3
Quotas de Mercado (Atividade em Portugal)	**34,5%**	**33,4%**
Ramos Vida (incluindo Contratos de Investimento)	37,0%	37,2%
Ramos Não Vida	27,1%	26,5%
Solvabilidade (Local GAAP)		
A. Margem de Solvência (Total)	1 145,5	967,4
B. Margem de Solvência (Requisito Obrigatório)	739,6	666,7
Cobertura de Margem de Solvência (A/B)	154,9%	145,1%
Número de Agências	153	149
Número de mediadores exclusivos	2 500	2 695

INDICADORES LCS – LINHA DE CUIDADOS DE SAÚDE

Número de Chamadas Recebidas	656 706	674 789
Nível de Satisfação	98,1%	98,5%
Nível de Recomendação	98,9%	99,5%

INDICADORES ÁREA DE SAÚDE (NÚMERO)

Volume de Negócios (milhões de euros)	161	180
Cirurgias	22 440	25 040
Diárias de Internamento	173 800	190 170
Imagiologia	303 150	357 350
Atendimentos Urgentes	240 300	282 600
Consultas	518 500	593 650

Os níveis de solvência do conjunto das seguradoras da Caixa Seguros e Saúde mantiveram-se confortáveis, tendo alcançado uma taxa de cobertura da margem de solvência de 145%, o que transmite um elevado grau de segurança a todos os segurados e agentes económicos que com elas se relacionam.

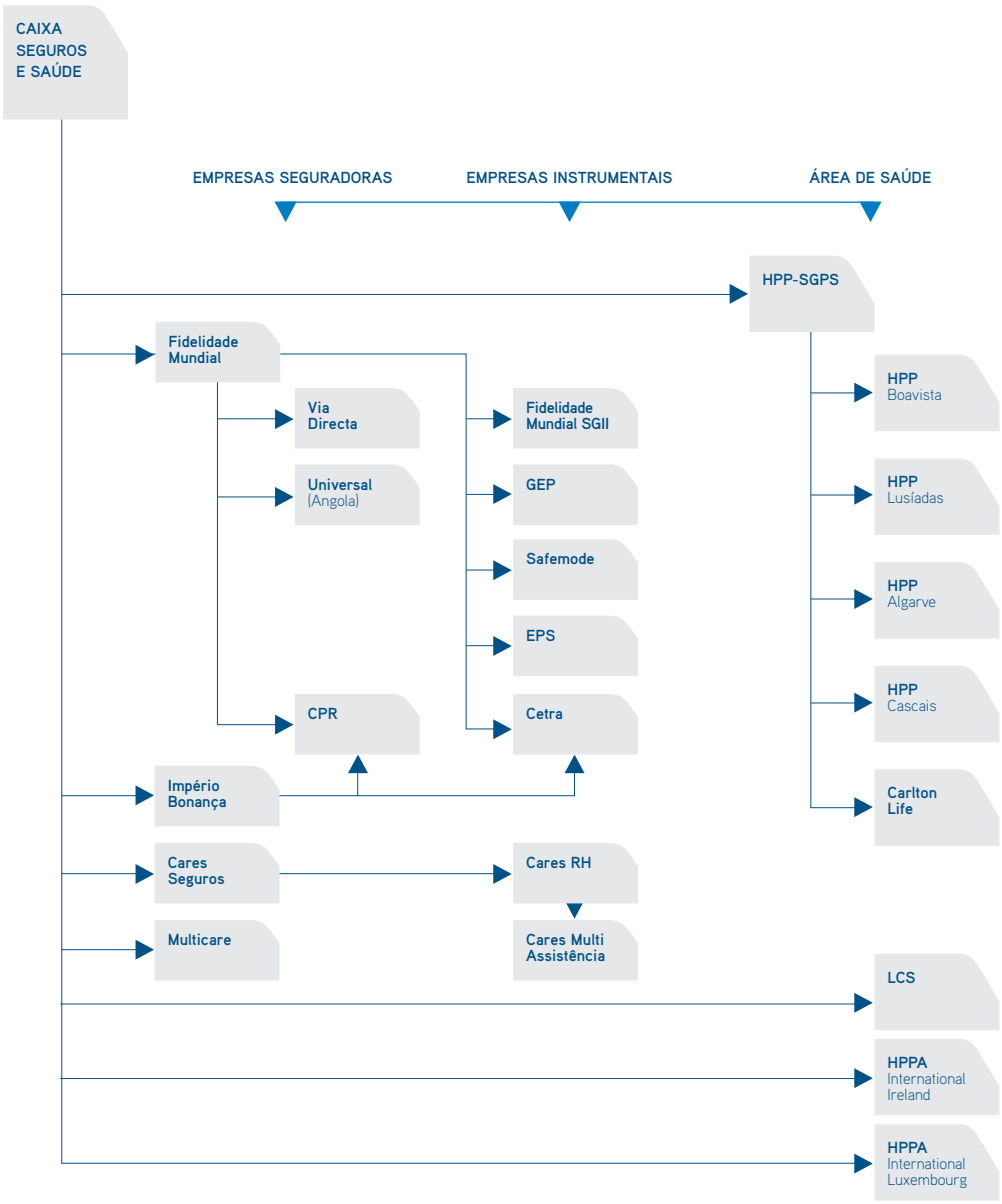
Em termos de atividade seguradora, a Caixa Seguros e Saúde atingiu, em 2011, um volume de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento) de 3962 milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 31% que teve origem, essencialmente, nos produtos financeiros do ramo Vida, em linha com a evolução do mercado segurador.

A atividade em Portugal, responsável pela maioria da produção, atingiu um volume de prémios de seguro direto de 3895 milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 31%. Deste modo, a Caixa Seguros e Saúde manteve a liderança no mercado segurador nacional, alcançando uma quota de mercado total de 33,4% (-1,0 p.p. que em 2010), ocupando, de forma destacada, o lugar de topo quer no conjunto da atividade Vida (quota de 37,2%), quer no conjunto da atividade Não Vida (quota de 26,5%).

De referir, ainda, o aumento do volume de negócios da HPP, SGPS (consolidado) que, em 2011, atingiu um total de Rendimentos Operacionais de 187 milhões de euros, representando um acréscimo de 11% face ao ano anterior.

O Ativo Líquido consolidado da Caixa Seguros e Saúde situou-se em 13,3 mil milhões de euros, tendo, por sua vez, os Capitais Próprios, incluindo Interesses Minoritários, ascendido a 838 milhões de euros.

DIMENSÃO / POSICIONAMENTO DA CAIXA SEGUROS E SAÚDE



A Caixa Seguros e Saúde atua globalmente no mercado segurador, comercializando produtos de todos os ramos de seguros, no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros do mercado nacional: agências de clientes Fidelidade Mundial e Império Bonança; mediadores ligados; agentes; corretores; Agências bancárias CGD; balcões CTT; Internet e canal telefónico.

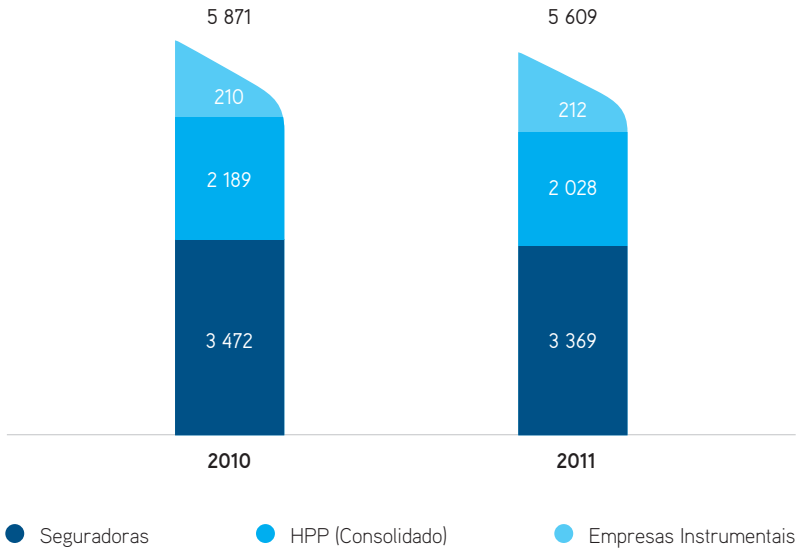
No que respeita à atividade internacional, a área seguradora da Caixa Seguros e Saúde definiu o enfoque da sua atuação no acompanhamento das operações desenvolvidas nos mercados estrangeiros onde a CGD marca presença autónoma ou através de subsidiárias.

De salientar, igualmente, o posicionamento do Grupo no setor da saúde, onde detém uma presença significativa, não apenas na vertente financiadora, como líder de mercado nos seguros de saúde, mas igualmente na vertente prestadora e assistencial, através da HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, SA, e da LCS – Linha de Cuidados de Saúde, SA.

RECURSOS HUMANOS

Em termos quantitativos, verificou-se uma redução de 262 colaboradores no conjunto das empresas integradas na Caixa Seguros e Saúde face a igual período homólogo, com origem quer no setor segurador (-103 pessoas), quer na área hospitalar (-161 pessoas).

EVOLUÇÃO DO Nº DE COLABORADORES



ANÁLISE FINANCEIRA CONSOLIDADA

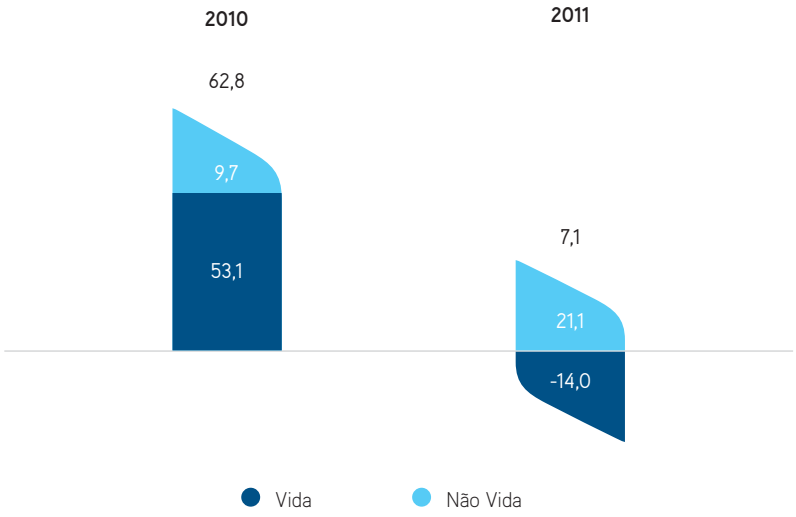
RESULTADOS TÉCNICOS

Os resultados técnicos consolidados atingiram, em 2011, 7,0 milhões de euros, um decréscimo de 55,8 milhões de euros face ao ano anterior, tendo sido negativamente influenciado pelo reconhecimento de imparidade relativa à divida grega.

Da análise das principais rubricas da conta técnica consolidada, destacam-se os seguintes aspetos:

- Nos ramos Não Vida, o resultado técnico situou-se nos 21,1 milhões de euros, refletindo um acréscimo de 11,4 milhões de euros face ao ano anterior, por efeito da melhoria da sinistralidade e da contenção de custos de funcionamento. Em termos técnicos, o Rácio Combinado líquido de resseguro ascendeu a 100,1%, apresentando uma redução de 3,6 p.p. face ao ano anterior, tendo beneficiado, da redução do *Loss ratio* (-2,5 p.p.) e do *Expense ratio* (-1,0 p.p.);
- O resultado técnico dos ramos Vida evidenciou uma redução de 67,2 milhões de euros, decorrente, sobretudo, da degradação do resultado financeiro, pelos motivos anteriormente mencionados.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO TÉCNICO



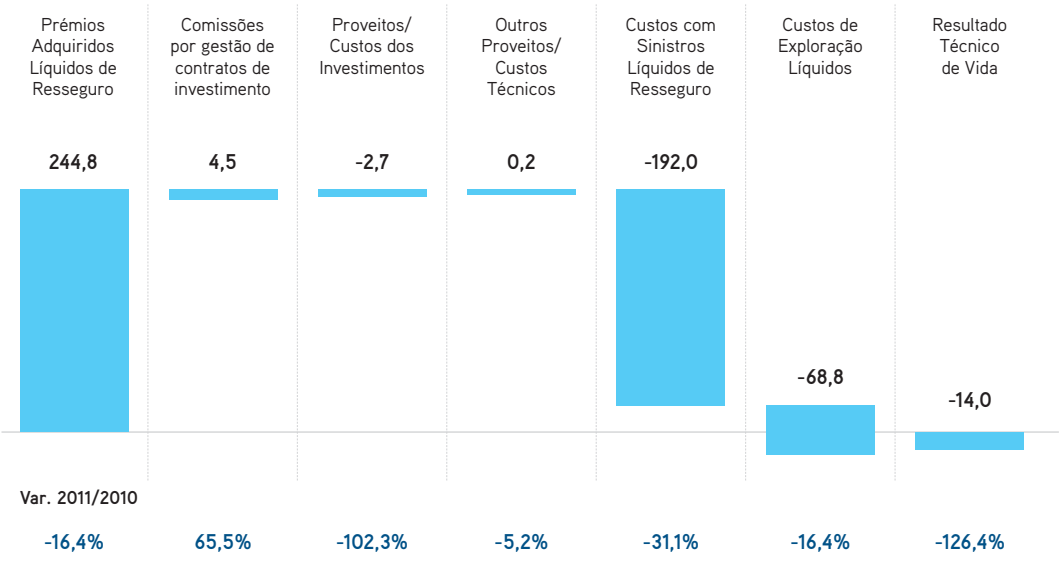
RAMO VIDA

No que respeita ao ramo Vida, a Caixa Seguros e Saúde desenvolve a sua atividade através da Fidelidade Mundial, que segue uma abordagem multicanal (nomeadamente canais tradicionais, bancário e CTT), e da Império Bonança, que centra a sua atividade nos canais tradicionais.

Em 2011, a Caixa Seguros e Saúde atingiu um montante de prémios de seguro direto do ramo Vida, incluindo recursos captados no âmbito de contratos de investimento, de 2835 milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 38% face ao período homólogo, o qual se deveu, essencialmente, a uma menor captação de recursos via seguros financeiros, resultante da desaceleração da venda de novos seguros – facto que, aliás, caracteriza a generalidade dos operadores no mercado.

O resultado técnico foi negativo em 14,0 milhões de euros, podendo ser observado com maior detalhe no gráfico seguinte (sendo de referir que os recursos captados no âmbito de contratos de investimento não são contabilizados em prémios de seguro direto):

DECOMPOSIÇÃO DO RESULTADO TÉCNICO VIDA (Milhões de euros)



Os custos e gastos de exploração (incluindo comissões de mediação, mas excluindo a imputação à função sinistros) atingiram 68,8 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 14 milhões de euros face ao ano anterior.

RAMOS NÃO VIDA

Nos ramos Não Vida, além da Fidelidade Mundial e da Império Bonança, a Caixa Seguros e Saúde desenvolve, ainda, a sua atividade através da Ok!teleseguros, especialmente vocacionada para os canais remotos (telefone e Internet), e da Universal Seguros, que atua no mercado angolano.

Atuam, igualmente, nesta área de negócio, mas essencialmente na vertente de resseguro, as empresas Multicare, Cares e Companhia Portuguesa de Resseguros.

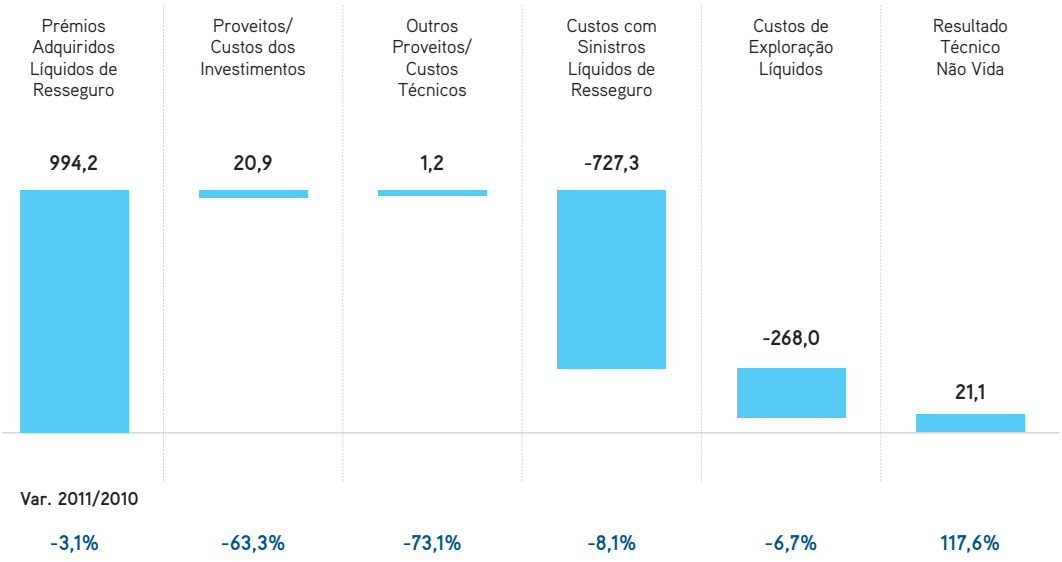
Em 2011, a Caixa Seguros e Saúde atingiu um montante de prémios de seguro direto no conjunto Não Vida de 1128 milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 3,5% face ao ano anterior.

O *Loss ratio* evidenciou uma redução de 2,5 p.p., situando-se em 73,2%, contribuindo assim para a redução do *Combined ratio*, que se situou em 100,1% no final do exercício.

Os custos e gastos de exploração (incluindo comissões de mediação, mas excluindo os custos de funcionamento imputados à função sinistros) atingiram 268 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 20 milhões de euros face ao ano anterior.

O resultado técnico foi de 21,1 milhões de euros, cujo detalhe pode ser observado no gráfico seguinte:

DECOMPOSIÇÃO DO RESULTADO TÉCNICO NÃO VIDA (Milhões de euros)



RESULTADOS LÍQUIDOS E CAPITAL PRÓPRIO

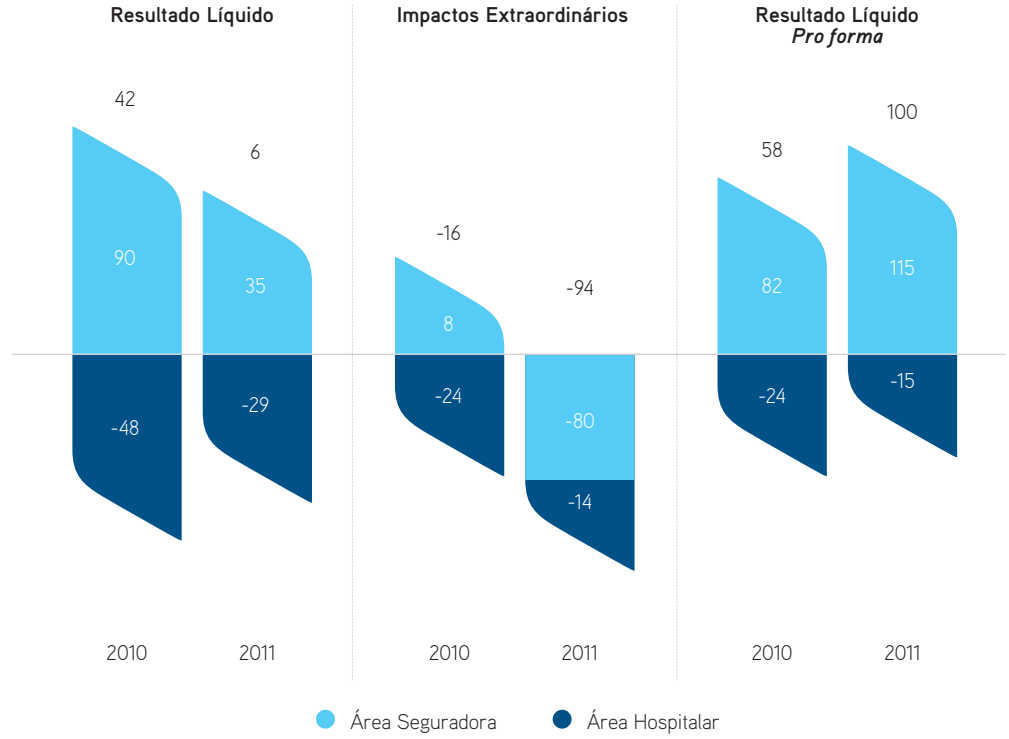
Em 2011, os resultados antes de impostos atingiram 8,4 milhões de euros, um decréscimo de 60 milhões de euros face ao ano anterior, fruto do comportamento desfavorável registado pela componente financeira.

Por seu lado, o resultado líquido, após interesses minoritários, situou-se em 6,2 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 35 milhões de euros face a 2010.

Este resultado reflete o impacto de diversos fatores adversos não recorrentes, designadamente as imparidades provenientes da exposição da área seguradora à divida soberana do Estado Grego e o reconhecimento da desvalorização de ativos intangíveis na área hospitalar. Excluindo estes efeitos, o resultado corrente aproximar-se-ia de 100 milhões de euros, sendo o contributo da área seguradora de aproximadamente 115 milhões de euros e o da área hospitalar de 15 milhões de euros negativos.

CAIXA SEGUROS E SAÚDE
RESULTADO LÍQUIDO (CONTAS ESTATUTÁRIAS)

(Milhões de euros)



Os Capitais Próprios, incluindo Interesses Minoritários, ascenderam a 838 milhões de euros, uma redução de 180 milhões de euros, resultante, essencialmente, do decréscimo registado nas reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros.

RESPONSABILIDADES TÉCNICAS E SOLVÊNCIA

As responsabilidades técnicas de seguro direto e de resseguro aceite apresentavam um montante de 11,4 mil milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 2,1 mil milhões de euros face ao ano anterior, refletindo, sobretudo, a redução das responsabilidades relativas à componente financeira da atividade Vida decorrente de um saldo negativo entre os recursos captados e o montante de resgates e vencimentos.

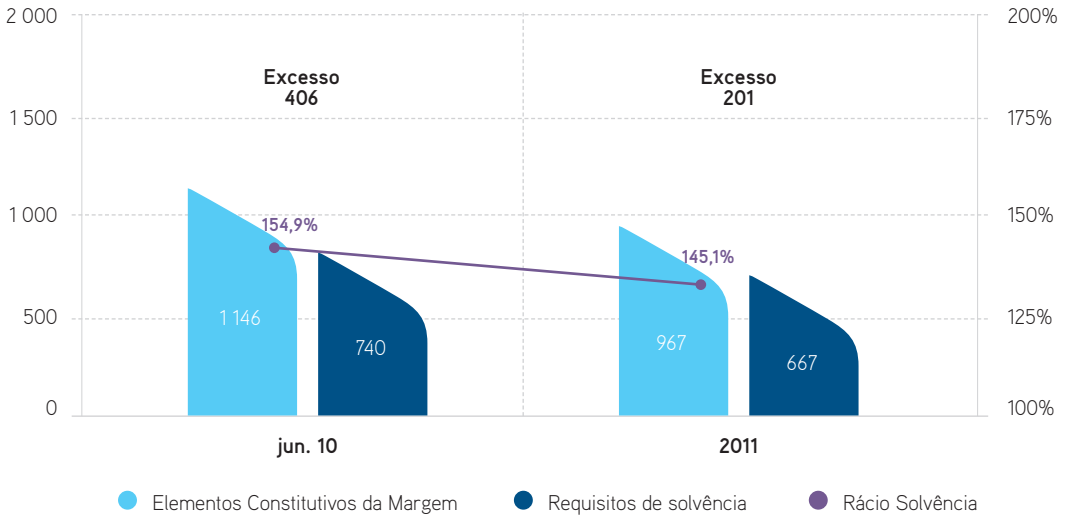
RESPONSABILIDADES TÉCNICAS LÍQUIDAS DE RESSEGURO

(Milhares de euros

ACTIVIDADE GLOBAL	2010	2011
Provisão para Prémios Não Adquiridos	297 838	290 352
Provisão Matemática Vida	3 216 080	2 267 893
Provisão para Sinistros	2 023 409	1 888 529
De Vida	167 675	137 938
De Acidentes de Trabalho	719 884	721 310
De Outros Ramos	1 135 850	1 029 281
Provisão para Participação nos Resultados	54 894	31 645
Outras Provisões Técnicas	83 591	74 798
Passivos Financeiros	7 841 520	6 861 072
TOTAL DE RESPONSABILIDADES TÉCNICAS	**13 517 331**	**11 414 289**
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	**260 162**	**220 024**
Responsabilidades Técnicas Líquidas de Resseguro	**13 257 169**	**11 194 265**

O montante da margem de solvência exigível da Caixa Seguros e Saúde era, em 2011, de 667 milhões de euros, enquanto os elementos constitutivos da mesma atingiram 967 milhões de euros, o que traduz um rácio de cobertura da margem de solvência de 145% representativo de um elevado nível de segurança para com as entidades que se relacionam com as seguradoras do Grupo.

A Caixa Seguros e Saúde tem inteiramente cobertas e adequadamente representadas as suas responsabilidades para com segurados e terceiros, cumprindo os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras, bem como os níveis de margem de solvência e do fundo de garantia, excedendo, significativamente, os valores mínimos legalmente fixados.



ANÁLISE DA ÁREA SEGURADORA

ASPETOS GERAIS

A área seguradora do Grupo deu continuidade ao reforço da relação com a Rede de Mediação, na prossecução do aperfeiçoamento organizacional e captação de sinergias e no desenvolvimento de produtos para responder às necessidades dos Clientes.

A reestruturação da Rede Comercial da Fidelidade Mundial e Império Bonança, especializando o atendimento aos clientes diretos nas Agências de Clientes e aos mediadores nos Centros de Mediadores, serve de modo indistinto ambas as marcas, permitindo direcionar as atividades destas unidades para a ação comercial, transferindo para outras áreas tarefas administrativas e técnicas, respondendo, desta forma, aos novos desafios do mercado.

O desenvolvimento do *franchising* e da mediação exclusiva, o crescimento comercial dos grandes mediadores e a profissionalização da rede de mediação mantêm os eixos de atuação que pautam a atividade das seguradoras do Grupo.

Procurou-se, ainda, dar continuidade ao processo de melhoria dos produtos, com vista à uniformização da oferta, visando um posicionamento tarifário mais ajustado às condições de mercado e à disponibilização de melhores ferramentas de gestão de contratos aos mediadores.

No que respeita aos ramos Vida, a área da poupança para a reforma continuou a ser o objetivo estratégico, comercializando-se um Plano de Poupança Reforma inovador, sob a marca Leve.

Na sua continuidade, promoveu-se o "Programa Consciência Leve", um projeto do Grupo CGD que pretende constituir um estímulo adicional para a criação de uma nova mentalidade e novos princípios de equilíbrio económico da reforma, através de um conjunto de iniciativas, da produção de conhecimento e da criação de meios de divulgação.

Ao nível da comunicação e distribuição, procurou-se com uma comunicação massificada e objetiva ampliar o acesso à reforma, materializando produtos como o Leve PPR, através de pacotes de produtos temáticos, fechados e de valor acessível.

ENQUADRAMENTO COMPETITIVO DA ÁREA SEGURADORA

De acordo com os elementos divulgados pelo Instituto de Seguros de Portugal, o mercado segurador contabilizou, na sua atividade em Portugal, um valor de 11,6 mil milhões de euros de prémios de seguro direto, incluindo recursos captados via contratos de investimento, a que corresponde um decréscimo de 28,7% face a 2010.

Esta evolução decorre, essencialmente, dos ramos Vida, com um decréscimo de 38,1% face ao ano anterior com origem nos seguros financeiros (capitalização e PPR). Contudo, também os ramos Não Vida evidenciam uma redução (-1,2%), uma vez que se encontram influenciados pela difícil situação económica e pela degradação do nível de preços. Tal facto fez-se sentir de forma mais intensa nos ramos Acidentes de Trabalho, Automóvel e Transportes, havendo a referir, pela positiva, o aumento da carteira de prémios dos ramos Doença e Multirriscos Habitação.

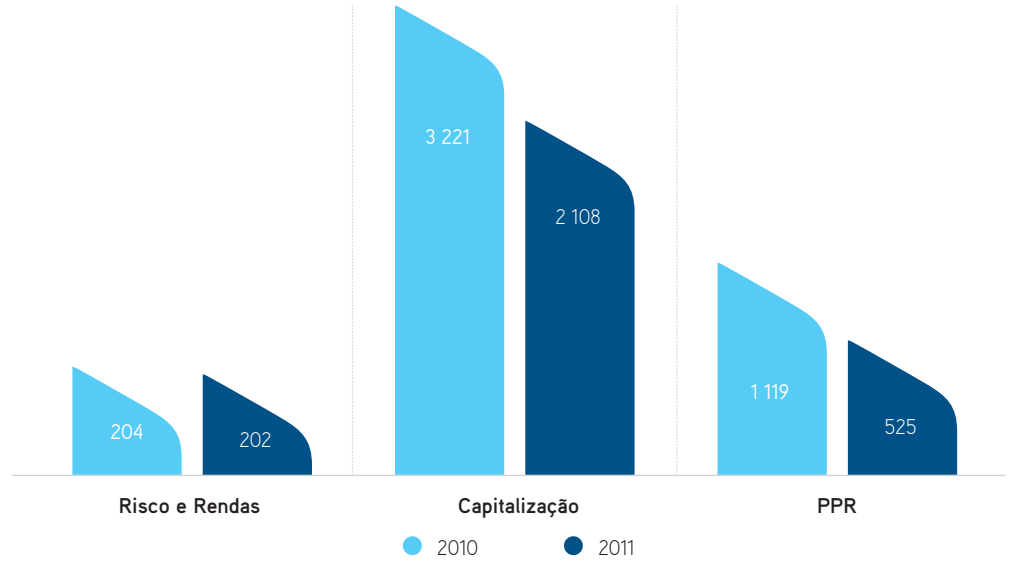
POSICIONAMENTO NO MERCADO SEGURADOR

A Caixa Seguros e Saúde mantém a liderança destacada do setor segurador nacional, detendo uma quota global de 33,4%, correspondente a um volume de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento) de 3895 milhões de euros.

A atividade Vida, em Portugal, contabilizou 2802 milhões de euros de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), tendo registado um decréscimo de 37,8% face a 2010, com origem nos produtos de capitalização e PPR e pelos motivos já atrás referenciados. De referir que, apesar deste decréscimo, a Caixa Seguros apresentou um melhor desempenho que o mercado segurador, tendo aumentado a sua quota nesta área de negócio em 0,2 p.p.

A atividade internacional registou um montante de prémios de 33 milhões de euros, um decréscimo de 23% face ao ano anterior.

PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO RAMO VIDA

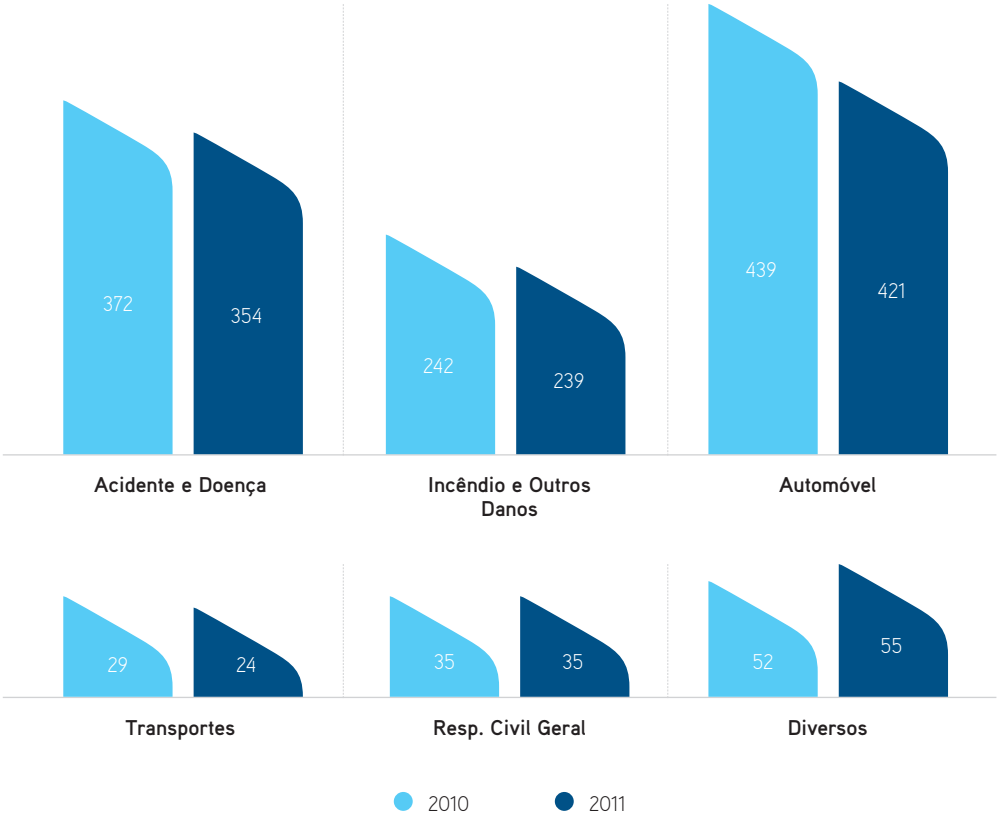


Na atividade Não Vida, a produção da Caixa Seguros e Saúde, em Portugal, atingiu 1092 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 3,4% face a 2010, centrada nos ramos Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Transportes e Responsabilidade Civil, em consequência, sobretudo, do abrandamento económico.

Apesar da redução da quota de mercado para 26,5% (27,1% em 2010), a Caixa Seguros e Saúde manteve-se como líder destacada no conjunto da atividade Não Vida (mais do que duplicando o valor registado pelos concorrentes mais próximos), bem como em todos os seus principais ramos.

Por sua vez, a atividade no estrangeiro registou um montante de prémios Não Vida de 36 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 10,5% face ao ano anterior.

PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO RAMO VIDA



SÍNTESE DAS PARTICIPADAS SOB GESTÃO DA ÁREA SEGURADORA

A **Fidelidade Mundial** mantém a liderança destacada do setor segurador com uma quota de mercado de 28,5% (-2,4 p.p. que em 2010), tendo registado um montante de prémios na atividade em Portugal de 3319 milhões de euros (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), correspondendo a um decréscimo de 34,3% face ao ano anterior, que decorre, essencialmente, do comportamento do ramo Vida nos produtos financeiros.

Esta liderança verificou-se quer nos ramos Vida com uma quota de mercado de 35,0% (35,8% em 2010), quer nos ramos Não Vida com 16,5% (16,7% em 2010).

Por seu lado, a atividade no estrangeiro evidenciou uma produção de 66 milhões de euros (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), correspondente a um decréscimo de 16,9%, com origem na Sucursal de França.

Em 2011, alcançou um Resultado Líquido de 13,9 milhões de euros, um decréscimo de 78,9% face ao período homólogo.

A **Império Bonança** registou, em 2011, um montante de prémios de seguro direto de 531,8 milhões de euros (incluindo os recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), o que equivale a um decréscimo de 0,9% face ao ano anterior.

No que respeita à atividade em Portugal, atingiu-se um montante de prémios de 530,9 milhões de euros, o que representa, face ao ano anterior, um decréscimo de 0,8%. O facto de a companhia atuar exclusivamente com base em canais tradicionais justifica a grande assimetria entre as quotas de mercado Vida (2,2%) e Não Vida (8,9%), sendo que, neste segmento de negócio, assume a segunda posição no *ranking*.

O Resultado Líquido ascendeu a 9,9 milhões de euros, um decréscimo de 48,8% face ao ano anterior.

A **OK! teleseguros** é a marca do Seguro Automóvel da Via Direta – Companhia de Seguros, SA. Fundada em 1998, é a seguradora do Grupo CGD, vocacionada para a venda através dos canais telefónico e Internet.

Em 2011, manteve a liderança no mercado de seguro automóvel, nos canais telefónico e Internet, alcançando um montante de prémios de seguro direto de 41,6 milhões de euros, o que traduz um crescimento de 3,8% face ao ano anterior.

A OK!teleseguros alcançou em 2011 um Resultado Líquido de 232 mil euros, o que traduz uma melhoria de 3,2 milhões de euros face ao ano anterior.

A **Multicare**, atuando essencialmente como resseguradora das carteiras de Seguros de Saúde das companhias de seguros Fidelidade Mundial e Império Bonança, atingiu, em 2011, um volume de prémios de resseguro aceite de 175 milhões de euros.

A Multicare pretende ser reconhecida no mercado como a melhor gestora de seguros de saúde, com processos inovadores, simples e eficientes, orientados para satisfazer as expectativas e necessidades dos seus clientes.

O Resultado Líquido foi de 584 mil euros, um decréscimo de 3,2% face a 2010.

A **Cares** é uma companhia de seguros especializada nos ramos de Assistência e de Proteção Jurídica, disponibilizando a qualquer hora e em qualquer parte do mundo, serviços de assistência em viagem a pessoas e veículos, nomeadamente assistência médica, repatriamento simples, repatriamento sanitário, transporte de urgência, assistência telefónica em caso de sinistro e, ainda, mas apenas no território nacional, assistência técnica ao lar, assistência médica domiciliária, assistência sénior, assistência informática, entre outros.

No âmbito da proteção jurídica, a Cares assegura a defesa e reclamação dos direitos dos segurados em litígios relacionados com a circulação rodoviária, a habitação, a vida privada e profissional, proporcionando ainda assistência jurídica telefónica, incluindo a condomínios e pequenos negócios.

Em 2011, a companhia registou um montante de Prémios de 35,8 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 22,8% face ao ano anterior.

O Resultado Líquido ascendeu no período a 4,5 milhões de euros, o que traduziu uma redução de 15% face a 2010.

Desde o ano de 2003 que a atividade da Companhia tem estado circunscrita à gestão da carteira que se encontra em *run-off*, realizando acordos de extinção com as cedentes titulares de negócios já findos, contudo com responsabilidades suspensas.

Em 2011, o acionista, através do Conselho de Administração, entendeu reposicionar a missão da Companhia, tendo definido como opções estratégicas o desenvolvimento do negócio de resseguro aceite às seguradoras integradas na Caixa Seguros e Saúde. A avaliação deste novo posicionamento determinará as linhas estratégicas a seguir, no futuro, pela Companhia Portuguesa de resseguros.

O resultado Liquido foi de 235 mil euros, o que representa um decréscimo de 5,1 milhões, proveniente sobretudo do resultado extraordinário ocorrido em 2010 com origem nas mais valias resultantes da alienação de um conjunto de imóveis propriedade da companhia.

A **CARES RH** tem como atividade a representação e assistência de seguradoras estrangeiras, bem como a prestação de serviços de apoio à gestão de sinistros de seguradoras nacionais e estrangeiras.

Após uma fase de redução do volume de negócios, em consequência de terem sido transferidas para outras empresas do Grupo CGD atividades que revestiam características próprias de *call-center*, verificou-se uma estabilização dos proveitos operacionais em cerca de 610 mil euros.

O Resultado Líquido foi de 187 mil euros, uma redução de 10% face ao ano anterior, em consequência do aumento com custos de funcionamento.

A **Cares Multiassistance** tem como principal atividade a prestação de serviços de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em imóveis e respetivos recheios ao abrigo das apólices de seguro de habitação.

Em 2011, evidenciou um incremento significativo da sua atividade, atingindo um montante de proveitos operacionais de 7,6 milhões de euros, o que permitiu duplicar o Resultado Líquido para 1,6 milhões de euros.

A **Cetra** é uma empresa de reparação automóvel no segmento da colisão (chapa e pintura), tratando-se de uma empresa modernizada, dotada de equipamentos adequados do ponto de vista tecnológico e de colaboradores qualificados, estando, assim, preparada para responder positivamente aos desafios inerentes aos altos padrões de qualidade de serviço esperados pelos nossos acionistas e demais clientes.

O volume de proveitos operacionais em 2011 foi de 2,3 milhões de euros, um decréscimo de 4,4% face ao registado no ano anterior, tendo o resultado líquido do exercício ascendido a 188 mil euros, um decréscimo de 12,9% face a 2010.

A **SAFEMODE** é uma empresa certificada pela NP EN ISO 9001:2000 e autorizada pela Autoridade das Condições de Trabalho para a prestação de serviços externos de Segurança e Higiene do Trabalho. Desenvolve e presta serviços técnicos de avaliação e redução de vulnerabilidades e riscos, consultoria, projetos, auditorias técnicas, certificação energética e da qualidade do ar interior em edifícios e formação, no âmbito da prevenção, proteção e segurança das pessoas, do património e do ambiente.

Em 2011, alcançou um volume de negócios de 2,1 milhões de euros e um Resultado Líquido de 71 mil euros, prosseguindo a sua missão como empresa instrumental da Caixa Seguros e Saúde, tendo dado continuidade ao suporte da atividade seguradora, nomeadamente no âmbito das análises de risco patrimoniais e no acompanhamento da carteira de Acidentes de Trabalho, e iniciado a realização de Análises de Risco Ambiental.

A **EPS** tem como missão a gestão de redes de cuidados de saúde, prestando atualmente serviços de gestão a seguradoras do mercado que exploram o ramo Doença, tendo em 2011 alcançado um resultado líquido negativo de 25 mil euros.

A **Fidelidade Mundial SGII** tem como atividade principal o arrendamento de imóveis próprios, por ela adquiridos ou construídos, e a prestação de serviços conexos, tendo como objeto acessório a venda desses imóveis.

Em 2011, o volume total de proveitos operacionais foi de 4 milhões de euros, tendo o Resultado Líquido atingido 2,4 milhões de euros.

A **GEP**, responsável pelas Peritagens Automóveis e Patrimoniais e de Averiguações das Seguradoras do Grupo, alcançou, em 2011, um volume de negócios de 20 milhões de euros e um Resultado Liquido de 86 mil euros.

A **LCS** é uma sociedade anónima constituída em março de 2006, tendo como objeto social a conceção, projeto, instalação, financiamento, exploração e transferência para o Estado Português, do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde (Linha Saúde 24). A sua atividade compreende serviços que vão desde a triagem, aconselhamento e encaminhamento, à assistência de Saúde Pública, informação geral de Saúde e aconselhamento terapêutico.

Em 2011, a LCS alcançou um Resultado Líquido de 1,6 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 1,3 milhões de euros face ao ano anterior.

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

O agravamento da crise económica em 2012 conduzirá, conforme previsto por diversas instituições, a uma redução do consumo (público e privado) e do investimento, a qual terá como aspeto positivo uma recuperação do equilíbrio com o exterior, devido ao efeito conjunto da redução das importações e do aumento das exportações, e uma melhoria substancial do saldo primário do Orçamento do Estado, muito por via da eliminação parcial dos subsídios de férias e de Natal.

No entanto, em períodos de dificuldade, surgem oportunidades específicas que não devem ser desaproveitadas, seja em termos de aprofundamento de processos de reorganização interna, de resposta a novas necessidades de proteção, seja, ainda, no que respeita a possibilidades de internacionalização – em especial para mercados de interesse estratégico para o Grupo CGD.

De referir, em particular, a fusão entre a Fidelidade Mundial e a Império Bonança, prevista para o início de 2012, a qual constituirá um avanço significativo no sentido da concretização de ganhos de eficiência adicionais, bem como a aquisição, ainda em 2011, de uma participação maioritária na Universal Seguros, companhia de direito angolano, que permitiu iniciar a atividade neste mercado que se reveste de grande interesse estratégico.

ÁREA HOSPITALAR DA CAIXA SEGUROS E SAÚDE

ASPETOS GERAIS

O ano de 2011 foi caracterizado pelo reforço dos valores da HPP Saúde, nas suas várias vertentes, de compromisso para com os seus clientes e colaboradores e de interação com a sociedade.

Assim, a HPP Saúde deu continuidade à consolidação da marca enquanto ativo estratégico, centrada na inovação ao nível da oferta clínica e dos serviços de apoio, sublinhando com ações concretas o desejo de sedimentação dos seus valores e de uma nova cultura organizacional.

Em termos assistenciais, sublinha-se a abertura da nova pediatria do Hospital dos Lusíadas e a inauguração da nova clínica da marca HPP na cidade de Faro, a Clínica Fórum Algarve, que conta com a excelência do corpo clínico do Hospital de Santa Maria de Faro. Esta unidade passou a disponibilizar uma unidade de atendimento permanente, consultas de especialidade e meios auxiliares de diagnóstico.

Foi também assinado, no mês de junho, um contrato de parceria com a Techniker Krankenkasse, segunda maior seguradora alemã no setor da Saúde, com cerca de 8 milhões de clientes que escolheu a HPP Saúde tendo em conta apertados critérios de qualidade e eficiência na prestação de cuidados de saúde, bem como por se tratar de um grupo hospitalar de âmbito nacional.

O Hospital de Cascais obteve certificação ambiental, tornando-se o primeiro, no país, a obter este selo de qualidade. Este processo introduz medidas de controlo dos consumos e redução do impacto ambiental.

O reflexo do trabalho desenvolvido pode, também, ser medido através dos impactos registados nas demonstrações financeiras e nos indicadores de produção que evidenciam uma variação extremamente positiva face ao período homólogo e ao orçamentado para o período.

Os Rendimentos Operacionais da HPP Saúde cresceram, globalmente, 11% face a 2010, atingindo 187 milhões de euros, sendo de destacar o crescimento do Hospital dos Lusíadas (em cerca de 25% face a 2010).

O EBITDA registou um valor próximo de zero, o que representa uma melhoria muito significativa face aos -14 milhões de euros contabilizados no ano anterior, tendo beneficiado do desempenho operacional das sociedades participadas.

Relativamente ao EBT, em 2011, o valor foi de -15,6 milhões de euros, o que representa uma evolução favorável face aos -40,8 milhões de euros de 2010.

Em termos de resultado líquido corrente, a área hospitalar apresentou um valor negativo de 15 milhões de euros, o que traduz uma melhoria substancial face ao valor de -24 milhões de euros verificado em 2010, confirmando a trajetória de recuperação em curso.

O contributo da área hospitalar da CSS foi, todavia, agravado pela verificação de resultados não recorrentes relativos a imparidades em ativos intangíveis e à anulação de ativos por impostos diferi-

dos, pelo que o contributo da área hospitalar foi negativo em 29 milhões de euros.

Na vertente de produção clínica, verificam-se, igualmente, crescimentos significativos entre o ano de 2011 e 2010, tendo-se registado um incremento de 15% nas consultas, de mais de 11% nos atendimentos urgentes, 12% nas cirurgias, 12% nas diárias de internamento, 13% nos exames de imagiologia e 29% nos partos.

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

A economia portuguesa continuará a ser caracterizada por um quadro recessivo, no contexto de um processo de correção de desequilíbrios macroeconómicos. Este processo, enquadrado no programa de ajustamento económico e financeiro, elaborado no âmbito do pedido de assistência financeira à economia Portuguesa, terá impactos no poder de compra da população, nos níveis de desemprego e, consequentemente, afetará a procura de serviços.

Pese embora o enquadramento conjuntural pouco favorável, a HPP Saúde pretende atingir os objetivos propostos e ultrapassar os desafios futuros que se colocam, nomeadamente:

- Manter o crescimento sustentado e adequar os níveis de rendibilidade, qualidade, organização e eficiência em todas as participadas do Grupo;
- Enfrentar o aumento da concorrência em mercados específicos e onde a marca HPP Saúde tem grande implementação – região do Grande Porto e Algarve, mas também em Lisboa;
- Otimizar sistemas e standardizar, estando previsto continuar a uniformizar procedimentos e processos, práticas clínicas e assistenciais, centralizar processos e criar áreas de serviços partilhados para aumentar a eficiência e potenciar economias de escala.

1.7. Análise Financeira

1.7.1. ATIVIDADE CONSOLIDADA

1.7.1.1. Resultados e Rendibilidade

Os resultados do Grupo Caixa Geral de Depósitos em 2011 foram fortemente penalizados pela difícil envolvente económica e financeira, que conduziu ao registo de valores com caráter extraordinário como custo do exercício, designadamente em rubricas de imparidade de crédito e de títulos. Assim, a imparidade de crédito elevou-se a 825,9 milhões de euros e as imparidades relativas a títulos totalizaram 613,1 milhões. Este último montante destinou-se, sobretudo, a fazer face à desvalorização verificada nas participações detidas pela CGD e à exposição à dívida grega (134,7 milhões de euros), na sua maior parte detida pelas seguradoras do Grupo.

Com efeito, o **resultado bruto de exploração** atingiu 1128,6 milhões de euros, valor semelhante ao observado em 2010, que conjugado com o provisionamento efetuado no exercício no montante de 1673,7 milhões de euros, fixou o **resultado líquido consolidado** num valor negativo de 488,4 milhões de euros, contra um valor positivo de 254,9 milhões de euros em 2010.

(Milhares de euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (CONSOLIDADO)	2010 [a]	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Margem financeira alargada (1)	**1 612 735**	**1 831 990**	**219 255**	**13,6%**
Juros e rendimentos similares	4 388 089	5 368 195	980 106	22,3%
Juros e encargos similares	2 972 831	3 682 929	710 098	23,9%

[a] Valores reexpressos de forma a refletir o impacto do reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com pensões e assistência médica a empregados, no seguimento da alteração da política contablística adotada pela CGD em 31/12/2011.

(Milhares de euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (CONSOLIDADO) (CONT.)	2010 [a]	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Margem financeira	**1 415 258**	**1 685 265**	**270 007**	**19,1%**
Rendimentos de instrumentos de capital	197 477	146 724	-50 752	-25,7%
Margem complementar (2)	**977 666**	**694 752**	**-282 914**	**-28,9%**
Rendimentos de serviços e comissões (líquido)	502 315	504 631	2 316	0,5%
Resultados em operações financeiras	124 388	-24 766	-149 154	-119,9%
Outros resultados de exploração	350 963	214 887	-136 076	-38,8%
Margem técnica da atividade seguradora (3)	**508 998**	**505 020**	**-3 978**	**-0,8%**
Prémios líquidos de resseguros	1 323 352	1 243 666	-79 686	-6,0%
Rendimento invest. afetos contratos de seguros	206 767	143 399	-63 368	-30,6%
Custos com sinistros líquidos de resseguro	931 660	788 719	-142 941	-15,3%
Comissões e outras prov. e custos associados	-89 461	-93 326	-3 865	
Produto de atividade (4)=(1)+(2)+(3)	**3 099 398**	**3 031 762**	**-67 636**	**-2,2%**
Custos operativos (5)	**1 961 156**	**1 903 168**	**-57 987**	**-3,0%**
Custos com pessoal	1 041 110	995 705	-45 405	-4,4%
Fornecimentos e serviços de terceiros	721 197	694 974	-26 223	-3,6%
Depreciações e amortizações	198 849	212 489	13 641	6,9%
Resultado bruto de exploração (6)=(4)-(5)	**1 138 242**	**1 128 593**	**-9 649**	**-0,8%**
Provisões e imparidade (7)	**774 892**	**1 673 718**	**898 825**	**116,0%**
Provisões e imparidade de crédito líq. anulações e reversões	420 232	972 579	552 347	131,4%
Imparidade de outros ativos, líquida	354 660	701 139	346 479	97,7%
Resultados em empresas associadas (8)	**7 100**	**9 485**	**2 385**	**33,6%**
Result. antes de impostos e de int. minorit. (9)=(6)-(7)+(8)	**370 450**	**-535 639**	**-906 089**	
Impostos (10)	**66 772**	**-106 435**	**-173 207**	
Correntes	129 220	69 018	-60 202	-46,6%
Diferidos, líquido	-62 448	-204 852	-142 404	
Contribuição extraordinária sobre o setor bancário	0	29 398	29 398	
Resultado líquido consolidado do exercício (11)=(9)-(10)	**303 678**	**-429 204**	**-732 882**	
Atribuível a interesses minoritários	48 806	59 221	10 415	21,3%
Atribuível ao acionista da CGD	**254 873**	**-488 425**	**-743 298**	

[a] Valores reexpressos de forma a refletir o impacto do reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com pensões e assistência médica a empregados, no seguimento da alteração da política contablística adotada pela CGD em 31/12/2011.

Para o resultado bruto de exploração contribuiram a atividade da banca comercial nacional, com 585,7 milhões de euros, a área internacional, com 256,5 milhões, e a atividade dos seguros e saúde, com 251,8 milhões.

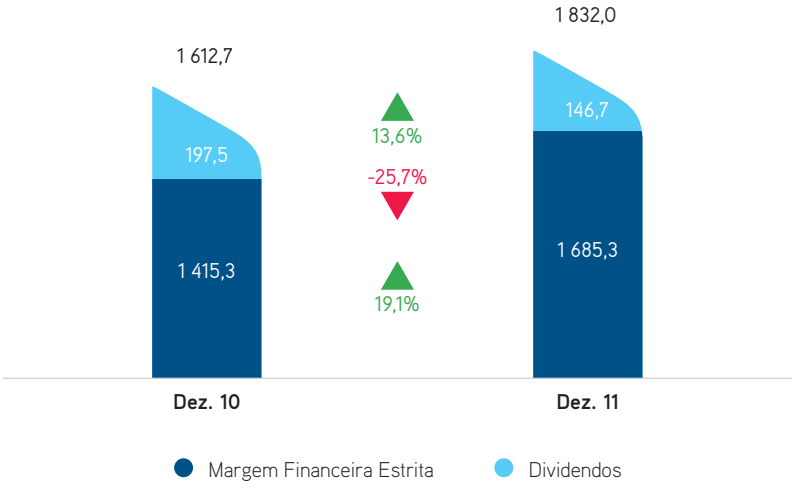
(Milhões de euros)

RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO CGD	2010	2011
Banca comercial nacional	665,0	585,7
Atividade internacional	248,5	256,5
Atividade dos seguros e saúde	171,0	251,8
Banca de investimento	53,7	34,6
Resultado bruto de exploração	**1 138,2**	**1 128,6**

A margem financeira alargada atingiu 1832 milhões de euros, o que representou um aumento de 219,3 milhões (+13,6%) comparativamente a 2010, com origem exclusivamente na margem financeira estrita (+270 milhões, +19,1%), já que o montante de rendimentos de instrumentos de capital apresentou uma diminuição.

MARGEM FINANCEIRA ALARGADA

(Milhões de euros)



Os rendimentos de instrumentos de capital somaram 146,7 milhões de euros, refletindo o decréscimo verificado de 50,8 milhões (-25,7%) a alienação em 2010 de parte significativa da participação detida pela CGD na EDP.

(Milhões de euros)

RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	2010	2011
Portugal Telecom, SGPS, SA	98,3	85,3
ZON Multimédia, SGPS, SA	6,0	5,3
AdP – Águas de Portugal, SA	4,7	5,1
EDP – Energias de Portugal, SA	37,4	4,2
Brisa – Autoestradas de Portugal, SA	2,8	2,8
GALP Energia, SGPS, SA	3,1	2,0
BCP – Valores Mobiliários Perpétuos	2,9	1,5
REN – Redes Energéticas Nacionais, SA	1,3	1,0
Banco Espírito Santo, SA	2,3	0,6
UNICRE – Cartão Internacional de Crédito	2,0	-
Rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento	25,8	32,7
Outros	10,9	6,2
Total	**197,5**	**146,7**

Os proveitos com **comissões líquidas** totalizaram 504,6 milhões de euros, valor semelhante ao observado em 2010 (502,3 milhões), destacando-se o reforço do contributo da atividade internacional (+16,5%), que compensou na sua quase totalidade o decréscimo verificado nos proveitos da atividade bancária doméstica.

(Milhões de euros)

COMISSÕES LÍQUIDAS	2010	2011	Variação Absoluta	Variação %
CGD Portugal	318,3	307,5	-10,7	-3,4%
Atividade internacional	99,8	116,3	16,5	16,5%
Banca de investimento	55,9	49,8	-6,1	-10,9%
Gestão de ativos	31,4	31,6	0,2	0,6%
Outros	-3,0	-0,6	2,4	-80,2%
Total	**502,3**	**504,6**	**2,3**	**0,5%**

Por tipo de comissões, refiram-se as provenientes de meios de pagamentos (130,7 milhões de euros, +4,1%) e de operações de crédito (142,4 milhões, +25,2%).

Os **resultados em operações financeiras** em 2011 foram negativos em 24,8 milhões de euros apesar de uma promoção ativa da realização de mais-valias através da venda selecionada de ativos e da recompra de emissões próprias. Este valor reflete o impacto adverso que a crise da dívida soberana teve na carteira de ativos detidos, em consequência do alargamento do prémio de risco e da inversão do ciclo de taxas de juro.

Os **outros resultados de exploração** atingiram 214,9 milhões de euros, contra 351 milhões em 2010, este último influenciado pela mais-valia registada na alienação pela Caixa do imóvel da sua Sede Social ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos ocorrida em setembro de 2010.

O contributo da **margem técnica da atividade de seguros** para o produto da atividade do Grupo foi de 505 milhões de euros, valor ligeiramente inferior ao observado no ano precedente (-4 milhões, -0,8%).

Assim, os **prémios adquiridos líquidos de resseguro**, no montante de 1243,7 milhões de euros, e os **rendimentos de investimentos afetos aos contratos de seguros**, no montante de 143,4 milhões, significaram reduções de, respetivamente, 79,7 milhões (-6%) e 63,4 milhões (-30,6%) face a 2010, evolução não compensada pela quebra registada nos **custos com sinistros líquidos de resseguro** (-142,9 milhões, -15,3%), os quais atingiram 788,7 milhões de euros.

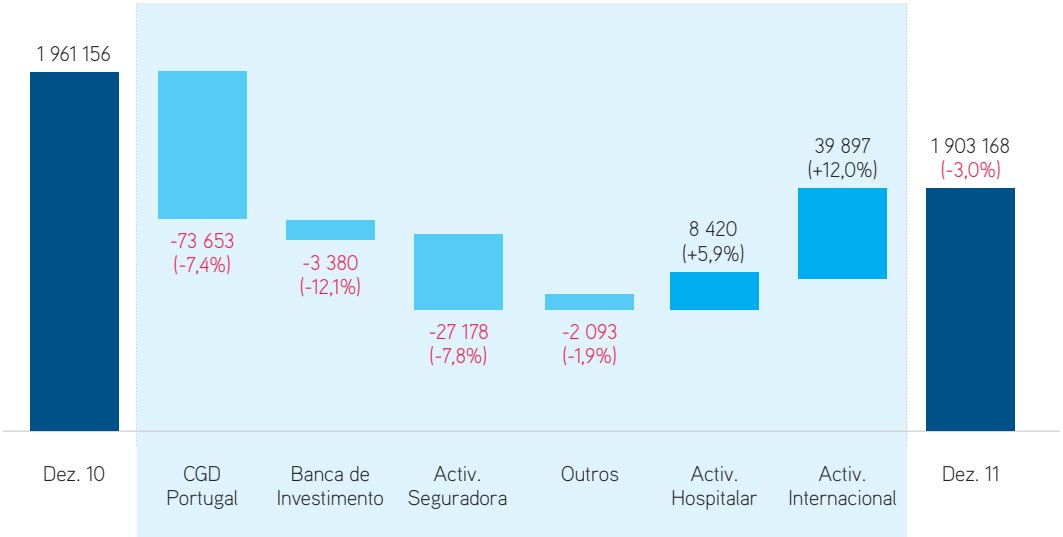
Como resultado da evolução descrita, o **produto da atividade bancária e seguradora** somou 3031,8 milhões de euros, ficando 67,6 milhões (-2,2%) abaixo do valor verificado no ano anterior.

Prosseguindo a política de contenção de **custos operativos**, este agregado atingiu 1903,2 milhões de euros, o que representou uma redução de 58 milhões de euros (-3%) comparativamente ao ano anterior, assente quer nos custos com pessoal, quer nos fornecimentos e serviços de terceiros, que diminuíram, respetivamente, 45,4 milhões (-4,4%) e 26,2 milhões (-3,6%).

Por áreas de atividade, o contributo da CGD Portugal para os custos operativos no total consolidado registou uma redução de 73,7 milhões de euros (-7,4%) face a dezembro de 2010, enquanto que, na atividade internacional, assistiu-se a um aumento de 12%, traduzindo a expansão verificada nessas áreas. Na atividade seguradora, o contributo dos custos operativos apresentou uma redução de 7,8%.

De referir que para a redução de 52,8 milhões (-9,3%) nos custos com pessoal da CGD Portugal para 512,1 milhões contribuiu, também, o decréscimo do número médio de colaboradores na atividade doméstica (260 em 2011 relativamente a 2010). Destaca-se, ainda, na CGD o decréscimo verificado nos custos com fornecimentos e serviços de terceiros, -31,1 milhões (-9,5%).

CUSTOS OPERATIVOS – EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE NEGÓCIO (CONTRIBUTO) (Variação Anual, em milhares de euros)



Nos fornecimentos e serviços de terceiros os principais custos e respetivas variações foram os seguintes:

(Milhões de euros)

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS	2010	2011	Variação
Total	**721,2**	**695,0**	**-3,6%**
Do qual:			
Água, energia e combustíveis	24,8	28,1	13,0%
Rendas e alugueres	81,3	94,4	16,1%
Comunicações	54,0	52,0	-3,6%
Publicidade e edição de publicações	48,0	44,7	-6,9%
Conservação e reparação de material	51,5	46,3	-10,1%
Informática	110,7	97,0	-12,4%
Estudos e consultoria	23,2	23,4	0,9%

A significativa redução dos custos operativos proporcionou uma melhoria dos rácios de eficiência, com destaque para o ***cost-to-income***, que baixou de 63,3% no final de 2010 para 62,6% em dezembro de 2011 no Grupo CGD (menos 0,7 pontos percentuais). Na atividade individual, o rácio diminuiu 2,8 pontos percentuais para 55,7%.

RÁCIOS DE EFICIÊNCIA	2010	2011
Cost-to-income (ativ. consolidada) [1]	63,3%	62,6%
Cost-to-income (ativ. individual) [1]	58,5%	55,7%
Cost-to-income (ativ. bancária) [1]	60,2%	60,7%
Custos pessoal / Produto atividade [1]	33,7%	32,7%
Fornec. e serviços de terceiros / Produto de atividade	23,2%	22,9%
Custos operativos / Ativo líquido médio	1,57%	1,54%

[1] Calculado de acordo com a Instrução nº 23/2011 do Banco de Portugal.

A **imparidade do crédito, líquida de anulações e reversões**, ascendeu a 825,9 milhões de euros no ano de 2011.

(Milhões de euros)

PROVISÕES E IMPARIDADE DO EXERCÍCIO	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
PROVISÕES				
Dotação para provisões	126,3	191,7	65,5	51,8%
Reposição e anulação de provisões	75,1	45,1	-30,1	-40,0%
Provisões (líquidas)	**51,1**	**146,7**	**95,5**	**186,8%**
IMPARIDADE				
(a) De crédito (1) - (2) - (3)	**369,1**	**825,9**	**456,8**	**123,8%**
Perdas de imparidade (1)	**1 674,7**	**2 115,8**	**441,1**	**26,3%**
Crédito a clientes	617,0	883,0	266,1	43,1%
Crédito e juros vencidos – crédito a clientes	1057,7	1232,8	175,1	16,6%
Reversões por perda de imparidade (2)	**1 270,6**	**1 253,4**	**-17,2**	**-1,4%**
Crédito a clientes	520,4	706,5	186,2	35,8%
Crédito e juros vencidos – crédito a clientes	750,2	546,9	-203,3	-27,1%
Recuperação de crédito (3)	**35,0**	**36,5**	**1,5**	**4,3%**
De créditos incobráveis	32,1	33,2	1,2	3,6%
De juros e despesas de crédito vencido	2,9	3,2	0,3	11,4%
(b) De outros ativos (1) - (2)	**354,7**	**701,1**	**346,5**	**97,7%**
Perdas de imparidade (1)	**493,3**	**791,8**	**298,5**	**60,5%**

(Milhões de euros)

PROVISÕES E IMPARIDADE DO EXERCÍCIO (CONT.)	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Aplicações em instituições de crédito	73,0	41,0	-32,0	-43,8%
Devedores e outras aplicações	2,4	2,0	-0,4	-16,7%
Títulos	344,4	613,2	268,8	78,1%
Investimentos em filiais excluídas consolid.	0	0,3	0,3	
Ativos não financeiros e outros	73,5	135,3	61,8	84,0%
Reversões por perda de imparidade (2)	**138,6**	**90,6**	**-48,0**	**-34,6%**
Aplicações em instituições de crédito	81,2	39,6	-41,6	-51,3%
Devedores e outras aplicações	2,1	1,4	-0,7	-31,7%
Títulos	5,2	0,1	-5,1	-97,7%
Ativos não financeiros e outros	50,1	49,5	-0,6	-1,2%
Imparidade líquida (a) + (b)	**723,8**	**1 527,1**	**803,3**	**111,0%**
PROVISÕES E IMPARIDADE DO EXERCÍCIO	**774,9**	**1 673,7**	**898,8**	**116,0%**

A **imparidade de outros ativos líquida** atingiu no ano 701,1 milhões de euros, dos quais 613,1 milhões relativos a títulos, destinados, designadamente, a fazer face à desvalorização verificada nas participações detidas pela CGD na PT, BCP, ZON e Brisa, bem como nos títulos das carteiras das seguradoras do Grupo, com destaque para a exposição à dívida grega.

Os impostos correntes acrescidos da **contribuição extraordinária sobre o setor bancário** no montante de 29,4 milhões de euros totalizaram 98,4 milhões de euros. Os impostos diferidos apurados foram, por seu turno, de -204,9 milhões de euros.

Face ao resultado negativo verificado em 2011, a rendibilidade bruta dos capitais próprios (**ROE**) situou-se em -8% (-6,4% após impostos) e a rendibilidade bruta do ativo (**ROA**) em -0,43% (-0,35% após impostos).

RÁCIOS DE RENDIBILIDADE	2010	2011
Rendibilidade bruta dos capitais próprios – **ROE** [1] [2]	5,0%	-8,0%
Rendibilidade líquida dos capitais próprios – **ROE** [2]	4,1%	-6,4%
Rendibilidade bruta do ativo – **ROA** [1] [2]	0,29%	-0,43%
Rendibilidade líquida do ativo – **ROA** [2]	0,24%	-0,35%
Produto de atividade [3] / Ativo líquido médio [1] [2]	2,48%	2,46%

[1] Calculado de acordo com a Instrução nº 23/2011 do Banco de Portugal.
[2] Considerando os valores de Capitais Próprios e de Ativo Líquido médios (13 observações).
[3] Inclui Resultados em Empresas Associadas.

1.7.1.2. Evolução do Balanço

O **ativo líquido consolidado** do Grupo CGD totalizou 120,6 mil milhões de euros no final de dezembro de 2011, o que representou uma redução de 5,2 mil milhões (-4,1%) face ao valor registado no final do ano anterior, traduzindo o efeito da estratégia de desalavancagem do Balanço em curso.

Assim, assistiu-se nas carteiras de **títulos** (incluindo ativos com acordo de recompra) e de **crédito a clientes** a reduções de 5,4 mil milhões de euros (-17,6%) e de 3,7 mil milhões (-4,5%), respetivamente, em parte compensadas pelas **disponibilidades e aplicações em instituições de crédito** que aumentaram 2,5 mil milhões de euros (+40,4% face a dezembro de 2010) para 8,6 mil milhões.

(Milhões de euros)

BALANÇO CONSOLIDADO DO GRUPO CGD

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 469	2 704	1 236	84,1%
Aplicações em instituições de crédito	4 689	5 942	1 253	26,7%
Crédito a clientes	81 907	78 248	-3 660	-4,5%
Aplicações em títulos	29 131	24 398	-4 733	-16,2%
Operações com acordo de recompra	1 417	778	-639	-45,1%
Investimentos em filiais e associadas	28	36	7	26,3%
Propriedades de investimento	396	459	63	15,8%
Ativos intangíveis e tangíveis	1 569	1 556	-13	-0,9%
Ativos por impostos correntes e diferidos	1 221	2 017	795	65,1%
Provisões técnicas de resseguro cedido	265	226	-38	-14,5%
Outros ativos	3 664	4 202	538	14,7%
Total	**125 757**	**120 565**	**-5 192**	**-4,1%**
Passivo				
Recursos de bancos centrais e instituições de crédito	14 604	15 861	1 257	8,6%
Recursos de clientes	67 680	70 587	2 907	4,3%
Passivos financeiros	1 712	1 918	206	12,1%
Responsabilidades representadas por títulos	19 307	14 923	-4 383	-22,7%
Provisões	803	887	84	10,5%
Provisões técnicas de contratos de seguros	5 743	4 608	-1 135	-19,8%
Passivos subordinados	2 800	2 075	-725	-25,9%
Outros passivos	5 373	4 367	-1 006	-18,7%
Total	**118 022**	**115 228**	**-2 794**	**-2,4%**
Capitais Próprios	**7 735**	**5 337**	**-2 398**	**-31,0%**
Total	**125 757**	**120 565**	**-5 192**	**-4,1%**

No tocante ao **passivo**, salienta-se o decréscimo de 4,4 mil milhões (-22,7%) observado nas **responsabilidades representadas por títulos** e o aumento em 2,9 mil milhões (+4,3%) nos **recursos de clientes**. Por sua vez, os **recursos obtidos em instituições de crédito** cresceram 1,3 mil milhões (+8,6%), elevando-se a 15,9 mil milhões.

Para o ativo líquido do grupo, contribuíram, sobretudo, a atividade individual da CGD, com 74,4% do total (72,6% em 2010), a Caixa Seguros e Saúde com 8,9%, o Banco Caixa Geral em Espanha com 4,6%, a Caixa Leasing e Factoring com 2,5% e o BNU (Macau) com 2,3%.

(Milhões de euros)

ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO GRUPO CGD

SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO	2010 Valor	2010 Estrutura	2011 Valor	2011 Estrutura
GRUPO CGD				
Caixa Geral de Depósitos [a]	91 288	72,6%	89 698	74,4%
Caixa Seguros e Saúde	13 323	10,6%	10 676	8,9%
Banco Caixa Geral (Espanha)	6 352	5,1%	5 488	4,6%
Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	2 467	2,0%	2 730	2,3%
Caixa-Banco de Investimento	1 856	1,5%	1 980	1,6%
Caixa Leasing e Factoring	3 659	2,9%	3 066	2,5%
Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique)	991	0,8%	1 367	1,1%
Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde)	594	0,5%	604	0,5%

[a] Actividade individual.

(Milhões de euros)

BALANÇO CONSOLIDADO DO GRUPO CGD SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO (CONT.)	2010		2011	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	579	0,5%	590	0,5%
Partang (Banco Totta Angola)	934	0,7%	1 084	0,9%
Outras empresas [b]	3 713	3,0%	3 282	2,7%
Ativo Líquido Consolidado	**125 757**	**100,0%**	**120 565**	**100,0%**

[b] Inclui as unidades registadas pelo método de equivalência patrimonial.

DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES E RECURSOS EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

As **disponibilidades e aplicações em instituições de crédito** somaram 8,6 mil milhões de euros no final de dezembro de 2011, enquanto os recursos obtidos junto das mesmas entidades foram de 15,9 mil milhões, dos quais 9 mil milhões relativos a financiamentos obtidos pela CGD junto do Banco Central Europeu, que se compara com 6,55 mil milhões um ano antes, sendo esta evolução justificada pela deterioração das condições de financiamento sentidas ao longo do exercício.

O total de **ativos elegíveis** para as operações de financiamento junto do BCE era, no final de dezembro, de 14,4 mil milhões de euros na CGD.

CRÉDITO A CLIENTES

O **crédito a clientes**, em termos brutos, atingiu 81,6 mil milhões de euros no final de dezembro, apresentando uma quebra de 2,9 mil milhões (-3,4%) relativamente ao ano anterior, reflexo do processo de desalavancagem em curso. Deste modo, o crédito concedido ao segmentos de Empresas e Institucionais de Particulares diminuiram 7,5% e 1,5%, respetivamente. Contudo, o crédito a Empresas na atividade em Portugal manteve-se próximo do valor registado no ano anterior, reduzindo-se apenas 0,6% face ao final de 2010.

(Milhões de euros)

CRÉDITO A CLIENTES [a] POR SEGMENTOS DE CLIENTES SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO			Variação		Estrutura	
	2010	2011	Absoluta	Relativa	2010	2011
Empresas e Institucionais	40 094	37 092	-3 002	-7,5%	47,4%	45,4%
Do qual: Empresas (CGD Portugal)	24 659	24 520	-139	-0,6%	29,2%	30,0%
Setor Público Administrativo	3 663	4 390	727	19,9%	4,3%	5,4%
Particulares	40 760	40 149	-612	-1,5%	48,2%	49,2%
Total	**84 517**	**81 631**	**-2 886**	**-3,4%**	**100,0%**	**100,0%**

[a] Atividade consolidada e antes de imparidade.

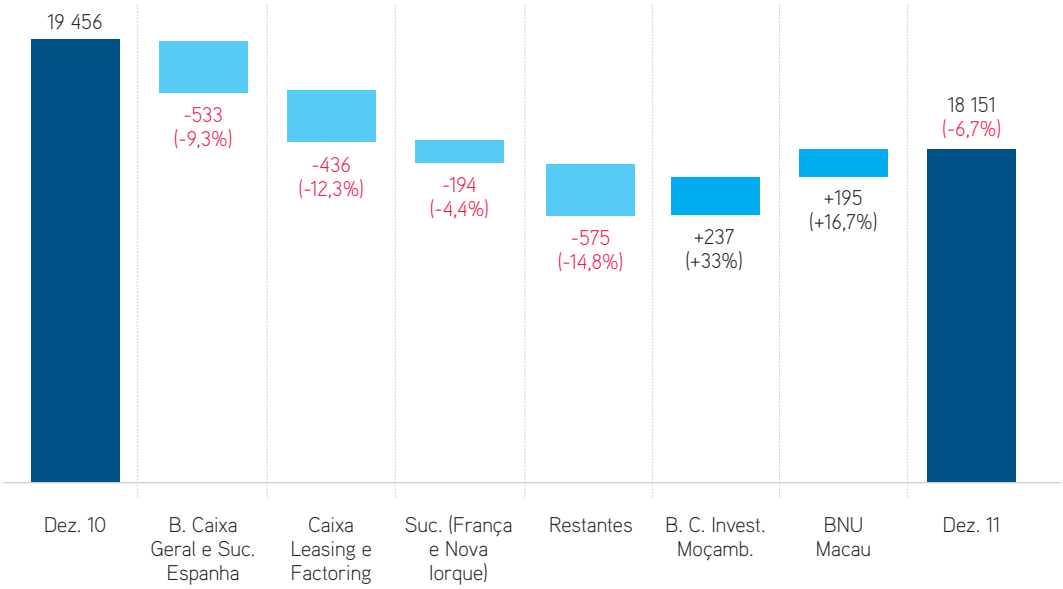
O crédito ao segmento de Particulares, destinado na sua maior parte à aquisição de Habitação, continuou assim a manter um peso preponderante no crédito total, absorvendo 49,2% do saldo total concedido, contra 48,2% um ano antes. O crédito às Empresas e Institucionais representou, por seu turno, 45,4% do total.

O saldo do crédito ao Setor Público Administrativo aumentou 19,9% para 4,4 mil milhões de euros.

De mencionar que cerca de 78% do crédito a clientes respeita à atividade da CGD em Portugal. O saldo do crédito concedido pelas restantes unidades do Grupo diminuiu 1,3 mil milhões de euros (-6,7%) para 18,2 mil milhões no final de 2011, com ênfase para as reduções verificadas nas unidades do Grupo em Espanha e na Caixa Leasing e Factoring, de -533 milhões de euros (-9,3%) e de -436 milhões (-12,3%), respetivamente, e os aumentos registados no Banco Comercial e de Investimentos em Moçambique e BNU Macau, de +237 milhões de euros (+33%) e +195 milhões (+16,7%), respetivamente.

CRÉDITO A CLIENTES – OUTRAS UNIDADES DO GRUPO
Variação Dez. 11 / Dez. 10

(Milhões de euros)



Em termos globais, a quota de mercado do crédito a clientes mostrou uma ligeira redução de 21,0% para 20,9% no final de 2011, tendo-se mantido a quota do crédito às Empresas de 16,4% e verificado uma descida nos restantes segmentos.

CRÉDITO A CLIENTES – QUOTAS DE MERCADO [a]

POR SEGMENTOS DE CLIENTES	2010	2011
Empresas	16,4%	16,4%
Setor Público Administrativo	36,7%	35,1%
Particulares	23,6%	23,4%
Habitação	26,8%	26,6%
Outras finalidades	9,2%	8,9%
Total	**21,0%**	**20,9%**

[a] Atividade em Portugal e incluindo os créditos titularizados.

A repartição do crédito às Empresas e Institucionais por setores de atividade mostra decréscimos, sobretudo, nos setores de serviços (-2,6 mil milhões de euros, -9,6%) e de eletricidade, gás e água (-251 milhões, -12,8%).

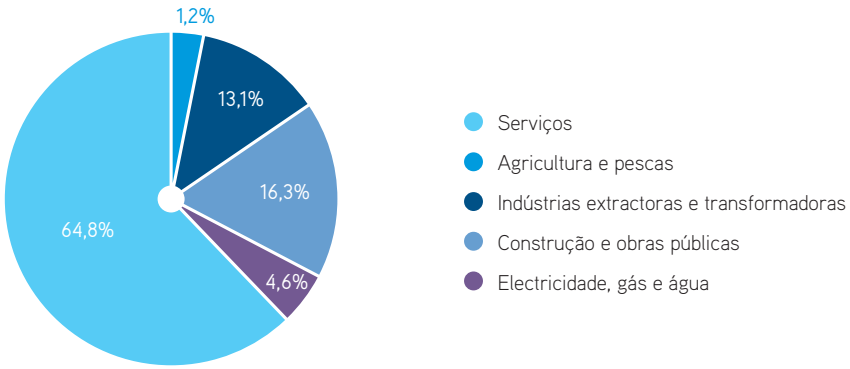
CRÉDITO A EMPRESAS E INSTITUCIONAIS [a] POR SETORES DE ATIVIDADE

(Milhões de euros)

SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Agricultura e pescas	514	438	-76	-14,8%
Indústrias extract. e transformadoras	4 883	4 844	-39	-0,8%
Construção e obras públicas	6 150	6 064	-85	-1,4%
Eletricidade, gás e água	1 962	1 712	-251	-12,8%
Serviços	26 585	24 035	-2 550	-9,6%
Total	**40 094**	**37 092**	**-3 002**	**-7,5%**

[a] Atividade consolidada.

CRÉDITO A EMPRESAS E INSTITUCIONAIS – DEZEMBRO 2011



O saldo do crédito ao setor dos serviços destinou-se, sobretudo, aos subsetores "atividades financeiras", com 7,8 mil milhões de euros, "atividades imobiliárias", com 4 mil milhões, "comércio por grosso e a retalho", com 3,4 mil milhões.

No crédito a Particulares, o saldo cifrou-se em 40,1 mil milhões de euros no final do ano, com uma diminuição de 0,6 mil milhões (-1,5%), com origem quer na Habitação (-1,4%), quer nas "Outras Finalidades" (-2,6%).

(Milhões de euros)

CRÉDITO A PARTICULARES [a]			Variação	
SALDOS DEVEDORES	2010	2011	Absoluta	Relativa
Habitação	**38 144**	**37 602**	**-542**	**-1,4%**
Outros fins	**2 616**	**2 547**	**-69**	**-2,6%**
Do qual:				
Credicaixa (consumo) [b]	1 151	1 038	-113	-9,8%
Cartões de crédito [b]	342	346	4	1,2%
Total	**40 760**	**40 149**	**-612**	**-1,5%**
NOVAS OPERAÇÕES				
Habitação				
Número de contratos	31 151	14 209	-16 942	-54,4%
Montante	2 747	1 189	-1 558	-56,7%

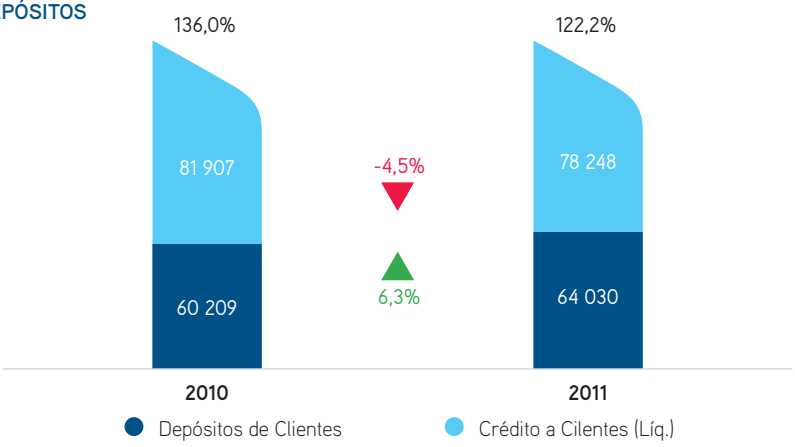
[a] Atividade consolidada.
[b] Atividade em Portugal.

Relativamente ao crédito à habitação no território nacional, o montante de operações contratadas em 2011 alcançou 1,2 mil milhões de euros, valor significativamente inferior ao verificado no ano precedente (-56,7%), situando a quota de mercado em termos de produção no ano em 23,6%.

O **rácio de transformação** medido pelo crédito líquido relativamente aos recursos de clientes situou-se em 110,8%, enquanto que relativamente aos depósitos de clientes fixou-se em 122,2%, que compara aos rácios de 121,0% e 136,0%, respetivamente, registados no final de 2010.

RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO CRÉDITO / DEPÓSITOS

(Milhões de euros)



QUALIDADE DO CRÉDITO

O saldo do crédito vencido foi de 3,2 mil milhões de euros, tendo aumentado 30,0% relativamente a 2010. Esta evolução resultou da deterioração que se tem vindo a assistir na situação económica e financeira refletindo-se nos indicadores de qualidade de crédito, com o **rácio de crédito vencido total** a fixar-se em 3,9% no final de 2011, acima dos 2,9% verificados em dezembro de 2010, e o **rácio de crédito vencido com mais de 90 dias** em 3,6%, contra 2,6% no final de 2010.

Os rácios de **crédito em risco** e de **crédito com incumprimento**, calculados de acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal, foram de 6,9% e 4,2%, respetivamente. O crédito em risco, para além do crédito vencido por um período igual ou superior a 90 dias e do crédito vincendo associado, considera, ainda, o valor total em dívida do crédito reestruturado[1] e outras operações de crédito sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, nomeadamente a falência ou liquidação do devedor.

O montante da imparidade acumulada relativa ao crédito a clientes (normal e vencido) atingiu aproximadamente os 3,4 mil milhões de euros no final de 2011, cifrando-se o grau de cobertura de crédito vencido com mais de 90 dias em 116,5%, contra os 117,4% um ano antes.

(Milhões de euros)

QUALIDADE DO CRÉDITO (CONSOLIDADO)

SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Crédito total	**84 517**	**81 631**	-2 886	**-3,4%**
Crédito sobre clientes (vincendo)	82 039	78 409	-3 631	-4,4%
Crédito e juros vencidos	2 478	3 222	744	30,0%
Do qual: vencido há mais de 90 dias	2 223	2 905	682	30,7%
Imparidade do crédito	**2 610**	**3 383**	**773**	**29,6%**
Imparidade acumulada – crédito a clientes	1 250	1 456	205	16,4%
Imparidade acumulada – crédito e juros vencidos	1 359	1 927	568	41,8%
Crédito líquido de imparidade	**81 907**	**78 248**	**-3 660**	**-4,5%**
Rácios				
Rácio de crédito com incumprimento (a)	3,1%	4,3%		
Crédito com incumprimento líquido / Crédito total líquido (a)	0,0%	0,2%		
Rácio de crédito em risco (a)	4,2%	6,9%		
Rácio de crédito em risco líquido / Crédito total líquido (a)	1,2%	2,9%		
Crédito vencido / Crédito total	2,9%	3,9%		

[a] Indicadores calculados de acordo com a instrução nº 23/2011, do Banco de Portugal.

[1] Operações que, tendo apresentado atraso por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sofrido alterações nas respetivas condições contratuais sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas ou liquidados pelo devedor os juros e outros encargos vencidos.

(Milhões de euros)

QUALIDADE DO CRÉDITO (CONSOLIDADO) SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO (CONT.)	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	2,6%	3,6%		
Imparidade acumulada / Crédito com incumprimento	117,3%	95,7%		
Imparidade acumulada / Crédito vencido	105,3%	105,0%		
Imparidade acumulada / Crédito vencido há mais de 90 dias	117,4%	116,5%		
Imparidade do créd.(DR) / Crédito total (médio)	0,45%	0,97%		

A **imparidade do crédito, líquida de anulações e reversões**, registada em 2011, representou 0,97% da carteira média de crédito, valor acima do observado no final de 2010 em 0,45 p.p.

O montante da **imparidade acumulada** relativa ao crédito a clientes (normal e vencido) ascendeu a 3383 milhões de euros no final de dezembro (+773 milhões, +29,6% do que no final de 2010), resultando num grau de cobertura de crédito vencido, com mais de 90 dias, de 116,5%.

CARTEIRA DE TÍTULOS

No ano de 2011, o saldo das **aplicações em títulos** registou uma diminuição de 5,4 mil milhões de euros (-17,6%) relativamente a dezembro de 2010, com origem quer na carteira das entidades bancárias do Grupo (-14,3%), quer na carteira da atividade de investimento das seguradoras do Grupo (-23%).

Esta variação resultou, em grande parte, de uma estratégia deliberada de desalavancagem do ativo concretizada numa política de vendas e de não reposição de posições maturadas com o objetivo de aumentar a liquidez e contribuir para um menor consumo de capital.

Paralelamente, o valor da carteira sofreu, também, uma desvalorização em linha com a evolução dos mercados de capitais, em particular com a forte tendência negativa dos mercados de dívida.

(Milhões de euros)

APLICAÇÃO EM TÍTULOS (CONSOLIDADO) [a] [b] SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Atividade bancária	**18 925**	**16 226**	**-2 699**	**-14,3%**
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4 970	4 044	-925	-18,6%
Ativos financeiros disponíveis para venda	13 955	12 182	-1 773	-12,7%
Atividade seguradora	**11 623**	**8 949**	**-2 673**	**-23,0%**
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	97	87	-9	-9,7%
Ativos financeiros disponíveis para venda	10 793	5 440	-5 354	-49,6%
Investimentos associados a produtos *unit-linked*	733	585	-148	-20,2%
Investimentos a deter até à maturidade	0	2 837	2 837	
Total	**30 547**	**25 176**	**-5 372**	**-17,6%**

[a] Após imparidade.
[b] Inclui ativos com acordo de recompra.

A redução da carteira foi generalizada a todos os tipos de ativos com exceção da dívida pública portuguesa que viu o seu montante subir, primordialmente, na vertente de bilhetes de tesouro.

FUNDING E GESTÃO DE LIQUIDEZ

O ano de 2011 pautou-se pela intensificação da crise da dívida soberana na Europa, com destaque para o caso grego, e pela deterioração da confiança junto dos agentes financeiros, apesar dos esforços para encontrar uma solução a nível da UE. Esta conjuntura determinou vários cortes na notação atribuída pelas agências de *rating* ao Estado Português, bancos e empresas não financeiras, o que agravou substancialmente o sentimento de aversão ao risco e, consequentemente, os custos de financiamento das instituições portuguesas, tornando inviável a captação de fundos em mercado de capitais por parte da banca nacional.

Neste contexto, a CGD seguiu uma estratégia de desalavancagem do ativo e de promoção da captação de depósitos junto dos seus clientes, conseguindo, assim, uma diminuição das suas necessidades de financiamento no mercado grossista. Estas foram supridas com recurso ao BCE, complementado por operações de mercado monetário, com destaque para algumas operações de financiamento colateralizado, cujo saldo vivo se aproximava dos 2000 milhões de euros no final do ano.

No âmbito do programa EMTN, a CGD realizou várias ofertas de recompra de emissões seniores, envolvendo cerca de 408 milhões de euros. Estas transações proporcionaram a realização de mais-valias e, paralelamente, asseguraram aos investidores a venda das obrigações detidas num mercado de reduzida liquidez.

Em setembro, a CGD lançou uma oferta de troca que envolveu emissões de ações preferenciais no montante total de 600 milhões de euros e de obrigações subordinadas *Upper Tier II*, com um montante vivo de cerca de 151 milhões de euros. Nesta oferta, destinada apenas a institucionais, a CGD disponibilizou aos investidores a possibilidade de trocarem as posições que detinham nestas obrigações perpétuas por uma nova emissão sénior ao abrigo do EMTN, potencialmente mais líquida, com um prazo de 4 anos e um cupão anual de 8%. O preço oferecido tinha, ainda, um prémio implícito, relativamente aos preços no mercado secundário. Esta transação registou uma taxa de sucesso acima dos 70%.

Este exercício de reestruturação de passivos permitiu à CGD reforçar o seu rácio de *Core Tier I* através das mais-valias obtidas.

Relativamente ao programa de *Euro Commercial Paper*, a procura por parte dos investidores foi-se extinguindo ao longo do ano, com a realização ocasional de apenas algumas emissões.

Ao longo do ano, manteve-se uma gestão ativa da *pool* de ativos elegíveis como colateral junto do BCE, no sentido de manter uma margem confortável de ativos disponíveis. O valor da *pool* subiu de 13706 milhões de euros em dezembro de 2010 para 15 740 milhões de euros no final de 2011, tendo sido mais do que compensados os efeitos de desvalorização de preço, aumento dos *haircuts* e mesmo perda de elegibilidade de alguns ativos decorrentes das descidas de notação. O reforço da *pool* foi conseguido através da emissão de obrigações hipotecárias e de dívida garantida pelo Estado.

Neste âmbito, a CGD recorreu, por duas vezes ao longo do ano, ao aval do Estado, tendo emitido dois empréstimos obrigacionistas garantidos pela República Portuguesa no total de 4600 milhões de euros. As emissões, uma em julho e outra em dezembro, têm uma maturidade de 3 anos e uma taxa variável indexada, no primeiro caso, à taxa Euribor a 3 meses com um *spread* de 4,95% e, no segundo, à Euribor a 6 meses com um *spread* de 5%.

O saldo dos **recursos totais captados** pelo Grupo (excluindo o mercado monetário interbancário) diminuiu face ao final de 2010 (-3,1%), totalizando 100,3 mil milhões de euros. Contudo, não considerando o *funding* obtido junto dos investidores institucionais, o saldo total de recursos de clientes evidenciou um aumento de 1,8 mil milhões de euros (+2,1%).

(Milhões de euros)

CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELO GRUPO			Variação	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	2010	2011	Absoluta	Relativa
No balanço	**93 520**	**90 209**	**-3 311**	**-3,5%**
Retalho	**74 195**	**75 858**	**1 663**	**2,2%**
Depósitos de clientes	60 209	64 030	3 821	6,3%
Seguros de capitalização [a]	10 843	8 893	-1 950	-18,0%
Outros recursos de clientes	3 142	2 935	-207	-6,6%
Investidores institucionais	**19 325**	**14 351**	**-4 974**	**-25,7%**
EMTN	8 786	7 128	-1 658	-18,9%
ECP e USCP	676	0	-676	-100,0%
Nostrum Mortgages e *Nostrum Consumer*	475	403	-72	-15,1%
Obrigações hipotecárias	7 125	5 806	-1 319	-18,5%

[a] Inclui seguros de taxa fixa e produtos *unit-linked*.

(Milhões de euros)

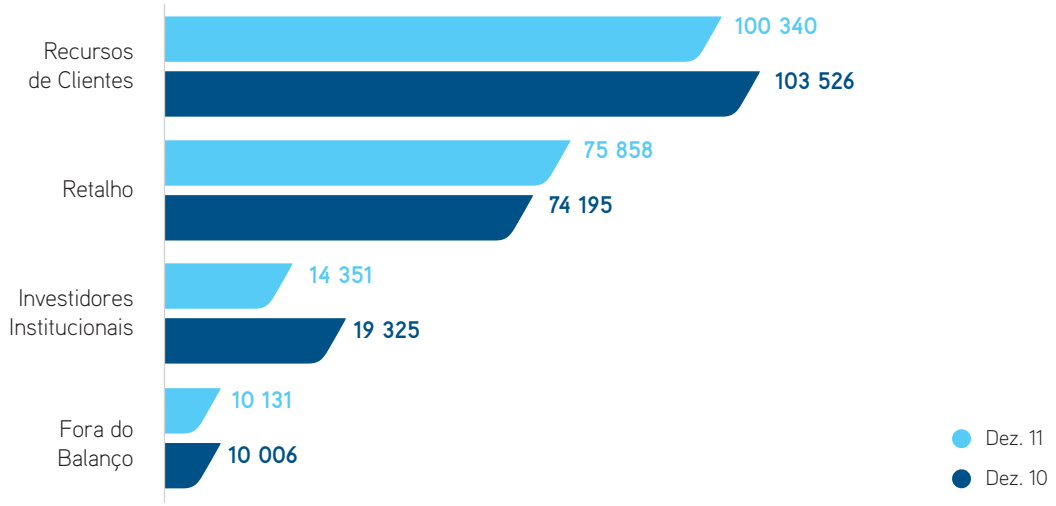
CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELO GRUPO SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO (CONT.)	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Obrigações com garantia da Rep. Portuguesa	1 250	0	-1 250	-100,0%
Obrigações sobre o setor público	1 013	1 014	1	0,1%
Fora de Balanço	**10 006**	**10 131**	**125**	**1,3%**
Unidades participação de fundos de investimento	4 966	4 055	-911	-18,3%
Caixagest	3 283	2 490	-793	-24,2%
Fundimo	1 683	1 565	-118	-7,0%
Fundo de Pensões	2 183	2 075	-108	-4,9%
Gestão de Patrimónios [b]	2 857	4 001	1 144	40,0%
Total	**103 526**	**100 340**	**-3 186**	**-3,1%**
Total excluindo Investidores institucionais	**84 201**	**85 989**	**1 788**	**2,1%**

[b] Não inclui as carteiras das seguradoras do Grupo CGD.

Os **recursos de balanço** somaram 90,2 mil milhões, provenientes em boa parte do retalho, cujo saldo alcançou 75,9 mil milhões de euros, o que representou uma progressão de 2,2% comparativamente a dezembro de 2010, beneficiando da evolução positiva dos depósitos de clientes (+3,8 mil milhões de euros, +6,3%).

RECURSOS CAPTADOS TOTAIS

(Milhões de euros)



O saldo dos recursos captados junto de **investidores institucionais** através de emissões próprias registou uma redução de 5 mil milhões de euros (-25,7%) face a dezembro de 2010.

Os **recursos "fora do balanço"** cifraram-se em 10,1 mil milhões de euros, montante superior ao verificado no final de 2010 (+1,3%), tendo o acréscimo observado na área de Gestão de Patrimónios (+1,1 mil milhões de euros, +40,0%) compensado a redução registada no saldo dos fundos Caixagest (-0,8 mil milhões, -24,2%).

RECURSOS DE CLIENTES

Os **recursos de clientes** totalizaram 70,6 mil milhões de euros, evidenciando um incremento de 2,9 mil milhões de euros (+4,3%), sustentado pelos depósitos de clientes, que aumentaram 3,8 mil milhões (+6,3%).

O saldo dos depósitos de clientes ascendeu a 64 mil milhões de euros, dos quais 45,3 mil milhões (70,7% do total) respeitantes a depósitos a prazo e de poupança, que cresceram 4,5 mil milhões de euros (+11%) desde o ínicio do ano.

(Milhões de euros)

RECURSOS DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

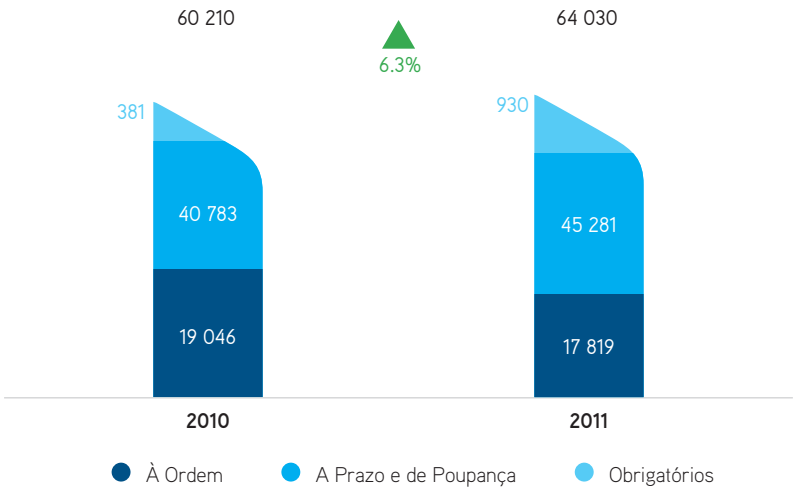
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Depósitos	**60 209**	**64 030**	**3 821**	**6,3%**
À ordem	19 046	17 819	-1 227	-6,4%
A prazo e de poupança	40 783	45 281	4 498	11,0%
Obrigatórios	381	930	549	144,2%
Outros recursos [a]	**7 471**	**6 558**	**-913**	**-12,2%**
Total	**67 680**	**70 587**	**2 907**	**4,3%**

[a] Inclui produtos dos seguros de taxa fixa.

Do saldo dos Depósitos, 52,3 mil milhões de euros respeitavam à atividade doméstica da CGD, ou seja, 81,7% do total consolidado, sobressaindo, ainda, entre as Sucursais e Filiais do Grupo, os saldos constituídos no BNU (Macau) (2,6 mil milhões de euros), Banco Caixa Geral (2,5 mil milhões) e Sucursal de França (1,9 mil milhões), todos com crescimento face a 2010.

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS DE CLIENTES

(Milhões de euros)



O incremento das modalidades a prazo e de poupança teve origem nos particulares (+3,7 mil milhões de euros, +7,9%) e no setor público (+1,2 mil milhões, +40,8%). Em contrapartida, o saldo dos depósitos totais das empresas contraiu 9,1%.

(Milhões de euros)

DEPÓSITOS DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Particulares	**46 274**	**49 950**	**3 676**	**7,9%**
Depósitos à ordem	13 092	12 491	-601	-4,6%
Depósitos a prazo e de poupança	33 182	37 459	4 277	12,9%
Empresas	**11 104**	**10 093**	**-1 011**	**-9,1%**
Depósitos à ordem	4 178	4 223	45	1,1%
Depósitos a prazo	6 926	5 870	-1 056	-15,2%
Setor público	**2 832**	**3 986**	**1 154**	**40,8%**
Depósitos à ordem	1 775	1 104	-671	-37,8%
Depósitos a prazo	676	1 952	1 276	188,8%
Depósitos obrigatórios	381	930	549	144,2%
Total	**60 209**	**64 030**	**3 821**	**6,3%**

Em 2011, a Caixa manteve a posição de liderança nos depósitos de clientes, em Portugal, com uma quota de mercado de 27,5%, tendo o segmento de particulares registado uma quota de 32% e o segmento de empresas uma quota de 11,2%.

DEPÓSITOS DE CLIENTES – QUOTAS DE MERCADO [a]

POR SEGMENTOS DE CLIENTES	2010	2011
Empresas	15,3%	11,2%
Setor Público Administrativo	23,1%	25,5%
Particulares	33,2%	32,0%
Emigrantes	41,5%	37,7%
Obrigatórios	94,6%	95,8%
Total	**28,5%**	**27,5%**

[a] Atividade em Portugal.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

As **responsabilidades representadas por títulos** ascenderam a 14,9 mil milhões de euros no final de 2011, registando uma quebra de 22,7% face ao ano anterior, traduzindo as restrições no acesso aos mercados grossistas. Destaca-se a redução no saldo das obrigações hipotecárias, no valor de 1,3 mil milhões de euros (-18,5%), dos títulos emitidos ao abrigo do programa EMTN (com uma redução no valor de mil milhões de euros, -12,0%) e obrigações com garantia da República Portuguesa, que se venceram em 2011.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

(Milhões de euros)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Emissões do programa EMTN [a]	8 605	7 576	-1 029	-12,0%
Emissões do programa ECP e USCP	676	0	-676	-100,0%
Nostrum mortgages e *Nostrum consumer*	475	403	-72	-15,1%
Obrigações hipotecárias	7 125	5 806	-1 319	-18,5%
Obrigações com garantia da Rep. Portuguesa	1 250	0	-1 250	-100,0%
Obrigações sobre o setor público	1 013	1 014	1	0,1%
Obrigações de caixa e certif. de depósito	163	124	-39	-23,9%
Total	**19 307**	**14 923**	**-4 384**	**-22,7%**

[a] Não inclui emissões classificadas como passivos subordinados.

PASSIVOS SUBORDINADOS

A Caixa captou recursos sob a forma de **passivos subordinados**, que totalizaram 2 mil milhões de euros (-25,9% do que no ano anterior), representados sobretudo por obrigações emitidas ao abrigo do programa de *Euro Medium Term Notes*. A parcela restante (cerca de mil milhões de euros) respeita, designadamente, a obrigações de caixa subordinadas, colocados junto dos clientes da banca de retalho.

PASSIVOS SUBORDINADOS

(Milhões de euros)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Emissões do programa EMTN [a]	1 762	1 123	-639	-36,2%
Outros	1 038	952	-86	-8,3%
Total	**2 800**	**2 075**	**-725**	**-25,9%**

[a] Não inclui emissões classificadas como responsabilidades representadas por títulos.

1.7.1.3. Gestão de Capital

Os **capitais próprios** do Grupo totalizaram 5,3 mil milhões de euros em dezembro, valor inferior ao observado no final de 2010 em 2,4 mil milhões (-31,0%), afetado, sobretudo, pela variação negativa das reservas de justo valor que registaram uma redução de 1,6 mil milhões face a dezembro de 2010, dos quais 922 milhões respeitantes a menos-valias potenciais (líquidas do correspondente efeito fiscal) em obrigações emitidas pelos três veículos detidos pelo BPN e garantidas pelo Estado Português.

(Milhões de euros)

CAPITAIS PRÓPRIOS	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Capital social	5 050	5 150	100	2,0%
Reservas de justo valor	-507	-2 078	-1 571	
Outras reservas e resultados transitados	1 407	1 709	302	21,4%
Interesses minoritários	1 530	1 045	-485	-31,7%
Resultado do exercício	255	-488	-743	
Total	**7 735**	**5 337**	**-2 398**	**-31,0%**

De referir que, em novembro de 2011, o Estado Português procedeu a um aumento do capital social da CGD em 100 milhões de euros, pela incorporação de reservas disponíveis para o efeito, elevando-o para 5150 milhões de euros. Esta operação visou o reforço e manutenção da solvabilidade e capitalização da CGD em níveis adequados, designadamente do rácio *Core Tier I* em base consolidada, ao mesmo tempo que consolida a solidez do banco, fator imprescindível para manter num patamar competitivo o custo de financiamento da sua atividade e, consequentemente, a respetiva rendibilidade.

O **rácio de solvabilidade** em base consolidada e incluindo os resultados retidos atingiu 11,6% em dezembro de 2011. O **rácio *Core Tier I*** fixou-se em 9,5%, tendo sido reforçado em 0,7 pontos percentuais face ao valor registado no final de 2010, não obstante o impacto negativo resultante dos *downgrades* do *rating* da República Portuguesa. Este rácio beneficiou da entrada em vigor do normativo prudencial que determina que as exposições junto de autoridades regionais e locais dos Estados-Membros expressas e financiadas na moeda nacional deixem de estar dependentes do risco-país, bem como do aumento de capital social da CGD em 100 milhões de euros, por incorporação de reservas.

Por seu turno, o **rácio *Tier I*** situou-se em 9,0% valor inferior ao *Core Tier I*, penalizado pela recompra, no âmbito da operação de oferta de troca efetuada, em setembro último, de ações preferenciais emitidas pelo Grupo CGD.

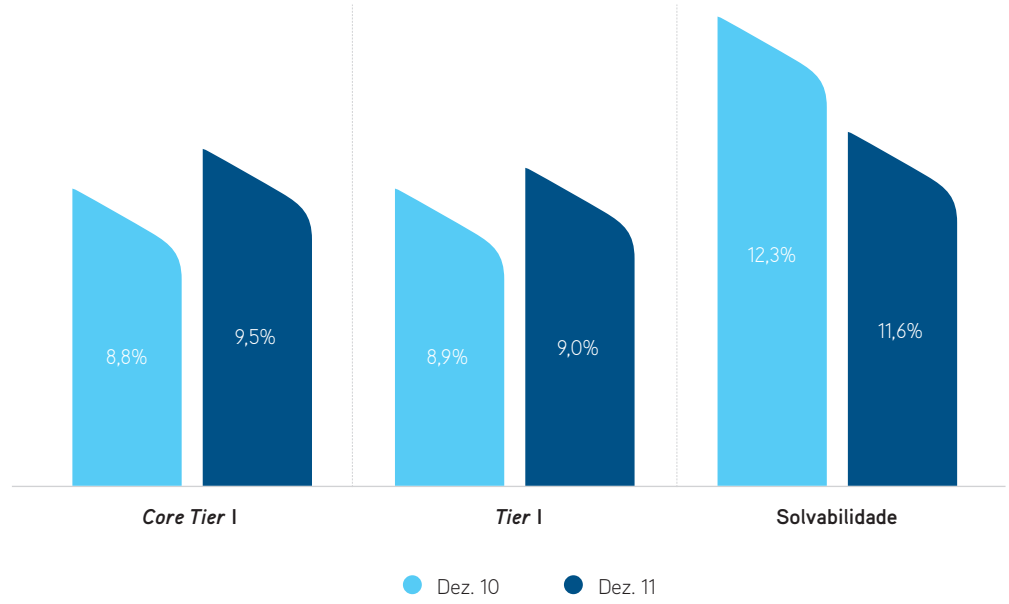
RÁCIO DE SOLVABILIDADE [1]

(Milhões de euros)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	2010	2011
Fundos próprios		
1. Core capital	6 799	6 543
Dedução das participações em IC e seguradoras	-510	-410
Ações preferenciais *(Tier I)*	555	96
2. Base – *TIER I*	6 844	6 229
3. Complementares – *TIER II*	2 682	1 820
4. Deduções aos fundos próprios	-40	-42
5. Fundos próprios totais elegíveis (2+3+4)	9 486	8 007
6. Posições Ponderadas Totais	76 989	69 021
Rácios		
Core Tier I (1./6.)	**8,8%**	**9,5%**
Tier I (2./6.)	**8,9%**	**9,0%**
Rácio de solvabilidade (5./6.)	**12,3%**	**11,6%**

[1] Com inclusão do resultado do exercício.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE



1.7.1.4. Fundo de Pensões e Plano Médico do Pessoal da CGD

O Fundo de Pensões do Pessoal da CGD foi constituído em 31 de dezembro de 1991 com o objetivo de assegurar a satisfação dos encargos com as pensões de aposentação dos empregados da CGD, bem como das de sobrevivência, relativas aos empregados admitidos após aquela data. As pensões de sobrevivência do pessoal admitido anteriormente são da responsabilidade da Caixa Geral de Aposentações.

No final de 2004, com a publicação dos Decretos-Lei nº 240-A/2004, de 29 de dezembro, e nº 241 -A/2004, de 30 de dezembro, as responsabilidades com pensões de aposentação e de sobrevivência do pessoal da CGD, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de dezembro de 2000, foram transferidas para a Caixa Geral de Aposentações (CGA). Como compensação, o Fundo de Pensões transferiu para a CGA as provisões constituídas para a cobertura daquelas responsabilidades. Ainda a partir de 2004, o Fundo de Pensões passou a incluir a responsabilidade com o subsídio por morte, caso esta ocorra na situação de aposentação. O subsídio por morte é uma prestação de atribuição única igual a seis vezes o valor da pensão mensal ilíquida e que está a ser paga, desde aquela data, pelo Fundo de Pensões.

A partir de 2005, com a entrada em vigor das Normas Internacionais de Contabilidade e com a publicação do Aviso n.º 4/2005, do Banco de Portugal, passou a ser obrigatório reconhecer no passivo da CGD as responsabilidades com os cuidados médicos pós-emprego. Para o efeito, foi constituída uma provisão que tem sido atualizada anualmente em função do valor dessa responsabilidade.

Importa referir também que, pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro, a CGD, na qualidade de entidade patronal, passou a estar sujeita, a partir de 2007, a efetuar uma contribuição para a CGA, relativa a encargos com pensões de sobrevivência dos empregados admitidos até 1991, correspondente a uma taxa contributiva de 3,75% da remuneração do referido pessoal, que se elevou a um montante de 5,1 milhões de euros em 2011.

No cálculo das responsabilidades com as pensões e com o plano médico, para 2011, foram utilizados pressupostos demográficos e financeiros de que se salientam os seguintes:

Taxa de desconto	5,50%
Taxa de crescimento salarial	2,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,25%
Tábua de mortalidade masculina	TV 73/77 (-1 ano)
Tábua de mortalidade feminina	TV 88/90 (-1 ano)
Tábua de invalidez	EKV80
Idade média reforma	60 anos

No final de dezembro de 2011, a CGD atualizou a taxa de atualização salarial, diminuindo-a de 2,50% para 2,25%, bem como a taxa de crescimento das pensões que passou de 1,75% para 1,25%, tendo em conta os impactos da proposta de redução dos custos globais com salários das empresas do Setor Empresarial do Estado constante da Lei do Orçamento de Estado para 2012.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades com as pensões de reforma do pessoal da CGD ascendiam a 1307,9 milhões de euros e 1308,2 milhões de euros, respetivamente, registando uma redução de 0,3 milhões de euros.

FUNDOS DE PENSÕES EM 2011

MOVIMENTOS NO FUNDO

(Milhares de euros)

Valor do Fundo em 31.12.2010	**1 424 864**
Contribuições dos empregados	25 566
Contribuições regulares da CGD	46 886
Pensões pagas	(34 159)
Rendimento líquido do Fundo	(39 886)
Valor do Fundo em 31.12.2011	**1 423 271**

Em 31 de dezembro de 2011, ao valor do Fundo de Pensões da CGD calculados pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do pessoal da CGD foram somados 46,9 milhões de euros relativos a contribuições ainda não entregues ao Fundo pela Caixa Geral de Depósitos e registadas na rubrica "Outros passivos". Adicionalmente foram deduzidos 59,3 milhões de euros relativos ao ajustamento decorrente da mensuração ao justo valor de títulos de dívida pública contabilizados no ativo do Fundo ao custo amortizado.

O valor do Fundo cobria quer a parcela das responsabilidades com pensões em pagamento, quer as responsabilidades por serviços passados relativas aos trabalhadores no ativo. No final do ano, as responsabilidades encontravam-se financiadas a 108,8% pelo Fundo de Pensões.

No ano, foram relevados como custos do exercício 51,6 milhões de euros e como amortização de custos diferidos, por contrapartida de reservas, 10,6 milhões. No final do ano, os desvios atuariais ascendiam a 60,8 milhões de euros.

A rentabilidade do Fundo de Pensões da CGD foi de -2,83%, reflexo da instabilidade dos mercados financeiros.

As responsabilidades associadas aos benefícios médicos pós-emprego do pessoal da CGD – plano médico encontram-se provisionadas na sua totalidade e ascendiam, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a 415,9 milhões de euros e 436,7 milhões de euros, respetivamente, como se evidencia no quadro:

PLANO MÉDICO EM 2011

EVOLUÇÃO DA PROVISÃO

(Milhares de euros)

Valor da Provisão em 31.12.2010	**436 698**
(+) Custo corrente do ano	32 434
(-) Contribuições para serviços de assistência médica (SS e SAMS)	22 425
(-) Perdas atuariais	30 850
Valor da provisão em 31.12.2011	**415 857**

Os ganhos atuariais mencionados no quadro e referentes ao exercício deveram-se, essencialmente, a desvios entre os pressupostos utilizados e os valores efetivamente verificados. O saldo acumulado dos desvios atuariais somava 31 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

1.7.1.5. *Rating* do Grupo

A descida dos *ratings* da dívida pública portuguesa atribuídos pelas agências internacionais, a difícil envolvente económica e financeira, bem como a implementação de uma nova metodologia de *rating* pela Standard & Poor's conduziram a cortes adicionais nas notações dos bancos portugueses, incluindo as da CGD.

O quadro seguinte resume as notações detidas atualmente pela CGD:

	Curto Prazo		Longo Prazo		
	CGD	República Portuguesa	CGD	República Portuguesa	
STANDARD & POOR'S	B	B	BB-	BB	Fev. 2012
FITCH RATINGS	B	B	BB+	BB+	Nov. 2011
MOODY'S	N/P	N/P	Ba2	Ba3	Fev. 2012
DBRS	R-2 (mid)		BBB (low)	BBB (low)	Jan. 2012

STANDARD & POOR'S

Em 7 de dezembro de 2011, a Standard & Poor's colocou em *creditwatch* negativo os *ratings* de longo e curto prazo de sete bancos portugueses, incluindo os da CGD, na sequência de idêntica revisão efetuada aos *ratings* da República Portuguesa, em 5 de dezembro de 2011. A revisão efetuada reflete a possibilidade de um *downgrade* aos *ratings* da República Portuguesa e o consequente impacto nos *ratings* da CGD.

Em 16 de dezembro de 2011, a Standard & Poor's reviu em baixa os *ratings* de diversos bancos portugueses, incluindo os da CGD, na sequência da implementação da nova metodologia de *rating* para as instituições financeiras adotada por esta agência em novembro último. Deste modo, os *ratings* de longo prazo e de curto prazo da CGD passaram de BBB para BB+, com *CreditWatch* negativo, e de A-3 para B, respetivamente.

Já em 14 de fevereiro de 2012, no seguimento do *downgrade* efetuado aos *ratings* da República Portuguesa, a Standard & Poor's reviu em baixa o *rating* de longo prazo da CGD de BB+ para BB-, com *outlook* negativo, e o *rating* de curto prazo reafirmado em B.

MOODY'S

Em 7 de outubro de 2011, a Moody's concluiu o processo de revisão dos *ratings* dos bancos portugueses, iniciado em 15 de julho de 2011, no seguimento do *downgrade* efetuado ao *rating* da República Portuguesa, de Baa1 para Ba2 em 5 de julho de 2011, tendo alterado as notações de *rating* de nove bancos portugueses, incluindo, nomeadamente, as seguintes da CGD, com *outlook* negativo:

- BFSR (BCA), de D+ (Ba1) para D (Ba2);
- *Rating* de Longo Prazo, de Ba1 para Ba2.

FITCH RATINGS

Em 4 de outubro de 2011, a Fitch Ratings reafirmou os *ratings* da CGD, designadamente os de longo e curto prazos e o *Individual Rating*, com exceção do *Viability Rating* (VR) e do *rating* das Ações preferenciais da CGD, que passaram, respetivamente, de bb+ para bb e de BB- para B+, deixando de estar na situação de *rating watch negative*. A descida do *Viability Rating*, verificada em seis bancos portugueses, traduziu as fortes tensões na liquidez e na capacidade de financiamento destas instituições, bem como a deterioração da qualidade dos seus ativos e rendibilidade, derivada do agravamento da recessão económica.

Em 25 de novembro de 2011, na sequência do *downgrade* efetuado no dia anterior aos *ratings* de longo e curto prazos da República Portuguesa, de BBB- para BB+, e de F3 para B, respetivamente, com *outlook* negativo, a Fitch Ratings baixou os *ratings* de diversos bancos portugueses, incluindo os da CGD.

Deste modo, os *ratings* da CGD foram alterados de BBB- para BB+ no longo prazo, com *outlook* negativo, e de F3 para B no curto prazo. Destacam-se, ainda, as reduções, pelo mesmo motivo, do *Viability Rating*, de bb para b+, e do *Individual Rating*, de C/D para D/E, que deixaram de estar na situação de *rating watch negative* (RWN).

DBRS

A agência de *rating* DBRS iniciou a cobertura da CGD, atribuindo, em 23 de dezembro de 2011, um *rating* de longo prazo de BBB e um *rating* de curto prazo de R-2 (*high*), ambos com tendência negativa.

A DBRS atribuiu, também, o nível BBB à avaliação intrínseca (*Intrinsic Assessment (IA)*) da CGD, baseado no forte *franchise* de banco universal, com significativa posição no mercado de retalho, que lhe proporciona uma sólida base de depósitos, bem como a capacidade de geração de proveitos e de gestão de liquidez e de *funding*, num período prolongado de *stress*, e a melhoria da capitalização.

Já em 31 de janeiro de 2012, na sequência do *downgrade* que efetuou ao *rating* de longo prazo da República Portuguesa, a DBRS alterou o *rating* de longo prazo da CGD de BBB para BBB (*low*), com tendência negativa (idêntico ao da República Portuguesa), e o de curto prazo passou de R-2 (*high*) para R-2 (*mid*), também com tendência negativa.

1.7.2. ATIVIDADE INDIVIDUAL

1.7.2.1. Evolução do Balanço

No final de 2011, o ativo líquido da atividade individual da Caixa Geral de Depósitos atingiu 108,9 mil milhões de euros, o que representou uma redução de 3,9 mil milhões (-3,5%) em termos anuais traduzindo o efeito da estratégia de desalavancagem do Balanço em curso. Assim, assistiu-se nas carteiras de **crédito a clientes e de títulos** (incluindo os ativos com acordo de recompra) a reduções de 2,4 mil milhões de euros (-3,5%) e de 2,7 mil milhões (-12,2%).

(Milhões de euros)

BALANÇO (INDIVIDUAL)			Variação	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	2010	2011	Absoluta	Relativa
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	919	1 888	968	105,3%
Aplicações em instituições de crédito	12 477	11 209	-1 268	-10,2%
Crédito a clientes	69 515	67 075	-2 440	-3,5%
Aplicações em títulos	19 825	17 490	-2 336	-11,8%
Ativos com acordo de recompra	2 270	1 917	-353	-15,6%
Investimentos em filiais e associadas	3 280	3 522	242	7,4%
Ativos intangíveis e tangíveis	624	598	-26	-4,1%
Ativos por impostos diferidos	782	1 395	614	78,5%
Outros ativos	3 120	3 775	655	21,0%
Total	**112 812**	**108 869**	**-3 943**	**-3,5%**
Passivo				
Recursos de bancos centrais e instituições de crédito	16 666	16 786	119	0,7%
Recursos de clientes	54 788	57 856	3 068	5,6%
Passivos financeiros	7 523	7 578	55	0,7%
Responsabilidades representadas por títulos	20 364	16 131	-4 233	-20,8%
Provisões	1 125	1 060	-65	-5,8%
Passivos subordinados	3 163	2 161	-1 002	-31,7%
Outros passivos	3 072	2 635	-437	-14,2%
Total	**106 700**	**104 205**	**-2 495**	**-2,3%**
Capitais próprios	**6 112**	**4 664**	**-1 448**	**-23,7%**
Total	**112 812**	**108 869**	**-3 943**	**-3,5%**

Nota: os valores de 2010 foram reclassificados de modo a evidenciar, para efeitos de comparação, os ativos com acordo de recompra.

No tocante ao **passivo**, salientam-se os decréscimos de 4,2 mil milhões (-20,8%) e mil milhões (-31,7%) observados nas **responsabilidades representadas por títulos** e nos **passivos subordinados**, respetivamente, e o aumento em 3,1 mil milhões (+5,6%) nos **recursos de clientes**.

1.7.2.2. Gestão de Capital

Os capitais próprios somaram 4,7 mil milhões de euros em dezembro, inferior ao observado no final de 2010 em 1,4 mil milhões (-23,7%), afetado sobretudo pelo agravamento das reservas de reavaliação negativas e pelo resultado líquido negativo registado no exercício.

(Milhões de euros)

CAPITAIS PRÓPRIOS (INDIVIDUAL)			Variação	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	2010	2011	Absoluta	Relativa
Capital	5 050	5 150	100	2,0%
Reservas de reavaliação	-121	-1 353	-1 232	
Outras reservas e Resultados Transitados	1 131	1 183	51	4,6%
Resultado do exercício	52	-316	-368	
Total	**6 112**	**4 664**	**-1 448**	**-23,7%**

O Rácio de Solvabilidade da atividade individual da CGD, determinado no quadro regulamentar do Basileia II e nos termos dos normativos do Banco de Portugal, e incluindo o resultado do exercício, situou-se, no final de 2011, em 12%. O rácio *Tier I* atingiu por seu turno 10,1%, valor acima dos 9,5% verificados no ano anterior.

1.7.2.3. Resultados

(Milhares de euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (INDIVIDUAL)	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa
Margem financeira alargada (1)	**1 210 245**	**1 345 989**	**135 744**	**11,2%**
Juros e rendimentos similares	4 339 337	5 443 580	1 104 244	25,4%
Juros e encargos similares	3 413 771	4 316 988	903 218	26,5%
Rendimentos de instrumentos de capital	284 679	219 397	-65 282	-22,9%
Margem complementar (2)	**738 205**	**546 242**	**-191 964**	**-26,0%**
Rendimentos de serviços e comissões (líquido)	408 472	375 497	-32 975	-8,1%
Resultados em operações financeiras	105 864	-56 895	-162 758	-153,7%
Resultados de alienação outros ativos	103 455	143 604	40 149	38,8%
Outros resultados de exploração	120 415	84 036	-36 379	-30,2%
Produto Bancário (3) = (1)+(2)	**1 948 450**	**1 892 231**	**-56 220**	**-2,9%**
Custos operativos e amortizações (4)	**1 133 192**	**1 053 958**	**-79 234**	**-7,0%**
Custos com pessoal	608 195	555 868	-52 327	-8,6%
Fornecimentos e serviços de terceiros	413 691	376 710	-36 981	-8,9%
Depreciações e amortizações	111 306	121 380	10 074	9,1%
Resultado bruto de exploração (5)=(3)-(4)	**815 259**	**838 273**	**23 014**	**2,8%**
Provisões e imparidade (líq. de reposição e anulações) (6)	**792 728**	**1 271 732**	**479 003**	**60,4%**
Provisões para crédito	471 170	675 024	203 854	43,3%
Imparidade de outros ativos financeiros	258 346	415 890	157 544	61,0%
Imparidade de outros ativos	63 212	180 818	117 605	186,0%
Resultados antes de impostos (7)=(5)-(6)	**22 530**	**-433 459**	**-455 989**	
Impostos (8)	**-29 017**	**-117 204**	**-88 187**	
Correntes	50 182	52 800	2 617	5,2%
Diferidos	-79 199	-170 003	-90 805	114,7%
Resultado do exercício (9)=(7)-(8)	**51 547**	**-316 255**	**-367 802**	

O resultado líquido individual de 2011 foi de -316,3 milhões de euros. Para esta evolução contribuiu a diminuição da margem complementar, com ênfase para os resultados em operações financeiras, e o significativo crescimento das provisões para crédito e imparidade de participações financeiras detidas pela CGD.

1.7.3. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS EM 2012

A avaliação do contexto em que decorrerá o ano de 2012 tem como ponto de partida um ano de 2011 no qual diversos riscos se materializaram parcialmente e em que alguns fatores críticos de incerteza não se dissiparam inteiramente.

O desempenho da economia mundial revelou uma desaceleração no segundo semestre de 2011, que, conjugada com a perceção dos crescentes e elevados riscos para o crescimento que se colocam no futuro próximo, desencadeou a revisão em baixa das estimativas para o ritmo da atividade económica em 2012. Se, por um lado, se inicia o ano com a expectativa de um abrandamento face ao ano transato, por outro lado, subsiste a dúvida quanto à extensão do mesmo, em magnitude e em abrangência regional.

A Área Euro surge como o foco principal de preocupação, revelando os dados económicos indícios de um forte abrandamento, sendo inclusivamente admissível um período de recessão moderada, algo reconhecido por diversas instituições de referência.

O impacto de alguma moderação da atividade observada no resto do mundo e, em especial, as consequências da crise da dívida soberana na Europa, quer pelo reforço da austeridade orçamental, quer pela diminuição da confiança dos agentes económicos, contam-se entre as razões para um cenário de retrocesso na recuperação da economia europeia após a denominada "Grande Recessão" de 2009.

A prolongada crise da dívida soberana europeia, o seu agravamento e alastramento a um crescente número de países, não encontrou, apesar das inúmeras medidas e decisões por parte das autoridades políticas e monetárias, uma solução definitiva em 2011. Assim, as atenções continuarão a convergir em 2012 para estes decisores e para a reação dos mercados à atuação daqueles, bem como à evolução da situação.

A incapacidade em conter e fazer regredir os níveis de desconfiança, relativamente à saúde das finanças públicas na Área Euro, à qualidade dos ativos emitidos por entidades dos países que a constituem e ao próprio projeto da União Económica e Monetária, traduzir-se-ia na materialização de um risco percecionado pelos intervenientes nos mercados financeiros como assumindo especial relevância.

Será fulcral obter uma diminuição nos níveis de aversão ao risco, assegurando, assim, uma maior recetividade dos investidores às emissões de dívida pública e privada que terão de ser realizadas no decorrer de 2012, diminuindo as possibilidades de uma nova fase de contágio da crise e reduzindo os custos de financiamento dos emitentes e dos agentes económicos em geral.

A interligação entre o desempenho económico e o desenrolar da crise da dívida soberana torna crucial evitar a concretização de um ciclo de sentido negativo e ilustra o ambiente de elevada complexidade e incerteza em que se desenvolverá a atividade no imediato.

A materialização de um quadro recessivo na Europa, em particular se mais severo do que o antecipável, poderia ter, além disso, múltiplos efeitos sobre a economia mundial e sobre o comportamento dos mercados de capitais a nível global, pelo que o desempenho deste bloco económico afigura-se como determinante para o desenrolar do ano de 2012 e, simultaneamente, constitui uma das principais fontes de incerteza.

No resto do mundo, assumem destaque, pela importância que terão na determinação do desempenho económico global, o comportamento da economia norte-americana e a capacidade das economias emergentes em susterem os seus níveis de crescimento, em particular as de maior dimensão como a China.

Nos EUA, e após um segundo semestre de 2011 mais favorável do que o primeiro, a incerteza reside na discussão em torno de diversos temas de cariz orçamental, estando pendentes um conjunto de decisões importantes a este nível, e, adicionalmente, na sustentabilidade da reaceleração da economia observada a partir do verão, parcialmente baseada numa dinâmica do consumo privado que superou a evolução do rendimento das famílias, assentando, portanto, na redução da poupança.

Nos países emergentes, existem sinais de uma moderação quer do crescimento, quer da inflação.

O abrandamento nos países desenvolvidos e o ciclo de subida de taxas de juro encetado em 2010 por diversos bancos centrais do bloco emergente terão contribuído para alguma perda de dinamismo por parte destas economias, que, por sua vez, e aliado a um comportamento mais benigno do preço das principais matérias primas, conduziram a uma desaceleração da inflação.

Para 2012, e na sequência de um processo de alívio das condições monetárias já evidenciado na parte final de 2011, as questões, no que toca a esta cada vez mais importante parte da economia mundial, prendem-se com o cariz da condução da política monetária, nomeadamente com a extensão dos estímulos que possam ser reintroduzidos nas economias e, por conseguinte, com a capacidade das autoridades em suportarem o crescimento, num contexto potencialmente adverso advindo do bloco desenvolvido.

Portugal, por seu turno, terá em 2012 um ano de particular incidência das medidas de consolidação orçamental, facto que manterá deprimida a procura interna, perspetivando-se uma contração das suas várias componentes. Antevê-se, em contrapartida, um contributo positivo das exportações líquidas. A interação entre o nível de atividade económica e a política orçamental e o comportamento da procura externa constituem, assim, duas áreas de incerteza a acompanhar.

Paralelamente, e de uma forma geral nas economias ocidentais, mas sobretudo nos países europeus mais fortemente afetados pela crise da dívida, como Portugal, a evolução do desemprego será provavelmente um dos temas dominantes. Atendendo às perspetivas para o crescimento económico, a evolução do mercado de trabalho poderá configurar um dos riscos ao longo dos próximos trimestres.

O setor bancário continuará a estar enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira e demais decisões no domínio da regulação, destacando-se em 2012 a necessidade de serem cumpridos novos níveis de capitalização, a par da manutenção de objetivos de desalavancagem do sistema financeiro.

A sua atividade estará ainda sujeita à incerteza resultante de diversos fatores de risco referidos anteriormente e às suas diversas implicações.

Desde logo, ao desempenho da economia e do emprego, enquanto vetores do crescimento da atividade bancária e da qualidade de crédito. Por outro lado, e parcialmente associado ao anterior, às decisões no domínio da poupança por parte das famílias, do ponto de vista da evolução dos recursos de retalho.

Adicionalmente, o setor estará dependente da resposta dos mercados à conjuntura na Europa, quer económica, quer do foro da decisão política para debelar a crise da dívida soberana, assim como à progressão de Portugal no cumprimento do seu ajustamento orçamental e programa de reformas. A interpretação feita pelos analistas e investidores determinará a evolução do preço dos ativos e a sua volatilidade e, por conseguinte, a geração de resultados oriundos das carteiras de ativos dos bancos.

Ainda em função das mesmas condicionantes, as instituições bancárias estarão, também, sujeitas às consequências de eventuais alterações de *rating*, nomeadamente ao nível do impacto que possam ter sobre o valor dos seus colaterais ou sobre a captação de financiamento no mercado grossista.

Refira-se, por último, a incerteza quanto à atuação do Banco Central Europeu ao longo dos próximos doze meses, quer no que diz respeito à condução de política monetária tradicional, quer na possível tomada de novas decisões de caráter não convencional, que, em qualquer dos casos, podem ter uma tradução para o nível de taxas de juro de mercado, logo, para a margem financeira dos bancos.

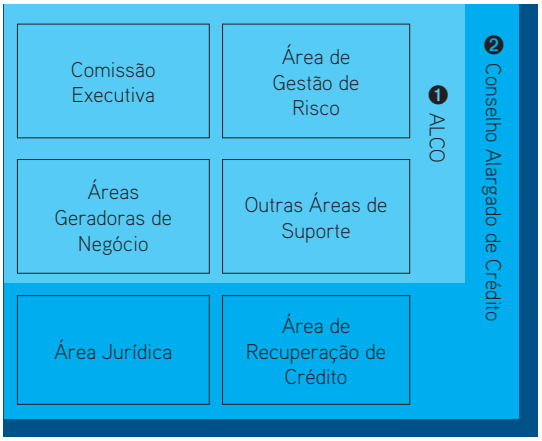
1.8. Gestão dos Riscos

A gestão dos riscos financeiros, efetuada de forma centralizada, abrange a avaliação e o controlo dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez incorridos pelo Grupo CGD, consagrando o princípio da segregação de funções entre as áreas comerciais e a área de risco.

A área de gestão de risco integra a estrutura de suporte e tem presença:

❶ No **Comité de Gestão de Ativos e Passivos** (ALCO), em conjunto com as áreas geradoras de negócio, áreas de suporte e com membros da Comissão Executiva (CE). Por deliberação da CE foram delegadas neste Comité, entre outras, as seguintes atribuições:

- A promoção do processo de Gestão de Ativos e Passivos (ALM) e das ações e procedimentos necessários à sua implementação em termos consolidados e em base individual para as diversas entidades do Grupo;
- A preparação de propostas de orientações estratégicas sobre a política de financiamento e de liquidez do Grupo CGD;
- A preparação de propostas de orientações estratégicas sobre a política de gestão de risco, definindo indicadores, limites e regras de gestão;
- A preparação de propostas de orientações estratégicas relativas aos rácios de capital do Grupo CGD.



❷ No **Conselho Alargado de Crédito**, em conjunto com as áreas geradoras de negócio, a área jurídica, a área de recuperação de crédito e a Comissão Executiva. Por deliberação da CE foram delegados neste Conselho as seguintes competências:

- Autorização de operações, que por enquadramento no normativo interno, obrigam a apreciação deste Conselho;
- Análise de crédito malparado;
- Definição da estratégia de políticas de crédito e respetivo risco.

PERFIL DE RISCO E RESPETIVA EVOLUÇÃO

O Grupo CGD apresenta, tendencialmente, uma postura consistente com uma adequada aversão ao risco, havendo, contudo, lugar a uma componente de inovação e de acompanhamento de mercado, presente nos produtos aos quais tem exposição.

PRINCÍPIOS E POLÍTICAS

A prossecução do perfil de risco do Grupo CGD é assegurada consagrando os seguintes princípios:

- Enfoque no retorno ponderado pelo risco;
- Crescimento sustentado e diversificado de negócio;
- Definição e acompanhamento da utilização de limites por tipo de risco;
- Gestão proativa do risco;
- Resposta atempada da área de gestão de risco.

1.8.1. RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito encontra-se associado às perdas e ao grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente / contraparte em cumprir as suas obrigações.

Dada a natureza da atividade bancária, o Risco de Crédito reveste uma importância especial, face à sua materialidade, não obstante a sua interligação com os restantes Riscos.

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS EM 2011

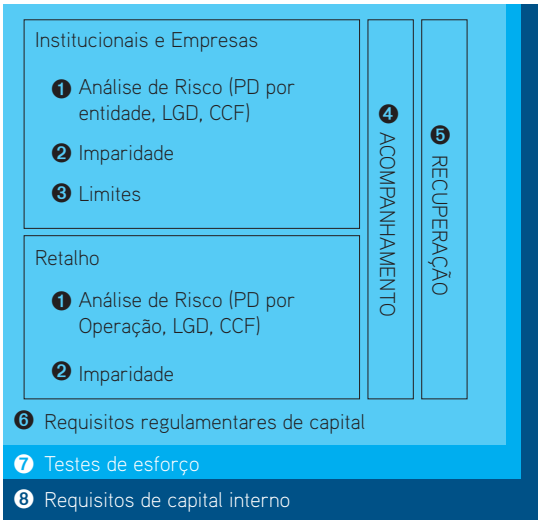
O primeiro semestre do ano teve como principal atividade não recorrente a discussão com o supervisor da candidatura à utilização de modelos internos para cálculo prudencial de requisitos de fundos próprios para risco de crédito, apresentada no final de 2010.

Na segunda metade do ano, os esforços centraram-se na resposta ao Programa Especial de Inspeções (SIP), no qual o Banco de Portugal, apoiado por auditores independentes, procedeu à avaliação da CGD no que respeita:

- À qualidade dos ativos do banco;
- As suas práticas de gestão de risco de crédito;
- À qualidade do reporte prudencial efetuado periodicamente.

Conforme divulgado publicamente, "A avaliação concluiu ser adequado o valor global da imparidade registada nas contas consolidadas do Grupo". Concluiu-se também que "O impacto agregado dos resultados do SIP na avaliação da solvabilidade do Grupo CGD, a 30 de junho de 2011, traduzir-se-ia num aumento do rácio de *Tier 1* de 8,5% para 8,6%, mantendo-se acima do mínimo de 8% exigido naquela data. Estima-se que as alterações regulamentares antes referidas terão um impacto positivo adicional de 0,2 pontos percentuais sobre este rácio".

METODOLOGIA



❶ **Análise de Risco –** o Grupo CGD tem implantado um sistema de identificação, avaliação e controlo do risco da sua carteira de crédito, que abrange todos os segmentos de clientes e é ativo tanto no momento da concessão de crédito como na monitorização do risco ao longo da vida das operações.

- No caso de empresas com um nível de exposição mais significativo, a apreciação do risco de crédito, além do suporte dos modelos de *rating* interno (que incorporam quer informação financeira, quer elementos de caráter qualitativo), é sujeita a análise individual por uma equipa de analistas, que elaboram relatórios de análise de risco de crédito e emitem uma opinião independente sobre o risco de crédito inerente. Esta análise é efetuada numa base periódica e sempre que existam alterações no relacionamento com o cliente ou se identifiquem fatores endógenos ou exógenos que recomendem uma reavaliação do risco;
- No segmento de retalho, a apreciação do risco de crédito é suportada pela utilização de ferramentas estatísticas de avaliação do risco (modelos de *scoring* e *rating*), por um conjunto de normativos internos que estabelecem critérios objetivos a observar na concessão de crédito, assim como por uma delegação de competências de acordo com as notações de risco atribuídas aos clientes / operações.

❷ O modelo de **imparidade** do crédito, desenvolvido pelo Grupo CGD no âmbito da IAS 39, permite identificar e monitorizar os créditos com evidência objetiva de imparidade e os créditos que apresentem indícios de imparidade.

Os fatores de risco utilizados no modelo de imparidade do crédito são atualizados anualmente, ajustando-se, assim, na análise de imparidade os efeitos decorrentes das condições atuais de mercado que não foram observados em períodos de histórico anteriores.

Através do modelo de imparidade do crédito, procede-se à análise e tratamento da carteira de crédito, que é subdivida em conformidade com as seguintes abordagens:

- Análise Coletiva de Imparidade – para as exposições consideradas individualmente não significativas, determina-se as provisões por imparidade por subsegmentos de risco, que englobam ativos com características de risco similares (segmento de crédito, tipo de colateral, histórico de comportamento de pagamento, entre outras);
- Análise Individual de Imparidade – nos clientes com exposições consideradas individualmente significativas, é efetuada uma avaliação individual, com periodicidade trimestral, que envolve as áreas comerciais da CGD, a área de recuperação de crédito e a área de gestão de risco; A avaliação individual dos clientes com grande exposição foca-se, essencialmente, nos seguintes pontos:
  - Cumprimento das condições contratuais acordadas com o Grupo CGD;
  - Avaliação da situação económico-financeira;

- Perspetivas sobre a evolução da atividade do cliente;
- Verificação da existência de operações com crédito e juros vencidos, no Grupo CGD e/ou no sistema financeiro;
- Adequação de garantias e de colaterais para mitigação do crédito concedido;
- Análise de informação histórica sobre o comportamento de bom pagamento dos clientes.

Para as exposições significativas em que não foram identificadas situações objetivas de imparidade, procede-se ao apuramento de uma provisão coletiva, em conformidade com os fatores de risco determinados para créditos com características semelhantes.

❸ **Limites –** para agilizar o processo de concessão de crédito de curto prazo a Empresas e uniformizar a análise de risco destas operações, o Grupo CGD desenvolveu e implementou um modelo de definição de limites de exposição de curto prazo para empresas, parametrizado com base em indicadores económico-financeiros e sectoriais e em notações de risco, que fornece orientações quanto ao nível de exposição de curto prazo recomendado para cada cliente. O modelo permite a utilização de um mesmo conjunto de regras claras e objetivas para cálculo de limites de referência, os quais têm apenas um caráter indicativo e servem de base à análise casuística para atribuição efetiva de limites ao cliente. Este modelo é aplicado às empresas tanto do segmento de PME como dos segmentos de Pequenos Negócios e de Grandes Empresas.

Relativamente ao segmento de instituições financeiras, para cada instituição são aprovados limites internos. A definição dos limites tem em consideração o enquadramento da entidade no setor financeiro e face aos seus pares, o *rating*, o VaR, assim como outros elementos relevantes.

O cumprimento dos limites, as exposições de crédito bem como o perfil de risco das contrapartes e grupos são acompanhados de forma regular pelos analistas.

❹ No âmbito do **Controlo de Risco de Crédito,** é efetuado o **acompanhamento** da carteira de crédito, sendo esta analisada em termos da sua composição e correspondente qualidade. Para o efeito, são produzidos relatórios com a desagregação da carteira por produto, segmento de cliente, setor de atividade, área geográfica, *Loan to Value* (LTV), taxa de esforço e notação da carteira. Em 2011, para além do acompanhamento global de risco de crédito, iniciou-se a elaboração de alguns relatórios específicos por produto ou setor de atividade.

O **seguimento da *performance* dos modelos** de classificação de risco desenvolvidos internamente também se revela de especial importância. Este seguimento, efetuado através do tratamento da informação proveniente da utilização dos referidos modelos, permite dispor de indicações quanto à sua continuada adequação. Obtêm-se, assim, orientações sobre eventuais necessidades de reestimação e informação sobre o modo da sua utilização.

❺ **Recuperação –** O facto mais saliente na atividade da Direção de Recuperação de Crédito (DRC), em 2011, foi o acréscimo exponencial de recurso ao processo de insolvência, quer da parte de particulares, quer da área das empresas.

Essa situação obrigou à afetação à Direção de Recuperação de Crédito de clientes que ainda estavam na área comercial, muitas vezes sem incumprimento registado na Caixa, e atingiu empresas em que antes era impensável perspetivar a sua vinda para a área de recuperação atendendo à sua anterior situação económica-financeira e ao montante elevado de créditos envolvidos.

A agravar ainda esta situação de clientes envolvidos em processos de insolvência, verificou-se, também, em 2011, um grande incremento de penhoras da Administração Fiscal e da Segurança Social, que, atingindo garantias reais que dão cobertura a créditos da Caixa, obrigaram-nos a reclamações de créditos em prazos muito apertados e sobre processos que, igualmente, se encontravam com frequência nas áreas comerciais.

Os aspetos atrás descritos, além de terem obrigado a um aumento de custos judiciais, pressionaram muito a atividade da Direção de Recuperação de Crédito na área da cobrança judicial não permitindo acentuar a ação focada na recuperação do crédito na fase de negociação extrajudicial,

que continuou, no ano de 2011, a ser o objetivo estratégico da Direção.

Mesmo assim, e apesar da conjuntura desfavorável em que se desenvolveu a sociedade portuguesa, foi possível controlar o acréscimo de incumprimento no segmento de particulares, onde o *ratio* de crédito vencido na habitação (incumprimento > 30 dias) foi de 2,78%, em dezembro de 2011, que compara com o valor de 2,54%, em dezembro de 2010. Esta situação reflete-se no número de entradas de clientes particulares na DRC (13 756), muito idêntico ao verificado em 2010 (13 898), tendo saído da área negocial 13 273 clientes (contra 14 895 em 2010). A carteira da área negocial em dezembro de 2011 é de 12 962 clientes, com responsabilidades de 903,525 milhões de euros.

Já no campo do crédito a empresas, a situação na DRC reflete a variação acentuada do *ratio* de incumprimento na Caixa (passa de 2,96%, em dezembro de 2010, para 5,29%, em dezembro de 2011). Entraram na área negocial 1710 clientes (contra 781 em 2010) e saíram 1002 clientes (contra 798 em 2010), registando-se em dezembro de 2011, na área negocial de empresas, a existência de 1460 clientes com responsabilidades de 457,308 milhões de euros.

Mas, como se disse, o fenómeno verificado em 2011 foi o da passagem direta de empresas da área comercial para a área de recuperação judicial da DRC, o que fez aumentar em 14% as responsabilidades do crédito a empresas em tratamento na Direção, que eram de 2118,4 milhões de euros, em dezembro de 2011, enquanto as responsabilidades de particulares em contencioso representavam, nessa data, 1197,984 milhões, tendo crescido 8% em 2011.

A Direção respondeu a este acréscimo de clientes e de responsabilidades mantendo a estrutura organizativa existente, sem acréscimo de meios humanos e com introdução de melhorias nos seus processos de atuação interna, admitindo-se necessidades de alteração de procedimentos abarcando todo o universo comercial da Caixa para fazer face ao aumento de clientes, particulares e empresas, com dificuldades financeiras.

Durante o ano de 2011, a Direção conseguiu 328,743 milhões de euros de cobranças (a maior parte das quais extrajudicialmente) e regularizou créditos de 829,770 milhões de euros, ficando a 88% do total alcançado em 2010, face ao agravamento das condições financeiras de particulares e empresas, verificadas durante o ano.

❻ **Requisitos regulamentares de Capital –** para os instrumentos derivados, operações de recompra, contração ou concessão de empréstimos de valores mobiliários ou de mercadorias, operações de liquidação longa e operações de concessão de empréstimos com imposição de margem, aplica-se o método de avaliação ao preço de mercado *(mark-to-market)*, definido na Parte 3 do Anexo V, do Aviso do Banco de Portugal (BdP) n.º 5/2007, que consiste em adicionar ao valor de mercado da operação, quando positivo, o seu potencial de valorização futuro, o qual resulta da multiplicação do nocional por um fator prudencial em função do tipo de contrato.

Para o crédito e valores a receber, aplica-se o método-padrão conforme disposto no Aviso BdP n.º 5/2007 e posteriores revisões.

O documento *Disciplina de Mercado 2011*, a publicar durante o primeiro semestre de 2012, facultará informação detalhada sobre os requisitos regulamentares de capital do Grupo CGD.

❼ A realização de **testes de esforço** pretende facultar uma visão analítica da posição do Grupo CGD em termos de solvabilidade quando sujeita a cenários extremos. No ano de 2011, efetuaram-se, para além dos testes de esforço utilizados na gestão interna, os exigidos pelo BdP no âmbito da Instrução n.º 32/2009. A CGD participou no exercício transversal *"EU wide stress test exercise"*, coordenado pela EBA (European Banking Authority) em cooperação com o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia e os exigidos em complemento ao Plano de Financiamento e Capital, no âmbito do *Memorandum de Entendimento (MoU)*.

❽ **Os requisitos de capital interno** por operação resultam da utilização dos fatores de risco de crédito (probabilidades de incumprimento – PD, valores de perda em caso de incumprimento – LGD e fatores de conversão em equivalentes de crédito – CCF) estimados internamente.

1.8.2. RISCO DE MERCADO

Traduz-se, de forma simplista, em impactos negativos potenciais, nos resultados ou no capital da instituição, decorrentes de movimentos desfavoráveis do preço dos ativos em carteira face ao nível a que são transacionados.

Surge, então, da incerteza sobre a flutuação dos preços e taxas de mercado, como sejam preços de ações e índices ou taxas de juro ou câmbio, e sobre o comportamento das correlações entre os mesmos.

Verifica-se a existência de risco de mercado em instrumentos como sejam ações, fundos, papel comercial, obrigações, tomadas / cedências, operações cambiais à vista e a prazo, derivados sobre taxa de juro, sobre taxa de câmbio, sobre ações / índices / cabazes, sobre mercadorias e de crédito. A exposição a este tipo de risco é, assim, transversal às diversas categorias: preço, taxa de juro, taxa de câmbio, volatilidade e mercadorias.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

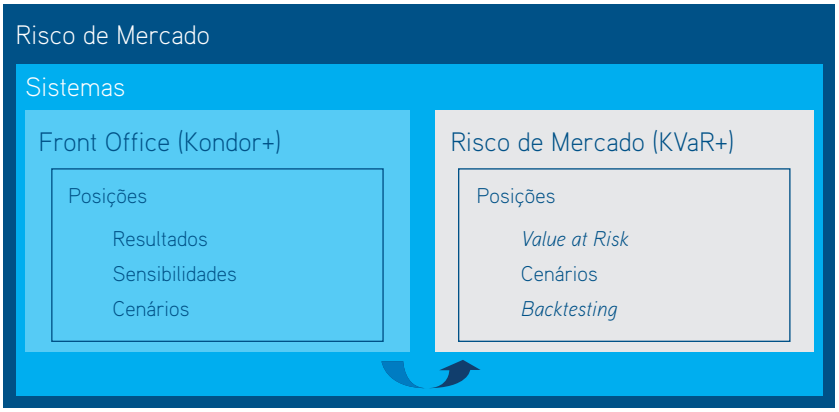
LIMITES

A prática de estabelecimento de limites de diversa natureza e de monitorização desses limites é de extrema importância para a mitigação de risco de mercado. Estes limites globais são submetidos pela área de gestão de risco à Comissão Executiva para discussão e aprovação. As regras de gestão estabelecidas, para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e, ainda, limites quanto a tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis, entre outros. Aplicam-se, ainda, regras de gestão específicas para risco de posição cambial de unidades do Grupo CGD.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

Relativamente à posição cambial do Grupo CGD, são apurados valores em termos de VaR, que se encontram sujeitos a limites, assim como a posição aberta total e a posição aberta por moeda.

METODOLOGIA



O *Value at Risk* (VaR) é uma medida de perda de valor potencial futura que, em condições normais de mercado, será majorante de perda, assumindo um certo nível de confiança e um determinado horizonte temporal de investimento. Desde 2002, a gestão de risco de mercado utiliza a medida VaR para monitorizar o Risco de Mercado do Grupo, sendo os limites de risco de mercado baseados nessa medida e, nalguns casos, complementados com limites de sensibilidade à variação de fatores de risco: *basis point value* (bpv), para taxa de juro, e outros indicadores de sensibilidade comummente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). O VaR é apurado para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, ações, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, estando os níveis de confiança utilizados e os horizontes temporais de investimento considerados dependentes do objetivo de detenção das carteiras.

Desenvolvem-se, ainda, avaliações do impacto nos resultados para cenários extremos de variação por fatores de risco *(stress-testing)*.

A gestão de risco de mercado procede, diariamente, ao cálculo e monitorização destas medidas, tendo concebido uma estrutura exaustiva de reporte de VaR, análise de sensibilidade, indicadores de rentabilidade, cumprimento de limites e *stress testing*, para todas as Entidades com exposição a Risco

de Mercado nas carteiras de negociação e no risco cambial de balanço.

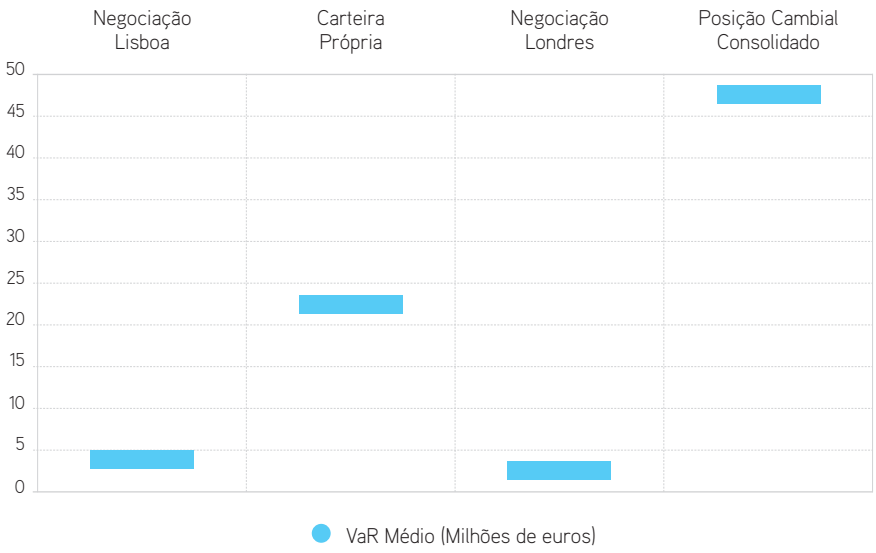
O controlo e a avaliação do risco cambial são efetuados ao nível individual, diariamente, para a atividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, ao nível consolidado para todo o Grupo.

O modelo de VaR é continuamente posto à prova quer pela sua utilização diária, quer através das análises diárias de *backtesting* teórico, quer ainda através do apuramento mensal de *backtesting* real para algumas carteiras.

O número de exceções obtidas, isto é, o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

Para o ano de 2011, retiram-se as seguintes medidas para os principais indicadores de risco de mercado e para os perímetros mais relevantes:

CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO – SEDE (VaR 95% 1D)
CARTEIRA PRÓPRIA – SEDE (VaR 99% 10D)
CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO – LONDRES (VaR 95% 1D)
POSIÇÃO CAMBIAL – NÍVEL CONSOLIDADO (VaR 99% 10D)



1.8.3. RISCO DE TAXA DE JURO DO BALANÇO

Trata-se do risco incorrido na atividade de uma instituição sempre que, no desenvolvimento da sua atividade, contrata operações com fluxos financeiros sensíveis a variações da taxa de juro. Dito de outro modo, é o risco de que ocorra uma variação da taxa de juro, associado ao *mismatch* de maturidades de revisão de taxa de juro entre ativos e passivos detidos, diminuindo a rentabilidade ou aumentando o seu custo financeiro.

METODOLOGIA

Para a medição deste tipo de risco, a metodologia adotada na Caixa socorre-se da agregação em intervalos residuais de revisão de taxa de juro de todos os ativos e passivos sensíveis à sua variação, obtendo-se, desse modo, os correspondentes *gaps* de taxa de juro.

A análise da dimensão do risco de taxa de juro envolve, ainda, o cálculo mensal da duração dos ativos e passivos sensíveis, bem como o respetivo *gap* de duração. Através deste, mede-se o nível de *mismatch* entre o tempo médio em que os *cash inflows* são gerados e os *cash outflows* são exigidos.

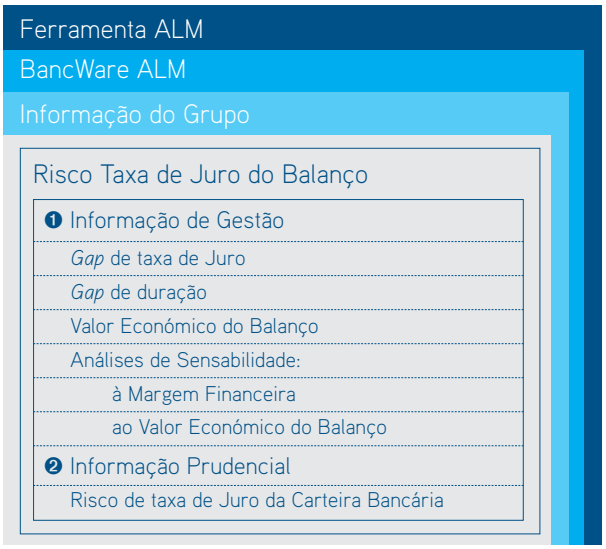
Para acompanhar o efeito dos *gaps* sobre a margem financeira, procede-se, trimestralmente, à simulação de cenários previsionais da evolução mensal dos ativos e passivos sensíveis, integrando nesses cenários comportamentos e tendências considerados relevantes da atividade financeira, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas refletidas nas *yield curves*.

Por decisão do ALCO, foi estabelecido um conjunto de *guidelines* sobre o risco de taxa de juro no balanço e na carteira bancária, incluindo a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objetivo do cumprimento dessas *guidelines* é assegurar que a CGD possui, a todo o tempo, um modo de gerir o *trade-off* rentabilidade-risco, no que se refere à gestão do balanço, e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição

mais adequado e de controlar os resultados das diferentes políticas e posições de risco assumidas.

Os limites estabelecidos calculam-se, mensalmente, para o *gap* acumulado a 12 meses e o *gap* de duração, e, trimestralmente, para o indicador *economic value at risk* (que traduz as variações no valor económico do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro) e para o indicador *earnings at risk* (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro e da evolução dos saldos de recursos e aplicações).

Na área de análise do risco de taxa de juro, a ferramenta de gestão de ativos e passivos, denominada BancWare ALM, permite a avaliação das entidades do Grupo CGD materialmente mais relevantes.



Os *outputs* produzidos para cada uma das entidades do Grupo, e em termos consolidados, são os seguintes:

- Com caráter mensal: balanço contratual, valor económico do balanço e *gaps* de taxa de juro e de duração;
- Com caráter trimestral: balanço previsional para o período de simulação pretendido, e margem financeira e valor económico do balanço com análise de sensibilidade a variações da taxa de juro (*up/down* 200 b.p., *up/down* 100 b.p. e *up/down* 50 b.p.).

Os *outputs* produzidos são destinados à Comissão Executiva e à própria área de gestão de risco. De igual modo, é produzida informação mensal destinada a apreciação nas reuniões do ALCO.

Durante o 1º semestre de 2011, o *gap* acumulado de taxa de juro estático até 12 meses registou valores que, em média, se situaram em torno dos 26% do ativo sensível. Durante o 2º semestre, registou-se uma diminuição deste valor para, em média, os 24% do ativo sensível, voltando a atingir, no final do ano, os 26% do ativo sensível, ou seja, 24 596 milhões de euros.

(Milhões de euros)

***GAP* DE TAXA DE JURO, EM 31.12.2011(*)**	7 D	1 M	3 M	6 M	12 M	3 A	>3 A
Total Ativo	5 711	20 821	36 197	23 367	3 577	1 969	2 995
Total Passivo + Capital	5 390	11 640	19 762	16 418	11 577	20 767	10 532
Total *Swaps* Taxa de Juro	2 835	-618	-1 565	-836	-155	157	298
Total Futuros e Opções Taxa de Juro	0	0	-650	325	375	-85	-352
Gap do Período	3 156	8 563	14 220	6 438	-7 780	-18 726	-7 591
Gap Acumulado	3 156	11 719	25 938	32 376	24 596	5 870	-1 721

* Perímetro: CGD, SFE, Sucursais de Espanha, França, Londres, Nova Iorque e Ilhas Caimão, Banco Caixa Geral, Caixa - Banco de Investimento, CGD Finance, Caixa Geral Finance, CGD North America e Subsidiária Offshore de Macau.

A avaliação e medição do risco de taxa de juro na carteira bancária socorre-se do cálculo do impacto acumulado de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de +200 b.p., nos fundos próprios e na margem de juros (Instrução do BdP n.º 19/05). Esta informação é enviada semestralmente ao Banco de Portugal, bem como o resultado dos modelos internos de avaliação do risco de taxa de juro na carteira bancária. Por decisão do ALCO, e para efeitos de gestão interna, este cálculo é efetuado com periodicidade trimestral, tendo sido fixados, para o efeito, limites de cumprimento interno.

No final de 2011, o impacto nos fundos próprios (tal como se encontram definidos no Aviso do BdP n.º 12/92) e o impacto na margem de juros (entendida como a diferença entre proveitos e custos de juros correspondente ao valor anualizado do seu nível corrente), resultantes daquela deslocação da curva de rendimentos, eram de 11% e 36%, respetivamente.

(Milhões de euros)

Impacto na Situação Líquida	
Banda Temporal	Posição Ponderada
à vista – 1 mês	-6
1 – 3 meses	-51
3 – 6 meses	-50
6 – 12 meses	118
1 – 2 anos	468
2 – 3 anos	110
3 – 4 anos	202
4 – 5 anos	235
5 – 7 anos	-12
7 – 10 anos	68
10 – 15 anos	-66
15 – 20 anos	-41
> 20 anos	-114
Total	**862**

Impacto na Margem em Juros	
Banda Temporal	Posição Ponderada
à vista	10
à vista – 1 mês	144
1 – 2 meses	193
2 – 3 meses	76
3 – 4 meses	35
4 – 5 meses	5
5 – 6 meses	44
6 – 7 meses	-16
7 – 8 meses	-12
8 – 9 meses	-0,7
9 – 10 meses	-6
10 – 11 meses	-8
11 – 12 meses	-0.1
Total	**465**

Impacto na Situação Líquida / Fundos Próprios	11%
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano em percentagem da Margem de Juros	36%

1.8.4. RISCO DE LIQUIDEZ

Trata-se da possibilidade de ocorrência de um desfasamento ou descompensação entre os fluxos de pagamento e de recebimento num banco, gerando, desse modo, uma incapacidade para cumprir os compromissos assumidos. Ou seja, em tal situação, as reservas e disponibilidades de uma instituição tornar-se-iam insuficientes para honrar as suas obrigações no momento em que ocorressem.

O risco de liquidez no negócio bancário pode ter a sua origem quando ocorram:

- Dificuldades na captação de recursos para financiar os ativos, conduzindo, normalmente, ao acréscimo dos custos de captação, mas podendo implicar, também, uma restrição do crescimento dos ativos;
- Dificuldades na liquidação atempada de obrigações para com terceiros, induzidas por *mismatches* significativos entre os prazos de vencimento residual de ativos e passivos.

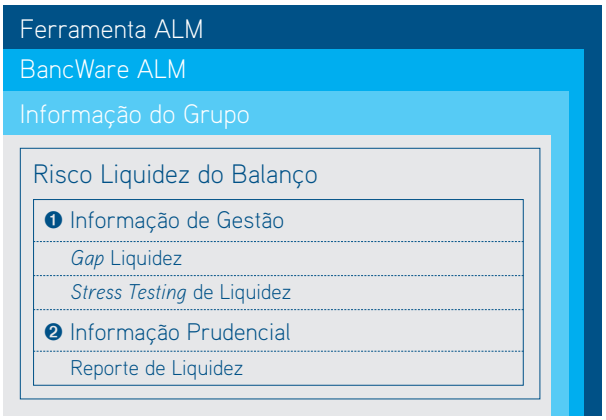
PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS EM 2011

Com vista ao regular acompanhamento dos novos *standards* mínimos de liquidez propostos no documento *Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring* – o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) e o *Net Stable Funding Ratio* (NSFR), e com o objetivo de antecipar eventuais medidas corretivas necessárias ao seu cumprimento, a CGD calculou e monitorizou em permanência, durante o ano de 2011, os dois rácios propostos.

METODOLOGIA

A gestão do risco de liquidez na CGD utiliza a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço. Para cada um dos diferentes intervalos temporais estabelecidos, são evidenciados os volumes de *cash inflows* e *cash outflows* e calculados os respetivos *gaps* de liquidez, tanto do período como acumulados.

Para efeitos de análise, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural, onde, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente, se traduz a distribuição dos depósitos à ordem e a prazo, pelas diferentes bandas temporais consideradas na análise, de acordo com o comportamento histórico dos depositantes.



No caso dos depósitos à ordem, cerca de 82% do seu saldo – *core deposits* – é considerado no *bucket* (banda temporal) superior a 10 anos, sendo o restante – *non-core deposits* – alocado nos *buckets* até 12 meses, segundo estudos realizados sobre sazonalidade e saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes *buckets* de acordo com um modelo de estimativa da sua vida média esperada e da distribuição temporal esperada das saídas desses depósitos.

Também as aplicações em títulos merecem um tratamento especial, sendo que 85% do saldo total é considerado como tendo adequada liquidez e, por isso, refletido no *bucket* até 1 mês, e os restantes 15% repartidos de acordo com o peso dos saldos na estrutura inicial de prazos residuais de maturidade. As ações e outros títulos de rendimento variável, que apresentem liquidez adequada, são globalmente considerados no *bucket* até 1 mês.

Os *gaps* de liquidez são calculados mensalmente, avaliando-se o cumprimento de três limites de exposição ao risco de liquidez (dois de curto prazo e um de longo prazo), fixados em ALCO.

A ferramenta utilizada para gestão do risco de taxa de juro no balanço é, também, utilizada na análise do risco de liquidez no balanço.

Os *outputs* produzidos mensalmente para cada uma das entidades do Grupo, e em termos consolidados, são os seguintes: *gap* de liquidez, *gap* de liquidez estrutural e mapa de origem e aplicação de fundos.

No final do ano de 2011, os valores dos *gaps* de liquidez eram os seguintes:

(Milhões de euros)

***GAP* DE LIQUIDEZ, EM 31.12.2011**[*]	1 M	3 M	6 M	12 M	3 A	5 A	10 A	>10 A
Total Ativo	10 209	6 930	7 267	4 868	12 488	8 725	13 721	16 751
Total Passivo + Capital	12 220	10 856	10 736	10 156	21 727	11 884	5 087	13 419
Total *Swaps*	0	0	0	0	67	0	5	41
Gap Período	-2 012	-3 927	-3 469	-5 288	-9 171	-3 158	8 639	3 373
Gap Acumulado	-2 012	-5 938	-9 407	-14 695	-23 866	-27 024	-18 385	-15 012

[*] Perímetro: CGD, SFE, Sucursais de Espanha, França, Londres, Nova Iorque e Ilhas Caimão, Banco Caixa Geral, Caixa-Banco de Investimento, CGD Finance, Caixa Geral Finance, CGD North America e Subsidiária Offshore de Macau.

A gestão do risco de liquidez incorpora, ainda, a realização trimestral de exercícios de *stress testing* em articulação com o **plano de contingência de liquidez** existente, conforme os princípios e recomendações divulgadas pelo BCBS (Basel Committee on Banking Supervision) e pelo CEBS (Committee of European Banking Supervisors).

A metodologia, desenvolvida internamente para a avaliação da resiliência da Caixa a eventuais dificuldades de liquidez, engloba a medição e monitorização do designado "período de sobrevivência" (tempo até à ocorrência de dificuldades de liquidez se, previamente, não forem implementadas medidas corretivas), face a três cenários de *stress* ao nível dos mercados de financiamento. Considera-se, ainda, um quarto cenário – cenário-base – que pressupõe que a Caixa desenvolve a sua atividade nas condições previstas no seu orçamento e consequente plano de financiamento.

O modelo existente engloba, também, um conjunto de limites para os períodos de sobrevivência definidos para cada um dos cenários referidos. Um eventual não cumprimento de qualquer um dos limites existentes, pressupõe a implementação das medidas de contingência previstas no plano de contingência de liquidez da Caixa, de acordo com os níveis de prioridade aí definidos quanto à utilização dos diferentes instrumentos de financiamento.

Apesar dos problemas observados nos mercados monetários e de capitais, a Caixa prosseguiu, ao longo do ano, uma política de captação de recursos cujos prazos se adequassem melhor aos *mismatches* existentes entre os prazos dos seus ativos e passivos e que, simultaneamente, garantissem

uma maior estabilidade dos recursos de clientes, quer através do lançamento de produtos estruturados de poupança, quer através da prática de taxas particularmente atrativas.

Relativamente à informação de liquidez de caráter prudencial, a Caixa continuou a elaborar mensalmente o reporte de liquidez (Instrução do BdP nº 13/2009), constituído por um conjunto diversificado de mapas, tendo em vista um maior conhecimento e controlo da liquidez bancária. Considerando a necessidade de acompanhar de forma permanente e tempestiva os níveis de liquidez das instituições de crédito, sobretudo em períodos de perturbação dos mercados financeiros, continuou a ser exigível pelo Banco de Portugal informação semanal de liquidez relativa aos mercados *wholesale*.

1.8.5. RISCO OPERACIONAL

A gestão do risco operacional no Grupo CGD tem como base uma visão por processos *(end-to-end)* e encontra-se suportada num conjunto de orientações, metodologias e regulamentos reconhecidos como boas práticas:

- Princípios e abordagens de gestão do risco operacional com origem no Comité de Basileia;
- Metodologias de controlo interno propostas pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e definidas no âmbito do CobiT (Control Objetives for Information and Related Technology);
- Abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Riscos implementada pelo Banco de Portugal.

Em termos de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Banco de Portugal aprovou, em 2009, a adoção pelo Grupo CGD, em base consolidada, do método *standard*, abrangendo, também, em base individual, a Caixa Geral de Depósitos, o Caixa-Banco de Investimento e a Caixa Leasing e Factoring.

A aplicação do método *standard* encontra-se, ainda, formalmente aprovada pelas respetivas entidades de Supervisão no Banco Caixa Geral (Espanha) e no Mercantile (África do Sul). Nas restantes instituições do Grupo no exterior, o apuramento dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, em base individual, é determinado de acordo com o método do indicador básico.

Da aplicação do Método *Standard* decorrem, a 31.12.2011 e em base consolidada, requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional de 312 milhões de euros.

A nível organizacional, a gestão do risco operacional na CGD é assegurada pelas seguintes estruturas e funções com responsabilidades específicas neste processo:

- Comité de Gestão do Risco Operacional e Controlo Interno, responsável por verificar a conformidade com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco operacional e controlo interno;
- Área dedicada exclusivamente à gestão do risco operacional e controlo interno, responsável por desenvolver e implementar a estratégia e as políticas, assegurar que o risco operacional está a ser gerido adequadamente e que os controlos estão a funcionar de forma eficaz, articulando-se com os demais Departamentos, Sucursais e Filiais. de forma a assegurar a harmonização de práticas ao nível das entidades do Grupo;
- Donos de Processos *(Process Owners)*, aos quais compete o papel de facilitador e dinamizador no processo de gestão do risco operacional e controlo interno nos respetivos âmbitos de intervenção;
- São ainda intervenientes, com especial destaque, a Comissão Executiva (Aprova a estratégia/políticas e garante a sua implementação), a Direção de Consultoria e Organização (Gestão e documentação de processos e gestão do catálogo de processos do Grupo), o Gabinete de Suporte à Função *Compliance* (Gestão do risco de *compliance*), a Direção de Contabilidade, Consolidação e Informação Financeira (Cálculo e reporte dos requisitos de fundos próprios), a Função específica de controlo interno para os sistemas de informação (suportada na metodologia Cobit) e a Direção de Auditoria Interna (Testes aos controlos e revisão do processo de gestão);
- Assumem também funções relevantes o Gabinete de Prevenção, Segurança e Continuidade

de Negócio (GPS), o Comité de Segurança de Canais Eletrónicos e a Área de Gestão de Segurança, Risco e Continuidade, do SSI.

A metodologia adotada pelo Grupo para a gestão do risco operacional encontra-se integrada com a avaliação do sistema de controlo interno, podendo ser caracterizada através das seguintes componentes distribuídas pelas 4 fases do ciclo de gestão do risco:

1. IDENTIFICAÇÃO

- Catálogo de Processos do Grupo;
- Documentação das atividades, riscos operacionais potenciais, atividades de controlo e mitigantes;
- Recolha descentralizada de eventos de risco operacional, perdas e recuperações, incluindo *near-misses*, reforçada e suportada por procedimentos de controlo e ações de comunicação / dinamização que contribuem para garantir a integralidade da base de dados.

2. AVALIAÇÃO

- Questionários de autoavaliação dos riscos operacionais potenciais, desenvolvidos numa lógica de processo e dirigidos aos responsáveis e executantes das atividades;
- Testes aos controlos para avaliação do respetivo desenho, implementação e operacionalidade;
- Mensuração do consumo de capitais próprios.

3. MONITORIZAÇÃO

- Indicadores de risco;
- Divulgação de informação relativa ao risco operacional, com origem nas várias componentes da metodologia, aos diversos intervenientes na sua gestão.

4. MITIGAÇÃO

- Dinamização e acompanhamento da implementação de planos de ação como corolário das restantes componentes da metodologia.

Esta metodologia está implementada na CGD e respetivas Sucursais, Filiais Domésticas (Caixa Gestão de Ativos, Caixa-Banco de Investimento, Caixa Capital e Caixa Leasing e Factoring) e Filiais no exterior (Banco Caixa Geral, Mercantile Bank, Banco Nacional Ultramarino, Subsidiária Offshore de Macau, Banco Comercial e de Investimentos, Banco Comercial do Atlântico, Banco Interatlântico, Banco Caixa Geral Brasil e Banco Caixa Geral Totta de Angola).

Para além da referida metodologia de gestão do risco operacional, e tendo como objetivo garantir o funcionamento contínuo da atividade, a CGD implementou uma Estratégia Global para a Continuidade do seu Negócio, assente em dois pilares fundamentais: continuidade operacional e recuperação tecnológica.

Esta visão global implementada pela CGD, mais exigente e abrangente, incluindo pessoas e processos críticos para a atividade da Instituição, está condizente com as Recomendações sobre Gestão de Continuidade de Negócio no Setor Financeiro, aprovadas pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros em 9 de setembro de 2010.

A Estratégia Global para a Continuidade de Negócio adotada, assente numa abordagem integrada de gestão de crises e de fortalecimento da capacidade de resposta a situações de perturbação da atividade, para além de abranger a CGD, integra, também, outras Empresas do Grupo CGD em Portugal, como a Fidelidade Mundial, Império Bonança, o Caixa-Banco de Investimento, a Caixa Leasing e Factoring e a Caixa Gestão de Ativos.

De forma a garantir as obrigações regulamentares das instituições que se apresentam como casa-mãe de um Grupo Financeiro, a Caixa encontra-se a desenvolver projetos de execução / adaptação deste quadro de boas práticas de gestão da contingência nas suas estruturas no exterior.

1.8.6. PROGRAMA BASILEIA

A Caixa Geral de Depósitos tem vindo a desenvolver, desde o final de 2002, um conjunto de iniciativas, atualmente designado por Programa Basileia, cujo objetivo é garantir o cumprimento dos requisitos dos Acordos de Capital de Basileia, e legislação prudencial deles decorrente e a candidatura à utilização das abordagens avançadas para o cálculo dos requisitos de fundos próprios.

Com a implementação do Programa Basileia, pretendeu-se não apenas cumprir as exigências regulamentares, mas também dotar o Grupo CGD de ferramentas e metodologias mais sofisticadas de avaliação e gestão de risco, nas vertentes de crédito, mercado, taxa de juro e liquidez.

Ao longo do tempo, têm-se concluído inúmeras etapas dos diferentes projetos. As valências adquiridas têm sido incorporadas na atividade corrente, pelo que a referência às mesmas foi feita, direta ou indiretamente, na descrição das metodologias de gestão dos diversos riscos.

Apresenta-se de seguida uma breve exposição da finalidade de cada projeto, assim como a respetiva evolução no decurso de 2011.

❶ **Basileia Global** tem como principal objetivo garantir a coordenação de atividades transversais ao Programa.

Durante o 1º semestre de 2011, foi analisada, com o Banco de Portugal (BdP), a candidatura à utilização de modelos internos para risco de crédito, nos segmentos de maior materialidade para a CGD. Desta análise, resultou um conjunto de recomendações do BdP que serão implementadas pela CGD a partir de 2012.

❷ O projeto ***Gap Analysis*** foi o ponto de partida do programa, tendo permitido estabelecer todo o plano de ação consequente.

❸ O projeto ***Umbrella*** engloba o desenvolvimento de ações de formação relacionadas com as tipologias de risco presentes no programa e a elaboração de manuais de gestão e controlo de riscos para o Grupo CGD.

Em 2011, foi disponibilizada, a um universo alargado de colaboradores da CGD, uma formação presencial sobre Basileia 2, risco de crédito e rentabilidade ajustada ao risco, com o objetivo de melhorar as competências em gestão de risco de crédito na Instituição, complementando a formação *e-learning* disponibilizada em 2010.

❹ O projeto ***DataMart* de Risco (DMR)** tem como objetivo a integração de toda a informação relevante para os demais projetos do Programa num repositório centralizado.

No âmbito do Projeto *DataMart* de Risco (DMR), para além das atividades de manutenção, é efetuada mensalmente a monitorização / validação da informação residente no DMR com o intuito de aferir a sua coerência e consistência a nível qualitativo e quantitativo, promovendo a sua correção sempre que se mostra necessário.

❺ O projeto de Recolha de **Informação das Entidades do Grupo (PRIG)** decorre da necessidade de assegurar a centralização da informação relativa às operações das Entidades.

No decurso de 2011, deu-se continuidade: i) à harmonização da informação enviada pelas Entidades; e ii) ao apoio às Entidades nos desenvolvimentos necessários para o envio periódico da informação.

❻ O **Sistema Integrado de Gestão e Controlo de Riscos (SIGCR)** tem como principais objetivos a definição e implementação de um modelo integrado de gestão do risco suportado numa ferramenta de cálculo de requisitos de capital, bem como a implementação de um processo de autoavaliação de adequação do capital económico (ICAAP).

No âmbito deste projeto, para além do reporte prudencial regular dos requisitos de fundos próprios para risco de crédito (método-padrão), foi elaborado e disponibilizado ao regulador o relatório intercalar de autoavaliação da adequação do capital interno (ICAAP).

❼ O projeto **Risco de Mercado** tem como principal objetivo a utilização de metodologias avançadas na medição do risco de mercado para o Grupo CGD.

❽ O projeto **Risco de Taxa de Juro e Liquidez no Balanço** resulta da necessidade de adotar as recomendações de Basileia no âmbito da gestão e supervisão do risco de taxa de juro e liquidez no balanço.

❾ O projeto **Risco de Crédito** combina:

- O Projeto Modelos de ***Scoring*** e ***Rating***, que pretende dotar a CGD com modelos internos de estimação da probabilidade de incumprimento, conforme requisito da abordagem de modelos internos (IRB) do Acordo de Basileia 2.
  Os resultados destes modelos são utilizados nos processos de decisão de crédito na CGD Sede desde abril de 2005.
- O Projeto Modelos ***Internal Rating Based Advanced***, que teve como principal objetivo o desenvolvimento de modelos internos para a estimação dos fatores de risco perda em caso de incumprimento (*Loss Given Default* – LGD) e exposição em caso de incumprimento (*Exposure-at-Default* – EAD), facultando condições para adoção da abordagem avançada de modelos internos (IRBA).
  Os resultados dos modelos estão em utilização no processo de decisão / *pricing*, para os segmentos de Empresas e Retalho na CGD Sede.
- O **Sistema Integrador de *Ratings* (SIR)** consiste num repositório de Demonstrações Financeiras e informação de caracterização de pessoas coletivas e empresários em nome individual, integrado num *workflow* de atribuição, gestão e divulgação de *ratings* internos. Permite e facilita a análise económico-financeira das referidas pessoas coletivas.
  O SIR está a ser utilizado desde 2010, permitindo o abastecimento automático dos elementos contabilísticos do universo total de empresas por via da Informação Empresarial Simplificada (IES). Adicionalmente, faculta maior flexibilidade na utilização e gestão dos dados obtidos e disponibiliza um interface de navegação mais ágil e direcionado para o utilizador final.
- Projeto **Acompanhamento de Modelos Internos de Risco de Crédito** tem como objetivo implementar uma aplicação de suporte ao acompanhamento dos modelos internos.
  No 2.º semestre de 2011, entrou em produção a ferramenta informática para uniformização e sistematização da verificação de *performance* dos modelos de avaliação de risco de crédito desenvolvidos internamente.

OBJETIVOS PARA 2012

Em resultado da avaliação da candidatura à utilização de modelos internos para risco de crédito, o BdP comunicou, no final do 1º semestre de 2011, um conjunto de recomendações que a CGD irá implementar a partir de 2012.

Pretende-se preparar, no decurso de 2012, a apresentação de candidatura formal à utilização de modelos internos para cálculo de requisitos regulamentares de fundos próprios para risco de mercado.

Serão ainda implementadas, pelo Grupo CGD, as recomendações comunicadas pelo BdP no âmbito do Programa Especial de Inspeções (SIP).

Adicionalmente, continuarão a ser desenvolvidas as ações relevantes para acompanhamento e integração das melhores práticas e princípios de gestão de risco, inerentes à revisão do Acordo de Capital (Basileia III).

A Autoavaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), a agregação de riscos e a elaboração de exercícios de *stress-testing* continuarão a ser objeto de continuada revisão para permanecerem adequados às melhores práticas disponíveis.

1.9. Eventos Subsequentes

Em 31 de janeiro de 2012, a agência de *rating* internacional DBRS, na sequência do *downgrade* efetuado no *rating* de longo prazo da República Portuguesa, alterou o *rating* de longo prazo da CGD de BBB para BBB (*low*) e o de curto prazo de R-2 (*high*) para R-2 (*mid*), ambos com tendência negativa.

Em 14 de fevereiro de 2012, no seguimento do *downgrade* efetuado aos *ratings* da República Portuguesa, a Standard & Poor's reviu em baixa o *rating* de longo prazo da CGD de BB+ para BB-, com *outlook* negativo, e o *rating* de curto prazo reafirmado em B.

Em 6 de fevereiro de 2012, o Grupo CGD assinou com o Grupo BANIF os acordos definitivos de aquisição, através da CGD – Participações em Instituições Financeiras, Ltd (CGD PINF), sociedade de direito brasileiro, participada em partes iguais em 50% pelo CaixaBI e BCG Brasil, de uma participação no capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA (Banif CVC). Esta aquisição será efectuada pelo preço global de, aproximadamente, 123,9 milhões de reais. O processo inerente à formalização da cedência dos direitos sobre a Banif CVC, actualmente em curso, prevê, numa primeira fase, a subscrição pela CGD PINF de um aumento de capital no valor de 47,5 milhões de reais, e posterior aquisição de ações ao Banif – Banco de Investimento (Brasil) em número suficiente para que o Grupo perfaça uma participação global de 70% sobre o capital social desta entidade.

Em 23 de fevereiro de 2012, o Sr. Dr. Jorge Humberto Correia Tomé apresentou a sua renúncia ao cargo de Vogal do Conselho de Administração.

1.10. Notas Finais

Na reunião da Assembleia-Geral, de 22 de julho de 2011, que aprovou as alterações aos estatutos da CGD, e designadamente o novo modelo de administração e fiscalização da Sociedade, foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o mandato de 2011-2013, cuja composição passou a ser a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Manuel Carlos Lopes Porto
Vice-Presidente: Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete
Secretário: José Lourenço Soares

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos
Vogais: António do Pranto Nogueira Leite, Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Jorge Humberto Correia Tomé, Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Pedro Manuel de Oliveira Cardoso, Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira, Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa e Álvaro José Barrigas do Nascimento

COMISSÃO DE AUDITORIA

Na mesma reunião, foram designados membros da **Comissão de Auditoria** os seguintes vogais do Conselho de Administração:

Presidente: Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Vogais: Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa e Álvaro José Barrigas do Nascimento

COMISSÃO EXECUTIVA

Na sua reunião de 27 de julho de 2011, o Conselho de Administração deliberou nomear uma **Comissão Executiva**, composta pelos seguintes membros:

Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vice-Presidentes: António do Pranto Nogueira Leite e Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Vogais: Jorge Humberto Correia Tomé, Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Pedro Manuel de Oliveira Cardoso e Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Por deliberação social unânime por escrito, de 28 de dezembro de 2011, o Estado Português, na qualidade de acionista único da CGD, deliberou aceitar a renúncia do Vogal do Conselho de Administração Pedro Manuel de Oliveira Cardoso e designar em sua substituição João Nuno de Oliveira Jorge Palma, com início de funções no dia 2 de janeiro de 2012.

No dia 23 de fevereiro de 2012, Jorge Humberto Correia Tomé apresentou a sua renúncia ao cargo de Vogal do Conselho de Administração.

1.11. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do artigo 66º, n.º 5 alínea f), e do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 26º dos Estatutos da Caixa Geral de Depósitos, propõe-se que o prejuízo apurado no exercício respeitante à atividade individual da CGD, no montante de 316 255 089 euros, seja integrado na rubrica de "Outras Reservas e Resultados Transitados" do balanço.

Lisboa, 29 de março de 2012

O Conselho de Administração

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vogais: António do Pranto Nogueira Leite, Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, João Nuno de Oliveira Jorge Palma, Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira, Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa e Álvaro José Barrigas do Nascimento

1.12. Declarações sobre a conformidade da informação financeira apresentada

1.12.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da alínea c) do n º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2011 e demais documentos de prestação de contas, tanto quanto é do nosso conhecimento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Caixa Geral de Depósitos, SA e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e, bem ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição das referidas entidades e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 29 de março de 2012

O Conselho de Administração

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vogais: António do Pranto Nogueira Leite, Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, João Nuno de Oliveira Jorge Palma, Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira, Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa e Álvaro José Barrigas do Nascimento

1.12.2. POSIÇÃO OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Obrigacionistas Membros do Conselho de Administração	Título	Nº de títulos em 31.12.2011
Fernando Faria Oliveira	Obrigações Caixa Valor Nacional 2010/2015	50
	Obrigações Caixa Dia da Poupança 2010/2013	25
Norberto Rosa	Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2017	200
	Obrigações Caixa Valor Nacional 2010/2015	40
Jorge Tomé	Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2017 – 1ª emissão	1500
	Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2008/2018 – 1ª emissão	200
	Obrigações Subordinadas CGD – 2009/2019 – Aniversário	25
	Obrigações Caixa Valor Nacional 2010/2015	250
	Obrigações Caixa Taxa Mix julho 2010/2013	250
Rodolfo Lavrador	Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2008/2018 – 1ª emissão	300
João Nuno Palma	Obrigações Subordinadas CGD – 2009/2019 – Aniversário	50
	Obrigações CGD 5,125% 2014	1
Álvaro Nascimento	Obrigações CGD 4,375% 2013	4
Cônjuge / Descendentes de menor idade:		
Carolina Tomé	Obrigações Subordinadas CGD – 2009/2019 – Aniversário	30
	Obrigações Caixa Valor Nacional 2010/2015	20

1.12.3. INDICAÇÃO SOBRE ACIONISTAS DA CGD

(Art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais)

Acionistas	Capital Social em 31.12.2011	% da Participação em 31.12.2011
Estado Português	5 150 000 000 Euros	100%

1.13. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Caixa Geral de Depósitos, SA

Balanços Individuais (*)

ATIVO	Notas (a)	31.12.2011 Ativo bruto	31.12.2011 Provisões, imparidade e amortizações	31.12.2011 Ativo líquido	*Pro forma* 31.12.2010 Ativo líquido	*Pro forma* 01.01.2010 Ativo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	1 887 903 736	-	1 887 903 736	919 449 031	1 479 260 153
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	451 016 174	-	451 016 174	494 799 108	749 658 913
Ativos financeiros detidos para negociação	5	3 034 281 122	-	3 034 281 122	3 087 945 246	4 949 541 580
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	5	440 709 825	-	440 709 825	474 145 085	819 863 784
Ativos financeiros disponíveis para venda	6	14 779 914 331	(765 333 537)	14 014 580 794	16 263 371 691	8 435 484 648
Ativos financeiros com acordo de recompra	7	1 920 119 486	(3 112 251)	1 917 007 235	2 270 045 734	-
Aplicações em instituições de crédito	8	10 774 371 976	(16 308 796)	10 758 063 180	11 982 240 562	16 457 682 999
Crédito a clientes	9	69 553 519 287	(2 478 530 894)	67 074 988 393	69 514 880 956	65 596 869 796
Derivados de cobertura	10	106 887 443	-	106 887 443	113 601 534	178 690 037
Ativos não correntes detidos para venda	11	321 863 511	(58 803 576)	263 059 935	250 550 249	110 945 325
Propriedades de investimento		3 600 156	-	3 600 156	6 294 730	6 294 730
Outros ativos tangíveis	12	1 208 800 312	(726 416 481)	482 383 831	497 338 021	622 442 930
Ativos intangíveis	13	569 161 530	(453 581 773)	115 579 757	126 434 860	136 693 556
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	3 762 082 667	(239 741 806)	3 522 340 861	3 280 177 330	3 099 406 176
Ativos por impostos correntes	15	24 340 966	-	24 340 966	56 728 305	110 101 853
Ativos por impostos diferidos	15	1 395 281 945	-	1 395 281 945	781 561 280	736 244 471
Outros ativos	16	3 457 169 065	(80 230 252)	3 376 938 813	2 692 684 699	2 107 768 549
Total do ativo		**113 691 023 532**	**(4 822 059 366)**	**108 868 964 166**	**112 812 248 421**	**105 596 949 500**

(*) Inclui a atividade em Portugal e das Sucursais de França, Londres, Espanha, Luxemburgo, Nova Iorque, Ilhas Caimão, Timor-Leste, Zhuhai e Financeira Exterior (Madeira).
(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Caixa Geral de Depósitos, SA

Balanços Individuais (Cont.)

(EUR)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas [a]	31.12.2011	*Pro forma* 31.12.2010	*Pro forma* 01.01.2010
Recursos de bancos centrais	17	9 015 597 149	7 572 699 955	2 545 619 655
Passivos financeiros detidos para negociação	10	2 510 065 118	2 237 458 682	2 275 135 565
Recursos de outras instituições de crédito	17	7 770 059 638	9 093 770 665	7 127 415 816
Recursos de clientes e outros empréstimos	18	57 856 002 055	54 787 526 101	53 712 685 373
Responsabilidades representadas por títulos	19	16 130 621 745	20 364 034 596	26 076 966 883
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	20	5 067 876 208	5 285 202 014	46 489 713
Derivados de cobertura	10	93 071 712	168 739 503	289 487 498
Provisões	21	1 059 667 763	1 124 832 153	1 204 722 119
Passivos por impostos correntes	15	1 484 313	1 810 392	9 325 009
Passivos por impostos diferidos	15	51 065 618	83 056 370	93 316 629
Outros passivos subordinados	22	2 160 728 835	3 162 979 039	3 477 279 572
Outros passivos	23	2 489 026 652	2 818 276 090	3 104 727 273
Total do passivo		**104 205 266 806**	**106 700 385 560**	**99 963 171 105**
Capital	24	5 150 000 000	5 050 000 000	4 500 000 000
Reservas de reavaliação	25	(1 352 870 872)	(121 010 231)	(80 403 795)
Outras reservas e resultados transitados	25	1 182 823 321	1 131 326 041	973 113 081
Resultado do exercício	25	(316 255 089)	51 547 051	241 069 109
Total do capital próprio		**4 663 697 360**	**6 111 862 861**	**5 633 778 395**
Total do passivo e do capital próprio		**108 868 964 166**	**112 812 248 421**	**105 596 949 500**

O Técnico Oficial de Contas
Maria Fátima O. Melo F. Sanchas

O Conselho de Administração

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos
Vogais: António do Pranto Nogueira Leite, Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, João Nuno de Oliveira Jorge Palma, Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira, Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa, Álvaro José Barrigas do Nascimento

Caixa Geral de Depósitos, SA

Demonstrações dos Resultados Individuais [*]

(EUR)

	Notas [a]	31.12.2011	*Pro forma* 31.12.2010
Juros e rendimentos similares	26	5 443 580 360	4 339 336 705
Juros e encargos similares	26	(4 316 988 182)	(3 413 770 568)
MARGEM FINANCEIRA		**1 126 592 178**	**925 566 137**
Rendimentos de instrumentos de capital	27	219 396 807	284 678 847
Rendimentos de serviços e comissões	28	478 743 562	499 583 399
Encargos com serviços e comissões	28	(103 246 814)	(91 111 500)
Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	29	(92 868 126)	11 683 710
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	30	46 668 560	87 339 582
Resultados de reavaliação cambial	29	(10 695 154)	6 840 391
Resultados de alienação de outros ativos	31	143 603 906	103 455 073
Outros resultados de exploração	32	84 035 749	120 414 683
PRODUTO BANCÁRIO		**1 892 230 668**	**1 948 450 322**
Custos com pessoal	33	(555 868 148)	(608 194 862)
Gastos gerais administrativos	35	(376 710 356)	(413 691 039)
Amortizações do exercício	12 e 13	(121 379 598)	(111 305 809)
Provisões líquidas de reposições e anulações	21	40 193 734	52 301 260
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	21	(715 217 524)	(523 470 987)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	21	(415 889 966)	(258 346 093)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	21	(180 817 827)	(63 212 432)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**(433 459 017)**	**22 530 360**
Impostos sobre lucros			
Correntes	15	(52 799 557)	(50 182 230)
Diferidos	15	170 003 485	79 198 921
		117 203 928	**29 016 691**
Resultado do Exercício		**(316 255 089)**	**51 547 051**
Número médio de ações ordinárias emitidas	24	1 012 027 397	900 000 000
Resultado por ação (Euros)		(0,31)	0,06

[*] Inclui a atividade em Portugal e das Sucursais de França, Londres, Espanha, Luxemburgo, Nova Iorque, Ilhas Caimão, Timor-Leste, Zhuhai e Financeira Exterior (Madeira).
[a] Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

O Técnico Oficial de Contas
Maria Fátima O. Melo F. Sanchas

O Conselho de Administração
Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos
Vogais: António do Pranto Nogueira Leite, Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, João Nuno de Oliveira Jorge Palma, Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira, Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa, Álvaro José Barrigas do Nascimento

Caixa Geral de Depósitos, SA

Demonstrações Individuais do Rendimento Integral

(Milhares de euros)

	2011	*Pro forma* 2010
Alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Variações no exercício	(1 980 996)	(190 199)
Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados		
Reconhecimento de imparidade no exercício	415 235	252 280
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	(46 668)	(109 923)
Efeito fiscal	479 142	7 234
Benefícios a empregados – amortização do impacto de transição		
Variação ocorrida no exercício	(33 457)	(33 457)
Efeito fiscal	9 464	9 075
Benefícios a empregados – ganhos e perdas atuariais		
Variação ocorrida no exercício	35 282	154 035
Efeito fiscal	(10 096)	(37 136)
Variações cambiais	(856)	(3 971)
Outros	1 040	4 780
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas	**(1 131 910)**	**52 718**
Resultado líquido do exercício	**(316 255)**	**51 547**
Total do rendimento integral do exercício	**(1 448 166)**	**104 265**

Caixa Geral de Depósitos, SA

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais

(Milhares de euros)

	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	5 820 631	4 840 110
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(3 338 680)	(2 701 074)
Recuperação de capital e juros	31 396	29 325
Pagamentos a empregados e fornecedores	(887 174)	(980 550)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios	(22 425)	(90 737)
Outros resultados	40 152	90 449
	1 643 899	**1 187 524**
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	2 691 969	(2 697 417)
Ativos detidos para negociação e outros ativos avaliados ao justo valor através de resultados	689 435	166 719
Outros ativos	(784 814)	(89 977)
	2 596 590	**(2 620 675)**
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	101 752	6 994 298
Recursos de clientes e outros empréstimos	2 789 391	1 057 172
Outros passivos	(610 471)	(267 867)
	2 280 672	**7 783 604**
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	**6 521 161**	**6 350 453**
Impostos sobre lucros	(17 944)	(1 529)
Caixa líquida das atividades operacionais	**6 503 218**	**6 348 924**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Rendimentos de filiais e associados	103 261	109 021
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	103 214	167 194
Aquisições de investimentos em filiais e associadas, líquidas de alienações	41 753	(231 754)
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	349 774	(665 547)
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(101 468)	69 876
Caixa líquida das atividades de investimento	**496 535**	**(551 211)**

Caixa Geral de Depósitos, SA

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais (Cont.)

(Milhares de euros)

	2011	2010
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros de passivos subordinados	(72 398)	(86 452)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(623 355)	(630 330)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	(1 019 919)	(277 948)
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquidas de reembolsos	(4 363 288)	(5 998 207)
Aumento de capital	-	550 000
Dividendos distribuídos	-	(170 157)
Caixa líquida das atividades de financiamento	**(6 078 960)**	**(6 613 094)**
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	**920 792**	**(815 381)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 414 248	2 228 919
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	3 880	711
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	920 792	(815 381)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**2 338 920**	**1 414 248**

Caixa Geral de Depósitos, SA

Demonstrações das Alterações nos Capitais Próprios Individuais

		Reservas de avaliação			
	Capital	Reservas de justo valor	Reservas por imp. diferidos	Imobilizado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**4 500 000**	**(392 448)**	**103 047**	**208 998**	**(80 404)**
Impacto decorrente da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de perdas e ganhos atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego (Nota 2.3)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009 – *pro forma*	4 500 000	(392 448)	103 047	208 998	(80 404)
Distribuição do resultado do exercício de 2009:					
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:					
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(47 841)	7 234	-	(40 607)
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios	-	(47 841)	7 234	-	(40 607)
Aumento do Capital Social	550 000	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010 – *pro forma*	**5 050 000**	**(440 289)**	**110 280**	**208 998**	**(121 010)**
Distribuição do resultado do exercício de 2010:					
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:					
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(1 612 430)	479 142	-	(1 133 288)
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-
Reclassificações entre outras reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios	-	(1 612 430)	479 142	-	(1 133 288)
Aumento do Capital Social	100 000	-	-	(98 573)	(98 573)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**5 150 000**	**(2 052 719)**	**589 423**	**110 425**	**(1 352 871)**

Caixa Geral de Depósitos, SA

Demonstrações das Alterações nos Capitais Próprios Individuais (Cont.)

(Milhares de euros)

Outras reservas e resultados transitados					
Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Total
805 241	402 321	(22 699)	1 184 864	241 069	5 845 529
-	(211 751)	-	(211 751)	-	(211 751)
805 241	190 570	(22 699)	973 112	241 069	5 633 778
48 214	-	22 699	70 912	(70 912)	-
-	-	-	-	(170 157)	(170 157)
-	-	-	-	-	(40 607)
-	-	(24 382)	(24 382)	-	(24 382)
-	116 899	-	116 899	-	116 899
-	(3 971)	-	(3 971)	-	(3 971)
-	(1 245)	-	(1 245)	-	(1 245)
-	111 683	(24 382)	87 301	-	46 694
-	-	-	-	-	550 000
-	-	-	-	51 547	51 547
853 455	**302 253**	**(24 382)**	**1 131 326**	**51 547**	**6 111 863**
9 451	17 714	24 382	51 547	(51 547)	-
-	-	-	-	-	(1 133 288)
-	-	(23 993)	(23 993)	-	(23 993)
-	25 187	-	25 187	-	25 187
-	(856)	-	(856)	-	(856)
-	2 011	(2 011)	-	-	1 040
-	1 040		1 040	-	-
-	27 381	(26 004)	1 377	-	(1 131 910)
-	(1 427)	-	(1 427)	-	-
-	-	-	-	(316 255)	(316 255)
862 906	**345 921**	**(26 004)**	**1 182 823**	**(316 255)**	**4 663 697**

Caixa Geral de Depósitos, SA

Balanços Consolidados

ATIVO	Notas [a]	31.12.2011 Ativo bruto	31.12.2011 Imparidade e amortizações	31.12.2011 Ativo líquido	*Pro forma* 31.12.2010 Ativo líquido	*Pro forma* 01.01.2010 Ativo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	2 704 481 554	-	2 704 481 554	1 468 751 616	1 926 260 193
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	986 196 721	-	986 196 721	1 264 973 198	1 238 202 409
Aplicações em instituições de crédito	6	4 968 430 045	(12 311 757)	4 956 118 288	3 424 241 930	8 353 213 955
		8 659 108 320	**(12 311 757)**	**8 646 796 563**	**6 157 966 744**	**11 517 676 557**
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7	4 131 709 466	-	4 131 709 466	4 542 488 628	6 209 572 540
Ativos financeiros disponíveis para venda	8	17 724 123 515	(880 480 634)	16 843 642 881	23 855 572 602	18 851 152 139
Ativos financeiros com acordo de recompra	9	777 953 832	-	777 953 832	1 416 896 353	-
Investimentos associados a produtos *Unit-linked*	10	584 878 996	-	584 878 996	732 511 643	867 966 717
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	11	108 128 626	-	108 128 626	114 866 963	179 622 760
Investimentos a deter até à maturidade	12	2 957 413 780	(120 034 597)	2 837 379 183	2 836	3 048
		26 284 208 215	**(1 000 515 231)**	**25 283 692 984**	**30 662 339 025**	**26 108 317 204**
Crédito a clientes	13	81 630 871 263	(3 383 245 937)	78 247 625 326	81 907 204 111	77 222 008 268
Ativos não correntes detidos para venda	14	576 858 588	(103 373 731)	473 484 857	423 388 652	244 580 943
Propriedades de investimento	15	459 088 203	-	459 088 203	396 440 513	354 257 620
Outros ativos tangíveis	16	2 227 076 796	(1 073 221 156)	1 153 855 640	1 149 998 019	1 184 057 646
Ativos intangíveis	17	1 073 859 685	(671 771 745)	402 087 940	419 386 093	406 067 399
Investimentos em associadas	18	35 938 692	-	35 938 692	28 463 595	26 171 674
Ativos por impostos correntes	19	87 828 128	-	87 828 128	90 269 525	127 886 055
Ativos por impostos diferidos	19	1 928 680 350	-	1 928 680 350	1 131 101 330	1 033 055 183
Provisões técnicas de resseguro cedido	20	226 202 088	-	226 202 088	264 564 342	258 378 805
Outros ativos	21	3 811 424 325	(191 423 762)	3 620 000 563	3 125 823 887	2 270 966 857
Total do ativo		**127 001 144 653**	**(6 435 863 319)**	**120 565 281 334**	**125 756 945 836**	**120 753 424 211**

(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Caixa Geral de Depósitos, SA

Balanços Consolidados (Cont.)

(EUR)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas [a]	31.12.2011	*Pro forma* 31.12.2010	*Pro forma* 01.01.2010
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	22	**15 860 954 374**	14 603 669 257	6 478 633 482
Recursos de clientes e outros empréstimos	23	70 587 491 118	67 680 044 524	64 255 684 982
Responsabilidades para com subscritores de produtos "Unit-linked"	10	584 878 996	732 511 643	867 966 716
Responsabilidades representadas por títulos	24	14 923 308 602	19 306 747 511	25 182 312 789
		86 095 678 716	**87 719 303 678**	**90 305 964 487**
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	11	1 918 487 993	1 712 117 274	1 901 977 385
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	11	93 071 712	166 047 660	270 773 352
Provisões para benefícios dos empregados	25 e 39	497 493 181	530 191 951	556 971 293
Provisões para outros riscos	25	389 991 013	273 227 156	239 409 251
Provisões técnicas de contratos de seguros	26	4 607 614 617	5 742 936 344	6 439 224 865
Passivos por impostos correntes	19	52 510 647	57 827 737	58 982 381
Passivos por impostos diferidos	19	166 219 860	180 917 514	169 803 702
Outros passivos subordinados	27	2 075 416 185	2 800 164 159	3 201 597 691
Outros passivos	28	3 470 589 733	4 235 575 941	4 204 653 802
Total do passivo		**115 228 028 031**	**118 021 978 671**	**113 827 991 691**
Capital	29	5 150 000 000	5 050 000 000	4 500 000 000
Reserva de justo valor	30	(2 078 222 234)	(507 360 163)	(331 153 551)
Outras reservas e resultados transitados	30	1 708 697 168	1 407 104 353	1 223 312 758
Resultado do exercício atribuível ao acionista da CGD	30	(488 424 904)	254 872 934	278 899 370
Capital próprio atribuível ao acionista da CGD		**4 292 050 030**	**6 204 617 124**	**5 671 058 577**
Interesses minoritários	31	**1 045 203 273**	**1 530 350 041**	**1 254 373 943**
Total do capital próprio		**5 337 253 303**	**7 734 967 165**	**6 925 432 520**
Total do passivo e do capital próprio		**120 565 281 334**	**125 756 945 836**	**120 753 424 211**

O Técnico Oficial de Contas

Maria Fátima O. Melo F. Sanchas

O Conselho de Administração

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vogais: António do Pranto Nogueira Leite, Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, João Nuno de Oliveira Jorge Palma, Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira, Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa, Álvaro José Barrigas do Nascimento

Caixa Geral de Depósitos, SA

Demonstrações dos Resultados Consolidados

(EUR)

	Notas [a]	31.12.2011	*Pro forma* 31.12.2010
Juros e rendimentos similares	32	5 368 194 633	4 388 088 884
Juros e encargos similares	32	(3 682 929 281)	(2 972 831 017)
Rendimentos de instrumentos de capital	33	146 724 481	197 476 680
MARGEM FINANCEIRA ALARGADA		**1 831 989 833**	**1 612 734 547**
Rendimentos de serviços e comissões	34	655 987 697	648 628 263
Encargos com serviços e comissões	34	(151 356 398)	(146 313 001)
Resultados em operações financeiras	35	(24 766 114)	124 387 923
Outros resultados de exploração	36	214 887 151	350 962 737
PRODUTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA		**2 526 742 169**	**2 590 400 469**
MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS			
Prémios, líquidos de resseguro	37	1 243 666 064	1 323 352 472
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	37	143 398 765	206 766 596
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	37	(788 718 768)	(931 660 148)
Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros	37	(93 326 451)	(89 461 407)
		505 019 610	**508 997 513**
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA		**3 031 761 779**	**3 099 397 982**
Custos com pessoal	38	(995 705 264)	(1 041 110 334)
Outros gastos administrativos	40	(694 974 009)	(721 196 946)
Depreciações e amortizações	16 e 17	(212 489 208)	(198 848 549)
Provisões líquidas de anulações	25	(146 652 255)	(51 130 457)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	41	(825 926 647)	(369 101 806)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	41	(701 138 779)	(354 660 208)
Resultados em empresas associadas		9 484 929	7 100 309
Outros custos e proveitos, líquidos		-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES MINORITÁRIOS		**(535 639 454)**	**370 449 991**
Correntes	19	(98 416 341)	(129 219 647)
Diferidos	19	204 851 839	62 448 122
		106 435 498	**(66 771 525)**
Resultado consolidado do exercício, do qual:		**(429 203 956)**	**303 678 466**
Interesses minoritários	31	(59 220 948)	(48 805 532)
RESULTADO CONSOLIDADO ATRIBUÍVEL AO ACCIONISTA DA CAIXA		**(488 424 904)**	**254 872 934**
Número médio de ações ordinárias emitidas	29	1 012 027 397	900 000 000
Resultado por ação (Euros)		(0,48)	0,28

(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

O Técnico Oficial de Contas
Maria Fátima O. Melo F. Sanchas

O Conselho de Administração

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos
Vogais: António do Pranto Nogueira Leite, Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, João Nuno de Oliveira Jorge Palma, Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira, Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa, Álvaro José Barrigas do Nascimento

Caixa Geral de Depósitos, SA

Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral

(Milhares de euros)

	31.12.2011	*Pro forma* 31.12.2010
Alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Variações no exercício	(2 670 780)	(628 390)
Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados		
Reconhecimento de imparidade no exercício	491 490	344 374
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	(47 059)	49 209
Efeito fiscal	657 436	58 048
Variações cambiais		
Variação no exercício	3 065	100 361
Ajustamentos de reclassificação da reserva cambial para resultados		
Reconhecimento de imparidade no exercício em ativos financeiros disponíveis para venda		
- Unidades de participação em moeda estrangeira	-	(18 841)
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda		
- Unidades de participação em moeda estrangeira	-	(35 984)
Reconhecimento de resultados cambiais no âmbito da operação de aquisição de controlo da Partang, SGPS	-	1 152
Efeito fiscal	(1 500)	6 389
Benefícios pós-emprego – ganhos e perdas atuariais		
Variação no exercício	30 260	160 398
Efeito fiscal	(8 492)	(38 300)
Outros	(8 083)	(7 318)
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas	**(1 553 663)**	**(8 904)**
Resultado líquido do período	(429 204)	303 678
Total do rendimento integral do exercício, do qual:	**(1 982 867)**	**294 775**
Interesses minoritários	(68 134)	(57 970)
Total do rendimento integral do exercício atribuível ao acionista da CGD	**(2 051 001)**	**236 805**

Caixa Geral de Depósitos, SA

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados

(Milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Juros, comissões e outros custos equiparados recebidos	5 891 252	5 031 194
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(2 857 482)	(2 434 760)
Prémios recebidos (seguros)	1 258 054	1 335 228
Indemnizações pagas (seguros)	(1 856 585)	(1 618 727)
Recuperação de capital e juros	36 474	34 984
Pagamentos a empregados e fornecedores	(1 639 753)	(1 704 735)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios	(39 410)	(98 960)
Outros resultados	1 249 456	792 587
	2 042 007	**1 336 810**
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	1 348 335	(2 685 576)
Ativos detidos para negociação e outros ativos avaliados ao justo valor através de resultados	269 574	1 102 347
Outros ativos	(1 081 595)	12 358
	536 313	**(1 570 871)**
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	1 244 559	8 123 361
Recursos de clientes e outros empréstimos	3 471 504	2 209 791
Outros passivos	(1 927 520)	(772 702)
	2 788 543	**9 560 449**
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	**5 366 862**	**9 326 388**
Impostos sobre lucros	(60 045)	(92 788)
Caixa líquida das atividades operacionais	**5 306 817**	**9 233 600**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Rendimentos de instrumentos de capital	134 949	197 477
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	2 030	27 696
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	1 602 693	(2 971 008)
Aquisições de ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações	(203 325)	(177 616)
Caixa líquida das atividades de investimento	**1 536 347**	**(2 923 452)**

Caixa Geral de Depósitos, SA

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados (Cont.)

(Milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros de passivos subordinados	(64 298)	(81 409)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(615 135)	(525 747)
Dividendos pagos de ações preferenciais	(10 366)	(9 226)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	(739 353)	(337 450)
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos	(4 485 157)	(6 211 604)
Aumento de Capital	-	550 000
Dividendos distribuídos	-	(170 157)
Caixa líquida das atividades de financiamento	**(5 914 309)**	**(6 785 594)**
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	**928 854**	**(475 445)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 733 725	3 164 463
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	28 099	44 708
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	928 854	(475 445)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**3 690 678**	**2 733 725**

Caixa Geral de Depósitos, SA

Demonstrações das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados

			Outras reservas e resultados transitados		
	Capital	Reservas de justo valor	Outras reservas	Resultados transitados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**4 500 000**	**(331 154)**	**1 643 970**	**(189 240)**	1 454 731
Impacto decorrente da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de perdas e ganhos atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego (Nota 2.3)	-	-	(231 418)	-	(231 418)
Saldos em 31 de dezembro de 2009 *(pro forma)*	**4 500 000**	**(331 154)**	**1 412 552**	**(189 240)**	**1 223 313**
Distribuição do lucro do exercício de 2009:					
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	86 044	22 699	108 742
Distribuição ao Estado	-	-	-	-	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:					
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(176 207)	(4 953)	-	(4 953)
Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com benefícios pós-emprego	-	-	122 098	-	122 098
Variações cambiais	-	-	49 406	-	49 406
Outros	-	-	(8 412)	-	(8 412)
Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios	-	**(176 207)**	**158 139**	-	**158 139**
Aumento de Capital	550 000	-	-	-	-
Alterações no perímetro do Grupo	-	-	-	-	-
Registo de opções de venda para aquisição de interesses minoritários - Partang	-	-	(83 089)	-	(83 089)
Aquisição de ações preferenciais emitidas pela Caixa Geral Finance	-	-	-	-	-
Dividendos de ações preferenciais e outros dividendos pagos a interesses minoritários	-	-	-	-	-
Reclassificações entre Reservas e Resultados Transitados	-	-	(22 977)	22 977	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010 *(pro forma)*	**5 050 000**	**(507 360)**	**1 550 668**	**(143 564)**	**1 407 104**
Distribuição do lucro do exercício de 2010:					
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	230 491	24 382	254 873
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:					
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(1 570 862)	3 137	-	3 137
Alteração de políticas contabilísticas no reconhecimento de perdas e ganhos atuariais associadas a responsabilidades com benefícios pós-emprego (IAS 19)	-	-	21 768	-	21 768
Variações cambiais	-	-	(11 785)	-	(11 785)
Outros	-	-	(4 834)	-	(4 834)
Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios	-	**(1 570 862)**	**8 286**	-	**8 286**
Aumento de Capital	100 000	-	(100 000)	-	(100 000)
Alterações no perímetro do Grupo	-	-	-	-	-
Registo de opções de venda para aquisição de interesses minoritários - Partang	-	-	12 248	-	12 248
Aquisição de ações preferenciais emitidas pela Caixa Geral Finance	-	-	126 186	-	126 186
Dividendos de ações preferenciais e outros dividendos pagos a interesses minoritários	-	-	-	-	-
Reclassificações entre Reservas e Resultados Transitados	-	-	6 082	(6 082)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**5 150 000**	**(2 078 222)**	**1 833 961**	**(125 264)**	**1 708 697**

Caixa Geral de Depósitos, SA

Demonstrações das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados (Cont.)

(Milhares de euros)

Resultado do exercício	Subtotal	Interesses minoritários	Total
278 899	**5 902 478**	**1 254 374**	**7 156 850**
-	(231 418)	-	(231 418)
278 899	**5 671 060**	**1 254 374**	**6 925 434**
(108 742)	-	-	-
(170 157)	(170 157)	-	(170 157)
-	(181 160)	4 400	(176 760)
-	122 098	-	122 098
-	49 406	3 670	53 076
-	(8 412)	1 094	(7 318)
-	**(18 068)**	**9 164**	**(8 904)**
-	550 000	-	550 000
-	-	250 043	250 043
-	(83 089)	-	(83 089)
-	-	(14 439)	(14 439)
-	-	(17 597)	(17 597)
-	-	-	-
254 873	254 873	48 806	303 678
254 873	**6 204 617**	**1 530 350**	**7 734 967**
(254 873)	-	-	-
-	(1 567 725)	(1 188)	(1 568 913)
-	21 768	-	21 768
-	(11 785)	13 350	1 565
-	(4 834)	(3 249)	(8 083)
-	**(1 562 576)**	**8 914**	**(1 553 663)**
-	-	-	-
-	-	(67 808)	(67 808)
-	12 248	-	12 248
-	126 186	(458 707)	(332 521)
-	-	(26 767)	(26 767)
-	-	-	-
(488 425)	(488 425)	59 221	(429 204)
(488 425)	**4 292 050**	**1 045 203**	**5 337 253**

AMÉRICA

BRASIL
Banco Caixa Geral Brasil

CANADÁ
CGD – Escritório de Representação

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
CGD – Sucursal de Nova Iorque

ILHAS CAIMÃO
CGD – Sucursal das Ilhas Caimão

MÉXICO
BCG – Escritório de Representação

VENEZUELA
CGD – Escritório de Representação
BCG – Escritório de Representação

2

ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

2. Anexos, Relatórios e Pareceres às Contas

2.1. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, SA (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de setembro de 1993, através do Decreto-Lei nº 287/93, de 20 de agosto, que aprovou igualmente os respetivos estatutos. Em 23 de julho de 2001, a Caixa incorporou, por fusão, o Banco Nacional Ultramarino, SA (BNU).

A CGD desenvolve a sua atividade numa ótica de banca universal, atuando, também, diretamente ou através de empresas do Grupo, nas áreas de seguros, banca de investimento, corretagem, capital de risco, imobiliário, gestão de ativos, crédito especializado, comércio eletrónico e atividades culturais.

Para a realização das suas operações, em 31 de dezembro de 2011, a Caixa contava com uma rede nacional de 860 Agências, uma Sucursal em França com 46 Agências, uma Sucursal em Timor-Leste com 8 Agências, Sucursais em Espanha, Londres, Luxemburgo, Nova Iorque, Ilhas Caimão e Zhuhai e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

As demonstrações financeiras individuais da Caixa foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente para aprovação em Assembleia-Geral de Acionistas, e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. A Caixa apresenta separadamente contas consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as quais são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2012.

As demonstrações financeiras da CGD em 31 de dezembro de 2011 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia-Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Sede são agregadas com as das Sucursais, o que representa a sua atividade global (ou atividade individual). Todos os saldos e transações entre a Sede e as Sucursais foram eliminados no processo de agregação das respetivas demonstrações financeiras.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da CGD foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3, do Artigo 115º, do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes exceções com impacto nas demonstrações financeiras da Caixa:

i. Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser classificados em outras categorias e, como tal, não podem ser registados pelo justo valor;
ii. Provisionamento do crédito e valores a receber – são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos nº 8/03 e nº 3/05 do Banco de Portugal. Este normativo abrange, também, o provisionamento de responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;
iii. Os ativos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo, deste modo, possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Ativos fixos tangíveis. Como exceção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em "Reservas de reavaliação".

Adicionalmente, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001, aditado pelo Aviso nº 7/2008, de 14 de outubro, o impacto de transição para as NCA apurado com referência a 31 de dezembro de 2004, no que respeita a benefícios dos empregados pós-emprego, foi registado pela Caixa em custos diferidos, estando a ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados ao longo de um período de 8 anos, com exceção da parte referente a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego, em que o período a considerar são 10 anos.

No decorrer do exercício de 2011, a Caixa procedeu à alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego, conforme descrito na Nota 2.3. abaixo. Em resultado desta alteração, as demonstrações financeiras foram reexpressas considerando os efeitos da aplicação retrospetiva dos novos critérios de contabilização adotados.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

2.2. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Commitee (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

No decorrer do exercício de 2011, a Caixa adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011. As alterações com relevância para a CGD foram as seguintes:

- IAS 24 (Alterada) – "Entidades relacionadas" – A revisão efetuada ao texto da norma introduz uma isenção parcial aos requisitos gerais de divulgação relacionados com entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa. Neste âmbito, apenas serão de divulgação obrigatória os saldos e transações efetuadas diretamente com o Estado ou com entidades relacionadas com o Estado, cuja natureza ou montante (individual ou cumulativamente) apresentem caráter significativo. A norma alterada é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011;
- IFRIC 14 – "O limite sobre um ativo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respetiva interação" (Emenda) – A revisão efetuada ao texto desta interpretação permitiu clarificar a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades com benefícios a empregados associados a serviços futuros. O texto alterado é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011;
- IAS 32 – "Classificação dos direitos de emissão" (Emenda) – Em resultado da alteração efetuada ao texto da norma, instrumentos derivados emitidos por uma entidade com o objetivo de adquirir um número fixo de instrumentos do seu capital próprio em troca de um valor

previamente fixado, independentemente da divisa em que seja acordada a transação, deverão eles próprios ser reconhecidos como instrumentos de capital e não como um passivo, desde que cumpram os restantes requisitos de apresentação definidos pela norma para este efeito. A adoção desta alteração é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de fevereiro de 2010;

- IFRIC 19 – "Liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio" – A interpretação pretende clarificar o tratamento contabilístico relacionado com a liquidação de passivos mediante a emissão de instrumentos de capital próprio, assim como dos critérios de valorização desses instrumentos. Esta interpretação é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2010.

Nesta data, foram igualmente adotadas pela Caixa um conjunto de emendas efetuadas a sete normas internacionais de relato financeiro, conforme emitidas pelo IASB em maio de 2010.

Em 31 de dezembro de 2011, encontrava-se disponível para adoção antecipada a seguinte emenda à norma emitida pelo IASB e endossada pela União Europeia:

- IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações" (Emendada) – As alterações efetuadas ao normativo introduzem clarificações quanto à natureza e extensão das divulgações efetuadas no âmbito da exposição a instrumentos financeiros. Adicionalmente, pretendem melhorar a qualidade das divulgações referentes a operações de transferência de ativos financeiros como são exemplo as operações de securitização. As alterações ao normativo são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2011.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram, ainda, emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" – Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – "Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração" e IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações". O texto do novo normativo introduz alterações aos atuais critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros, sendo de destacar:

CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

a) Os instrumentos de dívida que sejam detidos com o objetivo de recebimento dos fluxos contratuais (não sendo como tal geridos em função de variações do seu justo valor), sendo esses fluxos representativos somente de pagamentos de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser mensurados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser mensurados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício;

b) Os instrumentos de capital deverão ser mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para mensuração ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas, mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas;

c) O enquadramento da classificação e mensuração de ativos financeiros com derivados embutidos deverá ser efetuado, considerando a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento;

d) Encontra-se, igualmente, disponível uma opção de valorização ao justo valor por contrapartida de resultados para instrumentos de dívida enquadráveis na categoria de valorização ao custo amortizado, desde que em resultado desta alteração se reduza de forma significativa uma inconsistência contabilística que de outro modo subsistiria;

e) Sendo de aplicação retrospetiva, deverão, no entanto, serem considerados no âmbito da

classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com os novos requisitos do IFRS 9 os factos e circunstâncias em vigor na data da primeira aplicação (independentemente das circunstâncias e objetivos considerados na data do reconhecimento inicial dos ativos que permaneçam em balanço na data de referência para adoção da norma).

REQUISITOS DE CONTABILIZAÇÃO DE PASSIVOS FINANCEIROS

f) Relativamente a passivos financeiros designados na opção de justo valor os mesmo são mensurados ao justo valor. A componente da variação de justo valor associada a alterações no risco de crédito próprio deverá ser registada por contrapartida de reservas;

g) Instrumentos financeiros derivados passivos cuja liquidação seja feita sob a forma de entrega de instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado, de forma fiável, deverão ser mensurados ao justo valor.

A adoção desta norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015.

- IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações" (emendada). O texto do novo normativo é modificado de forma a incluir divulgações específicas a apresentar no exercicio de adoção da IFRS 9, com o objetivo de permitir aos utilizadores das demonstrações financeiras a reconciliação entre as categorias e linhas de balanço em conformidade com os requisitos da IAS 39, e as novas categorias e linhas de balanço apresentadas de acordo com as disposições da IFRS 9;
- IFRS 13 – "Mensuração ao justo valor" – A IFRS 13 estabelece um quadro transversal a aplicar à mensuração inicial e subsequente de um ativo ou passivo ao justo valor, sempre que esta mensuração seja requerida por outro normativo. Vem igualmente definir o enquadramento das divulgações a prestar relativas a ativos e passivos mensurados ao justo valor. Este normativo é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada;
- IAS 19 – "Benefícios a empregados" (emendada) – A revisão do texto do normativo, elimina o método do corredor obrigando as entidades a reconhecer as variações ocorridas nos ativos do fundo e nas responsabilidades com planos de benefício definido, no periodo a que referem. O texto revisto da norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada.

- *The Package of five*

  Em maio de 2011, o IASB emitiu um conjunto de cinco normas relativas aos elementos a observar no âmbito da preparação de demonstrações financeiras consolidadas e ao tratamento de operações entre empreendedores. Desta forma, foram emitidas emendas à IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" e 28 – "Investimentos em associadas", assim como os novos normativos IFRS 10 - "Demonstrações financeiras Consolidadas", IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos" e IFRS 12 – "Divulgações de interesses em outras entidades". Cada um destes normativos é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção antecipada de um dos normativos que integram o *Package of five* torna-se extensiva aos restantes.

  - IFRS 10 – "Demonstrações financeiras consolidadas" e IAS 27 – "Demonstrações financeiras separadas" (Emendada) – A IFRS 10 revoga a SIC - 12 "Consolidação – Entidades com finalidade especial" e parte do texto da IAS 27 na matéria respeitante ao âmbito de aplicação e critérios de preparação de demonstrações financeiras consolidadas. O novo normativo estabelece os princípios para apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A definição de controlo é estabelecida como base única de consolidação, existindo controlo sempre que uma entidade esteja exposta ou tenha direito aos rendimentos variáveis de

uma entidade, tendo, adicionalmente, a capacidade de influenciar esses mesmos rendimentos. A IAS 27 (Emendada) retém apenas a contabilização e os requisitos de divulgação aplicáveis à preparação de demonstrações financeiras individuais;

- IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos" – O IFRS 11 revoga e substitui a IAS 31 – "Interesses em empreendimentos conjuntos" e a SIC – 13 – "Entidades conjuntamente controladas – contribuições não monetárias por empreendedores". O novo normativo vem estabelecer os critérios para a identificação, classificação e tratamento contabilístico de empreendimentos conjuntos, com base nos direitos e obrigações que as partes envolvidas detêm na transação;
- IAS 28 – "Investimentos em associadas" – O texto emendado da IAS 28 regula a contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requisitos para aplicação do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em associadas e *joint ventures*, sendo aplicável a entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre outras;
- IFRS 12 – "Divulgações de interesses em outras entidades" – Este normativo estabelece os requisitos de divulgação relativos a investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, com o objetivo de permitir avaliar a natureza e riscos que as participações detidas nestas entidades representam para a posição financeira, *performance* e fluxos de caixa da entidade investidora.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adoção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras individuais da Caixa, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

2.3. Alteração de política contabilística ocorrida no exercício – IAS 19 – Ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego

Em 31 de dezembro de 2011, a Caixa procedeu à alteração da política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com pensões e assistência médica a empregados.

Conforme disposições constantes da IAS 19 – "Benefícios a empregados" (parágrafo 93.A), os desvios atuariais e financeiros decorrentes das diferenças observadas entre os pressupostos utilizados na determinação de responsabilidades e do rendimento esperado dos ativos que se lhe encontram afetos e os valores efetivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais ocorridos no exercício, passaram a ser integralmente registados por contrapartida de capital próprio, quando até essa data estes eram diferidos numa rubrica de ativo ou passivo (o designado "corredor"), até ao limite de 10% do valor atual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou quando aplicável das provisões constituídas), dos dois o maior. Na eventualidade de o valor dos desvios atuariais e financeiros exceder o corredor, estes eram reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício no decorrer do período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Esta alteração na forma de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, permite relevar de imediato nas demonstrações financeiras da Caixa os efeitos da aplicação dos termos constantes no texto revisto da IAS 19 (conforme publicado pelo IASB no decorrer do mês de junho de 2011), o qual vem eliminar a opção de diferimento do reconhecimento das variações ocorridas nas responsabilidades com planos de benefício definido. O texto revisto da norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, não se encontrando ainda endossado pela União Europeia.

É igualmente entendimento da Caixa que o reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais e financeiros no momento em que ocorrem permitirá uma mais adequada apresentação das suas demonstrações financeiras, uma vez que os custos inerentes a estas responsabilidades se encontrarão já integralmente refletidos no valor do capital próprio.

De forma a refletir adequadamente os efeitos da alteração de política contabilística, a Caixa procedeu à reexpressão das suas demonstrações financeiras nos períodos comparativos apresentados, sendo de destacar os seguintes impactos:

	01.01.2010	31.12.2010	Variação
Capitais próprios estatutários antes da alteração de política contabilística	5 845 529	6 202 424	
Impacto do reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em outras reservas			
Pensões	(185 797)	(67 857)	117 940
Plano Médico	(101 402)	(65 307)	36 095
	(287 198)	(133 163)	154 035
Efeito fiscal	75 447	38 311	(37 136)
	(211 751)	**(94 852)**	**116 899**
Reversão dos (ganhos) / perdas atuariais reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício (amortizações dos desvios acima do corredor)		6 024	
Efeito fiscal		(1 733)	
		4 291	
Capitais próprios reexpressos *(pro forma)*	**5 633 778**	**6 111 863**	
Resultado do exercício			
Antes da alteração de política contabilística		47 256	
Após alteração de política contabilística		51 547	
Resultados por ação			
Antes da alteração de política contabilística		0,057	
Após alteração de política contabilística		0,057	

2.4. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas da Caixa e das Sucursais são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada "moeda funcional"). Nas contas globais, os resultados e posição financeira são expressos em Euros, a moeda funcional da Caixa.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

De forma a mitigar a sua exposição a risco cambial, a Caixa utiliza instrumentos financeiros derivados, como *forwards* e *swaps cambiais*. As políticas contabilísticas utilizadas no registo destas operações são descritas na Nota 2.5. d) abaixo.

Nas contas globais, os ativos e passivos de Sucursais com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, sendo os proveitos e custos convertidos à taxa de câmbio média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas em "Outras reservas" do capital próprio.

2.5. Instrumentos financeiros

A) CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

Valorimetria

Conforme descrito na Nota 2.1., estes ativos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo, são registados pelo valor nominal, sendo os respetivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

Desreconhecimento

De acordo com a Norma IAS 39, os créditos apenas são removidos do balanço ("desreconhecimento") quando a Caixa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção. Relativamente às operações de titularização de créditos efetuadas pela Caixa (Nota 20.), os procedimentos adotados foram os seguintes:

- No que respeita à operação de titularização de crédito à habitação, efetuada em novembro de 2003, a Caixa utilizou a possibilidade permitida pela Norma IFRS 1 de não aplicar retrospectivamente os requisitos de desreconhecimento a operações efetuadas antes de 1 de janeiro de 2004. Deste modo, os créditos titularizados não estão registados no balanço da Caixa;
- Relativamente à operação de titularização de crédito à habitação efetuada em novembro de 2010, a Caixa não procedeu ao seu desreconhecimento, uma vez que não se encontravam reunidos os requisitos que permitissem proceder à sua remoção do balanço. Desta forma, os montantes em dívida de créditos titularizados mantêm-se contabilizados na rubrica "Créditos a clientes", tendo sido reconhecido um passivo financeiro associado aos ativos transferidos (Notas 2.5. c) e 20).

Provisionamento

O regime de provisionamento destes ativos corresponde ao definido nº Aviso nº 3/95, de 30 de junho, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de janeiro, e pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de fevereiro, e inclui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i. PROVISÃO PARA CRÉDITO E JUROS VENCIDOS

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de início do incumprimento.

ii. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afetos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

Nos termos do Aviso nº 3/95, consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respetivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
  i. excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
  ii. estarem em incumprimento há mais de:
    - seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;

- doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
- vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados de acordo com a percentagem das provisões constituídas para crédito vencido.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vincendo abrangido pela alínea anterior, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

  Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desta provisão é superior ao limite mínimo definido pelo Banco de Portugal, com o objetivo de refletir o diferencial face à imparidade calculada de acordo com os requisitos do IAS 39.

PROVISÃO PARA RISCO-PAÍS

Destina-se a fazer face aos problemas de realização de todos os ativos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com exceção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, o qual classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

iii. PROVISÃO PARA RISCOS GERAIS DE CRÉDITO

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e garantias e avales prestados, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

O efeito da constituição desta provisão é reconhecido na rubrica "Provisões líquidas de reposições e anulações", da demonstração de resultados.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, a Caixa abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação da Comissão Executiva. Eventuais re-

cuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

De acordo com as políticas em vigor no Grupo CGD, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados até três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia, sendo provisionados de acordo com as percentagens previstas no Aviso nº 3/2005 do Banco de Portugal.

B) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os restantes ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se, também, nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados *(Fair Value Option)*. Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração *(accounting mismatch)* que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
  - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e informação sobre o grupo seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
  - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
  - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii. EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Dada a restrição estabelecida no Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições de crédito.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco-país.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Juros e rendimentos similares" da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito da CGD ao seu recebimento.

Reclassificação de ativos financeiros

Com a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de outubro de 2008, a Caixa passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns ativos financeiros classificados como ativos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de ativos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Ao abrigo deste normativo, as reclassificações efetuadas até 1 de novembro de 2008 tiveram como data de referência 1 de julho de 2008. Reclassificações efetuadas posteriormente a esta data têm impacto a partir da data de referência da referida transferência entre as diferentes categorias de instrumentos financeiros.

A informação sobre as reclassificações efetuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada na Nota 6.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e Ativos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
  i) Preços *(bid prices)* difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
  ii) Cotações indicativas *(bid prices)* obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*;
  iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

C) PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transacionados em mercados ativos a descoberto *(short selling)*.

Estes passivos encontram-se registados pelo respetivo justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados".

ii. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ATIVOS TRANSFERIDOS

Esta rubrica inclui os passivos associados a operações de titularização de créditos ao consumo e à habitação cujos saldos não foram desreconhecidos na sequência da aplicação dos requisitos da Norma IAS 39 (Notas 2.5. a) e 20).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo posteriormente valorizados pelo custo amortizado, de forma coerente com a valorização dos correspondentes ativos e as condições definidas na operação de titularização.

iii. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros passivos".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

D) DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

A Caixa realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são registados ao justo valor, o qual é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização normalmente utilizadas no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade da CGD consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da CGD a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Caixa apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas "Coberturas de justo valor".

Para todas as relações de cobertura, a Caixa prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz,

nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, a Caixa reflete, igualmente, no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto nas rubricas de "Resultados em ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados". No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, *swaps* de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são refletidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue a designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efetuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser refletidos em resultados pelo método da taxa efetiva até à maturidade do ativo ou passivo financeiro.

A Caixa decidiu a revogação da designação de cobertura a partir de 1 de outubro de 2008 e já no decorrer do exercício de 2009 relativamente a um conjunto e *swaps* que estavam a cobrir risco de taxa de juro de passivos emitidos. Os ganhos gerados nesses *swaps* a partir dessa data, foram registados em "Resultados em ativos e passivos financeiros detidos para negociação – em derivados – taxa de juro".

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando, assim, desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de *trading*.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados", com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Ativos financeiros detidos para negociação" e "Passivos financeiros detidos para negociação", respetivamente.

E) IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Ativos financeiros ao custo amortizado

A CGD efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado excluindo, conforme referido na Nota 2.1., o crédito a clientes e as contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade foi efetuada numa base individual.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como constituindo indícios de imparidade em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;

- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.5. b), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê, ainda, os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Caixa uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Caixa efetua, igualmente, análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita, de forma adequada, o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

2.6. Ativos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação, por contrapartida de uma rubrica de "Outros passivos". Esta última rubrica é regularizada quando os respetivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida dos créditos vencidos. Os bens são subsequentemente registados em "Ativos não correntes detidos para venda".

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros proveitos e custos de exploração".

2.7. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, nas rubricas de "Outros proveitos e custos de exploração".

2.8. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50 – 100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 – 8
Equipamento informático	3 – 8
Instalações interiores	3 – 10
Material de transporte	4 – 6
Equipamento de segurança	4 – 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

A CGD avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

2.9. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

COMO LOCATÁRIO

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no ativo e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em "Juros e encargos similares".

COMO LOCADOR

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como "Crédito a clientes", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como "Juros e rendimentos similares".

2.10. Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende, essencialmente, custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades da Caixa.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.11. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais a CGD exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas atividades, as quais são denominadas "Filiais". Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Inclui, ainda, as participações em empresas em que a CGD tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão (Associadas). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes ativos são registados ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas Filiais e Associadas.

2.12. Impostos sobre lucros

IMPOSTOS CORRENTES

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). As contas das Sucursais são integradas nas contas da Sede para efeitos fiscais ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 3º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC em Portugal, os resultados das Sucursais podem, ainda, ser sujeitos a impostos locais nos países / territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC da Sede nos termos do artigo 91.º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficiou, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considerou-se que, pelo menos, 85% do lucro tributável da atividade

global da entidade é resultante de atividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

AJUSTAMENTOS AO RESULTADO CONTABILÍSTICO DO EXERCÍCIO

- **Imputação de lucros de filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado**

  Nos termos do artigo 66.º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, direta ou indiretamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, direta ou indiretamente, em mais de 50% por sócios residentes.

  Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 292/2011, de 8 de novembro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto efetivamente pago seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal. A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa. A Caixa não regista impostos diferidos relativos a esta situação, os quais, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, ascendiam a aproximadamente 40 970 mEuros e 39 392 mEuros, respetivamente.

- **Provisões**

  No apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2011 e 2010, a Caixa considerou o efeito dos seguintes normativos:

  - Disposições do artigo 37.º do Código do IRC, no âmbito do qual não são aceites como custo fiscal do exercício as provisões para risco específico de crédito no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis e provisões para risco-país sobre créditos concedidos a empresas sobre as quais a Caixa detenha uma participação superior a 10%;
  - Disposições do artigo 35.º do Código do IRC, no âmbito do qual, a partir de 1 de janeiro de 2003, deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para riscos gerais de crédito apuradas no âmbito do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal (Nota 2.4.a. iii). Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos do exercício, em primeiro lugar, aqueles que tenham sido custo fiscal no exercício da respetiva constituição.

- **Encargos com pessoal**

  A CGD tem considerado como custos do exercício para efeitos fiscais os encargos suportados e registados contabilisticamente, entre outros, com contribuições para fundos de pensões. De acordo com entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de janeiro de 2006, é dedutível, para efeitos do apuramento do lucro tributável, o montante registado em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efetivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores.

  Assim, e considerando igualmente que os custos dedutíveis fiscalmente na esfera da

CGD nos exercícios de 2011 e 2010 são inferiores aos montantes efetivamente entregues ao fundo de pensões (condição exigida nos termos do entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais), tais montantes são considerados custos fiscalmente aceites.

Na sequência da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais com planos de pensões e outros benefícios pós-emprego (conforme referido em maior detalhe na Nota 2.3.), o saldo dos encargos líquidos diferidos que se encontrava registado no balanço da Caixa em 31 de dezembro de 2011 foi integralmente reconhecido por contrapartida de Reservas nessa data. Atendendo a que os referidos montantes cumpriam os requisitos previstos no Artigo nº 183º da Lei nº 64-A, de 30 de dezembro, Lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, as variações patrimoniais negativas originadas no exercício de 2011, as quais não relevam para efeitos fiscais nesse período, serão reconhecidas como uma dedução ao lucro tributável, em partes iguais, nos dez exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

› **Resultado da liquidação**

O artigo 92.º do Código do IRC, alterado pela Lei do Orçamento do Estado para 2011, estabelece que a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo (i) não usufruísse de benefícios fiscais, (ii) não efetuasse contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis, destinadas à cobertura de responsabilidades com benefícios de reforma, e (iii) não aproveitasse os prejuízos fiscais de sociedades fundidas para dedução aos lucros tributáveis da nova sociedade ou da sociedade incorporante.

Excluem-se do resultado da liquidação os benefícios fiscais previstos no nº 2 do mesmo Artigo.

A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da coleta dos exercícios de 2011 e 2010, em resultado da aplicação deste artigo.

IMPOSTOS DIFERIDOS

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da CGD correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.13. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade da Caixa.

2.14. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, conforme explicado na Nota 2.1. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

RESPONSABILIDADES COM PENSÕES E ENCARGOS COM SAÚDE

A CGD estabeleceu um plano de pensões de benefício definido, o qual tem por objetivo garantir o pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 34. Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da Sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados.

A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos dos fundos de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários independentes, utilizando o método *Unit Credit Projected*, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 34.). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais são registados por contrapartida de "Outras Reservas".

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo é refletido pelo valor líquido em "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em custos. Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica "Custos com pessoal".

OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

A CGD tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados do período, conforme disposições do IAS 19 relativamente à natureza dos benefícios identificados.

BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO

Os benefícios de curto prazo são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.15. Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

2.16. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.17. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a CGD considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.18. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pela Comissão Executiva da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM EMPRÉSTIMOS E OUTROS VALORES A RECEBER

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, a Caixa cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 2.5.). No entanto, sempre que considera necessário, estas provisões são complementadas de forma a refletir a estimativa da Caixa sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efetuada, de forma casuística, pela Caixa com base no conhecimento específico da situação dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS POR CONTRAPARTIDA DE RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as menos-valias resultantes da desvalorização do respetivo valor de mercado são reconhecidas por contrapartida da Reserva de reavaliação. Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. A Caixa determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.5. e)). Como critério genérico, é determi-

nada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pela Caixa.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da Reserva de reavaliação para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do *rating* do emitente.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACIONADOS EM MERCADOS ATIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, a Caixa valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.5. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.5., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Conforme referido na Nota 2.14. acima, as responsabilidades da Caixa por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa da Caixa e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	344 021	342 915
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	1 543 275	575 875
Juros de depósitos à ordem em Bancos Centrais	607	659
	1 887 904	**919 449**

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os fundos que a Caixa mantinha em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Cheques a cobrar		
No país	118 783	128 684
No estrangeiro	17 304	11 047
	136 087	**139 730**
Depósitos à ordem		
No país	840	362
No estrangeiro	308 597	351 373
	309 437	**351 736**
Outras disponibilidades	1 655	77
Juros a receber	3 837	3 256
	451 016	**494 799**

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos:						
Títulos de dívida pública	194 783	-	194 783	314 848	-	314 848
Obrigações de outros emissores públicos:						
Estrangeiros	285 908	-	285 908	167 336	-	167 336
De outros emissores:						
Obrigações e outros títulos:						
De residentes	-	8 060	8 060	87 387	6 869	94 256
De não residentes	-	1 774	1 774	-	1 774	1 774
	480 691	**9 834**	**490 525**	**569 571**	**8 643**	**578 214**
Instrumentos de capital						
De residentes	6 568	342 458	349 026	3 530	326 550	330 080
De não residentes	4 825	-	4 825	9 178	-	9 178
	11 393	**342 458**	**353 851**	**12 708**	**326 550**	**339 258**
Outros instrumentos financeiros						
Unidades de Participação						
De residentes	2 704	11 665	14 369	64 900	135 071	199 971
De não residentes	44 594	76 753	121 347	134 060	3 881	137 941
	47 298	**88 418**	**135 716**	**198 960**	**138 952**	**337 912**
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 10.)						
Swaps	2 003 246	-	2 003 246	1 715 442	-	1 715 442
Opções de divisas e cotações	312 803	-	312 803	461 052	-	461 052
Opções de taxa de juro *(Caps & Floors)*	172 570	-	172 570	115 319	-	115 319
Futuros e outras operações a prazo	6 279	-	6 279	14 893	-	14 893
	2 494 899	**-**	**2 494 899**	**2 306 707**	**-**	**2 306 707**
	3 034 281	**440 710**	**3 474 991**	**3 087 945**	**474 145**	**3 562 090**

Em 31 de dezembro de 2011, os ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo nos montantes de 7296 mEuros e 22 mEuros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2010, esta rubrica incluía unidades de participação de fundos de investimento mobiliários geridos por entidades do Grupo no montante de 91 987 mEuros.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação – Instrumentos de dívida" inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 118 065 mEuros (45 317 mEuros em 31 de dezembro de 2010) (Nota 19.).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Ativos Financeiros ao justo valor através de resultados – Instrumentos de capital" inclui 342 447 mEuros e 326 538 mEuros, respetivamente, relativos a uma participação detida na Cimpor, no âmbito da aquisição pela Caixa de 64 406 000 ações, representativas de 9,584% do capital social desta Sociedade. Estas ações foram adquiridas em fevereiro de 2009 por 317 844 mEuros, detendo o vendedor uma opção de compra da participação à Caixa pelo custo de aquisição, capitalizado a uma taxa indexada à Euribor. No decorrer do mês de fevereiro de 2012, o período disponível para exercício da opção atingiu o seu termo sem que o vendedor tenha procedido à recompra das referidas ações. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a valorização negativa da opção encontra-se registada na rubrica "Opções – Cotações" (Nota 10.).

Em 3 de fevereiro de 2010, a Caixa celebrou com a Votorantim Cimentos, SA um acordo parassocial, nos termos do qual, e entre outras disposições, assumiu o compromisso de manter, pelo prazo inicial de 10 anos, ações correspondentes a, no mínimo, 9,7% do capital da Cimpor. Ficou ainda atribuído à Votorantim Cimentos, SA o direito de primeira opção de compra *(right of first refusal)*, em caso de alienação destas ações pela Caixa a terceiros.

No exercício de 2010, a Caixa transferiu para a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda um conjunto de títulos que estavam registados como ativos financeiros detidos para negociação, ao abrigo das disposições previstas no IAS 39. Os detalhes relativos aos títulos englobados na referida transferência são apresentados na Nota 6.

6. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Instrumentos de dívida		
De outros emissores públicos		
Títulos de dívida pública nacional	3 575 513	1 637 777
Outros emissores públicos estrangeiros	119 194	243 905
De organismos financeiros internacionais	33 394	48 040
De outros emissores	9 240 040	12 980 833
	12 968 141	**14 910 555**
Instrumentos de capital		
Valorizados ao justo valor	1 111 207	1 143 674
Valorizados ao custo histórico	31 319	33 379
	1 142 526	**1 177 053**
Unidades de participação	669 247	555 677
	14 779 914	**16 643 284**
Imparidade (Nota 21.)		
Instrumentos de dívida	(47 008)	(49 295)
Instrumentos de capital	(608 440)	(239 395)
Unidades de participação	(109 841)	(91 178)
	(765 289)	**(379 868)**
Provisões para risco país (Nota 21.)	(44)	(45)
	(765 334)	**(379 913)**
	14 014 581	**16 263 372**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Instrumentos de dívida – De outros emissores" inclui 5 176 150 mEuros e 5 446 033 mEuros, respetivamente, de obrigações emitidas pela Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, SA (dos quais 83 828 mEuros e 89 981 mEuros, respetivamente, se referem a obrigações residuais), no âmbito da operação de titularização *Nostrum Mortgages* nº 2. Estes títulos, integralmente subscritos pela CGD, encontram-se registados pelo respetivo valor nominal. A 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui, igualmente, 7815 mEuros de obrigações residuais referentes à operação de titularização *Nostrum Mortgages* nº 1 (6598 mEuros em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Instrumentos de dívida – De outros emissores" inclui, ainda, 1 807 981 mEuros e 3 100 000 mEuros, respetivamente, referentes a obrigações emitidas pelas entidades Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA ao abrigo do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN (Nota 8.). Estas obrigações encontram-se abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português e serão amortizadas em prestações crescentes de capital ao longo de um período de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2010, a rubrica "Instrumentos de dívida" inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias e obrigações sobre o setor público com um valor de balanço de 408 803 mEuros (Nota 19.).

Em 31 de dezembro de 2010, a rubrica "Instrumentos de dívida – De outros emissores" incluía 370 098 mEuros de obrigações emitidas pelo Intermoney Banking Caixa Geral RMBS1 Fondo de Titulización de Ativos (dos quais 11 947 mEuros, de obrigações residuais) no âmbito da operação de titularização originada pelo Banco Caixa Geral, SA, integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos em outubro de 2009. No decorrer do primeiro semestre de 2011, a Caixa alienou ao Banco Caixa Geral, SA, pelo respetivo valor nominal, a totalidade destes instrumentos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a imparidade de instrumentos de dívida inclui 26 838 mEuros e 29 556 mEuros, respetivamente, relativos a obrigações emitidas por Bancos com sede na República da Islândia. Em 31 de dezembro de 2011, inclui, ainda, 10 667 mEuros decorrentes de imparidade constituída para obrigações soberanas emitidas pela República da Grécia.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica "Imparidade – Unidades de Participação" inclui 41 662 mEuros e 25 905 mEuros, respetivamente, relativos a fundos de investimento mobiliário geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e de fundos imobiliários geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda ascende a 127 786 mEuros e 34 844 mEuros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2010, as unidades de participação de fundos geridos por entidades do Grupo na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda diziam respeito apenas a fundos mobiliários, ascendendo o seu valor de balanço líquido de imparidade a 108 425 mEuros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos de capital classificados na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

	31.12.2011					31.12.2010				
Título	Percentagem de Participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (Líquido)	Reserva de Justo Valor	Percentagem de Participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (Líquido)	Reserva de Justo Valor
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor										
Portugal Telecom, SGPS, SA	6,11%	459 990	(216 256)	243 734	-	6,11%	458 987	-	458 987	(25 212)
ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	10,73%	300 757	(223 711)	77 047	1 526	10,73%	314 580	(202 096)	112 484	15 349
GALP Energia, SGPS, SA	1,00%	94 832	-	94 832	(11 355)	1,00%	119 498	-	119 498	13 311

Título	31.12.2011 Percentagem de Participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (Líquido)	Reserva de Justo Valor	31.12.2010 Percentagem de Participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (Líquido)	Reserva de Justo Valor
REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA	1,10%	12 383	-	12 383	3 591	1,10%	15 141	-	15 141	6 349
BCP – Banco Comercial Português, SA	2,57%	123 820	(98 608)	25 212	-	2,14%	85 516	(27 152)	58 364	-
Brisa Privatização	1,50%	63 000	(40 095)	22 905	-	1,50%	46 971	-	46 971	(16 029)
La Seda Barcelona	14,24%	43 690	(19 034)	24 656	(7 503)	14,24%	32 539	-	32 539	(18 655)
EDP – Energias de Portugal, SA	0,10%	12 596	(4 159)	8 438	268	0,10%	12 328	(3 538)	8 791	-
EDP – Energias Renováveis	0,00%	7	-	7	(1)	0,00%	7	-	7	(2)
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP	-	-	-	-	-	52,49%	54 332	-	54 332	(32 621)
Outros instrumentos com características de capital	-	130	-	130	(32)	-	3 729	-	3 729	(487)
Outros	-	2	-	2	24	-	47	(31)	15	25
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico										
Finangeste – Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA	4,47%	4 359	(1 845)	2 513	-	4,47%	4 358	(1 845)	2 513	-
T. Área Met. Lisboa, SA	10,00%	2 170	-	2 170	-	10,00%	2 170	-	2 170	-
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	3,62%	4 058	(1 178)	2 880	-	3,62%	4 058	(1 178)	2 880	-
Outros	-	20 732	(3 554)	17 178	-	-	22 793	(3 554)	19 239	-
		1 142 526	**(608 440)**	**534 086**	**(13 481)**		**1 177 053**	**(239 395)**	**937 658**	**(57 971)**

O movimento ocorrido nos principais instrumentos de capital nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

Título	31.12.2010 Valor Balanço (Líquido)	Compras / (Vendas)	Utilizações Imparidade	Transferências e outros movimentos	Imparidade registada no período	Variação de reserva de justo valor	31.12.2011 Valor Balanço (Líquido)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor							
Portugal Telecom, SGPS, SA	458 987	(24 209)	-	-	(216 256)	25 212	243 734
ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	112 484	-	-	-	(21 614)	(13 823)	77 047
BCP – Banco Comercial Português, SA	58 364	5 244	-	33 060	(71 456)	-	25 212
GALP Energia, SGPS, SA	119 498	-	-	-	-	(24 666)	94 832
Brisa Privatização	46 971	-	-	-	(40 095)	16 029	22 905
REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA	15 141	-	-	-	-	(2 758)	12 383
La Seda Barcelona	32 539	-	-	-	(19 034)	11 151	24 656
EDP – Energias de Portugal, SA	8 791	-	-	-	(621)	268	8 438
EDP – Energias Renováveis	7	-	-	-	-	1	7
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP	54 332	(86 953)	32 621	-	(32 621)	32 621	-
Outros instrumentos com características de capital	3 729	(10 994)	-	6 940	-	456	130
Outros	15	(44)	35	-	(4)	(1)	2
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico							
Finangeste – Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA	2 513	-	-	-	-	-	2 513
Tagusparque – Soc. P. D. Parque Ciência							
T. Área Met. Lisboa, SA	2 170	-	-	-	-	-	2 170

Título	31.12.2010 Valor Balanço (Líquido)	Compras / (Vendas)	Utilizações Imparidade	Transferências e outros movimentos	Imparidade registada no período	Variação de reserva de justo valor	31.12.2011 Valor Balanço (Líquido)
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	2 880	-	-	-	-	-	2 880
Outros	19 238	(2 061)	-	-	-	-	17 178
	937 658	**(119 017)**	**32 656**	**40 000**	**(401 702)**	**44 490**	**534 086**

Título	31.12.2009 Valor Balanço (Líquido)	Compras / (Vendas)	Utilizações Imparidade	Transferências e outros movimentos	Imparidade registada no período	Variação de reserva de Justo Valor	31.12.2010 Valor Balanço (Líquido)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor							
EDP – Energias de Portugal, SA	579 194	(638 701)	89 537	-	(93 075)	71 835	8 791
Portugal Telecom, SGPS, SA	469 211	28 900	-	-	-	(39 123)	458 987
ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	177 686	(85 953)	57 638	-	(28 662)	(8 225)	112 484
BCP – Banco Comercial Português, SA	84 738	-	-	-	(26 374)	-	58 364
GALP Energia, SGPS, SA	117 595	(17 859)	-	-	-	19 762	119 498
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP	82 941	-	-	-	-	(28 609)	54 332
Brisa Privatização	64 620	-	-	-	-	(17 649)	46 971
REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA (Nota 14.)	17 606	-	-	-	-	(2 465)	15 141
La Seda Barcelona	4 530	5 889	40 774	-		(18 655)	32 539
EDP – Energias Renováveis	9	1	-	-	-	(3)	7
Outros instrumentos com características de capital	42 285	(3 309)	5 252	(40 000)	(15)	(484)	3 729
Outros	33	(13)	-	-	-	(3)	16
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico							
Finangeste – Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA	2 513	-	-	-	-	-	2 513
Tagusparque – Soc. P. D. Parque Ciência							
T. Área Met. Lisboa, SA	2 170	-	-	-	-	-	2 170
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, SA	1 065	(1 065)	-	-	-	-	-
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	-	2 880	-	-	-	-	2 880
Outros	17 301	1 936	-	-	-	-	19 237
	1 663 497	**(707 294)**	**193 201**	**(40 000)**	**(148 126)**	**(23 620)**	**937 658**

Os principais movimentos relativos aos instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda durante os exercícios de 2011 e 2010 foram os seguintes:

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, SA (BCP) E BCP – VALORES MOBILIÁRIOS PERPÉTUOS SUBORDINADOS

No âmbito da oferta pública geral de aquisição de valores mobiliários perpétuos subordinados, lançada pelo Banco Comercial Português em 29 de abril de 2011 (na modalidade de oferta pública de troca), a Caixa procedeu à conversão de duas emissões dos referidos instrumentos de que era detentora, com um valor nominal global de 41 325 mEuros, em ações representativas do capital social do Oferente. Os termos de troca da operação determinaram o recebimento de 1600 ações do BCP por cada valor mobiliário das emissões perpétuas, cujo valor nominal era de 1000 Euros. Em resultado desta transação, a Caixa reconheceu menos-valias de 8265 mEuros (Nota 30.).

Foram, igualmente, realizadas pela Caixa vendas de valores mobiliários perpétuos no período que antecedeu a oferta pública de troca, as quais permitiram a realização de mais-valias globais no montante de 133 mEuros (Nota 30.).

Posteriormente à realização desta operação, e na sequência da aprovação em Assembleia-Geral de Acionistas do BCP de abril de 2011, relativamente à realização de um aumento do seu capital social, a Caixa procedeu, ainda, à aquisição de 14 567 133 novas ações com um valor de subscrição unitário de 0,36 Euros.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA (PORTUGAL TELECOM)

No decorrer do exercício de 2011, a CGD adquiriu 6 157 384 ações e alienou 6 127 384 ações da Portugal Telecom pelos montantes globais de 28 618 mEuros e 28 324 mEuros, respetivamente. Como resultado destas operações foi registada uma menos-valia de 24 371 mEuros (Nota 30.).

No exercício de 2010, a CGD adquiriu 22 707 328 ações da Portugal Telecom por um montante global de 226 369 mEuros. Ainda no decorrer do exercício de 2010, a CGD alienou 23 007 328 ações por um montante de 229 196 mEuros, tendo, em resultado destas operações, sido registada uma mais-valia de 31 727 mEuros (Nota 30.).

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA (IHRU)

Em 31 de dezembro de 2011, a Caixa alienou à Direção Geral do Tesouro títulos do Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana por 82 356 mEuros, tendo registado, em resultado desta transação, uma mais-valia, face ao valor líquido de imparidade, no montante de 28 024 mEuros (Nota 30.). O valor das perdas de imparidade reconhecidas por contrapartida de resultados do exercício no decorrer de 2011 ascendeu a 32 621 mEuros (Nota 21.).

UNICRE – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA

Durante o primeiro semestre de 2010, a Caixa alienou 352 023 ações da Unicre – Instituição Financeira de Crédito, SA, representativas de 17,6% do seu capital social, ao Banco Comercial Português por um valor global de 22 881 mEuros, tendo, em resultado desta operação, sido registada uma mais-valia de 21 816 mEuros (Nota 30.).

ZON – SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, SGPS, SA (ZON)

Em dezembro de 2009, a Caixa Geral de Depósitos celebrou com a empresa Kento Holding Limited um acordo para a venda de 7 727 420 ações da ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (ZON), correspondentes a 2,5% do respetivo capital social, por um preço unitário de 5,3 euros. A concretização dessa operação de venda ficou condicionada à aprovação, em Assembleia-Geral de Acionistas da ZON, da venda à Kento Holding Limited (Kento), de 14 006 437 ações próprias, a qual veio a ocorrer em 29 de janeiro de 2010. Uma vez que se tratou de uma venda condicionada, a CGD apenas registou nas suas demonstrações financeiras do exercício de 2009 o compromisso decorrente da obrigação de alienação das referidas ações, conforme termos do contrato.

Em fevereiro de 2010, após a verificação da condição suspensiva prevista no acordo celebrado em dezembro de 2009, a Caixa concretizou a operação de alienação à Kento Holding Limited das 7 727 420 ações da ZON, tendo, em resultado desta transação, sido registado uma mais-valia de 11 881 mEuros (Nota 30.).

Adicionalmente, no decorrer do segundo semestre de 2010, a CGD adquiriu 1 481 007 ações da ZON por um montante de 5233 mEuros e alienou 1 532 744 ações por um montante global de 5388 mEuros, tendo sido registadas mais-valias líquidas de 914 mEuros (Nota 30.).

EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL, SA (EDP)

Em 30 de setembro de 2010, a Caixa alienou à Parpública 91 413 443 ações da EDP pelo valor de 292 523 mEuros, tendo recebido nessa data 58 505 mEuros conforme previsto nos termos do contrato de transmissão da referida participação (Nota 16.). Em resultado desta transação, a Caixa reconheceu uma menos-valia de 26 827 mEuros (Nota 30.).

Na mesma data, a Caixa reconheceu por contrapartida de resultados imparidade para as ações que permaneceram em carteira no montante de 93 075 mEuros.

Em 31 de dezembro de 2010, a Caixa alienou um segundo lote de 91 413 443 ações da EDP pelo valor de 283 382 mEuros, dos quais 56 676 mEuros liquidados na data da transação (Nota 16.). Em consequência da operação, foi registada uma mais-valia de 53 568 mEuros (Nota 30.).

GALP ENERGIA, SGPS, SA (GALP)

No decorrer do segundo semestre de 2010, a CGD alienou 1 401 489 ações da Galp por um montante global de 20 273 mEuros, tendo sido apurada uma mais-valia de 2414 mEuros (Nota 30.).

LA SEDA BARCELONA

No decurso do exercício de 2010, em resultado de deliberação em Assembleia-Geral, a La Seda Barcelona procedeu ao aumento do seu capital social no valor de 300 milhões de Euros, mediante a emissão de 3 mil milhões de ações ao preço unitário de 0,1 Euros. No âmbito do referido aumento de capital, a CGD reforçou a sua participação na La Seda através da subscrição de 471 180 680 ações, das quais 403 125 142 ações realizadas em numerário e 68 055 538 ações realizadas através da conversão de créditos.

VAA – VISTA ALEGRE ATLANTIS, SGPS, SA (VAA)

No âmbito do aumento de capital social realizado pela Vista Alegre Atlantis SGPS, SA em julho de 2010, a Caixa procedeu à subscrição de 35 997 328 novas ações, com um valor unitário de 0,08 Euros, cada. Em resultado desta operação, a participação detida nesta entidade, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é de 3,62%.

RECLASSIFICAÇÃO DE TÍTULOS

No exercício de 2008 e no decorrer do primeiro semestre de 2010, em conformidade com as alterações ocorridas à Norma IAS 39 em outubro de 2008, conforme descritas em maior detalhe na Nota 2.4., e em face das circunstâncias excecionais observadas no comportamento dos mercados financeiros nos referidos períodos, a Caixa procedeu à transferência de um conjunto de títulos da categoria de ativos financeiros detidos para negociação para a categoria de ativos financeiros disponíveis para venda.

As reclassificações efetuadas pela Caixa que resultaram da instabilidade e volatilidade que afetaram os mercados financeiros, com especial relevância no decorrer de 2010 no que respeita à evolução dos mercados de crédito fortemente afetados pela desestabilização no financiamento de dívida soberana de países da Zona Euro, determinaram a alteração das perspetivas da Caixa relativamente à alienação destes ativos, tendo deixado de ser expectável que esta viesse a ocorrer no curto prazo. A transferência de títulos ocorrida no primeiro semestre de 2010 compreendeu, essencialmente, instrumentos de dívida emitidos por soberanos, títulos emitidos por agências governamentais e outros instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras diretamente afetados pela turbulência verificada nos mercados de dívida pública da Zona Euro.

Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010, a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor, apresenta o seguinte detalhe:

Títulos reclassificados no exercício de 2008	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	1 001 797	n.d.
Valor de balanço em 31.12.2008	873 101	n.d.
Valor de balanço em 31.12.2009	560 350	n.d.
Valor de balanço em 31.12.2010	336 275	n.d.
Valor de balanço em 31.12.2011	261 035	n.d.
Justo Valor dos títulos reclassificados em 31.12.2011	261 035	n.d.
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31.12.2011	(28 724)	n.d.
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31.12.2008 e 31.12.2009		
Mais / (menos)-valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	6 315	n.d.
Imparidade reconhecida no exercício	(6 673)	n.d.
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(60 758)	n.d.
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31.12.2009 e 31.12.2010		
Mais / (menos)-valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	57 186	n.d.
Imparidade reconhecida no exercício	(52 234)	n.d.
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(2 247)	n.d.
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31.12.2010 e 31.12.2011		
Mais / (menos)-valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(17 620)	n.d.
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(487)	n.d.

n.d. – não disponível.

Títulos reclassificados no exercício de 2010	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	**1 414 007**	**503 466**
Valor de balanço em 31.12.2010	**1 039 972**	**504 393**
Valor de balanço em 31.12.2011	**483 799**	**495 037**
Justo valor dos títulos reclassificados em 31.12.2011	**483 799**	**498 361**
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31.12.2011	**(84 483)**	**n.d.**
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre a data de reclassificação e 31.12.2010		
Mais / (menos)-valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	**(36 589)**	**n.d.**
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre a 31.12.2010 e 31.12.2011		
Mais / (menos)-valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	**(47 894)**	**n.d.**
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	**(1 234)**	**-**

n.d. – não disponível.

Os valores apresentados não refletem o efeito fiscal.

Os "Ganhos / (perdas) refletidos por contrapartida de resultados" incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial e excluem rendimentos e encargos com juros e comissões.

7. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA

A 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos financeiros com acordo de recompra apresentam a seguinte decomposição:

	31.12.2011				31.12.2010			
	Ao justo valor através de resultados	Ao justo valor através de reservas de reavaliação	Ao custo amortizado	Total	Ao justo valor através de resultados	Ao justo valor através de reservas de reavaliação	Ao custo amortizado	Total
Instrumentos de dívida								
De emissores públicos:								
Títulos da dívida pública	-	272 634	-	272 634	-	247 805	-	247 805
Obrigações de outros emissores públicos:								
Estrangeiros	-	58 130	-	58 130	523 918	103 364	-	627 282
De organismos financeiros internacionais	-	196 363	-	196 363	-	182 065	-	182 065
De outros emissores								
Obrigações e outros títulos:								
De residentes	-	87 936	-	87 936	-	70 080	-	70 080
De não residentes	-	250 827	-	250 827	-	359 745	-	359 745
	-	**865 890**	**-**	**865 890**	**523 918**	**963 058**	**-**	**1 486 976**
Instrumentos de capital								
De residentes	-	-	-	-	-	40 000	-	40 000
	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**40 000**	**-**	**40 000**
Outros instrumentos financeiros								
Unidades de Participação								
De residentes	307 501	208 866	-	516 367	201 816	386 308	-	588 125
	307 501	**208 866**	**-**	**516 367**	**201 816**	**386 308**	**-**	**588 125**
Créditos e valores titulados								
De residentes								
Outros créditos e valores a receber	-	-	533 191	533 191	-	-	199 794	199 794
Juros de ativos com acordo de recompra	-	-	4 672	4 672	-	-	243	243
	-	**-**	**537 862**	**537 862**	-	-	**200 037**	**200 037**
Imparidade acumulada em ativos financeiros com acordo de recompra (Nota 21.)								
Unidades de Participação	-	(3 112)	-	(3 112)	-	(45 092)	-	(45 092)
	307 501	**1 071 644**	**537 862**	**1 917 007**	**725 735**	**1 344 274**	**200 037**	**2 270 046**

No decorrer dos exercícios de 2011 e 2010, a Caixa celebrou junto de instituições financeiras e clientes, operações de venda de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permancendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecida como um proveito com juros e diferida ao longo do período do contrato.

As responsabilidades decorrentes do contrato de recompra encontram-se reconhecidas como um passivo nas rubricas "Recursos de outras instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra" (Nota 17.) e "Recursos de clientes e outros empréstimos – Outros recursos – Operações de venda com acordo de recompra" (Nota 18.).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica "Imparidade – Unidades de Participação" inclui 3112 mEuros e 43 315 mEuros, respetivamente, relativos a fundos de investimento mobiliário geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e de fundos imobiliários geridos por entidades do Grupo registados

na carteira de ativos financeiros com acordo de recompra ascende a 202 699 mEuros e 188 802 mEuros, respetivamente (346 703 mEuros e 178 775 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2010).

8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Mercado Monetário Interbancário	1 550 435	1 436 800
Depósitos a prazo		
No país	19 321	46 400
No estrangeiro	1 761 256	2 137 304
Empréstimos		
No país	5 711 632	4 532 482
No estrangeiro	123 827	484 494
Outras aplicações		
No país	222 432	378 484
No estrangeiro	1 219 395	2 835 084
Operações de compra com acordo de revenda	101 077	98 618
Crédito e juros vencidos	19 579	104 469
	10 728 953	**12 054 136**
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos		
Juros a receber	45 715	28 910
Proveitos diferidos	(515)	(82)
Correção de valor	219	2 257
	10 774 372	**12 085 221**
Provisões para risco-país (Nota 21.)	(4 152)	(14 298)
Imparidade (Nota 21.)	(12 157)	(88 682)
	(16 309)	(102 980)
	10 758 063	**11 982 241**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Empréstimos – no país" inclui 1 400 000 mEuros e 400 000 mEuros, respetivamente, relativos a emissões de papel comercial realizadas pelo Banco Português de Negócios, SA (BPN), as quais se encontram garantidas pelo Estado Português no quadro definido pela Lei nº 62-A/2008, de 11 de novembro, diploma que procedeu à nacionalização do BPN.

De referir que, em dezembro de 2010, no âmbito do processo de reorganização das operações de crédito e assistência de liquidez junto do BPN, a Caixa procedeu à subscrição de um conjunto de empréstimos obrigacionistas efetuados pelas entidades Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA, no montante nominal global de 3.100.000 mEuros. Estas emissões encontram-se igualmente abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português e estão registadas pelo seu justo valor na rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda" (Nota 6.). O financiamento concedido às referidas sociedades permitiu ao BPN, nessa data, o reembolso parcial de responsabilidades entretanto assumidas junto da Caixa, também ao abrigo do Programa de Papel Comercial, no montante de 4 000 000 mEuros.

Foram igualmente concedidos créditos a estas sociedades no valor de aproximadamente 792 953 mEuros (795 112 mEuros em 31 de dezembro de 2010), registados em "Créditos sobre clientes", os quais se encontram garantidos por penhores e hipotecas sobre ativos dos referidos veículos (Nota 9.).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Mercado Monetário Interbancário" inclui 433 849 mEuros e 745 852 mEuros, respetivamente, de aplicações efetuadas junto do BPN.

Não obstante as operações de assistências de liquidez, através do Mercado Monetário Interbancário, não disporem, ainda, de Declaração de Garantia emitida pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, é entendimento da Caixa Geral de Depósitos que as mesmas beneficiam de garantia pessoal do Estado, nos termos do nº 9, do Artigo 2º, da Lei nº 62-A/2008.

Com efeito, o nº 9, do Artigo 2º, da Lei nº 62-A/2008, estabelece que "as operações de crédito ou de assistência de liquidez que sejam realizadas pela Caixa Geral de Depósitos, SA, a favor do BPN no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, até à data da aprovação dos objetivos de gestão previstos no n.º 7, beneficiam de garantia pessoal do Estado por força da presente lei". Por sua vez, o nº 10, do mesmo Artigo, estabelece que "o disposto no número anterior não prejudica a observância do limite máximo legalmente estabelecido para a prestação de garantias pessoais do Estado, cabendo ao ministro responsável pela área das finanças assegurar o respetivo cumprimento".

A Caixa entende que o referido Artigo é aplicável à situação em concreto, dado tratarem-se de operações de assistência de liquidez realizadas pela Caixa a favor do BPN no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, que os objetivos de gestão previstos no nº 7 do Artigo 2º, do referido Decreto-Lei, não foram ainda aprovados, e que a observância do limite máximo legalmente estabelecido para a prestação de garantias pessoais do Estado é assegurada pelo ministro responsável pela área das finanças.

As evoluções relativas ao BPN ocorridas após 31 de dezembro de 2011 encontram-se descritas na Nota 42. – Eventos subsequentes.

No que respeita às aplicações realizadas em bancos com sede na República da Islândia, o saldo acumulado de imparidade reconhecida pela Caixa nestes ativos ascendia, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a 12 157 mEuros e 49 125 mEuros, respetivamente, tendo, no decorrer do exercício de 2011, sido utilizadas provisões no montante de, aproximadamente, 37 500 mEuros.

No decorrer do primeiro semestre de 2011, a Caixa procedeu à alienação de direitos sobre valores a receber no âmbito de transações realizadas junto de um banco norte-americano, tendo em resultado desta operação sido utilizadas provisões anteriormente constituídas para este ativo no montante de 39 557 mEuros.

O movimento na imparidade e nas provisões para aplicações em instituições de crédito, durante os exercícios de 2011 e 2010, é apresentado na Nota 21.

9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Crédito interno		
Empréstimos	30 271 807	34 479 117
Créditos em conta-corrente	3 646 073	4 172 407
Outros créditos	1 717 218	1 873 677
Operações de compra com acordo de revenda	1 100 345	870 700
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	463 641	578 684
Descobertos em depósitos à ordem	271 197	242 858
Créditos tomados – *Factoring*	185 719	81 630
Crédito ao exterior		
Outros créditos	3 795 633	3 603 342
Empréstimos	1 986 922	2 625 573
Descobertos em depósitos à ordem	104 493	160 362
Créditos em conta corrente	9 921	15 001
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	13 479	15 162
Outros créditos e valores a receber – titulados		
Papel comercial	3 282 269	3 549 636
Outros	861 286	1 209 711
	47 710 003	**53 477 859**
Créditos afetos à emissão de obrigações hipotecárias (Nota 19.)	12 167 353	9 036 698
Créditos afetos à emissão de obrigações sobre o Sector Público (Nota 19.)	1 620 035	1 308 423
Crédito titularizado não desreconhecido (Nota 20.)	5 055 709	5 280 725
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos e comissões	376 204	286 701
Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura	1 337	2 686
Crédito e juros vencidos	2 622 879	1 969 008
	69 553 519	**71 362 099**
Provisões para crédito a clientes (Nota 21.)		
Crédito e juros vencidos	(1 885 124)	(1 480 127)
Créditos de cobrança duvidosa	(580 981)	(353 114)
Risco-país	(12 426)	(13 976)
	(2 478 531)	**(1 847 218)**
	67 074 988	**69 514 881**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Crédito interno – Outros créditos" inclui 86 366 mEuros e 86 924 mEuros, respetivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Operações de compra com acordo de revenda" inclui 1 002 480 mEuros e 753 931 mEuros, respetivamente, relativos a contratos celebrados com a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA e a Império Bonança, Companhia de Seguros, SA. Estes contratos preveem a realização de operações de venda de instrumentos de dívida com acordo de recompra e a realização simultânea pelo mesmo montante de operações de compra de outros instrumentos financeiros com acordo de revenda. Nestas datas, o valor de balanço das correspondentes operações de venda com acordo de recompra ascendiam a 1 003 721 mEuros e 755 504 mEuros, respetivamente (Nota 18.).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Operações de compra com acordo de revenda" inclui, ainda, 97 865 mEuros e 110 885 mEuros relativos a contratos celebrados com o Fundo de Pensões da CGD (Nota 34).

O movimento nas provisões, durante os exercicios de 2011 e 2010, é apresentado na Nota 21.

Além das provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco-país, existem, ainda, provisões genéricas para riscos gerais de crédito refletidas no passivo (Nota 21.).

No decorrer do primeiro semestre de 2010, a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações classificadas em "Ativos financeiros disponíveis para venda" para "crédito a clientes". Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço destes ativos ascendia a 495 037 mEuros e 504 393 mEuros, respetivamente (Nota 6.).

Em dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Empréstimos" inclui 792 953 mEuros e 795 112 mEuros, respetivamente, relativos a créditos concedidos pela Caixa às entidades Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA no âmbito do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN (Notas 6. e 8.). Estes créditos não estão abrangidos por garantia prestada pelo Estado Português, encontrando-se colaterizados por penhores e hipotecas sobre ativos dos referidos veículos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	31.12.2011	31.12.2010
Até três meses	119 824	90 034
De três a seis meses	106 292	97 956
De seis meses a um ano	414 088	134 487
De um a três anos	776 625	721 581
Mais de três anos	1 206 050	924 950
	2 622 879	**1 969 008**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o crédito concedido a clientes, excluindo correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

	31.12.2011								
	Sector Público Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	-	-	-	339 544	20 510	360 054	339 544	20 510	360 054
Indústrias extrativas	-	-	-	96 962	2 152	99 114	96 962	2 152	99 114
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	774 592	38 394	812 986	774 592	38 394	812 986
Indústria têxtil	-	-	-	232 978	26 670	259 648	232 978	26 670	259 648
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	51 009	3 193	54 201	51 009	3 193	54 201
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	158 364	20 246	178 609	158 364	20 246	178 609
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos de edição e impressão	-	-	-	129 533	3 922	133 456	129 533	3 922	133 456
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	669 131	7	669 138	669 131	7	669 138
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	203 628	4 607	208 235	203 628	4 607	208 235
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	97 608	2 549	100 156	97 608	2 549	100 156
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	398 738	22 112	420 850	398 738	22 112	420 850
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	333 282	24 043	357 326	333 282	24 043	357 326
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	63 592	4 817	68 409	63 592	4 817	68 409
Fabrico de equipamento elétrico e de ótica	-	-	-	140 097	749	140 846	140 097	749	140 846
Fabrico de material de transporte	458	-	458	71 344	848	72 192	71 802	848	72 650
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	155 269	10 438	165 707	155 269	10 438	165 707
Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás	177	-	177	1 293 603	3 588	1 297 191	1 293 780	3 588	1 297 368
Construção	20	-	20	4 624 251	620 506	5 244 757	4 624 271	620 506	5 244 777
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	126	-	126	2 125 422	169 937	2 295 359	2 125 548	169 937	2 295 485
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	496	-	496	652 643	48 854	701 497	653 139	48 854	701 993
Transportes, armazenagem e comunicações	60 224	-	60 224	1 398 898	19 178	1 418 076	1 459 122	19 178	1 478 300
Atividades financeiras	795 919	-	795 919	7 867 305	123 762	7 991 067	8 663 224	123 762	8 786 985
Atividades imobiliárias	1 360	-	1 360	2 937 115	236 333	3 173 448	2 938 475	236 333	3 174 808
Outras atividades	988	89	1 076	1 930 149	38 687	1 968 837	1 931 137	38 776	1 969 913
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2 979 663	34 433	3 014 096	235 206	547	235 753	3 214 869	34 981	3 249 849
Educação	4 590	-	4 590	169 216	2 028	171 244	173 806	2 028	175 834
Saúde e segurança social	1 814	7 110	8 924	403 885	63 196	467 081	405 699	70 306	476 005
Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais	18 002	1 769	19 771	1 047 772	26 854	1 074 625	1 065 774	28 623	1 094 396
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	41	54	95	41	54	95
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	4	-	4	4	-	4
	3 863 835	**43 401**	**3 907 236**	**28 601 181**	**1 538 782**	**30 139 963**	**32 465 015**	**1 582 184**	**34 047 199**
Particulares									
Habitação	-	-	-	32 869 652	930 397	33 800 049	32 869 652	930 397	33 800 049
Outros fins	-	-	-	1 594 637	110 298	1 704 935	1 594 637	110 298	1 704 935
	-	**-**	**-**	**34 464 288**	**1 040 695**	**35 504 984**	**34 464 288**	**1 040 695**	**35 504 984**
	3 863 835	**43 401**	**3 907 236**	**63 065 469**	**2 579 478**	**65 644 946**	**66 929 303**	**2 622 879**	**69 552 182**

	31.12.2010								
	Sector Público Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca			-	354 260	19 010	373 270	354 260	19 010	373 270
Indústrias extrativas			-	471 103	1 664	472 767	471 103	1 664	472 767
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	832 629	25 729	858 357	832 629	25 729	858 357
Indústria têxtil	-	-	-	329 785	25 759	355 544	329 785	25 759	355 544
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	49 646	2 410	52 056	49 646	2 410	52 056
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	170 321	16 070	186 391	170 321	16 070	186 391
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos de edição e impressão	-	-	-	78 244	3 328	81 573	78 244	3 328	81 573
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	219 020	7	219 027	219 020	7	219 027
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	214 122	777	214 899	214 122	777	214 899
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	110 451	2 503	112 954	110 451	2 503	112 954
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	257 408	18 450	275 858	257 408	18 450	275 858
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	391 307	10 963	402 270	391 307	10 963	402 270
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	78 204	3 696	81 900	78 204	3 696	81 900
Fabrico de equipamento elétrico e de ótica	-	-	-	133 698	787	134 485	133 698	787	134 485
Fabrico de material de transporte	441	-	441	89 764	3 471	93 235	90 205	3 471	93 677
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	101 132	7 298	108 430	101 132	7 298	108 430
Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás	2 512	-	2 512	1 267 526	178	1 267 704	1 270 037	178	1 270 216
Construção	11 058	-	11 058	4 986 115	353 982	5 340 097	4 997 173	353 982	5 351 155
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	95	-	95	2 582 478	111 021	2 693 499	2 582 573	111 021	2 693 594
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	545	-	545	700 968	36 088	737 056	701 513	36 088	737 602
Transportes, armazenagem e comunicações	-	-	-	1 423 015	6 581	1 429 596	1 423 015	6 581	1 429 596
Atividades financeiras	-	-	-	9 314 794	46 083	9 360 876	9 314 794	46 083	9 360 876
Atividades imobiliárias	1 474	-	1 474	3 152 678	104 812	3 257 490	3 154 152	104 812	3 258 964
Outras atividades	5 913	-	5 913	1 357 225	22 549	1 379 774	1 363 139	22 549	1 385 687
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	3 261 165	33 386	3 294 551	565 547	169	565 716	3 826 712	33 555	3 860 267
Educação	5 724	-	5 724	160 511	1 483	161 994	166 236	1 483	167 718
Saúde e segurança social	2 133	8 814	10 947	371 075	92 903	463 978	373 208	101 718	474 925
Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais	19 156	1 693	20 849	948 503	42 872	991 375	967 659	44 565	1 012 224
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	420	57	476	420	57	476
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	3	-	3	4	0	4	7	0	7
	3 310 219	**43 893**	**3 354 112**	**30 711 950**	**960 701**	**31 672 651**	**34 022 170**	**1 004 594**	**35 026 763**
Particulares									
Habitação	-	-	-	33 627 852	875 691	34 503 544	33 627 852	875 691	34 503 544
Outros fins	-	-	-	1 740 383	88 723	1 829 106	1 740 383	88 723	1 829 106
	-	**-**	**-**	**35 368 235**	**964 414**	**36 332 650**	**35 368 235**	**964 414**	**36 332 650**
	3 310 219	**43 893**	**3 354 112**	**66 080 186**	**1 925 115**	**68 005 301**	**69 390 405**	**1 969 008**	**71 359 413**

10. DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.5. d). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	31.12.2011							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
						Derivados de cobertura		
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 5.)	Passivos detidos para negociação	Ativo	Passivo	Total
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				2 589	(1 160)	-	-	1 429
Compras	170 936	-	170 936					
Vendas	151 851	-	151 851					
FRA *(forward rate agreements)*	5 000	-	5 000	36	-	-	-	36
Swaps								
Swaps Cambiais				34 522	(1 506)	-	-	33 016
Compras	1 763 151	-	1 763 151					
Vendas	1 729 947	-	1 729 947					
Interest rate swaps e *cross currency Interest rate swaps*				1 959 173	(1 945 172)	106 887	(93 072)	27 816
Compras	104 856 708	1 045 342	105 902 050					
Vendas	104 810 436	977 880	105 788 316					
Swaps de Eventos de Crédito				9 552	(19 096)	-	-	(9 544)
Compras	400 943	-	400 943					
Vendas	400 943	-	400 943					
Futuros								
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições longas	(247 535)	-	(247 535)					
Posições curtas	1 429 045	-	1 429 045					
Futuros de Cotações				19	-	-	-	19
Posições longas	6 410	-	6 410					
Posições curtas	-	-	-					
Outros Futuros				-	-	-	-	-
Posições longas	99 211	-	99 211					
Posições curtas	216 988	-	216 988					
Opções								
Divisas				2 682	(2 662)	-	-	20
Compras	1 055	-	1 055					
Vendas	1 055	-	1 055					
Cotações				310 121	(354 954)	-	-	(44 833)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro *(Caps & Floors)*				172 570	(180 682)	-	-	(8 112)
Compras	300 133	-	300 133					
Vendas	300 000	-	300 000					
Outros	-	-	-	3 634	(4 832)	-	-	(1 199)
	216 396 278	**2 023 221**	**218 419 499**	**2 494 899**	**(2 510 065)**	**106 887**	**(93 072)**	**(1 350)**

	31.12.2010							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
						Derivados de cobertura		
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 5.)	Passivos detidos para negociação	Ativo	Passivo	Total
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				10 523	(6 726)	-	-	3 797
Compras	607 090	-	607 090					
Vendas	591 032	-	591 032					
NDF *(Non Deliverable Forward)*				284	(437)	-	-	(153)
Compras	21 980	-	21 980					
Vendas	21 996	-	21 996					
FRA *(forward rate agreements)*	20 000	-	20 000	328	-	-	-	328
Swaps								
Swaps Cambiais				2 407	(3 302)	-	-	(895)
Compras	350 598	-	350 598					
Vendas	352 225	-	352 225					
Interest rate swaps e *cross currency interest rate swaps*				1 706 920	(1 557 464)	113 602	(168 740)	94 318
Compras	107 338 742	2 189 538	109 528 280					
Vendas	107 291 528	2 088 642	109 380 170					
Swaps de Eventos de Crédito				6 115	(30 708)			(24 593)
Compras	800 970	-	800 970					
Vendas	800 970	-	800 970					
Futuros								
Futuros de Taxa de Juro				33	-	-	-	33
Posições longas	-	-	-					
Posições curtas	2 959 613	-	2 959 613					
Futuros de Cotações				516	-	-	-	516
Posições longas	18 547	-	18 547					
Posições curtas	6 068	-	6 068					
Outros Futuros				4	-	-	-	4
Posições longas	309 343	-	309 343					
Posições curtas	279 605	-	279 605					
Opções								
Divisas				5 229	(5 338)	-	-	(109)
Compras	1 773	-	1 773					
Vendas	1 773	-	1 773					
Cotações				455 823	(513 327)	-	-	(57 504)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro *(Caps & Floors)*				115 319	(113 776)	-	-	1 543
Compras	320 000	-	320 000					
Vendas	320 000	-	320 000					
Outros	-	-	-	3 205	(6 381)	-	-	(3 175)
	222 413 853	**4 278 180**	**226 692 033**	**2 306 707**	**(2 237 459)**	**113 602**	**(168 740)**	**14 110**

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nocional):

	31.12.2011					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	94 473	4 883	1 720	69 860	-	170 936
Vendas	94 738	5 038	1 715	50 360	-	151 851
FRA *(forward rate agreements)*	-	-	-	5 000	-	5 000
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	1 667 586	62 812	32 753	-	-	1 763 151
Vendas	1 641 859	57 961	30 127	-	-	1 729 947
Interest rate swaps e *cross currency interest rate swaps*						
Compras	5 463 693	6 379 396	13 147 611	38 013 638	42 897 711	105 902 050
Vendas	5 463 693	6 379 396	13 147 611	37 946 243	42 851 372	105 788 316
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	19 321	85 000	30 914	188 421	77 286	400 943
Vendas	19 321	85 000	30 914	188 421	77 286	400 943
Futuros						
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Longas	-	-	(247 535)	-	-	(247 535)
Posições Curtas	1 132 589	296 455	-	-	-	1 429 045
Futuros de Cotações						
Posições Longas	6 410	-	-	-	-	6 410
Posições Curtas	-	-	-	-	-	-
Outros Futuros						
Posições Longas	14 704	41 453	14 897	28 157	-	99 211
Posições Curtas	79 789	52 895	51 816	32 489	-	216 988
Opções						
Divisas e Cotações						
Compras	1 055	-	-	-	-	1 055
Vendas	1 055	-	-	-	-	1 055
Taxa de Juro *(Caps & Floors)*						
Compras	-	-	-	133	300 000	300 133
Vendas	-	-	-	-	300 000	300 000
	15 700 288	**13 450 289**	**26 242 544**	**76 522 723**	**86 503 654**	**218 419 499**

	31.12.2010					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	206 756	170 049	21 555	208 729	-	607 090
Vendas	206 268	166 263	21 572	196 929	-	591 032
NDF *(Non Deliverable Forward)*						
Compras	21 980	-	-	-	-	21 980
Vendas	21 996	-	-	-	-	21 996
FRA *(forward rate agreements)*	-	-	10 000	10 000	-	20 000
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	206 285	144 313	-	-	-	350 598
Vendas	205 657	146 568	-	-	-	352 225
Interest rate swaps e *cross currency interest rate swaps*						
Compras	5 881 917	4 628 937	7 917 460	48 084 258	43 015 708	109 528 280
Vendas	5 872 570	4 628 075	7 918 327	48 021 928	42 939 270	109 380 170
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	-	-	314 968	360 162	125 840	800 970
Vendas	-	-	314 968	360 162	125 840	800 970
Futuros						
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Longas	-	-	-	-	-	-
Posições Curtas	2 540 016	419 597	-	-	-	2 959 613
Futuros de Cotações						
Posições Longas	12 687	-	-	5 860	-	18 547
Posições Curtas	6 068	-	-	-	-	6 068
Outros Futuros						
Posições Longas	125 565	100 193	45 689	37 896	-	309 343
Posições Curtas	111 062	96 505	44 970	27 068	-	279 605
Opções						
Divisas e Cotações						
Compras	1 773	-	-	-	-	1 773
Vendas	1 773	-	-	-	-	1 773
Taxa de Juro *(Caps & Floors)*	-	-	-	-	-	
Compras	-	-	-	-	320 000	320 000
Vendas	-	-	-	-	320 000	320 000
	15 422 372	**10 500 501**	**16 609 509**	**97 312 992**	**86 846 659**	**226 692 033**

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Valor Nocional	Valor Contabilístico	Valor Nocional	Valor Contabilístico
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais				
Instituições Financeiras	230 380	1 576	1 005 794	(743)
Clientes	92 408	(147)	192 328	4 540
	322 788	**1 429**	**1 198 122**	**3 797**
NDF *(No Deliverable Forward)*				
Instituições Financeiras	-	-	21 619	276
Clientes	-	-	22 357	(428)
	-	**-**	**43 976**	**(153)**
FRA *(forward rate agreements)*				
Instituições Financeiras	5 000	36	20 000	328
Swaps				
Swaps Cambiais				
Instituições Financeiras	3 467 987	31 903	-	-
Clientes	25 111	1 113	702 823	(895)
	3 493 098	**33 016**	**702 823**	**(895)**
Interest rate swaps e *cross currency interest rate swaps*				
Instituições Financeiras	200 068 117	72 760	205 229 537	146 600
Clientes	11 622 249	(44 944)	13 678 913	(52 282)
	211 690 366	**27 816**	**218 908 450**	**94 318**
Swaps de Eventos de Crédito				
Instituições Financeiras	801 886	(7 011)	1 601 941	(24 593)
Clientes	-	(2 533)	-	-
	801 886	**(9 544)**	**1 601 941**	**(24 593)**
Futuros				
Futuros de Taxa de Juro				
Em Bolsa	1 181 510	-	2 959 613	33
Futuros de Cotações				
Em Bolsa	6 410	19	11 928	516
Clientes	-	-	12 687	-
	6 410	**19**	**24 615**	**516**
Outros Futuros				
Em Bolsa	316 199	-	588 949	4
	316 199	**-**	**588 949**	**4**
Opções (Divisas e Cotações)				
Instituições Financeiras	-	8 861	-	(3 463)
Clientes	2 110	(53 674)	3 546	(54 150)
	2 110	**(44 813)**	**3 546**	**(57 613)**
Taxa de Juro *(Caps & Floors)*				
Instituições Financeiras	600 000	21 250	640 000	15 222
Clientes	133	(29 362)	-	(13 679)
	600 133	**(8 112)**	**640 000**	**1 543**
Outros				
Instituições Financeiras	-	2 417	-	309
Clientes	-	(3 616)	-	(3 484)
	-	**(1 199)**	**-**	**(3 175)**
	218 419 499	**(1 350)**	**226 692 033**	**14 110**

11. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Conforme descrito na Nota 2.6., a Caixa regista nesta rubrica imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito.

O movimento nestes bens, durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011							
	Saldo em 31.12.2010		Adições	Alienações e abates	Outras transferências e regularizações	Imparidade (Nota 21.)	Saldo em 31.12.2011	
	Valor bruto	Imparidade acumulada					Valor bruto	Imparidade acumulada
Ativos não correntes detidos para venda								
Imóveis	295 851	(46 286)	108 686	(92 203)	8 581	(12 518)	320 915	(58 804)
Outros	985	-	-	-	(35)	-	950	-
	296 836	**(46 286)**	**108 686**	**(92 203)**	**8 546**	**(12 518)**	**321 864**	**(58 804)**

	2010							
	Saldo em 31.12.2009		Adições	Alienações e abates	Outras transferências e regularizações	Imparidade (Nota 21.)	Saldo em 31.12.2010	
	Valor bruto	Imparidade acumulada					Valor bruto	Imparidade acumulada
Ativos não correntes detidos para venda								
Imóveis	241.917	(37.686)	115.209	(54.638)	(6.638)	(8.599)	295.851	(46.286)
Outros	987	-	-	-	(2)	-	985	-
	242.904	**(37.686)**	**115.209**	**(54.638)**	**(6.640)**	**(8.599)**	**296.836**	**(46.286)**

Nos exercícios de 2011 e 2010, as mais-valias líquidas obtidas na alienação de imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito ascenderam a 3733 mEuros e 3358 mEuros, respetivamente (Notas 31. e 32.).

12. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros ativos tangíveis", durante os exercícios de 2011 e 2010, foi o seguinte:

	2011										
	Saldo em 31.12.2010									Saldo em 31.12.2011	
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre ativos tangíveis	Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reposições líquidas de imparidade no exercício (Nota 21.)	Vendas e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas
Imóveis de serviço próprio											
Terrenos	80 757	-	-	-	234	(3 434)	-	-	-	77 557	-
Edifícios	407 749	(200 724)	7	-	703	(5 098)	(7 436)	5 184	-	398 728	(198 343)
Obras em imóveis arrendados	89 823	(61 656)	413	42	20 754	-	(7 268)	-	(355)	109 334	(67 580)
Outros imóveis	80	-	-	-	-	-	-	-	-	80	-
Equipamento											
Mobiliário e material de escritório	63 323	(51 892)	2 449	10	-	(8)	(3 585)	-	(41)	64 318	(54 061)
Máquinas e ferramentas	11 222	(9 654)	282	1	1 509	-	(922)	-	-	12 671	(10 234)
Equipamento informático	95 773	(81 645)	4 257	15	64	-	(6 341)	-	-	100 256	(88 133)
Instalações interiores	249 283	(202 655)	1 643	2	14 224	308	(12 152)	(344)	-	264 725	(214 416)
Material de transporte	781	(634)	167	-	-	-	(66)	-	(8)	925	(684)
Equipamento de segurança	30 986	(23 364)	3 290	-	-	-	(3 002)	-	(1)	34 630	(26 721)
Outro equipamento	172	(157)	-	-	-	-	(5)	-	-	172	(162)

2011	Saldo em 31.12.2010									Saldo em 31.12.2011	
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre ativos tangíveis	Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reposições líquidas de imparidade no exercício (Nota 21.)	Vendas e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas
Ativos em locação financeira											
Imóveis	769	(128)	-	-	-	-	(12)	-	-	769	(140)
Equipamento	77 480	(49 096)	4 304	-	(53)	-	(13 873)	-	-	77 328	(58 565)
Ativos tangíveis em curso	65 778	-	28 639	-	(37 435)	(720)	-	-	(331)	55 925	-
Outros ativos tangíveis	11 264	(6 298)	117	-	-	(21)	(1 059)	-	-	11 381	(7 377)
	1 185 241	**(687 903)**	**45 568**	**70**	**-**	**(8 973)**	**(55 721)**	**4 840**	**(736)**	**1 208 800**	**(726 416)**

2010	Saldo em 31.12.2009									Saldo em 31.12.2010	
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre ativos tangíveis	Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reposições líquidas de imparidade no exercício (Nota 21.)	Vendas e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas
Imóveis de serviço próprio											
Terrenos	94 124	-	-	-	-	6 547	-	-	(19 913)	80 757	-
Edifícios	563 311	(230 963)	-	-	-	205	(7 965)	220	(117 783)	407 749	(200 724)
Obras em imóveis arrendados	80 268	(56 945)	938	46	9 359	(13)	(5 291)	-	(194)	89 823	(61 656)
Outros imóveis	80	-	-	-	-	-	-	-	-	80	-
Equipamento											
Mobiliário e material de escritório	60 568	(48 896)	3 455	34	-	100	(3 821)	-	(8)	63 323	(51 892)
Máquinas e ferramentas	10 819	(9 265)	739	6	27	(84)	(675)	-	-	11 222	(9 654)
Equipamento informático	83 997	(69 846)	5 560	50	129	22	(5 776)	-	(8)	95 773	(81 645)
Instalações interiores	305 213	(250 019)	4 429	10	10 057	80	(13 078)	179	(10 243)	249 283	(202 655)
Material de transporte	842	(668)	50	10	5	(3)	(73)	-	(16)	781	(634)
Equipamento de segurança	26 196	(20 702)	3 130	2	1 543	-	(2 547)	-	-	30 986	(23 364)
Outro equipamento	166	(156)	7	-	-	4	(5)	-	-	172	(157)
Ativos em locação financeira											
Imóveis	769	(117)	-	-	-	-	(12)	-	-	769	(128)
Equipamento	78 938	(46 461)	9 744	-	(5)	-	(13 725)	-	(106)	77 480	(49 096)
Ativos tangíveis em curso	45 664	-	41 134	9	(21 114)	(314)	-	-	399	65 778	-
Outros ativos tangíveis	10 944	(5 419)	320	-	-	(3)	(876)	-	-	11 264	(6 298)
	1 361 900	**(739 457)**	**69 504**	**167**	**-**	**6 539**	**(53 842)**	**400**	**(147 872)**	**1 185 241**	**(687 903)**

No exercício de 2010, a Caixa alienou o imóvel da sua Sede Social ao Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos, SA (Fundo de Pensões) por 251 751 mEuros, tendo registado uma mais-valia no valor de 103 865 mEuros (Nota 31.). A venda do imóvel foi efetuada pelo seu valor de mercado determinado por peritos independentes na data da transação.

Esta operação contempla, ainda, o arrendamento deste imóvel pela Caixa por um período inicial de 20 anos, posteriormente renovável por períodos iguais e sucessivos de 5 anos. Ao abrigo do contrato, a Caixa detém, ainda, uma opção de compra sobre o imóvel, a qual pode ser exercida no final de cada período de arrendamento pelo respetivo valor de mercado nessa data, conservando, em qualquer circunstância, direito de preferência na sua aquisição.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a imparidade registada para Imóveis de serviço próprio ascende a 3518 mEuros e 8358 mEuros, respetivamente (Nota 21.).

13. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Ativos intangíveis", durante os exercícios de 2011 e 2010, foi o seguinte:

	2011								
	Saldo em 31.12.2010							Saldo em 31.12.2011	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências entre ativos intangíveis	Outras transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Sistemas de tratamento automático de dados *(Software)*	474 479	(387 823)	11 833	46 080	(224)	4	(65 659)	532 270	(453 581)
Outros ativos intangíveis	689	-	6	-	-	-	-	695	-
Ativos intangíveis em curso	39 090	-	43 573	(46 080)	(390)	3	-	36 196	-
	514 258	**(387 823)**	**55 412**	**-**	**(614)**	**7**	**(65 659)**	**569 162**	**(453 582)**

	2010								
	Saldo em 31.12.2009							Saldo em 31.12.2010	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências entre ativos intangíveis	Outras transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Sistemas de tratamento automático de dados (*Software*)	430 334	(330 234)	7819	36 211	(14)	4	(57 463)	474 479	(387 823)
Outros ativos intangíveis	634	(55)	-	-	111	-	-	689	-
Ativos intangíveis em curso	36 015	-	39 340	(36 211)	(61)	7	-	39 090	-
	466 982	**(330 289)**	**47 158**	**-**	**35**	**11**	**(57 463)**	**514 258**	**(387 823)**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos intangíveis em curso referem-se essencialmente a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

DESPESAS COM ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Caixa realizou despesas no âmbito do desenvolvimento de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, nos montantes de 5500 mEuros e 7400 mEuros, respetivamente.

14. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011				31.12.2010			
	Participação direta (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 21.)	Valor de balanço	Participação direta (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 21.)	Valor de balanço
Filiais								
Em instituições de crédito no estrangeiro								
Banco Caixa Geral, SA	99.79%	597 114	(201 246)	395 868	99.78%	567 113	(68 227)	498 886
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	91.75%	128 606	(19 146)	109 460	91.75%	128 606	(19 146)	109 460
Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	97.13%	54 521	-	54 521	97.13%	54 521	-	54 521
Banco para Promoção e Desenvolvimento, SA	49.99%	183 212	-	183 212	0.00%	-	-	-
Banco Caixa Geral Brasil	99.91%	150 839	-	150 839	99.91%	150 839	-	150 839
CGD – Subsidiária Offshore de Macau, SA	100.00%	15 905	-	15 905	100.00%	15 905	-	15 905
Banco Interatlântico, SARL	70.00%	6 352	-	6 352	70.00%	6 352	-	6 352
Em outras empresas no País								
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA	100.00%	1 229 204	-	1 229 204	100.00%	1 229 204	-	1 229 204
Parcaixa, SGPS, SA	51.00%	510 000	-	510 000	5.00%	510 000	-	510 000
Partang, SGPS, SA	51.00%	53 248	-	53 248	51.00%	53 248	-	53 248
Caixa – Participações, SGPS, SA	100.00%	27 683	-	27 683	100.00%	27 683	-	27 683
Caixa – Gestão de Ativos, SA	100.00%	10 350	-	10 350	100.00%	10 350	-	10 350
CREDIP – Instituição Financeira de Crédito, SA	80.00%	8 000	-	8 000	80.00%	8 000	-	8 000
Caixaweb, SGPS, SA (em liquidação)	-	-	-	-	100.00%	25 000	(17 862)	7 138

	31.12.2011				31.12.2010			
	Participação direta (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 21.)	Valor de balanço	Participação direta (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 21.)	Valor de balanço
Wolfpart, SGPS, SA	100.00%	1 300	(1 300)	-	100.00%	1 300	-	1 300
Caixanet – Telemática e Comunicações, SA	80.00%	400	-	400	80.00%	400	-	400
Caixatec – Tecnologias Comunicação	100.00%	8	-	8	-	-	-	-
Gerbanca, SGPS, SA	91.95%	63 340	-	63 340	91.95%	63 340	-	63 340
Imocaixa – Gestão Imobiliária, SA	80.00%	20	-	20	80.00%	20	-	20
Parbanca, SGPS, SA	10.00%	5	-	5	10.00%	5	-	5
Outras		19	(19)	-		47	(25)	22
Em outras empresas no Estrangeiro								
SCI – Rue du Helder	100.00%	9 583	(5 497)	4 086	100.00%	9 583	(5 497)	4 086
Associadas e empreendimentos conjuntos								
Em outras empresas no País								
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA	21.60%	12 969	-	12 969	21.60%	12 969	-	12 969
Esegur – Empresa de Segurança, SA	50.00%	12 952	-	12 952	50.00%	12 952	-	12 952
Prado Cartolinas da Lousã, SA	37.40%	5 111	-	5 111	37.40%	5 111	-	5 111
Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA	50.00%	4 467	-	4 467	50.00%	4 467	-	4 467
Companhia de Papel do Prado, SA	37.40%	3 600	(1 278)	2 322	37.40%	3 600	(1 278)	2 322
SOFID – Sociedade Financiamento Desenvolvimento								
Instituições Financeiras Crédito, SA	10.00%	1 250	-	1 250	10.00%	1 250	-	1 250
Fundo Turismo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	38.64%	125	-	125	38.63%	125	-	125
Floresta Atlântica, SGFII, SA	11.89%	50	-	50	11.89%	50	-	50
YUNIT Serviços, SA	33.33%	3	-	3	-	-	-	-
Gestínsua – Aquisição e Alienação de Património Mobiliário e Imobiliário, SA	21.06%	12	(5)	7	21.06%	12	(5)	7
Em outras empresas no Estrangeiro								
Banco Comercial do Atlântico, SARL	47.66%	21 726	(8 424)	13 302	47.66%	21 726	(8 424)	13 302
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL	41.55%	6 848	(2 486)	4 362	41.55%	6 848	(2 486)	4 362
A Promotora – Sociedade de Capital de Risco, SARL	36.21%	1 326	(212)	1 114	36.21%	1 326	(212)	1 114
Banco Nacional de Investimento, SA	49.50%	31 250	-	31 250	49.50%	830	-	830
Banco Internacional de S. Tomé	27.00%	624	-	624	27.00%	624	-	624
IMOBCI	40.00%	144	(62)	82	40.00%	144	(62)	82
GCI – Sociedade de Capital de Risco	30.00%	66	(66)	-	30.00%	66	(66)	1
Outros								
Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD – Caixa Capital	93.54%	318 606	-	318 606	93.54%	318 606	-	318 606
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	100.00%	25 000	-	25 000	100.00%	25 000	-	25 000
Fundo de Capital de Risco Caixa Mezzanine – Caixa Capital	100.00%	100 000	-	100 000	100.00%	100 000	-	100 000
Fundo de Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR	100.00%	100 000	-	100 000	-	-	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional – Caixa Arrendamento	82.51%	66 243	-	66 243	40.84%	26 244	-	26 244
Caixa Geral Finance, Limited	0.00%	1	-	1	0.00%	1	-	1
CGD – North America Finance	100.00%	-	-	-	100.00%	-	-	-
CGD Finance Limited	100.00%	1	-	1	100.00%	1	-	1
		3 762 083	**(239 742)**	**3 522 341**		**3 403 468**	**(123 291)**	**3 280 177**

Para além dos instrumentos de capital incluídos nesta rubrica, a Caixa concedeu a algumas das suas Filiais suprimentos e empréstimos subordinados para financiar as suas atividades, os quais se encontram registados em "Outros ativos" (Nota 16.).

Os principais movimentos ocorridos nestes investimentos, durante os exercicios de 2011 e 2010, foram os seguintes:

BANCO CAIXA GERAL, SA

Em Assembleia-Geral de Acionistas realizada em maio de 2010 foi deliberado o aumento do capital social do Banco Caixa Geral de 442 792 mEuros para 462 792 mEuros, mediante a emissão de 3 327 787 novas ações com um valor nominal unitário de 6,01 euros, das quais 3 327 751 ações subscritas pela CGD.

Posteriormente, em Assembleia-Geral de Acionistas realizada em agosto de 2010, foi deliberado um segundo aumento de capital social do Banco Caixa Geral de 462 792 mEuros para 488 792 mEuros, mediante a emissão de 4 326 146 novas ações com um valor nominal unitário de 6,01 euros, das quais 4 326 034 ações subscritas pela CGD.

Já no decorrer do exercício de 2011, e com o objetivo de consolidar a estrutura de fundos próprios do Banco, foi decidido pelos seus acionistas a realização de um novo aumento de capital social no montante de 30 000 mEuros, mediante a emissão de 4 991 672 ações com um valor nominal unitário de 6,01 euros, integralmente subscrito pela CGD.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os montantes relativos aos aumentos de capital subscritos pela Caixa Geral de Depósitos encontravam-se integralmente realizados.

BANCO PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO, SA (BPD)

O Banco para Promoção e Desenvolvimento foi constituído em 14 de fevereiro de 2011, mediante escritura pública celebrada entre a Sonangol, Empresa Pública, a Sonangol Holdings, Limitada, a Gerbanca, SGPS, SA, a Caixa – Participações, SGPS, SA e a Caixa Geral de Depósitos, SA.

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária com a latitude permitida pela Lei, ascendendo o seu capital social a 45 900 000 000 Kwanzas, (correspondentes, na data da sua constituição, a USD 500 000 000), dos quais 23 500 000 kwanzas já realizados. A participação do Grupo Caixa no capital do BDP ascende a 50%, repartido entre a CGD (49,99%), a Caixa – Participações (0,005%) e a Gerbanca (0,005%).

O montante da parcela não realizada do capital do BDP atribuível à Caixa em 31 de dezembro de 2011 ascendia a 178 731 mEuros, considerando o câmbio de fecho nessa data (Nota 23.).

BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO, SA (BNI)

O Banco Nacional de Investimento, SA foi constituído em 14 de junho de 2010, por escritura pública celebrada entre o Estado da República de Moçambique através da Direção Nacional de Tesouro, a Caixa Geral de Depósitos, SA e o Banco Comercial e de Investimentos, SARL, tendo por objeto o exercício da atividade bancária na área da banca de investimento.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital subscrito e realizado do Banco Nacional de Investimento, SA ascendia a 70 000 mMZN (milhares de Meticais), distribuídos pela Direção Nacional de Tesouro (49,5%), CGD (49,5%) e Banco Comercial e de Investimentos, SARL (1%). Em Assembleia-Geral de Acionistas de 22 de novembro de 2011, foi deliberado o aumento de capital do Banco para 2 240 000 mMZN, representado por 2 240 000 000 ações com o valor nominal de 1 Metical cada.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social do BNI encontrava-se integralmente realizado, mantendo os acionistas a proporção de titularidade do capital social inicial.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E REORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL, FCR

O Fundo de Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR foi constituído em 16 de agosto de 2011, com um capital inicial de 100 000 mEuros, representado por 100 000 Unidades de Participação com um valor nominal de 1000 Euros, cada.

O Fundo destina-se a exercer a atividade de capital de risco, mediante a realização de investimentos em sociedades que se encontrem ou se preveja venham a enfrentar dificuldades financeiras e/ou operacionais ou cuja viabilização no curto ou médio prazo implique a implememtação de um processo de reorganização da sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2011, do valor total do capital do Fundo, encontravam-se realizados 15 000 mEuros, sendo a realização do valor remanescente a efetuar em função da concretização das necessidades de investimento (Nota 23.).

FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO PARA ARRENDAMENTO HABITACIONAL – CAIXA ARRENDAMENTO (FIIAH – CAIXA ARRENDAMENTO)

Em 30 de setembro de 2011, em resultado de deliberação dos participantes do Fundo, a CGD procedeu à subscrição de 38 873 unidades de participação pelo montante global de 39 999 mEuros, tendo em resultado desta transação aumentado a percentagem que detém no capital do FIIAH – Caixa Arrendamento para 82,51%.

O aumento de capital do fundo, integralmente subscrito pela CGD, foi realizado mediante a entrega de 29 979 mEuros em numerário e o remanescente, no montante de 10 020 mEuros, através da entrega de imóveis.

CAIXAWEB, SGPS, SA (EM LIQUIDAÇÃO) (CAIXAWEB)

Em Assembleia-Geral realizada em 28 de março de 2011, foi deliberado o encerramento do processo de liquidação da Caixaweb, tendo os ativos líquidos da sociedade, em consequência desta decisão, sido entregues ao seu acionista único, a Caixa Geral de Depósitos, SA.

Em resultado desta situação, a Caixa procedeu à incorporação das participações detidas pela Caixaweb nas entidades Caixatec – Tecnologias de Comunicação, SA (e respetivos suprimentos) e Yunit Serviços, SA (Nota 16.).

BANCO CAIXA GERAL BRASIL

Em Assembleia-Geral realizada em janeiro de 2010, foi deliberado o aumento do capital desta entidade de 123 000 mBRL (milhares de Reais Brasileiros) para 400 000 mBRL, mediante a emissão de 743 170 novas ações com um valor unitário de 372,73 BRL, integralmente subscritas pela Caixa. A realização deste aumento de capital foi efetuada em duas parcelas de 138 500 mBRL, em janeiro e julho de 2010.

BANCO INTERATLÂNTICO, SARL

Em abril de 2010, o Banco Interatlântico realizou um aumento de capital social no montante de 400 000 milhares de Escudos Caboverdianos (mCVE), através da emissão de 40 000 novas ações com um valor nominal de 10 mCVE. A CGD acompanhou este aumento de capital, através da subscrição de 28 000 novas ações, passando a deter 70 000 ações e mantendo assim a sua participação de 70% de capital no Banco Interatlântico.

GERBANCA, SGPS, SA

Em Assembleia-Geral realizada em junho de 2010, foi deliberado o aumento do capital desta entidade no valor de 12 140 euros, mediante a emissão de 2428 ações de valor nominal unitário de 5 euros e com um prémio de emissão de 26 063,7431 euros cada. O aumento de capital da Gerbanca foi integralmente realizado pela Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA através da entrega de 12 658 640 ações do Caixa-Banco de Investimento, SA, valorizadas por um valor de mercado de 5 euros por ação, correspondendo a um valor global de aproximadamente 63 295 mEuros.

Em setembro de 2010, a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA alienou à CGD a sua participação na Gerbanca pelo valor global de 63 295 mEuros.

PARTANG, SGPS, SA (PARTANG) E BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, SA (BCGTA)

Nos termos do acordo quadro estabelecido entre a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Santander Totta (BST), com vista à realização de uma parceria de investimento no mercado Angolano através de uma participação no Banco Totta de Angola, SA (BTA), e tendo sido obtidas as necessárias autorizações por parte das entidades angolanas e portuguesas competentes, em 4 de junho de 2009, foi constituída a sociedade Partang, SGPS, SA, com um capital social de 10 942 mEuros, integralmente realizado em espécie pelo BST e pela Madeisisa (sociedade integralmente detida pelo BST) através

da entrega de 40 474 059 ações do BTA, representativas de 51% do capital e direitos de voto deste Banco.

No decorrer dos exercícios de 2009 e 2010, ocorreram ainda os seguintes desenvolvimentos relativamente a esta operação:

- Em 2 de julho de 2009, foi deliberado, em Assembleia-Geral de Acionistas da Partang, SGPS, SA, o aumento do capital social desta sociedade em 10 942 mEuros, mediante a emissão de 1 094 233 040 ações com um valor nominal unitário de 0,01 Euros, a realizar em dinheiro;
- Nessa mesma data, a Caixa, o BST e a Madeisisa celebraram um acordo mediante o qual, estas duas últimas entidades cedem à Caixa os direitos de subscrição no aumento do capital social da Partang, SGPS, SA de que eram originalmente titulares. A cedência do exercício dos direitos de subscrição, correspondentes a uma participação de 50% no capital social da Partang, foi efetuada pelo preço global de 15 280 mEuros;
- Em consequência da concretização do referido acordo, a Caixa subscreveu a totalidade das novas ações resultantes do aumento de capital social da Partang, SGPS, SA, pelo valor global de 36 083 mEuros, correspondendo 10 942 mEuros ao valor nominal das ações e 25 141 mEuros a um prémio de emissão;
- Igualmente em 2 de julho de 2009, o BTA procedeu ao aumento do seu capital social em Kwanzas Angolanos (AON) 7 781 391 000, mediante a emissão de 778 139 100 ações, com valor unitário de AON 10. O aumento do capital social foi realizado através de entradas em dinheiro no valor de AON 7 780 600 000 (correspondentes ao contravalor de USD 100 000 000) e mediante a integração de reservas livres no valor de AON 791 000. O valor do capital social realizado pela Partang no âmbito desta operação ascendeu a AON 3 968 106 000 (correspondentes ao contravalor de USD 51 000 000). Ainda nesta data, o BTA procedeu à redenominação do valor nominal das ações de AON 10 para AON 500, assim como à alteração da sua denominação social para a atual;
- Em 2 de julho de 2010, a Caixa exerceu uma opção de compra de 1% do capital e direitos de voto da Partang, ao preço global de USD 2 381 597 (1885 mEuros ao câmbio da referida data), tendo em resultado desta operação aumentado a sua percentagem de participação nesta sociedade para 51%.

Ainda nos termos do acordo-quadro estabelecido entre a Caixa e o BST:

- O BST detém uma opção de venda sobre a totalidade da participação por si detida na Partang, a exercer junto da Caixa no prazo de quatro anos depois de decorridos dois anos sobre a data de subscrição do aumento de capital realizado pela Partang em 2 de julho de 2009;
- De forma complementar, a Caixa detém uma opção de compra sobre as ações detidas pelo BST, até que atinja um limite máximo de 80% do capital social e direitos de voto da Partang, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de subscrição do aumento de capital realizado pela Partang em 2 de julho de 2009.

O preço de exercício das referidas opções será variável em função da evolução dos capitais próprios do BCGTA.

CGD – PARTICIPAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, LTDA

Em junho de 2010, a Caixa alienou 601 751 quotas da CGD – Representação de Bancos, de valor nominal unitário de 1 Real, ao Banco Caixa Geral Brasil, SA e 12 929 quotas de igual valor nominal ao Caixa – Banco de Investimento, SA. Após essas alienações, a Caixa deixou de ter qualquer participação direta na CGD – Representação de Bancos.

Adicionalmente, o Caixa – Banco de Investimento, SA adquiriu 588 821 quotas da CGD – Representação de Bancos à Caixa Participações, SGPS, SA.

Na mesma data, os dois novos acionistas da CGD – Representação de Bancos alteraram a denominação da sociedades para CGD – Participações em Instituições Financeiras, Ltda.

15. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, eram os seguintes:

	31.12.2011	31.12.2010
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	23 406	52 770
Outros	935	3 958
	24 341	**56 728**
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(1 484)	(1 810)
	22 857	**54 918**
Ativos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	1 338 295	728 450
Por prejuízos fiscais reportáveis	56 986	53 112
Passivos por impostos diferidos	(51 066)	(83 056)
	1 344 216	**698 505**

O movimento ocorrido nos impostos diferidos, durante os exercícios de 2011 e 2010, foi o seguinte:

	2011				
		Variação em			
	Saldo em 31.12.2010	Capital Próprio	Resultados	Transferência para imposto corrente	Saldo em 31.12.2011
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	10 949	-	355	-	11 303
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	492 673	-	166 082	6 661	665 416
Ativos financeiros valorizados ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação (Nota 25.)	110 280	479 142	-	-	589 423
Prejuízos fiscais reportáveis	53 112	-	3 875	-	56 986
Benefícios dos trabalhadores	36 578	(10 096)	-	-	26 482
Comissões	129	-	(129)	-	-
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(5 608)	-	662	-	(4 945)
Despesas de carácter plurianual	858	-	(858)	-	-
Outros	(465)	-	16	-	(449)
	698 505	**469 047**	**170 003**	**6 661**	**1 344 216**

	2010				
		Variação em			
	Saldo em 31.12.2009	Capital Próprio	Resultados	Transferência para imposto corrente	Saldo em 31.12.2010
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	9 333	-	1 616	-	10 949
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	418 441	-	67 951	6 281	492 673
Ativos financeiros valorizados ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação (Nota 25.)	103 047	7 234	-	-	110 280
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	53 112	-	53 112
Benefícios dos trabalhadores	75 447	(37 136)	(1 733)	-	36 578
Comissões	27 173	-	(27 044)	-	129
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(6 490)	-	883	-	(5 608)
Despesas de carácter plurianual	2 984	-	(2 126)	-	858
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	591	-	(591)	-	-
Valorização de outros títulos	13 917	-	(13 917)	-	-
Outros	(1 513)	-	1 049	-	(465)
	642 928	**(29 902)**	**79 199**	**6 281**	**698 505**

Os impostos sobre lucros registados diretamente por contrapartida de capital próprio nos exercícios de 2011 e 2010 apresentam a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Impostos diferidos		
Valorização de ativos financeiros por contrapartida de reservas de reavaliação	479 142	7 234
Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a benefícios pós-emprego	(10 096)	(37 136)
	469 047	**(29 902)**
Impostos correntes		
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego		
Responsabilidades com pensões	2 803	2 794
Plano médico e outros benefícios pós-emprego	6 661	6 281
	9 464	**9 075**

Conforme expresso em maior detalhe na Nota 2.3., no decorrer do exercício de 2011, a Caixa procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais originados no âmbito da atualização das responsabilidades com pensões e encargos com saúde e com o rendimento esperado do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos integralmente por contrapartida de uma rubrica de capital próprio, sendo que, até ao exercício de 2010, estes encontravam-se a ser contabilizados de acordo com o método do corredor.

As demonstrações financeiras da Caixa foram reexpressas, de forma a refletir a aplicação retospectiva dos impactos da aplicação da nova política contabilística, tendo os períodos comparativos apresentados sido alterados em conformidade.

De referir que, ao abrigo do artigo 183º, da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei nº 64-/2011, de 30 de dezembro), as variações decorrentes da alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais ocorridas em 2011, respeitantes a contribuições efetuadas nesse exercício ou exercícios anteriores serão consideradas dedutíveis para efeitos de apuramento do lucro tributável, em partes iguais, nos dez períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

Os encargos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Impostos correntes		
Do exercício	18 958	21 361
Contribuição sobre o sector bancário	26 946	-
Correções a exercícios anteriores	6 895	28 822
	52 800	**50 182**
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(166 129)	(26 087)
Prejuízos fiscais reportáveis	(3 875)	(53 112)
	(170 003)	**(79 199)**
Total de impostos em resultados	**(117 204)**	**(29 017)**
Resultado antes de impostos	**(433 459)**	**22 530**
Carga fiscal	**27,04%**	**--**

Nos exercícios de 2011 e 2010, a rubrica "Correções a exercícios anteriores" apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto (exercícios de 2010 e 2009)	138	6 248
Liquidações adicionais (exercícios 2005, 2006, 2007 e 2008)	9 552	23 391
Reembolsos de IRC – correções ao lucro tributável	(2 691)	(810)
Outros	(104)	(8)
	6 895	**28 822**

A reconciliação entre o imposto apurado com base na taxa nominal e os encargos / (proveitos) com impostos sobre lucros, nos exercícios de 2011 e 2010, pode ser demonstrada como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Resultado antes de impostos	**(433 459)**	**22 530**
Imposto apurado com base na taxa nominal	(124 966)	6 482
Diferenças definitivas a deduzir:		
Dividendos de participadas	(15 961)	(64 084)
Mais-valias isentas de tributação	(9 783)	(67 599)
Outras	(1 355)	(940)
Tributação de resultados de sociedades do Grupo em países com regimes fiscais privilegiados, e outros encargos não recuperados em resultado da dupla tributação internacional	13 639	27 336
Reconhecimento de imparidade em participações financeiras	(10 814)	36 042
Outras diferenças definitivas a acrescer	1 879	9 784
Benefícios fiscais		
Criação líquida de postos de trabalho	(2 463)	(1 671)
Tributação autónoma	1 341	1 142
Contribuição sobre o sector bancário	26 946	-
Alteração na taxa de imposto nominal - Derrama Estadual	-	(40 520)
Outros	(1 898)	39 285
	(123 435)	**(54 743)**
Correções de imposto relativas a exercícios anteriores		
Insuficiência de estimativa de imposto relativo aos exercícios de 2010 e 2009, líquido de impostos diferidos	(526)	3 152
Correções à base tributável de exercícios anteriores	6 861	22 581
Outras	(104)	(8)
	6 231	**25 726**
	(117 204)	**(29 017)**

No exercício de 2011 e 2010, a taxa nominal de imposto da CGD considerando as taxas de Derrama aplicáveis à sua atividade foi de 28,83% e 28,77% respetivamente.

A determinação da taxa nominal de imposto da CGD reflete o aditamento efetuado ao abrigo da Lei nº 12-A/2010 de 30 de junho (Lei que aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento), do artigo 87º-A do CIRC, o qual no seu nº 1 prevê a aplicação de uma taxa adicional de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 2000 mEuros (derrama estadual). Em resultado desta situação, em 31 de dezembro de 2010, os resultados com impostos diferidos incluem um proveito de cerca de 40 520 mEuros, reconhecidos no âmbito da atualização da taxa nominal de imposto sobre a base de incidência de apuramento dos saldos de ativos e passivos por impostos diferidos.

No âmbito da publicação da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro), a redação do artigo 87º-A do CIRC foi alterada de forma a considerar atualizações à taxa adicional de imposto a aplicar sobre a parte do lucro tributável que exceda 1500 mEuros e 10 000 mEuros, respetivamente, quando na sua globalidade este seja superior a 10 000 mEuros, relativamente ao qual a tributação adicional a considerar será de 3% e 5%. Considerando que a nova redação do artigo 87º-A é apenas aplicável de forma transitória aos lucros tributáveis e pagamentos adicionais por conta referentes aos dois períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, entendeu-se não proceder, decorrente desta situação, a qualquer alteração à taxa nominal de imposto utilizada no apuramento dos saldos de ativos e passivos por impostos diferidos a recuperar/(pagar) reconhecidos com referência a 31 de dezembro de 2011.

No decorrer do mês de dezembro de 2010, a Caixa reconheceu ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis originados no exercício, no montante de 53 112 mEuros, ascendendo estes, em 31 de dezembro de 2011, a 56 986 mEuros. De acordo com o enquadramento legal em vigor, os prejuízos fiscais originados no exercício de 2010 são recuperáveis num período de quatro anos posteriores à sua constituição, sendo suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados nesse período.

Decorrente das disposições previstas no artigo 141º, da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro), o qual veio estabelecer a introdução de um novo regime de contribuição aplicável ao setor bancário, a Caixa reconheceu no exercício de 2011 um custo de 26 946 mEuros relativo aos encargos com este tributo. A base de incidência da nova contribuição, regulamentada no âmbito da Portaria nº 121/2011, de 30 de março, incide sobre os passivos da instituição, deduzidos dos fundos próprios e complementares nele incluídos e ainda dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, assim como sobre o valor nocional dos instrumentos financeiros derivados que não tenham natureza de cobertura.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a reconciliação entre o imposto corrente do exercício e o imposto a pagar pode ser demonstrada como se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Imposto corrente do exercício	18 958	21 361
Imposto pago pelas Sucursais	(12 588)	(17 362)
Transferência de imposto corrente para resultados transitados	(2 800)	(2 794)
Retenções na fonte	(23 654)	(12 601)
Pagamentos por conta	-	(29 486)
Outros	(2 772)	(14 036)
Imposto sobre o rendimento a pagar / (recuperar)	**(22 857)**	**(54 918)**

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de quatro anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável. Considerando que os exercícios de 2008 e 2009 já foram objeto de inspeção pelas autoridades fiscais, permanecem, ainda, em aberto para revisão os exercícos de 2010 e 2011. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que

qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

16. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Outros ativos		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	3 405	3 323
Outros	5 243	4 983
Devedores e outras aplicações		
Suprimentos	437 191	401 028
Empréstimos subordinados	549 459	515 142
Valores a receber pela venda da EDP (Nota 6.)	460 724	460 724
Devedores diversos	1 408 475	604 271
Bonificações a receber:		
Do Estado	40 433	17 135
De outras entidades	12 042	12 018
Valores a receber pela venda de bens arrematados	29 377	23 351
Devedores por operações sobre futuros	19 094	27 553
Sector público administrativo	1 107	1 289
Outros	12 661	144 250
Excesso de cobertura de responsabilidades		
Fundo de pensões (Nota 34.)	115 372	116 651
Despesas com encargo diferido		
Fundo de pensões (Nota 34.)	78 439	111 896
Rendas	4 295	4 521
Outros	8 633	12 342
Rendimentos a receber	14 430	25 030
Operações ativas a regularizar	256 789	249 117
	3 457 169	**2 734 624**
Imparidade e provisões (Nota 21.)	**(80 230)**	**(41 940)**
	3 376 939	**2 692 685**

O movimento na imparidade e provisões para outros ativos durante os exercícios de 2011 e 2010 é apresentado na Nota 21.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor a receber pela venda da EDP resulta da alienação pela CGD à Parpública de uma participação detida nesta entidade, conforme descrito em maior detalhe na Nota 6.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Devedores e outras aplicações – devedores diversos" inclui 1 190 401 mEuros e 417 695 mEuros, respetivamente, relativos a contas-caução da Caixa em diversas instituições financeiras. As referidas cauções decorrem da realização de operações de cedência de liquidez colaterizadas por ativos financeiros, assim como da contratação de "*Swaps* de taxa de juro" ("IRS") com essas entidades.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Devedores e outras aplicações – devedores diversos" inclui 50 282 mEuros relativo a depósito-caução constituído pela Caixa junto da Administração Fiscal no âmbito dos procedimentos de suspensão da execução fiscal de ato tributário, conforme referido em maior detalhe na Nota 36.

Os suprimentos e empréstimos subordinados, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, apresentam a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Suprimentos		
Gerbanca, SGPS, SA	87 732	87 732
Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA	86 000	90 000
Wolfpart, SGPS, SA	65 826	59 926
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA	65 000	65 000
Imocaixa – Gestão Imobiliária, SA	47 823	50 388
Moretextile, SGPS, SA	31 855	-
Caixa Leasing e Factoring, IFIC, SA	25 977	25 977
Parbanca, SGPS, SA	15 346	15 094
Caixatec – Tecnologias Comunicação, SA	990	-
Outros	10 642	6 911
	437 191	**401 028**
Empréstimos subordinados		
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA	371 525	371 525
Caixa Leasing e Factoring, IFIC, SA	125 500	90 000
Banco Caixa Geral, SA	31 050	31 050
CGD Macau, SA	16 518	15 985
BCI Moçambique, SARL	4 866	4 712
BNU Macau, SA	-	1 870
	549 459	**515 142**

Os suprimentos concedidos à Gerbanca, SGPS, SA não vencem juros e destinaram-se a financiar a aquisição do Caixa – Banco de Investimento, SA.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os suprimentos concedidos à Locarent – Companhia de Aluguer de Viaturas, SA apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimento no montante de 60 000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses, sendo pagos juros trimestral e postecipadamente em 1 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Em julho de 2010, foi celebrado um aditamento ao contrato de suprimentos concedido pela Caixa a esta entidade, o qual prevê o reembolso do montante em dívida em duas tranches. Desta forma, em dezembro de 2010, era devido pela Locarent um reembolso parcial dos referidos suprimentos no montante de 24 000 mEuros, dos quais a entidade reembolsou apenas 20 000 mEuros, tendo os remanescentes 4 000 mEuros sido liquidados em janeiro de 2011. Os restantes 36 000 mEuros serão reembolsados em 30 de julho de 2014.
- Suprimento no montante total de 50 000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de janeiro, 1 de abril, 1 de julho e 1 de outubro de cada ano. No decorrer do primeiro semestre de 2011, foi celebrado um aditamento ao contrato de suprimentos concedido pela Caixa a esta entidade, tendo a data de vencimento inicial (1 de abril de 2011) sido prorrogada até 30 de setembro de 2012.

No exercício de 2010, foram concedidos suprimentos à Wolfpart, SGPS, SA no montante de 28 000 mEuros para fazer face às necessidades de financiamento dos investimentos realizados pela sua participada Caixa Imobiliário. Estes suprimentos foram reforçados em 5900 mEuros no decorrer do primeiro semestre de 2011. Os suprimentos concedidos a esta sociedade em exercícios anteriores tiveram por objetivo financiar os investimentos realizados pela sua participada Resortpart, SA no decorrer de 2006, assim como a aquisição de 25% do capital das sociedades "Torre de Colombo Oriente – Imobiliária, SA" e "Torre de Colombo Ocidente – Imobiliária, SA" em 2007. Os suprimentos concedidos à Wolfpart não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido.

No exercício de 2009, foram concedidos suprimentos à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA no montante de 40 000 mEuros para fazer face a necessidades de financiamento desta entidade, montante este reforçado no decorrer do exercício de 2010 no valor de 25 000 mEuros. Estes suprimentos têm duração indeterminada e são remunerados anual e postecipadamente à taxa correspondente ao custo médio de financiamento da CGD, fixado no primeiro dia do período de contagem de juros. Até 31 de dezembro de 2010, estes suprimentos não eram remunerados.

No exercício de 2008, foram concedidos suprimentos não remunerados à Imocaixa – Gestão Imobiliária, SA no valor de 29 538 mEuros para aquisição de um imóvel em Espanha, os quais foram posteriormente reforçados em 5513 mEuros. Ainda no exercício de 2008, foi autorizada a concessão de suprimentos adicionais até ao montante de 21 000 mEuros, dos quais, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, se encontravam utilizados 12 772 mEuros e 15 337 mEuros, respetivamente.

No âmbito do acordo de reestruturação financeira dos grupos têxteis Coelima, JMA – José Machado de Almeida e AAF – António Almeida & Filhos, realizado no decorrer do primeiro semestre de 2011, a Caixa concedeu à Moretextile, SGPS, SA (entidade constituida em resultado desta operação), suprimentos no montante de 31 855 mEuros. Estes suprimentos, utilizados na amortização parcial da dívida da Coelima junto dos seus credores (entre os quais a CGD), são remunerados a uma taxa de juro correspondente à Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 2,5% e serão integralmente reembolsados (capital e juros), de uma só vez, em 13 de maio de 2018, prazo este renovável por um período adicional de cinco anos. O reembolso destes suprimentos encontra-se subordinado à liquidação pela Moretextile e suas participadas de créditos vencidos e não pagos junto de outros credores. No exercício de 2011, a Caixa reconheceu imparidade para fazer face a perdas potenciais neste ativo no montante de 22 299 mEuros.

Os suprimentos concedidos à Caixa Leasing e Factoring, IFIC, SA não são remunerados e destinaram-se, essencialmente, a financiar a aquisição de ações da ex-Imoleasing – Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, SA, da ex-Locapor – Companhia Portuguesa de Locação Financeira, SA e da ex-Lusofactor – Sociedade de Factoring, SA.

Os suprimentos concedidos à Parbanca, SGPS, SA destinaram-se a financiar a participação em aumentos de capital efetuados pelo Banco Comercial e de Investimentos, SARL (BCI), bem como a aquisição no decurso do exercício de 2007 de 9% do capital social do BCI, na sequência da qual a Parbanca, SGPS, SA passou a deter 51% do capital social do Banco.

Em resultado da liquidação da Caixaweb, SGPS, SA os suprimentos concedidos por esta à Caixatec – Tecnologias Comunicação, SA no valor de 990 mEuros foram distribuidos ao seu acionista único, a CGD, conforme deliberado na Assembleia-Geral realizada em 28 de março de 2011.

Os empréstimos subordinados concedidos à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA no montante de 371 525 mEuros têm duração indeterminada e são remunerados anual e postecipadamente à taxa correspondente ao custo médio de financiamento da CGD, fixado no primeiro dia do período de contagem de juros. Até 31 de dezembro de 2010, estes empréstimos não eram remunerados.

Os empréstimos subordinados concedidos à Caixa Leasing e Factoring, IFIC, SA apresentam o seguinte detalhe:

- O empréstimo subordinado de 40 000 mEuros concedido à Caixa Leasing e Factoring, IFIC, SA em 5 de dezembro de 2004 tem um prazo inicial de reembolso de 10 anos e vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses adicionada de um *spread* de 0,30%. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 5 de março, 5 de junho, 5 de setembro e 5 de dezembro de cada ano.
- No exercício de 2008, foi concedido um empréstimo subordinado no montante de 50 000 mEuros, com vencimento indeterminado. Este empréstimo vence juro trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses nos dias 30 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano.
- No decorrer do exercício de 2011, foi concedido um empréstimo subordinado no montante de 35 500 mEuros, com vencimento indeterminado a vencer juros trimestralmente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses adicionada de um *spread* de 0,30%.

Os empréstimos subordinados concedidos ao Banco Caixa Geral, SA têm vencimento a partir de 2024 e são remunerados a uma taxa indexada à Euribor a 12 meses.

Os empréstimos subordinados concedidos à CGD Macau, SA apresentam o seguinte detalhe:

- O empréstimo subordinado no montante de 120 000 000 de Patacas (11 592 mEuros ao câmbio de 31 de dezembro de 2011) foi concedido pelo prazo de 10 anos e tem vencimento em 31 de dezembro de 2016, sendo remunerado a uma taxa de juro variável indexada à taxa do mercado interbancário para a oferta de fundos em Patacas para o prazo de 6 meses;
- O empréstimo subordinado no montante de 51 000 000 de Patacas (4926 mEuros ao câmbio de 31 de dezembro de 2011), com vencimento em 30 de março de 2018, sendo remunerado a uma taxa de juro variável indexada à taxa do mercado interbancário para a oferta de fundos em Patacas para o prazo de 6 meses.

O empréstimo subordinado ao BCI Moçambique no montante de 6 296 296 USD (4866 mEuros ao câmbio de 31 de dezembro de 2011) foi concedido pelo prazo de 10 anos e tem vencimento em 30 de julho de 2018, sendo remunerado a uma taxa de juro variável indexada à Libor a 3 meses adicionada de um *spread* de 3%. O pagamento dos juros é efetuado trimestral e postecipadamente, em 30 de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano.

O empréstimo subordinado concedido ao BNU Macau, SA no (montante inicial de 100 000 000 de Patacas Macaenses) foi totalmente liquidado no decorrer do exercício de 2011 pelo valor remanescente ainda em dívida de 20 000 000 Patacas Macaenses.

17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Recursos de bancos centrais		
Depósitos e outros recursos		
No país	544	553
No estrangeiro	4 246	1 011 758
Empréstimos		
No estrangeiro	9 000 000	6 550 000
Juros a pagar	10 807	10 389
	9 015 597	**7 572 700**
Recursos de outras instituições de crédito		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no país	1 184 905	758 769
De instituições de crédito no estrangeiro	4 767 642	5 229 142
Operações de venda com acordo de recompra	724 333	1 380 588
Recursos do mercado monetário interbancário	592 605	322 567
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no país	233 403	318 966
De instituições de crédito no estrangeiro	188 889	759 076
Empréstimos		
De instituições de crédito no estrangeiro	44 166	310 623
Despesas com encargos diferidos	(3 144)	(5 505)
Juros a pagar	37 042	22 387
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	219	(2 844)
	7 770 060	**9 093 771**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Empréstimos no estrangeiro" refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Central Europeu, os quais se encontram garantidos por títulos de dívida e emissões de papel comercial da carteira da Caixa. Estes ativos não estão disponíveis para livre circulação e encontram-se registados pelo seu valor nominal em rubricas extrapatrimoniais de "Ativos dados em garantia" (Nota 36.).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Operações de venda com acordo de recompra", refere-se a contratos de cedência de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado, celebrado pela Caixa com diversas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes (Nota 7.).

18. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Depósitos de poupança	**2 729 737**	**4 347 621**
Outros débitos		
À vista	15 567 414	17 169 175
A prazo		
Depósitos	37 578 309	31 701 355
Depósitos obrigatórios	336 188	355 322
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	1 003 721	755 504
Empréstimos	49 011	178 058
Cheques e ordens a pagar	109 860	77 756
Outros	8 517	8 574
	57 382 757	**54 593 366**
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	24 787	15 821
Juros a pagar	468 098	199 192
Receitas e encargos diferidos, líquidos	(19 640)	(20 853)
	57 856 002	**54 787 526**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Operações de venda com acordo de recompra", refere-se exclusivamente a contratos celebrados com a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA e com a Império Bonança, Companhia de Seguros, SA. Estes contratos preveem a realização de operações de venda de instrumentos financeiros com acordo de recompra e a realização simultânea pelo mesmo montante de operações de compra de outros instrumentos com acordo de revenda. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço das correspondentes operações de compra com acordo de revenda ascendia a 1 002 480 mEuros e 753 931 mEuros (Nota 9.).

Os instrumentos financeiros cedidos com acordo de recompra por um preço previamente fixado não são desreconhecidos de balanço, permancendo classificados e valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecido como um proveito com juros e diferido ao longo do período do contrato. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos cedidos à Fidelidade Mundial e à Império Bonança no âmbito contrato de venda com acordo de recompra celebrado com estas entidades correspondem, essencialmente, a instrumentos de dívida e a unidades de participação de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, ascendendo o seu valor de balanço nessas datas a 1 139 053 mEuros e 845 420 mEuros.

19. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações em circulação		
Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN		
Remuneração indexada a taxas de juro	2 606 154	3 508 567
Remuneração indexada a ações / índices	494 450	515 298
Remuneração indexada a taxas de câmbio	899 234	1 504 049
Taxa de juro fixa	5 082 228	4 504 817
	9 082 065	**10 032 731**
Obrigações hipotecárias	**5 728 000**	**7 045 000**
Obrigações sobre o setor público	**944 700**	**1 000 000**
Obrigações de caixa		
Remuneração indexada a ações / índices	11 890	11 890
Remuneração indexada a taxas de juro	-	45 768
Taxa de juro fixa	6	1 297 127
	11 896	**1 354 785**
Outros		
Emissões no âmbito do *Euro Commercial Paper and Certificate Commercial Paper*		
Papel Comercial	-	657 458
Emissões no âmbito do Programa *US Commercial Paper and Certificates of Deposit*		
Outros certificados de depósito	23 186	22 452
	15 789 847	**20 112 425**
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	76 276	17 524
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(41 843)	(70 159)
Juros a pagar	306 342	304 243
	16 130 622	**20 364 035**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a decomposição da rubrica de responsabilidades representadas por títulos encontra-se deduzida dos saldos acumulados da dívida entretanto readquirida, e cujos montantes se podem decompor de acordo com o seguinte detalhe:

	31.12.2011	31.12.2010
EMTN	200	-
Obrigações Hipotecárias	2 617 000	-
Obrigações sobre o Setor Público	37 000	-
Outras Obrigações de Caixa	4 600 000	1 000 000
	7 254 200	**1 000 000**

Em 31 de dezembro de 2010, a rubrica "Obrigações em circulação – Obrigações de Caixa – Taxa de juro fixa", incluía 1 250 000 mEuros relativos a uma emissão obrigacionista efetuada pela Caixa ao abrigo da Garantia concedida pelo Estado Português. Esta emissão, remunerada a uma taxa de juro fixa de 3,875%, maturou em 12 de dezembro de 2011.

Em 19 de julho de 2011 e 23 de dezembro de 2011, a Caixa procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas garantidos pelo Estado Português, nos montantes de 1 800 000 mEuros e 2 800 000 mEuros, respetivamente, e apresentam as seguintes condições:

- Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 1 800 000 mEuros – as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 4,95% e têm vencimento em 19 de julho de 2014;
- Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 2 800 000 mEuros – as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 5% e têm vencimento em 23 de dezembro de 2014;

As referidas emissões obedecem às disposições da Lei nº 60-A/2008, de 20 de outubro, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, e das Portarias nº 1219-A/2008, de 23 de outubro, e nº 946/2010, de 22 de setembro. As emissões foram integralmente recompradas pela Caixa e encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu.

Como forma de diversificação das fontes de financiamento, a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) *EURO COMMERCIAL PAPER AND CERTIFICATE DEPOSITS (ECP E CCP)*

Ao abrigo do programa denominado "EUR 10 000 000 000 Euro Commercial Paper and Certificate of Deposits", a CGD (diretamente ou através das Sucursais de França) pode emitir certificados de depósitos (CD) e "Notes" com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respetivamente, denominados em Euros, Dólares Norte-Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à *performance* de índices ou ações.

(ii) *EURO MEDIUM TERM NOTES (EMTN)*

O Grupo CGD, através da CGD (diretamente ou a partir das Sucursais de França e de Londres) e da CGD Finance, pode emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15 000 000 mEuros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respetivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou ações.

(iii) OBRIGAÇÕES HIPOTECÁRIAS

Em novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias, atualmente até ao montante máximo de 15 000 000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado-membro da União Europeia ou, em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados-membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respetivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;

- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos-base na curva de rendimentos.

Podem, ainda, fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurossistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 8 345 000 mEuros e 8 045 000 mEuros, respetivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

	Valor nominal							
Designação	31.12.2011	31.12.2010	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Taxa em 31.12.2011	Taxa em 31.12.2010
Hipotecárias Série 1 2006/2016 1ª tranche	2 000 000	2 000 000	06-12-2006	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 2 2007/2015 (*)	900 000	900 000	30-03-2007	30-09-2015	Semestralmente nos dias 30 de março e 30 de setembro	Taxa Euribor 6meses + 0,04%	1,793%	1,190%
Hipotecárias Série 3 2007/2012	2 000 000	2 000 000	28-06-2007	28-06-2012	Anualmente no dia 28 de junho	Taxa Fixa	4,625%	4,625%
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250 000	250 000	28-06-2007	28-06-2022	Trimestralmente nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,05%	1,437%	1,060%
Hipotecárias Série 5 2007/2015 (**)	-	200 000	20-12-2007	20-12-2015	Semestralmente nos dias 20 de junho e 20 de dezembro	Taxa Euribor 6meses + 0,10%	-	1,350%
Hipotecárias Série 6 2008/2016 (*)	200 000	200 000	27-02-2008	29-02-2016	Semestralmente nos dias 27 de fevereiro e 27 de agosto	Taxa Euribor 6meses + 0,16%	1,905%	1,300%
Hipotecárias Série 7 2008/2016	150 000	150 000	31-03-2008	15-03-2016	Trimestralmente nos dias 15 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses - 0,012%	1,407%	1,010%
Hipotecárias Série 1 2006/2016 2ª tranche	150 000	150 000	09-09-2008	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de dezembro	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 8 2008/2038	20 000	20 000	01-10-2008	01-10-2038	Anualmente no dia 1 de outubro	Taxa Fixa	5,380%	5,380%
Hipotecárias Serie 9 15/09/2016	175 000	175 000	08-10-2009	15-09-2016	Semestralmente nos dias 15 de março e 15 de setembro	Taxa Euribor 6meses + 0,575%	2,309%	1,710%
Hipotecárias Série 10 2010/2020	1 000 000	1 000 000	27-01-2010	27-01-2020	Anualmente no dia 27 de janeiro	Taxa Fixa	4,250%	4,250%
Hipotecárias Série 11 2010/2013 (**)	-	1 000 000	14-06-2010	14-06-2013	Trimestralmente nos dias 14 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,6%	-	1,730%
	6 845 000	**8 045 000**						
Hipotecárias Série 12 2011/2021 FRN (*)	750 000	-	28-04-2011	28-04-2021	Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	2,342%	-
Hipotecárias Série 13 2011/2021 FRB (*)	750 000	-	28-04-2011	28-04-2021	Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	2,342%	-
	8 345 000	**8 045 000**						

(*) Emissão integralmente readquirida pela CGD. Estes títulos encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu.
(**) Emissão liquidada antecipadamente.

O património autónomo que garante as emissões é composto por créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a 12 167 353 mEuros e 8 988 548 mEuros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2010, incluía, igualmente, crédito

concedido mediante a subscrição de emissões de papel comercial, cujo valor de balanço, nessa data, ascendia a 48 150 mEuros (Nota 9.).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o património autónomo afeto à emissão de obrigações hipotecárias integrava títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 118 065 mEuros e 454 120 mEuros, respetivamente (Notas 5. e 6.).

Em 31 de dezembro de 2011, as notações de *rating* atribuídas às emissões de obrigações Hipotecárias pelas agências Moody's e Fitch são Baa3 e BBB, respetivamente.

(iv) OBRIGAÇÕES SOBRE O SETOR PÚBLICO

Em fevereiro de 2009, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações sobre o Setor Público, até ao montante máximo de 5 000 000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos sobre o setor público que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei nº 59/2006, os Avisos nºs 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados-Membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa de administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados-Membros da União Europeia e outras categorias limitadas de ativos, sobre o qual os detentores das obrigações sobre o setor público emitidas detêm um privilégio creditório especial de fonte legal.

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações sobre o setor público em circulação não pode ultrapassar 100% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações sobre o setor público emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações sobre o setor público não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das obrigações sobre o setor público não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos-base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurossistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor nominal de obrigações sobre o Setor Público emitidas pela Caixa ascendia a 1 000 000 mEuros, resultante de uma emissão efetuada em 21 de julho de 2009, com uma maturidade de 5 anos, com pagamento de juros anuais à taxa fixa de 3,625%.

O património autónomo que garante a emissão é composto por créditos concedidos ao setor público originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a 1 620 035 mEuros e 1 308 423 mEuros, respetivamente (Nota 9.).

Em 31 de dezembro de 2011, as notações de *rating* atribuídas às emissões de obrigações sobre o setor público pelas agências Moody's e Fitch são Baa3 e BBB-, respetivamente.

Nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

31.12.2011	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações						
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Subtotal	Obrigações hipotecárias	Outras obrigações	Total
Até 1 ano	69 000	140 078	767 045	976 123	2 000 000	11 896	2 988 019
De 1 a 5 anos	266 950	370 462	6 686 377	7 323 789	2 458 000	944 700	10 726 489
De 5 a 10 anos	158 500	162 422	224 960	545 882	1 000 000	-	1 545 882
Mais de 10 anos	-	226 271	10 000	236 271	270 000	-	506 271
	494 450	**899 234**	**7 688 381**	**9 082 065**	**5 728 000**	**956 596**	**15 766 661**

31.12.2010	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações						
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Subtotal	Obrigações hipotecárias	Outras obrigações	Total
Até 1 ano	73 848	504 579	1 952 951	2 531 379	-	1 342 895	3 874 274
De 1 a 5 anos	282 950	525 418	5 790 323	6 598 691	3 100 000	1 011 890	10 710 581
De 5 a 10 anos	53 500	193 885	221 702	469 087	3 675 000	-	4 144 087
Mais de 10 anos	105 000	280 167	48 408	433 574	270 000	-	703 574
	515 298	**1 504 049**	**8 013 384**	**10 032 731**	**7 045 000**	**2 354 785**	**19 432 515**

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respetiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um *spread*.

20. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ATIVOS TRANSFERIDOS

Em novembro de 2003 e novembro de 2010, a Caixa procedeu à venda de parte das suas carteiras de créditos hipotecários no montante de 1 000 000 e 5 345 504 mEuros, respetivamente, através de duas operações de titularização. As principais condições destas operações são apresentadas de seguida:

TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO – *NOSTRUM MORTGAGES* Nº 1

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) ao Fundo de Titularização de Créditos *Nostrum Mortgages* 2003-1, FTC (*Nostrum Mortgages* FTC ou Fundo). Este Fundo é gerido pela Finantia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, SA, na qual a CGD não detém qualquer participação direta ou indireta. A CGD continua a efetuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando ao *Nostrum Mortgages* FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento, este Fundo emitiu unidades de titularização, de montante idêntico à carteira de crédito adquirida acrescida dos juros corridos, as quais foram integralmente subscritas pelo *Nostrum Mortgages* 2003-1 PLC (*Nostrum Mortgages* PLC), com sede na Irlanda.

Na data da distribuição de rendimentos das unidades de titularização, o *Nostrum Mortgages* FTC entrega todos os montantes recebidos da Caixa ao *Nostrum Mortgages* PLC, deduzidos das despesas e comissões suportadas, efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, o *Nostrum Mortgages* PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações apresentam as seguintes características:

							Remuneração	
		Rating (**)						
Dívida emitida	Montante	Moody's	Fitch	S&P	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado (*)	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Class A Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	980 000	Baa2	A	BBB-	junho de 2046	março de 2011	Euribor 3 m + 0,21%	Euribor 3 m + 0,42%
Class B Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	5 000	Ba2	A	BBB-	junho de 2046	março de 2011	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Class C Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	15 000	Caa1	BBB+	BB+	junho de 2046	março de 2011	Euribor 3 m + 1,1%	Euribor 3 m + 2,20%
	1 000 000							
Class D Mortgage Backed Securities Entitlement Notes due 2046	4 000							
	1 004 000							

(*) Opção não exercida.
(**) De acordo com a última notação de *rating* disponível.

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 15 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano.

Para cobertura do risco de taxa de juro, o *Nostrum Mortgages* PLC celebrou com a Caixa um *swap* de taxa de juro. Nos termos deste *swap*, o *Nostrum Mortgages* PLC entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante correspondente à aplicação da taxa de juro média da carteira de crédito ao valor dos créditos em situação regular no início de cada período, deduzida de 0,65%, e recebe um montante equivalente aos juros a pagar das obrigações.

Adicionalmente, a Caixa tem a opção de recomprar a carteira de crédito quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Nas datas de pagamento de juros em cada trimestre, o *Nostrum Mortgages* PLC tem a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, de forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

A *tranche* com maior grau de subordinação (Classe D) foi adquirida pela Caixa e encontra-se registada na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6.).

A remuneração das obrigações da Classe D corresponde à diferença entre o rendimento da carteira de crédito titularizado e o somatório de todos os custos da operação, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões do Fundo e do emitente (comissão de depósito e comissão de *servicer*, calculadas sobre o valor da carteira, ambas cobradas pela Caixa, e comissão de gestão, calculada sobre o valor da carteira e cobrada pelo FTC);
- Juros das obrigações das classes A, B e C;
- Pagamentos líquidos do *swap*.

As obrigações da Classe D constituem o último passivo a liquidar pelo *Nostrum Mortgages* PLC, com base no valor nominal desta classe deduzido das perdas em toda a carteira de crédito.

TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO – *NOSTRUM MORTGAGES* Nº 2

Em 5 de novembro de 2010, a Caixa procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito hipotecário à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, SA (Tagus). A transmissão dos créditos foi efetuada nessa data pelo respetivo valor nominal, acrescido de juros a receber e deduzido de outros encargos associados à operação, tendo o valor global da operação ascendido a 5 349 775 mEuros.

A Tagus é uma sociedade de titularização de créditos, propriedade do Deutsche Bank (Portugal) SA, que, por sua vez, é propriedade integral do Deutsche Bank Aktiengesekkschaft, não detendo a CGD qualquer participação direta ou indireta nesta entidade.

A CGD continua a efetuar a gestão dos contratos hipotecários, ficando a seu cargo a administração da relação com os clientes, o recebimento dos montantes de capital e juros ao abrigo dos créditos contratados, a determinação das taxas de juro aplicáveis e procedimentos de resgate de possíveis montantes em incumprimento relativos aos créditos da carteira transferida. Os montantes recebidos pela CGD são entregues à Tagus num período que não deverá exceder 5 dias úteis de acordo com os termos definidos para a transação.

Como forma de financiamento, a Tagus emitiu obrigações com um valor nominal de 5 429 950 mEuros, as quais foram integralmente subscritas pela CGD, encontrando-se registadas como ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6.). As obrigações foram emitidas com diferentes níveis de subordinação, de *rating* e, consequentemente, com diferentes remunerações associadas, e apresentam as seguintes características:

		Rating (*)			
Dívida emitida	Montante	Moody's	Fitch	Maturidade	Remuneração
Class A *Mortgage Backed Floating Rate Securitization Notes due* 2065	4 008 800	A3	A	20 de maio de 2065	Euribor 3m+ 0,20%
Class B Mortgage Backed Floating Rate Securitization Notes due 2065	1 336 250	n.d.	n.d.	20 de maio de 2065	Euribor 3m+ 0,30%
	5 345 050				
Class C Securitization Notes due 2065	84 900	n.d.	n.d.	20 de maio de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	5 429 950				

(*) De acordo com a última notação de *rating* disponível
n.d. – não disponível

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 20 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Em cada data de pagamento de juros, a Tagus tem a faculdade de proceder à amortização parcial das obrigações, sendo esta efetuada de forma sequencial e em função do grau de subordinação das Notas.

Para cobertura do risco de taxa de juro associado à transação, a Tagus contratou um *swap* de taxa de juro com a CGD, através da sua Sucursal de Londres. Nos termos deste *swap*, a Tagus entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado em função dos juros efetivamente recebidos no âmbito da carteira de crédito titularizados no decurso do período em análise, e recebe um montante calculado com referência à Euribor 3 meses, adicionada do *spread* médio da carteira de crédito calculada para o período de juros relevante e de uma margem adicional de 0,67%.

MOVIMENTO NOS CRÉDITOS

O movimento ocorrido no valor dos ativos cedidos, nos exercícios de 2011 e 2010, pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Nostrum Mortgages nº1	*Nostrum Consumer*	*Nostrum Mortgages* nº2	Total
Saldos em 31.12.2009	**528 523**	**47 124**	**-**	**575 647**
Vendas de novos créditos	-	-	5 345 504	5 345 504
Reembolsos	(51 484)	(17 656)	(41 466)	(110 606)
Abates	-	(1 233)	-	(1 233)
Recompras	(1 672)	(26 593)	(23 002)	(51 267)
Outros	1 217	(1 642)	(311)	(736)
Saldos em 31.12.2010 (Notas 9. e 36.)	**476 584**	**-**	**5 280 725**	**5 757 309**
Vendas de novos créditos	714	-	16 738	17 452
Reembolsos	(47 513)	-	(175 904)	(223 417)

	Nostrum Mortgages nº1	Nostrum Consumer	Nostrum Mortgages nº2	Total
Recompras	(714)	-	(60 594)	(61 308)
Outros	(2)	-	(5 256)	(5 258)
Saldos em 31.12.2011 (Notas 9. e 36.)	**429 069**	**-**	**5 055 709**	**5 484 778**

Em 24 de agosto de 2010, a CGD procedeu à recompra dos créditos titularizados referentes à operação *Nostrum Consumer*, pelo respetivo valor de mercado apurado com referência a 31 de julho de 2010. O valor de mercado nessa data, no montante de 26 593 mEuros, foi apurado em consonância com os princípios inerentes ao conceito de justo valor conforme definido pela norma IAS 39. Os valores recebidos pelo Fundo no âmbito da recompra dos créditos foram utilizados por esta sociedade na amortização antecipada do valor nominal das unidades de titularização de crédito subscritas pelo *Nostrum Consumer* PLC, tendo este veículo, por sua vez, aplicado os fundos recebidos no reembolso das obrigações emitidas para financiamento da aquisição das referidas unidades de titularização. Em consequência destas operações, e em conformidade com os termos do Regulamento de Gestão do Fundo, este foi liquidado na data da retransmissão dos créditos titularizados à CGD.

REGISTO CONTABILÍSTICO

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica respeita integralmente às responsabilidades associadas à carteira securitizada de crédito hipotecário da operação *Nostrum Mortgages* nº 2, refletindo nessa data o valor nominal dos créditos titularizados, acrescido dos juros a receber ainda não vencidos.

21. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade da Caixa, durante os exercícios de 2011 e 2010, foi o seguinte:

	2011							
	Saldo em 31.12.2010	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transfe-rências	Outros	Saldo em 31.12.2011
Provisões para riscos gerais de crédito	648 582	101 749	(200 501)	-	333	-	-	550 163
Provisões para risco país de passivos contingentes	1 604	2 966	(1 857)	-	252	-	-	2 965
Provisões para encargos com benefícios de empregados	444 560	-	-	(22 425)	-	-	1 397	423 532
Provisões para contingências judiciais	9 201	1 352	-	-	-	-	-	10 553
Provisões para outros riscos e encargos	20 885	70 765	(14 668)	(4 552)	25	-	-	72 455
	1 124 832	**176 832**	**(217 026)**	**(26 977)**	**610**	**-**	**1 397**	**1 059 668**
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 8.)	14 298	38 576	(48 478)	-	(244)	-	-	4 152
Provisões para crédito a clientes (Nota 9.)	1 847 218	1 468 724	(743 604)	(96 495)	2 688	-	-	2 478 531
	1 861 516	**1 507 300**	**(792 082)**	**(96 495)**	**2 444**	**-**	**-**	**2 482 683**
Provisões para risco-país de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6.)	45	4	(5)	-	-	-	-	44
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6.)								
Instrumentos de dívida	49 295	12 067	-	(14 655)	301	-	-	47 008
Instrumentos de capital	239 395	401 702	-	(32 656)	-	-	-	608 440
Unidades de participação	91 178	882	-	(25 030)	249	42 563	-	109 841
Imparidade de ativos financeiros com acordo de recompra								
Unidades de participação (Nota 7.)	45 092	583	-	-	-	(42 563)	-	3 112
Imparidade de aplicações em Instituições de crédito (Nota 8.)	88 682	6 750	(6 094)	(77 181)	-	-	-	12 157
	513 686	**421 989**	**(6 099)**	**(149 524)**	**550**	**-**	**-**	**780 603**
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 12.)	8 358	3 518	(8 358)	-	-	-	-	3 518
Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14.)	123 291	134 319	(345)	(17 523)	-	-	-	239 742
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 11.)	46 286	42 178	(29 660)	-	-	-	-	58 804

	2011							
Imparidade de outros ativos (Nota 16.)	41 940	39 569	(404)	(874)	-	-	-	80 230
	219 874	**219 585**	**(38 767)**	**(18 398)**	**-**	**-**	**-**	**382 294**
	3 719 908	**2 325 705**	**(1 053 974)**	**(291 393)**	**3 604**	**-**	**1 397**	**4 705 248**

	2010							
	Saldo em 31.12.2009	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transfe-rências	Outros	Saldo em 31.12.2010
Provisões para riscos gerais de crédito	684 971	56 765	(94 326)	-	1 172	-	-	648 582
Provisões para risco país de passivos contingentes	1 599	1 138	(1 133)	-	-	-	-	1 604
Provisões para encargos com benefícios de empregados	467 206	-	-	(21 211)	-	-	(1 435)	444 560
Provisões para contingências judiciais	7 393	1 808	-	-	-	-	-	9 201
Provisões para outros riscos e encargos	43 553	3 255	(19 808)	(6 161)	46	-	-	20 885
	1 204 722	**62 966**	**(115 267)**	**(27 372)**	**1 218**	**-**	**(1 435)**	**1 124 832**
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 8.)	11 535	23 993	(21 358)	-	132	(3)	-	14 298
Provisões para crédito a clientes (Nota 9.)	1 498 585	1 100 755	(579 908)	(175 834)	3 618	3	-	1 847 218
	1 510 119	**1 124 748**	**(601 266)**	**(175 834)**	**3 750**	**(1)**		**1 861 516**
Provisões para risco-país de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6.)	44	2	(1)	-	-	-	-	45
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6.)								
Instrumentos de dívida	50 428	2 859	(4 300)	(686)	994	-	-	49 295
Instrumentos de capital	284 470	155 745	-	(193 201)	-	(7 619)	-	239 395
Unidades de participação	85 501	67 426	-	(69 368)	-	7 619	-	91 178
Imparidade de ativos financeiros com acordo de recompra	-	45 092	-	-	-	-	-	45 092
Imparidade de aplicações em Instituições de crédito (Nota 8.)	158 923	54 944	(63 431)	(67 128)	5 374	-	-	88 682
	579 365	**326 068**	**(67 732)**	**(330 383)**	**6 369**	**-**	**-**	**513 686**
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 12.)	8 757	8 297	(8 697)	-	-	-	-	8 358
Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14.)	72 586	50 872	(14)	(154)	-	-	-	123 291
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 11.)	37 686	31 868	(23 269)	-	-	-	-	46 286
Imparidade de outros ativos (Nota 16.)	42 059	5 109	(954)	(4 273)	-	-	-	41 940
	161 089	**96 146**	**(32 934)**	**(4 427)**	**-**	**-**	**-**	**219 875**
	3 455 295	**1 609 927**	**(817 199)**	**(538 015)**	**11 337**	**-**	**(1 435)**	**3 719 909**

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências resultantes da atividade da CGD. Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui 19 417 mEuros relativos a uma contribuição extraordinária para o Sistema de Indemnização de Investidores, a qual foi liquidada em janeiro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição (Nota 34.):

	31.12.2011	31.12.2010
Provisão para assistência médica pós-emprego	415 857	436 698
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho	4 425	4 515
Provisão para responsabilidades com subsídio por morte	1 750	1 847
Responsabilidades da Sucursal de França	1 500	1 500
	423 532	**444 560**

Nos exercícios de 2011 e 2010, os "Outros" movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal:		
Assistência médica (Notas 33. e 34.)	32 434	33 979
Acordos de suspensão da prestação de trabalho	(90)	816
Subsídio por morte	(97)	(135)
	32 247	**34 660**
Provisões registadas por contrapartida de outras reservas		
Desvios atuariais e financeiros (Nota 34.)	(30 850)	(36 095)
	1 397	**(1 435)**

22. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações	2 080 991	2 558 037
Empréstimos	112 128	655 000
	2 193 119	**3 213 037**
Juros a pagar	16 370	8 833
Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos	(48 760)	(57 487)
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	-	(1 404)
	2 160 729	**3 162 979**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos concedidos pela Caixa Geral Finance à CGD resultam da aplicação dos montantes das emissões de ações preferenciais efetuadas por esta entidade.

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31.12.2011	Valor de balanço 31.12.2010	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ Pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	*Step Up Switchable Subordinated Notes due May* 2019	EUR	538 552	536 862	537 552	11.05.2009	13.05.2019	Euribor 12 meses + 1,15%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,65%. Pagamento de juros anual, no dia 11 de maio.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 11 de maio de 2014.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (1ª emissão)	EUR	400 000	399 325	400 000	12.11.2007	13.11.2017	Euribor 12 meses. Caso não ocorra reembolso antecipado 5,80%. Pagamento de juros anual, no dia 12 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 (1ª emissão)	EUR	369 045	369 045	369 045	03.11.2008	05.11.2018	2º ano Euribor 12 meses + 0,125%, 3º ano Euribor 12 meses + 0,250%, 4º ano Euribor 12 meses + 0,500% e 5º ano Euribor 12 meses + 1,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,50%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	*Floating Rate Notes due December* 2017	EUR	125 000	125 000	125 000	27.12.2007	27.12.2017	5,733%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,70%. Pagamento de juros anual no dia 27 de dezembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 27 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 27 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31.12.2011	Valor de balanço 31.12.2010	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ Pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas Renda Mais 2005/2015	EUR	104 891	104 890	104 891	29.06.2005	03.07.2015	Euribor 6 meses + 0,25%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 6 meses + 0,75%. Pagamento de juros semestral, nos dias 3 de janeiro e julho.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 10º cupão.
Caixa Geral de Depósitos	*Floating Rate Notes due December* 2017	EUR	120 000	104 715	109 720	17.12.2007	17.12.2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Lower Tier 2 due March 3, 2028*	EUR	100 000	100 000	100 000	03.03.2008	03.03.2028	5,980%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de março.	N.D.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (2ª emissão)	EUR	81 595	81 450	81 495	12.11.2007	13.11.2017	1º ano 5,00%, 2º ano 5,50%, 3º ano 6,00%, 4º e 5º ano 7,50% e 10%, se o preço de todos os ativos subjacentes estiver acima do seu valor inicial, caso contrário paga 0,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,7%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 12 de fevereiro, maio, agosto e novembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
CGD (Sucursal de França)	*Floating Rate Undated Subordinated Notes*	EUR	110 000	3 703	84 739	18.12.2002	Perpétuo	Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Floating Rate Notes due December 2017*	EUR	50 000	50 000	50 000	28.12.2007	28.12.2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 28 de dezembro de 2012.
CGD (Sucursal de França)	*Floating Rate Notes*	EUR	21 000	21 000	21 000	14.07.2005	28.06.2016	Euribor 6 meses + 0,22%. Pagamento de juros semestral, nos dias 28 de junho e dezembro.	N.D.
Caixa Geral de Depósitos	*Fixed to Floating Rate Notes due July 2017*	EUR	20 000	20 000	20 000	30.07.2007	31.07.2017	1º cupão 21,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Fixed to Floating Rate Notes due July 2017*	EUR	20 000	20 000	20 000	30.07.2007	31.07.2017	1º cupão 21,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31.12.2011	Valor de balanço 31.12.2010	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ Pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	*Fixed to Floating Rate Notes due July 2017*	EUR	20 000	20 000	20 000	30.07.2007	31.07.2017	1º cupão 22,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017*	EUR	20 000	20 000	20 000	30.07.2007	31.07.2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017*	EUR	20 000	20 000	20 000	30.07.2007	31.07.2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Fixed to Floating Rate Notes December 2017*	EUR	6 000	6 000	6 000	03.12.2007	04.12.2017	1º cupão 22,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Fixed to Floating Rate Notes December 2017*	EUR	6 000	6 000	6 000	03.12.2007	04.12.2017	1º cupão 23,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Fixed to Floating Rate Notes December 2017*	EUR	6 000	6 000	6 000	03.12.2007	04.12.2017	1º cupão 23,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017*	EUR	6 000	6 000	6 000	03.12.2007	04.12.2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 5 de dezembro de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31.12.2011	Valor de balanço 31.12.2010	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ Pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	*Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017*	EUR	6 000	6 000	6 000	03.12.2007	04.12.2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral Finance	*Perpetual Non-cumulative Guaranteed Preference Shares*	EUR	350 000	46 285	350 000	30.09.2005	Perpétuo	Euribor 3 meses + 0,77%. Caso ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,77%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal e requisitos das Ilhas Cayman, nas datas de pagamento de dividendos, a partir de 30 de setembro de 2015.
Caixa Geral Finance	*Perpetual Non-cumulative Guaranteed Preference Shares*	EUR	250 000	65 843	250 000	28.06.2004	Perpétuo	Euribor 3 meses + 0,80%. Caso ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal e requisitos das Ilhas Cayman, nas datas de pagamento de dividendos, a partir de 28 de junho de 2014.
Caixa Geral Finance	*Floating Rate Notes due December 2017*	EUR	55 000	55 000	55 000	17.12.2007	17.12.2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.
CGD (Sucursal de França)	*Fixed Rate Subordinated Notes due December 2036*	JPY	15 000 000	-	138 057	15.12.2006	15.12.2036	2,88%. Pagamento de juros semestral, nos dias 15 de junho e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 15 de dezembro de 2016.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2006/2016	EUR	99 987	-	96 538	28.12.2006	28.12.2016	Euribor 12 meses. Caso ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 0,5%. Pagamento de juros anual, no dia 28 de dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
CGD (Sucursal de França)	*Fixed to Floating Rate Subordinated Notes*	EUR	40 000	-	40 000	12.06.2006	13.06.2016	1º cupão 15,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 12 de junho de 2007. Pagamento de juros trimestral, nos dias 12 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 12 de junho de 2011.
CGD (Sucursal de França)	*Fixed to Floating Rate Subordinated Notes*	EUR	40 000	-	40 000	12.06.2006	13.06.2016	1º cupão 16,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 12 de junho de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 12 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 12 de junho de 2011.
CGD (Sucursal de França)	*Fixed to Floating Rate Subordinated Notes*	EUR	40 000	-	40 000	12.06.2006	13.06.2016	1º cupão 18,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 12 de junho de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 12 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 12 de junho de 2011.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31.12.2011	Valor de balanço 31.12.2010	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ Pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
CGD (Sucursal de França)	*Fund Linked to Floating Rate Subordinated Notes*	EUR	40 000	-	40 000	12.06.2006	13.06.2016	1º cupão indexado aos Fundos Caixagest Ações Europa e Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 14 de junho de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 12 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 12 de junho de 2011.
CGD (Sucursal de França)	*Fund Linked to Floating Rate Subordinated Notes*	EUR	40 000	-	40 000	12.06.2006	13.06.2016	1º cupão indexado aos Fundos Caixagest Ações Europa e Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 13 de junho de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 12 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 12 de junho de 2011.
CGD (Sucursal de França)	*Index Linked to Floating Rate Note due 7 August 2016*	EUR	2 000	-	2 000	07.08.2006	08.08.2016	Euribor 3 meses + 0,62%. Caso não ocorra reembolso antecipado a remuneração é indexada à performance de fundos Caixagest. Pagamento de juros trimestral, nos dias 8 de fevereiro, maio, agosto e novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 8 de maio de 2016.
CGD (Sucursal de França)	*Index Linked to Floating Rate Note due 7 August 2016*	EUR	2 000	-	2 000	07.08.2006	08.08.2016	Euribor 3 meses + 0,62%. Caso não ocorra reembolso antecipado a remuneração é indexada à performance de fundos Caixagest. Pagamento de juros trimestral, nos dias 8 de fevereiro, maio, agosto e novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 8 de maio de 2016.
CGD (Sucursal de França)	*Index Linked to Floating Rate Note due 7 August 2016*	EUR	2 000	-	2 000	07.08.2006	08.08.2016	Euribor 3 meses + 0,62%. Caso não ocorra reembolso antecipado a remuneração é indexada à performance de fundos Caixagest. Pagamento de juros trimestral, nos dias 8 de fevereiro, maio, agosto e novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 8 de maio de 2016.
CGD (Sucursal de França)	*Index Linked to Floating Rate Note due 7 August 2016*	EUR	2 000	-	2 000	07-08-2006	08-08-2016	Euribor 3 meses + 0,62%. Caso não ocorra reembolso antecipado a remuneração é indexada à performance de fundos Caixagest. Pagamento de juros trimestral, nos dias 8 de fevereiro, maio, agosto e novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 8 de maio de 2016.
CGD (Sucursal de França)	*Index Linked to Floating Rate Note due 7 August 2016*	EUR	2 000	-	2 000	07.08.2006	08.08.2016	Euribor 3 meses + 0,62%. Caso não ocorra reembolso antecipado a remuneração é indexada à performance de fundos Caixagest. Pagamento de juros trimestral, nos dias 8 de fevereiro, maio, agosto e novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 8 de maio de 2016.

23. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Credores		
Recursos consignados	1 161 751	1 781 751
Credores por subscrições não realizadas		
BPD – Banco para Promoção e Desenvolvimento (Nota 14.)	178 731	-
Fundo Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR (Nota 14.)	85 000	-
FCR Mezzanine – Caixa Capital	70 000	70 000
FCR Empreender Mais – Caixa Capital	15 000	17 500
FCR Fundo de Recuperação	58 218	30 306
FCR Grupo CGD – Caixa Capital	-	18 463
Outros	3 337	3 335
Recursos – conta caução	164 028	162 750
Caixa Geral de Aposentações	19 694	39 277
Fundo de pensões CGD (Nota 34.)	47 837	3
Fornecedores de bens de locação financeira	28 343	37 908
Outros fornecedores	59 387	81 448
Credores por venda de bens arrematados	25 102	23 991
Outros	50 646	37 729
Outras exigibilidades		
Retenção de impostos na fonte	40 139	33 036
Outros impostos a pagar	6 999	4 816
Cobranças por conta de terceiros	1 575	935
Outras	3 372	3 014
Encargos a pagar	142 991	154 104
Receitas com rendimento diferido	42 774	35 194
Outras contas de regularização		
Operações passivas a regularizar	236 555	282 716
Outras operações cambiais a liquidar	47 545	-
	2 489 027	**2 818 276**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Recursos – conta caução", inclui 162 885 mEuros e 161 732 mEuros, respetivamente, relativos a saldos depositados junto da Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações de "*Swaps* de taxa de juro" ("IRS").

Em 31 de dezembro de 2011, o valor relativo ao Fundo de Pensões CGD inclui 46 886 mEuros respeitantes a contribuições da CGD a entregar ao Fundo (Nota 34.).

Em 31 de dezembro de 2011, as condições dos "Recursos consignados" podem ser resumidas da seguinte forma:

Denominação	Contraparte	Saldo em 31.12.2011	Data de início	Data de vencimento
CGD Empréstimo Global XI	Banco Europeu de Investimento	160 000	25.06.2003	15.06.2023
CGD / BNU Global Loan IX	Banco Europeu de Investimento	150 000	27.10.2000	15.09.2012
CGD Empréstimo Global X	Banco Europeu de Investimento	146 667	21.11.2002	15.09.2022
Mid-Cap I taxa revisível	Banco Europeu de Investimento	100 000	14.12.2007	15.09.2022
Framework Loan Agreement	CEB – Council of Europe Development Bank	100 000	23.06.2004	23.06.2014
CGD – Empréstimo Global XII – B	Banco Europeu de Investimento	81 250	19.11.2004	15.09.2024
CGD – Empréstimo Global XIII	Banco Europeu de Investimento	70 313	12.10.2006	15.09.2026
Hospital Braga	Banco Europeu de Investimento	65 000	28.07.2009	09.06.2020
Projeto Scut Açores	Banco Europeu de Investimento	60 000	11.01.2008	15.09.2034
CGD Reabilitação Urbana	Banco Europeu de Investimento	59 334	11.12.2003	15.12.2023
Projeto Tejo Energia CCGT	Banco Europeu de Investimento	51 000	09.12.2009	15.09.2026
CGD – Empréstimo Global XII – A	Banco Europeu de Investimento	50 000	15.12.2004	15.09.2014
CEB – Educação	CEB – Council of Europe Development Bank	40 000	21.11.2008	21.11.2023
CEB – PARES	CEB – Council of Europe Development Bank	25 000	23.12.2009	23.12.2024
Projeto Municipal Infra EG - III – B	Banco Europeu de Investimento	2 277	14.11.1997	15.09.2012
CEB – Pré-Escolar	CEB – Council of Europe Development Bank	676	05.09.2001	25.10.2012
Outros		235		
		1 161 751		

Em 31 de dezembro de 2011, os recursos consignados eram remunerados à taxa de juro média anual de 1,430%.

24. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português e apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Número de ações	1 030 000 000	1 010 000 000
Valor unitário (Euros)	5	5
Capital Social	**5 150 000 000**	**5 050 000 000**

AUMENTOS DE CAPITAL

O capital da CGD reflete a deliberação do seu acionista único realizada em 31 de dezembro de 2010, relativamente à realização de um aumento de capital no montante de 550 000 mEuros através da emissão de 110 000 000 ações de valor nominal 5 Euros cada, integralmente realizado em dinheiro.

Por deliberação de 24 de novembro de 2011, o acionista único aprovou a realização de um novo aumento de capital no montante de 100 000 mEuros, através da emissão de 20 000 000 ações de valor nominal de 5 Euros cada. Este aumento de capital foi realizado pela incorporação de 98 573 mEuros provenientes de reservas de reavaliação legal de imobilizado e 1427 mEuros provenientes de outras reservas, disponíveis para o efeito.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Em Assembleia-Geral realizada em abril de 2010, foi deliberada a distribuição ao acionista Estado de dividendos relativos ao resultado de 2009 no montante de 170 157 mEuros, o que correspondeu a um dividendo de 0,19 Euros por ação. O remanescente foi transferido para reserva legal (48 214 mEuros), tendo ainda sido afeto um montante de 22 699 mEuros para cobertura de resultados transitados negativos.

Em Assembleia-Geral realizada em maio de 2011, foi deliberada a retenção integral do resultado do exercício de 2010, tendo a sua distribuição sido efetuada mediante a incorporação de 9451 mEuros na reserva legal, 13.423 mEuros em reservas livres e o remanescente (24 382 mEuros) sido afeto à cobertura de resultados transitados negativos.

25. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Reservas de reavaliação		
Reserva de reavaliação legal de imobilizado	110 425	208 998
Reserva de justo valor		
Instrumentos de dívida	(2 054 449)	(400 769)
Instrumentos de capital (Nota 6.)	(13 481)	(57 971)
Outros instrumentos	15 211	18 451
Reserva por impostos diferidos (Nota 15.)	589 423	110 280
	(1 352 871)	**(121 010)**
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	862 906	853 455
Outras reservas	345 921	302 253
Resultados transitados	(26 004)	(24 382)
	1 182 823	**1 131 326**
Resultado do exercício	**(316 255)**	**51 547**
	(486 303)	**1 061 863**

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Estas reservas foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

	31.12.2011	31.12.2010
Imobilizações corpóreas:		
Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho	1 752	31 515
Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de dezembro	1 219	18 850
Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de maio	2 304	27 017
Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril	8 974	11 082
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de janeiro	22 880	31 270
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro	24 228	34 861
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro	48 345	53 680
Imobilizações financeiras	723	723
	110 425	**208 998**

No decorrer do exercicio de 2011, a CGD realizou um aumento de capital através da incorporação de reservas disponíveis. Para o efeito, foram utilizados 98 573 mEuros provenientes de reservas de reavaliação legal de imobilizado e 1427 mEuros provenientes de outras reservas (Nota 24.).

O resultado individual da CGD foi determinado da seguinte forma:

	31.12.2011	31.12.2010
Atividade em Portugal	(305 385)	1 975
Sucursal de Espanha	(95 044)	(32 232)
Sucursal de França	40 613	29 709
Sucursal Financeira Exterior da Madeira	36 546	20 071
Sucursal de Nova Iorque	3 224	8 145
Sucursal de Caimão	2 130	11 265
Sucursal de Timor-Leste	1 851	298
Sucursal do Luxemburgo	(1 052)	165
Sucursal de Londres	855	12 174
Sucursal de Zhuhai	7	(21)
	(316 255)	**51 547**

Ainda no exercicio de 2011, a Caixa procedeu à alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego. Em resultado desta situação, as demonstrações financeiras foram reexpressas considerando os efeitos da aplicação retrospetiva dos novos critérios de contabilização adotados (Nota 2.3.).

26. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Juros e rendimentos similares		
Juros de aplicações em instituições de crédito		
No país	154 550	121 358
No estrangeiro	79 541	59 753
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	1 689 932	1 275 816
Crédito ao exterior	240 485	196 812
Crédito vencido	34 855	38 266
Outros créditos e valores a receber - titulados		
Papel comercial	125 645	60 273
Outros	49 388	38 052
Juros de ativos securitizados não desreconhecidos	117 076	20 541
Juros de ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos	23 998	57 850
Swaps	2 222 029	2 067 508
Contratos de garantia de taxa de juro	162	1 016
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	94	236
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	539 787	185 773
Juros de derivados de cobertura	49 961	105 631
Juros de devedores e outras aplicações	13 624	6 597
Juros de disponibilidades	18 124	16 914
Outros juros e rendimentos similares	6 625	17 304
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	77 705	69 637
	5 443 580	**4 339 337**

	31.12.2011	31.12.2010
Juros e encargos similares		
Juros de depósitos		
Do sector público administrativo	82 377	16 213
De outros residentes	706 521	418 252
De emigrantes	48 785	26 717
De outros não residentes	51 083	27 570
	888 766	**488 752**
Juros de recursos de instituições de crédito		
No país	18 568	6 431
No estrangeiro	275 285	148 924
Juros de passivos financeiros de negociação		
Swaps	2 195 616	1 920 753
Outros	404	3 032
Juros de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados	743 703	750 212
Juros de derivados de cobertura	23 205	30 999
Juros de credores e outros recursos	23 073	16 761
Juros de recursos consignados	21 030	17 022
Juros de passivos por ativos não desreconhecidos	117 076	20 541
Outros juros e encargos similares	10 261	10 342
	4 316 988	**3 413 771**

27. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Portugal Telecom, SGPS, SA	85 283	93 127
Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	27 433	44 410
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA	25 000	40 000
CGD Finance	23 406	-
Caixa – Gestão de Ativos, SGPS, SA	11 000	4 766
Partang, SGPS, SA	5 610	-
ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	5 316	5 965
Caixa – Participações, SGPS, SA	4 000	8 273
Brisa – Auto Estradas de Portugal, SA	2 803	2 804
BCP – Valores Mobiliários Perpétuos	1 540	2 916
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA	1 540	1 559
Banco Comercial do Atlântico, SARL	1 515	-
EDP – Energias de Portugal, SA	1 452	34 915
Visa Europe	1 325	-
Parcaixa, SGPS, SA	1 237	5 024
Galp Energia, SGPS, SA	1 167	1 947
CGD Subsidiária Offshore de Macau, SA	1 069	-
REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA	986	1 302
Banco Espírito Santo, SA	630	2 310
Gerbanca, SGPS, SA	-	9 448
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, SA	-	2 024
Rendimentos distribuídos por fundos de investimento	13 879	13 641
Outros	3 205	10 248
	219 397	**284 679**

28. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Rendimentos de serviços e comissões		
Meios de pagamento	193 221	186 314
Prestação de serviços a terceiros	87 596	112 955
Em operações de crédito	112 952	99 129
Gestão de ativos	22 528	24 745
Por garantias prestadas	52 696	49 704
Por operações sobre instrumentos financeiros	7 920	25 274
Outros	1 831	1 461
	478 744	**499 583**
Encargos com serviços e comissões		
Meios de pagamento	73 068	65 028
Por serviços prestados a terceiros	9 978	13 879
Em operações de crédito	135	178
Gestão de ativos	733	1 071
Por garantias obtidas	352	1 635
Por operações sobre instrumentos financeiros	15 612	9 320
Outros	3 369	2
	103 247	**91 112**

29. RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Resultados em ativos e passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de dívida	(29 544)	31 961
Instrumentos de capital	(28 618)	(62 255)
Instrumentos derivados		
Taxa de juro	(211 044)	(33 545)
Cotações	5 473	84 960
Outros	17 512	19 692
	(188 059)	**71 107**
Outros	(2 417)	4 090
	(248 638)	**44 903**
Resultados em ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de dívida	175	265
Instrumentos de capital	29 111	(74 661)
Outros títulos	3 383	12 934
	32 670	**(61 463)**
Resultados em operações de cobertura e elementos cobertos		
Derivados de cobertura	108 235	220 279
Correções de valor de instrumentos financeiros objeto de operações de cobertura	(102 506)	(192 258)
	5 729	**28 020**
Outros		
Resultados na recompra de passivos emitidos	104 969	-
Outros	12 402	223
	117 372	**223**
	(92 868)	**11 684**

Os resultados de reavaliação cambial têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Reavaliação da posição cambial	(56 474)	44 602
Resultados em derivados cambiais	45 779	(37 761)
	(10 695)	**6 840**

30. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	65 836	22 310
Instrumentos de capital		
Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana (Nota 6).	28 024	-
BCP Perpétuas (Nota 6.)	263	-
EDP - Energias de Portugal (Nota 6.)	-	53 568
Portugal Telecom (Nota 6.)	-	31 727
Unicre (Nota 6.)	-	21 816
Zon Multimédia (Nota 6.)	-	12 795
GALP Energia (Nota 6.)	-	2 460
Outros	2 545	2 137
Outros títulos	8 769	13 401
	105 437	**160 215**
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	(21 657)	(17 986)
Instrumentos de capital		
Portugal Telecom (Nota 6.)	(24 371)	-
BCP Perpétuas (Nota 6.)	(8 395)	-
EDP - Energias de Portugal (Nota 6.)	-	(26 827)
GALP Energia (Nota 6.)	-	(46)
Outros	(2 443)	(98)
Outros títulos	(1 903)	(27 918)
	(58 768)	**(72 875)**
	46 669	**87 340**

31. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Ganhos em investimentos em filiais	170 980	-
Ganhos e perdas na alienação de ativos não correntes detidos para venda (Nota 11.)	(301)	(229)
Ganhos e perdas na alienação de crédito a clientes	(25 191)	-
Ganhos e perdas na alienação de ativos tangíveis	(712)	103 684
Outros	(1 171)	-
	143 604	**103 455**

No exercício de 2011, a rubrica "Ganhos em investimentos em filiais" inclui 170 754 mEuros relativos à aquisição pela Caixa Geral Finance, Limited à CGD de 770 ações próprias, com um valor nominal de 1 Euro cada, pelo montante global de 170 755 mEuros. A determinação do preço de venda reflete o valor acumulado dos ganhos realizados por esta sociedade em resultado da reaquisição de dívida por si emitida sob a forma de Ações Preferenciais.

No decorrer do exercício de 2011, a CGD alienou créditos a clientes da carteira de *Corporate* e *Project Finance*, num valor global de aproximadamente 538 765 mEuros. Em resultado destas transações foram registadas perdas de 25 191 mEuros.

No exercício de 2010, a Caixa alienou o imóvel da sua Sede Social ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos por 251 751 mEuros, tendo em resultado desta operação sido reconhecida uma mais-valia de 103 865 mEuros (Nota 12.).

32. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Outros proveitos de exploração		
Cedência de pessoal a outras entidades do Grupo	52 521	60 355
Recuperação de créditos incobráveis		
Crédito concedido	29 012	27 665
Juros e despesas	2 384	1 660
Venda de cheques	17 403	18 744
Prestação de serviços diversos	11 060	11 983
Reembolso de despesas	3 745	4 102
Mais-valias obtidas na alienação de bens arrematados (Nota 11.)	4 127	3 587
Outros	21 805	49 432
	142 056	**177 528**
Outros custos de exploração		
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 36.)	(10 128)	(10 987)
Outros impostos	(8 186)	(9 997)
Donativos e quotizações	(6 368)	(6 956)
Menos-valias obtidas na alienação de bens arrematados (Nota 11.)	(93)	-
Outros	(33 246)	(29 173)
	(58 021)	**(57 114)**
	84 036	**120 415**

33. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	2 029	2 267
Remuneração dos empregados	395 909	428 647
Prémio de antiguidade	4 213	3 360
Assistência Médica – CGD (Nota 34.)		
Custo Normal (Notas 21. e 34.)	32 434	33 979
Contribuições relativas a pessoal no ativo	29 422	30 813
Outros encargos relativos a remunerações	16 359	16 413
Fundo de Pensões – CGD (Nota 34.)		
Custo Normal	52 598	70 814
Outros	742	666
Outros encargos sociais obrigatórios	13 305	14 088
Outros custos com o pessoal	8 856	7 147
	555 868	**608 195**

Conforme referido em maior detalhe na Nota 2.3., no decorrer do exercício de 2011, a Caixa procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego, os quais passsaram a ser reconhecidos na sua integralidade por contrapartida de "Outras reservas". As demonstrações financeiras relativas ao período comparativo anterior foram reexpressas de forma a refletirem nessa data os impactos da adoção dos novos princípios. Os efeitos apurados ao nível da rubrica de custos com pessoal são seguidamente apresentados:

	31.12.2010
Custos com pessoal antes da alteração de política contabilística	**614 219**
Reversão dos (ganhos) / perdas atuariais reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício (amortizações dos desvios acima do corredor)	
Fundo de pensões	(2 587)
Plano médico	(3 437)
	(6 024)
Custos com pessoal após alteração de política contabilística	**608 195**

O número médio de empregados, durante os exercícios de 2011 e 2010, por tipo de funções, foi o seguinte:

	31.12.2011	31.12.2010
Direção	133	137
Chefias	1 835	1 849
Técnicos	2 866	2 390
Administrativos	5 474	6 168
Auxiliares	164	195
	10 472	**10 739**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estes números não incluem os empregados pertencentes ao Departamento de Apoio à Caixa Geral de Aposentações (257 em 2011 e 274 em 2010), os afetos aos Serviços Sociais da CGD (70 em 2011 e 72 em 2010) e outros abrangidos por outras situações (95 e 99, respetivamente), designadamente em comissão de serviço no exterior.

34. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

PENSÕES DE REFORMA E SUBSÍDIO POR MORTE APÓS A IDADE DA REFORMA

De acordo com o artigo 39º, do Decreto-Lei nº 48 953, de 5 de abril de 1969, e o Decreto-Lei nº 161/92, de 1 de agosto, competia à CGD o pagamento das pensões de reforma por doença, invalidez ou velhice dos seus colaboradores, bem como das pensões de sobrevivência dos empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 1992. As pensões de sobrevivência relativas aos empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 são suportadas pela Caixa Geral de Aposentações (CGA). Para o efeito, estes empregados descontam 2,5% das suas remunerações para a CGA.

Adicionalmente, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical (ACTV) em vigor para o setor bancário, o ex-BNU tinha o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma antecipada e por velhice, invalidez e sobrevivência. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial negociada anualmente com os sindicatos dos trabalhadores bancários. No exercício de 2001, na sequência da integração por fusão do BNU na CGD, as responsabilidades com pensões dos empregados do BNU transitaram para a CGD. Deste modo, os ex-empregados do BNU ainda no ativo à data da fusão ficaram abrangidos pelo plano de pensões e benefícios em vigor na CGD. Quanto aos reformados e pensionistas do BNU à data da fusão, continua a aplicar-se o plano de pensões que estava em vigor à data das respetivas reformas.

Com referência a 30 de novembro de 2004, foram transferidas para a CGA todas as responsabilidades com pensões de aposentação do pessoal da Caixa, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de dezembro de 2000, ao abrigo dos Decretos-Lei nº 240-A/2004, de 29 de dezembro, e nº 241-A/2004, de 30 de dezembro. A transferência incluiu a responsabilidade com o subsídio por morte após a idade normal de reforma, relativamente ao tempo de serviço acima referido.

Neste sentido, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades com pensões da Caixa consistem no seguinte:

- Responsabilidades relativas aos empregados no ativo por serviços prestados após 31 de dezembro de 2000;
- Para os reformados entre 1 de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2010, a parcela das responsabilidades correspondente ao tempo de serviço prestado durante esse período;
- Responsabilidades com pensões de aposentação e respetivas pensões de sobrevivência do pessoal do BNU que já se encontravam em pagamento à data da fusão;
- Responsabilidades com o subsídio por morte relativas ao tempo de serviço prestado após 31 de dezembro de 2000.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo atualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no ativo.

A Caixa assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões, dispondo para o efeito de um fundo de pensões, constituído em dezembro de 1991. De acordo com o regime aplicável à Caixa, os empregados contribuem para o fundo de pensões com as seguintes percentagens das suas retribuições:

- Empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 7,5%
- Empregados admitidos após 1 de janeiro de 1992 10,0%

A contribuição destes últimos é efetuada integralmente para o fundo de pensões, dado que o respetivo regime de pensões de sobrevivência está a cargo do fundo.

Determinação das responsabilidades com pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram efetuados estudos atuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

	31.12.2011	31.12.2010
Método atuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 73/77 (-1 ano)	TV 73/77 (-1 ano)
Mulheres	TV 88/90 (-1 ano)	TV 88/90 (-1 ano)
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento dos ativos dos fundos	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento dos salários	2,25%	2,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,25%	1,75%
Tabela de saídas:		
Idades inferiores a 30 anos	5%	5%
Idades entre 30 e 40 anos	1%	1%
Idades superiores a 40 anos	0%	0%

Nos estudos efetuados em 2011 e 2010, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 60 anos.

A taxa de desconto utilizada nos cálculos atuariais é determinada com base no índice Iboxx das obrigações de dívida privada da Zona Euro com qualidade de crédito elevada ("AA") para a *duration* equivalente à das responsabilidades a financiar (cerca de 19 anos).

O critério utilizado pela CGD Pensões para a determinação da taxa de rentabilidade traduz-se na aplicação, à estrutura do *benchmark* da carteira do Fundo, das rentabilidades anuais esperadas no médio e longo prazo de cada classe de ativos. Estas resultam de um modelo de estimação de uma empresa de consultoria internacional, que tem como *inputs* não só as rentabilidades históricas

registadas para cada classe de ativos, mas também as perspetivas de um painel internacional de analistas financeiros.

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões da CGD para os exercícios de 2011 e 2010, e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimento	5,25%	(2,83%)	5,25%	1,93%
Taxa de crescimento dos salários	2,25%	1,28%	2,50%	3,13%
Taxa de crescimento das pensões	1,25%	0,00%	1,75%	1,10%

No final de dezembro de 2011, a CGD atualizou a taxa de atualização salarial, diminuindo-a de 2,50% para 2,25%, bem como a taxa de crescimento das pensões que passou de 1,75% para 1,25%, tendo em conta os impactos da proposta de redução dos custos globais com salários das empresas do Setor Empresarial do Estado constante da Lei do Orçamento de Estado para 2012. Essas alterações dos pressupostos encontram ainda fundamento na evolução favorável ocorrida em 2011 dos desvios associados aos referidos pressupostos, não obstante a CGD os ter ajustados no ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades com serviços passados de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos disponíveis para cobertura das mesmas ascendiam a:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Número de pessoas	Responsa-bilidades	Número de pessoas	Responsa-bilidades
Responsabilidades por serviços passados:				
Ativos	9 374	842 685	9 892	875 138
Reformados e pré-reformados	4 899	465 214	4 401	433 075
	14 273	**1 307 899**	**14 293**	**1 308 213**
Fundos de pensões autónomos		**1 423 271**		**1 424 864**
Nível de financiamento		**108,82%**		**108,92%**

O valor do fundo de pensões reflete o valor de mercado dos seus ativos, assim como de contribuições ainda por entregar em 31 de dezembro de 2011.

Nos termos do Aviso nº 4/2005, de 28 de fevereiro, do Banco de Portugal, é definida a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades encontravam-se financiadas em 108,8% e 108,9%, respetivamente.

Em 31 de Dzembro de 2011 e 2010, as responsabilidades com serviços futuros de pessoal no ativo da CGD ascendem a 800 717 mEuros e 930 172 mEuros, respetivamente.

No que se refere à CGD, poderão, ainda, vir a ser reclamadas responsabilidades existentes relativamente a alguns ex-empregados. No entanto, considera-se pouco expressivo o seu impacto, atendendo a que nos últimos três anos foram apenas vinte os casos de aposentação, onde, em alguma medida, tais reclamações se verificaram.

O movimento no valor do fundo de pensões, durante os exercícios de 2011 e 2010, foi o seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2009	**1 332 368**
Contribuições regulares	
Dos empregados	26 364
Da Caixa	69 525
Pensões pagas	(30 058)
Rendimentos e valias realizadas, líquidas	38 910
Mais / (menos)-valias potenciais, líquidas	(1 349)
Perdas cambiais, comissões e outros proveitos e custos, líquidos	(10 896)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**1 424 864**
Contribuições regulares	
Dos empregados	25 566
Da Caixa	46 886
Pensões pagas	(34 159)
Rendimentos e valias realizadas, líquidas	55 345
Mais / (menos)-valias potenciais, líquidas	(91 066)
Perdas cambiais, comissões e outros proveitos e custos, líquidos	(4 166)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**1 423 271**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Fundo de Pensões da CGD é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Os ativos do Fundo podem ser analisados como seguem:

	31.12.2011	31.12.2010
Ações	69 287	100 690
Unidades de participação em fundos mobiliários e imobiliários	301 180	356 004
Obrigações	346 456	412 691
Imóveis	478 730	529 904
Depósitos em instituições de crédito	247 364	133 433
Outros (líquido de passivo)	(19 746)	(107 857)
Total do Fundo	**1 423 271**	**1 424 864**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Outros" inclui 97 865 mEuros e 110 885 mEuros relativos a operações de venda com acordo de recompra sobre diversos instrumentos financeiros celebrados com a Caixa Geral de Depósitos (Nota 9.).

Em 31 de dezembro de 2011, ao valor do Fundo de Pensões da CGD calculados pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do pessoal da CGD foram somados 46 886 mEuros relativos a contribuições do ano de 2011 ainda não entregues ao Fundo pela Caixa Geral de Depósitos e registadas na rubrica "Outros passivos" (Nota 23.).

Adicionalmente, foram deduzidos 59 285 mEuros relativos ao ajustamento decorrente da mensuração ao justo valor de títulos de dívida pública contabilizados no ativo do Fundo ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Fundo de Pensões da CGD detinha imóveis arrendados à Caixa Geral de Depósitos nos montantes de 408 448 mEuros e 457 530 mEuros, respetivamente, bem como títulos emitidos pela Caixa Geral de Depósitos e unidades de participação de fundos geridos por empresas do Grupo no valor de 194 842 mEuros e 202 648 mEuros, respetivamente.

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados e o fundo de pensões, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	31.12.2011	31.12.2010
Situação inicial (I)	**116 651**	**-**
Custo do serviço corrente	(57 340)	(71 866)
Rendimento esperado dos ativos do fundo de pensões	76 628	72 293
Custo dos juros	(70 918)	(72 358)
Custo normal do exercício (Nota 33.)	**(51 630)**	**(71 931)**
Acréscimos de responsabilidades por reformas antes da idade normal de reforma (Nota 33.)	(968)	1 117
Variação com impacto em resultados (II)	**(52 598)**	**(70 814)**
Alteração da taxa de crescimento dos salários (3,5% para 2,5% em 2010 e para 2,25% em 2011)	20 774	85 506
Alteração da taxa de crescimento das pensões (2,25% para 1,75% em 2010 e para 1,25% em 2011)	70 025	69 785
Outros desvios de responsabilidades	30 148	8 277
Desvios de rendimento	(116 514)	(45 628)
Desvios atuariais e financeiros (III)	**4 433**	**117 940**
Contribuições para Fundos de Pensões da CGD (IV)	**46 886**	**69 525**
Situação final dos exercícios (I) + (II) + (III) + (IV)	**115 372**	**116 651**

A Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativos relativamente a trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão de prestação de trabalho. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o passivo registado pela Caixa a este respeito ascende a 4425 mEuros e 4515 mEuros, respetivamente, e encontra-se registado na rubrica "Provisões" (Nota 21.).

ASSISTÊNCIA MÉDICA

A assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da Sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais). A contribuição anual da CGD para os Serviços Sociais corresponde a 8,95% dos salários e pensões pagas. Adicionalmente, a Caixa tem responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do ex-BNU reformados até 23 de julho de 2001.

As responsabilidades por serviços passados de assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades especializadas, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

As responsabilidades por serviços passados encontram-se registadas na rubrica "Provisões" (Nota 21.). O movimento nesse passivo, nos exercícios de 2011 e 2010, foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2009	**460 025**
Custo do ano corrente (Notas 21. e 33.)	33 979
Pagamentos ao SAMS e aos Serviços Sociais da CGD	(21 211)
Ganhos atuariais (Nota 21.)	(36 095)
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2010	**436 698**
Custo do ano corrente (Notas 21 e 33.)	32 434
Pagamentos ao SAMS e aos Serviços Sociais da CGD	(22 425)
Ganhos atuariais (Nota 21.)	(30 850)
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2011	**415 857**

OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

A Caixa paga um prémio a todos os trabalhadores que completem dez, vinte e trinta anos de efetivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efetiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de aposentação de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o correspondente passivo encontrava-se registado em "Outros passivos" e ascendia a 40 042 mEuros e 42 394 mEuros, respetivamente.

A Caixa determina, ainda, as suas responsabilidades com subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O correspondente passivo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 encontra-se registado na rubrica de "Provisões" (Nota 21.) e ascende a 1750 mEuros e 1847 mEuros, respetivamente.

Adicionalmente, a Sucursal de França assegura o pagamento de benefícios de longo prazo aos seus trabalhadores, ascendendo as responsabilidades apuradas com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010 a 1500 mEuros (Nota 21.).

GANHOS E PERDAS ATUARIAIS

A evolução dos ganhos e perdas atuariais observados nos exercícios de 2011 e 2010, assim como o movimento ocorrido nas rubricas de custos atuariais diferidos relacionados com a introdução das NCA nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser demonstrado como segue:

	Ganhos e perdas atuariais			Custos diferidos - NCA (Nota 16.)				
	Pensões	Saúde	Subtotal	Pensões	Saúde	Outros	Subtotal (Nota 16.)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**183 210**	**97 965**	**281 175**	**31 907**	**112 455**	**991**	**145 352**	**426 527**
Desvios atuariais do ano								
Por contrapartida de outras reservas	(117 940)	(36 095)	(154 035)	-	-	-	-	(154 035)
Custos diferidos – amortização:								
Por contrapartida de resultados transitados	-	-	-	(10 636)	(22 491)	(331)	(33 457)	(33 457)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**65 270**	**61 870**	**127 140**	**21 271**	**89 964**	**660**	**111 896**	**239 036**
Desvios atuariais do ano								
Por contrapartida de outras reservas	(4 433)	(30 850)	(35 283)	-	-	-	-	(35 283)
Custos diferidos – amortização:								
Por contrapartida de resultados transitados	-	-	-	(10 635)	(22 491)	(330)	(33 456)	(33 456)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**60 837**	**31 020**	**91 857**	**10 636**	**67 473**	**330**	**78 439**	**170 297**

Conforme referido em maior detalhe na Nota 2.3., no decorrer do exercício de 2011, a Caixa procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego, os quais passsaram a ser reconhecidos na sua integralidade por contrapartida de "Outras reservas". Em resultado desta situação, as demonstrações financeiras foram reexpressas de forma a refletir os novos procedimentos de reconhecimento dos desvios atuariais no primeiro período comparativo apresentado no âmbito da preparação destas demonstrações financeiras (1 de janeiro de 2010).

De notar que a referida alteração não abrange os saldos de benefícios a empregados com pensões e saúde apurados com referência a 31 de dezembro de 2004 no âmbito da transição da Caixa para as Normas de Contabilidade Ajustadas (ocorrida no exercício de 2005 e registados por contrapartida de custos diferidos nessa data), os quais, conforme disposições do Aviso do Banco de Portugal nº 7/2008, se encontram a ser diferidos por contrapartida de resultados transitados até aos exercícios de 2012 e 2014, respetivamente.

A evolução das responsabilidades e saldo do Fundo, bem como os ganhos e perdas atuariais no ano corrente e nos 4 anos anteriores é analisado como segue:

	31.12.2011		31.12.2010		31.12.2009		31.12.2008		31.12.2007	
	Pensões Reforma	Plano Médico	Pensões Reforma	Plano Médico	Pensões Reforma	Plano Médico	Pensões Reforma	Plano Médico	Pensões Reforma	Plano Médico
Responsabilidades	1 307 899	415 857	1 308 213	436 698	1 332 368	460 025	1 137 181	427 832	1 106 429	443 888
Valor do Fundo	1 423 271	-	1 424 864	-	1 332 368	-	1 137 181	-	1 106 441	-
Provisões	-	415 857	-	436 698	-	460 025	-	427 832	-	443 888
Responsabilidades (sub) / sobre financiada	**(115 372)**	**-**	**(116 651)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(12)**	**-**
Ganhos / (Perdas) decorrentes de responsabilidades	120 947	30 850	163 567	36 095	(64 890)	(19 720)	102 449	27 526	(33 422)	(14 543)
Ganhos / (Perdas) decorrentes dos ativos do Fundo	(116 514)	-	(45 628)	-	21 735	-	(140 187)	-	(4 222)	-
	4 433	**30 850**	**117 939**	**36 095**	**(43 155)**	**(19 720)**	**(37 738)**	**27 526**	**(37 644)**	**(14 543)**

35. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Serviços especializados		
Serviços de informática	74 412	86 806
Serviços prestados por agrupamentos complementares de empresas	40 023	46 851
Serviços de consultoria	10 264	11 171
Serviços de limpeza	5 629	6 492
Serviços de informação	6 624	6 172
Segurança e vigilância	4 102	3 845
Outros	53 226	62 933
Publicidade e edição de publicações	23 464	28 281
Rendas e alugueres	55 197	44 112
Comunicações e despesas de expedição	27 030	29 760
Conservação e reparação	28 127	31 306
Transporte de valores e outros	10 339	14 214
Água, energia e combustíveis	15 936	14 264
Deslocações, estadas e representação	5 686	8 001
Impressos e material de consumo corrente	3 982	4 402
Outros	12 667	15 081
	376 710	**413 691**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o total dos futuros pagamentos de locação operacional, nos termos dos principais contratos em vigor nas referidas datas, apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Até 1 ano	22 378	20 609
De 1 a 5 anos	94 559	71 746
Superior a 5 anos	309 077	241 384

Nos exercícios de 2011 e 2010, os honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, relativos à revisão legal das contas anuais e outros serviços prestados, apresentam o seguinte detalhe:

	31.12.2011 [a]	31.12.2010 [a]
Revisão legal das contas anuais	158	154
Outros serviços que não sejam de revisão	80	78
	238	**232**

(a) Os saldos apresentados incluem IVA.

36. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	31.12.2011	31.12.2010
Passivos eventuais		
Ativos dados em garantia	23 725 412	16 611 325
Garantias e avales	4 930 323	5 346 016
Créditos documentários abertos	155 042	170 700
Cartas de crédito em *stand-by*	123 433	110 708
Outras garantias prestadas e passivos eventuais	51 419	60 929
Aceites e endossos	2 965	2 277
Transações com recurso	2	9
	28 988 595	**22 301 964**
Compromissos		
Compromissos revogáveis	9 285 153	12 466 624
Outros compromissos irrevogáveis	3 492 238	4 888 092
Contratos a prazo de depósitos:		
A constituir	-	466 610
A receber	239 663	263 622
Subscrição de títulos	1 448 566	2 055 842
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	155 391	154 266
Operações a prazo	11 748	11 855
Sistema de indemnização aos investidores	34 707	30 364
	14 667 467	**20 337 275**
Depósito e guarda de valores	**38 556 693**	**45 148 111**
Valores administrados pela instituição		
Ativos cedidos em operações de titularização (Nota 20.)	429 069	476 584
Outros valores	38 884	44 621
	467 953	**521 206**

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica "Garantias e avales" inclui garantias prestadas à CGD Finance e Caixa Geral Finance no âmbito de emissões de dívida e ações preferenciais nos montantes de 79 277 mEuros e 112 128 mEuros, respetivamente (362 503 mEuros e 600 000 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Ativos dados em garantia" inclui as seguintes situações:

	31.12.2011	31.12.2010
Instrumentos de dívida		
Recursos consignados		
BEI – Banco Europeu de Investimento	781 052	646 352
Banco de Portugal (*)	21 690 507	15 040 223
Fundo de Garantia de Depósitos	195 400	179 500
Royal Bank of Scotland	16 000	25 000
Sistema de indemnização aos investidores (futuros)	26 115	17 751
Euronext	4 000	10 000
Instrumentos de capital		
JP Morgan	319 838	-
Outros ativos		
Recursos consignados		
Banco Europeu de Desenvolvimento	692 500	692 500
	23 725 412	**16 611 325**

(*) Engloba a carteira de títulos afetos a tomadas de liquidez junto do Banco Central Europeu, assim como os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do "Contrato de Garantia do Crédito Intradiário " no valor de 500 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos dados em garantia correspondem a instrumentos de dívida e a instrumentos de capital, os quais, em função da sua natureza, se encontram classificados em rubricas de ativos de negociação, ativos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes, com exceção das garantias ao Banco Europeu de Desenvolvimento, os quais correspondem integralmente a créditos concedidos pela Caixa no montante de 692 500 mEuros. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica inclui, igualmente, títulos adquiridos no âmbito de operações de compra com acordo de revenda, cujo valor nominal ascendia nessas datas a 1 521 848 mEuros e 848 079 mEuros, respetivamente. Estes títulos não são reconhecidos em balanço, tendo o valor de aquisição sido registado como empréstimo na rubrica "Crédito a clientes".

Os ativos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pelo Grupo nas suas operações, encontrando-se registados pelo valor nominal, com exceção dos instrumentos de capital cujo valor de balanço reflete os ajustamentos decorrentes das variações do respetivo valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia ascendia a 20 742 005 mEuros, dos quais 1 308 369 mEuros relativos a operações de compra com acordo de revenda (15 648 047 mEuros e 828 473 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os títulos dados em garantia para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores assumidos pela CGD, apresentam um valor de mercado de 203 781 mEuros e 193 062 mEuros, respetivamente.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. Nos exercícios de 2011 e 2010, de acordo com a regulamentação aplicável, a contribuição anual para o FGD atribuível à Caixa ascendeu a 11 253 mEuros e 12 208 mEuros, respetivamente. Parte destas responsabilidades, nos montantes de 1125 mEuros e 1221 mEuros, respetivamente, foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite. Estes montantes não são relevados em custos. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 155 391 mEuros e 154 266 mEuros, respetivamente.

No exercício de 2009, a CGD foi notificada do relatório de inspeção da Administração Fiscal ao exercício de 2005, o qual determina correções à matéria coletável no valor de 155 602 mEuros. Para além de outras situações, o referido montante inclui 135 592 mEuros de correção pelo facto de a Caixa ter beneficiado da eliminação da dupla tributação económica do resultado de partilha da Caixa Brasil, SGPS, SA nesse exercício. A Caixa contestou estas correções por considerar que o procedimento por si adotado se encontra de acordo com a lei fiscal em vigor, dado dispor de elementos que permitem demonstrar que os rendimentos obtidos pela Caixa Brasil, SGPS, SA foram sujeitos a tributação. Por esta razão, não foi constituída qualquer provisão para esta correção nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Em resultado dos procedimentos de execução fiscal decorrentes das correções anteriormente mencionadas efetuadas pela Administração Fiscal, no decorrer do exercício de 2010, a Caixa procedeu à constituição de um depósito-caução no âmbito da prestação de garantia para suspensão do ato tributário da liquidação. O referido depósito-caução, no montante de 50 282 mEuros, encontra-se registado na rubrica "Outros ativos – devedores e outras aplicações – devedores diversos" (Nota 16.).

37. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IFRS 8, e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método *Standard*, nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adotou os seguintes segmentos de negócio:

- *Corporate Finance:* inclui as atividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação

e organização de créditos sindicados *(merchant banking* – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;

- Negociação e vendas: compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo *repo* e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e microempresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e, também, os depósitos captados junto de particulares;
- Banca comercial: inclui as atividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, atividade de capital de risco, *factoring*, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Setor Público;
- Gestão de ativos: inclui as atividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Outros: compreende todos os segmentos de atividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos, nos exercícios de 2011 e 2010, é a seguinte:

LINHAS DE NEGÓCIO

	31.12.2011					
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Outros	Total
Margem Financeira	84 480	1 068 377	(210 980)	-	184 715	1 126 592
Rendimentos de instrumentos de capital	3 985	-	215 411	-		219 397
Rendimentos de serviços e comissões	16 741	112 873	67 879	817	280 434	478 744
Encargos com serviços e comissões	(14 074)	(9 796)	(371)	-	(79 005)	(103 247)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	92 900	275	(6 465)	-	-	86 709
Outros resultados de exploração	(169 823)	(5 659)	(369)	(29)	259 916	84 036
Produto bancário	**14 209**	**1 166 070**	**65 105**	**788**	**646 059**	**1 892 231**
Outros custos e proveitos						(2 208 486)
Resultado Líquido do Exercício						**(316 255)**
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	12 599 495	207 098	277 659	-	12 732	13 096 983
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	19 453 580	1	59 885	-	-	19 513 466
Crédito sobre clientes (líquido)	4 503	33 604 412	33 466 074	-	-	67 074 988
Ativo líquido total	32 057 578	33 811 510	33 803 618	-	9 196 258	108 868 964
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	16 521 588	-	258 094	-	5 976	16 785 657
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 788	47 954 790	9 894 627	-	4 796	57 856 002
Responsabilidades representadas por títulos	16 107 253	9	23 359	-	-	16 130 622

	31.12.2010					
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Outros	Total
Margem Financeira	(137 166)	653 536	295 417	-	113 779	925 566
Rendimentos de instrumentos de capital	20 225	-	264 454	-		284 679
Rendimentos de serviços e comissões	16 176	128 164	60 744	12	294 487	499 583
Encargos com serviços e comissões	(11 895)	(14 366)	(44)	-	(64 807)	(91 112)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	105 538	446	(120)	-	103 455	209 319
Outros resultados de exploração	1 973	(1 254)	4 580	385	114 730	120 415
Produto bancário	**(5 150)**	**766 528**	**625 031**	**397**	**561 644**	**1 948 450**
Outros custos e proveitos						(1 896 903)
Resultado Líquido do Exercício						**51 547**
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	13 138 082	250 136	37	-	8 233	13 396 489
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	22 009 072	-	-	-	-	22 009 072
Crédito sobre clientes (líquido)	3 073	36 041 647	33 470 161	-	-	69 514 881
Ativo líquido total	35 150 227	36 291 783	33 670 235	-	7 700 003	112 812 248
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	16 658 634	-	-	-	7 836	16 666 471
Recursos de clientes e outros empréstimos	80 564	43 890 940	10 811 142	-	4 881	54 787 526
Responsabilidades representadas por títulos	20 364 026	9	-	-	-	20 364 035

MERCADOS GEOGRÁFICOS

	31.12.2011						
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	Ásia	Outros	Total
Margem financeira	959 844	105 623	26 716	6 682	2 818	24 910	1 126 592
Rendimentos de instrumentos de capital	215 411	3 985	-	-	-	-	219 397
Rendimentos de serviços e comissões	442 413	35 572	267	1 587	1 201	(2 296)	478 744
Encargos com serviços e comissões	(95 528)	(8 479)	(1 475)	(52)	(14)	2 301	(103 247)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	128 851	72 855	(554)	(4 059)	441	(110 825)	86 709
Resultados de exploração	89 391	(86 687)	(49)	(567)	726	81 223	84 036
Produto bancário	**1 740 382**	**122 869**	**24 904**	**3 592**	**5 171**	**(4 687)**	**1 892 231**
Outros custos e proveitos							(2 208 486)
Resultado Líquido do Exercício							**(316 255)**
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	16 693 649	2 085 104	318 620	1 977 309	77 197	(8 054 897)	13 096 983
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	18 980 454	1 236 681	19 312	59 885	-	(782 866)	19 513 466
Crédito sobre clientes (líquido)	61 366 567	4 969 524		719 574	19 323	-	67 074 988
Ativo líquido total	106 280 114	8 365 929	358 536	2 761 088	99 451	(8 996 154)	108 868 964
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	18 530 652	4 147 805	64 638	2 097 836	31	(8 055 305)	16 785 657
Recursos de clientes e outros empréstimos	54 866 540	2 090 501	126 721	671 596	100 671	(28)	57 856 002
Responsabilidades representadas por títulos	15 342 256	789 220	-	23 359	-	(24 214)	16 130 622

	31.12.2010						
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	Ásia	Outros	Total
Margem financeira	769 829	94 954	19 383	17 763	3 751	19 886	925 566
Rendimentos de instrumentos de capital	264 454	20 225	-	-	-	-	284 679
Rendimentos de serviços e comissões	456 084	39 568	848	3 299	1 034	(1 249)	499 583
Encargos com serviços e comissões	(81 368)	(12 187)	(13)	(195)	(18)	2 670	(91 112)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	226 561	(5 695)	2 847	(3 691)	303	(11 006)	209 319
Resultados de exploração	123 893	(4 975)	(49)	(608)	490	1 664	120 415
Produto bancário	**1 759 452**	**131 889**	**23 017**	**16 568**	**5 560**	**11 964**	**1 948 450**
Outros custos e proveitos							(1 896 903)
Resultado Líquido do Exercício							**51 547**
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	17 181 988	6 143 409	727 361	1 042 288	76 847	(11 775 406)	13 396 489
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	20 870 403	1 571 165	486 446	82 345	-	(801 250)	22 209 109
Crédito sobre clientes (líquido)	62 868 497	4 856 630	1 119 789	648 132	21 833	-	69 514 881
Ativo líquido total	108 399 250	12 778 167	2 339 799	1 774 348	104 022	(12 583 337)	112 812 248
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	19 442 307	6 059 362	1 195 718	1 745 780	9	(11 776 705)	16 666 471
Recursos de clientes e outros empréstimos	51 532 701	2 114 233	1 020 416	18 730	101 447	-	54 787 526
Responsabilidades representadas por títulos	18 224 875	2 099 162	27 455	22 620	-	(10 076)	20 364 035

A coluna "Outros" inclui saldos entre a Sede e as Sucursais, anulados no processo de preparação das contas globais.

38. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas, os órgãos de gestão da Caixa e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as demonstrações financeiras da CGD incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	31.12.2011			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
Ativos:				
Aplicações em instituições de crédito	-	433 849	-	6 518 753
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	3 770 296	1 899 039	-	1 216 064
Crédito a clientes	-	4 131 314	591 010	116 696
Outros ativos	272 634	460 826	1 546	923 409
Passivos:				
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	2 488 403
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 580 213	529 886	13 588	1 503 006
Débitos representados por títulos	-	-	-	1 637 168
Passivos subordinados	-	-	-	182 964
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	542 418
Outros passivos	-	-	58 218	295 350
Garantias prestadas	-	564 375	8 333	468 508
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	153 910	174 491	5 726	1 402 526
Ganhos em operações financeiras	6 467	122 134	-	4 936 233
Rendimentos de serviços e comissões	-	1 845	5	43 666
Outros proveitos de exploração	-	65	23	43 561
Custos:				
Juros e encargos similares	3 028	4 629	28	1 217 231
Perdas em operações financeiras	34 315	105 328	-	4 591 371
Encargos com serviços e comissões	-	32	-	1 883
Outros custos de exploração	-	148	514	797

	31.12.2010			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
Ativos:				
Aplicações em instituições de crédito	-	1 145 852	-	9 220 226
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	2 287 817	3 207 007	-	1 238 177
Crédito a clientes	31 539	2 854 316	657 385	113 219
Outros ativos	14 085	460 826	1 801	897 444
Passivos:				
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	3 786 974
Recursos de clientes e outros empréstimos	922	840 058	13 164	1 430 039
Débitos representados por títulos	-	250	5 000	1 551 290
Passivos subordinados	-	-	-	681 220
Passivos financeiros detidos para negociação	-	6 289	-	542 418
Outros passivos	-	-	-	163 913
Garantias prestadas	-	2 305	18 849	1 090 172
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	33 565	84 229	20 936	1 087 275
Ganhos em operações financeiras	8 334	22 270	-	8 221 689
Rendimentos de serviços e comissões	7	1 854	822	62 633
Outros proveitos de exploração	-	513	54	49 800
Custos:				
Juros e encargos similares	-	14 748	107	883 131
Perdas em operações financeiras	14 404	29 244	-	8 060 402
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	2 383
Outros custos de exploração	-	2	282	479

Os valores apresentados nos quadros acima, com exceção dos relativos a outras empresas do Grupo CGD, correspondem à atividade individual da Caixa e resultam de uma extração de informação das principais aplicações de negócio, não constituindo, assim, um detalhe integral de todas as transações com as entidades referidas.

Adicionalmente, os saldos apresentados na coluna "Outras entidades do Estado Português" excluem transações com entidades da Administração Regional ou Local.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

No decorrer do exercicio de 2011, a Caixa alienou à Direção-Geral do Tesouro títulos do Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, tendo, em resultado desta transação, reconhecido mais-valias líquidas de imparidade no montante de 28 024 mEuros. O valor das perdas de imparidade incorridas com esta participação no exercício de 2011 ascendeu a 32 621 mEuros (Nota 6.).

No decorrer do exercicio de 2010, a Caixa alienou o imóvel da sua sede social ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, conforme descrito em maior detalhe na Nota 12., registando uma mais-valia de 103 865 mEuros.

Conforme descrito em maior detalhe na Nota 6., no exercício de 2010, a Caixa alienou à Parpública ações representativas de 5% do capital da EDP, tendo, em resultado desta operação, sido reconhecidas mais-valias líquidas no montante de 26 741 mEuros.

ÓRGÃOS DE GESTÃO

Em 2011, os custos suportados relativos a remunerações e outros benefícios de curto prazo, assim como a benefícios pós-emprego atribuídos aos membros do Conselho de Administração (considerados para este efeito como os elementos relevantes do pessoal-chave da gerência conforme requisitos da IAS 24 nesta matéria) ascenderam a 2262 mEuros e 107 mEuros, respetivamente (2337 Euros e 161 mEuros, respetivamente, no exercício de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a 68 mEuros e 1047 mEuros, respetivamente.

39. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

No exercício de 2011 e 2010, o total de remunerações referentes à prestação de serviços de mediação de seguros ascendeu a 22 422 mEuros e 37 626 mEuros, respetivamente, dizendo respeito na sua totalidade a comissões recebidas sob a forma de numerário.

As remunerações dos exercícios de 2011 e 2010 decorrem integralmente da prestação de serviços de mediação junto da Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA (empresa do Grupo), apresentando a seguinte decomposição:

Ramo	31.12.2011	31.12.2010
Vida	18 244	33 420
Não Vida	4 178	4 206
	22 422	**37 626**

As comissões recebidas pela mediação de produtos do ramo Vida e Não Vida da Fidelidade Mundial através da sua rede comercial são integralmente reconhecidas pela Caixa em resultados do exercíco no momento da sua originação, encontrando-se contabilizadas na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões" (Nota 28.).

Em 31 de dezembro de 2011, e 2010 os saldos a receber pela Caixa junto da Fidelidade Mundial relativos a comissões de mediação ascendiam a 2829 mEuros e 2226 mEuros, respetivamente. No âmbito da sua atividade de mediador, a Caixa não exerce qualquer atividade de cobrança junto de clientes relacionados com pagamentos associados a contratos de seguros.

40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS INERENTES À ATIVIDADE DA CAIXA

A CGD adotou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez incorridos em todo o Grupo e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco.

Risco de crédito

O controlo do risco de crédito implícito na carteira de clientes da CGD é realizado através do acompanhamento de um conjunto de indicadores, procedendo-se à sua desagregação por produto, segmento de cliente, prazos de vencimento, tipo de garantias, grau de exposição no sistema financeiro, setor de atividade e área geográfica, analisando-se, também, o valor das grandes exposições e seu confronto com os limites máximos definidos pelas entidades de Supervisão.

No âmbito da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, a CGD apura mensalmente o valor da imparidade para cada subcarteira de crédito, mediante a desagregação da mesma em segmentos homogéneos de risco e utilização de probabilidades de *default* (PD) e de migração para *default* e recuperações após *default* (*loss given default* – LGD), calculadas anualmente com base em informação histórica.

É efetuado com regularidade o acompanhamento do risco das entidades bem como o controlo dos limites atribuídos.

No que respeita a crédito concedido a empresas, para além do acompanhamento natural da carteira, na presença de uma proposta de crédito elaborada pela área comercial é efetuada por uma equipa de analistas de crédito especializados uma análise mais profunda aos clientes, numa perspetiva de Grupo Económico, com uma exposição superior a um milhão de euros.

A análise incide sobre o risco de crédito do cliente e também sobre as operações objeto da proposta, segregando funções com a área comercial a quem cabe apresentar a proposta com as condições das operações. A Direção de Gestão de Risco (DGR) da Caixa tem por competência propor as condições que entende serem necessárias para mitigar o risco, tornando a operação aceitável para o nível de risco definido para a carteira da CGD.

Esta análise tem por base a notação de risco atribuída pelas agências de *rating* e pelos modelos internos de avaliação e também a ponderação de fatores de ordem quantitativa e qualitativa, relativamente ao cliente e operação em análise. É igualmente tido em consideração o mercado e a economia em que se encontram inseridas as entidades, bem como a identificação de aspetos / condições que poderão mitigar o risco de crédito.

Risco de mercado

As regras de gestão do risco de mercado estabelecido pelo Grupo CGD para cada carteira ou unidade de negócio incluem limites de risco de mercado e, ainda, limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

A medida de risco de mercado utilizada é o *Value at Risk* (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, ações, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, sendo os níveis de confiança utilizados na simulação dependentes do objetivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são utilizadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos ativos subjacentes (*basis point value*-bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comummente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). Desenvolvem-se, ainda, avaliações do impacto nos resultados, para cenários extremos de variação por fator de risco *(stress-testing)*.

São efetuadas, diariamente, análises de *backtesting* teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de *backtesting* teórico e, mensalmente, com cálculo de *backtesting* real. O número de exceções obtidas, isto é, o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos ativos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, setor, *rating* e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por fator de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de ações em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo da rentabilidade com a avaliação do risco de crédito segundo as definições regulamentares em vigor e do risco de mercado segundo a abordagem de modelos internos.

Risco cambial

O controlo e a avaliação do risco cambial é efetuada a nível individual, diariamente, para a atividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Risco de liquidez e risco de taxa de juro

As políticas de gestão do risco de liquidez e taxa de juro no balanço na CGD são definidas pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos (Asset-Liability Committee, ALCO). A Área de Risco de Liquidez da DGR controla e monitoriza a gestão destes tipos de riscos.

O Comité de Gestão de Ativos e Passivos é o órgão delegado da Comissão Executiva responsável pelo processo de ALM, o qual reúne mensalmente tomando deliberações que envolvem áreas como o risco, o desempenho das carteiras e as políticas de financiamento e de capital. O ALCO permite, ainda, um espaço de divulgação rápida da informação de gestão transversal ao Grupo.

A gestão do risco de liquidez socorre-se da análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos considerados, os volumes de *cash inflows* e *cash outflows*, bem como os respetivos *gaps* de liquidez.

Os *gaps* de liquidez são calculados mensalmente e confrontados com o cumprimento de três rácios (dois de curto prazo e um de longo prazo), oportunamente fixados em ALCO. Para o efeito, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural, que, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente e assentes no comportamento dos depositantes, traduz a distribuição aproximada dos depósitos à ordem e a prazo pelos diferentes *buckets* considerados.

Assim, no caso dos depósitos à ordem, 83% do seu saldo *(core deposits)* é considerado no *bucket* superior a 10 anos, sendo o restante *(non-core deposits)* alocado nos *buckets* até 12 meses, segundo estudos de sazonalidade e de saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes *buckets* de acordo com um modelo que estima não só a sua vida média esperada, mas também a distribuição temporal esperada para as saídas desses depósitos.

No caso das aplicações em títulos, 85% do saldo total é considerado no *bucket* até 1 mês e os restantes 15% são repartidos de acordo com o peso dos saldos na estrutura de prazos residuais de maturidade inicial. As ações e outros títulos de rendimento variável que apresentem liquidez adequada são globalmente considerados no *bucket* até 1 mês.

Ao longo do ano, prosseguiu a política de captação de diferentes tipos de recursos cujos prazos se adequavam melhor aos *mismatchs* existentes entre os prazos de ativos e passivos e, simultaneamente, garantiam maior estabilidade dos recursos de clientes, quer através do lançamento de produtos estruturados de poupança, quer através da prática de taxas particularmente atrativas.

Foram também realizados testes de esforço de liquidez, segundo metodologia desenvolvida internamente, articulados com o plano de contingência existente, visando a determinação das perspetivas de financiamento em cada momento, o reforço da capacidade de resistência da instituição a choques adversos e o estudo de alternativas em termos de financiamento.

Relativamente ao risco de taxa de juro, a metodologia adotada na sua mensuração socorre-se da agregação em intervalos fixos de tempo de todos os ativos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro, de acordo com as respetivas datas de revisão das mesmas *(repricing dates)*. Para esses intervalos, são depois calculados os respetivos *gaps* de taxa de juro.

A análise do comportamento do risco de taxa de juro envolve também o cálculo mensal da duração dos ativos e passivos sensíveis, bem como o respetivo *gap* de duração. Através deste, procura medir-se o nível de *mismatch* entre o tempo médio em que os *cash inflows* são gerados e os *cash outflows* são exigidos.

Para acompanhar o efeito desses *gaps* sobre a margem financeira, procede-se periodicamente à elaboração de cenários previsionais da evolução mensal do saldo dos ativos e passivos sensíveis, integrando nesses cenários comportamentos e tendências relevantes da atividade bancária, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas refletidas nas *yield curves*.

Por decisão do ALCO, foi, em devido tempo, aprovado um conjunto de *guidelines* sobre o risco de taxa de juro no balanço e na carteira bancária, incluindo a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objetivo dessas *guidelines* é o de assegurar que a CGD possui um modo de gerir o *trade-off* rentabilidade-risco, no que se refere à gestão do balanço e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

Os limites estabelecidos são de cálculo mensal, no que se refere ao *gap* acumulado a 12 meses e ao *gap* de duração, e são de cálculo trimestral quer para o indicador *economic value at risk* (que traduz as variações no valor económico do capital do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro), quer para o indicador *earnings at risk* (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro e da evolução dos saldos de recursos e aplicações).

Semestralmente, para a atividade consolidada, é também enviado ao Banco de Portugal o mapa prudencial de risco de taxa de juro da carteira bancária, que engloba todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais não abrangidos pela carteira de negociação, de modo a possibilitar a monitorização

e acompanhamento do risco de taxa de juro da carteira bancária, para o qual não existe nenhuma exigência regulamentar de fundos próprios.

A avaliação e a medição deste tipo de risco é feita apurando o impacto nos fundos próprios e na margem financeira de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de +200 bps (conforme Instrução nº 19/05, do Banco de Portugal). Por decisão do ALCO, o cálculo desse impacto sobre os fundos próprios e sobre a margem financeira é efetuado com periodicidade trimestral para efeitos de gestão interna, tendo sido, para o efeito, fixados limites internos.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à atividade da CGD.

RISCO DE CRÉDITO

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a exposição máxima a risco de crédito apresenta a seguinte decomposição:

	31.12.2011	31.12.2010
Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados		
Divida pública	480 691	482 184
Divida privada	9 834	96 030
	490 525	**578 214**
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Divida pública	3 684 039	1 881 682
Divida privada	9 237 093	12 979 578
	12 921 133	**14 861 259**
Ativos com acordo de recompra		
Divida pública	330 764	875 087
Divida privada	535 126	611 889
Crédito e valores titulados	537 862	200 037
	1 403 752	**1 687 013**
	14 815 410	**17 126 486**
Instrumentos financeiros derivados	2 601 786	2 420 308
Aplicações e empréstimos de instituições de crédito	10 758 063	11 982 241
Crédito a clientes	66 517 789	68 866 992
Outros devedores	3 020 151	2 306 520
Outras operações a regularizar	256 789	249 117
	83 154 579	**85 825 177**
Outros compromissos		
Garantias pessoais/institucionais prestadas		
Garantias e avales	4 927 351	5 344 412
Cartas de crédito *stand-by*	123 433	110 708
Créditos documentários abertos	155 042	170 700
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	54 386	63 215
Contratos de depósitos a prazo a constituir	-	466 610
Linhas de crédito irrevogáveis	1 848 511	2 282 443
Outros compromissos irrevogáveis	1 643 727	2 605 649
Credit Default Swaps	400 943	800 970
	9 153 393	**11 844 706**
Exposição máxima	**107 123 381**	**114 796 370**

Qualidade de crédito de Aplicações em instituições de crédito

O seguinte quadro apresenta a desagregação do valor de balanço de aplicações em instituições de crédito, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, considerando notação de risco determinada de acordo com o modelo interno de avaliação desenvolvido pela Caixa para instituições financeiras e por país de origem da contraparte:

	31.12.2011					
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Ásia	Outros	Total
AA- até AA+	-	20 764	-	-	7 113	27 877
A- até A+	-	5 071	4 162	3 439	-	12 672
Menor que A-	4 135 867	11 590	-	344	729	4 148 530
Sem *Rating*	3 908	411	-	-	202	4 520
Bancos Centrais e Supranacionais	-	-	-	158	-	158
Empresas do Grupo CGD	3 524 880	2 885 295	1	62 861	91 270	6 564 306
	7 664 654	**2 923 131**	**4 163**	**66 802**	**99 313**	**10 758 063**

	31.12.2010					
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Ásia	Outros	Total
AA- até AA+	-	174 342	98 536	-	7 093	279 971
A- até A+	7 509	6 382	3 768	-	4 103	21 762
Menor que A-	2 215 889	78 811	74 870	3 999	28 491	2 402 059
Sem *Rating*	7 898	5 889	41 816	-	7 636	63 239
Bancos Centrais e Supranacionais	-	-	-	489	-	489
Empresas do Grupo CGD	4 328 003	3 870 231	2	953 497	62 987	9 214 720
	6 559 299	**4 135 655**	**218 993**	**957 985**	**110 310**	**11 982 241**

No âmbito do Programa Basileia II – Projeto de Modelos de Scoring e Rating, foi desenvolvido internamente um modelo de notação de risco para o segmento de Instituições Financeiras. Este modelo permite obter estimativas de probabilidade de *default* – PD – (probabilidade de incumprimento) a um ano. Trata-se de um modelo estatístico que utiliza informação financeira, informação de enquadramento geográfico e tipo de atividade principal de cada Instituição financeira notada.

A escala de notação do modelo varia entre AAA (melhor notação de risco, à qual corresponde uma menor PD) e CCC (pior notação de risco, à qual corresponde uma maior PD).

Qualidade de crédito de títulos de dívida

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço de títulos de dívida em carteira líquido de imparidade (excluindo títulos vencidos), de acordo com notação de *rating* atribuída pela Standard & Poor's ou equivalente, por tipo de garante ou emitente e por região geográfica do garante ou emitente, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	31.12.2011				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados					
AAA	-	226 296	-	-	226 296
AA- até AA+	-	64	-	-	64
A- até A+	8 060	42 124	-	-	50 184
Menor que A-	194 783	17 424	-	-	212 207
Sem *Rating*	1 774	-	-	-	1 774
	204 617	**285 908**	**-**	**-**	**490 525**

	31.12.2011				
Emitidos por:					
Governos e outras autoridades locais	194 783	285 908	-	-	480 691
Instituições financeiras	1 774	-	-	-	1 774
Outros emitentes	8 060	-	-	-	8 060
	204 617	**285 908**	**-**	**-**	**490 525**
Ativos financeiros registados ao justo valor através de reservas					
AAA	-	432 342	-	36 702	469 044
AA- até AA+	-	196 840	59 686	-	256 526
A- até A+	3 991 058	618 464	36 187	24 504	4 670 213
Menor que A-	6 073 194	630 943	25 977	34 108	6 764 222
Sem *Rating*	1 612 468	7 815	-	6 734	1 627 017
	11 676 720	**1 886 404**	**121 850**	**102 048**	**13 787 022**
Emitidos por:					
Corporates	159 993	30 200	-	-	190 193
Governos e outras autoridades locais	3 848 147	106 970	59 686	-	4 014 803
Instituições financeiras	7 668 580	1 495 264	62 164	102 014	9 328 022
Outros emitentes	-	253 970	-	34	254 004
	11 676 720	**1 886 404**	**121 850**	**102 048**	**13 787 022**

	31.12.2010				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados					
AAA	-	570 259	-	-	570 259
AA- até AA+	87 387	56	-	-	87 443
A- até A+	321 717	71 196	-	-	392 913
Menor que A-	-	18 788	-	30 955	49 743
Sem *Rating*	1 774	-	-	-	1 774
	410 878	**660 299**	**-**	**30 955**	**1 102 132**
Emitidos por:					
Governos e outras autoridades locais	314 848	660 299	-	30 955	1 006 102
Instituições financeiras	1 774	-	-	-	1 774
Outros emitentes	94 256	-	-	-	94 256
	410 878	**660 299**	**-**	**30 955**	**1 102 132**
Ativos financeiros registados ao justo valor através de reservas					
AAA	4 449 396	1 077 452	108 475	13 426	5 648 749
AA- até AA+	5 205 791	443 986	15 365	63 261	5 728 403
A- até A+	874 541	909 790	58 419	10 601	1 853 351
Menor que A-	135 502	642 238	9 945	130 320	918 005
Sem *Rating*	1 569 680	97 279	-	8 850	1 675 809
	12 234 910	**3 170 745**	**192 204**	**226 458**	**15 824 318**
Emitidos por:					
Corporates	271 215	34 917	-	-	306 132
Governos e outras autoridades locais	1 885 582	265 338	81 930	-	2 232 850
Instituições financeiras	9 996 020	2 632 448	110 274	226 458	12 965 200
Outros emitentes	82 094	238 042	-	-	320 136
	12 234 911	**3 170 745**	**192 204**	**226 458**	**15 824 318**

Exposição a dívida soberana de países periféricos da Zona Euro

Nos exercicios de 2011 e 2010, os mercados de crédito da dívida soberana da Zona Euro, com especial incidência em países da sua periferia caracterizados por relevantes desequilíbrios orçamentais, têm vindo a ser afetados por uma crescente volatilidade. Esta situação, visível no alargamento continuado dos *spreads* de risco associados a estas emissões, culminou com a necessidade de inter-

venção do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia junto dos governos da Grécia e da Irlanda (ainda em 2010) e, já no decorrer de 2011, junto de Portugal.

As principais características destas emissões no âmbito da atividade da Caixa e das suas Sucursais, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são seguidamente apresentadas:

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31.12.2011						Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	*Rating*
	Maturidades residuais									
	2012	2013	2014	Após 2014	sem maturidade	Total				
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados										
Portugal	146 854	874	36 228	10 827	-	194 783	194 783	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	-	-	50	-	50	50	-	-	
Itália	-	-	-	37	-	37	37	-	-	
	146 854	**874**	**36 228**	**10 915**	**-**	**194 870**	**194 870**	**-**	**-**	
Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação										
Portugal	3 668 433	-	-	178 292	1 423	3 848 147	3 848 147	-	(140 082)	
Grécia	10 033	-	-	-	-	10 033	10 033	(10 667)	-	
Irlanda	-	-	24 139	14 667	-	38 807	38 807	-	(8 228)	
Espanha	-	48 133	9 996	-	-	58 130	58 130	-	(2 086)	
Itália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	3 678 466	**48 133**	**34 136**	**192 959**	**1 423**	**3 955 117**	**3 955 117**	**(10 667)**	**(150 396)**	
Total										
Portugal	3 815 286	874	36 228	189 119	1 423	4 042 930	4 042 930	-	(140 082)	BB+
Grécia	10 033	-	-	-	-	10 033	10 033	(10 667)	-	CCC
Irlanda	-	-	24 139	14 667	-	38 807	38 807	-	(8 228)	BBB+
Espanha	-	48 133	9 996	50	-	58 180	58 180	-	(2 086)	AA-
Itália	-	-	-	37	-	37	37	-	-	A+
	3 825 320	**49 007**	**70 364**	**203 874**	**1 423**	**4 149 987**	**4 149 987**	**(10 667)**	**(150 396)**	

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31.12.2010						Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor
	Maturidades residuais								
	2011	2012	2013	2014	Após 2014	sem maturidade	Total			
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados										
Portugal	194 797	35 869	29 216	103 341	39 011	-	402 235	402 235	-	-
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espanha	-	-	-	-	25	-	25	25	-	-
Itália	-	-	-	-	26	-	26	26	-	-
	194 797	**35 869**	**29 216**	**103 341**	**39 062**	**-**	**402 286**	**402 286**	**-**	**-**
Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação										
Portugal	1 798 394	-	-	-	166 868	2 415	1 967 676	1 967 676	-	(31 631)
Grécia	29 948	18 961	-	-	-	-	48 909	48 909	-	(2 641)
Irlanda	-	-	-	23 739	16 043	-	39 783	39 783	-	(7 449)
Espanha	77 018	25 469	64 388	9 772	-	-	176 647	176 647	-	(5 278)
Itália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1 905 360	**44 429**	**64 388**	**33 511**	**182 911**	**2 415**	**2 233 014**	**2 233 014**	**-**	**(46 999)**

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31.12.2010							Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor
	Maturidades residuais									
	2011	2012	2013	2014	Após 2014	sem maturidade	Total			
Total										
Portugal	1 993 191	35 869	29 216	103 341	205 879	2 415	2 369 911	2 369 911	-	(31 631)
Grécia	29 948	18 961	-	-	-	-	48 909	48 909	-	(2 641)
Irlanda	-	-	-	23 739	16 043	-	39 783	39 783	-	(7 449)
Espanha	77 018	25 469	64 388	9 772	25	-	176 672	176 672	-	(5 278)
Itália	-	-	-	-	26	-	26	26	-	-
	2 100 157	**80 298**	**93 604**	**136 853**	**221 974**	**2 415**	**2 635 300**	**2 635 300**	**-**	**(46 999)**

O ano de 2011 foi caraterizado pela diminuição da liquidez observada nestes mercados, com especial incidência nos instrumentos de dívida dos países intervencionados. Esta situação foi especialmente relevante no caso da República da Grécia, refletindo os efeitos das diversas fases do processo de reestruturação e reequilíbrio orçamental ainda em curso.

O segundo plano de resgate, negociado entre a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a República da Grécia, em julho de 2011, e posteriormente retificado em outubro de 2011 (o qual previa um apoio global de 130 mil milhões de euros), contou igualmente com o envolvimento do Institute of International Finance, Inc (IIF), em representação das instituições financeiras suas associadas (o qual a CGD não integra). Este plano previa um perdão voluntário de dívida de 50%.

As eminentes dificuldades em assegurar o financiamento do seu défice público por parte da República da Grécia, assim como as incertezas decorrentes do processo de resgate e respetivos impactos nos credores, cenário este reforçado pelos sucessivos *downgrades* a que foram sujeitas as suas emissões de dívida pelas principais agências de notação, determinaram por parte do Grupo a decisão de se proceder ao reconhecimento de imparidade na exposição detida junto deste soberano, tendo o saldo acumulado das reservas de reavaliação negativas destas emissões, no montante de 10 667 mEuros, sido reclassificadas para resultados do exercício.

No início de março de 2012, em resultado das negociações realizadas no âmbito do programa de assistência à República da Grécia, a Caixa foi notificada das condições inerentes ao envolvimento do setor privado neste processo *(Private Setor Involvement* – PSI), tendo por objetivo a redução da dívida pública deste soberano para 120,5% do PIB em 2020. Os termos do envolvimento do PSI previam diversas opções de troca das posições detidas por um conjunto de obrigações com diferentes maturidades, rendibilidades e valor nominal (face ao valor inicial da emissão original em causa), tendo a Caixa decidido pela adesão ao programa de troca.

Critérios de Valorização

As emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro considerados no quadro acima, foram mensurados considerando preços observáveis de mercado, quando aplicável, ou na ausência de mercado ativo, com base em preços fornecidos por contrapartes externas. Em 31 de dezembro de 2011, estas carteiras encontram-se, assim, segmentadas nos níveis 1 e 2 da hierarquia de justo valor, sendo os elementos distintivos destas categorias, assim como os principais pressupostos utilizados apresentados em maior detalhe no ponto "Justo valor".

Exposições afetadas pelo período de turbulência

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda da Caixa inclui títulos de tipologias que foram especialmente afetadas pelo período de turbulência financeira, com a seguinte composição:

				31.12.2011			31.12.2010		
Tipo	*Rating* emissão	Nível de Senioridade da *tranche* detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor
Commercial mortgage-backed securities									
	AAA	Senior	União Europeia	-	-	-	635	-	(2)
	A- até A+	Senior	União Europeia	17 372	-	(2 091)	27 996	-	(3 839)
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	-	-	-	3 256	-	(1 331)
	C	Senior	União Europeia	2 697	-	(448)	3 045	-	(521)
				20 069	**-**	**(2 538)**	**34 931**	**-**	**(5 692)**
Residential mortgage-backed securities									
	AAA	Senior	União Europeia	20 870	-	1 545	23 102	-	1 410
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	11 561	-	255	13 248	-	483
	A- até A+	Senior	União Europeia	19 131	-	(6 751)	26 265	-	(2 633)
		Mezzanine	União Europeia	-	-	-	4 697	-	(2 924)
	Menor que A-	Senior	União Europeia	12 894	-	(6 656)	19 140	-	(2 520)
		Mezzanine	União Europeia	3 172	-	(8 856)	9 221	-	(11 636)
	CCC	Mezzanine	América do Norte	199	(9 503)	41	415	(9 202)	262
				67 828	**(9 503)**	**(20 423)**	**96 088**	**(9 202)**	**(17 558)**
Collateralized Loan obligations									
	AAA	Senior	União Europeia	6 642	-	(678)	6 565	-	(739)
			Outros	36 702	-	(1 017)	34 555	-	(1 841)
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	-	-	-	4 939	-	(947)
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	6 944	-	(7 599)	53 817	-	2 554
	CCC	Mezzanine	União Europeia	434	-	(385)	847	-	44
				50 723	**-**	**(9 679)**	**100 722**	**-**	**(929)**
Outros instrumentos financeiros									
	Sem rating	Senior	União Europeia	6 700	(26 838)	-	8 850	(29 556)	-
		Outros	União Europeia	-	-	-	12 815	-	(7 115)
	n.d.	Fundos	União Europeia	-	-	-	90 681	(10 537)	(3 270)
				6 700	**(26 838)**	**-**	**112 346**	**(40 093)**	**(10 385)**
				145 320	**(36 341)**	**(32 640)**	**344 087**	**(49 295)**	**(34 564)**

n.d. – não disponível.

O movimento ocorrido nestes títulos no decorrer dos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

				2011						
							Impacto em Resultados do Período			
Tipo	*Rating* emissão (a)	Nível de Senioridade da *tranche* detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2010	Alienações e amortizações de capital	Aquisições	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Imparidade	Variação da reserva de justo valor	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2011
Commercial mortgage-backed securities										
	AAA	Senior	União Europeia	635	(645)	-	9	-	2	-
	A- até A+	Senior	União Europeia	27 996	(12 399)	-	28	-	1 748	17 372
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	3 256	(3 800)	-	(787)	-	1 331	-
	C	Senior	União Europeia	3 045	(370)	-	(51)	-	73	2 697
Residential mortgage-backed securities										
	AAA	Senior	União Europeia	23 102	(2 227)	-	(139)	-	135	20 870
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	13 248	(1 383)	-	(76)	-	(228)	11 561
	A- até A+	Senior	União Europeia	26 265	(3 060)	-	43	-	(4 118)	19 131
		Mezzanine	União Europeia	4 697	(5 782)	-	(1 839)	-	2 924	-
	Menor que A-	Senior	União Europeia	19 140	(2 163)	-	53	-	(4 136)	12 894
		Mezzanine	União Europeia	9 221	(6 159)	-	(2 669)	-	2 779	3 172
	CCC	Mezzanine	América do Norte	415	-	-	5	-	(221)	199
Collateralized Loan obligations										
	AAA	Senior	União Europeia	6 565	-	-	16	-	61	6 642
			Outros	34 555	-	-	1 324	-	824	36 702
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	4 939	(5 736)	-	(150)	-	947	-
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	53 817	(34 738)	-	(1 980)	-	(10 154)	6 944
	CCC	Mezzanine	União Europeia	847	-	-	16	-	(429)	434
Outros instrumentos financeiros										
	Sem rating	Senior	União Europeia	8 850	-	-	(750)	(1 400)	-	6 700
		Outros	União Europeia	12 815	(19 456)	-	(475)	-	7 115	-
	n.d.	Fundos	União Europeia	90 681	(93 798)	-	(152)	-	3 270	-
				344 087	**(191 715)**	**-**	**(7 576)**	**(1 400)**	**1 923**	**145 320**

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de *rating* disponíveis em 31.12.2011.
n.d. – não disponível.

				2010						
							Impacto em Resultados do Período			
Tipo	*Rating* emissão (a)	Nível de Senioridade da *tranche* detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2009	Alienações e amortizações de capital	Aquisições	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Imparidade	Variação da reserva de justo valor	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2010
Commercial mortgage-backed securities										
	AAA	Senior	União Europeia	11 343	(870)	-	37	-	1 850	12 360
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	14 675	(787)	-	35	-	2 347	16 270
	Menor que A-	Senior	União Europeia	3 451	(563)	-	(39)	-	197	3 045
		Mezzanine	União Europeia	18 590	(18 209)	-	1 708	-	1 167	3 256
Residential mortgage-backed securities										
	AAA	Senior	União Europeia	121 083	(42 314)	-	1 394	-	1 592	81 755
		Senior	América do Norte	3 280	(3 550)	-	269	-	1	0
			Outros	2 964	(3 494)	-	614	-	(84)	0
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	25 704	(27 489)	-	125	-	1 660	-
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	9 522	(4 461)	-	(48)	-	(316)	4 697
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	25 763	(19 407)	-	105	-	2 759	9 221
	CCC	Mezzanine	América do Norte	151	-	-	12	(9)	262	415
Asset-backed securities	AA- até AA+	Senior	América do Norte	3 475	(3 749)	-	276	-	(3)	0
Collateralized Loan obligations										
	AAA	Senior	União Europeia	10 807	(4 447)	-	346	-	(142)	6 565
			Outros	11 684	-	-	1 100	-	642	13 426
	AA- até AA+	Senior	Outros	18 556	-	-	1 637	-	935	21 128
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	2 834	-	-	51	-	2 053	4 939
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	30 558	-	-	766	-	17 103	48 428
	CCC	Mezzanine	União Europeia	2 333	-	-	138	-	3 766	6 236
Outros instrumentos financeiros										
	A- até A+	Outros	União Europeia	9 320	-	-	239	-	3 256	12 815
	Sem *rating*	Senior	União Europeia	11 700	-	-	-	(2 850)	-	8 850
		Mezzanine	América do Norte	1 045	(2 541)	-	1 496	-	-	(0)
	n.d.	Fundos	União Europeia	79 583	(6 358)	6 358	2 810	-	8 289	90 681
				418 422	**(138 239)**	**6 358**	**13 070**	**(2 859)**	**47 335**	**344 087**

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de *rating* disponíveis em 31.12.2010.
n.d. – não disponível.

Os "Ganhos / (perdas) refletidos por contrapartida de resultados" incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, incluindo saldos de ativos associados a operações de venda com acordo de recompra, apresentava a seguinte decomposição:

	31.12.2011					
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *default*	Outros Saldos	Total Crédito	Justo valor das garantias de operações em *default*
Crédito a empresas						
Vincendo	26 323 677	2 617 365	1 673 434	563 668	31 178 144	
Vencido	22 358	81 961	1 478 705	1 175	1 584 198	
	26 346 035	2 699 326	3 152 139	564 843	32 762 343	3 639 932
Crédito à habitação						
Vincendo	30 614 633	815 983	1 217 334	147 542	32 795 492	
Vencido	3 433	5 963	917 319	3 587	930 302	
	30 618 066	821 946	2 134 653	151 129	33 725 794	2 512 383
Crédito ao consumo						
Vincendo	1 199 933	81 566	33 230	92 192	1 406 921	
Vencido	533	4 724	60 659	805	66 721	
	1 200 466	86 289	93 889	92 997	1 473 642	39 434
Outros Créditos						
Vincendo	65 894	1 433	4 299	1 100 918	1 172 543	
Vencido	511	1 785	39 362	-	41 657	
	66 405	3 217	43 660	1 100 918	1 214 200	3 733
Total crédito vincendo	58 204 137	3 516 347	2 928 296	1 904 320	66 553 100	
Total crédito vencido	26 835	94 432	2 496 045	5 566	2 622 879	
Total de crédito a clientes (Nota 9.) (*)	**58 230 972**	**3 610 779**	**5 424 342**	**1 909 886**	**69 175 979**	
Crédito titulado associado a operações de venda com acordo de recompra (Nota 7.)	533 191	-	-	-	533 191	
Total	**58 764 163**	**3 610 779**	**5 424 342**	**1 909 886**	**69 709 170**	

(*) Excluindo juros a receber líquidos de proveitos diferidos e comissões e correções de valor ativos objeto de contabilidade de cobertura.

	31.12.2010					
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *default*	Outros Saldos	Total Crédito	Justo valor das garantias de operações em *default*
Crédito a empresas						
Vincendo	31 096 688	932 001	675 661	377 480	33 081 831	
Vencido	15 291	63 545	917 387	91	996 313	
	31 111 979	995 545	1 593 048	377 571	34 078 144	2 606 452
Crédito à habitação						
Vincendo	31 426 388	942 518	1 009 549	160 416	33 538 870	
Vencido	3 088	3 940	863 799	3 011	873 839	
	31 429 476	946 458	1 873 348	163 427	34 412 709	2 164 715
Crédito ao consumo						
Vincendo	1 328 960	86 787	27 087	94 524	1 537 358	
Vencido	137	4 260	53 533	573	58 503	
	1 329 097	91 047	80 620	95 098	1 595 862	77 424
Outros Créditos						
Vincendo	66 014	608	7 573	871 452	945 646	
Vencido	1 694	2 570	36 088	-	40 352	
	67 708	3 178	43 660	871 452	985 998	3 265
Total crédito vincendo	63 918 049	1 961 913	1 719 870	1 503 872	69 103 704	
Total crédito vencido	20 211	74 315	1 870 806	3 676	1 969 008	
Total de crédito a clientes (Nota 9.) (*)	**63 938 260**	**2 036 228**	**3 590 676**	**1 507 548**	**71 072 712**	
Crédito titulado associado a operações de venda com acordo de recompra (Nota 7.)	199 794	-	-	-	199 794	
	64 138 054	**2 036 228**	**3 590 676**	**1 507 548**	**71 272 506**	

(*) Excluindo juros a receber líquidos de proveitos diferidos e comissões e correções de valor ativos objeto de contabilidade de cobertura.

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento" – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- "Créditos com incumprimento" – créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias. Adicionalmente, foram incluídos neste segmento os saldos de operações de "Crédito à habitação" com saldo vencido até 30 dias caso estas já tivessem apresentado prestações vencidas por um período superior a 90 dias em data anterior *(default);*
- "Créditos em *default*" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Grupo foi reclassificada para esta categoria.

Na coluna "Outros Saldos" foram considerados os seguintes valores:

- Valor de balanço bruto de créditos concedidos por entidades do Grupo que não foram incluídas na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido centralmente pelo Grupo;
- Valor de balanço bruto de crédito ao consumo a empregados da CGD (Sede).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço, líquido de provisões de:

- Crédito concedido a clientes relativamente aos quais tenha sido solicitada a intervenção dos órgãos de estrutura da Caixa responsáveis pela recuperação de créditos em incumprimento e cuja maturidade inicialmente contratada tenha sido prorrogada por um período superior a seis meses no decorrer do exercício; ou,
- Crédito concedido a empresas com valor de balanço superior a 100 mEuros, identificadas pelas respetivas Direções Comerciais responsáveis pelo acompanhamento destas operações como tendo sido objeto de renegociação nestes períodos;

Ascende a 896 463 mEuros e 814 798 mEuros, respetivamente.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez corresponde ao risco de a CGD ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na incapacidade da Caixa em alienar um ativo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresentam-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	31.12.2011									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeter-minado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 888 234	-	-	-	-	-	-	-	-	1 888 234
Disponibilidades em outras instituições de crédito	444 532	-	2 647	-	-	-	-	-	-	447 179
Aplicações em instituições de crédito	3 893 608	1 649 122	2 523 504	852 048	1 784 417	37 481	81 045	23 272	80 542	10 925 040
Carteira de títulos										
Negociação	110 677	3 566	51 934	9 772	98 751	74 620	214 153	-	2 552 069	3 115 541
Outros (saldos brutos) [*]	892 331	2 768 858	2 303 782	1 931 303	1 796 268	1 276 905	2 220 479	3 958 359	(362 911)	16 785 375
Ativos com acordo de recompra	79	127 391	159 869	97 398	256 227	378 331	333 868	154 554	472 583	1 980 300
Crédito a clientes (saldos brutos)	3 891 259	5 716 509	5 528 638	4 864 360	12 932 734	10 573 482	17 213 353	20 426 154	109 475	81 255 963
	11 120 719	**10 265 446**	**10 570 374**	**7 754 881**	**16 868 397**	**12 340 818**	**20 062 897**	**24 562 339**	**2 851 759**	**116 397 631**
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(7 174 397)	(3 119 416)	(959 709)	(1 641 675)	(797 859)	(2 606 404)	(793 761)	(3 315)	(80 503)	(17 177 040)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 510 065)	(2 510 065)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(22 454 035)	(9 981 474)	(10 891 545)	(4 721 202)	(8 956 467)	(1 541 209)	(332 031)	(144 852)	52 574	(58 970 240)
Responsabilidades representadas por títulos	(1 052 800)	(423 126)	(2 656 411)	(774 438)	(6 572 279)	(3 854 699)	(1 824 710)	(497 914)	(113 665)	(17 770 043)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(36 263)	(71 482)	(106 325)	(208 555)	(792 006)	(727 611)	(1 534 023)	(3 130 642)	(22 856)	(6 629 764)
Outros passivos subordinados	(106 246)	(8 068)	(20 237)	(988 813)	(1 035 379)	(80 768)	(30 332)	(142 475)	6 415	(2 405 903)
Recursos consignados	(3)	(4 575)	(4 623)	(211 549)	(129 891)	(27 487)	(131 925)	(830 923)	(235)	(1 341 211)
	(30 823 743)	**(13 608 141)**	**(14 638 850)**	**(8 546 233)**	**(18 283 881)**	**(8 838 178)**	**(4 646 782)**	**(4 750 121)**	**(2 668 336)**	**(106 804 266)**
Derivados	**(322)**	**(6 934)**	**(5 946)**	**57 561**	**21 404**	**(2 991)**	**(10 164)**	**(11 276)**	**-**	**41 332**
Diferencial	**(19 703 346)**	**(3 349 629)**	**(4 074 422)**	**(733 790)**	**(1 394 080)**	**3 499 649**	**15 405 951**	**19 800 942**	**183 423**	**9 634 698**

[*] Excluindo instrumentos de capital e unidades de participação ao justo valor, cujo saldo de balanço é apresentado líquido de imparidade acumulada na coluna indeterminado.

	31.12.2010									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeter-minado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	919 398	-	-	-	-	-	-	-	-	919 398
Disponibilidades em outras instituições de crédito	488 973	-	2 570	-	-	-	-	-	-	491 543
Aplicações em instituições de crédito	6 139 029	1 780 577	1 788 883	750 112	1 215 359	182 152	17 386	9 282	186 388	12 069 168
Carteira de títulos										
Negociação	3 570	-	122 740	6 327	101 101	236 887	74 649	-	2 645 584	3 190 859
Outros (saldos brutos) [*]	662 141	805 122	212 003	1 730 848	2 125 710	1 392 460	3 183 130	7 726 277	2 717 544	20 555 236
Ativos com acordo de recompra	248	253 855	5 662	31 344	429 263	210 203	872 165	66 028	680 386	2 549 154
Crédito a clientes (saldos brutos)	3 882 433	4 191 826	6 975 068	4 953 029	13 448 402	9 568 187	19 194 594	18 603 932	99 241	80 916 710
	12 095 792	7 031 380	9 106 925	7 471 660	17 319 835	11 589 889	23 341 924	26 405 520	6 329 143	120 692 067
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(8 002 304)	(6 256 514)	(1 119 962)	(1 053 957)	(183 719)	(93 567)	-	(6 966)	(13 942)	(16 730 932)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 237 459)	(2 237 459)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(25 087 308)	(7 507 396)	(8 822 333)	(3 215 914)	(7 131 821)	(2 937 314)	(1 117 434)	(145 091)	(99 403)	(56 064 014)
Responsabilidades representadas por títulos	(572 897)	(1 595 303)	(371 164)	(3 094 643)	(6 713 769)	(5 340 453)	(4 183 528)	(707 197)	9 946	(22 569 008)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(42 088)	(82 441)	(123 294)	(241 081)	(595 175)	(595 845)	(1 513 057)	(3 294 911)	73 784	(6 414 108)
Outros passivos subordinados	(963)	(10 433)	(13 351)	(173 873)	(1 563 666)	(756 474)	(847 389)	(350 213)	14 595	(3 701 766)
Recursos consignados	(86)	(28 998)	(25 788)	(59 638)	(660 709)	(518 174)	(365 931)	(216 262)	(312)	(1 875 897)
	(33 705 646)	**(15 481 086)**	**(10 475 892)**	**(7 839 107)**	**(16 848 858)**	**(10 241 827)**	**(8 027 339)**	**(4 720 639)**	**(2 252 791)**	**(109 593 184)**
Derivados	**421**	**51 962**	**33 611**	**76 939**	**169 339**	**13 104**	**31 108**	**50 237**	**-**	**426 719**
Diferencial	**(21 609 433)**	**(8 397 744)**	**(1 335 356)**	**(290 508)**	**640 316**	**1 361 166**	**15 345 693**	**21 735 118**	**4 076 352**	**11 525 603**

[*] Excluindo instrumentos de capital e unidades de participação ao justo valor, cujo saldo de balanço é apresentado líquido de imparidade acumulada na coluna indeterminado.

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projetados, relativos a capital e juros, pelo que não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

No caso do Crédito à Habitação, a distribuição dos fluxos de capital e juros teve em consideração as expectativas relativas a taxas de reembolso antecipado, determinadas em função de uma análise ao comportamento histórico das operações.

Com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, os quadros seguintes apresentam informação relativa ao risco de liquidez estrutural da CGD, que diferem dos anteriores na utilização dos seguintes pressupostos:

- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede) – foram determinados prazos esperados de permanência (que não os contratuais), em função dos quais se procedeu à respetiva reafetação dos saldos por *bucket*;
- Depósitos à ordem de clientes – reafectação do saldo de *core deposits* (montante estável de depósitos à ordem, apurado com base num histórico de observações alargado) de "Até 1 mês" para "Mais de 10 anos";
- Carteira de Títulos – reafetação dos títulos de dívida e de capital considerados com elevada liquidez para a maturidade "Até 1 mês", com exceção dos títulos onerados que foram reafetados à coluna "Indeterminado".

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projetados nem juros corridos.

	31.12.2011									
	Maturidades remanescentes									
	Até 1 mês	De 1 mês a a 3 meses	De 3 meses a a 6 meses	De 6 meses a a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeter-minado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 887 296	-	-	-	-	-	-	-	-	1 887 296
Disponibilidades em outras instituições de crédito	444 532	-	2 647	-	-	-	-	-	-	447 179
Aplicações em instituições de crédito	3 872 525	1 610 686	2 470 485	818 516	1 764 422	30 969	76 701	18 516	46 555	10 709 375
Carteira de títulos										
Negociação	696 086	465	7 098	-	11 117	8 880	29 990	-	2 280 644	3 034 281
Outros (líquido de imparidade)	3 314 671	435 354	350 819	283 462	228 260	154 722	267 003	510 126	8 904 468	14 448 884
Ativos com acordo de recompra (líquido de imparidade)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 912 335	1 912 335
Crédito a clientes (saldos brutos)	3 724 678	5 207 923	4 730 502	3 911 028	10 115 768	8 368 381	13 692 560	16 692 786	109 475	66 553 100
	13 939 789	**7 254 427**	**7 561 552**	**5 013 006**	**12 119 567**	**8 562 952**	**14 066 253**	**17 221 427**	**13 253 477**	**98 992 451**
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(7 160 218)	(3 074 348)	(939 134)	(1 581 569)	(648 106)	(2 500 850)	(752 790)	(3 214)	(80 503)	(16 740 733)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 510 065)	(2 510 065)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3 313 727)	(6 962 354)	(7 474 274)	(6 326 929)	(13 943 361)	(4 401 877)	(2 685 780)	(12 077 150)	(197 305)	(57 382 757)
Responsabilidades representadas por títulos	(1 000 000)	(336 890)	(2 494 486)	(484 776)	(5 784 671)	(3 482 497)	(1 565 882)	(486 271)	(154 374)	(15 789 847)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(25 198)	(50 229)	(74 166)	(146 026)	(561 461)	(525 351)	(1 139 369)	(2 518 042)	(22 856)	(5 062 699)
Outros passivos subordinados	(104 891)	-	-	(954 918)	(972 440)	(67 285)	-	(100 000)	6 415	(2 193 119)
Recursos consignados	-	-	-	(202 953)	(100 000)	-	(65 000)	(793 563)	(235)	(1 161 751)
	(11 604 034)	**(10 423 822)**	**(10 982 059)**	**(9 697 171)**	**(22 010 039)**	**(10 977 860)**	**(6 208 821)**	**(15 978 241)**	**(2 958 924)**	**(100 840 971)**
Diferencial	**2 335 775**	**(3 169 395)**	**(3 420 507)**	**(4 684 165)**	**(9 890 473)**	**(2 414 907)**	**7 857 432**	**1 243 186**	**10 294 553**	**(1 848 520)**

	31.12.2010									
	Maturidades remanescentes									
	Até 1 mês	De 1 mês a a 3 meses	De 3 meses a a 6 meses	De 6 meses a a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeter-minado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	918 790	-	-	-	-	-	-	-	-	918 790
Disponibilidades em outras instituições de crédito	491 543	-	-	-	-	-	-	-	-	491 543
Aplicações em instituições de crédito	6 127 267	1 740 826	1 765 266	734 548	1 192 070	177 514	16 783	9 005	186 389	11 949 667
Carteira de títulos										
Negociação	395 669	-	16 734	909	10 487	32 520	85 200	-	2 546 425	3 087 945
Outros (líquido de imparidade)	6 688 254	104 049	13 819	225 635	267 753	105 568	664 492	1 064 953	7 603 041	16 737 562
Ativos com acordo de recompra (líquido de imparidade)	-	-	-	-	-	-	-	-	2 269 803	2 269 803
Crédito a clientes (saldos brutos)	3 789 919	3 880 510	6 516 167	4 306 340	11 761 411	8 447 024	14 038 426	16 695 733	(331 825)	69 103 704
	18 411 441	**5 725 384**	**8 311 986**	**5 267 432**	**13 231 721**	**8 762 626**	**14 804 901**	**17 769 690**	**12 273 833**	**104 559 014**
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(7 990 200)	(6 223 689)	(1 105 379)	(1 036 706)	(173 731)	(91 855)	-	(6 596)	(13 887)	(16 642 043)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 237 459)	(2 237 459)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3 189 765)	(4 346 585)	(5 432 011)	(5 712 939)	(13 213 061)	(6 483 358)	(3 211 533)	(12 860 214)	(143 900)	(54 593 366)
Responsabilidades representadas por títulos	(517 812)	(1 486 125)	(203 193)	(2 825 648)	(5 789 859)	(4 826 674)	(3 789 487)	(683 574)	9 946	(20 112 425)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(32 504)	(64 358)	(95 512)	(187 255)	(498 294)	(525 750)	(1 184 822)	(2 766 552)	73 784	(5 281 263)
Outros passivos subordinados	-	-	-	(99 975)	(1 415 157)	(704 891)	(769 552)	(238 058)	14 595	(3 213 038)
Recursos consignados	(84)	(22 591)	(22 675)	(50 254)	(627 425)	(502 913)	(345 529)	(209 967)	(312)	(1 781 751)
	(11 730 366)	**(12 143 348)**	**(6 858 771)**	**(9 912 777)**	**(21 717 527)**	**(13 135 441)**	**(9 300 922)**	**(16 764 961)**	**(2 297 233)**	**(103 861 345)**
Diferencial	**6 681 075**	**(6 417 964)**	**1 453 215**	**(4 645 346)**	**(8 485 806)**	**(4 372 815)**	**5 503 979**	**1 004 730**	**9 976 601**	**697 669**

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem, em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação de taxa, é apresentado no quadro seguinte:

	31.12.2011								
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	<= 7 dias	>7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeter-minado	Total
Ativo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	894 317	992 979	-	-	-	-	-	-	1 887 296
Disponibilidades em outras instituições de crédito	444 165	367	-	2 647	-	-	-	-	447 179
Aplicações em instituições de crédito	4 019 320	1 682 032	2 595 800	1 885 475	409 345	53 324	18 090	45 989	10 709 375
Carteira de títulos									
Negociação	-	108 927	3 566	47 719	-	72 500	249 500	2 552 069	3 034 281
Outros (líquido de imparidade)	86 561	1 564 024	8 573 940	2 198 551	1 541 552	283 000	687 061	(485 804)	14 448 884
Ativos com acordo de recompra	12 366	53 747	647 816	565 823	40 000	100 000	20 000	472 583	1 912 335
Crédito a clientes (bruto)	2 323 898	16 976 360	25 506 544	18 314 686	1 511 851	481 539	1 328 746	109 475	66 553 100
	7 780 626	**21 378 437**	**37 327 666**	**23 014 901**	**3 502 748**	**990 364**	**2 303 398**	**2 694 312**	**98 992 451**
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(4 282 027)	(2 878 187)	(4 465 920)	(939 134)	(1 390 358)	(197 749)	(2 506 855)	(80 503)	(16 740 733)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	(2 510 065)	(2 510 065)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(14 654 229)	(7 587 256)	(12 278 172)	(12 615 258)	(7 756 273)	(915 585)	(1 628 376)	52 391	(57 382 757)
Responsabilidades representadas por títulos	(500 000)	(742 148)	(1 234 990)	(2 566 209)	(699 378)	(4 912 500)	(4 980 248)	(113 665)	(15 749 137)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(71 250)	(1 208 220)	(2 600 018)	(1 159 949)	(342)	(2)	(62)	(22 856)	(5 062 699)
Outros passivos subordinados	(104 891)	(100 000)	(330 551)	(558 552)	(1 005 540)	-	(100 000)	6 415	(2 193 119)
Recursos consignados	-	(676)	(1 160 841)	-	-	-	-	(235)	(1 161 751)
	(19 612 397)	**(12 516 486)**	**(22 070 492)**	**(17 839 101)**	**(10 851 890)**	**(6 025 836)**	**(9 215 541)**	**(2 668 518)**	**(100 800 262)**
Derivados (valor nocional)									
Interest rate swaps e *cross currency interest rate swaps*	2 502 115	(850 686)	(2 370 908)	(706 721)	161 275	1 041 172	337 486	-	113 734
Futuros sobre taxa de juro	-	-	1 132 589	296 455	(247 535)	-	-	-	1 181 510
Forward rate agreements (FRA)	-	-	-	-	-	-	5 000	-	5 000
Opções de taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	133	133
	2 502 115	**(850 686)**	**(1 238 318)**	**(410 266)**	**(86 260)**	**1 041 172**	**342 486**	**133**	**1 300 376**
Exposição Líquida	**(9 329 656)**	**8 011 265**	**14 018 856**	**4 765 534**	**(7 435 402)**	**(3 994 300)**	**(6 569 658)**	**25 927**	**(507 434)**

	31.12.2010								
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	<= 7 dias	>7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeter-minado	Total
Ativo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	33 751	885 039	-	-	-	-	-	-	918 790
Disponibilidades em outras instituições de crédito	487 789	1 185	-	2 570	-	-	-	-	491 543
Aplicações em instituições de crédito	6 501 561	1 306 469	2 822 282	1 119 825	58 203	49 907	80 500	10 919	11 949 667
Carteira de títulos									
Negociação	-	-	-	111 562	-	69 917	284 801	2 621 666	3 087 945
Outros (líquido de imparidade)	171 436	1 623 427	8 054 510	337 231	794 186	1 469 250	2 093 750	2 193 726	16 737 517
Ativos com acordo de recompra	11 974	87 520	734 165	141 000	-	95 000	520 000	680 143	2 269 803
Crédito a clientes (bruto)	2 252 839	16 544 831	22 059 155	18 680 570	4 969 419	1 733 559	2 819 624	43 707	69 103 704
	9 459 350	**20 448 471**	**33 670 112**	**20 392 757**	**5 821 808**	**3 417 633**	**5 798 675**	**5 550 161**	**104 558 968**
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(2 124 308)	(6 079 915)	(6 485 128)	(1 004 995)	(806 496)	(93 191)	(48 090)	79	(16 642 043)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	(2 237 459)	(2 237 459)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(16 196 985)	(8 488 485)	(8 456 849)	(9 893 845)	(4 269 630)	(5 057 016)	(2 166 095)	(64 462)	(54 593 366)
Responsabilidades representadas por títulos	(120 000)	(768 596)	(5 855 244)	(748 316)	(1 835 050)	(4 322 316)	(6 462 850)	(54)	(20 112 425)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(74 225)	(1 279 098)	(2 727 952)	(1 198 076)	(182)	(674)	(224)	(833)	(5 281 263)
Outros passivos subordinados	(104 891)	(20 000)	(1 069 739)	(61 000)	(129 975)	(1 055 418)	(786 610)	14 595	(3 213 038)
Recursos consignados	-	(676)	(1 780 763)	-	-	-	-	(312)	(1 781 751)
	(18 620 408)	**(16 636 769)**	**(26 375 674)**	**(12 906 232)**	**(7 041 332)**	**(10 528 615)**	**(9 463 868)**	**(2 288 445)**	**(103 861 345)**
Derivados (valor nocional)									
Interest rate swaps e *cross currency interest rate swaps*	412 523	(861 180)	(3 300 756)	80 216	(383 346)	2 973 110	1 106 616	120 928	148 110
Futuros sobre taxa de juro	-	-	1 034 069	1 925 544	-	-	-	-	2 959 613
Forward rate agreements (FRA)	-	-	-	20 000	-	-	-	-	20 000
Opções de taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	412 523	**(861 180)**	**(2 266 687)**	**2 025 759**	**(383 346)**	**2 973 110**	**1 106 616**	**120 928**	**3 127 723**
Exposição Líquida	**(8 748 535)**	**2 950 522**	**5 027 751**	**9 512 284**	**(1 602 870)**	**(4 137 872)**	**(2 558 577)**	**3 382 644**	**3 825 346**

Os quadros acima incluem valores de capital vincendo, excluindo juros corridos e correções de valor.

Na construção dos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- As disponibilidades em bancos centrais foram classificadas nas colunas até 1 mês e os depósitos à ordem de clientes foram classificados na coluna "<= 7 dias";
- Os instrumentos de capital foram classificados na coluna "Indeterminado";
- A diferença entre o valor nominal e o valor de mercado dos títulos de dívida registados ao justo valor está considerada na coluna "Indeterminado", incluindo a componente de juros corridos.

Justo valor

No quadro seguinte, é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	31.12.2011				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 887 904	1 888 530	626	-	1 887 904
Disponibilidades em outras instituições de crédito	451 016	451 016	-	-	451 016
Aplicações em instituições de crédito	10 705 204	10 787 173	81 969	52 859	10 758 063
Ativos com acordo de recompra	1 953 007	1 916 143	(36 864)	(36 000)	1 917 007
Crédito a clientes	66 778 899	63 028 404	(3 750 496)	296 089	67 074 988
	81 776 031	**78 071 266**	**(3 704 765)**	**312 948**	**82 088 979**
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	16 705 421	16 870 830	(165 409)	80 236	16 785 657
Recursos de clientes e outros empréstimos	57 608 736	57 249 894	358 842	247 267	57 856 002
Responsabilidades representadas por títulos	15 854 339	13 579 915	2 274 424	276 283	16 130 622
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	5 039 842	5 084 718	(44 876)	28 034	5 067 876
Outros passivos subordinados	2 167 144	1 934 626	232 518	(6 415)	2 160 729
Recursos consignados	1 161 516	1 187 708	(26 191)	235	1 161 751
	98 536 998	**95 907 691**	**2 629 307**	**625 640**	**99 162 637**

	31.12.2010				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	919 449	919 904	455	-	919 449
Disponibilidades em outras instituições de crédito	494 799	494 799	-	-	494 799
Aplicações em instituições de crédito	12 149 941	12 092 395	(57 546)	(167 700)	11 982 241
Ativos com acordo de recompra	2 270 046	2 256 235	(13 811)	-	2 270 046
Crédito a clientes	69 193 742	66 067 787	(3 125 955)	321 139	69 514 881
	85 027 976	**81 831 120**	**(3 196 856)**	**153 439**	**85 181 415**
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	15 661 954	15 703 154	(41 200)	1 004 517	16 666 471
Recursos de clientes e outros empréstimos	54 528 046	54 687 667	(159 622)	259 480	54 787 526
Responsabilidades representadas por títulos	20 374 814	19 657 433	717 381	(10 779)	20 364 035
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	5 285 202	5 273 309	11 893	-	5 285 202
Outros passivos subordinados	3 162 979	2 731 146	431 833	-	3 162 979
Recursos consignados	1 781 751	1 787 165	(5 415)	-	1 781 751
	100 794 746	**99 839 875**	**954 870**	**1 253 218**	**102 047 963**

No apuramento do justo valor foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Para as emissões de dívida da Caixa cotadas, cujos preços foram considerados líquidos, o justo valor corresponde ao respetivo valor de mercado;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos a taxa variável. Para o efeito, foram tidas em consideração as condições contratuais das operações e utilizadas curvas de taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
  - Taxas de juro de mercado para aplicações e recursos de instituições de crédito;
  - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações concedidas pela Caixa, durante o mês de dezembro de 2011 e 2010, para tipos de crédito e operações de retalho comparáveis;
- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente:
  - O crédito vencido, líquido das provisões constituídas;
  - Saldos de algumas Sucursais não incluídas no cálculo efetuado pela Caixa.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

31.12.2011				
		Técnicas de Valorização		
	Nível 1 Cotações de Mercado	Nível 2 *Inputs* observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	Total
Títulos detidos para negociação	494 720	44 662	-	539 382
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	354 123	86 587	-	440 710
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 693 956	2 962 261	5 333 667	13 989 884
Ativos financeiros com acordo de recompra	964 448	414 697	-	1 379 145
Derivados de negociação	19	(14 545)	(640)	(15 166)
Derivados de cobertura	-	13 816	-	13 816
	7 507 266	**3 507 477**	**5 333 028**	**16 347 770**

31.12.2010				
		Técnicas de Valorização		
	Nível 1 Cotações de Mercado	Nível 2 *Inputs* observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	Total
Títulos detidos para negociação	499 344	281 895	-	781 239
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	350 037	124 108	-	474 145
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 424 059	6 256 062	5 556 251	16 236 372
Ativos financeiros com acordo de recompra	1 724 028	345 981	-	2 070 009
Derivados de negociação	553	68 874	(179)	69 248
Derivados de cobertura	-	(55 138)	-	(55 138)
	6 998 021	**7 021 781**	**5 556 072**	**19 575 874**

Na preparação do quadro acima, foram utilizados os seguintes critérios:

- **Nível 1** – Cotações de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;
- **Nível 2** – Técnicas de valorização – *inputs* observáveis de mercado – nesta coluna, foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos, utilizando *inputs* observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros); Esta coluna inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em *bids* indicativos fornecidos por contrapartes externas;

› **Nível 3** – Outras técnicas de valorização – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Nos exercícios de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna "Outras técnicas de valorização" apresenta o seguinte detalhe:

	2011					
	Ativos financeiros disponíveis para venda					
		Instrumentos de dívida				
	Instrumentos de capital	*Asset-backed securities*	Obrigações *Corporates*	Subtotal	Instrumentos financeiros derivados	Total
Valor de balanço (líquido) em 31.12.2010	**103 620**	**5 452 631**	**-**	**5 556 251**	**(179)**	**5 556 072**
Aquisições	100 000	-	-	100 000	-	100 000
Amortizações	(82 356)	(267 214)	-	(349 570)	-	(349 570)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados – Instrumentos alienados	(4 597)	-	-	(4 597)	-	(4 597)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados – Instrumentos em carteira	-	(2 575)	-	(2 575)	(461)	(3 036)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	33 036	1 122	-	34 158	-	34 158
Transferências de / (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	-	-	-	-	-	-
Transferências de / (para) outras classes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-
Valor de balanço (líquido) em 31.12.2011	**149 702**	**5 183 964**	**-**	**5 333 667**	**(640)**	**5 333 028**

	2010					
	Ativos financeiros					
		Instrumentos				
	Instrumentos de capital	*Asset-backed securities*	Obrigações *Corporates*	Subtotal	Instrumentos financeiros derivados	Total
Valor de balanço (líquido) em 31.12.2009	**132 941**	**409 960**	**99 699**	**642 600**	**409**	**642 600**
Aquisições	-	5 429 950	-	5 429 950		5 429 950
Amortizações	-	(2 625)	-	(2 625)		(2 625)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados – Instrumentos alienados	-	16 083	- 678	15 405		15 405
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados – Instrumentos em carteira	-	-		-	(588)	-
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	(29 321)	-	958	(28 363)		(28 363)
Transferências de / (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	-	(400 737)	-	(400 737) [a]		(400 737)
Transferências de / (para) outras classes de instrumentos financeiros	-	-	(99 979)	(99 979) [b]		(99 979)
Valor de balanço (líquido) em 31.12.2010	**103 620**	**5 452 631**	**-**	**5 556 251**	**(179)**	**5 556 072**

No decorrer do exercício de 2010, as transferências realizadas entre os diversos níveis de hierarquia do justo valor e para outras classes de instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

[a] Transferência entre o nível 3 e o nível 2 na hierarquia do justo valor em resultado da disponibilização por contrapartes externas de preços indicativos que refletem a evolução do mercado dos títulos em referência. Estas refletem as posições detidas pela Caixa em obrigações emitidas pelo veículo Intermoney Banking Caixa Geral RMBS1 no âmbito da operação de titularização originada pelo Banco Caixa Geral, SA, os quais, em 31 de Dezermbro de 2009, se encontravam valorizados pelo respetivo valor de aquisição;

[b] As transferências indicadas referem-se à reclassificação efetuada no decorrer do primeiro semestre de 2010 de emissões de crédito titulado efetuadas por instituições não financeiras

e subscritas pela Caixa, entre as categorias de ativos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes, conforme referido em maior detalhe na Nota 6.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os títulos valorizados com base em outras técnicas de valorização (Nível 3) – instrumentos de dívida – *Asset backed securities* - incluem 5 176 150 mEuros e 5 446 033 mEuros de obrigações emitidas pela Tagus no âmbito da operação de titularização *Nostrum Mortgages* nº 2, os quais, nestas datas, se encontram valorizados pelo respetivo valor nominal (Notas 6. e 20.).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, uma deslocação positiva de 100 b.p. na curva de taxa de juro utilizada para descontar os fluxos futuros previstos de instrumentos de dívida valorizados com base em modelos internos determinaria um decréscimo no justo valor de balanço e em reservas de reavaliação de, aproximadamente, 3996 mEuros e 23 mEuros, respetivamente. No exercício de 2010, os resultados do exercício apresentado não incluem as posições detidas no âmbito da operação *Nostrum Mortgages* nº 2.

Instrumentos de dívida de entidades financeiras e não financeiras

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores definida internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

Existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado: ativos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas / externas. Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos *cash flows* futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo que vai desde o simples desconto dos *cash flows* resultantes de taxas *forward* (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é construída com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de *swaps*, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro) à cascata de pagamentos de um CLO (previsão efetuada com base em informação divulgada nos *Investor Reports).*

As valorizações internas utilizam, para efeitos de desconto, a curva de crédito cotada que respeita o trinómio moeda / setor / *rating* da emissão, de modo a considerar o risco de cada emissão. A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a origem do *rating* considerado: nível 2 para *rating* provenientes de agências, nível 3 para *rating* internos.

O recurso a *ratings* internos verifica-se apenas nos casos em que não existe classificação de risco externa para a emissão, emitente ou garante. Quanto ao nível 2, inclui, ainda, as valorizações cedidas pelos estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas).

De um modo geral, os *inputs* utilizados nas avaliações efetuadas internamente são obtidos nos sistemas Bloomberg e Reuters.

As curvas de taxa de juro são construídas com base em taxas de mercado monetário e cotações de *swaps*. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD, é efetuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	0,3000	0,3000	0,5550	0,3300	0,4500	0,5800
1 mês	0,9800	1,5600	0,7631	0,7500	0,6500	0,9250
2 meses	1,1500	1,5600	0,9166	0,8700	0,7000	0,9750
3 meses	1,2229	1,6698	1,0605	0,9216	0,6722	0,9865
6 meses	1,2423	1,1609	1,0841	0,9978	0,5185	0,8965
9 meses	1,1631	1,0138	1,0846	1,0573	0,5068	0,9130

	31.12.2011			31.12.2010		
1 ano	1,1110	0,9403	1,0756	1,1189	0,5376	0,9706
2 anos	1,0396	0,8690	1,1716	1,5830	0,8595	1,5440
3 anos	1,3900	0,8655	1,3662	1,9160	1,3455	2,0060
5 anos	1,7470	1,2800	1,5427	2,5010	2,2555	2,7150
7 anos	2,0840	1,6810	1,8428	2,9110	2,9000	3,1880
10 anos	2,3880	2,0600	2,2713	3,3070	3,4530	3,6280
15 anos	2,6630	2,4070	2,6392	3,6580	3,8980	3,9630
20 anos	2,6830	2,5240	2,8203	3,7200	4,0630	4,0330
25 anos	2,6160	2,5840	2,9311	3,6390	4,1270	4,0330
30 anos	2,5480	2,6180	2,9805	3,5190	4,1860	3,9980

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os valores da curva de crédito dos Governos Português e Alemão eram os seguintes:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Governo Português	Governo Alemão	Governo Português	Governo Alemão
3 meses	4,3065	0,0141	3,5434	0,3257
6 meses	5,4932	0,0010	3,8314	0,4621
9 meses	7,2145	0,0035	4,0495	0,5377
1 ano	9,1332	0,0060	4,2699	0,6141
2 anos	14,3100	0,1374	4,5771	0,8553
3 anos	15,4263	0,3742	4,9188	1,1244
5 anos	15,0227	0,8644	5,7591	1,9765
7 anos	15,2723	1,3822	6,2389	2,5746
10 anos	13,5735	1,8504	6,6015	2,9605
15 anos	13,1005	2,5092	6,9621	3,4396
20 anos	12,0148	2,6113	6,7315	3,5616
25 anos	10,8056	2,5015	6,6549	3,5246
30 anos	10,5070	2,4056	6,5735	3,4110

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de *fixing* do Banco Central. Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes:

	31.12.2011	31.12.2010
EUR/USD	1,2939	1,3362
EUR/GBP	0,8353	0,8608
EUR/CHF	1,2156	1,2504
EUR/AUD	1,2723	1,3136
EUR/JPY	100,20	108,65
EUR/BRL	2,4159	2,2177

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos *cash-flows* dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- *Value-at-Risk* (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
  - Carteira de *trading* – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação;
  - Carteira Própria – Títulos adquiridos com propósito de Investimento, mas que constituem atualmente objetivo de desalavancagem;

- Carteira de investimento – inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, com exceção de participações financeiras e crédito titulado;
- Atividade de gestão de tesouraria – *funding* em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta atividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.

No decorrer do exercício de 2011, verificou-se a cisão dos instrumentos anteriormente incluídos na Carteira Própria em duas carteiras independentes: as designadas carteira de investimento e carteira própria. Desta forma, os valores de VaR apresentados para a carteira própria, no final de 2010, não são comparáveis com os valores de final de 2011.

- Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras da Caixa;
- Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros com opcionalidade;
- Testes de esforço (*Stress Tests*).

Análise de VaR – Risco de Mercado

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de ativos, num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos::

- Período de detenção: 10 dias (carteira de investimento) e 1 dia (carteira de *trading* e atividade de gestão de tesouraria);
- Nível de confiança: 99% (carteira de investimento) e 95% (carteira de *trading* e atividade de gestão de tesouraria);
- Período de amostra de preços: 720 dias do calendário;
- *Decay fator*=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efetuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são implícitas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

	31.12.2011			
Carteira Negociação (VaR 95%, 1 dia)	Dez. 11	Máximo	Mínimo	Dez. 10
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	4 576	7 333	1 623	1 788
Cambial	28	1 841	5	25
Preço	186	3 295	125	55
Volatilidade	-	3	-	-
Efeito diversificação	(232)	-	-	(102)
	4 559	**7 707**	**1 699**	**1 767**

	31.12.2011			
Tesouraria (VaR 95%, 1 dia)	Dez. 11	Máximo	Mínimo	Dez. 10
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	5 779	5 812	121	195
Cambial	6 230	6 230	897	1 069
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(4 932)	-	-	(125)
	7 076	**7 076**	**952**	**1 139**

ANÁLISE DA CARTEIRA PRÓPRIA E DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2011

	Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)			Carteira Investimento (VaR 99%, 10 dias)		
	31.12.2011			31.12.2011		
	Dez. 11	Máximo	Mínimo	Dez. 11	Máximo	Mínimo
VaR por tipo de risco						
Taxa de Juro	326	354	221	22 517	28 610	20 199
Cambial	502	9 533	168	798	1 845	33
Preço	3 606	3 606	2 825	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-	-	-
Efeito diversificação	(917)	-	-	(527)	-	-
	3 517	11 432	2 425	**22 788**	28 781	19 913

ANÁLISE DA CARTEIRA PRÓPRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2010

Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)	31.12.2010		
	Dez. 10	Máximo	Mínimo
VaR por tipo de risco			
Taxa de Juro	18 128	49 759	18 128
Cambial	2 118	5 926	1 312
Preço	25 590	39 694	25 000
Volatilidade	-	-	-
Efeito diversificação	(20 125)	-	-
	25 712		

O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 *basis points* (bps), pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	31.12.2011					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	311	311	221	(221)	(441)	(882)
Aplicações em instituições de crédito	22 898	18 117	9 160	(9 105)	(18 142)	(36 026)
Carteira de Títulos						
Negociação	37 694	19 973	9 832	(9 519)	(18 737)	(36 311)
Outros	141 682	90 853	45 051	(43 961)	(86 904)	(169 990)
Ativos com acordo de recompra	9 104	7 051	3 518	(3 486)	(6 940)	(13 755)
Crédito a clientes (saldos brutos)	378 064	247 843	123 689	(121 039)	(239 657)	(470 106)
Total ativo sensível	**589 754**	**384 149**	**191 471**	**(187 331)**	**(370 821)**	**(727 069)**
Recursos de outras instituições de crédito	(143 469)	(106 379)	(53 064)	52 422	104 187	205 784
Recursos de clientes e outros empréstimos	(270 634)	(197 874)	(99 140)	98 035	194 829	384 921
Responsabilidades representadas por títulos	(527 964)	(265 460)	(132 019)	128 861	254 214	495 133
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(10 820)	(9 197)	(4 693)	4 685	9 362	18 693
Outros passivos subordinados	(28 379)	(13 976)	(6 937)	6 842	13 593	26 840
Total passivo sensível	**(981 265)**	**(592 886)**	**(295 853)**	**290 845**	**576 185**	**1 131 370**
Total Ganho / Perda	**(391 511)**	**(208 737)**	**(104 382)**	**103 515**	**205 364**	**404 301**

	31.12.2010					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	292	153	126	(126)	(252)	(504)
Aplicações em instituições de crédito	16 252	12 394	6 881	(6 836)	(13 615)	(27 014)
Carteira de Títulos						
Negociação	29 610	15 200	7 524	(7 355)	(14 546)	(28 451)
Outros	193 371	116 476	58 188	(56 102)	(110 421)	(214 609)
Ativos com acordo de recompra	94 670	46 856	23 083	(22 211)	(43 587)	(83 970)
Crédito a clientes (saldos brutos)	391 797	257 575	133 232	(130 103)	(257 252)	(502 927)
Total ativo sensível	**725 993**	**448 654**	**229 034**	**(222 733)**	**(439 672)**	**(857 475)**
Recursos de outras instituições de crédito	(28 375)	(24 646)	(14 071)	14 013	27 961	55 662
Recursos de clientes e outros empréstimos	(680 359)	(490 752)	(247 196)	244 503	486 267	961 876
Responsabilidades representadas por títulos	(789 838)	(412 725)	(206 001)	200 412	395 301	769 579
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(10 948)	(8 942)	(4 997)	4 991	9 974	19 895
Outros passivos subordinados	(156 459)	(77 642)	(37 947)	35 803	69 663	132 305
Total passivo sensível	**(1 665 980)**	**(1 014 706)**	**(510 213)**	**499 722**	**989 165**	**1 939 317**
Total Ganho / Perda	**(939 987)**	**(566 051)**	**(281 179)**	**276 989**	**549 493**	**1 081 842**

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de ativos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão do Grupo Caixa no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte, é apresentado o efeito na margem financeira projetada do Grupo, para os exercícios de 2012 e 2011, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps:

	Projeção margem financeira					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Exercício de 2011	(238 455)	(235 172)	(104 036)	78 291	180 093	380 149
Exercício de 2012	(214 649)	(272 834)	(149 244)	162 919	319 385	632 419

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que o *stock* de ativos e passivos sensíveis a taxa de juro, em balanço nas datas de referência do cálculo, teria uma evolução de acordo com o enquadramento macroeconómico antecipado para os exercícios de 2012 e 2011, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o *spread* médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores não tem em consideração alterações na estratégia e nas políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adotar, em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

RISCO CAMBIAL

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	31.12.2011						
	Moeda						
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Libra esterlina	Iene	Outras	Valor de Balanço de Derivados de negociação	Total
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 663 680	213 225	2 175	237	8 585	-	1 887 904
Disponibilidades em outras instituições de crédito	413 423	6 088	7 811	8 728	14 967	-	451 016
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	855 862	123 625	-	-	605	2 494 899	3 474 991
Ativos financeiros disponíveis para venda	14 463 649	316 265	-	-	-	-	14 779 914
Aplicações em instituições de crédito	10 570 532	133 306	37 177	8 334	25 023	-	10 774 372
Ativos com acordo de recompra	1 873 529	46 590	-	-	-	-	1 920 119
Crédito a clientes	68 684 923	626 392	227 483	4 510	10 211	-	69 553 519
Provisões e imparidade de instrumentos financeiros	(3 269 415)	(73 338)	(325)	-	(438)	-	(3 343 516)
	95 256 184	**1 392 153**	**274 322**	**21 809**	**58 953**	**2 494 899**	**99 498 320**
Passivo							
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(14 241 326)	(2 461 150)	(30 782)	(4 217)	(48 182)	-	(16 785 657)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	(2 510 065)	(2 510 065)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(56 956 789)	(734 559)	(28 504)	(71 636)	(64 513)	-	(57 856 002)
Responsabilidades representadas por títulos	(15 655 339)	(36 143)	-	(429 013)	(10 127)	-	(16 130 622)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(5 067 876)	-	-	-	-	-	(5 067 876)
Outros passivos subordinados	(2 160 729)	-	-	-	-	-	(2 160 729)
Recursos consignados	(1 161 751)	-	-	-	-	-	(1 161 751)
	(95 243 810)	**(3 231 853)**	**(59 287)**	**(504 866)**	**(122 822)**	**(2 510 065)**	**(101 672 702)**
Derivados (Nocionais)							
Swaps cambiais	(1 457 164)	1 592 159	(158 701)	(12 475)	69 385	-	33 204
Swaps de taxa de juro	(154 303)	30 914	-	169 661	-	-	46 272
Futuros	(1 787 947)	-	-	-	-	-	(1 787 947)
FRA	(5 000)	-	-	-	-	-	(5 000)
Opções e *Caps & Floors*	133	-	-	-	-	-	133
Operações cambiais a prazo	(34 751)	26 838	-	16 723	10 274	-	19 085
	(3 439 032)	**1 649 912**	**(158 701)**	**173 909**	**79 659**	**-**	**(1 694 253)**
	(3 426 658)	**(189 788)**	**56 334**	**(309 148)**	**15 791**	**(15 166)**	**(3 868 635)**

	31.12.2010						
	Moeda						
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Libra esterlina	Iene	Outras	Valor de Balanço de Derivados de negociação	Total
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	864 327	44 379	1 927	175	8 641	-	919 449
Disponibilidades em outras instituições de crédito	424 899	7 054	2 869	10 053	49 924	-	494 799
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 115 892	139 470	-	-	22	2 306 707	3 562 090
Ativos financeiros disponíveis para venda	16 230 473	412 615	196	-	-	-	16 643 284
Aplicações em instituições de crédito	10 950 675	1 016 761	33 842	7 539	76 404	-	12 085 221
Ativos com acordo de recompra	2 269 908	45 230				-	2 315 138
Crédito a clientes	70 159 775	874 345	311 842	4 564	11 816	-	71 362 342
Provisões e imparidade de instrumentos financeiros	(2 307 875)	(67 522)	-	-	(49)	-	(2 375 446)
	99 708 074	**2 472 331**	**350 677**	**22 331**	**146 758**	**2 306 707**	**105 006 877**
Passivo							
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(13 986 782)	(2 536 885)	(59 100)	(4 203)	(79 500)	-	(16 666 471)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	(2 237 459)	(2 237 459)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(53 804 583)	(735 363)	(30 408)	(139 903)	(77 269)	-	(54 787 526)
Responsabilidades representadas por títulos	(19 766 270)	(62 706)	(6 971)	(487 794)	(40 294)	-	(20 364 035)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(5 285 202)	-	-	-	-	-	(5 285 202)
Outros passivos subordinados	(3 024 744)	-	-	(138 235)	-	-	(3 162 979)
Recursos consignados	(1 781 751)	-	-	-	-	-	(1 781 751)
	(97 649 332)	**(3 334 954)**	**(96 479)**	**(770 135)**	**(197 063)**	**(2 237 459)**	**(104 285 422)**
Derivados (Nocionais)							
Swaps cambiais	(126 615)	290 818	(178 896)	(15 647)	28 711	-	(1 628)
Swaps de taxa de juro	(190 446)	35 174	-	202 485	-	-	47 214
Futuros	(2 917 396)	-	-	-	-	-	(2 917 396)
FRA	20 000	-	-	-	-	-	20 000
Opções e *Caps & Floors*	-	-	-	-	-	-	-
Operações cambiais a prazo	28 484	(117 866)	41 027	64 427	(30)	-	16 042
	(3 185 973)	**208 127**	**(137 869)**	**251 266**	**28 681**	**-**	**(2 835 768)**
	(1 127 230)	**(654 496)**	**116 329**	**(496 539)**	**(21 625)**	**69 248**	**(2 114 313)**

Análise de VaR – Risco Cambial

De forma a garantir o controlo e a avaliação do risco cambial, a Caixa calcula valores e limites em termos de *Value-at-Risk* (VaR) por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Com referência a 30 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a exposição global e o VaR (a 10 dias com 99% de intervalo de confiança) por moeda da CGD podem ser demonstrados através do seguinte quadro:

VaR Cambial 99% 10d	31.12.2011	Máximo	Mínimo	31.12.2010
Rand da África do Sul	5 036	5 178	3 891	4 248
Pataca de Macau	3 091	4 310	2 790	3 498
Dólar dos Estados Unidos	395	5 344	5	3 285
Real do Brasil	9 203	9 389	7 267	7 777
Libra esterlina	384	5 195	2	28
Outras Moedas	2 255	-	-	708
Efeito diversificação	(4 365)	-	-	(8 737)
Total	**15 998**			**10 808**

41. GESTÃO DE CAPITAL

QUADRO REGULAMENTAR ATUAL

Os objetivos de gestão do Capital na Caixa Geral de Depósitos, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Banco de Portugal e pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a CGD está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição e do Grupo, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade.

Para atingir os objetivos descritos, a Caixa Geral de Depósitos procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazos, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efetuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A atividade das instituições de crédito em Portugal é regulada pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, o qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial portuguesa, refletindo, em larga medida, as Diretivas comunitárias aplicáveis ao sistema financeiro (Diretivas 2006/48/CE, 2006/49/CE e 2010/76/EU).

Os elementos constituintes do capital do Grupo CGD (fundos próprios de base, fundos próprios complementares e deduções) são os constantes do Aviso 6/2010, com as alterações introduzidas pelos Avisos 7/2011 e 2/2012, todos emitidos pelo Banco de Portugal.

Para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito e de mercado, o Grupo utiliza os respetivos métodos padrão. Para risco operacional, utiliza, desde junho de 2009, o método standard (em substituição do método básico).

O ano de 2011 foi particularmente marcado por intervenções regulamentares do Banco de Portugal, com a emissão de um conjunto alargado de Avisos e outros instrumentos normativos relacionados com matérias de natureza prudencial, dos quais se destacam:

Em abril de 2011, através do Aviso 1/2011, o Banco de Portugal exigiu aos grupos financeiros sujeitos à sua supervisão em base consolidada o reforço dos níveis do rácio *Core Tier 1* para um valor não inferior a 8% em 31 de dezembro de 2011. Essa exigência foi justificada pela necessidade de manter e reforçar a capacidade do sistema bancário de enfrentar as situações adversas que têm prevalecido internacionalmente e que, mais recentemente, têm tido especial impacto em Portugal, bem como pela vantagem de antecipar a convergência para os novos padrões internacionais de Basileia III.

Em maio de 2011, no âmbito da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal – com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional –, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011 relativo ao reforço dos níveis de capitalização do sistema bancário nacional. Assim, os grupos financeiros sujeitos à supervisão em base consolidada do Banco de Portugal que incluam alguma das instituições de crédito referidas nas alíneas a) a c), do artigo 3.º, do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, devem reforçar os seus rácios *core tier 1*, em base consolidada, para um valor não inferior a 9%, até 31 de dezembro de 2011, e a 10%, até 31 de dezembro de 2012.

O Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado em maio de 2011, com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, definiu ainda um conjunto

de medidas e ações a desenvolver pelas autoridades portuguesas relativamente ao sistema financeiro, entre as quais a implementação de um programa trimestral de monitorização da solvabilidade e desalavancagem dos oito maiores grupos bancários nacionais. Neste contexto, foi atribuída ao Banco de Portugal a responsabilidade pelo desenvolvimento de um programa especial de inspeções (SIP), com o objetivo de validar os dados que suportam a avaliação trimestral da solvabilidade daqueles grupos.

Para monitorizar a execução do programa, foi constituído um *Steering Committee* presidido pelo Banco de Portugal e composto por peritos designados pelo Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia, Banco Central Europeu, por três autoridades de supervisão da União Europeia – Banco de España, Autorité de Contrôle Prudentiel (França) e Banque Nationale de Belgique – e, ainda, pelo Banco de Portugal.

O *Steering Committee* aprovou em julho de 2011 os Termos de Referência para os trabalhos a desenvolver que definiram o âmbito, a abordagem metodológica, os calendários de execução e os mecanismos de acompanhamento e controlo a adotar. De acordo com os Termos de Referência, o SIP compreende três vertentes:

1. Avaliação das carteiras de crédito, com referência a 30 de junho de 2011, baseada na análise da imparidade afeta a uma amostra de créditos, bem como na apreciação dos modelos de cálculo de imparidade e das políticas e procedimentos associados;
2. Revisão do processo de cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito;
3. Validação das metodologias e dos parâmetros utilizados nos exercícios de *stress test* a realizar regularmente no contexto do Programa de Assistência e Financeira.

O Grupo CGD foi abrangido pelo Programa Especial de Inspeções (SIP) e os resultados relativos à avaliação das carteiras de crédito e à revisão do processo de cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito foram divulgados pelo Banco de Portugal no dia 16 de dezembro de 2011, enquanto que os da terceira vertente do SIP foram divulgados em 1 de março de 2012.

Na divulgação de 16 de dezembro concluía-se «...ser adequado o valor global da imparidade registada nas contas consolidadas do Grupo», tendo sido «também apurada a necessidade de efetuar correções pontuais aos valores dos ativos ponderados pelo risco, que implicariam uma redução de 1,1% no montante total calculado para aquela data». As correções aos ativos ponderados foram, entretanto, introduzidas nos reporte prudencial efetuado.

Relativamente à terceira vertente SIP, metodologia de realização de testes de esforço, «A avaliação efetuada permitiu confirmar que o grupo CGD utilizou parâmetros e metodologias adequados na generalidade dos aspetos analisados, embora com necessidade de introdução de melhorias em áreas pontuais, que constarão de um plano de resolução a apresentar ao Banco de Portugal para implementação a curto prazo».

Em julho de 2011, foi publicado em *Diário da República* o Decreto-Lei nº 88/2011, que visa reforçar os requisitos de fundos próprios para a carteira de negociações e para as retitularizações, bem como os poderes do Banco de Portugal em matéria de políticas de remuneração, transpondo a Diretiva nº 2010/76/UE (que altera as Diretivas n^{os} 2006/48/CE e 2006/49/CE, no que diz respeito aos requisitos de fundos próprios para a carteira de negociação e para retitularizações, bem como à análise das políticas de remuneração pelas autoridades de supervisão). O Banco de Portugal, através do Aviso 9/2011, datado de dezembro, atualiza o enquadramento regulamentar relativo ao apuramento dos ativos ponderados pelo risco e à divulgação de informação das instituições sujeitas à sua supervisão.

Em novembro de 2011, a Autoridade Bancária Europeia (EBA – European Banking Authority) levou a cabo um exercício de *stress-test*, com a participação de 71 bancos por toda a Europa, incluindo a CGD, cujo objetivo consistia em criar um *buffer* de capital temporário e excecional para ir ao encontro das preocupações atuais do mercado acerca do risco soberano, assim como outros riscos residuais em matéria de crédito relacionados com o difícil ambiente atual em que se vive no mercado. Esse *buffer* foi concebido com o intuito de transmitir confiança aos mercados em relação à capacidade dos bancos em absorverem uma série de choques nas suas carteiras de dívida soberena e, ainda assim, manterem um nível de capital adequado. Assim, não deve ser entendido como uma

métrica de perdas incorridas ou a incorrer com as referidas carteiras, mas como uma margem de segurança adicional introduzida no sistema financeiro para endereçar uma preocupação específica dos diversos *stakeholders* dos bancos.

O referido exercício, que teve o acordo do Conselho de 26 de outubro de 2011, requer que os bancos fortaleçam as suas posições de capital através da criação de um *buffer* temporário de capital no sentido de proteger as suas exposições à dívida soberana a preços de mercado correntes. Além disso requer que os mesmos estabeleçam um *buffer* que permita que o seu rácio de capital *Core Tier 1* atinja um nível de 9% até ao fim de junho de 2012. O valor de qualquer insuficiência de capital identificada é baseado nos valores de setembro de 2011. O volume do *buffer* de capital respeitante à divida soberana não será revisto.

A CGD identificou e comunicou ao mercado, em 8 de dezembro de 2011, uma necessidade de capital de EUR 1834 milhões. Destes, EUR 1073 milhões constituem o *buffer* de dívida pública.

Em complemento à aferição de necessidades de capital, em dezembro de 2011, a EBA publicou uma Recomendação (EBA/REC/2011/1, datado de 8 de dezembro) com o intuito de promover, entre os principais bancos europeus, um reforço do capital regulamentar de melhor qualidade.

Nesse contexto, foi reiterada a exigência para que os grupos bancários sujeitos ao exercício de *stress-test* da EBA reforçassem os respetivos níveis de capitalização de forma a atingirem, até 30 de junho de 2012, rácios *Core Tier 1* de 9%, depois de uma avaliação prudente, a valores de mercado, das exposições à dívida soberana detidas em 30 de setembro de 2011. O Banco de Portugal determinou a sujeição do Grupo CGD ao cumprimento da Recomendação da EBA e solicitou a elaboração de um Plano de Capital para o efeito.

De acordo com a determinação do Banco de Portugal, a CGD enviou àquele organismo de supervisão, dentro do prazo estabelecido (até ao dia 20 de janeiro de 2012), o respetivo plano de capitalização, no qual especifica e justifica os meios que pretende utilizar para dar cumprimento à referida Recomendação. O plano de capitalização contempla a revisão das necessidades de capital – atualmente de 1 650 000 mEuros face a um valor inicial de 1 834 000 mEuros – e encontra-se a ser apreciado pelo Banco de Portugal, em articulação com a EBA e, se necessário, no contexto dos colégios de supervisores relevantes. As necessidades de capital serão supridas pelo Estado Português sem recurso à linha do mecanismo de apoio à solvabilidade bancária e poderá ser efetuada mediante subscrição de aumento de capital, bem como através de subscrição de instrumentos de dívida convertíveis *(contingent convertible capital).*

BASILEIA III

Em 2009, na sequência da crise financeira internacional, o Comité de Basileia de Supervisão Bancária desenvolveu um programa de reformas destinado a reforçar a regulação global sobre o capital e a liquidez.

O objetivo do pacote de reformas é melhorar a capacidade do setor bancário para absorver choques decorrentes do *stress* financeiro e económico, qualquer que seja a sua fonte, reduzindo, assim, o risco de contaminação da economia real pelo setor financeiro e, por outro lado, aumentar a qualidade, a coerência e a transparência da base de capital.

Este conjunto de reformas incide principalmente sobre o Pilar 1 (Determinação dos requisitos mínimos de fundos próprios) do acordo conhecido como Basileia II, mas engloba, igualmente, um conjunto de orientações e recomendações para o Pilar 2 (Processo de Avaliação pela Autoridade de Supervisão) e Pilar 3 (Disciplina de Mercado).

O conjunto das reformas acordadas e publicadas pelo *Comité* entre julho de 2009 e setembro de 2010, coletivamente conhecidas como Basileia III, podem ser sumarizadas nos seguintes pontos principais:

- Aumentar a qualidade do capital para assegurar que os bancos têm maior capacidade de absorver perdas, tanto numa base de continuidade das operações (*going concern*) como em caso de liquidação (*gone concern*);

- Aumentar a cobertura do risco, em particular para as atividades de *trading*, titularização, exposição a veículos fora-do-balanço e exposição a risco de crédito de contraparte resultante de derivados;
- Elevar os requisitos de capital mínimos:
  - Rácio *Core Tier* 1 (*common equity capital*) – definição de um mínimo de 4,5% em 2015 – neste momento é de 2%. A alteração será faseada: 3,5% em 2013, 4% em 2014 e 4,5% em 2015;
  - Rácio *Tier* 1 aumenta de 4% para 6% no período atrás referido: 4,5% em 2013, 5,5% em 2014 e 6% em 2015;
  - Rácio de capital permanece em 8%;
  - Capital conservation *buffer* – criação de uma almofada de segurança de 2,5%, requisito também a cumprir de forma faseada: 0,625% em 2016, 1,25% em 2017, 1,875% em 2018 e 2,5% em 2019. Estes valores acrescem aos valores dos rácios indicados nos pontos anteriores. O objetivo da criação do *buffer* é assegurar que os Bancos mantenham uma almofada que pode ser usada para absorver perdas que ocorram em períodos de stress económico e financeiro;
- Fixação de períodos transitórios para absorção das deduções a elementos de capital não elegíveis segundo Basileia III e para as novas deduções à base de capital.
- Promover a acumulação de *buffers* de capital em conjunturas favoráveis, que possam ser utilizados em períodos de crise, incluindo tanto um *buffer* de conservação de capital como um *buffer* contracíclico para proteger o setor bancário de períodos de crescimento excessivo do crédito;
- Introduzir um rácio de alavancagem harmonizado internacionalmente para servir de suporte à medida de capital ponderada pelo risco e conter a acumulação de excessiva alavancagem no sistema;
- Introduzir padrões mínimos globais de liquidez, consistindo tanto de um rácio de cobertura de liquidez de curto prazo (LCR – *Liquidity Coverage Ratio)*, como de um rácio estrutural de financiamento líquido estável de longo prazo (NSFR – *Net Stable Funding Ratio)*;
- Elevar os padrões para o processo de supervisão (Pilar 2) e disciplina de mercado (Pilar 3), conjuntamente com orientações adicionais nas áreas de boas práticas de valorização, testes de *stress*, gestão do risco de liquidez, governação empresarial e remunerações.

Saliente-se que, no plano Europeu, as recomendações de Basileia III serão objeto de transposição através de Diretiva com força de lei para os países da União Europeia *(Capital Requirements Directive)*. A legislação sobre essas alterações foi colocada para consulta pública em maio de 2011 através do denominado CRD IV (em julho, foi publicada a versão atualizada), podendo a legislação final apresentar divergências relativamente ao acima descrito.

Estão também previstas outras medidas adicionais a aplicar às chamadas instituições com importância sistémica. Em novembro de 2011, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia, em resultado da consulta pública sobre "Bancos com Importância Sistémica – Metodologia e Requisitos", publicou o documento final sobre bancos com importância sistémica *(Global systemically important banks: assessment methodology and the additional loss absorbency requirement)*.

Neste documento prevê-se:

1. Uma metodologia de avaliação da importância sistémica global dos bancos, baseada em cinco categorias: dimensão, interconectividade, falta de substituibilidade, atividade global e complexidade;
2. Medidas para melhorar a absorção das perdas nas atividades de bancos de importância sistémica global, reduzindo probabilidades de fracasso; e
3. Um calendário de implementação paralelo com Basileia III, i.e., introdução entre 2016 e 2018, para entrada em vigor plena em 1 de janeiro de 2019.

O Grupo tem acompanhado os trabalhos desenvolvidos no âmbito da alteração regulamentar denominada Basileia III (e CRD IV) e participou ativamente nas consultas públicas sobre a matéria.

Adicionalmente, tem efetuado estudos internos para o apuramento dos impactos das propostas conhecidas no sentido de identificar medidas e estratégias para dar resposta ao cumprimento dos novos requisitos regulamentares.

RÁCIOS DE CAPITAL

No quadro seguinte, resume-se a composição do Capital Regulamentar da Caixa Geral de Depósitos, nos finais de 2011 e de 2010, para a sua atividade individual.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE INDIVIDUAL

	31.12.2010 (1)	31.12.2011 (2)	Variação (2)-(1)
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	**6 078**	**5 947**	**(132)**
Capital Social	5 050	5 150	100
Reservas e Resultados Transitados	1 228	1 188	(40)
Resultado Líquido	47	(316)	(365)
Impactos de transição IAS *(regime transitório)*	93	69	(24)
Deduções aos F.P. Base	(340)	(144)	197
B - FUNDOS PRÓP. COMPLEMENTARES (TIER II)	**3 540**	**2 379**	**1 162**
Passivos subordinados c/venc. indeterminado	685	116	(569)
Passivos subordinados c/venc. determinado	2 528	2 056	(472)
Reservas de Reavaliação	237	122	(115)
Outros elementos	91	84	(6)
C - DEDUÇÕES AOS F.P. TOTAIS	**(36)**	**(1 261)**	**(1 226)**
Participações em empresas e Seguros e em Instituições de Crédito	-	-	-
Outras Deduções	(36)	(1 261)	(1 226)
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	**9 583**	**7 065**	**(2 518)**
E - POSIÇÕES DE RISCO PONDERADAS	**63 817**	**59 008**	**(4 809)**
Risco de Crédito	58 437	54 758	(3 679)
Risco de Mercado	2 282	1 543	(739)
Risco Operacional	3 098	2 708	(390)

RÁCIOS	31.12.2010 (1)	31.12.2011 (2)	Variação (2)-(1)
TIER I (A/E)	9,5%	10,1%	0,6%
TIER II (B/E)	5,5%	4,0%	-1,5%
DEDUÇÕES (C/E)	-0,1%	-2,1%	-2,1%
RÁCIO DE SOLVABILIDADE (D/E)	15,0%	12,0%	-3,0%

42. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 30 de março de 2012, o Estado Português celebrou o contrato de venda do BPN, ultimando, desta forma, o processo de reprivatização do Banco iniciado em julho de 2011.

Decorrente do processo de reorganização da estrutura de ativos e passivos do BPN subjacente ao processo de alienação, a titularidade dos veículos Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA e, por inerência, as dívidas contratadas por estas sociedades junto da Caixa Geral de Depósitos sob a forma de crédito a clientes e emissões obrigacionistas (com um valor nominal de 792 953 mEuros e 3 100 000 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2011) foram transferidos para a esfera do Estado Português. Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado responsabilidades decorrentes do programa de papel comercial subscrito pela Caixa no valor de 1 000 000 mEuros, dado ter existido uma transmissão de posição contratual entre o BPN e a Parvalorem. Assim, a partir de 30 de março de 2012, o emitente deste programa de papel comercial passou a ser a Parvalorem.

Na sequência desta operação, remanesce um programa de papel comercial concedido ao BPN com o limite de 400 000 mEuros, com vencimento em março de 2015 e que beneficia de garantia do

Estado até essa data. Adicionalmente, foi concedida pela Caixa ao BPN uma linha de crédito em conta corrente até ao limite de 300 000 mEuros, com vencimento em março de 2016, cuja possibilidade de utilização está condicionada ao valor de depósitos de clientes do BPN.

2.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, SA (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de setembro de 1993, através do Decreto-Lei nº 287/93, de 20 de agosto, que aprovou igualmente os respetivos estatutos. Em 23 de julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, SA (BNU).

Para a realização das suas operações, em 31 de dezembro de 2011, a Caixa contava com uma rede nacional de 860 Agências, uma Sucursal em França com 46 Agências, uma Sucursal em Timor-Leste com 8 Agências, Sucursais em Espanha, Londres, Luxemburgo, Nova Iorque, Ilhas Caimão e Zhuhai e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

A Caixa participa, ainda, direta e indiretamente, no capital de um conjunto significativo de empresas nacionais e estrangeiras, nomeadamente em Espanha, Cabo Verde, Angola, Moçambique, África do Sul, Brasil e Macau, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Caixa Geral de Depósitos (Grupo) e posicionam-se em diversos setores, como sejam, banca, seguros, banca de investimento, corretagem, capital de risco, área imobiliária, gestão de ativos, crédito especializado, comércio eletrónico e atividades culturais. A Caixa detém, também, participações em empresas de setores não financeiros da economia portuguesa.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2012.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 da CGD e de parte das suas Filiais e Associadas estão pendentes de aprovação pelas correspondentes assembleias-gerais. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro.

No decorrer do exercício de 2011, a Caixa procedeu à alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego, conforme descrito na Nota 2.3 abaixo. Em resultado desta alteração, as demonstrações financeiras foram reexpressas considerando os efeitos da aplicação retrospetiva dos novos critérios de contabilização adotados.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

2.2. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

No decorrer do exercicio de 2011, a Caixa adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011. As alterações com relevância para a CGD foram as seguintes:

- IAS 24 (Alterada) – " Entidades relacionadas" – A revisão efetuada ao texto da norma introduz uma isenção parcial aos requisitos gerais de divulgação relacionados com entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa. Neste âmbito, apenas serão de divulgação obrigatória os saldos e transações efetuadas diretamente com o Estado ou com entidades relacionadas com o Estado, cuja natureza ou montante (individual ou cumulativamente) apresentem caráter significativo. A norma alterada é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011;
- IFRIC 14 – "O limite sobre um ativo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respetiva interação" (Emenda) – A revisão efetuada ao texto desta interpretação permitiu clarificar a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades com benefícios a empregados associados a serviços futuros. O texto alterado é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011;
- IAS 32 – "Classificação dos direitos de emissão" (Emenda) – Em resultado da alteração efetuada ao texto da norma, instrumentos derivados emitidos por uma entidade com o objetivo de adquirir um número fixo de instrumentos do seu capital próprio em troca de um valor previamente fixado, independentemente da divisa em que seja acordada a transação, deverão eles próprios ser reconhecidos como instrumentos de capital e não como um passivo, desde que cumpram os restantes requisitos de apresentação definidos pela norma para este efeito. A adoção desta alteração é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de fevereiro de 2010;
- IFRIC 19 – "Liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio" – A interpretação pretende clarificar o tratamento contabilístico relacionado com a liquidação de passivos mediante a emissão de instrumentos de capital próprio, assim como dos critérios de valorização desses instrumentos. Esta interpretação é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2010.

Nesta data, foram igualmente adotadas pela Caixa um conjunto de emendas efetuadas a sete normas internacionais de relato financeiro, conforme emitidas pelo IASB em maio de 2010. Deste conjunto de emendas, destaca-se a emenda à IAS 34 – "Relato Financeiro Intercalar", que estabelece requisitos de divulgação suplementares que pretendem enfatizar a importância da atualização da informação prestada no âmbito do último relato financeiro anual, com especial incidência em eventos e transações significativos ocorridos no período de relato intercalar (são exemplos a transferência entre níveis da hierarquia do justo valor, as alterações de classificação de ativos financeiros em resultado da alteração da sua finalidade, alterações ocorridas nos ativos e passivos contingentes e alterações no contexto económico ou de negócio passíveis de afetar o justo valor dos ativos e passivos financeiros em balanço).

Em 31 de dezembro de 2011, encontrava-se disponível para adoção antecipada a seguinte emenda à norma emitida pelo IASB e endossada pela União Europeia:

- IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações" (Emendada) – As alterações efetuadas ao normativo introduzem clarificações quanto à natureza e extensão das divulgações efetuadas no âmbito da exposição a instrumentos financeiros. Adicionalmente, pretendem melhorar a qualidade das divulgações referentes a operações de transferência de ativos financeiros, como são exemplo as operações de securitização. As alterações ao normativo

são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2011.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

› IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" – Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – "Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração" e IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações". O texto do novo normativo introduz alterações aos atuais critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros, sendo de destacar:

CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

a) Os instrumentos de dívida que sejam detidos com o objetivo de recebimento dos fluxos contratuais (não sendo como tal geridos em função de variações do seu justo valor), sendo esses fluxos representativos somente de pagamentos de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser mensurados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser mensurados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício;
b) Os instrumentos de capital deverão ser mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para mensuração ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas, mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas;
c) O enquadramento da classificação e mensuração de ativos financeiros com derivados embutidos deverá ser efetuado considerado a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento;
d) Encontra-se igualmente disponível uma opção de valorização ao justo valor por contrapartida de resultados para instrumentos de dívida enquadráveis na categoria de valorização ao custo amortizado, desde que em resultado desta alteração se reduza, de forma significativa, uma inconsistência contabilística que, de outro modo, subsistiria;
e) Sendo de aplicação retrospetiva, deverão, no entanto, ser considerados no âmbito da classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com os novos requisitos do IFRS 9 os factos e circunstâncias em vigor na data da primeira aplicação (independentemente das circunstâncias e objetivos considerados na data do reconhecimento inicial dos ativos que permaneçam em balanço na data de referência para adoção da norma).

REQUISITOS DE CONTABILIZAÇÃO DE PASSIVOS FINANCEIROS

f) Relativamente a passivos financeiros designados na opção de justo valor os mesmos são mensurados ao justo valor. A componente da variação de justo valor associada a alterações no risco de crédito próprio deverá ser registada por contrapartida de reservas;
g) Instrumentos financeiros derivados passivos cuja liquidação seja feita sob a forma de entrega de instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado de forma fiável deverão ser mensurados ao justo valor.

A adoção desta norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015.

› IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações" (emendada). O texto do novo normativo é modificado de forma a incluir divulgações específicas a apresentar no exercício de adoção da IFRS 9, com o objetivo de permitir aos utilizadores das demonstrações financeiras a reconciliação entre as categorias e linhas de balanço em conformidade com os

requisitos da IAS 39, e as novas categorias e linhas de balanço apresentadas de acordo com as disposições da IFRS 9;

- IFRS 13 – "Mensuração ao justo valor" – A IFRS 13 estabelece um quadro transversal a aplicar à mensuração inicial e subsequente de um ativo ou passivo ao justo valor, sempre que esta mensuração seja requerida por outro normativo. Vem igualmente definir o enquadramento das divulgações a prestar relativas a ativos e passivos mensurados ao justo valor. Este normativo é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada;
- IAS 19 – "Benefícios a empregados" (emendada) – A revisão do texto do normativo elimina o método do corredor, obrigando as entidades a reconhecer as variações ocorridas nos ativos do fundo e nas responsabilidades com planos de benefício definido, no periodo a que referem. O texto revisto da norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada;
- *The Package of five*

  Em maio de 2011, o IASB emitiu um conjunto de cinco normas relativas aos elementos a observar no âmbito da preparação de demonstrações financeiras consolidadas e ao tratamento de operações entre empreendedores. Desta forma, foram emitidas emendas à IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" e 28 – "Investimentos em associadas", assim como os novos normativos IFRS 10 – "Demonstrações financeiras Consolidadas", IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos" e IFRS 12 – "Divulgações de interesses em outras entidades". Cada um destes normativos é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção antecipada de um dos normativos que integram o *Package of five* torna-se extensiva aos restantes;
- IFRS 10 – "Demonstrações financeiras consolidadas" e IAS 27 – "Demonstrações financeiras separadas" (Emendada) – A IFRS 10 revoga a SIC – 12 "Consolidação – Entidades com finalidade especial" e parte do texto da IAS 27 na matéria respeitante ao âmbito de aplicação e critérios de preparação de demonstrações financeiras consolidadas. O novo normativo estabelece os princípios para apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A definição de controlo é estabelecida como base única de consolidação, existindo controlo sempre que uma entidade esteja exposta ou tenha direito aos rendimentos variáveis de uma entidade, tendo, adicionalmente, a capacidade de influenciar esses mesmos rendimentos. A IAS 27 (Emendada) retém apenas a contabilização e os requisitos de divulgação aplicáveis à preparação de demonstrações financeiras individuais;
- IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos" – O IFRS 11 revoga e substitui a IAS 31 – "Interesses em empreendimentos conjuntos" e a SIC – 13 – "Entidades conjuntamente controladas – contribuições não monetárias por empreendedores". O novo normativo vem estabelecer os critérios para a identificação, classificação e tratamento contabilístico de empreendimentos conjuntos, com base nos direitos e obrigações que as partes envolvidas detêm na transação;
- IAS 28 – "Investimentos em associadas" – O texto emendado da IAS 28 regula a contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requisitos para aplicação do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em associadas e joint ventures, sendo aplicável a entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre outras;
- IFRS 12 – "Divulgações de interesses em outras entidades" – Este normativo estabelece os requisitos de divulgação relativos a investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, com o objetivo de permitir avaliar a natureza e riscos que as participações detidas nestas entidades representam para a posição financeira, performance e fluxos de caixa da entidade investidora.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adoção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras individuais da Caixa, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

2.3. Alteração de política contabilística ocorrida no exercício – IAS 19 – Ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo procedeu à alteração da política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com pensões e assistência médica a empregados.

Conforme disposições constantes da IAS 19 – "Benefícios a empregados" (parágrafo 93.A), os desvios atuariais e financeiros decorrentes das diferenças observadas entre os pressupostos utilizados na determinação de responsabilidades e do rendimento esperado dos ativos que se lhe encontram afetos e os valores efetivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais ocorridos no exercício, passaram a ser integralmente registados por contrapartida de capital próprio, quando até essa data estes eram diferidos numa rubrica de ativo ou passivo (o designado "corredor"), até ao limite de 10% do valor atual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou, quando aplicável, das provisões constituídas), dos dois o maior. Na eventualidade de o valor dos devios atuariais e financeiros exceder o corredor, estes eram reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício no decorrer do período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Esta alteração na forma de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais permite relevar de imediato nas demonstrações financeiras do Grupo os efeitos da aplicação dos termos constantes no texto revisto da IAS 19 (conforme publicado pelo IASB no decorrer do mês de junho de 2011), o qual vem eliminar a opção de diferimento do reconhecimento das variações ocorridas nas responsabilidades com planos de benefício definido. O texto revisto da norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, não se encontrando ainda endossado pela União Europeia.

É igualmente entendimento do Grupo que o reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais e financeiros, no momento em que ocorrem, permitirá uma mais adequada apresentação das suas demonstrações financeiras, uma vez que os custos inerentes a estas responsabilidades se encontrarão já integralmente refletidos no valor do capital próprio.

De forma a refletir adequadamente os efeitos da alteração de política contabilística, o Grupo procedeu à reexpressão das suas demonstrações financeiras nos períodos comparativos apresentados, sendo de destacar os seguintes impactos:

	01.01.2010	31.12.2010	Variação
Capitais próprios estatutários antes da alteração de política contabilística	**7 156 850**	**7 839 996**	
Impacto do reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em outras reservas			
Caixa Geral de Depósitos	(287 198)	(133 163)	154 035
Caixa Seguros e Saúde	(18 798)	(16 194)	2 603
Outras	(7 876)	(4 116)	3 760
	(313 872)	**(153 474)**	**160 398**
Efeito fiscal	82 454	44 154	(38 300)
	(231 418)	**(109 319)**	**122 098**
Reversão dos (ganhos) / perdas atuariais reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício (amortizações dos desvios acima do corredor)		6 024	
Efeito fiscal		(1 733)	
		4 291	
Capitais próprios reexpressos (pró-forma)	**6 925 434**	**7 734 967**	
Resultado consolidado atribuível ao acionista da Caixa			
Antes da alteração de política contabilística		250 582	

	01.01.2010	31.12.2010	Variação
Após alteração de política contabilística		254 873	
Resultado por ação			
Antes da alteração de política contabilística		0,278	
Após alteração de política contabilística		0,283	

2.4. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da CGD e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3.), incluindo entidades de propósito especial.

A nível das entidades participadas, são designadas "Filiais" aquelas nas quais o Grupo exerce um controlo efetivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da Norma IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas", o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, fundos de capital de risco e de investimento e outras entidades similares, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e nas quais o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

A consolidação das contas das Filiais que integram o Grupo CGD foi efetuada pelo método da integração global. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas Filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários" do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da CGD e das entidades Filiais, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Em 31 de dezembro de 2010, a CGD detinha títulos de participação representativos de 52%, aproximadamente, do capital do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Esta participação não era consolidada pelo facto de os títulos de participação detidos pela CGD não lhe conferirem qualquer participação na gestão do IHRU. A participação detida nesta entidade pelo Grupo foi alienada no decorrer de 2011 à Direção-Geral do Tesouro (Nota 8.).

A consolidação das contas de empresas sob controlo conjunto da Caixa e de outras entidades é efetuada pelo método da consolidação proporcional, sendo os ativos, passivos, custos e proveitos desta entidade integrados nas contas consolidadas na proporção da participação que a CGD detém no seu capital.

2.5. Concentrações de atividades empresariais e *goodwill*

As aquisições de Filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida. Os custos incorridos no âmbito da aquisição que sejam diretamente atribuíveis à operação são reconhecidos como encargos do exercício na data da compra (em aquisições ocorridas entre 1 de janeiro de 2004 e 31 de dezembro de 2009, estes custos foram acrescidos ao custo de aquisição). Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a Filial, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais" são registados pelo respetivo justo valor.

O *goodwill* corresponde à diferença positiva, na data de compra, entre o custo de aquisição da Filial e o justo valor atribuível aos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos. O *goodwill* é registado como um ativo e não é sujeito a amortização.

Caso se verifique que o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos no âmbito da transação excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na demonstração de resultados do exercício.

A aquisição de interesses minoritários ocorrida após a obtenção de controlo sobre a Filial é registada como uma transação com acionistas, não originando o registo de qualquer *goodwill* adicional. A diferença entre o valor atribuído aos interesses minoritários na data da transação e o respetivo custo de aquisição é reconhecido diretamente por contrapartida de reservas. Analogamente, os impactos decorrentes da alienação de interesses minoritários que não impliquem a perda de controlo sobre a Filial são igualmente registados em reservas. Os ganhos ou perdas resultantes da alienação de interesses minoritários que determinem alterações no controlo sobre a Filial são reconhecidos pelo Grupo por contrapartida de resultados na data da transação.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 – "Imparidade de ativos". Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos *cash-flows* futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efetuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

CONTABILIZAÇÃO DE OPÇÕES ATRIBUÍDAS A INTERESSES MINORITÁRIOS *(WRITTEN PUT OPTIONS)*

As responsabilidades decorrentes de contratos de opções sobre interesses minoritários *(written put options)*, são reconhecidas pelo Grupo, no momento inicial, por contrapartida de "Outras reservas". As variações subsequentes do justo valor da opção de venda, mensurado com base nas condições contratadas, são igualmente registadas por contrapartida de "Outras reservas", com exceção dos custos de financiamento inerentes ao registo da responsabilidade, os quais são reconhecidos em resultados nas rubricas de "juros e encargos similares".

2.6. Investimentos em associadas

Consideram-se entidades "Associadas" aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em Associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas. A aplicação do método da equivalência patrimonial é efetuada até ao momento em que as perdas acumuladas incorridas pela associada e reconhecidas pelo Grupo exceda o respetivo valor de balanço da participação, momento a partir do qual este é descontinuado, exceto se existir uma obrigação legal ou construtiva que determine o reconhecimento dessas perdas mediante a constituição de uma provisão para o efeito.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O *goodwill*, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e o justo valor atribuível aos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo nas entidades em questão.

2.7. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera – denominada "moeda funcional". Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional do Grupo CGD.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais da Caixa e das Filiais, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas consolidadas, os ativos e passivos de entidades com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica "Outras reservas", do capital próprio, sendo o respetivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respetivas Filiais.

Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo optou por não recalcular e, por consequência, não registar nas "Outras reservas" o impacto da conversão de demonstrações financeiras de Filiais expressas em moeda estrangeira até 31 de dezembro de 2003. Deste modo, na alienação de Filiais ou Associadas ocorridas posteriormente a esta data, apenas serão reclassificadas para resultados do exercício as variações cambiais originadas a partir de 1 de janeiro de 2004.

2.8. Instrumentos financeiros

(A) ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i.) ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem, essencialmente, a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se, também, nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados *(Fair Value Option)*. Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração *(accounting mismatch)* que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;

- Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas; e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
  - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam produzidos pelo contrato;
  - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii.) INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Nesta categoria, são classificados títulos de rendimento fixo que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii.) EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo (incluindo crédito titulado), valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em "Outros ativos".

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv.) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade. Neste sentido, inclui, também, instrumentos de capital detidos no âmbito da atividade de capital de risco do Grupo, sem opções associadas;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa

ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados em operações financeiras" ou "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Juros e rendimentos similares", da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital", quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Reclassificação de ativos financeiros

Com a entrada em vigor da alteração ao IAS 39, em 13 de outubro de 2008, o Grupo passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns ativos financeiros classificados como Ativos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de ativos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Ao abrigo deste normativo, as reclassificações efetuadas até 1 de novembro de 2008 tiveram como data de referência 1 de julho de 2008. Reclassificações efetuadas posteriormente a esta data tiveram impacto a partir da data de referência da referida transferência entre as diferentes categorias de instrumentos financeiros.

A informação sobre as reclassificações efetuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada nas Notas 8. e 12.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e Ativos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
  - Preços *(bid prices)* difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeada mente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
  - Cotações indicativas *(bid prices)* obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers;*
  - Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os instrumentos de capital não cotados afetos à atividade de capital de risco são valorizados com base em:

- Preços praticados em transações materialmente relevantes efetuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
- Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor de atividade, dimensão e rendibilidade;
- *Cash-flows* descontados, utilizando taxas de desconto apropriadas ao risco dos ativos detidos.

As valorizações incorporam fatores de desconto para refletir a iliquidez dos títulos. Adicionalmente, caso exista o direito ou a obrigação contratual de alienar um determinado ativo, a sua valorização está compreendida no intervalo entre os valores resultantes dos métodos de valorização acima indicados e o valor atual do preço para alienação do ativo, ajustado quando aplicável de modo a refletir o risco de crédito da contraparte.

- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

B) PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i.) PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transacionados a descoberto. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Resultados em operações financeiras".

ii.) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros passivos".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

C) DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e para reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);

- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo apenas utiliza cobertura de exposição a variações de justo valor de instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas "Coberturas de justo valor".

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui, no mínimo, os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como, por exemplo, *swaps* de taxa de juro), a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são refletidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue a designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efetuados aos elementos cobertos até à data em que a

contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efetiva até à maturidade do ativo ou passivo financeiro.

A Caixa decidiu a revogação da designação de cobertura a partir de 1 de outubro de 2008 e já no decorrer do exercício de 2009, relativamente a um conjunto de *swaps* que estavam a cobrir risco de taxa de juro de passivos emitidos. Os ganhos gerados nesses *swaps* a partir dessa data foram registados em "Resultados em ativos e passivos financeiros detidos para negociação – em derivados – taxa de juro".

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de microcoberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de *trading*.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras", com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respetivamente.

D) IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, Aplicações em instituições de crédito, Investimentos a deter até à maturidade e Crédito a clientes.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;

- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

No caso de créditos garantidos por ações, a imparidade é determinada em função do valor estimado de realização dessas ações num prazo compatível com a maturidade dos créditos concedidos, sendo, também, consideradas garantias adicionais recebidas e a capacidade financeira dos devedores.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo, para este efeito, sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os *cash-flows* futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações", sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

ANULAÇÕES DE CAPITAL E JUROS

Periodicamente, o Grupo abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação da Comissão Executiva das diversas entidades. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade refletidas na demonstração de resultados, na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

De acordo com as políticas em vigor no Grupo, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados até três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia.

As recuperações de juros abatidos no ativo são igualmente refletidas a crédito da rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.8. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras, é efetuada pelo Grupo uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na "Reserva de justo valor". Caso, posteriormente, sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua, igualmente, análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

2.9. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A norma IFRS 5 – "Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas" é aplicável a ativos isolados e, também, a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados "grupos de ativos e passivos a alienar").

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações".

São igualmente classificados nesta rubrica os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos os quais são registados pelo valor de arrematação.

Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados, procede-se ao seu abate ao ativo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros resultados de exploração".

2.10. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, nas rubricas "Outros resultados de exploração".

2.11. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Outros gastos administrativos".

Até 1 de janeiro de 2004, tinham sido realizadas pela Caixa e por algumas Filiais reavaliações de ativos tangíveis ao abrigo das disposições legais aplicáveis. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS, foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito das referidas reavaliações, uma vez que o resultado das mesmas, no momento em que foram efetuadas, correspondia genericamente ao custo ou ao custo depreciado de acordo com as IFRS, ajustado de forma a refletir as alterações em índices de preços. Relativamente às entidades com sede em Portugal, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Os imóveis de serviço próprio detidos pelas Seguradoras do Grupo eram registados ao justo valor, de acordo com as regras definidas pelo Plano de Contas para as Empresas de Seguros. Na transição para as IFRS, o valor de balanço desses imóveis foi considerado como custo, tal como permitido pelo IFRS 1.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50 – 100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 – 8
Equipamento informático	3 – 8
Instalações interiores	3 – 10
Material de transporte	4 – 6
Equipamento de segurança	4 – 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Grupo como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também, com impacto

em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

2.12. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

COMO LOCATÁRIO

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em "Outros ativos tangíveis" e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em "Juros e encargos similares".

COMO LOCADOR

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como "Crédito a clientes", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em "Juros e rendimentos similares".

2.13. Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades do Grupo. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Ativos Intangíveis, os custos internos diretos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis. Estes custos correspondem essencialmente a custos com pessoal.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde, normalmente, a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.14. Impostos sobre lucros

IMPOSTOS CORRENTES

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal, nomeadamente a CGD, estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 3º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das Sucursais podem ainda ser sujeitos a impostos locais nos países / territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

As Sucursais Financeiras Exteriores na Região Autónoma da Madeira da CGD e do Caixa – Banco de Investimento, SA beneficiaram, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considerou-se que pelo menos 85% do lucro tributável da atividade global da entidade é resultante de atividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira.

No que respeita às Subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados com base nas normas em vigor nos respetivos países.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Apresentam-se de seguida, de forma resumida, alguns aspetos fiscais de maior relevo para a atividade do Grupo em Portugal.

AJUSTAMENTOS AO RESULTADO CONTABILÍSTICO DO EXERCÍCIO

- **Imputação de lucros de Filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado**

  Nos termos do artigo 66º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, direta ou indiretamente, uma participação social de, pelo menos, 25% ou de, pelo menos, 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, direta ou indiretamente, em mais de 50% por sócios residentes.

  Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 292/2011, de 8 de novembro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto efetivamente pago seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal. A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa.

- **Provisões**

  No apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2011 e 2010, a Caixa e restantes entidades do Grupo sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, consideraram o efeito dos seguintes normativos, quando aplicáveis:

  - Disposições do artigo 37º do Código do IRC, no âmbito do qual não são aceites como custo fiscal do exercício as provisões para risco específico de crédito no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis e provisões para risco-país sobre créditos concedidos a empresas sobre as quais as entidades do Grupo detanham uma participação superior a 10%;
  - Disposições do artigo 35º do Código do IRC, no âmbito do qual, a partir de 1 de janeiro de 2003, deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para riscos gerais de crédito apuradas no âmbito do Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal; adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos do exercício em primeiro lugar aqueles que tenham sido custo fiscal no exercício da respetiva constituição.

- **Encargos com pessoal**

  A CGD tem considerado como custos do exercício para efeitos fiscais, os encargos suportados e registados contabilisticamente, entre outros, com contribuições para fundos de pensões. De acordo com entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de janeiro de 2006, é dedutível, para efeitos do apuramento do lucro tributável, o montante registado em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efetivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores.

  Assim, e considerando igualmente que os custos dedutíveis fiscalmente na esfera da CGD nos exercícios de 2011 e 2010 são inferiores aos montantes efetivamente entregues ao fundo de

pensões (condição exigida nos termos do entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais), tais montantes são considerados custos fiscalmente aceites.

Na sequência da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais com planos de pensões e outros benefícios pós-emprego (conforme referido em maior detalhe na Nota 2.3), o saldo dos encargos líquidos diferidos que se encontrava registado no balanço da Caixa em 31 de dezembro de 2011 foi integralmente reconhecido por contrapartida de Reservas nessa data. Atendendo a que os referidos montantes cumpriam os requisitos previstos no Artigo nº 183º, da Lei nº 64-A, de 30 de dezembro, Lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, as variações patrimoniais negativas originadas no exercício de 2011, as quais não relevam para efeitos fiscais nesse período, serão reconhecidas como uma dedução ao lucro tributável, em partes iguais, nos dez exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

- **Resultado da liquidação**

  O artigo 92º do Código do IRC, alterado pela Lei do Orçamento de Estado para 2011, estabelece que a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo (i) não usufruísse de benefícios fiscais, (ii) não efetuasse contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis destinadas à cobertura de responsabilidades com benefíos de reforma, e (iii) não aproveitasse os prejuízos fiscais de sociedades fundidas para dedução aos lucros tributáveis da nova sociedade incorporante.

  Excluem-se do resultado da liquidação os benefícios fiscais previstos no nº 2 do mesmo Artigo.

  A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da coleta dos exercícios de 2011 e 2010, em resultado da aplicação deste artigo.

IMPOSTOS DIFERIDOS

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Adicionalmente, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes do *goodwill;*
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças temporárias tributáveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas Filiais e Associadas, na medida em que o Grupo tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente e benefícios dos empregados.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.15. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respetivos clientes;
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Grupo.

2.16. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

RESPONSABILIDADES COM PENSÕES E ENCARGOS COM SAÚDE

No Grupo CGD, existem diversos planos de pensões, incluindo, nomeadamente, planos de benefício definido e, em algumas situações, de contribuição definida. Deste modo, a Caixa, a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA (Fidelidade Mundial) e a Império Bonança, Companhia de Seguros, SA (Império Bonança) são responsáveis pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 39. Existem, ainda, outras empresas do Grupo com responsabilidades com planos de benefício definido, nomeadamente o Banco Comercial do Atlântico, o Banco Caixa Geral e o Banco Nacional Ultramarino (Macau).

Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados. A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos dos fundos de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método *Unit Credit Projected,* e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 39.). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são registados por contrapartida de "Outras Reservas".

Relativamente a planos de contribuição definida, o Grupo não assume normalmente qualquer responsabilidade para além das contribuições efetuadas anualmente, pelo que não há lugar ao registo de custos adicionais.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, dos ativos do Fundo é refletido pelo valor líquido na rubrica apropriada de "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em "Custos com pessoal". Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica "Custos com pessoal".

OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

O Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados do período, conforme disposições do IAS 19 relativamente à natureza dos benefícios identificados.

BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.17. Seguros

A) CONTRATOS DE SEGURO

O registo das transações associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo respeita as disposições do IFRS 4 – "Contratos de seguro". Esta Norma permite aos emissores de contratos de seguro a manutenção das políticas contabilísticas utilizadas antes da adoção dos IFRS, desde que seja assegurado o cumprimento de determinados requisitos mínimos, estabelecidos pela norma, incluindo a realização com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras de um teste de adequacidade dos passivos associados aos contratos detidos. Neste sentido, no registo dos contratos de seguro emitidos e dos contratos de resseguro detidos pelo Grupo foram aplicados os princípios contabilísticos previstos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e restantes normas emitidas por esta entidade, complementados com as modificações decorrentes das disposições do IFRS 4. De acordo com este normativo, os contratos com risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro e registados no âmbito do IFRS 4. Os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando, portanto, a ser reconhecidos como proveito os prémios emitidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e

- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discrição do emissor; e
- Estejam dependentes da *performance* de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo Grupo.

B) RECONHECIMENTO DE PROVEITOS E CUSTOS

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

Os resultados decorrentes da alienação de instrumentos de dívida e instrumentos de capital afetos a contratos de seguros classificados como "Ativos financeiros disponíveis para venda" são registados por contrapartida da rubrica "Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros" da demonstração de resultados.

C) PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método *Pro rata temporis* aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

D) PROVISÃO PARA SINISTROS

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos, mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença, denominadas de pensões definidas;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos, mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras, ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados, denominadas pensões presumíveis.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas Homologadas e Definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente Remíveis	Não Remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	TD 88/90 (Homens) TD 88/90 (Mulheres)
Taxa de desconto	5,25%	4%
Encargos de gestão	2,40%	4%

A estimativa da provisão matemática para pensões presumíveis de Acidentes de Trabalho é efetuada com base em triângulos de desenvolvimento das variáveis históricas consideradas relevantes para as provisões matemáticas conhecidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho. As companhias efetuam o pagamento integral das pensões, sendo, posteriormente, reembolsadas pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade do Instituto de Seguros de Portugal, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito, é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativamente a despesas com caráter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. O seu cálculo baseia-se em modelos atuariais aplicados a matrizes de *run-off* destas despesas.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de caráter vitalício, e é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	35%*TV 88/90 + 65%*TD 88/90
Taxa de desconto	4%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

As provisões de acidentes de trabalho são calculadas recorrendo a bases de dados internas.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia, também, com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada / validada pelo atuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

Esta análise é efetuada para os principais ramos / grupos de ramos, representativos de mais de 90% das provisões para sinistros, nomeadamente automóvel, acidentes de trabalho, acidentes pessoais e doença.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não) e, ainda, encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam em triângulos de pagamentos emitidos e utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

E) PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

F) PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da empresa de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que, eventualmente, sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

A avaliação das responsabilidades é feita através da comparação das provisões matemáticas de balanço, determinadas prospetivamente, com o resultado do teste de adequacidade dos passivos. Caso este último seja superior, acresce-se esse montante ao valor das provisões matemáticas por forma a obter o valor final das responsabilidades. O teste de adequacidade dos passivos é descrito na Nota 2.17. i).

G) PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

A provisão para participação nos resultados a atribuir corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades é calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tem em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, os ativos afetos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa. Nos casos em que o plano de participação nos resultados não estabelece de forma inequívoca a percentagem da atribuição, são tidas em consideração as percentagens de atribuição históricas verificadas em período não inferior a 3 anos e a informação mais recente ao dispor da companhia.

Esta provisão é constituída por contrapartida de resultados do exercício ou, em alternativa, na parte aplicável, diretamente por contrapartida de reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de investimentos em Filiais, Associadas e empreendimentos conjuntos e de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

A provisão para participação nos resultados atribuída inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo mais e menos-valias realizadas e as perdas de imparidade registadas no período e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

H) PROVISÃO PARA ESTABILIZAÇÃO DE CARTEIRA

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

I) TESTES DE ADEQUACIDADE DE PASSIVOS

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o Grupo realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor atual dos *cash-flows* futuros associados aos contratos), incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os *cash-flows* associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor atual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da atualização, à taxa de juro da divida pública portuguesa, dos *cash-flows* futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos *cash-flows* futuros de prémios.

Estes *cash-flows* futuros são projetados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas de segunda ordem das companhias, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

- **Mortalidade:**
  Com base em ficheiros extraídos dos sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade, no início e no fim do ano, e ainda as sinistradas durante o ano. A partir destes dados, recolhidos nos últimos oito anos, gradua-se uma tábua de mortalidade, com base numa lei de Gompertz-Makeham, a qual é posteriormente utilizada para estimação da mortalidade futura.
- **Resgates:**
  A partir dos ficheiros extraídos dos sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas, no início e no fim do ano, e os montantes resgatados, por produto.

Para a Fidelidade Mundial, usam-se os dados referidos para calibrar um modelo linear generalizado, assente no prazo decorrido desde o início do contrato, no tipo de produto e no diferencial entre taxa de juro de mercado e taxa técnica, como variáveis explicativas. Desta implementação resulta o modelo usado para estimar os resgates futuros.

Para a Império-Bonança, calcula-se o valor médio de provisões matemáticas de cada produto, dividindo-se o montante de resgates por esse valor, obtendo-se assim a taxa de resgate do ano. Com base neste método e na observação dos valores dos últimos cinco anos, determinou-se o pressuposto de probabilidade de resgate de cada produto.

- **Despesas:**
  As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, divide-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.
- **Taxas de Rendimento:**
  A taxa de rendimento futura de cada produto é determinada com base na taxa de juro da dívida pública portuguesa de maturidade igual à da duração do respetivo passivo, acrescida da provisão para participação nos resultados a atribuir e reserva de justo valor.
  Com base nestas taxas de rendimento são projetadas participações nos resultados futuras, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo consequentemente incorporadas na projeção de vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Ramos não vida

Os atuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das reservas socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam, ainda, um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

J) PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

K) RESPONSABILIDADES PARA COM SUBSCRITORES DE PRODUTOS *UNIT-LINKED*

As responsabilidades associadas a contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador (produtos *Unit-linked)* emitidos pelo Grupo são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão.

As carteiras de investimentos afetas a produtos *Unit-linked* são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de resultados do exercício.

L) RESPONSABILIDADES PARA COM SUBSCRITORES DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO

As responsabilidades para com subscritores de produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4, mas que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos do IAS 39 e registados na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos".

M) IMPARIDADE DE SALDOS DEVEDORES RELACIONADOS COM CONTRATOS DE SEGURO E DE RESSEGURO

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras, o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro,

nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida de resultados do exercício, sendo o custo refletido na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações".

N) ATIVOS INTANGÍVEIS RESULTANTES DA AQUISIÇÃO DE CONTRATOS DE SEGURO

A diferença entre o justo valor dos contratos de seguro adquiridos no âmbito de concentrações de atividades empresariais e o respetivo valor contabilístico calculado de acordo com as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo, que corresponde ao *Value in force* da carteira de contratos adquirida, é autonomizado do *Goodwill* à data da aquisição e reconhecido separadamente como um ativo intangível.

O *Value in force* é amortizado ao longo da vida dos contratos adquiridos e sujeito anualmente a um teste de imparidade.

O) DERIVADOS EMBUTIDOS EM CONTRATOS DE SEGURO

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro não são destacadas do contrato de acolhimento.

2.18. Comissões

Conforme referido na Nota 2.8., as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva, em "Juros e rendimentos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a uma compensação pela execução de atos únicos.

2.19. Instrumentos de capital próprio emitidos

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo justo valor da contrapartida recebida, líquido de custos diretos com a emissão.

A classificação das ações preferenciais emitidas pelo Grupo é efetuada com base nos critérios definidos no IAS 32. Deste modo, nas situações em que o pagamento de dividendos e/ou o reembolso estejam exclusivamente dependentes de uma decisão discricionária do Grupo, os títulos emitidos são considerados instrumentos de capital próprio. As ações preferenciais emitidas por Filiais que cumprem estes requisitos são refletidas no balanço consolidado na rubrica de "Interesses minoritários".

2.20. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.21. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.22. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pela Comissão Executiva da Caixa e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM EMPRÉSTIMOS E OUTROS VALORES A RECEBER

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.8. d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS VALORIZADOS POR CONTRAPARTIDA DE RESERVAS DE JUSTO VALOR

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as menos-valias resultantes da desvalorização do respetivo valor de mercado são reconhecidas por contrapartida da Reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Grupo determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (Nota 2.8. d)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pela Caixa.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da Reserva de justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras ou uma degradação significativa do *rating* do emitente.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACIONADOS EM MERCADOS ATIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.8. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.8., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Conforme referido na Nota 2.16. acima, as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

IMPARIDADE DO *GOODWILL*

Conforme referido na Nota 2.5. acima, o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do *goodwill* registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

DETERMINAÇÃO DOS PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGUROS

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.17. acima. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas contas consolidadas refletem, de forma adequada, a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor nos países em que operam. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa e das empresas do Grupo sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas Filiais, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

		31.12.2011			31.12.2010	
Sector de atividade/Entidade	Sede	% Participação Efetiva	Situação líquida [a]	Resultado líquido	Situação líquida [a]	Resultado líquido
Gestão de Participações Sociais						
Bandeirantes, SGPS, SA	Madeira	-	-	-	8	(3)
Caixa – Gestão de Ativos, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	23 066	4 863	29 202	14 036
Caixa – Participações, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	70 349	10 041	50 806	2 268
Caixa Desenvolvimento, SGPS, SA	Lisboa	99,71%	4 127	31	6 596	661
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	996 542	42 955	1 001 150	52 208
Caixaweb, SGPS, SA	Lisboa	-	-	-	7 482	99
Gerbanca, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	99 331	14 924	84 407	21 012
Parbanca, SGPS, SA	Madeira	100,00%	42 707	11 075	19 613	8 120
Parcaixa SGPS, SA	Lisboa	51,00%	1 022 320	23 687	1 010 917	5 849
Partang, SGPS, SA	Lisboa	51,00%	112 384	16 653	92 433	4 950
Bancário						
Banco Caixa Geral, SA [b]	Vigo	99,79%	455 627	1 311	435 534	1 180
Banco Comercial do Atlântico, SARL	Praia	59,33%	27 806	5 190	24 972	5 563
Banco Comercial e de Investimentos, SARL	Maputo	51,00%	119 886	23 511	74 430	21 337
Banco Nacional de Investimentos, SA	Maputo	50,01%	61 077	(3 520)	1 629	-

Sector de atividade/Entidade	Sede	31.12.2011 % Participação Efetiva	31.12.2011 Situação líquida [a]	31.12.2011 Resultado líquido	31.12.2010 Situação líquida [a]	31.12.2010 Resultado líquido
Banco Caixa Geral Brasil, SA	São Paulo	100,00%	173 127	6 113	186 619	4 765
Banco Interatlântico, SARL	Praia	70,00%	14 633	1 590	13 576	1 180
Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	Macau	100,00%	230 813	29 150	226 367	35 156
Caixa – Banco de Investimento, SA [b]	Lisboa	99,71%	213 816	8 553	275 520	40 153
Caixa Geral de Depósitos – Subsidiária Offshore de Macau	Macau	100,00%	26 470	2 194	24 480	1 451
CGD – North America	Delaware	100,00%	1	-	1	-
CGD – Participações em Instituições Financeiras Ltda.	São Paulo	99,86%	(509)	(17)	15	(38)
Mercantile Lisbon Bank Holdings, Ltd. [b]	Joanesburgo	91,75%	159 839	12 791	162 177	16 698
Banco Caixa Geral Totta de Angola, SA	Luanda	26,01%	216 262	37 501	187 110	30 961
Banco para Promoção e Desenvolvimento, SA	Luanda	50,00%	372 761	(5 767)	-	-
Segurador						
Cares – Companhia de Seguros, SA	Lisboa	100,00%	17 389	4 728	16 909	5 306
Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA	Lisboa	100,00%	626 067	13 580	782 282	65 763
Companhia Portuguesa de Resseguros, SA	Lisboa	100,00%	9 866	265	19 395	5 326
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL	Praia	65,36%	8 061	1 023	7 267	917
Império Bonança – Companhia de Seguros, SA	Lisboa	100,00%	203 777	10 195	229 293	19 421
Multicare – Seguros de Saúde, SA	Lisboa	100,00%	26 138	215	26 980	604
Universal Seguros, SA (Angola)	Luanda	70,00%	6 149	(372)	-	-
Via Directa – Companhia de Seguros, SA	Lisboa	100,00%	25 019	261	26 897	(2 981)
Crédito Especializado						
Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, SA	Lisboa	51,00%	126 979	(11 402)	140 219	9 009
CREDIP – Instituição Financeira de Crédito, SA	Lisboa	80,00%	11 895	193	11 703	659
Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira, SA	Praia	60,25%	153	(49)	202	(70)
Gestão de Ativos						
Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, SA	Lisboa	100,00%	27 189	1 142	27 106	1 053
CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	Lisboa	100,00%	4 684	710	4 827	1 017
Fundimo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	Lisboa	100,00%	7 076	4 376	5 557	3 408
Capital de Risco						
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco, SARL	Praia	52,72%	3 159	31	3 381	51
Caixa Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA	Lisboa	99,71%	38 103	5 148	32 955	4 863
Imobiliário						
Imocaixa – Gestão Imobiliária, SA	Lisboa	100,00%	(2 104)	(3 235)	1 329	7
Caixa–Imobiliário, SA	Lisboa	100,00%	(591)	(656)	(187)	(233)
Fidelidade Mundial, SGII, SA	Lisboa	100,00%	44 142	2 388	42 304	381
Inmobiliaria Caixa Geral SL	Madrid	99,79%	(20 949)	(8 051)	(12 898)	(4 389)
Outras Entidades Financeiras						
CGD Finance	Cayman	100,00%	3 049	20 106	6 366	1 485
Caixa Geral Finance [c]	Cayman	-	112 194	10 431	600 043	9 268
Outros sectores						
Caixanet – Telemática e Comunicações, SA	Lisboa	80,00%	1 778	-	1 778	12
Caixatec, Tecnologias de Comunicação, SA	Lisboa	100,00%	77	(5)	16	(48)
Cares RH – Companhia de Assistência e Representação de Seguros, SA	Lisboa	100,00%	805	187	647	207
Cares Multiassistance, SA	Lisboa	51,00%	2 501	1 552	1 349	771
EAPS – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, SA	Lisboa	100,00%	152	72	104	37
EPS – Gestão de Sistemas de Saúde, SA	Lisboa	100,00%	596	(25)	621	20
LCS – Linha de Cuidados de Saúde, SA	Lisboa	100,00%	4 062	1 612	2 450	329
Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, SA	Lisboa	100,00%	4 428	181	4 247	209
GEP – Gestão de Peritagens Automóveis, SA	Lisboa	100,00%	204	86	188	78
HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, SA [b]	Lisboa	100,00%	(14 688)	(14 776)	15 418	(23 872)
HPP International Ireland, Ltd.	Dublin	100,00%	30 913	(19)	30 933	(18)
HPP International – Luxembourg, SARL	Luxemburgo	100,00%	(30 704)	(14 013)	(15 412)	(16)
Wolfpart, SGPS, SA	Lisboa	100,00%	(12 083)	(5 776)	8 286	380
Mesquita ETVIA, Construção de Vias de Comunicação, SA	Lisboa	99,98%	20 341	1 947	18 394	(687)
Agrupamentos Complementares de Empresas						
Groupment d'Interet Economique	Paris	100,00%	-	-	-	-
Sogrupo – Serviços Administrativos, ACE	Lisboa	100,00%	-	-	-	-
Sogrupo – Sistemas de Informação, ACE	Lisboa	100,00%	-	-	-	-
Sogrupo IV – Gestão de Imóveis, ACE	Lisboa	100,00%	-	-	-	-
Entidades de propósito especial e Fundos de investimento						
Fundo Nostrum Mortgage 2003-1	Lisboa	100,00%	430 786	(129)	478 833	308
Nostrum Mortgages PLC	Dublin	100,00%	5 443	928	3 435	963

Sector de atividade/Entidade	Sede	31.12.2011 % Participação Efetiva	31.12.2011 Situação líquida [a]	31.12.2011 Resultado líquido	31.12.2010 Situação líquida [a]	31.12.2010 Resultado líquido
Intermoney Banking Caixa Geral RMBS	Madrid	99,79%	-	-	-	-
Fundo de Capital de Risco – Grupo CGD – Caixa Capital	Lisboa	99,98%	333 872	(11 706)	327 115	9 794
Fundo de Capital de Risco – Energias Renováveis – Caixa Capital	Lisboa	90,74%	33 042	1 967	31 075	(3 018)
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	Lisboa	100,00%	7 980	(1 706)	7 186	(170)
Fundo de Capital de Risco Caixa Mezzanine – Caixa Capital	Lisboa	100,00%	29 337	(18)	29 356	(371)
Fundo de Capital de Risco Desenvolvimento e Reorganização Empresarial	Lisboa	100,00%	14 321	(679)	29 356	(371)
Fundo de investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional – Caixa Arrendamento	Lisboa	99,68%	81 137	473	40 697	762
Fundo Invest. Imobil. Fechado Imocentro	Lisboa	100,00%	4 647	(345)	4 992	(232)
Caixagest Estratégia Dinâmica	Lisboa	60,71%	56 779	(1 679)	63 203	(413)
Fundo Especial Investimento Aberto Estratégias Alternativas	Lisboa	78,33%	26 332	(1 836)	29 672	(451)
Caixagest Renda Mensal – Fundo Investimento Mobiliário Aberto						
Obrigações Taxa Variável	Lisboa	-	-	-	120 600	3 242
Caixa Imobiliário – Fundo de Investimento fechado de Arrendamento Habitacional	Lisboa	100,00%	51 425	1 006	50 453	492
Caixagest Private Equity – Fundo Especial de Investimento	Lisboa	71,15%	99 303	15 963	93 192	12 683
Caixagest Imobiliário Internacional – Fundo Especial de Investimento	Lisboa	70,21%	251 173	10 533	242 861	10 205
Caixagest Infra-Estruturas – Fundo Especial de Investimento	Lisboa	66,69%	76 631	2 094	82 793	102
Caixagest Moeda – Fundo de Investimento Mobiliário de Tesouraria	Lisboa	-	-	-	131 611	3 169
Caixagest Oportunidades – Fundo Especial de Investimento	Lisboa	58,70%	30 978	308	18 737	(1 896)
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest	Lisboa	99,09%	113 759	3 259	95 212	7 412
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança 1	Lisboa	100,00%	15 179	65	15 114	33
Empresas registadas pelo método proporcional						
Esegur – Empresa de Segurança, SA	Lisboa	50,00%	10 000	445	9 750	510
Locarent	Lisboa	50,00%	6 643	3 017	4 972	1 570

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.
(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.
(c) O capital social está representado por 1000 ações ordinárias com valor unitário de 1 Euro e 112 128 ações preferenciais sem direito de voto com o valor unitário de 1000 Euros cada (600 000 ações preferenciais em 31.12.2010).

Os principais movimentos nas Filiais do Grupo, durante os exercícios de 2011 e 2010, foram os seguintes:

BANCO CAIXA GERAL, SA

Em Assembleia-Geral de Acionistas realizada em maio de 2010, foi deliberado o aumento do capital social do Banco Caixa Geral de 442 792 mEuros para 462 792 mEuros, mediante a emissão de 3 327 787 novas ações com um valor nominal unitário de 6,01 euros, das quais 3 327 751 ações subscritas pela CGD.

Posteriormente, em Assembleia-Geral de Acionistas realizada em agosto de 2010, foi deliberado um segundo aumento de capital social do Banco Caixa Geral de 462 792 mEuros para 488 792 mEuros, mediante a emissão de 4 326 146 novas ações com um valor nominal unitário de 6,01 euros, das quais 4 326 034 ações subscritas pela CGD.

Já no decorrer do exercício de 2011, e com o objetivo de consolidar a estrutura de fundos próprios do Banco, foi decidido pelos seus acionistas a realização de um novo aumento de capital social no montante de 30 000 mEuros, mediante a emissão de 4 991 672 ações com um valor nominal unitário de 6,01 euros, integralmente subscrito pela CGD.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os montantes relativos aos aumentos de capital subscritos pela Caixa Geral de Depósitos encontravam-se integralmente realizados.

BANCO PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO, SA (BPD)

O Banco para Promoção e Desenvolvimento foi constituído em 14 de fevereiro de 2011, mediante escritura pública celebrada entre a Sonangol, Empresa Pública, a Sonangol Holdings, Limitada, a Gerbanca, SGPS, SA, a Caixa – Participações, SGPS, SA e a Caixa Geral de Depósitos, SA.

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária com a latitude permitida pela Lei, ascendendo o seu capital social a 45 900 000 000 Kwanzas, (correspondentes, na data da sua constituição, a USD 500 000 000), dos quais 23 500 000 kwanzas já realizados. A participação do Grupo

Caixa no capital do BDP ascende a 50%, repartida entre a CGD (49,99%), a Caixa – Participações (0,005%) e a Gerbanca (0,005%).

BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO, SA (BNI)

O Banco Nacional de Investimento, SA foi constituído em 14 de junho de 2010, por escritura pública celebrada entre o Estado da República de Moçambique, através da Direção Nacional de Tesouro, a Caixa Geral de Depósitos, SA e o Banco Comercial e de Investimentos, SARL, tendo por objeto o exercício da atividade bancária na área da banca de investimento.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital subscrito e realizado do Banco Nacional de Investimento, SA ascendia a 70 000 mMZN (milhares de Meticais), distribuídos pela Direção Nacional de Tesouro (49,5%), CGD (49,5%) e Banco Comercial de Investimentos, SARL (1%). Em Assembleia-Geral de Acionistas de 22 de novembro de 2011, foi deliberado o aumento de capital do Banco para 2 240 000 mMZN, representado por 2 240 000 000 ações com o valor nominal de 1 Metical cada.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social do BNI encontrava-se integralmente realizado, mantendo os acionistas a proporção de titularidade do capital social inicial.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E REORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL, FCR

O Fundo de Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR foi constituído em 16 de agosto de 2011, com um capital inicial de 100 000 mEuros, representado por 100 000 Unidades de Participação com um valor nominal de 1000 Euros, cada.

O Fundo destina-se a exercer a atividade de capital de risco, mediante a realização de investimentos em sociedades que se encontrem ou se preveja venham a enfrentar dificuldades financeiras e/ou operacionais ou cuja viabilização no curto ou médio prazos implique a implememtação de um processo de reorganização da sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2011, do valor total do capital do Fundo, encontravam-se realizados 15 000 mEuros, devendo a realização do valor remanescente ser efetuada em função da concretização das necessidades de investimento.

FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO PARA ARRENDAMENTO HABITACIONAL – CAIXA ARRENDAMENTO (FIIAH – CAIXA ARRENDAMENTO)

Em 30 de setembro de 2011, em resultado de deliberação dos participantes do Fundo, a CGD procedeu à subscrição de 38 873 unidades de participação pelo montante global de 39 999 mEuros, tendo em resultado desta transação aumentado a percentagem que detém no capital do FIIAH – Caixa Arrendamento para 82,51%.

O aumento de capital do fundo, integralmente subscrito pela CGD, foi realizada mediante a entrega de 29 979 mEuros em numerário e o remanescente, no montante de 10 020 mEuros, através da entrega de imóveis.

CAIXAWEB, SGPS, SA (EM LIQUIDAÇÃO) (CAIXAWEB)

Em Assembleia-Geral realizada em 28 de março de 2011, foi deliberado o encerramento do processo de liquidação da Caixaweb, tendo os ativos líquidos da sociedade, em consequência desta decisão, sido entregues ao seu acionista único, a Caixa Geral de Depósitos, SA.

Em resultado desta situação, a Caixa procedeu à incorporação das participações detidas pela Caixaweb nas entidades Caixatec – Tecnologias de Comunicação, SA (e respetivos suprimentos) e Yunit Serviços, SA.

BANCO CAIXA GERAL BRASIL

Em Assembleia-Geral realizada em janeiro de 2010, foi deliberado o aumento do capital desta entidade de 123 000 mBRL (milhares de Reais Brasileiros) para 400 000 mBRL, mediante a emissão de 743 170 novas ações com um valor unitário de 372,73 BRL, integralmente subscritas pela Caixa. A

realização deste aumento de capital foi efetuada em duas parcelas de 138 500 mBRL, em janeiro e julho de 2010.

BANCO INTERATLÂNTICO, SARL

Em abril de 2010, o Banco Interatlântico realizou um aumento de capital social no montante de 400 000 milhares de Escudos Caboverdianos (mCVE), através da emissão de 40 000 novas ações com um valor nominal de 10 mCVE. A CGD acompanhou este aumento de capital, através da subscrição de 28 000 novas ações, passando a deter 70 000 ações e mantendo, assim, a sua participação de 70% de capital no Banco Interatlântico.

GERBANCA, SGPS, SA

Em Assembleia-Geral realizada em junho de 2010, foi deliberado o aumento do capital desta entidade no valor de 12 140 Euros, mediante a emissão de 2428 ações de valor nominal unitário de 5 Euros e com um prémio de emissão de 26 063,7431 Euros cada. O aumento de capital da Gerbanca foi integralmente realizado pela Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA através da entrega de 12 658 640 ações do Caixa-Banco de Investimento, SA, valorizadas por um valor de mercado de 5 Euros por ação, correspondendo a um valor global de aproximadamente 63 295 mEuros.

Em setembro de 2010, a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA alienou à CGD a sua participação na Gerbanca pelo valor global de 63 295 mEuros.

PARTANG, SGPS, SA (PARTANG) E BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, SA (BCGTA)

Nos termos do acordo quadro estabelecido entre a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Santander Totta (BST) com vista à realização de uma parceria de investimento no mercado Angolano através de uma participação no Banco Totta de Angola, SA (BTA), e tendo sido obtidas as necessárias autorizações por parte das entidades angolanas e portuguesas competentes, em 4 de junho de 2009, foi constituída a sociedade Partang, SGPS, SA, com um capital social de 10 942 mEuros, integralmente realizado em espécie pelo BST e pela Madeisisa (sociedade integralmente detida pelo BST), através da entrega de 40 474 059 ações do BTA, representativas de 51% do capital e direitos de voto deste Banco.

No decorrer dos exercícios de 2009 e 2010, ocorreram ainda os seguintes desenvolvimentos relativamente a esta operação:

- Em 2 de julho de 2009, foi deliberado em Assembleia-Geral de Acionistas da Partang, SGPS, SA, o aumento do capital social desta sociedade em 10 942 mEuros, mediante a emissão de 1 094 233 040 ações com um valor nominal unitário de 0,01 Euros, a realizar em dinheiro;
- Nessa mesma data, a Caixa, o BST e a Madeisisa celebraram um acordo mediante o qual estas duas últimas entidades cedem à Caixa os direitos de subscrição no aumento do capital social da Partang, SGPS, SA de que eram originalmente titulares. A cedência do exercício dos direitos de subscrição, correspondentes a uma participação de 50% no capital social da Partang, foi efetuada pelo preço global de 15 280 mEuros;
- Em consequência da concretização do referido acordo, a Caixa subscreveu a totalidade das novas ações resultantes do aumento de capital social da Partang, SGPS, SA, pelo valor global de 36 083 mEuros, correspondendo 10 942 mEuros ao valor nominal das ações e 25 141 mEuros a um prémio de emissão;
- Igualmente em 2 de julho de 2009, o BTA procedeu ao aumento do seu capital social em Kwanzas Angolanos (AON) 7 781 391 000, mediante a emissão de 778 139 100 ações, com valor unitário de AON 10. O aumento do capital social foi realizado através de entradas em dinheiro no valor de AON 7 780 600 000 (correspondentes ao contravalor de USD 100 000 000) e mediante a integração de reservas livres no valor de AON 791 000. O valor do capital social realizado pela Partang no âmbito desta operação ascendeu a AON 3 968 106 000 (correspondentes ao contravalor de USD 51 000 000). Ainda nesta data, o BTA procedeu à redenominação do valor nominal das ações de AON 10 para AON 500, assim como à alteração da sua denominação social para a atual;

- Em 2 de julho de 2010, a Caixa exerceu uma opção de compra de 1% do capital e direitos de voto da Partang, ao preço global de USD 2 381 597 (1885 mEuros ao câmbio da referida data), tendo em resultado desta operação aumentado a sua percentagem de participação nesta sociedade para 51%.

Ainda nos termos do acordo-quadro estabelecido entre a Caixa e o BST:

- O BST detém uma opção de venda sobre a totalidade da participação por si detida na Partang, a exercer junto da Caixa no prazo de quatro anos depois de decorridos dois anos sobre a data de subscrição do aumento de capital realizado pela Partang em 2 de julho de 2009;
- De forma complementar, a Caixa detém uma opção de compra sobre as ações detidas pelo BST, até que atinja um limite máximo de 80% do capital social e direitos de voto da Partang, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de subscrição do aumento de capital realizado pela Partang em 2 de julho de 2009.

O preço de exercício das referidas opções será variável em função da evolução dos capitais próprios do BCGTA.

CGD – PARTICIPAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, LTDA

Em junho de 2010, a Caixa alienou 601 751 quotas da CGD – Representação de Bancos, de valor nominal unitário de 1 Real, ao Banco Caixa Geral Brasil, SA e 12 929 quotas de igual valor nominal ao Caixa – Banco de Investimento, SA. Após essas alienações, a Caixa deixou de ter qualquer participação direta na CGD – Representação de Bancos.

Adicionalmente, o Caixa – Banco de Investimento, SA adquiriu 588 821 quotas da CGD – Representação de Bancos à Caixa Participações, SGPS, SA.

Na mesma data, os dois novos acionistas da CGD – Representação de Bancos alteraram a denominação da sociedades para CGD – Participações em Instituições Financeiras, Ltda.

BANIF CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO, SA (BANIF CVC)

Em 2 de junho de 2010, o Grupo Caixa celebrou com o Grupo Banif um acordo de parceria no âmbito do qual se encontra prevista a aquisição a este último de 70% do capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA. A referida transação encontra-se sujeita à prévia aprovação das competentes autoridades regulatórias de Portugal e do Brasil.

Eventos subsequentes

Em 6 de fevereiro de 2012, foi assinado entre as partes o contrato que presidirá à aquisição da referida participação no capital da Banif CVC pelo Grupo CGD. De acordo com os termos deste contrato, a aquisição do capital da Banif CVC, a efetuar através da CGD – Participações em Instituições Financeiras, Ltda (entidade de direito brasileiro, participada em partes iguais pelo Banco Caixa Geral Brasil, SA e pelo Caixa – Banco de Investimento, SA), será efetuada pelo preço global de aproximadamente 123 925 mReais.

O processo inerente à formalização da cedência dos direitos sobre a Banif CVC, atualmente em curso, prevê numa primeira fase a subscrição pela CGD – Participações em Instituições Financeiras, Ltda de um aumento de capital no valor de 47 500 mReais, e posterior aqusição de ações ao Banif – Banco de Investimento (Brasil) em número suficiente para que o Grupo perfaça uma participação global de 70% sobre o capital social desta entidade.

O acordo de acionistas da Banif CVC prevê ainda o seguinte:

- Opção de venda pelo Grupo Banif do remanescente da participação detida na Banif CVC, a realizar no prazo entre o 12º e o 60º mês da data de assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações datado de 2 junho de 2010;
- Opção de compra pelo Grupo Caixa do remanescente da participação detida pelo Grupo Banif na Banif CVC, a partir do 60º mês da data de assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações datado de 2 de junho de 2010.

O preço de exercício das referidas opções será variável em função do lucro líquido do exercício da Banif CVC.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	806 559	588 476
Depósitos à ordem em Bancos Centrais		
Capital	1 897 315	879 616
Juros a receber	607	659
	2 704 482	**1 468 752**

Os depósitos à ordem da Caixa no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os fundos que a Caixa e os bancos do Grupo mantinham em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes nos países onde operam.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Cheques a cobrar		
No país	129 083	146 057
No estrangeiro	47 155	15 183
	176 239	**161 240**
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
No país	213 721	571 771
No estrangeiro	592 316	528 705
	806 037	**1 100 477**
Juros a receber	3 921	3 257
	986 197	**1 264 973**

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Mercado monetário interbancário	883 073	807 537
Depósitos a prazo		
No país	80 343	33 761
No estrangeiro	132 230	288 919
Empréstimos		
No país	2 570 868	649 948
No estrangeiro	599 321	819 594
	4 956 118	**3 424 242**

	31.12.2011	31.12.2010
Outras aplicações		
No país	33 240	242 683
No estrangeiro	547 034	457 299
Operações de compra com acordo de revenda	101 077	98 618
Crédito e juros vencidos	7 594	104 469
	4 954 780	**3 502 828**
Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura	219	2 257
Juros a receber	13 992	8 296
Proveitos diferidos	(561)	(205)
	4 968 430	**3 513 175**
Imparidade (Nota 41.)	(12 312)	(88 933)
	4 956 118	**3 424 242**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Empréstimos – no país" inclui 1 400 000 mEuros e 400 000 mEuros, respetivamente, relativos a emissões de papel comercial realizadas pelo Banco Português de Negócios, SA (BPN), as quais se encontram garantidas pelo Estado Português no quadro definido pela Lei nº 62-A/2008, de 11 de novembro, diploma que procedeu à nacionalização do BPN.

De referir que, em dezembro de 2010, no âmbito do processo de reorganização das operações de crédito e assistência de liquidez junto do BPN, a Caixa procedeu à subscrição de um conjunto de empréstimos obrigacionistas efetuados pelas entidades Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA, no montante nominal global de 3 100 000 mEuros. Estas emissões encontram-se igualmente abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português e estão registadas pelo seu valor de mercado na rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda" (Nota 8.). O financiamento concedido às referidas sociedades permitiu ao BPN, nessa data, o reembolso parcial de responsabilidades entretanto assumidas junto da Caixa, também ao abrigo do Programa de Papel Comercial, no montante de 4 000 000 mEuros.

Foram igualmente concedidos créditos a estas sociedades no valor de aproximadamente 792 953 mEuros (795 112 mEuros em 31 de dezembro de 2010), registados em "Créditos sobre clientes", os quais se encontram garantidos por penhores e hipotecas sobre ativos dos referidos veículos (Nota 13.).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Mercado Monetário Interbancário" inclui 433 849 mEuros e 745 852 mEuros, respetivamente, de aplicações efetuadas junto do BPN.

Não obstante as operações de assistências de liquidez, através do Mercado Monetário Interbancário, não disporem, ainda, da habitual Declaração de Garantia emitida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, é entendimento da Caixa Geral de Depósitos que as mesmas beneficiam de garantia pessoal do Estado, nos termos do nº 9, do Artigo 2º, da Lei nº 62-A/2008.

Com efeito, o nº 9, do Artigo 2º, da Lei nº 62-A/2008 estabelece que «as operações de crédito ou de assistência de liquidez que sejam realizadas pela Caixa Geral de Depósitos, SA, a favor do BPN no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, até à data da aprovação dos objetivos de gestão previstos no n.º 7, beneficiam de garantia pessoal do Estado por força da presente lei». Por sua vez o nº 10, do mesmo Artigo, estabelece que «o disposto no número anterior não prejudica a observância do limite máximo legalmente estabelecido para a prestação de garantias pessoais do Estado, cabendo ao ministro responsável pela área das finanças assegurar o respetivo cumprimento».

A Caixa entende que o referido Artigo é aplicável à situação em concreto, dado tratarem-se de operações de assistência de liquidez realizadas pela Caixa a favor do BPN no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, que os objetivos de gestão previstos no nº 7, do Artigo 2º, do referido Decreto-Lei não foram ainda aprovados e que a observância do limite máximo legalmente estabelecido para a prestação de garantias pessoais do Estado é assegurada pelo ministro responsável pela área das finanças.

As evoluções relativas ao BPN ocorridas após 31 de dezembro de 2011 encontram-se descritas na Nota 47. – Eventos subsequentes.

No que respeita às aplicações realizadas em bancos com sede na República da Islândia, o saldo acumulado de imparidade reconhecida pela Caixa nestes ativos ascendia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a 12 157 mEuros e 49 125 mEuros, respetivamente, tendo, no decorrer do exercício de 2011, sido utilizadas provisões no montante de, aproximadamente, 37 500 mEuros.

No decorrer do primeiro semestre de 2011, a Caixa procedeu à alienação de direitos sobre valores a receber no âmbito de transações realizadas junto de um banco norte-americano, tendo em resultado desta operação sido utilizadas provisões anteriormente constituídas para este ativo no montante de 39 557 mEuros.

O movimento da imparidade de aplicações em instituições de crédito, durante os exercícios de 2011 e 2010, é apresentado na Nota 41.

7. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ATIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos:						
Títulos da dívida pública	85 346	-	85 346	132 704	-	132 704
Bilhetes do Tesouro	112 493	10 551	123 043	281 695	11 590	293 285
Obrigações de outros emissores públicos:						
Nacionais			-	-	-	-
Estrangeiros	285 908	16 571	302 479	167 336	164 348	331 683
De outros emissores:						
Obrigações e outros títulos:						
De residentes	81 770	21 292	103 062	94 609	133 471	228 079
De não residentes	32 427	124 809	157 235	130 569	99 247	229 816
	597 944	**173 222**	**771 166**	**806 913**	**408 655**	**1 215 567**
Instrumentos de capital						
De residentes	15 902	495 394	511 296	9 233	479 011	488 244
De não residentes	15 333	953	16 286	15 781	-	15 781
	31 235	**496 347**	**527 582**	**25 014**	**479 011**	**504 026**
Outros instrumentos financeiros						
Unidades de participação						
De residentes	2 704	234 728	237 433	64 900	294 809	359 709
De não residentes	44 594	573 668	618 262	134 060	432 272	566 332
Outros						
De residentes	-	-	-	-	8 068	8 068
	47 298	**808 396**	**855 695**	**198 960**	**735 149**	**934 109**
Crédito e outros valores a receber	-	1 337	1 337	-	2 686	2 686
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 11.)						
Swaps	1 487 109	-	1 487 109	1 297 804	-	1 297 804
Futuros e outras operações a prazo	3 561	-	3 561	12 521	-	12 521
Opções de divisas e cotações	312 790	-	312 790	458 129	-	458 129
Opções de taxa de juro *(Caps & Floors)*	170 392	-	170 392	115 734	-	115 734
Outros	2 078	-	2 078	1 913	-	1 913
	1 975 930	**-**	**1 975 930**	**1 886 101**	**-**	**1 886 101**
	2 652 407	**1 479 303**	**4 131 709**	**2 916 987**	**1 625 501**	**4 542 489**

Em 31 de dezembro de 2011, os ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliário e imobiliário geridos por entidades do Grupo nos montantes de 48 005 mEuros e 81 774 mEuros, respetivamente (162 099 mEuros e 65 380 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação – Instrumentos de dívida" inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 118 065 mEuros e 45 317 mEuros, respetivamente (Nota 24.).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Ativos Financeiros ao justo valor através de resultados – Instrumentos de capital" inclui 342 447 mEuros e 326 538 mEuros, respetivamente, relativos a uma participação detida na Cimpor, no âmbito da aquisição pela Caixa de 64 406 000 ações, representativas de 9,584% do capital social desta Sociedade. Estas ações foram adquiridas em fevereiro de 2009 por 317 844 mEuros, detendo o vendedor uma opção de compra da participação à Caixa pelo custo de aquisição, capitalizado a uma taxa indexada à Euribor. No decorrer do mês de fevereiro de 2012, o período disponível para exercício da opção atingiu o seu termo sem que o vendedor tenha procedido à recompra das referidas ações. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a valorização negativa da opção encontrava-se registada na rubrica "Opções – Cotações" (Nota 11.).

Em 3 de fevereiro de 2010, a Caixa celebrou com a Votorantim Cimentos, SA um acordo Parassocial nos termos do qual, e entre outras disposições, assumiu o compromisso de manter, pelo prazo inicial de 10 anos, ações correspondentes a, no mínimo, 9,7% do capital da Cimpor. Ficou ainda atribuído à Votorantim Cimentos, SA o direito de primeira opção de compra *(right of first refusal)*, em caso de alienação destas ações pela Caixa a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2011, a rubrica "Ativos Financeiros ao justo valor através de resultados" inclui 62 616 mEuros e 59 634 mEuros, respetivamente, relativamente a uma participação de 19,4% do capital social da Sumol + Compal, SA. O Grupo detém uma opção de venda à Refrigor, SGPS, SA a exercer em abril de 2012 sobre a totalidade das ações desta entidade, por um preço correspondente ao valor de investimento capitalizado a uma taxa de juro variável indexada à Euribor.

No decorrer do primeiro semestre de 2010, a Caixa transferiu para a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda um conjunto de títulos que estavam registados como ativos financeiros detidos para negociação, ao abrigo das disposições previstas no IAS 39. Os detalhes relativos aos títulos englobados na referida transferência são apresentados na Nota 8.

8. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	4 827 809	4 470 571
De outros emissores públicos	1 044 296	2 457 870
De organismos financeiros internacionais	57 390	71 466
De outros emissores	8 763 637	14 211 311
	14 693 132	**21 211 218**
Instrumentos de capital		
Valorizados ao justo valor	1 728 865	1 908 891
Valorizados ao custo histórico	194 480	197 100
	1 923 344	**2 105 991**
Outros instrumentos	1 107 648	1 031 611
	17 724 124	**24 348 820**
Imparidade (Nota 41.)		
Instrumentos de capital	(724 211)	(332 398)
Instrumentos de dívida	(52 629)	(59 982)
Outros instrumentos	(103 641)	(100 867)
	(880 481)	**(493 247)**
	16 843 643	**23 855 573**

Em 31 de dezembro de 2010, a rubrica "Instrumentos de dívida" inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias e obrigações sobre o setor público com um valor de balanço de 408 803 mEuros (Nota 24.).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Instrumentos de dívida – De outros emissores" inclui, ainda, 1 807 981 mEuros e 3 100 000 mEuros, respetivamente, referentes a obrigações emitidas pelas entidades Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA ao abrigo do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN (Nota 6.). Estas obrigações encontram-se abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português e serão amortizadas em prestações crescentes de capital ao longo de um período de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a imparidade de instrumentos de dívida inclui 26 838 mEuros e 29 556 mEuros, respetivamente, relativos a obrigações emitidas por Bancos com sede na República da Islândia. Em 31 de dezembro de 2011, inclui ainda 14 629 mEuros decorrentes de imparidade constituída no exercício para obrigações soberanas emitidas pela República da Grécia.

Em 31 de dezembro de 2010, a imparidade de instrumentos de dívida incluía, igualmente, 7687 mEuros para fazer face às perdas estimadas em instrumentos de dívida emitidos por um banco norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor da Imparidade de "Outros instrumentos" inclui 3749 mEuros e 3266 mEuros, respetivamente, relativos a fundos de investimento mobiliário e imobiliário geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo (13 562 mEuros em 31 de dezembro de 2010 em fundos de investimento mobiliário).

Em 31 de dezembro de 2011, o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda ascende a 277 860 mEuros e 123 183 mEuros, respetivamente (246 765 mEuros e 101 743 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2010).

Os instrumentos de capital incluem as seguintes participações:

	31.12.2011							
	Atividade bancária	Atividade seguradora	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de Justo Valor	Percentagem efetiva (%)
Valorizados ao justo valor								
Portugal Telecom, SA	459 990	2 688	-	462 678	(216 256)	246 422	(2 588)	6,18
Galp Energia, SGPS, SA	158 562	3 094	-	161 657	-	161 657	(14 755)	1,71
ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	300 757	1 538	-	302 295	(224 746)	77 550	1 564	10,80
SICAR NovEnergia II	-	-	50 546	50 546	-	50 546	15 546	14,90
Finpro, SGPS, SA	-	-	35 333	35 333	-	35 333	11 516	17,16
Banco Comercial Português, SA	123 820	20 239	-	144 059	(115 411)	28 649	228	2,92
La Seda Barcelona, SA	48 099	-	2	48 101	(23 445)	24 656	(3 094)	14,24
Brisa – Autoestradas de Portugal, SA	63 000	2 497	-	65 497	(41 627)	23 870	(3)	1,56
Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA	14 785	246	-	15 032	-	15 032	3 544	1,12
A. Silva & Silva – Imobiliário e Serviços, SA	-	-	21 300	21 300	(9 129)	12 171	-	19,64
EDP – Energias de Portugal, SA	12 596	5 363	-	17 959	(6 293)	11 665	527	0,13
EDP Renováveis, SA	7	1 893	1 677	3 577	(1 359)	2 218	564	0,05
Ações de entidades estrangeiras	7 305	302 567	8 331	318 203	(50 773)	267 430	(23 146)	
Outros instrumentos com características de capital	130	-	-	130	-	130	(32)	
Outros	25 021	18 236	39 239	82 496	(26 918)	55 579	(1 574)	
	1 214 074	**358 362**	**156 428**	**1 728 865**	**(715 957)**	**1 012 907**	**(11 703)**	
Valorizados ao custo histórico								
Águas de Portugal, SA	153 003	-	-	153 003	-	153 003	-	9,69
VAA – Vista Alegre Atlantis, SA	4 058	-	622	4 680	(1 178)	3 502	-	4,48
Outros	29 210	67	7 520	36 797	(7 076)	29 721	-	
	186 271	**67**	**8 142**	**194 480**	**(8 254)**	**186 226**	**-**	
	1 400 345	**358 428**	**164 570**	**1 923 345**	**(724 211)**	**1 199 133**	**(11 703)**	

	31.12.2010							
	Atividade bancária	Atividade seguradora	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de Justo Valor	Percentagem efetiva (%)
Valorizados ao justo valor								
Portugal Telecom, SA	458 987	5 616	-	464 604		464 604	(25 490)	6,26
Galp Energia, SGPS, SA	199 805	5	-	199 810	-	199 810	27 525	1,39
ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	314 580	1 825	-	316 406	(203 102)	113 304	15 461	10,93
Banco Comercial Português, SA	85 516	26 188	-	111 703	(40 367)	71 337	-	2,68
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP	54 332	-	-	54 332	-	54 332	(32 621)	52,49
EDP – Energias de Portugal, SA	52 616	5 342	-	57 958	(5 667)	52 291	(9 731)	0,41
Brisa – Autoestradas de Portugal, SA	46 971	1 936	-	48 907	-	48 907	(16 689)	1,64
SICAR NovEnergia II	-	-	46 127	46 127	-	46 127	11 127	14,90
Finpro, SGPS, SA	-	-	42 156	42 156	-	42 156	18 339	17,16
La Seda Barcelona, SA	32 539	-	2	32 540	(2)	32 539	(18 655)	14,77
A. Silva & Silva – Imobiliário e Serviços, SA	-	-	23 030	23 030	-	23 030	1 730	23,90
Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA	17 544	-	-	17 544	-	17 544	6 349	1,17
EDP Renováveis, SA	7	1 961	21 182	23 150	(9 922)	13 228	668	0,38
Ações de entidades estrangeiras	2 888	359 837	7 765	370 490	(36 504)	333 986	(2 626)	
Outros instrumentos com características de capital	43 729	-	-	43 729	-	43 729	(487)	
Outros	4 456	15 328	36 622	56 406	(27 497)	28 909	748	
	1 313 968	**418 038**	**176 884**	**1 908 891**	**(323 060)**	**1 585 830**	**(24 354)**	
Valorizados ao custo histórico								
Águas de Portugal, SA	153 004	-	-	153 004	-	153 004	-	9,69
VAA – Vista Alegre Atlantis, SA	4 058	-	691	4 749	(1 178)	3 571	-	4,48
Outros	27 774	33	11 541	39 347	(8 159)	31 188	-	
	184 835	**33**	**12 232**	**197 100**	**(9 337)**	**187 762**	**-**	
	1 498 803	**418 071**	**189 116**	**2 105 990**	**(332 397)**	**1 773 593**	**(24 354)**	

Na preparação dos mapas acima foram utilizados os seguintes critérios:

- A coluna "Atividade seguradora" inclui os títulos da Caixa Seguros e Saúde e da Garantia;
- A coluna "Banca de investimento e capital de risco" inclui os títulos detidos pelo Caixa - Banco de Investimento e pela área de capital de risco do Grupo, incluindo os fundos de capital de risco que são consolidados (Nota 3.);
- Os títulos detidos pelas restantes entidades foram imputados à "Atividade bancária".

O valor da imparidade em instrumentos de capital reconhecida pelo Grupo por contrapartida de resultados, nos exercícios de 2011 e 2010, apresenta a seguinte composição (Nota 41.):

	31.12.2011	31.12.2010
Portugal Telecom, SGPS, SA	216 256	-
Banco Comercial Português, SA	81 845	39 589
Brisa – Auto Estradas de Portugal, SA	41 630	-
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	32 621	-
ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	21 777	30 721
La Seda Barcelona, SA	19 034	-
A. Silva & Silva – Imobiliário & Serviços, SA	9 129	-
EDP – Energias de Portugal, SA	873	97 485
Instrumentos de capital – atividade Seguradora	25 035	66 986
Outros	12 757	26 349
	460 957	**261 130**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a reserva de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2011	31.12.2010
Reserva de justo valor (Nota 30.) (valores brutos, antes de interesses minoritários)		
Instrumentos de dívida	**(3 177 898)**	**(663 253)**
Instrumentos de capital		
Justo valor positivo	65 052	104 672
Justo valor negativo		
Menos-valia inferior a 20% do custo de aquisição	(29 623)	(49 112)
Menos-valia entre 20% e 30% do custo de aquisição	(8 341)	(27 942)
Menos-valia entre 30% e 40% do custo de aquisição	(13 586)	(50 977)
Menos-valia entre 40% e 50% do custo de aquisição	(25 205)	(995)
	(11 703)	**(24 354)**
Outros instrumentos	17 880	43 739
	(3 171 720)	**(643 868)**
Saldo atribuível aos interesses minoritários	1 571	(12 390)
	(3 170 149)	**(656 258)**
Reserva por impostos diferidos	738 453	161 919
	(2 431 696)	**(494 339)**

Os principais instrumentos de capital registados como "Ativos financeiros disponíveis para venda" tiveram os seguintes movimentos em 2011 e 2010:

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, SA (BCP) E BCP – VALORES MOBILIÁRIOS PERPÉTUOS SUBORDINADOS

No âmbito da oferta pública geral de aquisição de valores mobiliários perpétuos subordinados, lançada pelo Banco Comercial Português em 29 de abril de 2011 (na modalidade de oferta pública de troca), a Caixa procedeu à conversão de duas emissões dos referidos instrumentos de que era detentora, com um valor nominal global de 41 325 mEuros, em ações representativas do capital social do Oferente. Os termos de troca da operação determinaram o recebimento de 1600 ações do BCP por cada valor mobiliário das emissões perpétuas, cujo valor nominal era de 1000 Euros. Em resultado desta transação, a Caixa reconheceu menos-valias de 8265 mEuros (Nota 35.).

Foram igualmente realizadas pela Caixa vendas de valores mobiliários perpétuos no período que antecedeu a oferta pública de troca, as quais permitiram a realização de mais-valias globais no montante de 133 mEuros (Nota 35.).

Posteriormente à realização desta operação, e na sequência da aprovação em Assembleia-Geral de Acionistas do BCP de abril de 2011, relativamente à realização de um aumento do seu capital social, a Caixa procedeu, ainda, à aquisição de 14 567 133 novas ações com um valor de subscrição unitário de 0,36 Euros.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA (PORTUGAL TELECOM)

No decorrer do exercício de 2011, a CGD adquiriu 6 157 384 ações e alienou 6 127 384 ações da Portugal Telecom pelos montantes globais de 28 618 mEuros e 28 324 mEuros, respetivamente. Como resultado destas operações, foi registada uma menos-valia de 24 371 mEuros (Nota 35.).

No exercício de 2010, a CGD adquiriu 22 707 328 ações por um montante global de 226 369 mEuros. Ainda no decorrer do exercício de 2010, a CGD alienou 23 007 328 ações por um montante de 229 196 mEuros, tendo, em resultado destas operações, sido apurada uma mais-valia de 31 727 mEuros (Nota 35.).

Ainda no decorrer do exercício de 2010, a Caixa Seguros e Saúde alienou 8 933 238 ações da Portugal Telecom por um valor global de 88 818 mEuros, tendo reconhecido mais-valias líquidas de 31 457 mEuros (Nota 35.). As referidas transações não incluem títulos afetos a carteiras de seguros,

cujos resultados realizados na venda são reconhecidos por contrapartida da rubrica "Resultados e investimentos afetos a contratos de seguros" (Nota 2.17. b)).

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA (IHRU)

Em 31 de dezembro de 2011, a Caixa alienou à Direção-Geral do Tesouro títulos do Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana por 82 356 mEuros, tendo registado em resultado desta transação uma mais-valia face ao valor líquido de imparidade, no montante de 28 024 mEuros (Nota 35.). O valor das perdas de imparidade reconhecidas por contrapartida de resultados do exercício no decorrer de 2011 ascendeu a 32 621 mEuros.

UNICRE – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA

Durante o primeiro semestre de 2010, a Caixa alienou 352 023 ações da Unicre – Instituição Financeira de Crédito, SA, representativas de 17,6% do seu capital social, ao Banco Comercial Português por um valor global de 22 881 mEuros, tendo, em resultado desta operação, sido registada uma mais-valia de 21 816 mEuros (Nota 35.).

ZON – SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, SGPS, SA (ZON)

Em dezembro de 2009, a Caixa Geral de Depósitos celebrou com a empresa Kento Holding Limited um acordo para a venda de 7 727 420 ações da ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (ZON), correspondentes a 2,5% do respetivo capital social, por um preço unitário de 5,3 euros. A concretização dessa operação de venda ficou condicionada à aprovação, em Assembleia-Geral de Acionistas da ZON, da venda à Kento Holding Limited (Kento), de 14 006 437 ações próprias, a qual veio a ocorrer em 29 de janeiro de 2010. Uma vez que se tratou de uma venda condicionada, a CGD apenas registou nas suas demonstrações financeiras do exercício de 2009 o compromisso decorrente da obrigação de alienação das referidas ações, conforme termos do contrato.

Em fevereiro de 2010, após a verificação da condição suspensiva prevista no acordo celebrado em dezembro de 2009, a Caixa concretizou a operação de alienação à Kento Holding Limited das 7 727 420 ações da ZON, tendo, em resultado desta transação, sido registado uma mais-valia de 11 881 mEuros (Nota 35.).

Adicionalmente, no decorrer do segundo semestre de 2010, a CGD adquiriu 1 481 007 ações da ZON, por um montante de 5233 mEuros e alienou 1 532 744 ações, por um montante global de 5388 mEuros, tendo sido registadas mais-valias líquidas de 914 mEuros (Nota 35.).

O contributo da Caixa Seguros e Saúde, no exercicio de 2010, foi positivo em cerca de 26 mEuros (Nota 35.), decorrente da alienação de 1 619 714 ações da ZON por 6414 mEuros. As referidas transações não incluem títulos afetos a carteiras de seguros, cujos resultados realizados na venda são reconhecidos por contrapartida da rubrica " Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros" (Nota 2.17. b)).

EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL, SA (EDP)

Em 30 de setembro de 2010, a Caixa alienou à Parpública 91 413 443 ações da EDP pelo valor de 292 523 mEuros, tendo recebido nessa data 58 505 mEuros conforme previsto nos termos do contrato de transmissão da referida participação (Nota 21.). Em resultado desta transação, a Caixa reconheceu uma menos-valia de 26 827 mEuros (Nota 35.).

Na mesma data, a Caixa reconheceu por contrapartida de resultados imparidade para as ações que permaneceram em carteira no montante de 93 075 mEuros.

Em 31 de dezembro de 2010, a Caixa alienou um segundo lote de 91 413 443 ações da EDP pelo valor de 283 382 mEuros, dos quais 56 676 mEuros liquidados na data da transação (Nota 21.). Em consequência da operação, foi registada uma mais-valia de 53 568 mEuros (Nota 35.).

O contributo da Caixa Seguros e Saúde no exercicio de 2010 foi positivo em cerca de 30 mEuros (Nota 35.), decorrente da alienação de 137 653 ações da EDP no montante global de 360 mEuros. As referidas transações não incluem títulos afetos a carteiras de seguros, cujos resultados realizados

na venda são reconhecidos por contrapartida da rubrica "Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros" (Nota 2.17. b)).

No exercício de 2011, a Parcaixa alienou 16 173 184 ações pelo valor de 55 458 mEuros, tendo reconhecido mais-valias no montante global de 5321 mEuros. Ainda neste exercício, as valias realizadas pela Caixa Seguros e Saúde em transações de títulos não afetos a carteiras de seguros ascenderam a 1 mEuros (Nota 35.).

GALP ENERGIA, SGPS, SA (GALP)

No decorrer do segundo semestre de 2010, a CGD alienou 1 401 489 ações da Galp por um montante global de 20 273 mEuros tendo sido apurada uma mais-valia de 2414 mEuros (Nota 35.).

LA SEDA BARCELONA

No decurso do exercício de 2010, em resultado de deliberação em Assembleia-Geral, a La Seda Barcelona procedeu ao aumento do seu capital social no valor de 300 milhões de Euros, mediante a emissão de 3 mil milhões de ações ao preço unitário de 0,1 Euros. No âmbito do referido aumento de capital, o Grupo Caixa reforçou a sua participação na La Seda através da subscrição de 490 450 377 ações, das quais 422 394 839 ações realizadas em numerário e 68 055 538 ações realizadas através da conversão de créditos, com o seguinte detalhe:

	Nº ações subscritas
Caixa Geral de Depósitos (Sede)	
Em numerário	250 000 000
Por conversão de créditos	68 055 538
Caixa Geral de Depósitos – Sucursal em Espanha	153 125 142
Caixa-Banco de Investimento	19 269 697
	490 450 377

VAA – VISTA ALEGRE ATLANTIS, SGPS, SA (VAA)

No âmbito do aumento de capital social realizado pela Vista Alegre Atlantis SGPS, SA em julho de 2010, a Caixa procedeu à subscrição de 35 997 328 novas ações, com um valor unitário de 0,08 Euros, cada. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a participação detida pelo Grupo nesta entidade é de 4,48%.

MARTIFER, SGPS, SA (MARTIFER)

No decorrer do exercicio de 2010, o Fundo de Capital de Risco Energias Renováveis – Caixa Capital alienou a totalidade da sua participação na Martifer por um valor global de 1418 mEuros, tendo em consequência destas operações sido reconhecida uma menos-valia de 1178 mEuros.

RECLASSIFICAÇÃO DE TÍTULOS

Caixa Geral de Depósitos

No exercício de 2008 e no decorrer do primeiro semestre de 2010, em conformidade com as alterações ocorridas à Norma IAS 39, em outubro de 2008, conforme descritas em maior detalhe na Nota 2.8., e em face das circunstâncias excecionais observadas no comportamento dos mercados financeiros nos referidos períodos, a Caixa procedeu à transferência de um conjunto de títulos da categoria de ativos financeiros detidos para negociação para a categoria de ativos financeiros disponíveis para venda.

As reclassificações efetuadas pela Caixa que resultaram da instabilidade e volatilidade que afetaram os mercados financeiros, com especial relevância no decorrer de 2010 no que respeita à evolução dos mercados de crédito fortemente afetados pela desestabilização no financiamento de dívida soberana de países da Zona Euro, determinaram a alteração das perspetivas da Caixa relativamente à alienação destes ativos, tendo deixado de ser expectável que esta viesse a ocorrer no curto prazo. A transferência de títulos ocorrida no primeiro semestre de 2010 compreendeu, essencialmente, instrumentos de dívida emitidos por soberanos, títulos emitidos por agências governamentais e outros

instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras diretamente afetados pela turbulência verificada nos mercados de dívida pública da Zona Euro.

Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010, a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor apresenta o seguinte detalhe:

TÍTULOS RECLASSIFICADOS NO EXERCÍCIO DE 2008	Ativos financeiros ao justo valor através de reservas	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	1 001 797	n.d.
Valor de balanço em 31.12.2008	873 101	n.d.
Valor de balanço em 31.12.2009	560 350	n.d.
Valor de balanço em 31.12.2010	336 275	n.d.
Valor de balanço em 31.12.2011	261 035	n.d.
Justo valor dos títulos reclassificados em 31.12.2011	261 035	n.d.
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31.12.2011	(28 724)	n.d.
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31.12.2008 e 31.12.2009		n.d.
Mais / (menos)-valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	6 315	n.d.
Imparidade reconhecida no exercício	(6 673)	n.d.
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(60 758)	n.d.
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31.12.2009 e 31.12.2010		n.d.
Mais / (menos)-valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	57 186	n.d.
Imparidade reconhecida no exercício	(52 234)	n.d.
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(2 247)	n.d.
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31.12.2010 e 31.12.2011		n.d.
Mais / (menos)-valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(17 620)	n.d.
Imparidade reconhecida no exercício	-	n.d.
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(487)	n.d.

n.d. – não disponível.

TÍTULOS RECLASSIFICADOS NO EXERCÍCIO DE 2010	Ativos financeiros ao justo valor através de reservas	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	1 414 007	503 466
Valor de balanço em 31.12.2010	1 039 972	504 393
Valor de balanço em 31.12.2011	483 799	495 037
Justo valor dos títulos reclassificados em 31.12.2011	483 799	498 361
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31.12.2011	(84 483)	n.d.
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre a data de reclassificação e 31.12.2010		
Mais / (menos)-valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(36 589)	n.d.
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre a 31.12.2010 e 31.12.2011		
Mais / (menos)-valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(47 894)	n.d.
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(1 234)	n.d.

n.d. – não disponível.

Os valores apresentados não refletem o efeito fiscal.

Os "Ganhos / (perdas) refletidos por contrapartida de resultados" incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial e excluem rendimentos e encargos com juros e comissões.

9. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos financeiros com acordo de recompra apresentam a seguinte decomposição:

	31.12.2011	31.12.2010		
	Ao justo valor através de reservas de reavaliação	Ao justo valor através de resultados	Ao justo valor através de reservas de reavaliação	Total
Instrumentos de dívida				
De emissores públicos:				
Títulos da dívida pública	272 634	-	247 805	247 805
Obrigações de outros emissores públicos:				
Estrangeiros	58 130	523 918	103 364	627 282
De outros emissores:				
Obrigações e outros títulos:				
De não residentes	447 190	-	541 810	541 810
	777 954	**523 918**	**892 978**	**1 416 896**

No decorrer dos exercícios de 2011 e 2010, o Grupo celebrou junto de instituições financeiras e clientes operações de venda de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecida como um proveito com juros e diferido ao longo do período do contrato.

As responsabilidades decorrentes do contrato de recompra encontram-se reconhecidas como um passivo nas rubricas "Recursos de outras instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra" (Nota 22.) e "Recursos de clientes e outros empréstimos – Outros recursos – Operações de venda com acordo de recompra" (Nota 23.).

10. PRODUTOS *UNIT-LINKED*

Os "Investimentos associados a produtos *unit-linked* correspondem a ativos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica "Responsabilidades para com subscritores de produtos *unit-linked*, do passivo. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os investimentos registados nesta rubrica apresentam a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Investimentos associados a produtos *unit-linked:*		
Instrumentos de dívida	509 211	620 488
Instrumentos representativos de capital	20 615	26 740
Outros	18	22
Instrumentos derivados		
Justo valor positivo	5 765	5 182
Aplicações em instituições de crédito	49 270	80 080
	584 879	**732 512**
Responsabilidades para com subscritores de produtos *unit-linked*	**584 879**	**732 512**

11. DERIVADOS

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e cliente, e acompanhamento da evolução diária dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.8. c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	31.12.2011							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 7.)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo				3 505	(3 187)	-	-	319
Forwards Cambiais								
Compras	335 753	-	335 753					
Vendas	346 410	-	346 410					
FRA *(forward rate agreements)*	5 000	-	5 000	36	-	-	-	36
Swaps								
Swaps Cambiais				34 777	(1 591)	-	-	33 186
Compras	2 167 174	-	2 167 174					
Vendas	2 133 643	-	2 133 643					
Interest rate swaps* e *cross currency interest rate swap				1 442 780	(1 394 107)	108 129	(93 072)	63 730
Compras	64 286 822	1 070 084	65 356 907					
Vendas	64 238 533	1 002 511	65 241 044					
***Swaps* de Eventos de Crédito**				9 552	(19 096)	-	-	(9 544)
Compras	400 943	-	400 943					
Vendas	400 943	-	400 943					
Futuros								
Futuros sobre Divisas				-	-	-	-	-
Posições Longas	78 819	-	78 819					
Posições Curtas	-	-	-					
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições Longas	(249 713)	-	(249 713)					
Posições Curtas	1 457 636	-	1 457 636					
Futuros de Cotações				19	-	-	-	19
Posições Longas	6 410	-	6 410					
Posições Curtas	3 667	-	3 667					
Outros Futuros				-	-	-	-	-
Negociados em nome de clientes								
Posições Longas	99 211	-	99 211					
Posições Curtas	216 988	-	216 988					
Opções								
Divisas				2 682	(1 981)	-	-	701
Compras	1 055	-	1 055					
Vendas	1 055	-	1 055					
Cotações				310 108	(314 833)	-	-	(4 725)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro *(Caps & Floors)*				170 392	(179 501)	-	-	(9 109)
Compras	769 174	-	769 174					
Vendas	793 037	-	793 037					
Outras opções				2 078	(4 193)	-	-	(2 114)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
	137 492 560	**2 072 595**	**139 565 155**	**1 975 930**	**(1 918 488)**	**108 129**	**(93 072)**	**72 499**

	31.12.2010							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 7.)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		
						Ativo	Passivo	Total
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				8 296	(7 135)	-	-	1 161
Compras	465 109	-	465 109					
Vendas	452 879	-	452 879					
NDF *(No Deliverable Forward)*				3 345	(437)	-	-	2 908
Compras	21 980	-	21 980					
Vendas	21 996	-	21 996					
FRA *(forward rate agreements)*	20 000	-	20 000	328	-	-	-	328
Swaps								
Swaps Cambiais				2 521	(3 302)	-	-	(781)
Compras	547 985	-	547 985					
Vendas	550 132	-	550 132					
Interest rate swaps e *cross currency interest rate swaps*				1 289 168	(1 064 663)	114 867	(166 048)	173 324
Compras	67 322 603	2 002 823	69 325 426					
Vendas	67 275 634	1 905 047	69 180 681					
Swaps de Eventos de Crédito				6 115	(30 708)	-	-	(24 593)
Compras	800 970	-	800 970					
Vendas	800 970	-	800 970					
Futuros								
Futuros sobre Divisas				-	-	-	-	-
Posições Longas	145 542	-	145 542					
Posições Curtas	-	-	-					
Futuros de Taxa de Juro				33	-	-	-	33
Posições Longas	-	-	-					
Posições Curtas	2 969 484	-	2 969 484					
Futuros de Cotações				516	-	-	-	516
Posições Longas	22 165	-	22 165					
Posições Curtas	6 068	-	6 068					
Outros Futuros				4	-	-	-	4
Negociados em nome de clientes								
Posições Longas	309 343	-	309 343					
Posições Curtas	279 605	-	279 605					
Opções								
Divisas				5 229	(5 353)	-	-	(123)
Compras	8 888	-	8 888					
Vendas	8 888	-	8 888					
Cotações				452 900	(480 386)	-	-	(27 486)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro *(Caps & Floors)*				115 734	(114 407)	-	-	1 327
Compras	1 029 113	-	1 029 113					
Vendas	1 072 439	-	1 072 439					
Outras opções				1 913	(5 727)	-	-	(3 814)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
	144 131 792	**3 907 870**	**148 039 662**	**1 886 101**	**(1 712 117)**	**114 867**	**(166 048)**	**122 803**

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2011					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	238 650	24 076	3 167	69 860	-	335 753
Vendas	265 183	28 136	2 731	50 360	-	346 410
FRA *(forward rate agreements)*	-	-	-	5 000	-	5 000
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	2 020 567	113 853	32 753	-	-	2 167 174
Vendas	1 994 636	108 879	30 127	-	-	2 133 643
Interest rate swaps e *cross currency*						
interest rate swaps						
Compras	5 373 946	6 464 568	9 475 779	27 825 359	16 217 255	65 356 907
Vendas	5 337 337	6 464 568	9 510 120	27 758 031	16 170 988	65 241 044
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	19 321	85 000	30 914	188 421	77 286	400 943
Vendas	19 321	85 000	30 914	188 421	77 286	400 943
Futuros						
Futuros sobre Divisas						
Posições Longas	75 068	3 751	-	-	-	78 819
Posições Curtas	-	-	-	-	-	-
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Longas	(2 177)	-	(247 535)	-	-	(249 713)
Posições Curtas	1 161 181	296 455	-	-	-	1 457 636
Futuros de Cotações						
Posições Longas	6 410	-	-	-	-	6 410
Posições Curtas	3 667	-	-	-	-	3 667
Outros Futuros						
Negociados em nome de clientes						
Posições Longas	14 704	41 453	14 897	28 157	-	99 211
Posições Curtas	79 789	52 895	51 816	32 489	-	216 988
Opções (Divisas e Cotações)						
Compras	1 055	-	-	-	-	1 055
Vendas	1 055	-	-	-	-	1 055
Taxa de Juro *(Caps & Floors)*						
Compras	-	-	-	384 702	384 472	769 174
Vendas	-	-	-	405 623	387 415	793 037
	16 609 713	**13 768 634**	**18 935 684**	**56 936 423**	**33 314 701**	**139 565 155**

	31.12.2010					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	348 066	30 925	21 691	64 427	-	465 109
Vendas	372 532	12 985	17 001	50 360	-	452 879
NDF *(No Deliverable Forward)*						
Compras	21 980	-	-	-	-	21 980
Vendas	21 996	-	-	-	-	21 996
FRA *(forward rate agreements)*	-	-	10 000	10 000	-	20 000
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	403 672	144 313	-	-	-	547 985
Vendas	403 563	146 568	-	-	-	550 132
Interest rate swaps e *cross currency interest rate swaps*						
Compras	5 378 318	4 611 302	7 517 845	37 358 773	14 459 188	69 325 426
Vendas	5 369 008	4 610 440	7 521 912	37 296 572	14 382 750	69 180 681
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	-	-	314 968	360 162	125 840	800 970
Vendas	-	-	314 968	360 162	125 840	800 970
Futuros						
Futuros sobre Divisas						
Posições Longas	142 368	2 944	230	-	-	145 542
Posições Curtas	-	-	-	-	-	-
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Longas	-	-	-	-	-	-
Posições Curtas	2 540 016	429 468	-	-	-	2 969 484
Futuros de Cotações						
Posições Longas	12 687	3 618	-	5 860	-	22 165
Posições Curtas	6 068	-	-	-	-	6 068
Outros Futuros						
Negociados em nome de clientes						
Posições Longas	125 565	100 193	45 689	37 896	-	309 343
Posições Curtas	111 062	96 505	44 970	27 068	-	279 605
Opções (Divisas e Cotações)						
Compras	8 888	-	-	-	-	8 888
Vendas	8 888	-	-	-	-	8 888
Taxa de Juro (*Caps & Floors*)						
Compras	-	28 575	218 526	220 000	562 012	1 029 113
Vendas	-	28 575	215 750	242 857	585 257	1 072 439
	15 274 676	**10 246 411**	**16 243 550**	**76 034 137**	**30 240 888**	**148 039 662**

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Valor Nocional	Valor Contabilístico	Valor Nocional	Valor Contabilístico
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais				
Instituições Financeiras	342 195	685	538 450	(735)
Clientes	339 968	(366)	379 538	1 896
	682 163	**319**	**917 987**	**1 161**
NDF *(Non Deliverable Forward)*				
Instituições Financeiras	-	-	21 619	276
Clientes	-	-	22 357	2 632
	-	**-**	**43 976**	**2 908**
FRA *(forward rate agreements)*				
Instituições Financeiras	**5 000**	**36**	**20 000**	**328**
Swaps				
Swaps Cambiais				
Instituições Financeiras	4 275 705	32 073	1 098 117	(781)
Clientes	25 111	1 113	-	-
	4 300 816	**33 186**	**1 098 117**	**(781)**
Interest rate swaps e *cross currency interest rate swaps*				
Instituições Financeiras	110 116 123	(473 441)	115 864 448	(140 683)
Clientes	20 481 828	537 171	22 641 659	314 007
	130 597 951	**63 730**	**138 506 107**	**173 324**
Swaps de Eventos de Crédito				
Instituições Financeiras	**801 886**	**(9 544)**	**1 601 941**	**(24 593)**
Futuros				
Futuros sobre Divisas				
Clientes	78 819	-	-	-
Em Bolsa	-	-	145 542	-
	78 819	**-**	**145 542**	**-**
Futuros de Taxa de Juro				
Instituições Financeiras	-	-	9 871	-
Clientes	26 414	-	-	-
Em Bolsa	1 181 510	-	2 959 613	33
	1 207 924	**-**	**2 969 484**	**33**
Futuros de Cotações				
Instituições Financeiras	3 667	-	3 618	-
Clientes	-	-	12 687	-
Em Bolsa	6 410	19	11 928	516
	10 077	**19**	**28 233**	**516**
Outros Futuros				
Clientes	-	-	587 527	-
Em Bolsa	316 199	-	1 422	4
	316 199	**-**	**588 949**	**4**
Opções (Divisas e Cotações)				
Instituições Financeiras	-	11 027	-	33 106
Em Bolsa	-	562	-	-
Clientes	2 110	(15 613)	17 776	(60 716)
	2 110	**(4 024)**	**17 776**	**(27 609)**
Caps & Floors				
Instituições Financeiras	994 872	12 038	450 000	(30 081)
Clientes	567 339	(21 146)	1 651 552	31 408
	1 562 211	**(9 109)**	**2 101 552**	**1 327**
Outras Opções				
Instituições Financeiras	-	1 501	-	(509)
Clientes	-	(3 616)	-	(3 305)
	-	(2 114)	-	(3 814)
	139 565 155	**72 499**	**148 039 662**	**122 803**

12. INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica apresenta a seguinte composição a 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	31.12.2011	31.12.2010
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	1 818 396	-
De outros emissores públicos	341 950	-
De outros emissores		
De outros residentes	366 944	-
De outros não residentes	430 124	3
	2 957 414	**3**
Imparidade (Nota 41.)	(120 035)	-
	2 837 379	**3**

Em abril e outubro de 2011, procedeu-se à reclassificação de um conjunto de instrumentos de dívida soberana e de dívida emitida por instituições financeiras e empresas *(corporates)* da classe de ativos financeiros disponíveis para venda, para a classe de investimentos a deter até à maturidade.

Os critérios que presidiram à reclassificação atenderam às carteiras a que se encontram afetos os ativos financeiros, assim como às respetivas maturidades, tendo em consideração as necessidades de *cash flow* futuro das carteiras envolvidas.

As características dos instrumentos de dívida reclassificados na data da transferência entre categorias de ativos financeiros, assim como os ganhos e perdas não reconhecidos em capitais próprios após a data da reclassificação, apresentam o seguinte detalhe:

	Títulos de dívida pública nacional	Títulos de emissores públicos estrangeiros	Títulos de outros emissores	Total
Na data da reclassificação				
Valor de balanço	1 760 395	297 508	843 223	2 901 126
Reserva de justo valor		**8,46%**		(423 423)
Taxa de juro efetiva		**8,46%**		
Em 31 de dezembro de 2011				
Valor de balanço	1 818 396	221 915	797 067	2 837 379
Justo valor	1 476 727	209 636	739 892	2 426 254
Ganhos / (perdas) que teriam sido reconhecidos por contrapartida de capitais próprios caso não tivesse ocorrido a reclassificação	(341 669)	(12 280)	(57 176)	(411 125)

De referir que no apuramento da taxa efetiva dos ativos reclassificados na data da transferência entre carteiras foi considerada a recuperação da totalidade dos fluxos de caixa futuros associados a estes instrumentos.

Os montantes contabilizados em resultados do exercíco relativos a títulos reclassificados (excluindo o efeito fiscal), assim como os ganhos e perdas no justo valor destes ativos reconhecidos por contrapartida de reservas de reavaliação no período imediatamente anterior à reclassificação são os seguintes:

Impacto em resultados no exercício de 2011, dos quais:	
Proveitos com juros	141 923
Imparidade reconhecida no exercício	(120 035)
Resultados cambiais	4
Outros	1 136
	23 026
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31.12.2009	**5 486**
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31.12.2010	**(168 528)**
Variação do justo valor dos títulos reclassificados reconhecida por contrapartida de reservas de justo valor no exercício de 2010	**(174 014)**
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31.12.2010	**(168 528)**
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados na data da reclassificação	**(423 423)**
Variação do justo valor dos títulos reclassificados reconhecida por contrapartida de reservas de justo valor no exercício de 2011 (até à data da reclassificação)	**(254 895)**

Ainda no exercício de 2011, o Grupo reconheceu perdas de imparidade nas exposições detidas em dívida soberana emitida pela República da Grécia em investimentos classificados como detidos até à maturidade no montante de 120 035 mEuros. O valor das perdas de imparidade registadas por contrapartida de resultados foi apurado considerando um pressuposto de recuperação de 50% do valor nominal e juros corridos das emissões em carteira. Adicionalmente, encontram-se registados na rubrica de provisões para outros riscos e encargos 50 856 mEuros destinados à cobertura de perdas adicionais por imparidade nestes títulos. Estas provisões foram determinadas com base no valor de mercado no primeiro dia em que houve formação de preço (9 de março de 2012) dos ativos recebidos no âmbito da oferta de troca divulgada pela República da Grécia em 21 de fevereiro de 2012, considerada um *adjusting event* nos termos da Norma IAS 10.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor de balanço dos investimentos em títulos de dívida pública grega, líquido de perdas por imparidade e de provisões registadas pelo Grupo ascende a 53 592 mEuros, o qual reflete um nível de imparidade implícito de cerca de 76% do respetivo valor nominal. O valor de balanço destes títulos (líquido de imparidade acumulada) e o correspondente valor de mercado, determinado com base na cotação nessa data, ascendiam a 104 448 mEuros e 56 785 mEuros, respetivamente (Nota 44.).

13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Crédito interno e ao exterior		
Empréstimos	51 831 655	53 297 575
Créditos em conta corrente	4 170 807	4 917 873
Outros créditos	12 849 384	13 432 304
Outros créditos e valores a receber - titulados		
Papel comercial	3 293 879	3 609 136
Outros	1 489 151	1 518 840
Operações de locação financeira imobiliária	1 691 124	1 752 760
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	604 186	749 723
Operações de compra com acordo de revenda	97 865	116 769
Operações de locação financeira mobiliária	1 135 854	1 330 923
Créditos tomados – *Factoring*	430 413	591 624
Descobertos em depósitos à ordem	397 845	413 915
	77 992 162	**81 731 440**
Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura	1 443	1 492
Juros a receber	414 236	319 773
Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado	805	(13 491)
	78 408 646	**82 039 214**
Crédito e juros vencidos	3 222 225	2 477 814
	81 630 871	**84 517 028**
Imparidade (Nota 41.)	(3 383 246)	(2 609 824)
	78 247 625	**81 907 204**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Crédito interno – Outros créditos" inclui 86 366 mEuros e 86 924 mEuros, respetivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

No decorrer do primeiro semestre de 2010, a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações classificadas em "Ativos financeiros disponíveis para venda" para "Crédito a clientes". Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço destes ativos ascendia a 495 037 mEuros e 504 393 mEuros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Operações de compra com acordo de revenda" inclui 97 865 mEuros e 110 885 mEuros relativos a contratos celebrados com o Fundo de Pensões da CGD.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Empréstimos" inclui 792 953 mEuros e 795 112 mEuros relativos a créditos concedidos pela Caixa às entidades Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA no âmbito do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN (Notas 6. e 8.). Estes créditos não estão abrangidos por garantia prestada pelo Estado Português, encontrando-se colaterizados por penhores e hipotecas sobre ativos dos referidos veículos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Empréstimos" inclui créditos à habitação e ao consumo cedidos pela Caixa no âmbito de operações de titularização. O movimento nestes créditos nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	Nostrum Mortgages nº1	*Nostrum Consumer*	*Nostrum Mortgages* nº2	Total
Saldos em 31.12.2009	**528 523**	**47 124**	**-**	**575 647**
Vendas de novos créditos	-	-	5 345 504	5 345 504
Reembolsos	(51 484)	(17 656)	(41 466)	(110 606)
Abates	-	(1 233)	-	(1 233)
Recompras	(1 672)	(26 593)	(23 002)	(51 267)
Outros	1 217	(1 642)	(311)	(736)
Saldos em 31.12.2010	**476 584**	**-**	**5 280 725**	**5 757 309**
Vendas de novos créditos	714	-	16 738	17 452
Reembolsos	(47 513)	-	(175 904)	(223 417)
Recompras	(714)	-	(60 594)	(61 308)
Outros	(2)	-	(5 256)	(5 258)
Saldos em 31.12.2011	**429 069**	**-**	**5 055 709**	**5 484 778**

Estes créditos garantem os passivos emitidos pelos veículos no âmbito destas operações, que, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, no que se refere à operação *Nostrum Mortgages* nº 1, ascendiam a 402 830 mEuros e 475 046 mEuros, respetivamente (Nota 24.). Estes saldos não incluem os passivos associados à operação *Nostrum Mortgages* nº 2, os quais são integralmente detidos pelo Grupo, pelo que são eliminados no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 24 de agosto de 2010, a CGD procedeu à recompra dos créditos titularizados referentes à operação *Nostrum Consumer*, pelo respetivo valor de mercado apurado com referência a 31 de julho de 2010. O valor de mercado nessa data, no montante de 26 593 mEuros, foi apurado em consonância com os princípios inerentes ao conceito de justo valor conforme definido pela norma IAS 39. Os valores recebidos pelo Fundo no âmbito da recompra dos créditos foram utilizados por esta sociedade na amortização antecipada do valor nominal das unidades de titularização de crédito subscritas pelo *Nostrum Consumer* PLC, tendo este veículo, por sua vez, aplicado os fundos recebidos no reembolso das obrigações emitidas para financiamento da aquisição das referidas unidades de titularização. Em consequência destas operações, e em conformidade com os termos do Regulamento de Gestão do Fundo, este foi liquidado na data da retransmissão dos créditos titularizados à CGD.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Empréstimos" inclui créditos à habitação afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 12 167 353 mEuros e 8 988 548 mEuros, respetivamente, assim como créditos afetos à emissão de obrigações sobre o Setor Público, com um valor de balanço de 1 620 035 mEuros e 1 308 423 mEuros, respetivamente (Nota

24.). Em 31 de dezembro de 2010, inclui, igualmente, créditos adquiridos no âmbito de programas de emissão de papel comercial afetos à emissão de obrigações hipotecárias no montante de 48 150 mEuros (Nota 24.).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o património autónomo que colateriza as referidas emissões incluía igualmente títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 118 065 mEuros e 454 120 mEuros, respetivamente (Notas 7. e 8.).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	31.12.2011	31.12.2010
Até três meses	317 427	254 912
De três a seis meses	201 934	155 978
De seis meses a um ano	481 765	211 950
De um a três anos	931 223	889 925
Mais de três anos	1 289 875	965 049
	3 222 225	**2 477 814**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o crédito concedido a clientes, excluindo correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

	31.12.2011								
	Setor Público Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	404 389	33 145	437 533	404 389	33 145	437 533
Indústrias extrativas	-	-	-	144 755	4 002	148 757	144 755	4 002	148 757
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	941 524	52 696	994 220	941 524	52 696	994 220
Indústria têxtil	-	-	-	288 879	45 098	333 977	288 879	45 098	333 977
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	58 097	3 684	61 782	58 097	3 684	61 782
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	199 117	25 069	224 186	199 117	25 069	224 186
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos edição e impressão	-	-	-	254 600	6 804	261 404	254 600	6 804	261 404
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	675 937	41	675 977	675 937	41	675 977
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	300 068	5 853	305 920	300 068	5 853	305 920
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	2 712	-	2 712	126 314	6 700	133 014	129 026	6 700	135 726
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	468 143	26 179	494 322	468 143	26 179	494 322
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	477 504	36 738	514 241	477 504	36 738	514 241
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	96 296	7 154	103 451	96 296	7 154	103 451
Fabrico de equipamento elétrico e de óptica	-	-	-	156 389	2 384	158 773	156 389	2 384	158 773
Fabrico de material de transporte	457	-	457	87 231	3 351	90 582	87 688	3 351	91 039
Indústrias transformadoras não especificadas	7 412	-	7 412	296 154	46 879	343 033	303 567	46 879	350 445
Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás	51 737	-	51 737	1 706 396	5 176	1 711 573	1 758 133	5 176	1 763 309
Construção	38 504	-	38 504	5 369 521	694 879	6 064 400	5 408 026	694 879	6 102 905
Com. grosso / retalho, reparação de autom., motoc. e bens pess. e domest.	126	-	126	3 159 765	230 082	3 389 847	3 159 890	230 082	3 389 972
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	495	-	495	1 139 168	65 368	1 204 536	1 139 663	65 368	1 205 031
Transportes, armazenagem e comunicações	119 081	-	119 081	2 152 237	61 775	2 214 012	2 271 317	61 775	2 333 093
Atividades financeiras	794 447	-	794 447	7 633 059	134 746	7 767 805	8 427 506	134 746	8 562 251
Atividades imobiliárias	12 999	-	12 999	3 693 022	297 081	3 990 103	3 706 021	297 081	4 003 102
Outras atividades	44 167	89	44 256	2 274 626	77 189	2 351 815	2 318 793	77 278	2 396 070
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	3 038 543	77 439	3 115 982	276 269	1 580	277 849	3 314 812	79 019	3 393 831
Educação	7 927	148	8 076	217 908	2 344	220 252	225 836	2 492	228 328
Saúde e segurança social	1 857	7 111	8 968	637 298	67 285	704 583	639 155	74 396	713 551
Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais	182 982	1 769	184 751	1 846 860	65 318	1 912 178	2 029 841	67 087	2 096 929
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	298	88	386	298	88	386
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	22	369	391	22	369	391
	4 303 446	**86 556**	**4 390 002**	**35 081 845**	**2 009 056**	**37 090 902**	**39 385 291**	**2 095 612**	**41 480 903**
Particulares									
Habitação	-	-	-	36 621 882	979 646	37 601 528	36 621 882	979 646	37 601 528
Outros fins	-	-	-	2 400 030	146 967	2 546 997	2 400 030	146 967	2 546 997
	-	**-**	**-**	**39 021 912**	**1 126 613**	**40 148 525**	**39 021 912**	**1 126 613**	**40 148 525**
	4 303 446	**86 556**	**4 390 002**	**74 103 757**	**3 135 669**	**77 239 427**	**78 407 203**	**3 222 225**	**81 629 428**

	31.12.2010								
	Setor Público Administrativo			Empresas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	70	-	70	483 274	30 542	513 816	483 344	30 542	513 887
Indústrias extrativas	-	-	-	523 534	2 746	526 280	523 534	2 746	526 280
Indústrias transformadoras			-						
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	50	-	50	1 028 191	60 318	1 088 509	1 028 241	60 318	1 088 559
Indústria têxtil	-	-	-	400 812	28 977	429 789	400 812	28 977	429 789
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	57 431	2 543	59 974	57 431	2 543	59 974
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	211 898	19 734	231 631	211 898	19 734	231 631
Indústria de pasta de papel, cartão e artigos edição e impressão	25	-	25	152 332	6 371	158 703	152 357	6 371	158 727
Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear	-	-	-	223 878	8	223 885	223 878	8	223 885
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	330 928	3 276	334 204	330 928	3 276	334 204
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	150 486	7 557	158 042	150 486	7 557	158 042
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	307 941	20 295	328 236	307 941	20 295	328 236
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	3 673	-	3 673	616 851	22 427	639 278	620 524	22 427	642 951
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	124 396	6 148	130 545	124 396	6 148	130 545
Fabrico de equipamento elétrico e de óptica	266	-	266	147 984	965	148 949	148 250	965	149 215
Fabrico de material de transporte	440	-	440	107 931	5 624	113 555	108 370	5 624	113 994
Indústrias transformadoras não especificadas	356	-	356	277 864	33 115	310 978	278 220	33 115	311 334
Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás	2 546	-	2 546	1 960 141	2 112	1 962 253	1 962 687	2 112	1 964 799
Construção	27 728	-	27 728	5 718 065	431 829	6 149 894	5 745 793	431 829	6 177 623
Com. grosso / retalho, reparação de autom., motoc. e bens pess. e domest.	288	-	288	3 901 142	165 892	4 067 034	3 901 430	165 892	4 067 322
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	561	-	561	1 176 447	43 303	1 219 749	1 177 008	43 303	1 220 311
Transportes, armazenagem e comunicações	486	-	486	2 662 197	25 986	2 688 184	2 662 683	25 986	2 688 670
Atividades financeiras	-	-	-	8 824 759	51 554	8 876 313	8 824 759	51 554	8 876 313
Atividades imobiliárias	1 508	-	1 508	4 094 638	150 443	4 245 081	4 096 146	150 443	4 246 589
Outras atividades	6 061	-	6 061	1 713 538	33 789	1 747 326	1 719 599	33 789	1 753 388
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	3 461 490	78 223	3 539 713	578 390	1 033	579 423	4 039 880	79 256	4 119 136
Educação	6 532	0	6 532	248 099	1 938	250 037	254 631	1 938	256 569
Saúde e segurança social	6 727	8 817	15 544	564 080	96 657	660 737	570 808	105 473	676 281
Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais	55 320	1 719	57 039	2 148 756	97 536	2 246 293	2 204 076	99 255	2 303 331
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	3 385	80	3 465	3 385	80	3 465
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	3	-	3	95	246	341	98	246	343
	3 574 129	**88 759**	**3 662 888**	**38 739 462**	**1 353 041**	**40 092 503**	**42 313 592**	**1 441 800**	**43 755 391**
Particulares									
Habitação	-	-	-	37 232 527	911 391	38 143 917	37 232 527	911 391	38 143 917
Outros fins	-	-	-	2 491 604	124 623	2 616 227	2 491 604	124 623	2 616 227
	-	**-**	**-**	**39 724 130**	**1 036 014**	**40 760 144**	**39 724 130**	**1 036 014**	**40 760 144**
	3 574 129	**88 759**	**3 662 888**	**78 463 592**	**2 389 055**	**80 852 648**	**82 037 722**	**2 477 814**	**84 515 535**

14. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos de ativos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Imóveis e equipamento	576 859	495 517
Imparidade (Nota 41.)	(103 374)	(72 128)
	473 485	**423 389**

Conforme descrito na Nota 2.9., são registados nesta rubrica imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito.

O movimento nestes bens durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011							
	Saldo em 31.12.2010		Adições	Alienações e abates	Outras transferências e regularizações	Imparidade (Nota 41.)	Saldo em 31.12.2011	
	Valor bruto	Imparidade acumulada					Valor bruto	Imparidade acumulada
Ativos não correntes detidos para venda								
Imóveis	491 904	(70 425)	146 325	(75 183)	11 763	(33 471)	572 584	(101 671)
Outros	3 612	(1 703)	7 026	(5 093)	(1 271)	-	4 274	(1 703)
	495 517	**(72 128)**	**153 351**	**(80 276)**	**10 492**	**(33 471)**	**576 859**	**(103 374)**

	2010							
	Saldo em 31.12.2009		Adições	Alienações e abates	Outras transferências e regularizações	Imparidade (Nota 41.)	Saldo em 31.12.2010	
	Valor bruto	Imparidade acumulada					Valor bruto	Imparidade acumulada
Ativos não correntes detidos para venda								
Imóveis	406 148	(56 951)	177 928	(74 858)	(13 776)	(17 013)	491 904	(70 425)
Outros	3 354	(2 874)	3 868	(3 337)	898	-	3 612	(1 703)
	409 502	**(59 825)**	**181 797**	**(78 195)**	**(12 877)**	**(17 013)**	**495 517**	**(72 128)**

Nos exercícios de 2011 e 2010, as mais-valias líquidas na alienação de ativos não correntes detidos para venda, ascenderam a 3415 mEuros e 4228 mEuros, respetivamente (Nota 36.).

15. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nas "Propriedades de investimento", durante os exercícios de 2011 e 2010, foi o seguinte:

Saldos em 31.12.2009	**354 258**
Aquisições	23 347
Reavaliações	1 343
Alienações	(2 900)
Transferências de activos tangíveis e activos não correntes detidos para venda	8 589
Outros movimentos	11 805
Saldos em 31.12.2010	**396 441**
Aquisições	45 368
Reavaliações	1 675
Alienações	(12 197)
Transferências de activos tangíveis e activos não correntes detidos para venda	32 059
Outros movimentos	(4 258)
Saldos em 31.12.2011	**459 088**

Conforme referido na Nota 2.10., as propriedades de investimento encontram-se registadas pelo seu justo valor, correspondendo, essencialmente, a imóveis detidos no âmbito da atividade Seguradora. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação destes imóveis encontram-se reconhecidos em resultados nas rubricas "Outros rendimentos e encargos de exploração".

Métodos de avaliação

ATIVIDADE SEGURADORA

As avaliações de propriedades de investimento relativos à atividade desenvolvida pela Caixa Seguros e Saúde são efetuadas tendo em vista a obtenção do Presumível Valor de Transação, normalmente o valor de mercado, isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento, a determinação do Presumível Valor de Transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

Os métodos de avaliação normalmente utilizados são:

a) Método comparativo de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;
b) Método do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas;
c) Método do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada;
d) Método do valor residual: consiste numa variação ao método do custo onde o valor do bem imóvel no estado atual se obtém retirando ao valor do imóvel, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados.

FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

As propriedades de investimento correspondentes a imóveis que integram o património de Fundos de investimento imobiliário são avaliadas por peritos avaliadores individualmente registados na CMVM e obedecem aos requisitos e normas técnicas definidos por esta entidade.

Neste âmbito, a avaliação do imóvel é efetuada com o objetivo de determinar o melhor preço que seria obtido em resultado da sua alienação em condições normais de mercado. Para determinação do valor revalorizado do imóvel, os peritos avaliadores deverão utilizar pelo menos dois dos seguintes métodos de avaliação: (a) Método comparativo; (b) Método do rendimento; e (c) Método do custo.

16. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento nos outros ativos tangíveis, líquidos, durante os exercícios de 2011 e 2010, foi o seguinte:

	2011											
	Saldo em 31.12.2010										Saldo em 31.12.2011	
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Entrada / saída de entidades no perímetro	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre activos tangíveis	Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reversões, líquidas de imparidade no exercício (Nota 41.)	Vendas e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas
Imóveis de serviço próprio												
Terrenos	174 736	-	-	119	(156)	1 940	(5 315)	-	-	(73)	171 251	-
Edifícios	704 985	(255 637)	6 954	33 849	2 990	365	(20 265)	(16 300)	4 432	(613)	723 352	(262 592)
Obras em imóveis arrendados	129 492	(75 850)	(239)	5 386	26	-	31 611	(10 479)	-	(651)	164 694	(85 398)
Outros Imóveis	80	(5)	-	-	2 164	-	(2 165)	-	-	-	80	(6)
Equipamento												
Mobiliário e material de escritório	115 051	(95 654)	(142)	8 177	204	8	(12 959)	(6 122)	(8)	(82)	109 212	(100 739)
Máquinas e ferramentas	35 410	(27 803)	46	1 747	143	47	1 469	(2 792)	-	(17)	38 347	(30 097)
Equipamento informático	153 991	(128 268)	(710)	10 954	768	135	8 652	(16 130)	-	(276)	169 016	(139 900)
Instalações interiores	289 575	(230 972)	106	4 005	323	344	14 688	(14 558)	(345)	(29)	308 457	(245 320)
Material de transporte	9 882	(5 738)	670	5 255	277	-	(1 758)	(1 722)	-	(185)	13 663	(6 982)
Equipamento de segurança	36 500	(26 190)	-	4 257	299	95	728	(3 641)	-	(27)	42 433	(30 412)
Outro equipamento	207 633	(68 553)	24	2 605	(156)	28	20 077	(26 471)	17	(15)	203 449	(68 260)
Activos em locação financeira	159 003	(73 451)	-	6 895	(33)	-	8 421	(25 812)	-	(53)	169 762	(94 792)
Outros activos tangíveis	15 045	(7 507)	(1)	279	33	14	(60)	(1 183)	-	-	15 343	(8 723)
Activos tangíveis em curso	114 239	-	14	59 557	1 686	(2 976)	(73 964)	-	-	(540)	98 016	-
	2 145 624	**(995 626)**	**6 722**	**143 085**	**8 568**	**-**	**(30 840)**	**(125 210)**	**4 096**	**(2 561)**	**2 227 077**	**(1 073 221)**

	2010											
	Saldo em 31.12.2009										Saldo em 31.12.2010	
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Entrada / saída de entidades no perímetro	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre activos tangíveis	Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reversões, líquidas de imparidade no exercício (Nota 41.)	Vendas e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas
Imóveis de serviço próprio												
Terrenos	189 633	-		392	211	673	5 870	-	-	(22 043)	174 736	-
Edifícios	817 323	(281 358)	6 203	30 064	2 296	1 483	9 430	(15 629)	(55)	(120 408)	704 985	(255 637)
Obras em imóveis arrendados	112 430	(68 080)	73	2 879	148	9 586	5 306	(8 162)	-	(536)	129 492	(75 850)
Outros Imóveis	80	-	-	-	-	-	(5)	-	-	-	80	(5)
Equipamento												
Mobiliário e material de escritório	108 988	(90 112)	226	6 654	103	(1 229)	1 245	(5 825)	-	(654)	115 051	(95 654)
Máquinas e ferramentas	31 394	(25 841)	105	2 290	61	1 813	150	(2 361)	-	(3)	35 410	(27 803)
Equipamento informático	135 102	(107 471)	333	11 190	510	1 696	(1 389)	(14 211)	-	(36)	153 991	(128 268)
Instalações interiores	339 997	(276 802)	128	10 019	86	10 413	(21)	(15 112)	179	(10 283)	289 575	(230 972)
Material de transporte	7 787	(4 901)	277	2 071	22	5	337	(1 283)	-	(171)	9 882	(5 738)
Equipamento de segurança	30 361	(22 954)	-	4 397	49	1 556	(40)	(3 057)	-	(3)	36 500	(26 190)
Outro equipamento	230 481	(77 714)	154	41 892	139	7 880	(1 956)	(24 868)	(34)	(36 894)	207 633	(68 553)
Activos em locação financeira	115 690	(58 043)	-	41 871	(4)	2 990	9 936	(26 547)	-	(340)	159 003	(73 451)
Outros activos tangíveis	13 088	(5 425)	-	1 951	3	7	(1 087)	(1 000)	-	-	15 045	(7 507)
Activos tangíveis em curso	70 405	-	7 839	87 637	224	(36 872)	(14 775)	-	-	(219)	114 239	-
	2 202 758	**(1 018 700)**	**15 338**	**243 308**	**3 848**	**-**	**13 002**	**(118 055)**	**90**	**(191 591)**	**2 145 624**	**(995 626)**

No exercício de 2010, a Caixa alienou o imóvel da sua Sede Social ao Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos, SA (Fundo de Pensões) por 251 751 mEuros, tendo registado uma mais-valia no valor de 103 865 mEuros (Nota 36.). A venda do imóvel foi efetuada pelo seu valor de mercado determinado por peritos independentes na data da transação.

Esta operação contempla, ainda, o arrendamento deste imóvel pela Caixa por um período inicial de 20 anos, posteriormente renovável por períodos iguais e sucessivos de 5 anos. Ao abrigo do contrato, a Caixa detém, ainda, uma opção de compra sobre o imóvel, a qual pode ser exercida no final de cada período de arrendamento pelo respetivo valor de mercado nessa data, conservando em qualquer circunstância direito de preferência na sua aquisição.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a imparidade acumulada de outros ativos tangíveis ascende a 11 068 mEuros e 15 741 mEuros, respetivamente (Nota 41.).

17. ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento durante os exercícios de 2011 e 2010:

	2011										
	Saldo em 31.12.2010		Entrada / saída de entidades no perímetro	Adições	Abates	Transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Imparidade do exercício	Saldo em 31.12.2011	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas								Valor bruto	Amortizações acumuladas
Goodwill											
Império Bonança	146 707	-	-	-	-	-	-	-	-	146 707	-
Banco Caixa Geral Totta de Angola	24 531	-	-	-	-	-	-	-	-	24 531	-
Value-in-force – Império Bonança (Nota 2.17. n))	46 386	(24 739)	-	-	-	-	-	(6 855)	-	46 386	(31 594)
Sistemas de tratamento automático de dados *(Software)*	683 131	(547 095)	750	35 965	(528)	54 409	(3 662)	(78 451)	-	766 281	(621 760)
Outros ativos intangíveis	38 489	(5 255)	2 263	260	-	117	(10)	(1 973)	(11 069)	41 240	(18 417)
Ativos intangíveis em curso	57 232	-	(3 104)	49 374	-	(54 853)	66	-	-	48 715	-
	996 476	**(577 090)**	**(91)**	**85 600**	**(528)**	**(326)**	**(3 606)**	**(87 279)**	**(11 069)**	**1 073 860**	**(671 772)**

	2010									
	Saldo em 31.12.2009		Entrada / saída de entidades no perímetro	Adições	Abates	Transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Saldo em 31.12.2010	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas							Valor bruto	Amortizações acumuladas
Goodwill										
Império Bonança	146 707	-	-	-	-	-	-	-	146 707	-
Banco Caixa Geral Totta de Angola	8 786	-	-	24 531	(8 786)	-	-	-	24 531	-
Value-in-force – Império Bonança (Nota 2.17. n))	46 386	(19 328)	-	-	-	-	-	(5 412)	46 386	(24 739)
									-	-
Sistemas de tratamento automático de dados *(Software)*	605 173	(471 524)	103	36 405	(53)	38 886	315	(73 268)	683 131	(547 095)
Outros ativos intangíveis	34 669	(5 159)	-	4 727	(7)	1 118	0	(2 114)	38 489	(5 255)
Ativos intangíveis em curso	60 357	-	189	45 752	-	(52 151)	3 084	-	57 232	-
	902 078	**(496 010)**	**292**	**111 415**	**(8 846)**	**(12 147)**	**3 400**	**(80 794)**	**996 476**	**(577 090)**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos intangíveis em curso referem-se essencialmente a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a imparidade acumulada de ativos intangíveis ascende a 12 027 mEuros e 958 mEuros, respetivamente (Nota 41.).

GOODWILL – BCGTA

Conforme referido em maior detalhe na Nota 3., no exercício de 2009, a Caixa adquiriu, através da subscrição de ações representativas de 50% do capital social da Partang, SGPS, SA, uma participação no capital do Banco Caixa Geral Totta de Angola (BCGTA), tendo em resultado desta operação sido reconhecido um *goodwill* no valor de 8786 mEuros.

No decorrer do exercício de 2010, a Caixa exerceu a opção de compra de 1% do capital social e direitos de voto da Partang, conforme contratualmente previsto no âmbito do acordo-quadro convencionado entre os acionistas desta sociedade. Em resultado desta transação, a participação efetiva detida pelo Grupo no capital social do Banco Caixa Geral Totta de Angola, no qual a Partang detém uma participação direta de 51%, aumentou de 25,5% para 26,01%.

Em conformidade com os requisitos de contabilização de operações de concentração de atividades empresariais de acordo com o texto revisto da norma IFRS 3, adotada pelo Grupo no exercício de 2010 (ver ponto 2.2. – "Adoção de normas (novas e revistas) pelo IASB e interpretações emitidas pelo IFRIC, conforme adotadas pela União Europeia"), a aquisição de controlo da Partang determinou o reconhecimento por contrapartida de resultados do exercício de uma mais-valia de 22 896 mEuros decorrente do efeito do desreconhecimento da parcela detida no capital desta sociedade no momento imediatamente anterior à transação. Este montante foi calculado em função do diferencial entre o justo valor atribuído à participação detida (50% do capital da Partang) e o respetivo valor contabilístico, apurados com referência a 30 de junho de 2010.

Adicionalmente, o Grupo procedeu, ainda, ao registo do novo *goodwill* originado na transação inerente à aquisição do controlo, o qual pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Valor contabilístico	Ajustamentos justo valor (*)	Valor contabilístico após ajustamentos
Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito	283 813	-	283 813
Crédito a clientes	155 637	-	155 637
Aplicações em títulos	166 464	-	166 464
Imobilizado de serviço próprio	22 914	9 225	32 140
Recursos de clientes	(443 972)	-	(443 972)
Outros ativos e passivos, líquidos	3 799	-	3 799
Ativos líquidos – BCGTA [1]	**188 656**	**9 225**	**197 881**
Justo valor da participação adquirida (26,01% do Capital Social do BCGTA)			82 825
Valor contabilístico dos Interesses minoritários na data da aquisição			139 586
Custo imputado aos ativos líquidos do BCGTA [2]			**222 412**
***Goodwill* [2-1]**			**24 531**

(*) Ajustamentos líquidos de impostos diferidos. Taxa de imposto implícita de 35%. Os ajustamentos efetuados à situação líquida do BCGTA respeitam à revalorização do Edifício Sede do Banco de acordo com o seu justo valor na data da aquisição do controlo, tendo em resultado desta situação sido registados impostos diferidos passivos por contrapartida de uma rubrica de reservas no montante de 4967 mEuros.

Nesta data, o Grupo procedeu ainda ao registo, por contrapartida de "Outras Reservas", da responsabilidade inerente à opção de venda sobre os interesses minoritários contratualizada com o Grupo Santander, cujas condições e preço de exercício se encontram contratualmente enunciadas nos termos do acordo-quadro que subjaz à operação (Nota 3.).

GOODWILL – IMPÉRIO BONANÇA

O *goodwill* da Império Bonança – Companhia de Seguros, SA surge em 2005 na sequência da aquisição da totalidade do capital social da Império Bonança, SGPS, SA, que era detentora da totalidade do capital social das seguintes entidades:

- Império Bonança – Companhia de Seguros, SA;
- Seguro Directo Gere – Companhia de Seguros, SA;
- Impergesto – Assistência e Serviços, SA; e
- Servicomercial – Consultoria e Informática, Lda.

No âmbito do processo de autorização desta operação, a Autoridade da Concorrência impôs como condição para a sua realização a alienação obrigatória pela Caixa Seguros da participação na Seguro Directo Gere – Companhia de Seguros, SA, o que foi realizado em 2005.

Adicionalmente, a área seguradora procedeu à liquidação das sociedades de natureza instrumental, tendo liquidado a Impergesto – Assistência e Serviços, SA em 2006 e a Servicomercial – Consultoria e Informática, Lda. em 2008. Ainda em 2008, procedeu-se à fusão por incorporação da Império Bonança, SGPS, SA na Caixa Seguros e Saúde, a qual passou a deter diretamente a totalidade do capital social da Império Bonança – Companhia de Seguros, SA.

Com referência a 31 de dezembro de 2011 foram efetuados os correspondentes testes de imparidade ao *goodwill* na Império Bonança.

A avaliação efetuada incorpora a informação disponível à data da sua elaboração, nomeadamente condições macroeconómicas, situação dos mercados financeiros e outras, tendo-se verificado que o valor recuperável do ativo excede a respetiva quantia escriturada, não havendo, assim, lugar ao registo de perdas por imparidade.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização desta avaliação são descritos em seguida:

METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO

Para a elaboração da análise do valor de uso da Companhia de Seguros, seguiu-se o método normalmente aplicado na avaliação de empresas do setor que resulta no apuramento dos seguintes valores:

- Valor Patrimonial Líquido – Consiste no valor total dos capitais da empresa, constituindo o ativo líquido do corpo acionista. Este valor tem em conta: Capital acionista e lucros retidos; Prémios de emissão; Reservas de reavaliação; Reservas não registadas (reflete valorização a preços de mercado do imobilizado e investimento); Outras reservas;
- Valor Intrínseco dos Negócios em Carteira – Considerado como o valor atualizado dos *cash flows* futuros resultantes do volume de negócios que a empresa detém atualmente em carteira;
- *Embedded Value* = Valor Patrimonial Líquido + Valor Intrínseco dos Negócios em Carteira;
- *Goodwill* dos Negócios Futuros - Valor atualizado de *cash flows* provenientes de negócios futuros;
- *Total Appraisal Value* = *Embedded Value* + *Goodwill* dos negócios futuros.

A avaliação da carteira vida é, regra geral, efetuada com base em estudos desenvolvidos por atuários, baseando-se a valorização da carteira não vida na elaboração de avaliações na ótica do rendimento.

AVALIAÇÃO NA ÓTICA DO RENDIMENTO

Esta metodologia assenta no pressuposto de que a avaliação económico-financeira de uma empresa deve ter por base a atualização dos seus rendimentos futuros esperados *(cash flows* descontados). De acordo com esta metodologia de avaliação, o Valor da Empresa é estimado através da atualização dos rendimentos futuros esperados – os *cash flows* – resultantes da sua atividade, a uma taxa de atualização adequada ao risco associado à empresa.

No caso da avaliação económico-financeira de uma seguradora, e tendo em consideração a especificidade da atividade em questão, tendo as seguradoras que cumprir rácios regulamentares de Fundos Próprios, é usual proceder-se a avaliações na ótica do rendimento tendo como base os *cash flows* disponíveis para o acionista.

PERÍODO DE PROJEÇÃO

A aquisição da Império Bonança pelo Grupo CGD resultou de uma decisão estratégica tendo em vista consolidar a liderança do Grupo no mercado segurador português e de alcançar, simultaneamente, uma dimensão que permitisse desencadear um conjunto de iniciativas que se traduzissem em ganhos de eficiência operativa resultantes da junção da estrutura da Império Bonança com a das outras seguradoras do Grupo, em particular da Fidelidade Mundial.

Com efeito, trata-se de uma concentração estrutural e, neste sentido, é adequado considerar um período de avaliação que vai até 2019 acrescido de um valor residual.

VALOR RESIDUAL

O valor residual foi calculado, considerando a aplicação da fórmula VR = CFt / (KCPt – g), em que:

VR = Valor Residual
CFt = *Cash flow* no ano t (ano de cruzeiro)
g = Taxa de crescimento nominal da perpetuidade
KCPt = Remuneração requerida pelos capitais próprios.

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

Os principais pressupostos macroeconómicos considerados nas projeções foram a taxa de inflação e o crescimento real do PIB.

TAXA DE DESCONTO

A taxa de atualização dos *cash flows* corresponde ao custo de capital do acionista, apurado com base no modelo *Capital Asset Pricing Model* (CAPM), tendo sido aplicadas as seguintes taxas de desconto, por se considerar que as taxas de juro sem risco irão convergir ao longo dos próximos 5 anos:

	2012P	2013P	2014P	2015P	2016P	2017P	2018P	2019P
Custo dos capitais próprios	14,8%	14,8%	14,0%	13,2%	12,4%	11,7%	10,9%	10,9%

VALOR DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Com base nas projeções económico-financeiras elaboradas, relativas aos próximos anos, calcularam-se os respetivos rendimentos futuros esperados *(cash flows)*, os quais foram atualizados para a data de reporte da avaliação.

PRÉMIOS BRUTOS

Historicamente, existe uma forte correlação entre a evolução do mercado segurador no segmento não vida e a evolução da economia. Neste sentido, indexou-se a evolução dos prémios brutos emitidos ao crescimento nominal do PIB estimado para o período de projeção, assumindo-se, contudo, um desconto face a esse crescimento.

No que diz respeito às provisões para prémios não adquiridos, assumiram-se valores em percentagem dos prémios brutos emitidos em linha com as médias observadas nos últimos anos.

CUSTOS COM SINISTROS

Nas projeções efetuadas assumiram-se taxas de sinistralidade para cada um dos ramos em linha com a média observada nos últimos anos.

CUSTOS DE AQUISIÇÃO E CUSTOS ADMINISTRATIVOS

Considerou-se para os custos de aquisição relacionados com a produção de prémios (ex., comissões) um valor em percentagem dos prémios brutos adquiridos em linha com o verificado nos últimos anos, tendo-se assumido para os restantes custos de aquisição um crescimento indexado à taxa de inflação.

No que diz respeito aos custos administrativos, considerou-se a indexação dos custos administrativos diretamente relacionados com a produção de prémios (ex., remunerações de mediadores) ao crescimento projetado dos prémios brutos adquiridos. Relativamente aos demais custos administrativos, foram projetados por indexação à taxa de inflação estimada.

DESPESAS COM ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Caixa realizou despesas no âmbito do desenvolvimento de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, nos montantes de 5500 mEuros e 7400 mEuros, respetivamente.

18. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA	21,60	16 931	21,60	14 837
Torre Ocidente Imobiliária, SA	25,00	5 571	25,00	1 531
		35 939		**28 464**

	31.12.2011		31.12.2010	
Prado – Cartolinas da Lousã, SA	38,15	4 257	38,15	4 361
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, SA	27,00	2 851	27,00	2 752
Companhia de Papel do Prado, SA	38,15	1 303	38,15	1 303
Outras		5 026		3 680
		35 939		**28 464**

Os dados financeiros estatutários (demonstrações financeiras não auditadas) das principais empresas associadas, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, eram os seguintes:

		31.12.2011				
Sector de atividade / Entidade	Sede	Ativos	Passivos	Situação líquida [a]	Resultado líquido	Proveitos
Bancário						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	83 582	73 018	10 564	1 115	7 298
Imobiliário						
Torre Ocidente, Imobiliária, SA	Lisboa	71 438	49 156	22 282	(410)	3 513
Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, SA	Lisboa	382 837	436 737	(53 900)	(21 011)	16 063
Outros sectores						
Companhia de Papel do Prado, SA	Tomar	4 377	962	3 415	(1)	4
Prado – Cartolinas da Lousã, SA	Lousã	19 452	8 291	11 161	812	21 853
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA	Lisboa	141 551	63 160	78 391	16 021	138 645

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses minoritários.

		31.12.2010				
Sector de atividade / Entidade	Sede	Ativos	Passivos	Situação líquida [a]	Resultado líquido	Proveitos
Bancário						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	54 082	43 900	10 182	1 080	6 309
Imobiliário						
Torre Ocidente, Imobiliária, SA	Lisboa	42 697	36 574	6 123	1 742	2 509
Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, SA	Lisboa	385 453	423 399	(37 946)	(16 187)	44 813
Outros sectores						
Companhia de Papel do Prado, SA	Tomar	4 327	911	3 416	6	24
Prado – Cartolinas da Lousã, SA	Lousã	20 490	9 059	11 431	1 699	24 727
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA	Lisboa	142 997	74 302	68 695	12 799	133 269

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses minoritários.

19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, eram os seguintes:

	31.12.2011	31.12.2010
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	56 913	68 312
Outros	30 915	21 957
	87 828	**90 270**
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(17 523)	(20 428)
Outros	(34 988)	(37 400)
	(52 511)	**(57 828)**

	31.12.2011	31.12.2010
Ativos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	1 850 133	1 048 838
Por prejuízos fiscais reportáveis	78 547	82 263
Passivos por impostos diferidos	(166 220)	(180 918)

O movimento ocorrido nos impostos diferidos, durante os exercícios de 2011 e 2010, foi o seguinte:

	2011					
		Variação em				
	Saldo em 31.12.2010	Capital Próprio	Resultados	Transferência para imposto corrente	Outros	Saldo em 31.12.2011
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	51 616	513	2 391	-	(303)	54 218
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	460 828	-	256 506	(2 949)	3 327	717 712
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	603	-	(11 910)	-	(31)	(11 338)
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	172 200	610 832	-	-	(963)	782 069
Valorização de outros títulos	13 848	-	(12 906)	-	63	1 004
Prejuízos fiscais reportáveis	82 263	-	(7 982)	-	4 267	78 547
Benefícios dos trabalhadores	158 629	(8 492)	(1 239)	-	(1 958)	146 940
Comissões	22 401	-	234	-	(5 059)	17 576
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(5 796)	-	662	-	1	(5 133)
Despesas de carácter plurianual	858	-	(858)	-	-	-
Outros	(7 267)	-	(20 046)	-	8 177	(19 136)
	950 184	**602 853**	**204 852**	**(2 949)**	**7 521**	**1 762 460**

	2010					
		Variação em				
	Saldo em 31.12.2009	Capital Próprio	Resultados	Transferência para imposto corrente	Outros	Saldo em 31.12.2010
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	48 340	(5 570)	8 884	-	(38)	51 616
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	437 586	-	22 477	(2 863)	3 629	460 828
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	739	-	(103)	-	(32)	603
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	107 736	66 505	-	-	(2 041)	172 200
Valorização de outros títulos	26 477	-	(11 362)	-	(1 267)	13 848
Prejuízos fiscais reportáveis	20 655	-	61 989	-	(381)	82 263
Benefícios dos trabalhadores	198 951	(38 300)	(2 119)	-	97	158 629
Comissões	45 062	-	(22 554)	-	(107)	22 401
Reavaliação legal de outros ativos tangíveis	(6 669)	-	872	-	-	(5 796)
Despesas de carácter plurianual	2 984	-	(2 126)	-	-	858
Outros	(18 610)	-	6 491	-	4 852	(7 267)
	863 251	**22 635**	**62 448**	**(2 863)**	**4 711**	**950 184**

Conforme expresso em maior detalhe na Nota 2.3., no decorrer do exercício de 2011, o Grupo procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais originados no âmbito da atualização das responsabilidades com pensões e encargos com saúde e com o rendimento esperado do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos integralmente por contrapartida de uma rubrica de capital próprio, sendo que, até ao exercício de 2010, estes encontravam-se a ser contabilizados de acordo com o método do corredor.

As demonstrações financeiras do Grupo foram reexpressas de forma a refletir a aplicação retospectiva dos impactos da aplicação da nova política contabilística, tendo os períodos comparativos apresentados sido alterados em conformidade.

De referir que, ao abrigo do artigo 183º, da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei nº 64-A/2011, de 30 de dezembro), as variações decorrentes da alteração da política contabilística

de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais ocorridas em 2011 relativas à Caixa e outras participadas com sede em território nacional, respeitantes a contribuições efetuadas nesse exercício ou exercícios anteriores, serão consideradas dedutíveis para efeitos de apuramento do lucro tributável, em partes iguais, nos dez períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Impostos correntes		
Do exercício	68 111	103 242
Contribuição sobre o sector bancário	29 398	-
Correções a exercícios anteriores (líquido)	907	25 977
	98 416	**129 220**
Impostos diferidos	(204 852)	(62 448)
	(106 435)	**66 772**
Lucro consolidado antes de impostos e interesses minoritários	(535 639)	370 450
Carga fiscal	**19,87%**	**18,02%**

Nos exercícios de 2011 e 2010, a rubrica "Correções a exercícios anteriores" apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto (exercício 2009 e 2008)	(6 400)	3 551
Correções ao lucro tributável (exercícios 2002 e 2006)	(2 808)	(1 470)
Liquidações adicionais (exercícios 2005, 2006, 2007 e 2008)	10 115	23 897
Outros	-	(1)
	907	**25 977**

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser demonstrada como se segue:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		**(535 639)**		**370 450**
Imposto apurado com base na taxa nominal	28,83%	(154 425)	28,77%	106 578
Sucursal Financeira Exterior da Madeira (Nota 2.14.)	(0,02%)	93	(0,63%)	(2 322)
Sociedades registadas pelo método de equivalência patrimonial	0,51%	(2 735)	(0,55%)	(2 043)
Impacto de sociedades com regimes fiscais diferentes da taxa nominal em Portugal	1,12%	(5 978)	3,91%	14 498
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de instrumentos de capital disponíveis para venda	0,12%	(654)	(8,18%)	(30 316)
Mais-valias isentas de tributação	2,27%	(12 159)	(18,53%)	(68 649)
Outras	1,07%	(5 706)	(1,26%)	(4 653)
Registo de imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de utilizações	4,29%	(22 971)	7,76%	28 753
Diferenças definitivas a acrescer	(0,89%)	4 766	2,75%	10 182
Benefícios fiscais	0,74%	(3 962)	(0,55%)	(2 051)
Anulação de prejuízos fiscais não utilizados	(1,76%)	9 416	0,00%	-
Tributação autónoma	(0,50%)	2 652	0,59%	2 177
Alteração na taxa de imposto nominal – derrama estadual	0,00%	-	(12,79%)	(47 383)
Contribuição sobre o sector bancário	(5,49%)	29 398	0,00%	-
Outros	(9,16%)	49 047	10,44%	38 668
	21,14%	**(113 217)**	**11,73%**	**43 441**

	31.12.2011		31.12.2010	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Correções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Correção ao Lucro tributável de exercícios anteriores	(1,39%)	7 436	6,29%	23 312
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto relativo aos exercícios de 2010 e 2009, líquido de impostos diferidos	0,10%	(539)	0,12%	455
Outras	0,02%	(116)	(0,12%)	(436)
	(1,27%)	**6 782**	**6,30%**	**23 331**
	19,87%	**(106 435)**	**18,02%**	**66 772**

No exercício de 2011, a taxa nominal de imposto da CGD, considerando as taxas de Derrama aplicáveis à sua atividade, ascende a 28,83% (28,77% em 31 de dezembro de 2010).

A determinação da taxa nominal de imposto da CGD reflete o aditamento, ao abrigo da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho (Lei que aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento), do artigo 87º-A do CIRC, o qual no seu nº 1 prevê a aplicação de uma taxa adicional de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 2000 mEuros (derrama estadual). Em resultado desta situação, em 31 de dezembro de 2010, os resultados com impostos diferidos incluem um proveito de cerca de 47 383 mEuros no âmbito da atualização da taxa nominal de imposto sobre a base de incidência de apuramento dos saldos de ativos e passivos por impostos diferidos.

No âmbito da publicação da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro), a redação do artigo 87º-A do CIRC foi alterada de forma a considerar atualizações à taxa adicional de imposto a aplicar sobre a parte do lucro tributável que exceda 1500 mEuros e 10 000 mEuros, respetivamente, quando na sua globalidade este seja superior a 10 000 mEuros, relativamente ao qual a tributação adicional a considerar será de 3% e 5%. Considerando que a nova redação do artigo 87º-A é apenas aplicável de forma transitória aos lucros tributáveis e pagamentos adicionais por conta referentes aos dois períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, entendeu-se não proceder, decorrente desta situação, a qualquer alteração à taxa nominal de imposto utilizada no apuramento dos saldos de ativos e passivos por impostos diferidos a recuperar/(pagar) reconhecidos com referência a 31 de dezembro de 2011.

No decorrer do mês de dezembro de 2010, a CGD reconheceu ativos por impostos diferidos no montante de 53 112 mEuros, relativos a prejuízos fiscais reportáveis originados no exercício (56 986 mEuros em 31 de dezembro de 2011). De acordo com o enquadramento legal em vigor, os prejuízos fiscais originados no exercício de 2010 são recuperáveis num período de quatro anos posteriores à sua constituição, sendo suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados nesse período.

Decorrente das disposições previstas no artigo 141º, da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro), o qual veio estabelecer a introdução de um novo regime de contribuição aplicável ao setor bancário, o Grupo reconheceu no exercício de 2011 um custo de 29 398 mEuros relativo aos encargos com este tributo. A base de incidência da nova contribuição, regulamentada no âmbito da Portaria nº 121/2011, de 30 de março, incide sobre o valor dos passivos das instituições de crédito com sede no território português, deduzidos dos fundos próprios e complementares nele incluídos e, ainda, dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, assim como sobre o valor nocional dos instrumentos financeiros derivados que não tenham natureza de cobertura. Encontram-se igualmente abrangidos pelo tributo as Filiais de instituições de crédito cuja sede se situe fora do território português, assim como Sucursais em Portugal de instituições de crédito com sede fora da União Europeia.

As autoridades fiscais têm, normalmente, a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores (2008 a 2011, no caso da maioria das entidades com sede em Portugal, sendo que, no caso da Caixa Geral de Depósitos, os exercícios de 2008 e 2009 foram já objeto de inspeção). Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer cor-

reção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

20. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa Seguros		
Ramo Vida:		
Provisão matemática	7 399	5 020
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	12 755	15 246
Sinistros não declarados (IBNR)	2 646	1 940
	15 401	**17 186**
Provisão para participação nos resultados	-	31
Total do ramo vida	**22 800**	**22 237**
Ramos não Vida:		
Provisão para prémios não adquiridos	**42 413**	**43 687**
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	145 243	185 022
Sinistros não declarados (IBNR)	9 568	9 216
	154 811	**194 238**
Total dos ramos não vida	**197 224**	**237 925**
Subtotal Caixa Seguros	**220 024**	**260 162**
Outros	6 178	4 402
	226 202	**264 564**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Acidentes de Trabalho	202	(6)	196	-	-	-
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	8 082	(3 954)	4 128	11 220	(5 553)	5 667
Doença	591	(310)	281	1 856	(1 152)	704
Incêndio e Outros Danos	32 815	(4 479)	28 336	30 956	(4 334)	26 622
Automóvel	187	-	187	25	-	25
Marítimo, Aéreo e Transportes	1 967	(250)	1 717	3 275	(354)	2 921
Responsabilidade Civil Geral	3 502	(214)	3 288	3 389	(192)	3 197
Crédito e Cauções	154	(3)	151	182	(4)	178
Proteção Jurídica	52	-	52	52	-	52
Diversos	5 736	(1 659)	4 077	6 178	(1 857)	4 321
	53 288	**(10 875)**	**42 413**	**57 133**	**(13 446)**	**43 687**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
De seguros de vida:	**12 755**	**2 646**	**15 401**	**15 246**	**1 940**	**17 186**
De seguros não vida:						
Acidentes de trabalho	1 455	-	1 455	1 454	-	1 454
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	6 497	137	6 634	3 085	140	3 225
Doença	366	-	366	256	-	256
Incêndio e Outros Danos	79 863	6 954	86 817	94 277	6 792	101 069
Automóvel	15 579	51	15 630	17 945	50	17 995
Marítimo, Aéreo e Transportes	7 023	239	7 262	31 542	239	31 781
Responsabilidade Civil Geral	24 184	161	24 345	26 159	140	26 299
Crédito e Cauções	6	-	6	34	-	34
Proteção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Diversos	10 270	2 026	12 296	10 270	1 855	12 125
	145 243	**9 568**	**154 811**	**185 022**	**9 216**	**194 238**
	157 998	**12 214**	**170 212**	**200 268**	**11 156**	**211 424**

O movimento ocorrido nas provisões técnicas de resseguro cedido durante os exercícios de 2011 e 2010 é apresentado na Nota 26.

21. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Outros ativos		
Certificados de dívida do Território de Macau	322 294	274 633
Outros	20 872	58 324
Devedores e outras aplicações		
Recibos por cobrar - Seguros	88 385	102 773
Devedores diversos	1 622 358	724 939
Sector Público Administrativo	6 147	12 220
Suprimentos	159 238	123 428
Devedores por operações sobre futuros	25 087	36 307
Valores a receber pela venda da EDP (Nota 8.)	460 724	460 724
Bonificações a receber		
Do Estado	40 433	17 135
De outras entidades	12 042	12 018
Valor a receber pela venda de bens arrematados	29 506	23 415
Outros	482 576	530 856
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Excesso / (insuficiência) de cobertura de responsabilidades		
Caixa Geral de Depósitos (Nota 39.)	115 372	116 651
Caixa Seguros e Saúde (Nota 39.)	1 682	6 491
Outros	(348)	(501)
Rendimentos a receber	45 189	60 565
Despesas com encargo diferido		
Rendas	7 784	8 079
Outras	29 376	32 865
Receitas com rendimento diferido	(4 784)	(5 339)
Outras operações ativas por regularizar	336 282	684 105
Operações de Bolsa	11 209	1 941
	3 811 424	**3 281 628**
Imparidade (Nota 41.)	**(191 424)**	**(155 804)**
	3 620 001	**3 125 824**

O movimento na imparidade para devedores e outras aplicações, durante os exercícios de 2011 e 2010, é apresentado na Nota 41.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor a receber pela venda da EDP resulta da alienação pela CGD à Parpública de uma participação detida nesta entidade, conforme descrito em maior detalhe na Nota 8.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Devedores e outras aplicações – Devedores diversos" inclui 1 190 401 mEuros e 417 695 mEuros, respetivamente, relativos a contas-caução em diversas instituições financeiras. As referidas cauções decorrem da realização de operações de cedência de liquidez colaterizadas por ativos financeiros, assim como da contratação de "*Swaps* de taxa juro ("IRS") com essas entidades.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Devedores e outras aplicações – devedores diversos" inclui 50 282 mEuros, relativos a depósito-caução constituído pela Caixa junto da Administração Fiscal no âmbito dos procedimentos de suspensão da execução fiscal de ato tributário, conforme referido em maior detalhe na Nota 25.

No âmbito do contrato firmado pelo Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau) com o Território de Macau para a emissão de notas, o Banco entrega ao Território divisas convertíveis correspondentes ao contravalor das s em circulação, recebendo, em contrapartida, um certificado de dívida de valor equivalente destinado à cobertura da responsabilidade resultante da emissão fiduciária (Nota 28.). O acerto dos montantes a entregar pelo Banco ao Território faz-se mensalmente, nos primeiros quinze dias de cada mês, com base na média dos saldos diários do mês anterior. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o certificado de dívida do Governo de Macau ascende a 322 294 mEuros e 274 633 mEuros, respetivamente. Este certificado não vence juros, sendo a remuneração das funções agenciadas ao Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau) obtida através de um depósito gratuito permanente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os suprimentos concedidos apresentam o seguinte detalhe:

	31.12.2011	31.12.2010
Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA	43 000	45 000
Moretextile, SGPS, SA	31 855	-
A. Silva & Silva – Imobiliário & Serviços, SA	27 187	25 640
Sagesecur – Estudo, desenvolvimento e Participações em Projetos, SA	14 830	19 705
PP3E – Projetos e Participações em Empreendimentos de Energia Elétrica, SA	9 891	9 891
Outros	32 475	23 192
	159 238	**123 428**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo de suprimentos atribuídos à Locarent – Companhia de Aluguer de Viaturas, SA representam 50% dos valores concedidos a esta entidade (entidade consolidada de acordo com o método proporcional), apresentando as seguintes caracaterísticas:

- Suprimento no montante de 60 000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses, sendo pagos juros trimestral e postecipadamente em 1 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Em julho de 2010, foi celebrado um aditamento ao contrato de suprimentos concedido pela Caixa a esta entidade, o qual prevê o reembolso do montante em dívida em duas *tranches*. Desta forma, em dezembro de 2010, era devido pela Locarent um reembolso parcial dos referidos suprimentos no montante de 24 000 mEuros, dos quais a entidade reembolsou apenas 20 000 mEuros, tendo os remanescentes 4000 mEuros sido liquidados em janeiro de 2011. Os restantes 36 000 mEuros serão reembolsados em 30 de julho de 2014;
- Suprimento no montante total de 50 000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de janeiro, 1 de abril, 1 de julho e 1 de outubro de cada ano. No decorrer do primeiro semestre de 2011, foi celebrado um aditamento ao contrato de suprimentos concedido pela Caixa a esta entidade, tendo a data de vencimento inicial (1 de abril de 2011) sido prorrogada até 30 de setembro de 2012.

No âmbito do acordo de reestruturação financeira dos grupos têxteis Coelima, JMA - José Machado de Almeida e AAF – António Almeida & Filhos, realizado no decorrer do primeiro semestre de 2011, a Caixa concedeu à Moretextile, SGPS, SA (entidade constituída em resultado desta operação) suprimentos no montante de 31 182 mEuros. Estes suprimentos, utilizados na amortização parcial da dívida da Coelima junto dos seus credores (entre os quais a CGD), são remunerados a uma taxa de juro correspondente à Euribor a 6 meses acrecida de um *spread* de 2,5% e serão integralmente reembolsados (capital e juros) de uma só vez em 13 de maio de 2018, prazo este renovável por um período adicional de cinco anos. O reembolso destes suprimentos encontra-se subordinado à liquidação pela Moretextile e suas participadas de créditos vencidos e não pagos junto de outros credores. No exercício de 2011, a Caixa reconheceu imparidade para fazer face a perdas potenciais neste ativo no montante de 22 299 mEuros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica inclui ainda a cedência à Parcaixa dos direitos de crédito sobre 19,5% dos suprimentos concedidos pela Parpública à Sagesecur, no âmbito da realização do capital social desta entidade no momento da sua constituição. No decorrer do exercício de 2011, a Sagesecur procedeu à amortização de suprimentos no montante de 4875 mEuros.

22. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Recursos de bancos centrais		
Recursos– Banco Central Europeu		
Empréstimos, depósitos e outros recursos		
Caixa Geral de Depósitos	9 000 000	6 550 000
Outras entidades do Grupo	1 287 000	1 430 002
Recursos – De outros Bancos Centrais		
Depósitos e outros recursos		
De Instituições de crédito no país	544	553
De Instituições de crédito no estrangeiro	4 246	1 011 842
Operações de venda com acordo de recompra	-	6 677
Outros recursos	-	2 687
Juros a pagar	11 195	10 712
	10 302 985	**9 012 473**
Recursos de outras instituições de crédito		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no País	1 202 239	834 497
De instituições de crédito no Estrangeiro	2 518 886	2 411 292
Recursos do mercado monetário interbancário	586 600	327 630
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no País	237 403	337 474
De instituições de crédito no Estrangeiro	162 236	174 891
Empréstimos		
De instituições de crédito no País	23 819	58 709
De instituições de crédito no Estrangeiro	29 223	15 922
Recursos de organismos financeiros internacionais	53 818	43 338
Operações de venda com acordo de recompra	724 333	1 383 335
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	219	(2 844)
Juros a pagar	22 339	12 463
Despesas com encargo diferido	(3 144)	(5 511)
	5 557 970	**5 591 196**
	15 860 954	**14 603 669**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Recursos de bancos centrais – Recursos – Banco Central Europeu" refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Central Europeu, os quais se encontram garantidos por instrumentos de dívida da carteira do Grupo. Estes ativos não estão dis-

poníveis para livre circulação e encontram-se registados pelo seu valor nominal em rubricas extra-patrimoniais de "Ativos dados em garantia" (Nota 25.).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Operações de venda com acordo de recompra" refere-se a contratos de cedência de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado, celebrado pelo Grupo com diversas instituições financeiras.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes (Nota 9.). A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecida como um custo com juros e diferida ao longo do período do contrato.

23. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Depósitos de poupança	**2 732 795**	**5 235 562**
Outros débitos		
À vista	**17 806 732**	**19 037 259**
A prazo		
Depósitos	42 621 894	35 284 915
Produtos de taxa fixa - seguros	6 269 921	7 110 244
Depósitos obrigatórios	337 629	380 589
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	53 497	82 392
Empréstimos	159 911	233 058
Operações com acordo de recompra	25 903	26 647
Outros	72 248	58 684
	49 541 004	**43 176 528**
	67 347 736	**62 213 788**
Juros a pagar	502 129	235 859
Custos diferidos, líquidos de proveitos diferidos	(10 906)	(11 330)
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	25 264	16 153
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas)	(9 527)	(9 986)
	506 960	**230 695**
	70 587 491	**67 680 045**

A rubrica "Produtos de taxa fixa – seguros" corresponde ao valor de seguros de vida classificados como contratos de investimento (Nota 2.17.) e que, consequentemente, são registados de acordo com a IAS 39, de modo similar aos depósitos de clientes da atividade bancária.

24. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações em circulação:		
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN		
Remuneração indexada a taxas de juro	2 159 042	2 752 721
Taxa de juro fixa	4 121 628	4 017 517
Remuneração indexada a ações / índices	468 542	496 369
Remuneração indexada a taxas de câmbio	777 416	1 322 329
	7 526 628	**8 588 936**
Obrigações Hipotecárias	5 696 350	7 015 350
Obrigações sobre o Sector Público	930 900	995 000

	31.12.2011	31.12.2010
Outras obrigações de caixa:		
Remuneração indexada a taxas de juro	26 668	45 768
Remuneração indexada a ações / índices	11 890	11 890
Taxa de juro fixa	6	1 232 326
	14 192 442	**17 889 270**
Outros:		
Emissões no âmbito do Programa *Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit*		
Papel comercial	-	676 124
	-	**676 124**
Emissões no âmbito do Programa *US Commercial Paper and Certificates of Deposit*		
Certificados de depósito	23 186	22 458
Títulos emitidos no âmbito de operações de titularização (Nota 13.):		
Crédito à habitação	402 830	475 046
	426 016	**1 173 628**
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	76 276	17 524
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(29 769)	(70 159)
Juros a pagar	258 343	296 482
	14 923 309	**19 306 748**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a decomposição da rubrica de responsabilidades representadas por títulos encontra-se deduzida dos saldos acumulados da dívida entretanto readquirida e cujos montantes se podem decompor de acordo com o seguinte detalhe:

	31.12.2011	31.12.2010
EMTN	200	-
Obrigações Hipotecárias	2 617 000	-
Obrigações sobre o Sector Público	37 000	-
Outras Obrigações de Caixa	4 600 000	1 000 000
	7 254 200	**1 000 000**

Em 31 de dezembro de 2010, a rubrica "Obrigações em circulação – Obrigações de Caixa – Taxa de juro fixa" incluía 1 185 200 mEuros relativos a uma emissão obrigacionista efetuada pela Caixa ao abrigo da Garantia concedida pelo Estado Português. Esta emissão, remunerada a uma taxa de juro fixa de 3,875%, maturou em 12 de dezembro de 2011.

Em 19 de julho de 2011 e 23 de dezembro de 2011, a Caixa procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas garantidos pelo Estado Português, nos montantes de 1 800 000 mEuros e 2 800 000 mEuros, respetivamente, e apresentam as seguintes condições:

- Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 1 800 000 mEuros – as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 4,95% e têm vencimento em 19 de julho de 2014;
- Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 2 800 000 mEuros – as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 5% e têm vencimento em 23 de dezembro de 2014.

As referidas emissões obedecem às disposições da Lei nº 60-A/2008, de 20 de outubro, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, e das Portarias nº 1219-A/2008, de 23 de outubro, e nº 946/2010, de 22 de setembro. As emissões foram integralmente recompradas pela Caixa e encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu.

Como forma de diversificação das fontes de financiamento, a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) *EURO COMMERCIAL PAPER AND CERTIFICATES OF DEPOSIT* (ECP E CCP)

Ao abrigo do programa denominado "EUR 10 000 000 000 *Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit*" a CGD (diretamente ou através das Sucursais de França e Londres) pode emitir certifi-

cados de depósitos (CD) e "*Notes*" com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respetivamente, denominados em Euros, Dólares Norte-Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à *performance* de índices ou ações.

(ii) *US COMMERCIAL PAPER*

Ao abrigo deste programa a CGD North America Finance LLC pode emitir "*Notes*" até um montante global de dois biliões de Dólares Norte Americanos. As *Notes* têm maturidade máxima de 1 ano e um montante mínimo de 250 000 Dólares Norte Americanos. As emissões podem ser emitidas a desconto ou ao par. Todas as emissões são garantidas pela CGD.

(iii) *EURO MEDIUM TERM NOTES* (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (diretamente ou a partir das Sucursais de França e Londres) e da CGD Finance, pode emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15 000 000 mEuros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respetivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou ações.

(iv) OBRIGAÇÕES HIPOTECÁRIAS

Em novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias, a emitir diretamente pela CGD, até ao montante máximo atual de 15 000 000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de ativos, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13, do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa, com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado-membro da União Europeia ou, em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados-membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respetivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;

› O valor atual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 8 345 000 mEuros e 8 045 000 mEuros, respetivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

Designação	Valor nominal		Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Taxa em 31.12.2011	Taxa em 31.12.2010
	31.12.2011	31.12.2010						
Hipotecárias Série 1 2006/2016 1º tranche	2 000 000	2 000 000	06.12.2006	06.12.2016	Anualmente no dia 6 de dezembro.	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 2 2007/2015 (*)	900 000	900 000	30.03.2007	30.09.2015	Semestralmente nos dias 30 de março e 30 de setembro.	Taxa Euribor 6meses + 0,04%	1,793%	1,190%
Hipotecárias Série 3 2007/2012	2 000 000	2 000 000	28.06.2007	28.06.2012	Anualmente no dia 28 de junho.	Taxa Fixa	4,625%	4,625%
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250 000	250 000	28.06.2007	28.06.2022	Trimestralmente nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Taxa Euribor 3meses + 0,05%	1,437%	1,060%
Hipotecárias Série 5 2007/2015 (**)	-	200 000	20.12.2007	20.12.2015	Semestralmente nos dias 20 de junho e 20 de dezembro.	Taxa Euribor 6meses + 0,10%	-	1,350%
Hipotecárias Série 6 2008/2016 (*)	200 000	200 000	27.02.2008	29.02.2016	Semestralmente nos dias 27 de fevereiro e 27 de agosto.	Taxa Euribor 6meses + 0,16%	1,905%	1,300%
Hipotecárias Série 7 2008/2016	150 000	150 000	31.03.2008	15.03.2016	Trimestralmente nos dias 15 de março, junho, setembro e dezembro.	Taxa Euribor 3meses - 0,012%	1,407%	1,010%
Hipotecárias Série 1 2006/2016 2ª tranche	150 000	150 000	09.09.2008	06.12.2016	Anualmente no dia 6 de dezembro.	Taxa Fixa	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 8 2008/2038	20 000	20 000	01.10.2008	01.10.2038	Anualmente no dia 1 de outubro.	Taxa Fixa	5,380%	5,380%
Hipotecárias Serie 9 15/09/2016	175 000	175 000	08.10.2009	15.09.2016	Semestralmente nos dias 15 de março e 15 de setembro.	Taxa Euribor 6meses + 0,575%	2,309%	1,710%
Hipotecárias Série 10 2010/2020	1 000 000	1 000 000	27.01.2010	27.01.2020	Anualmente no dia 27 de janeiro.	Taxa Fixa	4,250%	4,250%
Hipotecárias Série 11 2010/2013 (**)	-	1 000 000	14.06.2010	14.06.2013	Trimestralmente nos dias 14 de março, junho, setembro e dezembro.	Taxa Euribor 3meses + 0,6%	-	1,730%
	6 845 000	**8 045 000**						
Hipotecárias Série 12 201/2021 FRN (*)	750 000	-	28.04.2011	28.04.2021	Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro.	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	2,342%	-
Hipotecárias Série 13 2011/2021 FRB (*)	750 000	-	28.04.2011	28.04.2021	Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro.	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	2,342%	-
	8 345 000	**8 045 000**						

(*) Emissão integralmente readquirida pela CGD. Estes títulos encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu.
(**) Emissão liquidada antecipadamente.

O património autónomo que garante as emissões inclui créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a 12 167 353 mEuros e 8 988 548 mEuros, respetivamente (Nota 13.). Em 31 de dezembro de 2010, incluía igualmente crédito concedido mediante a subscrição de emissões de papel comercial, cujo valor de balanço nessa data ascendia a 48 150 mEuros (Nota 13.).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o património autónomo afeto à emissão de obrigações hipotecárias integrava títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 118 065 mEuros e 454 120 mEuros, respetivamente (Notas 7. e 8.).

Em 31 de dezembro de 2011, as notações de *rating* atribuídas às emissões de obrigações hipotecárias pelas agências Moody's e Fitch eram de Baa3 e BBB, respetivamente.

(v) OBRIGAÇÕES SOBRE O SETOR PÚBLICO

Em fevereiro de 2009, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações sobre o Setor Público até ao montante máximo de 5 000 000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos sobre o setor público que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados-Membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa de administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados-Membros da União Europeia e outras categorias limitadas de ativos, sobre o qual os detentores das obrigações sobre o setor público emitidas detêm um privilégio creditório especial de fonte legal.

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações sobre o setor público em circulação não pode ultrapassar 100% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações sobre o setor público emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações sobre o setor público não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das obrigações sobre o setor público não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem, ainda, fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurossistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor nominal de obrigações sobre o Setor Público emitidas pela Caixa ascendia a 1 000 000 mEuros, resultante de uma emissão efetuada em 21 de julho de 2009, com uma maturidade de 5 anos, com pagamento de juros anuais à taxa fixa de 3,625%.

O património autónomo que garante a emissão é composto por créditos concedidos ao setor público originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a 1 620 035 mEuros e 1 308 423 mEuros (Nota 13.).

Em 31 de dezembro de 2011, as notações de *rating* atribuidas às emissões de obrigações sobre o setor público pelas agências Moody's e Fitch eram de Baa3 e BBB-, respetivamente.

Nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

	31.12.2011						
	Programa EMTN						
	Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações						
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total	Obrigações Hipotecárias	Outras Obrigações	Total
Até 1 ano	69 000	116 078	456 431	641 509	1 989 200	11 896	2 642 605
Entre 1 e 5 anos	266 950	278 634	5 589 280	6 134 863	2 437 150	957 568	9 529 581
Entre 5 e 10 anos	132 592	156 433	224 960	513 985	1 000 000	-	1 513 985
Mais de 10 anos	-	226 271	10 000	236 271	270 000	-	506 271
	468 542	**777 416**	**6 280 670**	**7 526 628**	**5 696 350**	**969 464**	**14 192 442**

	31.12.2010						
	Programa EMTN						
	Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações						
	Ações / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total	Obrigações Hipotecárias		Total
Até 1 ano	63 095	514 579	1 708 710	2 286 384	-	1 278 094	3 564 477
Entre 1 e 5 anos	274 774	442 351	4 733 068	5 450 193	3 091 200	1 006 890	9 548 283
Entre 5 e 10 anos	53 500	85 233	280 053	418 786	3 654 150	-	4 072 936
Mais de 10 anos	105 000	280 167	48 408	433 574	270 000	-	703 574
	496 369	**1 322 329**	**6 770 239**	**8 588 936**	**7 015 350**	**2 284 984**	**17 889 270**

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respetiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um *spread*.

25. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

PROVISÕES

O movimento nas provisões para benefícios dos empregados e nas provisões para outros riscos nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011							
	Saldos em 31.12.2010	Entrada no Perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	Saldos em 31.12.2011
Provisões para encargos com benefícios de empregados (Nota 39.)	**530 192**	**(1 584)**	**12 051**	**(13 578)**	**(26 956)**	**(335)**	**(2 297)**	**497 493**
Provisões para contingências judiciais	18 180	-	2 366	(2 347)	(600)	(174)	487	17 912
Provisões para garantias e compromissos assumidos	142 518	-	13 608	(3 601)	-	94	(27 508)	125 111
Provisões para outros riscos e encargos	112 529	(2 394)	163 693	(25 540)	(6 921)	1 140	4 461	246 968
	273 227	**(2 394)**	**179 667**	**(31 488)**	**(7 521)**	**1 060**	**(22 560)**	**389 991**
	803 419	**(3 978)**	**191 718**	**(45 066)**	**(34 477)**	**725**	**(24 857)**	**887 484**

	2010							
	Saldos em 31-12-2009	Entrada no Perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	Saldos em 31.12.2010
Provisões para encargos com benefícios de empregados (Nota 39.)	**556 971**	**537**	**8 198**	**(7 257)**	**(24 283)**	**849**	**(4 823)**	**530 192**
Provisões para contingências judiciais	16 781	-	2 211	(786)	(63)	347	(310)	18 180
Provisões para garantias e compromissos assumidos	108 217	701	68 149	(32 965)	(23)	20	(1 581)	142 518
Provisões para outros riscos e encargos	114 411	478	47 708	(34 128)	(12 693)	194	(3 441)	112 529
	239 409	**1 179**	**118 068**	**(67 879)**	**(12 779)**	**561**	**(5 332)**	**273 227**
	796 380	**1 716**	**126 266**	**(75 136)**	**(37 062)**	**1 410**	**(10 155)**	**803 419**

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências resultantes da atividade do Grupo. Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui 19 417 mEuros relativos a uma contribuição extraordinária para o Sistema de Indemnização de Investidores a efetuar pela CGD, a qual foi liquidada em janeiro de 2012, e 50 856 mEuros destinados à cobertura de perdas de imparidade adicionais em títulos de dívida soberana grega registados na carteira de "Investimentos a deter até à maturidade" (Nota 12.).

A composição e o movimento nas provisões para encargos com benefícios a empregados são apresentados na Nota 39.

As provisões para contingências judiciais correspondem à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes a despender na sua resolução, com base em estimativas da Direção Jurídica e dos advogados que acompanham os processos.

PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	31.12.2011	31.12.2010
Passivos eventuais		
Ativos dados em garantia	25 400 062	18 311 197
Garantias e avales	5 245 619	5 003 841
Cartas de crédito "stand by"	123 534	110 804
Créditos documentários abertos	382 499	378 078
Aceites e endossos	2 965	2 277
Transações com recurso	2	9
Outros passivos eventuais	8 382	4 318
	31 163 063	**23 810 525**
Compromissos		
Compromissos revogáveis	9 617 769	13 608 355
Linhas de crédito irrevogáveis	2 457 880	2 891 116
Outros compromissos irrevogáveis	840 000	1 664 250
Subscrição de títulos	1 541 658	2 118 354
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	155 553	154 428
Sistema de indemnização aos investidores	38 895	32 087
Operações a prazo	99 095	80 919
Contratos a prazo de depósitos		
A receber	203 658	256 575
A constituir	-	2 634
Outros	98 425	103 945
	15 052 933	**20 912 661**
Depósito e guarda de valores	**45 671 855**	**53 190 453**

Os ativos dados em garantia apresentam a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Instrumentos de dívida		
Recursos consignados		
BEI – Banco Europeu de Investimento	781 052	646 352
Banco de Portugal (*)	23 297 282	16 611 743
Fundo de Garantia de Depósitos	195 815	179 750
Royal Bank of Scotland	16 000	25 000
Sistema de indemnização aos investidores (futuros)	29 945	20 251
Euronext	4 000	10 000
Instrumentos de capital		
JP Morgan	319 838	-
Outros ativos		
Recursos consignados		
Banco Europeu de Desenvolvimento	692 500	692 500
Banco Central Europeu	30 000	90 000
Outros	33 629	35 601
	25 400 062	**18 311 197**

(*) Engloba a carteira de títulos afetos a tomadas de liquidez junto do Banco Central Europeu, assim como os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do "Contrato de Garantia do Crédito Intradiário" no valor de 500 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos dados em garantia correspondem, essencialmente, a instrumentos de dívida e instrumentos de capital classificados em rubricas de ativos de negociação, ativos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica inclui, igualmente, títulos de dívida adquiridos no âmbito de operações de compra com acordo de revenda, cujo valor nominal ascendia nessas datas a 125 000 mEuros e 93 160 mEuros, respetivamente. Estes títulos não são reconhecidos em balanço, tendo o valor de aquisição sido registado como empréstimo na rubrica "Crédito a clientes". O valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia, nas datas referidas, ascendia a 22 050 565 mEuros e 17 188 634 mEuros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, a rubrica "Outros ativos dados em garantia" inclui créditos concedidos pelo Grupo dados em garantia ao Banco Europeu de Desenvolvimento e ao Banco Central Europeu nos montantes de 692 500 mEuros e 30 000 mEuros, respetivamente (692 500 mEuros e 90 000 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os títulos dados em garantia para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores assumidos pelo Grupo, apresentam um valor de mercado de 206 075 mEuros e 195 910 mEuros, respetivamente.

Os ativos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pelo Grupo nas suas operações, encontrando-se registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor nominal, com exceção dos instrumentos de capital cujo valor de balanço reflete os ajustamentos decorrentes das variações do respetivo valor de mercado.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. Nos exercícios de 2011 e 2010, de acordo com a regulamentação aplicável, a contribuição anual para o FGD ascendeu a 13 966 mEuros e 12 208 mEuros, respetivamente. Parte destas responsabilidades, nos montantes de 1125 mEuros e 1221 mEuros, respetivamente, foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite. Estes montantes não são relevados em custos. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 155 553 mEuros e 154 428 mEuros, respetivamente.

No exercício de 2009, a CGD foi notificada do relatório de inspeção ao exercício de 2005, o qual determina correções à matéria coletável no valor de 155 602 mEuros. Para além de outras situações, o referido montante inclui 135 592 mEuros de correção pelo facto de a Caixa ter beneficiado da eliminação integral da dupla tributação económica do resultado de partilha da Caixa Brasil, SGPS, SA nesse exercício. A Caixa contestou a referida correção por considerar que o procedimento por si adotado se encontra de acordo com a lei fiscal em vigor, dado dispor de elementos que permitem demonstrar que os rendimentos obtidos pela Caixa Brasil, SGPS, SA foram sujeitos a tributação. Por esta razão, não foi constituída qualquer provisão para esta correção nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Em resultado dos procedimentos de execução fiscal decorrentes das correções anteriormente mencionadas efetuadas pela Administração Fiscal, no decorrer do exercício de 2010, a Caixa procedeu à constituição de um depósito-caução no âmbito da prestação de garantia para suspensão do ato tributário da liquidação. O referido depósito-caução, no montante de 50 282 mEuros, encontra-se registado na rubrica "Outros ativos – devedores e outras aplicações – devedores diversos" (Nota 21.).

26. PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa Seguros		
De seguro direto e resseguro aceite:		
Ramo Vida:		
Provisão matemática:		
De contratos de seguro	242 714	251 069
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	2 025 187	2 970 247
	2 267 901	**3 221 316**
Provisão para participação nos resultados	31 574	54 560
Provisão para prémios não adquiridos	1 655	1 641
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	125 768	155 677
Sinistros não declarados (IBNR)	16 242	11 998
	142 010	**167 675**
Outras provisões técnicas		
Provisão para compromissos de taxa	8 860	6 393
Provisão para estabilização de carteira	20 687	18 086
	29 547	**24 479**
Total do ramo vida	**2 472 687**	**3 469 671**
Ramos não Vida:		
Provisão para prémios não adquiridos	288 890	296 295
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	1 679 379	1 786 118
Sinistros não declarados (IBNR)	111 009	119 015
	1 790 388	**1 905 132**
Provisão para riscos em curso	31 549	43 688
Outras provisões técnicas		
Provisão para participação nos resultados	71	334
Total dos ramos não vida	**2 110 898**	**2 245 449**
Total dos ramos vida e não vida	**4 583 585**	**5 715 120**
Outras provisões da atividade seguradora	12 955	17 835
Subtotal Caixa Seguros	**4 596 540**	**5 732 955**
Garantia	**11 075**	**9 981**
Total Geral	**4 607 615**	**5 742 936**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a provisão matemática do ramo vida e a provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro:						
Capital Vida 4%	4 227	21	4 248	4 829	105	4 934
Rendas Ind. 4%	11 816	1 835	13 651	13 020	1 945	14 965
Vida c/ Participação	475	2 664	3 139	609	2 848	3 457
Rendas Grupo 4%	108 936	990	109 926	114 535	1 073	115 609
Vida c/ Participação Bonança	-	2 052	2 052	(0)	2 723	2 723
Vida c/ Participação Império	-	4 088	4 088	-	2 989	2 989
Guaranteed Education Plan	107	-	107	11	-	11
Guaranteed Savings 5 Years	7 686	-	7 686	2 496	-	2 496
F Ind. c/ Part.	7 190	7 285	14 475	7 835	7 418	15 253
F Grupo c/ Part.	14 405	7 543	21 948	20 338	8 006	28 345
Seguro de dependência	118	-	118	108	-	108
Proteção Sénior	157	-	157	187	-	187
Educação Garantida	214	-	214	206	-	206
Hipoteca Prima Única (Espanha)	9 672	-	9 672	10 515	-	10 515
Rentas Individuales Vitalicias T. Gar.	25	-	25	-	-	-
LUX–Império Previdência	19	-	19	19	-	19
LUX–Crédito Consumo	12	-	12	3	-	3
LUX–Crédito Habitação	185	-	185	218	-	218
LUX–Seguro Funeral	-	-	-	0	-	0
LUX–CAIXA ASSUR IMMO	276	-	276	141	-	141
Rendas (ESP)	19 983	-	19 983	25 933	-	25 933
Postal – Proteção Vida	4 445	-	4 445	-	-	-
F Ind. s/ Part.	11 732	-	11 732	9 656	-	9 656
F Grupo s/ Part.	41 034	-	41 034	40 409	-	40 409
	242 714	**26 478**	**269 192**	**251 069**	**27 107**	**278 177**
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:						
Top Reforma 4%–Ind.	59 937	58	59 995	71 390	1 190	72 580
Seg. Poupança 2ªS 2,75%	-	580	580	343	552	895
Seg. Poupança 3ª/4ªS 3,5%	17 937	1 976	19 913	21 604	3 196	24 799
Garantia Crescente 2,75% – Bco	219	-	219	277	0	277
Super Garantia 2,75% (Med)	3 925	-	3 925	5 561	0	5 561
PIR 4%	16 099	503	16 602	18 509	3 368	21 877
Postal Poup. Invest 3,25%	-	-	-	1 743	0	1 743
Postal Poup. Futuro Série A – 3%	5 132	-	5 132	5 576	0	5 576
Seg Poupança 5ªS 2,75%	255 942	126	256 068	496 169	126	496 294
Seg Poupança 6ªS 2,25%	29 919	32	29 951	37 532	32	37 564
Postal Poup Futuro Série B – 2,25%	1 068	-	1 068	1 478	0	1 479
Postal Poupança Segura	26 856	-	26 856	29 740	-	29 740
Fundo Poupança 7ª S 2%	28 568	1	28 569	75 373	1	75 373
Caixa Seguro 4,5%	-	-	-	97 936	350	98 286
Caixa Seguro 4,25%	-	-	-	94 864	369	95 233
Caixa Seguro Liquidez 2%	21 721	-	21 721	39 058	-	39 058
Caixa Seguro 4,4%	-	-	-	46 134	-	46 134
Postal 4,10%	15 221	92	15 313	15 455	83	15 537
Seg. Poupança 9ª Série	33 274	55	33 329	41 540	55	41 595
Poupança / Poupalnveste	1 838	-	1 838	2 149	-	2 149
Cx 10ª S Postal Ser. E	20 336	-	20 336	24 027	-	24 027
LUX–Império Poupanca +	561	-	561	534	-	534

	31.12.2011			31.12.2010		
	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
LUX-CPR	37	-	37	34	-	34
LUX-Compte Epargne Investimente	533	-	533	516	-	516
LUX-Cx. Invest. Seguro – Pr. Únicos	6 152	48	6 200	9 261	48	9 309
LUX-Cx. Invest. Seguro – Pr. Periódicos	396	-	396	322	-	322
Conta Poupança Reforma Individual	63 743	279	64 022	74 419	3 879	78 298
Plano Império Investimento	-	84	84	-	83	83
PUR	20 965	92	21 057	26 286	78	26 364
PUR 3,25%	818	7	825	1 909	7	1 916
PUR 2,4%	14 145	259	14 404	17 106	320	17 425
Conta Poupança Reforma 3%	8 763	104	8 867	10 748	104	10 852
Poupainveste 2ª-série	3 324	-	3 324	3 986	-	3 986
Top Reforma 4%-Grupo	1 603	1	1 604	4 199	55	4 254
Top Reforma 2,75%-Grupo	12 107	-	12 107	12 738	58	12 796
Complementos Reforma	3 580	1	3 581	3 802	25	3 826
Epargne Libre (FRF) 3,75%	240 179	-	240 179	247 022	1 066	248 087
Epargne Libre Plus (FRF)	22 878	-	22 878	22 390	-	22 390
Jubilacion BCG (ESP)	1 905	9	1 914	1 851	7	1 859
Capitalização Grupo	323	1	324	152	-	152
Capital Diferido 1%+PB	841	11	852	-	-	-
Grupo Capitalização	3 559	16	3 575	3 730	16	3 746
Poupalnveste Empresas	120	-	120	175	-	175
PUR 3,25% – Grupo	504	-	504	557	0	557
PUR 2,4% – Grupo	337	31	368	338	31	369
PPR/E Fidelidade 4%	137 237	27	137 264	155 242	997	156 239
PPR/E Rendimento 1ª/2ª S 3,5%	178 560	184	178 744	194 544	7 039	201 582
PPR (Clássico) 4%	35 450	72	35 522	41 596	531	42 127
Multiplano PPR/E 3%	7 880	-	7 880	9 101	-	9 101
PPR/E MC Série A 3%	25 678	-	25 678	29 008	0	29 008
Postal PPR/E Série A 3,25%	7 245	-	7 245	8 302	(0)	8 302
PPR/E Rend. 3ª S 2,75%	137 162	-	137 162	154 972	(0)	154 972
PPR/E MC Série B 2,75%	132 674	10	132 684	228 027	10	228 037
Postal PPR/E Série B 2,75%	9 058	-	9 058	10 132	0	10 132
PPR/E Capital Garantido	1 134	1	1 135	3 140	1	3 140
PPR/E Rend 4ª S 2,25%	31 529	-	31 529	84 190	0	84 190
PPR/E Capital Mais FRN	31 928	3	31 931	48 223	3	48 226
Caixa PPR 4%	13 251	-	13 251	74 300	-	74 300
PPR – Leve Duo	61 694	-	61 694	65 449	1 271	66 720
Postal PPR 4,10%	6 479	2	6 481	6 624	29	6 654
Postal PPR/E Série E	1 705	-	1 705	1 658	-	1 658
Postal PPR Série F	1 892	-	1 892	1 876	-	1 876
PPR	57 833	215	58 048	65 844	740	66 584
PPR	23 114	1	23 115	26 367	153	26 521
PPR 3%	36 954	86	37 040	41 382	1 451	42 834
Império Bonança Reforma (PPR) – 412	90 553	55	90 608	90 655	55	90 709
Império Bonança Reforma (PPR/E) – 413	14 923	4	14 927	17 086	4	17 091
Império Bonança PPR/E Ganha +	2 812	14	2 826	4 793	14	4 807
PPR Ganha +	16 471	24	16 495	25 087	24	25 110
PPR Ganha + 3ª Série	7 161	-	7 161	6 863	-	6 863
IB PPR Leve Duo	3 224	32	3 256	1 304	32	1 336
PPR Ganha + 4ª Série Transferências	4 973	-	4 973	5 141	-	5 141
PPR Rendimento Garantido 5ª S Transfer.	1 254	-	1 254	811	-	811
	2 019 193	**5 096**	**2 030 289**	**2 970 247**	**27 453**	**2 997 699**
	2 261 907	**31 574**	**2 299 481**	**3 221 316**	**54 560**	**3 275 876**

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite e na provisão matemática de resseguro cedido, durante os exercícios de 2011 e 2010, foi o seguinte:

	2011			
	Saldo inicial 31.12.2010	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo final 31.12.2011
Seguro direto e resseguro aceite:				
Provisão matemática:				
De contratos de seguro	251 069	(13 983)	5 628	242 714
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	2 970 247	(949 526)	4 472	2 025 187
	3 221 316	**(963 509)**	**10 100**	**2 267 901**
Provisão para participação nos resultados:				
De contratos de seguro	27 107	4 837	(5 466)	26 478
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	27 453	(18 511)	(3 846)	5 096
	54 560	**(13 674)**	**(9 312)**	**31 574**
	3 275 876	**(977 183)**	**788**	**2 299 475**
Resseguro cedido:				
Provisão matemática:				
De contratos de seguro	(5 020)	(2 382)	-	(7 399)
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	-	-	-	-
	(5 020)	**(2 382)**	**-**	**(7 399)**
	3 270 856	**(979 565)**	**788**	**2 292 076**

	2010			
	Saldo inicial 31.12.2009	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo final 31.12.2010
Seguro direto e resseguro aceite:				
Provisão matemática:				
De contratos de seguro	255 666	(9 192)	4 595	251 069
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	3 605 208	(639 566)	4 605	2 970 247
	3 860 874	**(648 758)**	**9 200**	**3 221 316**
Provisão para participação nos resultados:				
De contratos de seguro	26 378	5 324	(4 595)	27 107
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	30 589	1 468	(4 605)	27 453
	56 969	**6 791**	**(9 200)**	**54 560**
	3 917 842	**(641 966)**	**-**	**3 275 876**
Resseguro cedido:				
Provisão matemática:				
De contratos de seguro	(5 259)	239	-	(5 020)
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	(7)	7	-	-
	(5 266)	**246**	**-**	**(5 020)**
	3 912 576	**(641 721)**	**-**	**3 270 856**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a provisão para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite dos ramos não vida apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Acidentes de trabalho	14 788	(2 623)	12 165	15 416	(2 671)	12 745
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	15 009	(2 943)	12 066	18 839	(3 696)	15 143
Doença	26 811	(4 610)	22 201	27 680	(5 337)	22 343
Incêndio e Outros Danos	92 205	(16 229)	75 976	88 224	(15 456)	72 768
Automóvel	161 840	(29 077)	132 763	169 018	(31 627)	137 391
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 486	(403)	3 083	4 781	(372)	4 409
Responsabilidade Civil Geral	11 856	(1 598)	10 258	12 202	(1 628)	10 574
Crédito e Cauções	356	(37)	319	317	(25)	292
Proteção Jurídica	2 787	(388)	2 399	2 701	(341)	2 360
Assistência	11 467	(1 652)	9 815	11 812	(1 467)	10 345
Diversos	9 443	(1 600)	7 843	9 540	(1 615)	7 925
	350 048	**(61 160)**	**288 890**	**360 530**	**(64 235)**	**296 295**

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite e de resseguro cedido, durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011			
	Saldo inicial 31.12.2010	Responsabilidades originadas no período	Variações cambiais	Saldo final 31.12.2011
Seguro direto e resseguro aceite:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	15 416	(628)	-	14 788
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	18 839	(3 830)	-	15 009
Doença	27 680	(869)	-	26 811
Incêndio e Outros Danos	88 224	3 958	23	92 205
Automóvel	169 018	(7 180)	2	161 840
Marítimo, Aéreo e Transportes	4 781	(1 297)	2	3 486
Responsabilidade Civil Geral	12 202	(348)	2	11 856
Crédito e Cauções	317	39	-	356
Proteção Jurídica	2 701	86	-	2 787
Assistência	11 812	(345)	-	11 467
Diversos	9 540	(97)	-	9 443
	360 530	**(10 512)**	**30**	**350 048**
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	(2 671)	48	-	(2 623)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(3 696)	753	-	(2 943)
Doença	(5 337)	727	-	(4 610)
Incêndio e Outros Danos	(15 456)	(773)	-	(16 229)
Automóvel	(31 627)	2 550	-	(29 077)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(372)	(31)	-	(403)
Responsabilidade Civil Geral	(1 628)	30	-	(1 598)
Crédito e Cauções	(25)	(12)	-	(37)
Proteção Jurídica	(341)	(47)	-	(388)
Assistência	(1 467)	(185)	-	(1 652)
Diversos	(1 615)	15	-	(1 600)
	(64 235)	**3075**	**-**	**(61 160)**
	296 295	**(7437)**	**30**	**288 890**

	2011			
	Saldo inicial 31.12.2010	Responsabilidades originadas no período	Variações cambiais	Saldo final 31.12.2011
Resseguro cedido:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	-	202	-	202
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	11 220	(3 138)	-	8 082
Doença	1 856	(1 265)	-	591
Incêndio e Outros Danos	30 956	1 859	-	32 815
Automóvel	25	174	(12)	187
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 275	(1 307)	(1)	1 967
Responsabilidade Civil Geral	3 389	115	(2)	3 502
Crédito e Cauções	182	(26)	(2)	154
Proteção Jurídica	52	-	-	52
Assistência	-	-	-	-
Diversos	6 178	(442)	-	5 736
	57 133	**(3 828)**	**(17)**	**53 288**
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	-	(6)	-	(6)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(5 553)	1 599	-	(3 954)
Doença	(1 152)	842	-	(310)
Incêndio e Outros Danos	(4 334)	(145)	-	(4 479)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(354)	104	-	(250)
Responsabilidade Civil Geral	(192)	(22)	-	(214)
Crédito e Cauções	(4)	1	-	(3)
Diversos	(1 857)	198	-	(1 659)
	(13 446)	**2 571**	**-**	**(10 875)**
	43 687	**(1 257)**	**(17)**	**42 413**

	2010			
	Saldo inicial 31.12.2009	Responsabilidades originadas no período	Variações cambiais	Saldo final 31.12.2010
Seguro direto e resseguro aceite:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	15 983	(567)	-	15 416
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	18 392	447	-	18 839
Doença	29 077	(1 397)	-	27 680
Incêndio e Outros Danos	84 617	3 607	-	88 224
Automóvel	189 025	(20 007)	-	169 018
Marítimo, Aéreo e Transportes	6 073	(1 292)	-	4 781
Responsabilidade Civil Geral	12 097	105	-	12 202
Crédito e Cauções	305	12	-	317
Proteção Jurídica	740	1 961	-	2 701
Assistência	4 449	7 363	-	11 812
Diversos	4 072	5 468	-	9 540

	2010			
	Saldo inicial 31.12.2009	Responsabilidades originadas no período	Variações cambiais	Saldo final 31.12.2010
	364 831	**(4 301)**	**-**	**360 530**
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	(2 876)	205	-	(2 671)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(2 374)	(1 322)	-	(3 696)
Doença	(3 485)	(1 852)	-	(5 337)
Incêndio e Outros Danos	(15 171)	(285)	-	(15 456)
Automóvel	(34 603)	2 976	-	(31 627)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(460)	88	-	(372)
Responsabilidade Civil Geral	(1 695)	67	-	(1 628)
Crédito e Cauções	(25)	-	-	(25)
Proteção Jurídica	(121)	(220)	-	(341)
Assistência	(561)	(906)	-	(1 467)
Diversos	(774)	(841)	-	(1 615)
	(62 145)	**(2 091)**	**-**	**(64 235)**
	302 686	**(6 391)**	**-**	**296 295**
Resseguro cedido:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	10 378	842	-	11 220
Doença	3 626	(1 770)	-	1 856
Incêndio e Outros Danos	29 841	1 115	-	30 956
Automóvel	-	25	-	25
Marítimo, Aéreo e Transportes	4 348	(1 073)	-	3 275
Responsabilidade Civil Geral	3 224	165	-	3 389
Crédito e Cauções	147	35	-	182
Proteção Jurídica	54	(2)	-	52
Assistência	17	(17)	-	-
Diversos	4 010	2 168	-	6 178
	55 644	**1 488**	**-**	**57 133**
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(5 135)	(418)	-	(5 553)
Doença	(2 298)	1 146	-	(1 152)
Incêndio e Outros Danos	(4 334)	(0)	-	(4 334)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(434)	80	-	(354)
Responsabilidade Civil Geral	(205)	13	-	(192)
Crédito e Cauções	(4)	-	-	(4)
Diversos	(1 298)	(559)	-	(1 857)
	(13 708)	**263**	**-**	**(13 446)**
	41 936	**1 751**	**-**	**43 687**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
De seguros de vida:	**125 768**	**16 242**	**142 010**	**155 677**	**11 998**	**167 675**
De seguros não vida:						
Acidentes de trabalho:						
Provisão matemática	513 580	2 643	516 223	505 278	3 166	508 444
Provisão para assistência vitalícia	130 285	16 053	146 338	119 426	22 455	141 881
Provisão para assistência temporária	93 296	5 249	98 545	102 723	5 734	108 457
	737 161	**23 945**	**761 106**	**727 427**	**31 355**	**758 782**
Outros seguros:						
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	14 129	773	14 902	13 454	802	14 256
Doença	31 113	9 051	40 164	37 643	11 803	49 446
Incêndio e Outros Danos	138 038	16 774	154 812	154 926	15 657	170 583
Automóvel	610 429	49 641	660 070	657 548	44 523	702 071
Marítimo, Aéreo e Transportes	12 734	1 214	13 948	39 575	1 251	40 826
Responsabilidade Civil Geral	111 859	5 269	117 128	118 796	9 659	128 455
Crédito e Cauções	934	24	958	928	18	946
Proteção Jurídica	6 716	730	7 446	6 157	738	6 895
Assistência	3 260	91	3 351	17 151	96	17 247
Diversos	13 006	3 497	16 503	12 512	3 113	15 625
	942 218	**87 064**	**1 029 282**	**1 058 690**	**87 660**	**1 146 350**
	1 679 379	**111 009**	**1 790 388**	**1 786 118**	**119 015**	**1 905 132**
	1 805 147	**127 251**	**1 932 398**	**1 941 795**	**131 013**	**2 072 807**

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite e de resseguro cedido durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011				
	Saldo inicial 31.12.2010	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Variações cambiais	Saldo final 31.12.2011
Seguro direto e resseguro aceite:					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida	**167 675**	**1 157 321**	**(1 182 986)**	**-**	**142 010**
De seguros não vida:					
Acidentes de trabalho	**758 782**	**111 344**	**(109 020)**	**-**	**761 106**
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	14 256	8 232	(7 586)	-	14 902
Doença	49 446	130 620	(139 902)	-	40 164
Incêndio e Outros Danos	170 583	122 026	(137 797)	-	154 812
Automóvel	702 071	254 498	(296 499)	-	660 070
Marítimo, Aéreo e Transportes	40 826	(18 523)	(8 355)	-	13 948
Responsabilidade Civil Geral	128 455	(214)	(11 113)	-	117 128
Crédito e Cauções	946	192	(180)	-	958
Proteção Jurídica	6 895	789	(238)	-	7 446
Assistência	17 247	13 321	(27 217)	-	3 351
Diversos	15 625	14 224	(13 346)	-	16 503
	1 146 350	**525 165**	**(642 233)**	**-**	**1 029 282**
	1 905 132	**636 509**	**(751 253)**	**-**	**1 790 388**
	2 072 807	**1 793 830**	**(1 934 239)**	**-**	**1 932 398**
Resseguro cedido (Nota 20.):					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida	**17 186**	**(10 511)**	**8 726**	**-**	**15 401**
De seguros não vida:					
Acidentes de trabalho	**1 454**	**(82)**	**83**	**-**	**1 455**
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	3 225	2 923	486	-	6 634
Doença	256	7 679	(7 569)	-	366
Incêndio e Outros Danos	101 069	(76 522)	62 270	-	86 817
Automóvel	17 995	(4 305)	1 940	-	15 630
Marítimo, Aéreo e Transportes	31 781	(30 454)	5 935	-	7 262
Responsabilidade Civil Geral	26 299	(3 017)	1 063	-	24 345
Crédito e Cauções	34	(28)	-	-	6
Proteção Jurídica	-	-	-	-	-
Diversos	12 125	(5 371)	5 542	-	12 296
	192 784	**(109 095)**	**69 667**	**-**	**153 356**
	194 238	**(109 177)**	**69 750**	**-**	**154 811**
	211 424	**(119 688)**	**78 476**	**-**	**170 212**

	2010				
	Saldo inicial 31.12.2009	Responsa-bilidades originadas no período	Montantes pagos	Variações cambiais	Saldo final 31.12.2010
Seguro direto e resseguro aceite:					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida	**169 457**	**906 643**	**(908 425)**	**-**	**167 675**
De seguros não vida:					
Acidentes de trabalho	**794 393**	**76 253**	**(111 864)**	**-**	**758 782**
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	20 209	5 184	(11 137)	-	14 256
Doença	43 468	134 182	(128 204)	-	49 446
Incêndio e Outros Danos	171 801	122 695	(123 913)	-	170 583
Automóvel	743 534	285 080	(326 543)	-	702 071
Marítimo, Aéreo e Transportes	46 303	2 216	(7 693)	-	40 826
Responsabilidade Civil Geral	112 047	32 084	(15 676)	-	128 455
Crédito e Cauções	619	50	277	-	946
Proteção Jurídica	7 779	(393)	(491)	-	6 895
Assistência	16 870	16 083	(15 706)	-	17 247
Diversos	7 624	39 521	(31 520)	-	15 625
	1 170 255	**636 701**	**(660 606)**	**-**	**1 146 350**
	1 964 647	**712 955**	**(772 470)**	**-**	**1 905 132**
	2 134 104	**1 619 598**	**(1 680 895)**	**-**	**2 072 807**
Resseguro cedido (Nota 20.):					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida	**19 020**	**(12 061)**	**10 227**	**-**	**17 186**
De seguros não vida:					
Acidentes de trabalho	**2 339**	**(966)**	**81**	**-**	**1 454**
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	4 329	(2 411)	1 307	-	3 225
Doença	209	5 581	(5 534)	-	256
Incêndio e Outros Danos	103 899	(44 157)	41 327	-	101 069
Automóvel	19 851	(4 364)	2 508	-	17 995
Marítimo, Aéreo e Transportes	35 642	(9 041)	5 180	-	31 781
Responsabilidade Civil Geral	18 587	4 264	3 448	-	26 299
Crédito e Cauções	46	(14)	2	-	34
Proteção Jurídica	213	(213)	-	-	-
Diversos	3 809	3 276	5 040	-	12 125
	186 585	**(47 079)**	**53 278**	**-**	**192 784**
	188 924	**(48 045)**	**53 359**	**-**	**194 238**
	207 944	**(60 106)**	**63 586**	**-**	**211 424**

O movimento ocorrido na provisão para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2011 e 2010, foi o seguinte:

	2011			
	Saldo inicial 31.12.2010	Dotações no período	Variações cambiais	Saldo final 31.12.2011
Seguro direto e resseguro aceite:				
Acidentes de trabalho	4 995	(1 522)	-	3 473
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	169	(161)	-	8
Doença	605	7 199	-	7 804
Incêndio e Outros Danos	7 009	(1 948)	-	5 061
Automóvel	26 225	(12 619)	-	13 606
Marítimo, Aéreo e Transportes	17	(17)	-	-
Responsabilidade Civil Geral	2 757	(1 934)	-	823
Crédito e Cauções	4	21	-	25
Proteção Jurídica	-	1	-	1
Assistência	737	12	-	749
Diversos	1 170	(1 170)	-	-
	43 688	**(12 138)**	**-**	**31 549**

	2010			
	Saldo inicial 31.12.2009	Dotações no período	Variações cambiais	Saldo final 31.12.2010
Seguro direto e resseguro aceite:				
Acidentes de trabalho	3 723	1 272	-	4 995
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	99	70	-	169
Doença	3 748	(3 143)	-	605
Incêndio e Outros Danos	6 198	811	-	7 009
Automóvel	15 837	10 388	-	26 225
Marítimo, Aéreo e Transportes	72	(55)	-	17
Responsabilidade Civil Geral	882	1 875	-	2 757
Crédito e Cauções	50	(46)	-	4
Proteção Jurídica	15	(15)	-	-
Assistência	65	672	-	737
Diversos	703	467	-	1 170
	31 392	**12 296**	**-**	**43 688**

27. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações	2 080 970	2 531 959
Empréstimos	23 708	312 072
	2 104 678	**2 844 031**
Juros a pagar	16 689	9 150
Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos	(45 227)	(57 503)
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	(723)	4 485
	2 075 416	**2 800 164**

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31.12.2011	Valor de balanço 31.12.2010	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ Pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	*Step Up Switchable Subordinated Notes due May 2019*	EUR	538 552	536 823	535 016	11.05.2009	13.05.2019	Euribor 12 meses + 1,15%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,65%. Pagamento de juros anual, no dia 11 de maio.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 11 de maio de 2014.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (1ª emissão)	EUR	400 000	392 811	393 486	12.11.2007	13.11.2017	Euribor 12 meses. Caso não ocorra reembolso antecipado 5,80%. Pagamento de juros anual, no dia 12 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 (1ª emissão)	EUR	369 045	369 045	364 495	03.11.2008	05.11.2018	2º ano Euribor 12 meses + 0,125%, 3º ano Euribor 12 meses + 0,250%, 4º ano Euribor 12 meses + 0,500% e 5º ano Euribor 12 meses + 1,00%.Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,50%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
CGD (Sucursal de França)	*Floating Rate Undated Subordinated Notes*	EUR	110 000	209	81 245	18.12.2002	Perpétuo	Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Floating Rate Notes due December 2017*	EUR	125 000	125 000	125 000	27.12.2007	27.12.2017	5,733%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,70%. Pagamento de juros anual no dia 27 de dezembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 27 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 27 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas Renda Mais 2005/2015	EUR	104 891	104 891	104 891	29.06.2005	03.07.2015	Euribor 6 meses + 0,25%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 6 meses + 0,75%. Pagamento de juros semestral, nos dias 3 de janeiro e julho.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 10º cupão.
Caixa Geral de Depósitos	*Lower Tier 2 due March 3, 2028*	EUR	100 000	100 000	100 000	03.03.2008	03.03.2028	5,980%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de março.	N.D.
Caixa Geral de Depósitos	*Floating Rate Notes due December 2017*	EUR	120 000	95 715	100 720	17.12.2007	17.12.2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (2ª emissão)	EUR	81 595	81 450	81 511	12.11.2007	13.11.2017	1º ano 5,00%, 2º ano 5,50%, 3º ano 6,00%, 4º e 5º ano 7,50% e 10%, se o preço de todos os ativos subjacentes estiver acima do seu valor inicial, caso contrário paga 0,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,7%. Pagamento de juros anual no dia 12 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31.12.2011	Valor de balanço 31.12.2010	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ Pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	*Floating Rate Notes due December 2017*	EUR	50 000	50 000	50 000	28.12.2007	28.12.2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 28 de dezembro de 2012.
CGD (Sucursal de França)	*Floating Rate Notes*	EUR	21 000	21 000	21 000	14.07.2005	28.06.2016	Euribor 6 meses + 0,22%. Pagamento de juros semestral, nos dias 28 de junho e dezembro.	N.D.
Caixa Geral de Depósitos	*Fixed to Floating Rate Notes due July 2017*	EUR	20 000	20 000	20 000	30.07.2007	31.07.2017	1º cupão 21,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Fixed to Floating Rate Notes due July 2017*	EUR	20 000	20 000	20 000	30.07.2007	31.07.2017	1º cupão 21,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Fixed to Floating Rate Notes due July 2017*	EUR	20 000	20 000	20 000	30.07.2007	31.07.2017	1º cupão 22,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Fund to Floating Rate Notes due July 2017*	EUR	20 000	20 000	20 000	30.07.2007	31.07.2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Fund to Floating Rate Notes due July 2017*	EUR	20 000	20 000	20 000	30.07.2007	31.07.2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31.12.2011	Valor de balanço 31.12.2010	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ Pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	*Fixed to Floating Rate Notes December 2017*	EUR	6 000	6 000	6 000	03.12.2007	04.12.2017	1º cupão 22,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Fixed to Floating Rate Notes December 2017*	EUR	6 000	6 000	6 000	03.12.2007	04.12.2017	1º cupão 23,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Fixed to Floating Rate Notes December 2017*	EUR	6 000	6 000	6 000	03.12.2007	04.12.2017	1º cupão 23,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Fund to Floating Rate Notes December 2017*	EUR	6 000	6 000	6 000	03.12.2007	04.12.2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 5 de dezembro de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	*Fund to Floating Rate Notes December 2017*	EUR	6 000	6 000	6 000	03.12.2007	04.12.2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral Finance	*Floating Rate Undated Subordinated Notes*	EUR	110 000	1 157	75 198	18.12.2002	Perpétuo	Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012.
Caixa Geral Finance	*Floating Rate Notes due December 2017*	EUR	55 000	55 000	55 000	17.12.2007	17.12.2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31.12.2011	Valor de balanço 31.12.2010	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ Pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral Finance	*Floating Rate Notes due 2016*	USD	265 000	17 868	131 705	06.12.2006	20.12.2016	Libor 3 meses + 0,25%. Caso ocorra reembolso antecipado Libor 3 meses + 0,75%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 20 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 20 de dezembro de 2011.
Banco Comercial e de Investimentos	Empréstimo Subordinado IFC	USD	8 500	6 754	6 445	20.03.2009	15.06.2015	Libor 3 meses + 3,00% + 0,5% caso se verifiquem condições contratuais. Pagamento de juros trimestral, nos dias 15 de março, junho, setembro e dezembro.	O Mutuário (BCI) poderá pagar antecipadamente o empréstimo, no todo ou em parte, em qualquer data de pagamento de juros no dia 15 de dezembro de 2009 ou após essa data, mediante notificação com uma antecedência mínima de 30 dias à IFC.
Banco Comercial e de Investimentos	Obrigações Subordinadas do BCI 2008-2018	MZN	216 000	5 819	2 808	16.10.2008	16.10.2018	1º cupão 15,25%. Cupões seguintes indexados à taxa média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro com prazo igual ou superior a 90 dias, acrescida de 1%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 16 de janeiro, abril, julho e outubro.	O emitente poderá efetuar o reembolso antecipado, total ou parcial, ao par, por redução ao valor nominal, na data de vencimento do 2º período de contagem de juros e, posteriormente, em cada data de pagamento de juros.
Banco Comercial do Atlântico	Obrigações BCA Crescente 2017	CVE	500 000	4 535	4 535	17.12.2010	17.12.2017	1º e 2º ano 5,75%, 3º e 4º ano 5,85%, 5º e 6º ano 6% e 7º ano 6,25%. Pagamento de juros semestral, nos dias 17 de junho e dezembro.	O emitente fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal da dívida *outstanding* a partir do 5º cupão, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações que seriam amortizadas nos períodos subsequentes.
Banco Interatlântico	Obrigações BI 2014	CVE	500 000	3 658	3 910	08.07.2008	08.07.2018	Euribor 6 meses + 0,9% até ao 2º cupão. 6,0% até julho de 2013 . A partir dessa data, taxa da última emissão de OT's a 5 anos + 0,5%. Pagamento de juros semestral, no dia 8 de janeiro e julho.	O emitente fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal ou parcial da dívida *outstanding* ao fim do 1º ano, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar nos períodos subsequentes.
Banco Comercial e de Investimentos	Empréstimo Subordinado BPI	USD	3 704	2 943	4 654	30.07.2008	30.07.2018	Libor 3 meses + 3,00%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de janeiro, abril, julho e outubro.	A antecipação do reembolso do capital, total ou parcial, só poderá ocorrer por iniciativa do BCI e mediante a prévia autorização do Banco de Moçambique
CGD (Sucursal de França)	*Fixed Rate Subordinated Notes due December 2036*	JPY	15 000 000	-	138 058	15.12.2006	15.12.2036	2,88%. Pagamento de juros semestral, nos dias 15 de junho e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 15 de dezembro de 2016.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31.12.2011	Valor de balanço 31.12.2010	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ Pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral Finance	*Floating Rate Subordinated Notes due 2011*	EUR	200 000	-	27 817	03.12.2001	03.12.2011	Euribor 3 meses + 0,65%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,15%. Pagamento de juros anual, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2006.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2006/2016	EUR	99 987	-	96 537	28.12.2006	28.12.2016	Euribor 12 meses. Caso ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 0,5%. Pagamento de juros anual, no dia 28 de dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
CGD (Sucursal de França)	*Fixed to Floating Rate Subordinated Notes*	EUR	40 000	-	40 000	12.06.2006	13.06.2016	1º cupão 15,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 12 de junho de 2007. Pagamento de juros trimestral, nos dias 12 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 12 de junho de 2011.
CGD (Sucursal de França)	*Fixed to Floating Rate Subordinated Notes*	EUR	40 000	-	40 000	12.06.2006	13.06.2016	1º cupão 16,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 12 de junho de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 12 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 12 de junho de 2011.
CGD (Sucursal de França)	*Fixed to Floating Rate Subordinated Notes*	EUR	40 000	-	40 000	12.06.2006	13.06.2016	1º cupão 18,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 12 de junho de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 12 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 12 de junho de 2011.
CGD (Sucursal de França)	*Fund Linked to Floating Rate Subordinated Notes*	EUR	40 000	-	40 000	12.06.2006	13.06.2016	1º cupão indexado aos Fundos Caixagest Ações Europa e Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 14 de junho de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 12 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 12 de junho de 2011.
CGD (Sucursal de França)	*Fund Linked to Floating Rate Subordinated Notes*	EUR	40 000	-	40 000	12.06.2006	13.06.2016	1º cupão indexado aos Fundos Caixagest Ações Europa e Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 13 de junho de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 12 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 12 de junho de 2011.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 31.12.2011	Valor de balanço 31.12.2010	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ Pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
CGD (Sucursal de França)	*Index Linked to Floating Rate Note due 7 August 2016*	EUR	2 000	-	2 000	07.08.2006	08.08.2016	Euribor 3 meses + 0,62%. Caso não ocorra reembolso antecipado a remuneração é indexada à performance de fundos Caixagest. Pagamento de juros trimestral, nos dias 8 de fevereiro, maio, agosto e novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 8 de maio de 2016.
CGD (Sucursal de França)	*Index Linked to Floating Rate Note due 7 August 2016*	EUR	2 000	-	2 000	07.08.2006	08.08.2016	Euribor 3 meses + 0,62%. Caso não ocorra reembolso antecipado a remuneração é indexada à performance de fundos Caixagest. Pagamento de juros trimestral, nos dias 8 de fevereiro, maio, agosto e novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 8 de maio de 2016.
CGD (Sucursal de França)	*Index Linked to Floating Rate Note due 7 August 2016*	EUR	2 000	-	2 000	07.08.2006	08.08.2016	Euribor 3 meses + 0,62%. Caso não ocorra reembolso antecipado a remuneração é indexada à performance de fundos Caixagest. Pagamento de juros trimestral, nos dias 8 de fevereiro, maio, agosto e novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 8 de maio de 2016.
CGD (Sucursal de França)	*Index Linked to Floating Rate Note due 7 August 2016*	EUR	2 000	-	2 000	07.08.2006	08.08.2016	Euribor 3 meses + 0,62%. Caso não ocorra reembolso antecipado a remuneração é indexada à performance de fundos Caixagest. Pagamento de juros trimestral, nos dias 8 de fevereiro, maio, agosto e novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 8 de maio de 2016.
CGD (Sucursal de França)	*Index Linked to Floating Rate Note due 7 August 2016*	EUR	2 000	-	2 000	07.08.2006	08.08.2016	Euribor 3 meses + 0,62%. Caso não ocorra reembolso antecipado a remuneração é indexada à performance de fundos Caixagest. Pagamento de juros trimestral, nos dias 8 de fevereiro, maio, agosto e novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 8 de maio de 2016.

28. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Credores		
Recursos consignados	1 164 620	1 786 800
Fornecedores de bens de locação financeira	14 562	38 099
Outros fornecedores	96 887	101 372
Recursos - conta caução	164 602	163 743
Recursos - conta subscrição	3 863	1 006
Recursos - conta cativa	11 919	1 799
Credores diversos:		
Credores por seguro direto e resseguro	204 200	199 878
Credores por cedência de factoring	28 641	46 471
Caixa Geral de Aposentações	19 694	39 277
Fundo de Pensões CGD (Nota 39.)	47 837	3
Credores por operações sobre futuros	16 335	6 129
Credores por operações sobre valores mobiliários	185	695
Outros	464 867	457 103
Outras exigibilidades:		
Notas em circulação - Macau (Nota 21.)	334 588	280 130
Retenção de impostos na fonte	70 997	64 131
Contribuições para a Segurança Social	11 841	12 922
Outros impostos a pagar	34 937	18 851
Cobranças por conta de terceiros	1 591	947
Outros	22 331	20 012
Encargos a pagar	271 381	297 432
Receitas com rendimento diferido	120 531	108 821
Operações passivas a regularizar	361 776	585 623
Operações de Bolsa	2 405	4 331
	3 470 590	**4 235 576**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Outros recursos" inclui 162 885 mEuros e 161 732 mEuros, respetivamente, relativos a saldos depositados na Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações "*Swap* de taxa de juro" (IRS).

Em 31 de dezembro de 2011, o valor relativo ao Fundo de Pensões CGD inclui 46 886 mEuros respeitantes a contribuições da CGD a entregar ao Fundo (Nota 39.).

Em 31 de dezembro de 2011, as condições dos "Recursos consignados" podem ser resumidas da seguinte forma:

Denominação	Contraparte	Saldo em 31.12.2011	Data de início	Data de vencimento
CGD Empréstimo Global XI	Banco Europeu de Investimento	160 000	25.06.2003	15.06.2023
CGD / BNU Global Loan IX	Banco Europeu de Investimento	150 000	27.10.2000	15.09.2012
CGD Empréstimo Global X	Banco Europeu de Investimento	146 667	21.11.2002	15.09.2022
Mid-Cap I taxa revisível	Banco Europeu de Investimento	100 000	14.12.2007	15.09.2022
Framework Loan Agreement	CEB – Council of Europe Development Bank	100 000	23.06.2004	23.06.2014
CGD – Empréstimo Global XII – B	Banco Europeu de Investimento	81 250	19.11.2004	15.09.2024
CGD – Empréstimo Global XIII	Banco Europeu de Investimento	70 313	12.10.2006	15.09.2026
Hospital Braga	Banco Europeu de Investimento	65 000	28.07.2009	09.06.2020
Projeto Scut Açores	Banco Europeu de Investimento	60 000	11.01.2008	15.09.2034
CGD Reabilitação Urbana	Banco Europeu de Investimento	59 334	11.12.2003	15.12.2023
Projeto Tejo Energia CCGT	Banco Europeu de Investimento	51 000	09.12.2009	15.09.2026
CGD – Empréstimo Global XII – A	Banco Europeu de Investimento	50 000	15.12.2004	15.09.2014
CEB – Educação	CEB – Council of Europe Development Bank	40 000	21.11.2008	21.11.2023
CEB – PARES	CEB – Council of Europe Development Bank	25 000	23.12.2009	23.12.2024
Projeto Municipal Infra EG – III – B	Banco Europeu de Investimento	2 277	14.11.1997	15.09.2012
CEB – Pré-Escolar	CEB – Council of Europe Development Bank	676	05.09.2001	25.10.2012
Operações realizadas pelo BCI Moçambique		2 846		
Operações realizadas pelo Banco Comercial Atlântico		23		
Outros		235		
		1 164 620		

Em 31 de dezembro de 2011, os recursos consignados da CGD eram remunerados à taxa de juro média anual de 1,430%.

29. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português e apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Número de ações	1 030 000 000	1 010 000 000
Valor unitário (Euros)	5	5
Capital Social	5 150 000 000	5 050 000 000

AUMENTOS DE CAPITAL

O capital da CGD reflete a deliberação do seu acionista único realizada em 31 de dezembro de 2010, relativamente à realização de um aumento de capital no montante de 550 000 mEuros através da emissão de 110 000 000 ações de valor nominal 5 Euros cada, integralmente realizado em dinheiro.

Por deliberação realizada em 24 de novembro de 2011, o acionista único aprovou a realização de um novo aumento de capital no montante de 100 000 mEuros, através da emissão de 20 000 000 ações de valor nominal de 5 Euros cada. Este aumento de capital foi realizado pela incorporação de 98 573 mEuros provenientes de reservas de reavaliação legal de imobilizado e 1427 mEuros provenientes de outras reservas, disponíveis para o efeito.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Em Assembleia-Geral realizada em abril de 2010, foi deliberada a distribuição ao acionista Estado de dividendos relativos ao resultado de 2009 no montante de 170 157 mEuros, o que correspondeu a um dividendo de 0,19 Euros por ação. O remanescente foi trasnferido para reserva legal (48 214 mEuros), tendo ainda sido afeto um montante de 22 699 mEuros para cobertura de resultados transitados negativos.

Em Assembleia-Geral realizada em maio de 2011, foi deliberada a retenção integral do resultado do exercício de 2010, tendo a sua distribuição sido efetuada mediante a incorporação de 9451 mEuros na reserva legal, 13 423 mEuros em reservas livres e o remanescente (24 382 mEuros) sido afeto à cobertura de resultados transitados negativos.

30. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos		
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8.)	(2 431 696)	(494 339)
Ativos com acordo de recompra	(11 314)	(13 021)
Investimentos a deter até à maturidade	364 788	-
	(2 078 222)	**(507 360)**
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva Legal – CGD	862 906	853 455
Outras Reservas	971 055	697 213
Resultados Transitados	(125 264)	(143 564)
	1 708 697	**1 407 104**
Lucro do exercício atribuível ao acionista da CGD	(488 425)	254 873
	(857 950)	**1 154 617**

De acordo com os estatutos da CGD, é transferido para a reserva legal um mínimo de 20% do resultado líquido de cada ano. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2011, as "Outras reservas e resultados transitados" incluem as reservas legais da CGD, no montante de 862 906 mEuros (853 455 mEuros em 31 de dezembro de 2010), e as reservas legais, livres e de reavaliação legal das suas Subsidiárias e Associadas. As reservas de reavaliação legal só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. No caso da CGD, as reservas não distribuíveis por este motivo ascendem a 110 425 mEuros e 208 998 mEuros em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respetivamente, e foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

	31.12.2011	31.12.2010
Imobilizações corpóreas:		
Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho	1 752	31 515
Decreto-Lei nº 399 - G/84, de 28 de dezembro	1 219	18 850
Decreto-Lei nº 118 - B/86, de 27 de maio	2 304	27 017
Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril	8 974	11 082
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de janeiro	22 880	31 270
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro	24 228	34 861
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro	48 345	53 680
Imobilizações financeiras	723	723
	110 425	**208 998**

No decorrer do exercício de 2011, a CGD realizou um aumento de capital através da incorporação de reservas disponíveis. Para o efeito, foram utilizados 98 573 mEuros provenientes de reservas de reavaliação legal de imobilizado e 1427 mEuros provenientes de outras reservas (Nota 29.).

A "Reserva de justo valor" reflete as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

A reserva de conversão cambial que reflete o efeito da conversão cambial das demonstrações financeiras de Filiais expressas em moeda estrangeira está incluída nas "Outras reservas".

Ainda no exercicio de 2011, o Grupo procedeu à alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego. Em resultado desta situação, as demonstrações financeiras foram reexpressas considerando os efeitos da aplicação retrospetiva dos novos critérios de contabilização adotados (Nota 2.3.).

A contribuição líquida das Sucursais e Filiais para o resultado consolidado da CGD é a seguinte:

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa Geral de Depósitos, SA		
Caixa Geral de Depósitos	(589 384)	68 574
Sucursal de Espanha	(70 449)	(36 971)
Sucursal Financeira Exterior da Madeira	43 697	12 920
Sucursal de França	38 952	28 188
Sucursal das Ilhas Caimão	(13 466)	9 601
Sucursal de Nova Iorque	3 224	8 145
Sucursal do Luxemburgo	(1 052)	165
Sucursal de Londres	855	12 174
Sucursal de Timor-Leste	807	552
Sucursal de Zhuhai	7	(21)
	(586 809)	**103 326**
Contribuição para o resultado das filiais:		
Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	27 788	25 647
CGD Finance	15 767	1 485
Banco Comercial e de Investimentos, SARL	12 013	10 290
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	11 220	9 543
Partang, SGPS [a]	9 234	6 370
Parcaixa, SGPS, SA	9 454	3 045
Caixagest Private Equity FEI	8 084	6 319
Inmobiliaria Caixa Geral, SL	(6 459)	(3 619)
Wolfpart, SGPS	(6 263)	380
Caixa Leasing e Factoring – IFIC, SA	(5 845)	4 595
Fundo de Capital de Risco – Grupo CGD	(5 531)	3 488
Banco Caixa Geral Brasil, SA	5 504	4 784
Caixagest Imobiliário Internacional FEI	5 264	5 114
Caixa – Banco de Investimento, SA [b]	4 985	35 313
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA [b]	4 951	34 087
Banco Comercial do Atlântico, SA	(4 386)	2 421
Fundimo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	4 376	3 408
BPD – Banco para a Promoção e Desenvolvimento – Angola	(4 218)	-
Caixa Geral Finance	3 052	1 338
Imocaixa	(2 841)	616
CGD Macau	2 174	2 866
Mesquita Etvia	1 947	(687)
Banco Nacional de Investimento (Moçambique)	(1 760)	-
Locarent	1 193	380
FCR Empreender +	(1 177)	(23)
Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, SA	1 142	1 053
Fundo Especial de Investimento Aberto Estratégias Alternativas	(1 023)	(238)
Banco Caixa Geral, SA	(510)	529
Caixagest Renda Mensal – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável	-	(11 913)
Outras	2 116	(2 239)
	90 249	**144 350**
Contribuição para o resultado das empresas associadas:		
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA	3 559	2 764
Torre Ocidente	3 263	435
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, SA	301	291
Outras	1 012	3 706
	8 135	**7 197**
Resultado consolidado atribuível ao acionista da CGD	**(488 425)**	**254 873**

(a) Inclui a atividade do Banco Caixa Geral Totta de Angola.
(b) Demonstrações Financeiras Consolidadas.

31. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em Filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	31.12.2011	31.12.2010
Parcaixa, SGPS, SA	496 123	496 467
Partang, SGPS [a]	160 235	144 739
Caixa Geral Finance	96 465	557 749
Caixagest Imobiliário Internacional FEI	73 837	71 672
Banco Comercial e de Investimentos, SARL	56 090	36 467
Banco Nacional de Investimentos (Moçambique)	30 233	806
Caixagest Private Equity FEI	26 224	26 911
Caixagest Infra-Estruturas FEI	25 315	26 522
Caixagest Estratégia Dinâmica	22 554	27 807
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	12 973	14 221
Caixagest Oportunidades FEI	12 766	370
Banco Comercial do Atlântico, SARL	11 813	11 839
Fundo Especial Investimento Aberto Caixagest Estratégias Alternativas	5 853	7 681
FCR Energias Renováveis – Caixa Capital	4 810	4 645
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA	4 046	1 308
Banco Interatlântico, SARL	4 024	4 046
Credip – IFIC, SA	2 379	2 341
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL	1 635	1 378
Caixagest Renda Mensal – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável	-	63 999
Caixagest Moeda	-	25 877
Outras	(2 173)	3 506
	1 045 203	**1 530 350**

(a) Inclui a atividade do Banco Caixa Geral Totta de Angola.

A Caixa Geral Finance é uma sociedade com sede nas Ilhas Caimão com um capital social de 1000 Euros. Em 28 de junho de 2004, esta sociedade procedeu à emissão de ações preferenciais sem direito de voto no montante de 250 000 mEuros. Caso seja decidida pelos seus diretores a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas ações, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,8% até 28 de junho de 2014 e de 1,8% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das ações preferenciais a partir de 28 de junho de 2014 ao preço de 1000 Euros por ação (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efetuado.

Em 30 de setembro de 2005, a Caixa Geral Finance procedeu à emissão de ações preferenciais sem direito de voto no montante de 350 000 mEuros. Caso seja decidida a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas ações, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,77% até 30 de setembro de 2015 e de 1,77% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das ações preferenciais a partir de 30 de setembro de 2015 ao preço de 50 Euros por ação (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efetuado.

No decurso da sua atividade, o Grupo tem vindo a proceder à recompra de ações preferenciais emitidas pela Caixa Geral Finance, cujo valor acumulado em 31 de dezembro de 2011 ascende a 503 766 mEuros. Em resultado desta situação, o Grupo registou no exercício de 2011 ganhos, líquidos de efeito fiscal, no montante de, aproximadamente, 126 186 mEuros, os quais foram reconhecidos por contrapartida de "Outras reservas".

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários, em 2011 e 2010, apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2011	31.12.2010
Partang, SGPS [a]	27 594	21 291
Parcaixa, SGPS, SA	13 458	8 776
Banco Comercial e de Investimentos, SARL	11 541	9 886
Caixa Geral Finance	7 379	7 930
Caixa Leasing e Factoring – IFIC, SA	(5 616)	4 414
Banco Comercial do Atlântico, SA	3 506	1 660
Caixagest Private Equity FEI	3 277	2 715
Caixagest Imobiliário Internacional FEI	2 232	2 155
Banco Nacional de Investimento – Moçambique	(1 760)	-
Caixagest Renda Mensal – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável	-	(11 761)
Outras	(2 391)	1 739
	59 221	**48 806**

(a) Inclui a atividade do Banco Caixa Geral Totta de Angola.

32. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Juros e rendimentos similares:		
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	66 920	73 761
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	24 315	22 784
Juros de crédito interno	2 035 665	1 655 804
Juros de crédito ao exterior	533 046	247 809
Juros de crédito vencido	39 347	43 481
Juros de ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados	1 318 864	1 421 371
Títulos	29 769	71 139
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	5 856	5 254
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	741 279	440 632
Juros de derivados de cobertura	47 687	103 536
Juros de devedores e outras aplicações	9 535	16 951
Juros de disponibilidades	23 544	24 070
Juros de outros créditos e outros valores a receber	182 456	104 847
Outros juros e rendimentos similares	8 101	12 725
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	107 382	98 856
Outros	194 427	45 070
	5 368 195	**4 388 089**
Juros e encargos similares:		
Juros de depósitos		
Do sector público administrativo	94 564	28 618
De outros residentes	718 715	449 490
De emigrantes	49 731	35 304
De outros não residentes	185 008	44 649
Produtos de taxa fixa - seguros	164 718	163 475
Outros	765	806
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	94 366	130 217
Juros de recursos de instituições de crédito no país	138 949	13 367
Juros de swaps	1 272 096	1 252 724
Juros de outros passivos de negociação	3 273	4 259
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	616 349	634 864
Juros de passivos subordinados	22 535	29 650
Juros de derivados de cobertura	71 835	64 704
Outros juros e encargos similares	54 957	47 638
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	11 536	12 209
Outros	183 533	60 856
	3 682 929	**2 972 831**

33. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Portugal Telecom, SGPS, SA	85 283	98 264
ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	5 317	5 972
AdP – Águas de Portugal, SA	5 130	4 677
EDP – Energias de Portugal, SA	4 202	37 448
Brisa – Auto Estradas de Portugal, SA	2 803	2 804
Galp Energia, SGPS, SA	1 951	3 067
BCP – Valores Mobiliários Perpétuos	1 540	2 918
REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA	986	1 302
Banco Espírito Santo, SA	631	2 313
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, SA	-	2 024
Rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento	32 680	25 828
Outros	6 201	10 859
	146 724	**197 477**

34. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Rendimentos de serviços e comissões:		
Meios de pagamento	235 604	218 566
Serviços prestados a terceiros	101 721	107 071
Em operações de crédito	146 089	122 423
Gestão de ativos	46 291	52 097
Garantias prestadas	63 390	60 735
Operações sobre instrumentos financeiros	12 939	29 461
Outros	49 955	58 275
	655 988	**648 628**
Encargos com serviços e comissões:		
Meios de pagamento	104 878	92 994
Serviços prestados por terceiros	12 407	19 632
Em operações de crédito	3 734	8 695
Gestão de ativos	7 544	9 348
Garantias obtidas	576	109
Operações sobre instrumentos financeiros	16 890	10 652
Outros	5 328	4 884
	151 356	**146 313**

35. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Resultados cambiais:		
Reavaliação da posição cambial	2 052	90 887
Resultados em derivados cambiais	54 909	(37 714)
	56 960	**53 173**
Resultados em ativos e passivos financeiros detidos para negociação:		
Em títulos:		
Instrumentos de dívida	(36 263)	20 946
Instrumentos de capital	(32 123)	(47 154)
Outros instrumentos	(2 411)	4 190
	(70 797)	**(22 018)**
Em derivados:		
Taxa de juro	(243 124)	(45 509)
Cotações	15 749	100 161
Eventos de crédito	14 886	11 584
Outros	2 720	7 125
	(209 769)	**73 361**
	(280 566)	**51 343**
Resultados em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Instrumentos de dívida	5 921	6 751
Instrumentos de capital	34 245	(66 662)
Outros títulos	12 975	26 485
Créditos e outros valores a receber	**(1 349)**	**(16)**
	51 791	**(33 441)**
Resultados na alienação de crédito a clientes	**(27 543)**	**1 374**
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda:		
Instrumentos de dívida	34 519	(6 392)
Instrumentos de capital		
Portugal Telecom (Nota 8.)	(24 371)	63 184
BCP Perpétuas (Nota 8.)	(8 132)	-
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (Nota 8.)	28 024	-
EDP – Energias de Portugal (Nota 8.)	5 322	26 771
Zon Multimédia (Nota 8.)	2	12 821
Unicre (Nota 8.)	-	21 816
GALP Energia (Nota 8.)	-	2 414
Outros	(6 702)	2 579
	(5 857)	**129 585**
Outros títulos	7 515	(107 026)
	36 178	**16 167**
Resultados em operações de cobertura:		
Derivados de cobertura	106 889	201 902
Correções de valor em ativos e passivos cobertos	(102 569)	(168 290)
	4 320	**33 611**
Outros		
Resultados na recompra de passivos emitidos	120 564	1 334
Outros	13 530	825
	134 094	**2 160**
	(24 766)	**124 388**

Em 31 de dezembro de 2010, a rubrica "Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda – Outros títulos" inclui 91 537 mEuros relativos ao saldo de menos-valias acumuladas em fundos de investimento mobiliário que passaram a integrar o perímetro de consolidação do Grupo no decurso do exercício. A participação detida nestes fundos encontrava-se registada na classe de ativos finan-

ceiros disponíveis para venda, tendo o diferencial entre o justo valor na data da primeira consolidação e o respetivo custo de aquisição, reconhecido por contrapartida de "Reservas de justo valor", sido reclassificada nessa data em resultados do exercício.

No decorrer do exercício de 2011, o Grupo Caixa alienou créditos a clientes da carteira de *"Corporate"* e *"Project Finance"*, num valor global de aproximadamente de 662 046 mEuros. Em resultado destas transações, foram registadas perdas de 27 543 mEuros.

36. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos	255 713	240 700
Reembolso de despesas	12 069	6 996
Ganhos em filiais e associadas	-	22 896
Rendas de locação operacional	5 332	4 493
Ganhos em ativos não financeiros:		
› Ativos não correntes detidos para venda (Nota 14.)	11 328	5 578
› Outros ativos tangíveis	1 688	108 877
› Propriedades de investimento	16 632	16 697
› Outros	399	392
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações	1 567	5 169
Venda de cheques	17 759	18 979
Outros	56 478	65 970
	378 965	**496 746**
Outros encargos de exploração:		
Donativos e quotizações	9 509	10 199
Perdas em ativos não financeiros:		
› Ativos não correntes detidos para venda (Nota 14.)	7 912	1 350
› Outros ativos tangíveis	1 517	1 322
› Outros	8 013	4 856
Outros impostos	29 758	32 191
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	12 841	12 098
Multas e penalidades	377	4 011
Outros	94 150	79 757
	164 077	**145 783**
	214 887	**350 963**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Prestação de serviços diversos", inclui os proveitos operacionais decorrentes da atividade das participações financeiras do Grupo Caixa na área da Saúde.

No exercício de 2010, a rubrica "Outros rendimentos de exploração – Ganhos em ativos não financeiros – Outros ativos tangíveis" inclui uma mais-valia de 103 865 mEuros, decorrente da alienação pela Caixa do imóvel da sua Sede Social ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos por 251 751 mEuros (Nota 16.).

37. MARGEM TÉCNICA DA ATIVIDADE DE SEGUROS

37.1. Prémios, líquidos de resseguro

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa Seguros		
Seguro direto e resseguro aceite:		
Prémios brutos emitidos		
Ramos vida	267 726	310 728
Ramos não vida	1 133 143	1 182 387
Prémios de resseguro cedido	(168 509)	(183 083)
	1 232 361	**1 310 032**
Outros	11 305	13 321
	1 243 666	**1 323 352**

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro emitidos pela Caixa Seguros, apresentam o seguinte detalhe:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Ramo Vida:						
De contratos de seguro						
Sem participação nos resultados	154 453	(20 656)	133 797	152 081	(19 593)	132 488
Com participação nos resultados	52 461	(2 228)	50 233	54 145	(1 761)	52 385
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	60 812	-	60 812	104 501	-	104 501
	267 726	**(22 884)**	**244 842**	**310 728**	**(21 354)**	**289 374**
Ramos não vida:						
Prémios brutos emitidos						
Acidentes de trabalho	149 083	(1 106)	147 977	163 761	(889)	162 872
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	27 463	(4 387)	23 076	35 058	(10 052)	25 006
Doença	178 881	(14)	178 867	175 128	250	175 378
Incêndio e Outros Danos	243 218	(98 118)	145 100	244 006	(102 910)	141 096
Automóvel	420 783	(1 890)	418 894	438 819	(7 231)	431 588
Marítimo, Aéreo e Transportes	24 711	(18 407)	6 305	29 350	(23 356)	5 993
Responsabilidade Civil Geral	35 226	(11 560)	23 665	35 719	(11 406)	24 313
Crédito e Cauções	1 025	(626)	400	1 122	(670)	452
Proteção Jurídica	6 582	(58)	6 524	5 690	1 635	7 326
Assistência	26 815	(4)	26 811	26 969	3 905	30 874
Diversos	19 354	(9 455)	9 899	26 765	(11 004)	15 761
	1 133 143	**(145 624)**	**987 519**	**1 182 387**	**(161 729)**	**1 020 658**
Total de prémios, líquidos de resseguro	**1 400 870**	**(168 509)**	**1 232 361**	**1 493 114**	**(183 083)**	**1 310 032**
Variação da provisão para prémios não adquiridos						
Acidentes de trabalho	628	202	830	567	-	567
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	3 830	(3 138)	692	(447)	842	395
Doença	869	(1 264)	(395)	1 398	(1 770)	(372)
Incêndio e Outros Danos	(3 958)	1 848	(2 110)	(3 607)	1 115	(2 492)
Automóvel	7 179	161	7 340	20 008	24	20 032
Marítimo, Aéreo e Transportes	1 297	(1 310)	(13)	1 291	(1 073)	218
Responsabilidade Civil Geral	348	111	459	(105)	165	59
Crédito e Cauções	(38)	(29)	(67)	(12)	35	23
Proteção Jurídica	(86)	-	(86)	(1 961)	(2)	(1 964)

	31.12.2011			31.12.2010		
Assistência	344	-	344	(7 362)	(16)	(7 379)
Diversos	97	(442)	(346)	(5 467)	2 168	(3 299)
	10 512	**(3 829)**	**6 648**	**4 301**	**1 490**	**5 789**
Prémios adquiridos:						
Acidentes de trabalho	149 711	(904)	148 807	164 328	(889)	163 439
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	31 293	(7 525)	23 768	34 611	(9 210)	25 401
Doença	179 750	(1 279)	178 471	176 525	(1 520)	175 005
Incêndio e Outros Danos	239 260	(96 270)	142 990	240 399	(101 795)	138 603
Automóvel	427 963	(1 729)	426 234	458 827	(7 206)	451 620
Marítimo, Aéreo e Transportes	26 009	(19 717)	6 292	30 641	(24 429)	6 212
Responsabilidade Civil Geral	35 574	(11 449)	24 125	35 614	(11 242)	24 372
Crédito e Cauções	987	(654)	333	1 109	(635)	475
Proteção Jurídica	6 496	(58)	6 438	3 729	1 633	5 362
Assistência	27 160	(4)	27 156	19 607	3 889	23 496
Diversos	19 451	(9 897)	9 554	21 298	(8 836)	12 462
	1 143 654	**(149 487)**	**994 167**	**1 186 688**	**(160 241)**	**1 026 447**
Total de prémios adquiridos não vida e prémios vida	**1 411 381**	**(172 371)**	**1 239 009**	**1 497 415**	**(181 594)**	**1 315 821**

A variação da provisão para prémios não adquiridos encontra-se refletida em "Custos com sinistros – variação de outras provisões técnicas" (Notas 37.3.).

37.2. Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total
Juros	86 601	41 344	127 945	80 801	38 836	119 637
Dividendos	13 626	5 993	19 619	13 950	6 177	20 127
Ganhos e perdas realizados, líquidos	(12 365)	5 944	(6 421)	33 593	(7 510)	26 085
Ganhos e perdas não realizados, líquidos	(2 284)	(12 963)	(15 247)	8 216	11 606	19 822
Outros	-	17 504	17 504	2 812	18 284	21 096
	85 578	**57 822**	**143 399**	**139 372**	**67 393**	**206 767**

37.3. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total
Caixa Seguros						
Seguro direto e resseguro aceite						
Sinistros pagos	1 182 986	751 253	1 934 239	908 425	772 470	1 680 895
Variação da provisão para sinistros	(25 536)	(104 392)	(129 928)	(1 765)	(53 182)	(54 947)
	1 157 450	**646 861**	**1 804 311**	**906 660**	**719 288**	**1 625 948**
Provisão para participação nos resultados	(10 266)	(210)	(10 476)	1 842	173	2 015
Variação das outras provisões técnicas	(953 440)	(12 534)	(965 974)	(643 459)	12 295	(631 164)
	193 744	**634 117**	**827 861**	**265 043**	**731 756**	**996 799**
Saldo de resseguro cedido	(9 320)	(30 655)	(39 975)	(8 145)	(58 749)	(66 894)
Subtotal Caixa Seguros	**184 424**	**603 462**	**787 887**	**256 898**	**673 007**	**929 905**
Outros	-	843	843	-	1 755	1 755
	184 424	**604 305**	**788 719**	**256 898**	**674 762**	**931 660**

Os custos com sinistros dos ramos não vida da Caixa Seguros apresentam o seguinte detalhe por ramo:

	31.12.2011					
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Subtotal	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite:						
Acidentes de trabalho	109 020	3 806	112 826	(1 523)	(20)	111 283
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	7 586	631	8 217	(161)	40	8 096
Doença	139 902	(11 353)	128 549	6 802	(204)	135 147
Incêndio e Outros Danos	137 797	(14 199)	123 598	(1 948)	19	121 669
Automóvel	296 499	(32 039)	264 460	(12 618)	(3)	251 839
Marítimo, Aéreo e Transportes	8 355	(26 809)	(18 454)	(16)	-	(18 470)
Responsabilidade Civil Geral	11 113	(11 419)	(306)	(1 934)	(5)	(2 245)
Crédito e Cauções	180	20	200	21	-	221
Proteção Jurídica	238	556	794	1	-	795
Assistência	27 217	(14 504)	12 713	12	(37)	12 688
Diversos	13 346	918	14 264	(1 170)	-	13 094
	751 253	**(104 392)**	**646 861**	**(12 534)**	**(210)**	**634 117**
Resseguro cedido:						
Acidentes de trabalho	(83)	(1)	(84)	-	-	(84)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(486)	(3 409)	(3 895)	-	-	(3 895)
Doença	7 569	(110)	7 459	-	-	7 459
Incêndio e Outros Danos	(62 270)	14 218	(48 052)	-	-	(48 052)
Automóvel	(1 940)	2 365	425	-	-	425
Marítimo, Aéreo e Transportes	(5 935)	24 449	18 514	-	-	18 514
Responsabilidade Civil Geral	(1 063)	1 727	664	-	-	664
Crédito e Cauções	-	26	26	-	-	26
Proteção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-	-
Diversos	(5 542)	(170)	(5 712)	-	-	(5 712)
	(69 750)	**39 095**	**(30 655)**	**-**	**-**	**(30 655)**
Líquido:						
Acidentes de trabalho	108 937	3 805	112 742	(1 523)	(20)	111 199
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	7 100	(2 778)	4 322	(161)	40	4 201
Doença	147 471	(11 463)	136 008	6 802	(204)	142 606
Incêndio e Outros Danos	75 527	19	75 546	(1 948)	19	73 617
Automóvel	294 559	(29 674)	264 885	(12 618)	(3)	252 264
Marítimo, Aéreo e Transportes	2 420	(2 360)	60	(16)	-	44
Responsabilidade Civil Geral	10 050	(9 692)	358	(1 934)	(5)	(1 581)
Crédito e Cauções	180	46	226	21	-	247
Proteção Jurídica	238	556	794	1	-	795
Assistência	27 217	(14 504)	12 713	12	(37)	12 688
Diversos	7 804	748	8 552	(1 170)	-	7 382
	681 503	**(65 297)**	**616 206**	**(12 534)**	**(210)**	**603 462**

	31.12.2010					
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Subtotal	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite:						
Acidentes de trabalho	111 864	(35 099)	76 765	1 272	20	78 057
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	11 137	(5 687)	5 450	70	28	5 548
Doença	128 204	5 546	133 750	(3 143)	33	130 640
Incêndio e Outros Danos	123 913	(1 178)	122 735	811	5	123 551
Automóvel	326 543	(35 093)	291 450	10 387	3	301 840
Marítimo, Aéreo e Transportes	7 693	(5 529)	2 164	(56)	-	2 108
Responsabilidade Civil Geral	15 676	16 002	31 678	1 875	32	33 585
Crédito e Cauções	(277)	347	70	(46)	-	24
Proteção Jurídica	491	(880)	(389)	(15)	-	(404)
Assistência	15 706	376	16 082	672	52	16 806
Diversos	31 520	8 013	39 533	468	-	40 001
	772 470	**(53 182)**	**719 288**	**12 295**	**173**	**731 756**
Resseguro cedido:						
Acidentes de trabalho	(81)	1 189	1 108	-	-	1 108
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(1 307)	800	(507)	-	-	(507)
Doença	5 534	(47)	5 487	-	-	5 487
Incêndio e Outros Danos	(41 327)	2 551	(38 776)	-	-	(38 776)
Automóvel	(2 508)	1 857	(651)	-	-	(651)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(5 180)	3 907	(1 273)	-	-	(1 273)
Responsabilidade Civil Geral	(3 448)	(7 543)	(10 991)	-	-	(10 991)
Crédito e Cauções	(2)	1	(1)	-	-	(1)
Proteção Jurídica	-	213	213	-	-	213
Assistência	-	-	-	-	-	-
Diversos	(5 040)	(8 316)	(13 356)	-	-	(13 356)
	(53 359)	**(5 388)**	**(58 747)**	**-**	**-**	**(58 747)**
Líquido:						
Acidentes de trabalho	111 783	(33 910)	77 873	1 272	20	79 165
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	9 830	(4 887)	4 943	70	28	5 041
Doença	133 738	5 499	139 237	(3 143)	33	136 127
Incêndio e Outros Danos	82 586	1 373	83 959	811	5	84 775
Automóvel	324 035	(33 236)	290 799	10 387	3	301 189
Marítimo, Aéreo e Transportes	2 513	(1 622)	891	(56)	-	835
Responsabilidade Civil Geral	12 228	8 459	20 687	1 875	32	22 594
Crédito e Cauções	(279)	348	69	(46)	-	23
Proteção Jurídica	491	(667)	(176)	(15)	-	(191)
Assistência	15 706	376	16 082	672	52	16 806
Diversos	26 480	(303)	26 177	468	-	26 645
	719 111	**(58 570)**	**660 541**	**12 295**	**173**	**673 009**

O desenvolvimento dos custos com sinistros para os ramos de negócio em que existe incerteza sobre o montante e o momento dos pagamentos a efetuar e quando essa incerteza não é normalmente eliminada no prazo de um ano é o que se apresenta nos quadros seguintes:

Ramo:	Acidentes de Trabalho										
Valores Acumulados											
Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
2002	130 420	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130 420
2003	142 655	142 469	-	-	-	-	-	-	-	-	285 124
2004	153 668	143 255	197 014	-	-	-	-	-	-	-	493 938
2005	161 276	155 076	182 114	172 376	-	-	-	-	-	-	670 843
2006	162 666	160 052	195 728	193 813	171 468	-	-	-	-	-	883 726
2007	171 215	164 710	199 531	193 324	186 491	179 194	-	-	-	-	1 094 463
2008	175 897	169 027	199 475	195 119	189 104	179 630	189 765	-	-	-	1 298 018
2009	176 787	169 817	202 563	197 296	190 241	174 581	164 952	133 615	-	-	1 409 853
2010	174 602	164 638	201 362	195 148	194 371	178 990	165 772	124 755	109 463	-	1 509 101
2011	**175 291**	**165 265**	**201 990**	**197 972**	**197 416**	**180 043**	**168 140**	**125 299**	**102 431**	**96 228**	**1 610 077**

Custos com sinistros registados em 2011:	
Sinistros dos anos de 2002 a 2011	100 975
Sinistros de anos anteriores	11 557
Custos com sinistros de resseguro aceite	295
	112 827
Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)	
2011	**761 107**
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002	278 968
Total de seguro direto	760 727
Provisão para sinistros de resseguro aceite	380
Total do ramo	**761 107**

Ramo:	Incêndio e Outros Danos em Coisas										
Valores Acumulados											
Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
2002	80 450	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80 450
2003	85 868	82 113	-	-	-	-	-	-	-	-	167 981
2004	87 491	82 036	111 921	-	-	-	-	-	-	-	281 447
2005	87 737	85 556	112 070	94 631	-	-	-	-	-	-	379 995
2006	85 815	83 938	110 019	96 767	84 220	-	-	-	-	-	460 759
2007	89 740	80 636	111 927	103 217	88 676	86 044	-	-	-	-	560 241
2008	90 467	80 934	110 548	102 110	83 467	87 970	132 779	-	-	-	688 276
2009	90 062	81 774	110 146	101 960	82 047	86 686	132 378	152 815	-	-	837 869
2010	88 833	82 584	110 107	100 150	82 853	87 190	129 696	157 357	122 129	-	960 898
2011	**88 897**	**81 477**	**109 893**	**95 286**	**84 325**	**87 229**	**129 251**	**164 220**	**123 003**	**117 876**	**1 081 459**

Custos com sinistros registados em 2011:	
Sinistros dos anos de 2002 a 2011	120 560
Sinistros de anos anteriores	116
Custos com sinistros de resseguro aceite	2 922
	123 598
Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)	
2011	**138 625**
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002	8 320
Total de seguro direto	146 945
Provisão para sinistros de resseguro aceite	7 866
Total do ramo	**154 811**

Ramo:	Automóvel										
Valores Acumulados											
Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
2002	576 632	-	-	-	-	-	-	-	-	-	576 632
2003	600 484	550 502	-	-	-	-	-	-	-	-	1 150 985
2004	630 630	564 933	554 251	-	-	-	-	-	-	-	1 749 815
2005	643 504	579 156	536 454	498 157	-	-	-	-	-	-	2 257 271
2006	641 486	587 860	543 465	491 652	438 945	-	-	-	-	-	2 703 408
2007	605 102	583 395	548 256	492 711	431 929	417 514	-	-	-	-	3 078 908
2008	642 737	579 114	533 898	483 103	425 695	399 696	407 253	-	-	-	3 471 497
2009	616 258	560 755	514 830	477 279	438 158	415 152	401 460	358 477	-	-	3 782 369
2010	614 503	555 398	510 312	470 204	426 490	411 203	401 367	357 009	323 850	-	4 070 335
2011	**608 960**	**552 093**	**504 457**	**466 870**	**428 999**	**407 554**	**398 815**	**358 541**	**322 514**	**298 943**	**4 347 746**

Custos com sinistros registados em 2011:	
Sinistros dos anos de 2002 a 2011	277 411
Sinistros de anos anteriores	(12 956)
Custos com sinistros de resseguro aceite	5
	264 461
Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)	
2011	**608 720**
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002	47 471
Total de seguro direto	656 190
Provisão para sinistros de resseguro aceite	3 880
Total do ramo	**660 070**

Ramo:	Marítimo e Transportes										
Valores Acumulados											
Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
2002	4 371	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4 371
2003	4 168	2 546	-	-	-	-	-	-	-	-	6 714
2004	3 290	2 439	2 514	-	-	-	-	-	-	-	8 242
2005	3 385	2 527	2 739	3 810	-	-	-	-	-	-	12 461
2006	3 347	2 307	2 408	3 878	2 329	-	-	-	-	-	14 270
2007	3 054	2 019	2 577	3 871	2 658	3 654	-	-	-	-	17 833
2008	2 406	1 992	2 864	3 904	2 501	3 852	2 148	-	-	-	19 667
2009	2 403	2 036	2 843	3 757	2 502	3 796	2 085	1 630	-	-	21 052
2010	2 409	2 025	2 783	3 568	2 580	3 586	1 945	1 942	862	-	21 700
2011	**2 411**	**2 019**	**2 776**	**3 476**	**2 560**	**3 550**	**2 229**	**2 858**	**906**	**879**	**23 664**

Custos com sinistros registados em 2011:	
Sinistros dos anos de 2002 a 2011	1 964
Sinistros de anos anteriores	(25)
Custos com sinistros de resseguro aceite	(36)
	1 903
Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)	
2011	**2 488**
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002	204
Total de seguro direto	2 692
Provisão para sinistros de resseguro aceite	630
Total do ramo	**3 322**

Ramo:	Aéreo										
Valores Acumulados											
Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
2002	686	-	-	-	-	-	-	-	-	-	686
2003	719	607	-	-	-	-	-	-	-	-	1 326
2004	672	1 111	3 117	-	-	-	-	-	-	-	4 900
2005	667	4 379	2 735	2 506	-	-	-	-	-	-	10 287
2006	562	4 368	22 813	2 369	883	-	-	-	-	-	30 995
2007	432	4 244	23 807	2 250	985	454	-	-	-	-	32 172
2008	563	4 546	29 010	2 249	1 037	446	457	-	-	-	38 308
2009	563	4 332	29 010	1 885	1 037	474	564	894	-	-	38 757
2010	563	4 330	29 006	1 817	560	799	949	2 005	305	-	40 335
2011	**563**	**4 244**	**4 372**	**1 913**	**1 116**	**1 242**	**1 300**	**1 963**	**792**	**536**	**18 041**
Custos com sinistros registados em 2011:											
Sinistros dos anos de 2002 a 2011											(22 294)
Sinistros de anos anteriores											(4)
Custos com sinistros de resseguro aceite											87
											(22 211)
Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)											
2011	**0**	**0**	**1 049**	**313**	**139**	**105**	**135**	**409**	**203**	**385**	**2 737**
	Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002										1 693
	Total de seguro direto										4 431
	Provisão para sinistros de resseguro aceite										1 197
	Total do ramo										**5 627**

Ramo:	Mercadorias Transportadas										
Valores Acumulados											
Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
2002	6 685	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 685
2003	8 118	4 893	-	-	-	-	-	-	-	-	13 011
2004	7 030	4 320	4 796	-	-	-	-	-	-	-	16 145
2005	6 876	4 536	5 039	4 272	-	-	-	-	-	-	20 723
2006	6 737	4 620	4 934	4 865	3 979	-	-	-	-	-	25 135
2007	5 474	4 527	4 999	4 623	4 597	5 643	-	-	-	-	29 866
2008	6 415	4 419	4 785	4 683	4 899	5 452	4 524	-	-	-	35 177
2009	6 532	4 389	4 717	4 599	5 205	5 771	5 086	5 994	-	-	42 293
2010	6 418	4 446	4 792	4 338	4 883	5 724	4 617	5 065	2 393	-	42 676
2011	**6 451**	**4 322**	**4 824**	**4 203**	**4 465**	**5 502**	**4 428**	**4 772**	**3 355**	**2 813**	**45 136**
Custos com sinistros registados em 2011:											
Sinistros dos anos de 2002 a 2011											2 460
Sinistros de anos anteriores											(618)
Custos com sinistros de resseguro aceite											13
											1 855
Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)											
2011	**80**	**149**	**140**	**68**	**305**	**371**	**416**	**284**	**1 289**	**1 575**	**4 678**
	Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002										190
	Total de seguro direto										4 868
	Provisão para sinistros de resseguro aceite										130
	Total do ramo										**4 998**

Ramo:	Responsabilidade Civil										
Valores Acumulados											
Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
2002	12 802	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12 802
2003	19 174	11 948	-	-	-	-	-	-	-	-	31 122
2004	17 817	28 066	13 042	-	-	-	-	-	-	-	58 925
2005	19 145	32 492	16 643	13 576	-	-	-	-	-	-	81 855
2006	19 753	21 360	16 073	14 563	13 613	-	-	-	-	-	85 362
2007	18 891	21 729	17 622	14 401	16 350	9 615	-	-	-	-	98 609
2008	18 602	21 721	18 092	13 507	17 811	14 104	10 805	-	-	-	114 642
2009	19 347	22 687	18 802	14 877	18 875	15 713	13 563	14 793	-	-	138 658
2010	20 262	24 405	19 774	14 642	24 742	16 060	13 684	19 847	16 988	-	170 403
2011	**20 116**	**23 968**	**18 438**	**13 894**	**21 719**	**19 519**	**14 601**	**19 463**	**17 850**	**14 747**	**184 314**

Custos com sinistros registados em 2011:	
Sinistros dos anos de 2002 a 2011	13 911
Sinistros de anos anteriores	(2 573)
Custos com sinistros de resseguro aceite	(11 644)
	(306)
Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)	
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002	13 499
Total de seguro direto	94 397
Provisão para sinistros de resseguro aceite	22 730
Total do ramo	**117 127**

Ramo:	Perdas Pecuniárias Diversas										
Valores Acumulados											
Ano Contabilístico	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
2002	2 207	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 207
2003	2 294	4 783	-	-	-	-	-	-	-	-	7 076
2004	2 385	4 340	7 095	-	-	-	-	-	-	-	13 819
2005	2 470	4 593	7 533	2 926	-	-	-	-	-	-	17 523
2006	2 438	4 424	7 328	4 189	5 079	-	-	-	-	-	23 457
2007	2 450	4 346	7 796	4 173	6 005	8 953	-	-	-	-	33 724
2008	2 451	4 352	7 738	4 216	6 192	9 745	32 351	-	-	-	67 045
2009	2 451	4 366	7 747	4 247	5 486	9 802	34 047	7 496	-	-	75 642
2010	2 450	4 365	7 749	4 200	5 444	9 686	34 480	14 965	13 515	-	96 853
2011	**2 451**	**4 365**	**7 750**	**4 190**	**5 468**	**9 683**	**34 426**	**14 606**	**16 119**	**11 119**	**110 177**

Custos com sinistros registados em 2011:	
Sinistros dos anos de 2002 a 2011	13 324
Sinistros de anos anteriores	0
Custos com sinistros de resseguro aceite	1 186
	14 510
Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)	
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002	1
Total de seguro direto	16 252
Provisão para sinistros de resseguro aceite	242
Total do ramo	**16 494**

A variação da provisão para sinistros da rubrica custos com sinistros líquidos de resseguro, da demonstração de resultados, tem principalmente por contrapartida a provisão para sinistros, da rubrica provisões técnicas de contratos de seguros, do passivo. Contudo, algumas operações são reconhecidas noutros elementos do balanço, nomeadamente por via dos reembolsos de sinistros refletidos em outros ativos, pelo que as variações das provisões para sinistros do balanço e da demonstração de resultados não são coincidentes.

Os custos com sinistros dos ramos vida da Caixa Seguros, em 2011 e 2010, apresentam o seguinte detalhe por ramo:

	31.12.2011					
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Subtotal	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite:						
De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	68 697	6 121	74 818	3 077	-	77 895
com participação nos resultados	26 382	(5 358)	21 024	(9 931)	6 718	17 811
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	1 087 907	(26 299)	1 061 608	(946 586)	(16 984)	98 038
	1 182 986	**(25 536)**	**1 157 450**	**(953 440)**	**(10 266)**	**193 744**
Resseguro cedido:						
De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	(7 117)	1 024	(6 093)	(2 456)	-	(8 549)
com participação nos resultados	(1 609)	762	(847)	72	4	(771)
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	-	-	-	-	-	-
	(8 726)	**1 786**	**(6 940)**	**(2 384)**	**4**	**(9 320)**
Líquido:						
De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	61 580	7 145	68 725	621	-	69 346
com participação nos resultados	24 773	(4 596)	20 177	(9 859)	6 722	17 040
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	1 087 907	(26 299)	1 061 608	(946 586)	(16 984)	98 038
	1 174 260	**(23 750)**	**1 150 510**	**(955 824)**	**(10 262)**	**184 424**

	31.12.2010					
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Subtotal	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite:						
De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	55 965	10 405	66 370	10 156	-	76 526
com participação nos resultados	31 222	(13 874)	17 348	(9 975)	5 844	13 217
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	821 238	1 704	822 942	(643 640)	(4 002)	175 300
	908 425	**(1 765)**	**906 660**	**(643 459)**	**1 842**	**265 043**
Resseguro cedido:						
De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	(7 717)	(106)	(7 823)	204	-	(7 619)
com participação nos resultados	(2 510)	1 974	(536)	41	(31)	(526)
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	-	-	-	-	-	-
	(10 227)	**1 868**	**(8 359)**	**245**	**(31)**	**(8 145)**
Líquido:						
De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	48 248	10 299	58 547	10 360	-	68 907
com participação nos resultados	28 712	(11 900)	16 812	(9 934)	5 813	12 691
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	821 238	1 704	822 942	(643 640)	(4 002)	175 300
	898 198	**103**	**898 301**	**(643 214)**	**1 811**	**256 898**

37.4. Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Ramo vida	Ramos não vida	Total	Ramo vida	Ramos não vida	Total
Proveitos técnicos:						
Comissões:						
De operações de resseguro cedido	5 520	24 386	29 906	6 495	21 775	28 270
Comissões de gestão de Co-Seguro	14	915	929	146	1 200	1 346
Comissões de gestão de Fundos de Pensões	225	-	225	120	-	120
Outros proveitos técnicos						
Outros Proveitos Técnicos	5	580	585	6	3 600	3 606
	5 764	**25 881**	**31 645**	**6 767**	**26 575**	**33 342**
Custos técnicos:						
Comissões:						
De operações de seguro direto:						
Comissões de mediação e corretagem	(9 180)	(88 623)	(97 803)	(1 410)	(91 903)	(93 313)
Comissões de cobrança	(106)	(7 279)	(7 385)	(95)	(8 192)	(8 287)
Outras	-	(16 283)	(16 283)	(8)	(11 746)	(11 754)
De operações de resseguro aceite	-	(1 525)	(1 525)	-	35	35
Comissões de gestão de Co-Seguro	(31)	(249)	(280)	(5)	(175)	(180)
Outros custos técnicos						
Provisão para recibos por cobrar	(1 595)	6 475	4 880	(437)	(1 456)	(1 893)
Impostos da atividade	(1 341)	(6 180)	(7 521)	(2 171)	(6 668)	(8 839)
Outros	(2)	(1)	(3)	(230)	(1)	(231)
	(12 255)	**(113 665)**	**(125 920)**	**(4 356)**	**(120 106)**	**(124 462)**
Outros	-	949	949	-	1 659	1 659
	(6 491)	**(86 835)**	**(93 326)**	**2 411**	**(91 872)**	**(89 461)**

38. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	14 401	17 397
Remuneração dos empregados	720 394	747 364
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 39.)	90	816
	734 885	**765 577**
Outros encargos relativos a remunerações	79 795	77 033
Assistência médica – CGD		
› Custo normal (Nota 39.)	32 434	33 979
› Contribuições relativas a pessoal no ativo	29 422	30 813
Responsabilidades com pensões – CGD (Nota 39.)		
› Custo normal	51 630	71 931
› Reformas antes da idade normal de reforma	968	(1 117)
Outros encargos com pensões		
› Caixa Seguros e Saúde	3 032	1 969
› Outros	4 671	6 681
Outros encargos sociais obrigatórios	25 573	26 248
	227 525	**247 537**
Outros custos com pessoal	**33 296**	**27 996**
	995 705	**1 041 110**

Conforme referido em maior detalhe na Nota 2.3., no decorrer do exercício de 2011, o Grupo procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego, os quais passsaram a ser reconhecidos na sua integralidade por contrapartida de "Outras reservas". As demonstrações financeiras relativas ao período comparativo anterior foram reexpressas de forma a refletirem nessa data os impactos da adoção dos novos princípios. Os efeitos apurados ao nível da rubrica de custos com pessoal são seguidamente apresentados:

	31.12.2010
Custos com pessoal antes da alteração de política contabilística	1 047 134
Reversão dos (ganhos) / perdas atuariais reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício (amortizações dos desvios acima do corredor)	
› Fundo de pensões	(2 587)
› Plano médico	(3 437)
	(6 024)
Custos com pessoal após alteração de política contabilística	**1 041 110**

O número médio de empregados da Caixa e das suas Filiais, durante os exercícios de 2011 e 2010, por tipo de funções, foi o seguinte:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Atividade Bancária	Atividade Seguradora e Saúde	Grupo	Atividade Bancária	Atividade Seguradora e Saúde	Grupo
Direção	451	231	682	409	249	657
Chefias	2 803	563	3 366	2 778	550	3 328
Técnicos	5 047	2 192	7 239	4 490	2 202	6 691
Administrativos	7 786	2 090	9 876	8 177	2 154	10 331
Auxiliares	1 485	682	2 167	1 364	754	2 118
	17 572	**5 758**	**23 329**	**17 217**	**5 908**	**23 124**
Número de efetivos no final do período	**17 432**	**5 703**	**23 135**	**17 053**	**5 958**	**23 011**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estes números não incluem os empregados pertencentes ao Departamento de Apoio à Caixa Geral de Aposentações (257 em 2011 e 274 em 2010), os afetos aos Serviços Sociais da CGD (70 em 2011 e 72 em 2010) e outros abrangidos por outras situações (95 e 99, respetivamente), designadamente em comissão de serviço no exterior.

39. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

39.1. Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

RESPONSABILIDADES COM EMPREGADOS DA CGD

De acordo com o artigo 39º, do Decreto-Lei nº 48 953, de 5 de abril de 1969, e o Decreto-Lei nº 161/92, de 1 de agosto, competia à CGD o pagamento das pensões de reforma por doença, invalidez ou velhice dos seus colaboradores, bem como das pensões de sobrevivência dos empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 1992. As pensões de sobrevivência relativas aos empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 já eram suportadas pela Caixa Geral de Aposentações (CGA). Para o efeito, estes empregados descontam 2,5% das suas remunerações para a CGA.

Adicionalmente, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical (ACTV) em vigor para o setor bancário, o ex-BNU tinha o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma antecipada e por velhice, invalidez e sobrevivência. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial negociada anualmente com os sindicatos dos trabalhadores bancários. No exercício de 2001, na sequência da integração por fusão do BNU na CGD, as responsabilidades com pensões dos em-

pregados do BNU transitaram para a CGD. Deste modo, os ex-empregados do BNU ainda no ativo à data da fusão ficaram abrangidos pelo plano de pensões e benefícios em vigor na CGD. Quanto aos reformados e pensionistas do BNU à data da fusão, continua a aplicar-se o plano de pensões que estava em vigor à data das respetivas reformas.

Com referência a 30 de novembro de 2004, foram transferidas para a CGA todas as responsabilidades com pensões de aposentação do pessoal da Caixa, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de dezembro de 2000, ao abrigo dos Decretos-Lei nº 240-A/2004, de 29 de dezembro, e nº 241-A/2004, de 30 de novembro, cujo montante total ascendeu a 2 510 043 mEuros. A transferência incluiu a responsabilidade com o subsídio por morte após a idade normal de reforma, relativamente ao tempo de serviço acima referido.

Neste sentido, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades com pensões da Caixa consistem no seguinte:

- Responsabilidades relativas aos empregados no ativo por serviços prestados após 31 de dezembro de 2000;
- Para os reformados entre 1 de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2011, a parcela das responsabilidades correspondente ao tempo de serviço prestado durante esse período;
- Responsabilidades com pensões de aposentação e respetivas pensões de sobrevivência do pessoal do BNU que já se encontravam em pagamento à data da fusão;
- Responsabilidades com o subsídio por morte relativas ao tempo de serviço prestado após 31 de dezembro de 2000.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo atualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no ativo.

A Caixa assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões, dispondo para o efeito de um fundo de pensões, constituído em dezembro de 1991. De acordo com o regime aplicável à Caixa, os empregados contribuem para o fundo de pensões com as seguintes percentagens das suas retribuições:

- Empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 — 7,5%
- Empregados admitidos após 1 de janeiro de 1992 — 10,0%

A contribuição destes últimos é efetuada integralmente para o fundo de pensões, dado que o respetivo regime de pensões de sobrevivência está a cargo do fundo.

A transferência de responsabilidades para a CGA implicou a transferência de ativos do fundo de pensões de montante equivalente.

RESPONSABILIDADES COM EMPREGADOS DA COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE MUNDIAL, SA E IMPÉRIO BONANÇA – COMPANHIA DE SEGUROS, SA

Na área seguradora, existem diversos planos de pensões de benefício definido. Deste modo, a Fidelidade Mundial e a Império Bonança são responsáveis pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados. Existem, ainda, outras empresas do Grupo com responsabilidades com planos de benefício definido.

Adicionalmente, a Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram a essa situação após maio de 1998 benefícios com assistência médica vitalícia.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo de Pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método *Unit Credit Projected*, e pressupostos atuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, é refletido pelo valor líquido na rubrica de "Gastos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em "Custos com pessoal".

Em 23 de dezembro de 2011, foi celebrado um novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o qual foi publicado no Boletim do Trabalho nº 2, de 15 de janeiro de 2012. Na sequência da celebração deste acordo coletivo, a Caixa Seguros e Saúde registou na rubrica "Outros gastos com pessoal" a estimativa da compensação pecuniária extraordinária a pagar aos colaboradores, a título de remissão de direitos do anterior CCT, e a estimativa de encargos já incorridos com prémios de permanência a pagar aos colaboradores do Grupo.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o atual plano de pensões de benefício definido será substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não é aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrem reformados ou pré-reformados.

DETERMINAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram efetuados estudos atuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas, relativamente à CGD e às seguradoras do Grupo foram as seguintes:

	31.12.2011		31.12.2010	
	CGD	Caixa Seguros e Saúde	CGD	Caixa Seguros e Saúde
Método atuarial	Projected Unit Credit		Projected Unit Credit	
Tábua de mortalidade				
Homens	TV 73/77 (-1 ano)	TV 73/77 (-2 anos)	TV 73/77 (-1 ano)	TV 73/77 (-1 ano)
Mulheres	TV 88/90 (-1 ano)	TV 88/90 (-2 anos)	TV 88/90 (-1 ano)	TV 88/90 (-1 ano)
Tábua de invalidez	EKV 80		EKV 80	
Taxa de desconto	5,50%	5,50%	5,50%	5,25%
Taxa de rendimento dos ativos dos fundos	5,25%	3,55%	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento dos salários	2,25%	2,00%	2,50%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,25%	0,75%	1,75%	0,75%
Tabela de saídas:				
Idades inferiores a 30 anos	5%	n/a	5%	n.d.
Idades entre 30 e 40 anos	1%	n/a	1%	n.d.
Idades superiores a 40 anos	0%	n/a	0%	n.d.

n.d. – não disponível.

Nos estudos efetuados em relação à CGD em 2011 e 2010, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 60 anos.

A taxa de desconto utilizada, em relação à CGD, nos cálculos atuariais é determinada com base no índice iboxx das obrigações de dívida privada da Zona Euro com qualidade de crédito elevada ("AA") para a maturidade equivalente à das responsabilidades a financiar (cerca de 19 anos).

O critério utilizado pela CGD Pensões para a determinação da taxa de rentabilidade traduz-se na aplicação, à estrutura do *benchmark* da carteira do Fundo, das rentabilidades anuais esperadas no médio e longo prazo de cada classe de ativos. Estas resultam de um modelo de estimação de uma empresa de consultoria internacional, que tem como *inputs* não só as rentabilidades históricas registadas para cada classe de ativos, mas também as perspetivas de um painel internacional de analistas financeiros.

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões da CGD para os exercícios de 2011 e 2010 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimentos	5,25%	(2,83%)	5,25%	1,93%
Taxa de crescimento dos salários	2,25%	1,28%	2,50%	3,13%
Taxa de crescimento das pensões	1,25%	0,00%	1,75%	1,10%

No final de dezembro de 2011, a CGD atualizou a taxa de atualização salarial, diminuindo-a de 2,50% para 2,25%, bem como a taxa de crescimento das pensões que passou de 1,75% para 1,25%, tendo em conta os impactos da proposta de redução dos custos globais com salários das empresas do Setor Empresarial do Estado constante da Lei do Orçamento de Estado para 2012. Essas alterações dos pressupostos encontram ainda fundamento na evolução favorável ocorrida em 2011 dos desvios associados aos referidos pressupostos, não obstante a CGD os ter ajustado no ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades com serviços passados do Grupo, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	31.12.2011				31.12.2010			
	CGD	Caixa Seguros e Saúde	Outros	Total	CGD	Caixa Seguros e Saúde	Outros	Total
Responsabilidades por serviços passados:								
Ativos	842 685	23 710	32 867	899 262	875 138	24 015	30 690	929 843
Reformados e pré-reformados	465 214	178 329	20 160	663 703	433 075	181 369	19 495	633 939
	1 307 899	**202 038**	**53 027**	**1 562 965**	**1 308 213**	**205 383**	**50 186**	**1 563 782**
Fundos de pensões autónomos	1 423 271	139 936	768	1 563 975	1 424 864	144 748	789	1 570 402
Provisões matemáticas	-	63 784	-	63 784	-	67 126	-	67 126
Provisões para pensões e encargos similares	-	-	52 688	52 688	-	-	52 867	52 867
	1 423 271	**203 720**	**53 455**	**1 680 447**	**1 424 864**	**211 874**	**53 657**	**1 690 395**
Diferencial	**115 372**	**1 682**	**428**	**117 482**	**116 651**	**6 491**	**3 471**	**126 613**
Nível de financiamento	**108,82%**	**100,83%**	**100,81%**	**107,52%**	**108,92%**	**103,16%**	**106,92%**	**108,10%**

Nos termos do Aviso nº 4/2005, de 28 de fevereiro, do Banco de Portugal, é definida para entidades financeiras com sede em Portugal a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades da Caixa encontravam-se financiadas em 108,8% e 108,9%, respetivamente.

O valor do fundo de pensões reflete o valor de mercado dos seus ativos e contribuições ainda por entregar em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades com serviços futuros de pessoal no ativo da CGD ascendem a 800 717 mEuros e 930 172 mEuros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as provisões para pensões e encargos similares de "Outras entidades" incluem 1500 mEuros relativos a encargos com saúde.

No que se refere à CGD e às seguradoras do Grupo em Portugal, o número de beneficiários em 2011 e 2010 era o seguinte:

	31.12.2011		31.12.2010	
	CGD	Caixa Seguros e Saúde	CGD	Caixa Seguros e Saúde
Ativos	9 374	1 988	9 892	2 422
Reformados, pré-reformados e rendeiros	4 899	3 098	4 401	2 791
	14 273	**5 086**	**14 293**	**5 213**

O movimento nos fundos de pensões, provisões matemáticas e provisões para pensões e encargos similares, durante os exercícios de 2011 e 2010, foi o seguinte:

	CGD	Caixa Seguros e Saúde	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**1 332 368**	**223 225**	**55 161**	**1 610 753**
Contribuições pagas				
De natureza regular				
Efetuadas pelos empregados	26 364	840	175	27 379
Efetuadas pela entidade	69 525	7 795	429	77 749
Variação em provisões para pensões e encargos similares	-	-	214	214
Variação nas provisões matemáticas	-	(2 944)	-	(2 944)
Pensões pagas	(30 058)	(14 984)	(1 188)	(46 230)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	26 665	(2 768)	(4)	23 893
Outras variações	-	710	(1 130)	(420)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**1 424 864**	**211 874**	**53 657**	**1 690 395**
Contribuições pagas				
De natureza regular				
Efetuadas pelos empregados	25 566	-	180	25 746
Efetuadas pela entidade	46 886	12 430	341	59 657
Variação em provisões para pensões e encargos similares	-	-	174	174
Variação nas provisões matemáticas	-	(3 342)	-	(3 342)
Pensões pagas	(34 159)	(15 002)	(1 267)	(50 428)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	(39 886)	(2 726)	(29)	(42 641)
Outras variações	-	486	400	886
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**1 423 271**	**203 720**	**53 455**	**1 680 447**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos dos Fundos de Pensões da CGD e da Caixa Seguros e Saúde podem ser analisados como seguem:

Fundo de Pensões – CGD	31.12.2011	31.12.2010
Ações	69 287	100 690
Unidades de participação em fundos de investimento mobiliários e imobiliários	301 180	356 004
Obrigações	346 456	412 691
Imóveis	478 730	529 904
Depósitos em instituições de crédito	247 364	133 433
Outros (líquido passivo)	(19 746)	(107 857)
Total do Fundo	**1 423 271**	**1 424 864**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os Fundos de Pensões da CGD e da Caixa Seguros e Saúde são geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Outros" inclui 97 865 mEuros e 110 885 mEuros, respetivamente, relativos a operações de venda com acordo de recompra sobre diversos instrumentos financeiros celebrados com a Caixa Geral de Depósitos.

Em 31 de dezembro de 2011, ao valor do Fundo de Pensões da CGD calculado pela Sociedade Gestora foram somados 46 886 mEuros relativos a contribuições do ano de 2011 ainda não entregues ao Fundo pela Caixa Geral de Depósitos e registadas na rubrica "Outros passivos" (Nota 28.).

Adicionalmente foram deduzidos 59 285 mEuros relativos ao ajustamento decorrente da mensuração ao justo valor de títulos de dívida pública contabilizados no ativo do Fundo ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Fundo de Pensões da CGD detinha imóveis arrendados a empresas do Grupo nos montantes de 409 008 mEuros e 458 129 mEuros, respetivamente. Detém, ainda, títulos emitidos e unidades de participação de fundos geridos por empresas do Grupo no valor de 194 842 mEuros e 202 648 mEuros, respetivamente.

Fundos de Pensões – Caixa Seguros e Saúde	31.12.2011	31.12.2010
Ações	12 518	9 568
Outros títulos de rendimento variável	4 913	23 317
Obrigações	89 486	86 927
Imóveis	14 073	14 073
Depósitos em instituições de crédito	14 210	8 776
Outros	4 736	2 086
Total dos Fundos de Pensões	**139 936**	**144 748**

A evolução das responsabilidades e saldo do Fundo de Pensões do Pessoal da CGD, bem como os ganhos e perdas atuariais no ano corrente e nos últimos 4 anos é analisado como segue:

	31.12.2011		31.12.2010		31.12.2009		31.12.2008		31.12.2007	
	Pensões Reforma	Plano Médico	Pensões Reforma	Plano Médico	Pensões Reforma	Plano Médico	Pensões Reforma	Plano Médico	Pensões Reforma	Plano Médico
Responsabilidades	1 307 899	415 857	1 308 213	436 698	1 332 368	460 025	1 137 181	427 832	1 106 429	443 888
Valor do Fundo	1 423 271	-	1 424 864	-	1 332 368	-	1 137 181	-	1 106 441	-
Provisões	-	415 857	-	436 698	-	460 025	-	427 832	-	443 888
Responsabilidades (sub) / sobre financiada	**(115 372)**	**-**	**(116 651)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(12)**	**-**
Ganhos / (Perdas) decorrentes de responsabilidades	120 947	30 850	163 567	36 095	(64 890)	(19 720)	102 449	27 526	(33 422)	(14 543)
Ganhos / (Perdas) decorrentes dos ativos do Fundo	(116 514)	-	(45 628)	-	21 735	-	(140 187)	-	(4 222)	-
	4 433	**30 850**	**117 939**	**36 095**	**(43 155)**	**(19 720)**	**(37 738)**	**27 526**	**(37 644)**	**(14 543)**

Conforme referido em maior detalhe na Nota 2.3., no decorrer do exercício de 2011, o Grupo procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego, os quais passaram a ser reconhecidos na sua integralidade por contrapartida de "Outras reservas". Em resultado desta situação, as demonstrações financeiras foram reexpressas de forma a refletir os novos procedimentos de reconhecimento dos desvios atuariais no primeiro período comparativo apresentado no âmbito da preparação destas demonstrações financeiras (1 de janeiro de 2010).

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	CGD	Caixa Seguros e Saúde	Outros	Total
Situação em 31 de dezembro de 2009	**-**	**1 419**	**5 909**	**7 329**
Custo dos serviços correntes	(71 866)	(1 420)	(1 674)	(74 960)
Custo dos juros	(72 358)	(8 166)	(2 950)	(83 474)
Retorno esperado dos ativos do plano	72 293	7 679	34	80 007
Custo normal do exercício (Nota 38.)	(71 931)	(1 907)	(4 590)	(78 428)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas (Nota 38.)	1 117	(5 364)	-	(4 247)
Outras variações com impacto em resultados	-	1 265	(24)	1 241
Variações com impacto em resultados	**(70 814)**	**(6 006)**	**(4 614)**	**(81 434)**
Desvios de responsabilidades	163 568	12 890	78	176 536
Desvios de rendimento	(45 628)	(10 448)	1 666	(54 410)
Desvios	**117 940**	**2 442**	**1 744**	**122 126**

	CGD	Caixa Seguros e Saúde	Outros	Total
Contribuições entregues pela entidade	69 525	7 795	429	77 749
Outros	-	840	3	843
Situação em 31 de dezembro de 2010	**116 651**	**6 491**	**3 471**	**126 613**
Custo dos serviços correntes	(57 340)	(851)	(1 306)	(59 496)
Custo dos juros	(70 918)	(6 865)	(2 757)	(80 540)
Retorno esperado dos ativos do plano	76 628	4 737	31	81 396
Custo normal do exercício (Nota 38.)	(51 630)	(2 978)	(4 032)	(58 641)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas (Nota 38.)	(968)	(8 691)	-	(9 659)
Outras variações com impacto em resultados	-	4 750	105	4 855
Variações com impacto em resultados	**(52 598)**	**(6 919)**	**(3 928)**	**(63 445)**
Desvios de responsabilidades	120 947	(2 858)	194	118 283
Desvios de rendimento	(116 514)	(7 462)	351	(123 626)
Desvios	**4 433**	**(10 321)**	**545**	**(5 343)**
Contribuições da entidade	46 886	12 430	341	59 657
Situação em 31 de dezembro de 2011	**115 372**	**1 682**	**428**	**117 482**

Os desvios de responsabilidades ao nível da CGD, em 2011 e 2010, têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Alteração da taxa de crescimento dos salários (de 3,5% para 2,50% em 2010 e de 2,50% para 2,25% em 2011)	20 774	85 506
Alteração da taxa de crescimento das pensões (de 2,25% para 1,75% em 2010 e de 1,75% para 1,25% em 2011)	70 025	69 785
Outros desvios de responsabilidades	30 148	8 277
	120 947	**163 568**

ASSISTÊNCIA MÉDICA

A assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais). A contribuição anual da CGD para os Serviços Sociais corresponde a 8,95% dos salários e pensões pagas. Adicionalmente, a Caixa tem responsabilidades com as contribuições para o Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do ex-BNU reformados até 23 de julho de 2001.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades especializadas, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

As responsabilidades por serviços passados encontram-se registadas na rubrica "Provisões" e em 31 de dezembro de 2011 e 2010 ascendiam a 415 857 mEuros e 436 698 mEuros, respetivamente.

Adicionalmente, a Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram a essa situação, após maio de 1998, benefícios com assistência médica vitalícia. Estas responsabilidades estão cobertas por provisões, que, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, ascendem a 12 075 mEuros e 23 504 mEuros, respetivamente.

OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

A Caixa paga um prémio a todos os trabalhadores que completem dez, vinte e trinta anos de efetivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efetiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de aposentação de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o correspondente passivo encontrava-se registado em "Outros passivos" e ascendia a 40 042 mEuros e 42 394 mEuros, respetivamente (Nota 28.).

A Caixa determina, ainda, as suas responsabilidades com subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O correspondente passivo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 encontra-se registado na rubrica de "Provisões" e ascende a 1750 mEuros e 1847 mEuros, respetivamente.

Adicionalmente, a Sucursal de França assegura o pagamento de benefícios de longo prazo aos seus trabalhadores, tendo sido apuradas responsabilidades no montante de 1500 mEuros em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
CGD		
Provisão para assistência médica pós-emprego	415 857	436 698
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho	4 425	4 515
Provisão para responsabilidades com subsídio por morte	1 750	1 847
Responsabilidades da Sucursal de França	1 500	1 500
	423 532	**444 560**
Provisão para responsabilidades com pensões e outras		
Banco Comercial do Atlântico, SA	48 674	49 705
Outros	1 894	1 578
	50 568	**51 283**
Provisão para assistência médica pós-emprego		
Caixa Seguros e Saúde (Império Bonança)	11 635	23 504
Outros	2 643	3 343
	14 278	**26 846**
Outros	9 115	7 503
	497 493	**530 192**

A Caixa regista uma provisão específica correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão de prestação de trabalho.

Nos exercícios de 2011 e 2010, os movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição (Nota 25.):

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo no início do exercício	**530 192**	**556 971**
Impacto do reconhecimento de ganhos e perdas atuariais		
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal:		
Assistência médica – CGD (Nota 38.)	32 434	33 979
Acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 38.)	(90)	816
Desvios atuariais relativos a assistência médica pós-emprego	(30 850)	(36 095)
Outros	(5 301)	(2 987)
	(3 807)	**(4 287)**
Reforços, líquidos de reposições, por contrapartida de "Provisões"	(1 527)	942
Reversão dos (ganhos) / perdas atuariais reconhecidos		
Pagamentos ao SAMS e Serviços Sociais da CGD	(22 425)	(21 211)
Outros	(4 531)	(3 072)
Outros	(410)	849
Saldo no final do exercício	**497 493**	**530 192**

40. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Serviços especializados		
Serviços de Informática	97 004	110 726
Serviços de limpeza	11 342	12 276
Serviços de estudos e consultas	9 964	8 585
Avenças e honorários	7 331	8 094
Serviços de segurança e vigilância	10 048	8 954
Serviços de Informações	7 674	7 856
Outros	222 642	233 748
Rendas e alugueres	94 374	81 282
Publicidade e edição de publicações	44 659	47 981
Comunicações e despesas de expedição	52 027	53 976
Conservação e reparação	46 263	51 475
Água, energia e combustíveis	28 079	24 839
Transporte de valores e outros	11 048	13 208
Deslocações, estadas e representação	19 992	24 430
Impressos e material de consumo corrente	10 203	10 472
Outros	22 325	23 296
	694 974	**721 197**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o total dos futuros pagamentos de locação operacional nos termos dos principais contratos em vigor nas referidas datas, apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Até 1 ano	22 378	20 609
De 1 a 5 anos	94 559	71 746
Superior a 5 anos	309 077	241 384

No exercício de 2011, os honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas relativos à revisão legal das contas anuais e outros serviços prestados, apresentam o seguinte detalhe:

	31.12.2011 [a]	31.12.2010 [a]
Revisão legal das contas anuais	265	259
Outros serviços que não sejam de revisão	80	84
	344	**343**

(a) Os saldos apresentados incluem IVA.

41. IMPARIDADE EM ATIVOS

O movimento na imparidade durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	31.12.2011							
	Saldo em 31.12.2010	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 31.12.2011	Recuperação de crédito, juros e despesas
Imparidade de crédito a clientes (Nota 13.)	**2 609 824**	**2 115 814**	**(1 253 413)**	**(130 410)**	**7 768**	**33 662**	**3 383 246**	**(36 474)**
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6.)	88 933	41 005	(39 568)	(77 191)	(190)	(676)	12 312	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8.)								
Instrumentos de capital	332 398	460 957	-	(68 688)	61	(516)	724 212	
Instrumentos de dívida	59 982	16 364	(121)	(24 413)	301	516	52 629	
Outros instrumentos	100 867	15 823	-	(12 643)	249	(656)	103 641	

	31.12.2011							
	Saldo em 31.12.2010	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 31.12.2011	Recuperação de crédito, juros e despesas
Imparidade de investimentos a deter até à maturidade (Nota 12.)	-	120 035	-	-	-	-	120 035	
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 16.)	15 741	4 897	(8 993)	(272)	-	(305)	11 068	
Imparidade de ativos intangíveis (Nota 17.)	958	12 502	(1 433)	-	-	-	12 027	
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda								
Imóveis e equipamento (Nota 14.)	72 128	66 144	(32 673)	(2 463)	-	239	103 374	
Imparidade de outros ativos (Nota 21.)	155 804	53 706	(7 505)	(10 191)	38	(428)	191 424	
Imparidade em associadas	-	344	(344)	-	-	-	-	
	826 811	**791 777**	**(90 638)**	**(195 862)**	**459**	**(1 826)**	**1 330 720**	**-**
	3 436 635	**2 907 591**	**(1 344 051)**	**(326 272)**	**8 227**	**31 837**	**4 713 966**	**(36 474)**

	31.12.2010							
	Saldo em 31.12.2009	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 31.12.2010	Recuperação de crédito, juros e despesas
Imparidade de crédito a clientes (Nota 13.)	**2 405 224**	**1 674 681**	**(1 270 596)**	**(201 392)**	**8 524**	**(13 684)**	**2 609 824**	**(34 984)**
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6.)	159 563	73 015	(81 168)	(67 128)	5 428	(777)	88 933	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8.)								
Instrumentos de capital	318 040	261 130	-	(244 442)	139	(13 900)	332 398	
Instrumentos de dívida	62 064	7 723	(5 247)	(5 552)	994	-	59 981	
Outros instrumentos	54 929	75 521	-	(48 570)	-	18 988	100 867	
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 16.)	18 760	8 948	(9 038)	(3 081)	-		15 741	
Imparidade de ativos intangíveis (Nota 17.)	957	-	-	-	-	1	958	
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda								
Imóveis e equipamento (Nota 14.)	59 825	45 586	(28 572)	(2 006)	-	(2 704)	72 128	
Imparidade de outros ativos (Nota 21.)	144 429	21 364	(14 600)	(1 029)	516	2 766	155 804	
Imparidade em associadas	161	-	-	(161)	-	-	-	
	818 728	**493 286**	**(138 625)**	**(371 970)**	**7 077**	**4 374**	**826 810**	**-**
	3 223 952	**2 167 967**	**(1 409 221)**	**(573 362)**	**15 601**	**(9 311)**	**3 436 635**	**(34 984)**

42. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IFRS 8, e tendo, também, em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método *Standard*, nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adotou os seguintes segmentos de negócio:

- Atividade Seguradora: inclui a atividade desenvolvida pelas Companhias de Seguros que integram a Caixa Seguros e pela Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA. A atividade foi dividida entre Vida e Não Vida;
- *Corporate Finance:* inclui as atividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (*merchant banking* – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;
- Negociação e vendas: compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo "*repo*" e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e microempresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e, também, os depósitos captados junto de particulares;

- Banca comercial: inclui as atividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas-correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, atividade de capital de risco, *factoring*, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada dos créditos sindicados, bem como o crédito ao Setor Público;
- Gestão de ativos: inclui as atividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Outros: compreende todos os segmentos de atividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição de resultados e dos principais agregados de balanço por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2011 e 2010 apresenta a seguinte composição:

LINHAS DE NEGÓCIO

	31.12.2011								
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	*Corporate Finance*	Seguros Vida	Seguros Não Vida	Outros	Total
Margem financeira	79 650	1 377 672	(56 462)	8 651	193 267	45 252	3 667	33 568	1 685 265
Rendimentos de instrumentos de capital	12 417	4	109 747	20 513	109	1 087	256	2 592	146 724
Rendimentos de serviços e comissões	24 317	164 711	103 343	35 237	75 469	4 481	-	248 431	655 988
Encargos com serviços e comissões	(15 626)	(25 050)	(7 016)	(6 695)	(3 474)	(115)	(84)	(93 297)	(151 356)
Resultados em operações financeiras	(78 972)	42 791	(10 743)	13 332	1 270	(9 876)	1 279	16 153	(24 766)
Outros resultados de exploração	769	(5 893)	141	(2 658)	(3 870)	(111)	8 955	217 555	214 887
Prémios, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	244 945	998 721	-	1 243 666
Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros	-	-	-	-	-	85 578	57 821	-	143 399
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	(184 466)	(604 265)	11	(788 719)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	-	-	-	-	-	(6 391)	(86 893)	(42)	(93 326)
Produto da Atividade Bancária e Seguradora	**22 554**	**1 554 235**	**139 010**	**68 380**	**262 771**	**180 383**	**379 457**	**424 971**	**3 031 762**
Outros custos e proveitos									(3 520 187)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao acionista da CGD									**(488 425)**
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	6 723 009	1 421 313	291 153	553	695	6 857	34 490	168 727	8 646 797
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	14 461 461	500 937	490 260	565 987	-	7 478 388	1 474 133	312 528	25 283 693
Crédito a clientes (líquido)	1 424 184	38 548 317	37 925 728	43 011	82 621	1 882	2 648	219 234	78 247 625
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	23 001	203 201	-	226 202
Ativo líquido total	23 488 557	41 636 128	38 057 673	731 142	399 798	7 096 974	2 826 034	6 328 976	120 565 281
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	14 760 944	314 321	738 116	11 657	-	-	-	35 916	15 860 954
Recursos de clientes e outros empréstimos	830 972	52 199 966	10 897 726	25 129	-	6 269 921	-	363 776	70 587 491
Responsabilidades representadas por títulos	14 496 754	403 195	23 359	-	-	-	-	-	14 923 309
Provisões técnicas de contratos de seguros	-	-	-	-	-	2 478 538	2 129 076	-	4 607 615
Responsabilidades por Produtos *Unit-Linked*	-	-	-	-	-	584 879	-	-	584 879

	31.12.2010								
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	*Corporate Finance*	Seguros Vida	Seguros Não Vida	Outros	Total
Margem financeira	(74 256)	861 540	426 323	11 824	149 907	33 950	3 025	2 945	1 415 258
Rendimentos de instrumentos de capital	29 190	158	146 519	13 936	135	1 100	5 292	1 147	197 477
Rendimentos de serviços e comissões	23 672	199 807	95 403	35 614	74 987	2 707	-	216 439	648 628
Encargos com serviços e comissões	(12 072)	(42 784)	(8 165)	(8 218)	(8 652)	(68)	(274)	(66 080)	(146 313)
Resultados em operações financeiras	54 254	43 543	2 277	(18 767)	(138)	5 789	30 897	6 533	124 388
Outros resultados de exploração	2 664	(3 667)	47 525	(5 571)	22 992	(25)	(5 324)	292 369	350 963
Prémios, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	293 059	1 030 293	-	1 323 352
Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros	-	-	-	-	-	140 432	94 256	(27 921)	206 767

	31.12.2010								
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	*Corporate Finance*	Seguros Vida	Seguros Não Vida	Outros	Total
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	(256 912)	(674 750)	2	(931 660)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	-	-	-	-	-	1 627	(91 081)	(7)	(89 461)
Produto da Atividade Bancária e Seguradora	**23 451**	**1 058 597**	**709 881**	**28 818**	**239 231**	**221 658**	**392 335**	**425 427**	**3 099 398**
Outros custos e proveitos									(2 844 525)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao acionista da CGD									**254 873**
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	4 617 426	1 365 534	32 102	24 202	-	6 368	20 878	91 477	6 157 987
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	16 765 676	613 003	559 243	750 032	-	10 034 325	1 626 074	313 986	30 662 339
Crédito a clientes (líquido)	1 120 382	39 513 829	40 145 861	135 787	957 298	2 695	2 949	28 404	81 907 204
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	22 238	242 326	-	264 564
Ativo líquido total	23 276 730	42 903 736	40 398 207	934 658	1 163 017	10 140 780	2 100 967	4 838 850	125 756 946
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	13 407 713	414 775	635 149	31 545	99 536	-	-	14 952	14 603 669
Recursos de clientes e outros empréstimos	601 444	47 138 248	12 750 839	60 631	4 830	7 110 244	-	13 808	67 680 045
Responsabilidades representadas por títulos	18 831 408	475 339	-	-	-	-	-	-	19 306 748
Provisões técnicas de contratos de seguros	-	-	-	-	-	3 473 730	2 269 206	-	5 742 936
Responsabilidades por Produtos *Unit-Linked*	-	-	-	-	-	732 512	-	-	732 512

MERCADOS GEOGRÁFICOS

	31.12.2011								
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros	Total
Margem financeira	1 167 678	231 673	26 716	6 681	26 941	42 747	143 169	39 661	1 685 266
Rendimentos de instrumentos de capital	275 489	4 002	-	-	-	65	10 745	(143 577)	146 724
Rendimentos de serviços e comissões	554 508	52 830	267	1 587	8 627	32 542	74 412	(68 785)	655 988
Encargos com serviços e comissões	(144 038)	(14 749)	(1 475)	(52)	(316)	(16 884)	(18 633)	44 791	(151 356)
Resultados em operações financeiras	(38 494)	73 555	(554)	(4 061)	(622)	5 816	65 730	(126 136)	(24 766)
Outros resultados de exploração	516 837	(92 631)	(49)	(564)	(1 627)	3 298	4 331	(214 708)	214 887
Prémios, líquidos de resseguro	1 238 995	-	-	-	-	-	4 671	-	1 243 666
Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros	161 648	-	-	-	-	-	-	(18 249)	143 399
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(787 887)	11	-	-	-	-	(843)	-	(788 719)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	(119 085)	-	-	-	-	-	949	24 810	(93 326)
Produto da Atividade Bancária e Seguradora	**2 825 651**	**254 691**	**24 905**	**3 591**	**33 003**	**67 584**	**284 531**	**(462 193)**	**3 031 763**
Outros custos e proveitos									(3 520 187)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao acionista da CGD									**(488 425)**
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	18 387 012	3 063 722	318 620	1 977 309	437	2 564 047	982 358	(18 646 708)	8 646 797
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	31 683 530	2 728 761	19 312	59 885	222 898	58 959	553 919	(10 821 525)	24 505 739
Activos com acordo de recompra	777 954	-	-	-	-	-	-	-	777 954
Crédito a clientes (líquido)	65 610 445	9 483 607	-	697 915	84 646	1 353 106	2 115 659	(1 097 753)	78 247 625
Provisões técnicas de resseguro cedido	220 024	-	-	-	-	-	6 178	-	226 202
Ativo líquido total	130 082 323	15 598 752	339 036	2 739 429	326 837	4 329 432	4 361 623	(37 212 151)	120 565 281
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	22 454 093	8 130 631	64 638	2 097 836	54 065	142 427	154 162	(17 236 898)	15 860 954
Recursos de clientes e outros empréstimos	61 372 026	4 660 424	126 721	671 596	77 298	3 554 905	2 897 658	(2 773 137)	70 587 491
Responsabilidades por Produtos *Unit-Linked*	584 879	-	-	-	-	-	-	-	584 879
Responsabilidades representadas por títulos	16 778 497	1 139 486	-	23 359	-	-	26 668	(3 044 701)	14 923 309
Provisões técnicas de contratos de seguros	4 596 540	-	-	-	-	-	11 075	-	4 607 615

	31.12.2010								
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros	Total
Margem financeira	963 827	197 087	19 383	17 763	28 333	48 981	123 599	16 285	1 415 258
Rendimentos de instrumentos de capital	339 220	20 437	-	-	-	96	2 688	(164 964)	197 477
Rendimentos de serviços e comissões	585 164	62 877	848	3 299	9 209	32 385	50 579	(95 733)	648 628
Encargos com serviços e comissões	(136 772)	(17 850)	(13)	(195)	(307)	(15 754)	(19 374)	43 952	(146 313)
Resultados em operações financeiras	127 267	(3 436)	2 847	(3 690)	(10 804)	2 891	55 630	(46 317)	124 388
Outros resultados de exploração	461 602	(4 458)	(49)	(609)	(2 248)	2 154	2 757	(108 186)	350 963
Prémios, líquidos de resseguro	1 319 389	-	-	-	-	-	3 963	-	1 323 352
Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros	243 821	-	-	-	-	-	-	(37 054)	206 767
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(929 907)	-	-	-	-	-	(1 753)	-	(931 660)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	(131 116)	-	-	-	-	-	1 726	39 929	(89 461)
Produto da Atividade Bancária e Seguradora	**2 842 495**	**254 657**	**23 016**	**16 568**	**24 183**	**70 753**	**219 815**	**(352 088)**	**3 099 399**
Outros custos e proveitos									(2 844 526)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao acionista da CGD									**254 873**
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	19 082 084	7 354 761	727 116	1 042 288	14 897	3 252 985	903 328	(26 219 492)	6 157 967
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	37 136 072	2 959 816	486 446	82 345	223 632	54 106	398 733	(10 678 811)	30 662 339
Crédito a clientes (líquido)	67 644 936	10 231 498	1 102 207	631 317	75 723	1 161 906	1 795 125	(735 508)	81 907 204
Provisões técnicas de resseguro cedido	260 162	-	-	-	-	-	4 402	-	264 564
Ativo líquido total	136 286 808	20 958 925	2 321 970	1 757 534	321 923	4 779 221	3 591 675	(44 261 110)	125 756 946
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	24 273 690	11 059 639	1 195 718	1 745 779	38 952	1 052 891	226 805	(24 989 805)	14 603 669
Recursos de clientes e outros empréstimos	58 877 116	4 476 344	1 020 416	18 730	82 520	3 159 005	2 473 174	(2 427 260)	67 680 045
Responsabilidades por Produtos *Unit-Linked*	732 512	-	-	-	-	-	-	-	732 512
Responsabilidades representadas por títulos	19 727 908	2 471 308	27 455	22 620	-	-	-	(2 942 543)	19 306 748
Provisões técnicas de contratos de seguros	5 732 955	-	-	-	-	-	9 981	-	5 742 936

A coluna "Outros" inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação.

Nos exercícios de 2011 e 2010, a contribuição para os resultados do Grupo por área de negócio, de acordo com os critérios internos de gestão, apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2011					
	Atividade bancária em Portugal	Atividade internacional	Banca de investimento	Atividade seguradora e saúde	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	5 540 173	1 256 384	340 246	355 265	(2 123 873)	5 368 195
Juros e encargos similares	(4 560 436)	(805 173)	(307 382)	(255 710)	2 245 771	(3 682 929)
Rendimentos de instrumentos de capital	108 994	4 466	2 648	1 343	29 274	146 724
Margem Financeira Alargada	**1 088 731**	**455 676**	**35 513**	**100 898**	**151 172**	**1 831 990**
Rendimentos de serviços e comissões	442 680	169 998	64 855	4 481	(26 026)	655 988
Encargos com serviços e comissões	(97 002)	(50 634)	(13 571)	(6 390)	16 241	(151 356)
Resultados em operações financeiras	(51 433)	140 000	(26 522)	(3 703)	(83 109)	(24 766)
Outros Resultados De Exploração	56 586	(87 194)	(552)	143 848	102 199	214 887
Margem Complementar	**350 831**	**172 171**	**24 210**	**138 236**	**9 305**	**694 752**
Prémios, líquidos de resseguro	-	4 671	-	1 238 995	-	1 243 666
Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros	-	-	-	161 648	(18 249)	143 399
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	(832)	-	(787 887)	-	(788 719)
Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros	-	949	-	(119 085)	24 810	(93 326)
Margem técnica da atividade de seguros	**-**	**4 787**	**-**	**493 671**	**6 561**	**505 020**
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA	**1 439 562**	**632 635**	**59 723**	**732 805**	**167 038**	**3 031 762**
Outros custos e proveitos	(1 985 248)	(622 628)	(59 743)	(727 854)	(124 713)	(3 520 187)
Resultado líquido do exercício atribuível ao acionista da CGD	**(545 687)**	**10 007**	**(21)**	**4 951**	**42 325**	**(488 425)**

	31.12.2010					
	Atividade bancária em Portugal	Atividade internacional	Banca de investimento	Atividade seguradora e saúde	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	4 434 361	882 954	274 508	300 257	(1 503 992)	4 388 089
Juros e encargos similares	(3 645 150)	(467 200)	(240 161)	(212 590)	1 592 269	(2 972 831)
Rendimentos de instrumentos de capital	146 241	20 900	1 095	6 393	22 848	197 477
Margem Financeira Alargada	**935 452**	**436 654**	**35 442**	**94 060**	**111 126**	**1 612 735**
Rendimentos de serviços e comissões	456 932	158 348	73 469	2 707	(42 828)	648 628
Encargos com serviços e comissões	(81 381)	(53 480)	(18 998)	(6 117)	13 664	(146 313)
Resultados em operações financeiras	133 705	42 000	(8 439)	(7 998)	(34 881)	124 388
Outros Resultados De Exploração	221 470	(2 405)	1 607	113 972	16 320	350 963
Margem Complementar	**730 726**	**144 463**	**47 639**	**102 563**	**(47 726)**	**977 666**
Prémios, líquidos de resseguro	-	3 963	-	1 319 389	-	1 323 352
Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros	-	-	-	215 900	(9 134)	206 767
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	(1 753)	-	(929 907)	-	(931 660)
Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros	-	1 726	-	(131 116)	39 928	(89 461)
Margem técnica da atividade de seguros	**-**	**3 936**	**-**	**474 267**	**30 795**	**508 998**
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA	**1 666 178**	**585 054**	**83 080**	**670 890**	**94 195**	**3 099 398**
Outros custos e proveitos	(1 584 684)	(504 267)	(48 829)	(636 803)	(69 942)	(2 844 525)
Resultado líquido do exercício atribuível ao acionista da CGD	**81 494**	**80 787**	**34 252**	**34 087**	**24 254**	**254 873**

A coluna "Outros" inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação.

43. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Grupo, as empresas associadas, os órgãos de gestão das empresas do Grupo e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas
Ativos:						
Aplicações em instituições de crédito	-	434 249	-	-	1 145 852	-
Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação	6 895 167	1 899 039	65 665	4 747 008	3 207 007	3 315
Crédito a clientes	-	4 134 783	641 243	61 626	2 870 266	711 195
Imparidade para crédito a clientes	-	(18 097)	(57 388)	-	(34)	(60 922)
Outros ativos	274 652	521 280	2 986	23 278	463 455	33 805
Passivos:						
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 580 213	529 886	19 961	922	840 058	20 205
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	6 289	-
Outros passivos	16 275	769	61 080	2 950	1 405	5 712
Garantias prestadas	-	564 375	11 460	-	2 305	21 184
Proveitos:						
Juros e rendimentos similares	166 212	174 507	6 958	52 755	84 229	25 882
Ganhos em operações financeiras	58 057	122 134	819	83 994	22 270	8 954
Rendimentos de serviços e comissões	78	6 216	6	2 659	1 896	840
Outros proveitos de exploração	-	10 221	840	-	11 340	953
Custos:						
Juros e encargos similares	33 989	4 629	499	-	14 748	2 099
Perdas com operações financeiras	58 755	105 328	133	83 767	29 244	3 485
Encargos com serviços e comissões	-	33	1 323	-	10	917
Outros custos de exploração	-	238	1 312	3	398	4 455
Gastos Gerais Administrativos	-	-	-	-	16 964	-

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a coluna "Outras entidades do Estado Português" não inclui saldos com a Administração local.

No decorrer do exercício de 2011, a Caixa alienou à Direção-Geral do Tesouro títulos do Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, tendo em resultado desta transação reconhecido mais-valias, face ao valor líquido de imparidade, no montante de 28 024 mEuros. O valor das perdas de imparidade incorridas com esta participação no exercício de 2011 ascendeu a 32 621 mEuros (Nota 8.).

No decorrer do exercicio de 2010, a Caixa alienou o imóvel da sua sede social ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, conforme descrito em maior detalhe na Nota 16., registando uma mais-valia de 103 865 mEuros.

Conforme descrito em maior detalhe na Nota 8., no exercício de 2010, a Caixa alienou à Parpública uma participação detidas na EDP, tendo em resultado desta operação sido reconhecidas mais-valias líquidas no montante de 26 741 mEuros.

ÓRGÃOS DE GESTÃO

Em 2011, os custos suportados relativos a remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de gestão da Caixa e das empresas do Grupo (considerados para este efeito como os elementos relevantes do pessoal-chave da gerência conforme requisitos da IAS 24 nesta matéria) ascenderam a 20 234 mEuros (21 321 mEuros em 2010). O valor dos referidos encargos no exercício de 2011 apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2011	31.12.2010
Benefícios de curto prazo	19 831	20 876
Benefícios pós-emprego	163	351
Outros benefícios de longo prazo	240	94
	20 234	**21 321**

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor do crédito concedido a membros dos órgãos de gestão ascendia a 6978 mEuros e 1887 mEuros respetivamente.

44. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS INERENTES À ATIVIDADE DO GRUPO

A CGD adotou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado, e de liquidez incorridos em todo o Grupo e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco.

Risco de crédito

O controlo do risco de crédito implícito na carteira de clientes da CGD é realizado através do acompanhamento de um conjunto de indicadores, procedendo-se à sua desagregação por produto, segmento de cliente, prazos de vencimento, tipo de garantias, grau de exposição no sistema financeiro, setor de atividade e área geográfica, analisando-se, também, o valor das grandes exposições e o seu confronto com os limites máximos definidos pelas entidades de Supervisão.

No âmbito da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, a CGD apura mensalmente o valor das provisões por imparidade para cada subcarteira de crédito, mediante a desagregação da mesma em segmentos homogéneos de risco e utilização de probabilidades de *default* (PD) e de migração para *default* e recuperações após *default* (*loss given default* – LGD), calculadas anualmente com base em informação histórica.

É efetuado com regularidade o acompanhamento do risco das entidades, bem como o controlo dos limites atribuídos.

No que respeita a crédito concedido a empresas, para além do acompanhamento natural da carteira, na presença de uma proposta de crédito elaborada pela área comercial é efetuada por uma equipa de analistas de crédito especializados uma análise mais profunda aos clientes, numa perspetiva de Grupo Económico, com uma exposição superior a um milhão de euros.

A análise incide sobre o risco de crédito do cliente e também sobre as operações objeto da proposta, segregando funções com a área comercial a quem cabe apresentar a proposta com as condições das operações. A Direção de Gestão de Risco (DGR) da Caixa tem por competência propor as condições que entende serem necessárias para mitigar o risco, tornando a operação aceitável para o nível de risco definido para a carteira da CGD.

Esta análise tem por base a notação de risco atribuída pelas agências de *rating* e pelos modelos internos de avaliação e também a ponderação de fatores de ordem quantitativa e qualitativa, relativamente ao cliente e operação em análise. É igualmente tido em consideração o mercado e a economia em que se encontram inseridas as entidades, bem como a identificação de aspetos / condições que poderão mitigar o risco de crédito.

Risco de mercado

As regras de gestão do risco de mercado estabelecido pelo Grupo CGD para cada carteira ou unidade de negócio incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido, ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

A medida de risco de mercado utilizada é o *Value at Risk* (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, ações, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, sendo os níveis de confiança utilizados na simulação, dependentes do objetivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são utilizadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos ativos subjacentes (*basis point value*–bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comummente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). Desenvolvem-se, ainda, avaliações do impacto nos resultados, para cenários extremos de variação por fator de risco (*stress-testing*).

São efetuadas, diariamente, análises de *backtesting* teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de *backtesting* teórico e, mensalmente, com cálculo de *backtesting* real. O número de exceções obtidas, isto é, o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos ativos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, setor, *rating* e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por fator de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de ações em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo da rentabilidade com a avaliação do risco de crédito segundo as definições regulamentares em vigor e do risco de mercado segundo a abordagem de modelos internos.

Risco cambial

O controlo e a avaliação do risco cambial são efetuados a nível individual, diariamente, para a atividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, a nível consolidado para

todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Risco de liquidez e risco de taxa de juro

As políticas de gestão do risco de liquidez e taxa de juro no balanço da CGD são definidas pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos (Asset-Liability Committee, ALCO). A Área de Risco de Liquidez da DGR controla e monitoriza a gestão destes tipos de riscos.

O Comité de Gestão de Ativos e Passivos é o órgão delegado da Comissão Executiva responsável pelo processo de ALM, o qual reúne mensalmente tomando deliberações que envolvem áreas como o risco, o desempenho das carteiras e as políticas de financiamento e de capital. O ALCO permite, ainda, um espaço de divulgação rápida da informação de gestão transversal ao Grupo.

A gestão do risco de liquidez socorre-se da análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos considerados, os volumes de *cash inflows* e *cash outflows*, bem como os respetivos *gaps* de liquidez.

Os *gaps* de liquidez são calculados mensalmente e confrontados com o cumprimento de três rácios (dois de curto prazo e um de longo prazo), oportunamente fixados em ALCO. Para o efeito, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural, que, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente e assentes no comportamento dos depositantes, traduz a distribuição aproximada dos depósitos à ordem e a prazo pelos diferentes *buckets* considerados.

Assim, no caso dos depósitos à ordem, 83% do seu saldo (*core deposits)* é considerado no *bucket* superior a 10 anos, sendo o restante (*non-core deposits*) alocado nos *buckets* até 12 meses, segundo estudos de sazonalidade e de saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes *buckets* de acordo com um modelo que estima não só a sua vida média esperada, mas também a distribuição temporal esperada para as saídas desses depósitos.

No caso das aplicações em títulos, 85% do saldo total é considerado no *bucket* até 1 mês e os restantes 15% são repartidos de acordo com o peso dos saldos na estrutura de prazos residuais de maturidade inicial. As ações e outros títulos de rendimento variável que apresentem liquidez adequada são globalmente considerados no *bucket* até 1 mês.

Ao longo do ano, prosseguiu a política de captação de diferentes tipos de recursos cujos prazos se adequavam melhor aos *mismatchs* existentes entre os prazos de ativos e passivos e, simultaneamente, garantiam maior estabilidade dos recursos de clientes, quer através do lançamento de produtos estruturados de poupança, quer através da prática de taxas particularmente atrativas.

Foram também realizados testes de esforço de liquidez, segundo metodologia desenvolvida internamente, articulados com o plano de contingência existente visando a determinação das perspetivas de financiamento em cada momento, o reforço da capacidade de resistência da instituição a choques adversos e o estudo de alternativas em termos de financiamento.

Relativamente ao risco de taxa de juro, a metodologia adotada na sua mensuração socorre-se da agregação em intervalos fixos de tempo de todos os ativos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro, de acordo com as respetivas datas de revisão das mesmas (*repricing dates)*. Para esses intervalos, são depois calculados os respetivos *gaps* de taxa de juro.

A análise do comportamento do risco de taxa de juro envolve também o cálculo mensal da duração dos ativos e passivos sensíveis, bem como o respetivo *gap* de duração. Através deste, procura medir-se o nível de *mismatch* entre o tempo médio em que os *cash inflows* são gerados e os *cash outflows* são exigidos.

Para acompanhar o efeito desses *gaps* sobre a margem financeira, procede-se periodicamente à elaboração de cenários previsionais da evolução mensal do saldo dos ativos e passivos sensíveis, integrando nesses cenários comportamentos e tendências relevantes da atividade bancária, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas refletidas nas *yield curves.*

Por decisão do ALCO, foi em devido tempo aprovado um conjunto de *guidelines* sobre o risco de taxa de juro no balanço e na carteira bancária, incluindo a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objetivo dessas *guidelines* é o de assegurar que a CGD possui um modo de gerir o *trade-off* rentabilidade-risco, no que se refere à gestão do

balanço, e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

Os limites estabelecidos são de cálculo mensal, no que se refere ao *gap* acumulado a 12 meses e ao *gap* de duração, e são de cálculo trimestral, quer para o indicador *economic value at risk* (que traduz as variações no valor económico do capital do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro), quer para o indicador *earnings at risk* (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro e da evolução dos saldos de recursos e aplicações).

Semestralmente, para a atividade consolidada, é também enviado ao Banco de Portugal o mapa prudencial de risco de taxa de juro da carteira bancária, que engloba todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais não abrangidos pela carteira de negociação, de modo a possibilitar a monitorização e acompanhamento do risco de taxa de juro da carteira bancária, para o qual não existe nenhuma exigência regulamentar de fundos próprios.

A avaliação e a medição deste tipo de risco é feita apurando o impacto nos fundos próprios e na margem financeira de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de + 200 bp (conforme Instrução nº 19/05, do Banco de Portugal). Por decisão do ALCO, o cálculo desse impacto sobre os fundos próprios e sobre a margem financeira é efetuado com periodicidade trimestral, para efeitos de gestão interna, tendo sido, para o efeito, fixados limites internos.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à atividade do Grupo CGD.

RISCO DE CRÉDITO

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a exposição máxima a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31.12.2011	31.12.2010
Títulos de negociação		
Divida pública	483 747	581 735
Divida privada	114 197	225 178
	597 944	**806 913**
Outros ativos financeiros ao justo valor em contrapartida de resultados		
Divida pública	27 122	175 937
Divida privada	146 100	232 718
	173 222	**408 655**
Ativos disponíveis para venda		
Divida pública	5 857 476	6 928 440
Divida privada	8 783 027	14 222 794
	14 640 502	**21 151 235**
Investimentos a deter até à maturidade		
Divida pública	2 160 346	-
Divida privada	677 033	3
	2 837 379	**3**
Ativos com acordo de recompra		
Divida pública	527 127	875 087
Divida privada	250 827	541 810
	777 954	**1 416 896**
	19 027 001	**23 783 701**
Instrumentos financeiros derivados	2 084 059	2 000 967
Aplicações e empréstimos de instituições de crédito	4 956 118	3 424 242
Crédito a clientes	78 256 740	81 927 912
Outros devedores	3 229 887	2 347 153
Outras operações a regularizar	336 282	684 105
	88 863 087	**90 384 380**

	31.12.2011	31.12.2010
Outros compromissos		
Garantias pessoais / institucionais prestadas		
Garantias e avales	5 120 509	4 861 323
Cartas de crédito *stand-by*	123 534	110 804
Créditos documentários abertos	382 499	378 078
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	11 349	6 604
Contratos de depósitos a prazo a constituir	-	2 634
Linhas de crédito irrevogáveis	2 457 880	2 891 116
Outros compromissos irrevogáveis	840 000	1 664 250
Credit default swaps	400 943	800 970
	9 336 714	**10 715 780**
Exposição máxima	**117 226 802**	**124 883 861**

Qualidade de Crédito de Aplicações em instituições de crédito

O seguinte quadro apresenta a desagregação do valor de balanço de aplicações em instituições de crédito, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, considerando notação de risco determinada de acordo com o modelo interno de avaliação desenvolvido pela Caixa para instituições financeiras e por país de origem da contraparte:

	31.12.2011					
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Ásia	Outros	Total
AA- até AA+	-	78 235	-	84 411	76 923	239 569
A- até A+	-	42 315	41 991	58 777	-	143 083
Menor que A-	4 140 880	35 079	395	28 610	34 524	4 239 488
Sem *Rating*	3 908	411	-	-	98 908	103 227
Bancos Centrais e Supranacionais	-	-	-	203 104	27 648	230 752
	4 144 788	**156 040**	**42 385**	**374 902**	**238 003**	**4 956 118**

	31.12.2010					
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Ásia	Outros	Total
AA- até AA+	-	171 901	98 536	106 802	17 604	394 843
A- até A+	54 144	37 189	31 854	28 107	4 103	155 397
Menor que A-	2 268 225	90 339	95 970	133 814	141 061	2 729 409
Sem *Rating*	7 898	5 889	41 816	-	8 234	63 837
Bancos Centrais e Supranacionais	-	19 610	-	9 930	51 216	80 756
	2 330 267	**324 928**	**268 176**	**278 653**	**222 218**	**3 424 242**

No âmbito do Programa Basileia II – Projeto de Modelos de Scoring e Rating, foi desenvolvido internamente um modelo de notação de risco para o segmento de Instituições Financeiras. Este modelo permite obter estimativas de Probabilidade de *default* – PD (probabilidade de incumprimento) a um ano. Trata-se de um modelo estatístico que utiliza informação financeira, informação de enquadramento geográfico e tipo de atividade principal de cada Instituição financeira notada.

A escala de notação do modelo varia entre AAA (melhor notação de risco, à qual corresponde uma menor PD) e CCC (pior notação de risco, à qual corresponde uma maior PD).

Qualidade de crédito de títulos de dívida

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço de títulos de dívida em carteira líquido de imparidade (excluindo títulos vencidos), de acordo com notação de *rating* atribuída pela Standard & Poor's ou equivalente, por tipo de garante ou emitente e por região geográfica do garante ou emitente, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	31.12.2011				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
AAA	-	226 297	-	-	226 297
AA- até AA+	-	64	-	2 944	3 008
A- até A+	8 060	130 212	2 914	-	141 186
Menor que A-	317 476	27 932	-	19 102	364 510
Sem *Rating*	11 795	5 188	-	19 182	36 165
	337 331	**389 693**	**2 914**	**41 228**	**771 166**
Emitidos por:					
Corporates	81 968	8 553	-	979	91 500
Governos e outras autoridades locais	208 390	285 908	-	16 571	510 869
Instituições financeiras	38 035	39 701	2 914	5 761	86 411
Outros emitentes	8 938	55 531	-	17 917	82 386
	337 331	**389 693**	**2 914**	**41 228**	**771 166**
Ativos financeiros ao justo valor através de reservas de reavaliação					
AAA	-	900 159	59	57 400	957 618
AA- até AA+	-	1 026 379	132 667	167 331	1 326 377
A- até A+	256 939	2 757 776	243 721	277 678	3 536 114
Menor que A-	7 509 731	1 137 621	51 343	580 243	9 278 938
Sem *Rating*	269 493	2 078	-	47 838	319 409
	8 036 163	**5 824 013**	**427 790**	**1 130 490**	**15 418 456**
Emitidos por:					
Corporates	232 102	636 933	60 095	17 809	946 939
Governos e outras autoridades locais	5 100 442	655 769	59 686	610 865	6 426 762
Instituições financeiras	2 693 046	4 251 157	306 432	461 715	7 712 350
Outros emitentes	10 573	280 154	1 577	40 101	332 405
	8 036 163	**5 824 013**	**427 790**	**1 130 490**	**15 418 456**

	31.12.2010				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
AAA	1 251	570 356	-	-	571 607
AA- até AA+	101 636	89 810	726	-	192 172
A- até A+	358 581	147 811	17 822	5 926	530 140
Menor que A-	110 965	61 105	1 079	244 418	417 567
Sem *Rating*	15 820	4 894	5 263	2 023	28 000
	588 253	**873 976**	**24 890**	**252 367**	**1 739 486**
Emitidos por:					
Corporates	97 432	35 184	235	11 359	144 210
Governos e outras autoridades locais	338 602	660 299	-	195 303	1 194 204
Instituições financeiras	56 657	119 986	24 655	20 999	222 297
Outros emitentes	95 562	58 507	-	24 706	178 775
	588 253	**873 976**	**24 890**	**252 367**	**1 739 486**
Ativos financeiros ao justo valor através de reservas de reavaliação					
AAA	432 503	2 274 729	110 149	13 426	2 830 807
AA- até AA+	5 438 885	2 001 218	106 662	353 429	7 900 194
A- até A+	3 932 846	4 202 767	359 047	162 523	8 657 183
Menor que A-	322 378	1 391 590	46 918	544 939	2 305 825
Sem *Rating*	187 113	108 936	2 427	51 729	350 205
	10 313 725	**9 979 240**	**625 203**	**1 126 046**	**22 044 214**
Emitidos por:					
Corporates	446 936	1 050 564	77 250	43 506	1 618 256
Governos e outras autoridades locais	4 718 376	2 116 234	81 930	336 020	7 252 560
Instituições financeiras	5 066 319	6 499 057	464 406	716 069	12 745 851
Outros emitentes	82 094	313 385	1 617	30 451	427 547
	10 313 725	**9 979 240**	**625 203**	**1 126 046**	**22 044 214**

Exposição a dívida soberana de países periféricos da Zona Euro

Nos exercicios de 2011 e 2010, os mercados de crédito da dívida soberana da Zona Euro, com especial incidência em países da sua periferia caracterizados por relevantes desiquilíbrios orçamentais, têm vindo a ser afetados por uma crescente volatilidade. Esta situação, visível no alargamento continuado dos *spreads* de risco associados a estas emissões, culminou com a necessidade de intervenção do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia junto dos governos da Grécia e da Irlanda (ainda em 2010) e, já no decorrer de 2011, junto de Portugal.

As principais características destas emissões no âmbito do Grupo Caixa, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são seguidamente apresentadas:

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31.12.2011						Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	*Rating*
	Maturidades residuais									
	2012	2013	2014	Após 2014	Sem maturidade	Total				
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados										
Portugal	160 461	874	36 228	10 827	-	208 390	208 390	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	-	-	-	50	-	50	50	-	-	
Itália	-	-	-	37	-	37	37	-	-	
	160 461	**874**	**36 228**	**10 915**	**-**	**208 477**	**208 477**	**-**	**-**	
Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação										
Portugal	3 790 842	175 418	239 918	892 742	1 522	5 100 443	5 100 443	-	(574 333)	
Grécia	10 033	-	-	1 217	-	11 250	11 250	(14 629)	-	
Irlanda	-	100	24 139	14 667	-	38 907	38 907	-	(8 233)	
Espanha	24 050	65 067	19 766	23 728	-	132 610	132 610	-	(3 068)	
Itália	9 782	13 968	15 540	103 646	-	142 936	142 936	-	(18 319)	
	3 834 707	**254 553**	**299 363**	**1 036 000**	**1 522**	**5 426 145**	**5 426 145**	**(14 629)**	**(603 952)**	
Investimentos detidos até á maturidade										
Portugal	17 682	232 773	181 080	1 386 860	-	1 818 396	1 476 727	-	(269 410)	
Grécia	18 331	19 758	18 570	47 788	-	104 448	56 785	(120 035)	-	
Irlanda	-	489	-	-	-	489	500	-	(33)	
Espanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Itália	73 359	-	22 041	21 578	-	116 978	152 351	-	1 466	
	109 372	**253 020**	**221 692**	**1 456 227**	**-**	**2 040 312**	**1 686 362**	**(120 035)**	**(267 977)**	
Total										
Portugal	3 968 985	409 065	457 227	2 290 429	1 522	7 127 228	6 785 559	-	(843 743)	BB+
Grécia	28 365	19 758	18 570	49 005	-	115 698	68 035	(134 663)	-	CCC
Irlanda	-	589	24 139	14 667	-	39 396	39 406	-	(8 265)	BBB+
Espanha	24 050	65 067	19 766	23 779	-	132 661	132 661	-	(3 068)	AA-
Itália	83 141	13 968	37 581	125 261	-	259 951	295 324	-	(16 853)	A+
	4 104 541	**508 447**	**557 283**	**2 503 142**	**1 522**	**7 674 934**	**7 320 985**	**(134 663)**	**(871 929)**	

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31.12.2010							Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor
	Maturidades residuais									
	2011	2012	2013	2014	Após 2014	Sem maturidade	Total			
Activos valorizados ao justo valor através de resultados										
Portugal	218 321	35 869	29 216	103 341	47 309	-	434 056	434 056	-	-
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espanha	-	-	-	-	25	-	25	25	-	-
Itália	-	-	-	-	26	-	26	26	-	-
	218 321	**35 869**	**29 216**	**103 341**	**47 360**	**-**	**434 108**	**434 108**	**-**	**-**
Activos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação										
Portugal	2 004 617	112 929	349 233	491 887	1 839 254	2 551	4 800 470	4 800 470	-	(203 135)
Grécia	73 669	52 506	31 821	30 120	71 450	-	259 566	259 566	-	(72 354)
Irlanda	-	-	603	23 739	16 043	-	40 386	40 386	-	(7 477)
Espanha	139 023	68 645	97 469	20 873	25 915	-	351 926	351 926	-	(7 869)
Itália	205 713	104 012	139 530	69 861	131 870	-	650 986	650 986	-	(2 366)
	2 423 021	**338 092**	**618 656**	**636 481**	**2 084 533**	**2 551**	**6 103 334**	**6 103 334**	**-**	**(293 201)**
Investimentos detidos até á maturidade										
Portugal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total										
Portugal	2 222 937	148 798	378 449	595 229	1 886 563	2 551	5 234 527	5 234 527	-	(203 135)
Grécia	73 669	52 506	31 821	30 120	71 450	-	259 566	259 566	-	(72 354)
Irlanda	-	-	603	23 739	16 043	-	40 386	40 386	-	(7 477)
Espanha	139 023	68 645	97 469	20 873	25 940	-	351 951	351 951	-	(7 869)
Itália	205 713	104 012	139 530	69 861	131 897	-	651 012	651 012	-	(2 366)
	2 641 342	**373 960**	**647 872**	**739 822**	**2 131 893**	**2 551**	**6 537 441**	**6 537 441**	**-**	**(293 201)**

O ano de 2011 foi caracterizado pela diminuição da liquidez observada nestes mercados, com especial incidência nos instrumentos de dívida dos países intervencionados. Esta situação foi especialmente relevante no caso da República da Grécia, refletindo os efeitos das diversas fases do processo de reestruturação e reequilíbrio orçamental ainda em curso.

O segundo plano de resgate, negociado entre a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a República da Grécia em julho de 2011, e posteriormente retificado em outubro de 2011 (o qual previa um apoio global de 130 mil milhões de euros), contou igualmente com o envolvimento do Institute of International Finance, Inc (IIF), em representação das instituições financeiras suas associadas (o qual a CGD não integra). Este plano previa um perdão voluntário de dívida de 50%.

As eminentes dificuldades em assegurar o financiamento do seu défice público por parte da República da Grécia, assim como as incertezas decorrentes do processo de resgate e respetivos impactos nos credores, cenário este reforçado pelos sucessivos *downgrades* a que foram sujeitas as suas emissões de dívida pelas principais agências de notação, determinaram por parte do Grupo a decisão de se proceder ao reconhecimento de imparidade na exposição detida junto deste soberano.

Em consequência desta deliberação, o saldo acumulado das reservas de reavaliação negativas associado a emissões classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 14 629 mEuros, foi reclassificado para resultados do exercício. No que respeita à exposição detida pelas Seguradoras do Grupo, classificadas como Investimentos detidos até à maturidade, foi consi-

derado como referencial para reconhecimento de imparidade uma perda estimada correspondente a 50% do respetivo valor nominal da emissão, tendo o diferencial apurado entre este valor (ou o seu valor de balanço quando este era inferior ao referido referencial) e o respetivo custo de aquisição ajustado, no montante agregado de 120 035 mEuros, sido reconhecido em resultados do exercício.

No início de março de 2012, em resultado das negociações realizadas no âmbito do programa de assistência à República da Grécia, o Grupo foi notificado das condições inerentes ao envolvimento do setor privado neste processo (*Private Setor Involvement* – PSI), tendo por objetivo a redução da dívida pública deste soberano para 120,5% do PIB em 2020. Os termos do envolvimento do PSI previam diversas opções de troca das posições detidas por um conjunto de obrigações com diferentes maturidades, rendibilidades e valor nominal (face ao valor inicial da emissão original em causa), tendo o Grupo decidido pela adesão ao programa de troca.

De referir que os resultados não realizados de instrumentos de dívida soberana dos países periféricos da Zona Euro apresentados na coluna "Reservas de justo valor" não incluem as menos valias não registadas por contrapartida de capital próprio de títulos da carteira da Caixa Seguros e Saúde, reclassificados no exercício de 2011 da classe de ativos financeiros disponíveis para venda para a classe de Investimentos a deter até à maturidade, observadas após a data da referida transferência (Nota 12.), as quais totalizam 411 125 mEuros.

Critérios de Valorização

As emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euros considerados no quadro acima, foram mensurados considerando preços observáveis de mercado, quando aplicável, ou na ausência de mercado ativo, com base em preços fornecidos por contrapartes externas. Em 31 de dezembro de 2011, estas carteiras encontram-se, assim, segmentadas nos níveis 1 e 2 da hierarquia de justo valor, sendo os elementos distintivos destas categorias, assim como os principais pressupostos utilizados apresentados em maior detalhe no ponto "Justo valor".

Exposições afetadas pelo período de turbulência

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados do Grupo incluem títulos de tipologias que foram especialmente afetadas pelo período de turbulência financeira, com a seguinte composição:

				31.12.2011			31.12.2010		
Tipo	*Rating* emissão	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor
Ativos financeiros disponíveis para venda									
Commercial mortgage-backed securities									
	AAA	Senior	União Europeia	-	-	-	2 726	-	(186)
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	-	-	-	827	-	(89)
	A- até A+	Senior	União Europeia	17 372	-	(2 091)	27 996	-	(3 839)
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	-	-	-	3 256	-	(1 331)
	C	Senior	União Europeia	2 697	-	(448)	3 045	-	(521)
				20 069	**-**	**(2 538)**	**37 850**	**-**	**(5 965)**
Residential mortgage-backed securities									
	AAA	Senior	União Europeia	21 099	-	1 538	23 617	-	1 383
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	12 761	-	212	16 001	-	342
		Mezzanine	União Europeia	200	-	(1)	196	-	(6)
	A- até A+	Senior	União Europeia	19 221	-	(6 786)	26 363	-	(2 671)
		Mezzanine	União Europeia	60	-	(142)	6 896	-	(3 928)
	Menor que A-	Senior	União Europeia	19 135	-	(11 815)	28 833	-	(5 489)
		Mezzanine	União Europeia	3 172	-	(8 856)	18 014	-	(17 787)
	CCC	Mezzanine	América do Norte	199	(9 503)	41	415	(9 202)	262
				75 849	**(9 503)**	**(25 810)**	**120 336**	**(9 202)**	**(27 894)**
Asset-backed securities									
	AAA	Senior	União Europeia	-	-	-	41	-	-
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	-	-	-	1 413	-	(162)
				-	**-**	**-**	**1 454**	**-**	**(162)**
Collateralized Loan obligations									
	AAA	Senior	União Europeia	6 642	-	(678)	6 565	-	(739)
			Outros	36 702	-	(1 017)	34 555	-	(1 841)
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	87	-	(10)	86	-	(11)
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	202	-	(101)	5 160	-	(1 029)
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	7 064	-	(7 682)	53 952	-	2 488
	CCC	Mezzanine	União Europeia	434	-	(385)	847	-	44
				51 131	**-**	**(9 872)**	**101 165**	**-**	**(1 087)**
Collateralized Debt obligations									
	Menor que A-	Outros	União Europeia	-	-	-	680	-	(6 109)
				-	**-**	**-**	**680**	**-**	**(6 109)**
Outros instrumentos financeiros									
	Sem rating	Senior	União Europeia	6 703	(26 886)	-	8 922	(33 376)	-
		Outros	União Europeia	-	-	-	12 815	-	(7 115)
	n.a.	Fundos	União Europeia	-	-	-	90 681	(10 537)	(3 270)
				6 703	**(26 886)**	**-**	**112 417**	**(43 913)**	**(10 385)**
				153 752	**(36 389)**	**(38 221)**	**373 903**	**(53 115)**	**(51 603)**
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados									
Residential mortgage-backed securities									
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	-	-	-	1 167	-	-
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	-	-	-	1 560	-	-
				-	**-**	**-**	**2 727**	**-**	**-**
Asset-backed securities									
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	-	-	-	412	-	-
		Mezzanine	União Europeia	-	-	-	925	-	-
				-	**-**	**-**	**1 338**	**-**	**-**
Outros instrumentos financeiros									
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	-	-	-	9	-	-
	A- até A+	Senior	União Europeia	39 258	-	-	47 058	-	-
				39 258	**-**	**-**	**47 067**	**-**	**-**
				39 258	**-**	**-**	**51 131**	**-**	**-**
				193 010	**(36 389)**	**(38 221)**	**425 034**	**(53 115)**	**(51 603)**

O movimento ocorrido nestes títulos, nos exercícios de 2011 e 2010, foi o seguinte:

				2011							
							Impacto em Resultados do Período				
Tipo	*Rating* emissão [a]	Nível de Senioridade da *tranche* detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2010	Amortizações de capital	Aquisições	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Imparidade	Variação da reserva de justo valor	Entradas/ (saídas) de entidades no perímetro	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2011
Ativos financeiros disponíveis para venda											
Commercial mortgage-backed securities											
	AAA	Senior	União Europeia	2 726	(645)	-	9	-	186	(2 276)	-
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	827	-	-	-	-	89	(916)	-
	A- até A+	Senior	União Europeia	27 996	(12 399)	-	28	-	1 748	-	17 372
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	3 256	(3 800)	-	(787)	-	1 331	-	-
	C	Senior	União Europeia	3 045	(370)	-	(51)	-	73	-	2 697
Residential mortgage-backed securities											
	AAA	Senior	União Europeia	23 617	(2 252)	-	(139)	-	155	(283)	21 099
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	16 001	(3 036)	-	(75)	-	(130)	-	12 761
		Mezzanine	União Europeia	196	-	-	(0)	-	4	-	200
	A- até A+	Senior	União Europeia	26 363	(3 070)	-	43	-	(4 115)	-	19 221
		Mezzanine	União Europeia	6 896	(5 782)	-	(1 839)	-	3 786	(3 001)	60
	Menor que A-	Senior	União Europeia	28 833	(3 430)	-	58	-	(6 326)	-	19 135
		Mezzanine	União Europeia	18 014	(6 159)	-	(2 669)	-	8 930	(14 944)	3 172
	CCC	Mezzanine	América do Norte	415	-	-	5	-	(221)	-	199
Asset-backed securities											
	AAA	Senior	União Europeia	41	-	-	-	-	-	(41)	-
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	1 413	-	-	-	-	162	(1 576)	-
Collateralized Loan obligations											
	AAA	Senior	União Europeia	6 565	-	-	16	-	61	-	6 642
			Outros	34 555	-	-	1 324	-	824	-	36 702
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	86	-	-	-	-	1	-	87
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	5 160	(5 736)	-	(150)	-	928	-	202
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	53 952	(34 738)	-	(1 980)	-	(10 170)	-	7 064
	CCC	Mezzanine	União Europeia	847	-	-	16	-	(429)	-	434
Collateralized Debt obligations	Menor que A-	Outros	União Europeia	680	-	-	-	-	6 109	(6 790)	-
Outros instrumentos financeiros											
	Sem rating	Senior	União Europeia	8 922	-	-	(699)	(1 400)	-	(120)	6 703
		Outros	União Europeia	12 815	(19 456)	-	(475)	-	7 115	-	-
	n.a.	Fundos	União Europeia	90 681	(93 798)	-	(152)	-	3 270	-	-
				373 903	**(194 669)**	**-**	**(7 519)**	**(1 400)**	**13 381**	**(29 945)**	**153 751**
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados											
Residential mortgage-backed securities											
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	1 167	-	-	-	-	-	(1 167)	-
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	1 560	-	-	-	-	-	(1 560)	-
Asset-backed securities											
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	412	-	-	-	-	-	(412)	-
		Mezzanine	União Europeia	925	-	-	-	-	-	(925)	-
Outros instrumentos financeiros											
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	9	-	-	-	-	-	(9)	-
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	47 058	(6 411)	-	(1 389)	-	-	-	39 258
				51 131	**(6 411)**	**-**	**(1 389)**	**-**	**-**	**(4 074)**	**39 258**
				425 034	**(201 080)**	**-**	**(8 908)**	**(1 400)**	**13 381**	**(34 019)**	**193 010**

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de *rating* disponíveis em 31.12.2011.

				2010								
							Impacto em Resultados do Período					
Tipo	*Rating* emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2009	Amortizações de capital	Aquisições	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Imparidade	Variação da reserva de justo valor	Entradas de entidades no perímetro	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2010
Ativos financeiros disponíveis para venda											
Commercial mortgage-backed securities											
	AAA	Senior	União Europeia	15 427	(2 610)	-	(654)	-	2 287	-	14 451
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	20 543	(7 787)	-	315	-	4 026	-	17 098
	Menor que A-	Senior	União Europeia	3 451	(563)	-	(39)	-	197	-	3 045
		Mezzanine	União Europeia	18 590	(18 209)	-	1 708	-	1 167	-	3 256
Residential mortgage-backed securities											
	AAA	Senior	União Europeia	140 307	(47 129)	-	1 314	-	235	-	94 726
		Senior	América do Norte	3 280	(3 550)	-	269	-	1	-	-
			Outros	2 964	(3 494)	-	614	-	(84)	-	-
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	107	(10)	-	(0)	-	(8)	-	89
		Mezzanine	União Europeia	33 517	(35 989)	-	117	-	2 552	-	196
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	15 681	(12 411)	-	(61)	-	3 687	-	6 896
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	34 247	(25 129)	-	107	-	8 789	-	18 014
	CCC	Mezzanine	América do Norte	151	-	-	12	(9)	262	-	415
Asset-backed securities											
	AAA	Senior	União Europeia	2 733	(2 704)	-	4	-	9	-	42
	AA- até AA+	Senior	América do Norte	3 475	(3 749)	-	276	-	(3)	-	-
		Mezzanine	União Europeia	1 568	(288)	-	-	-	133	-	1 413
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	285	(400)	-	(13)	-	128	-	-
Collateralized Loan obligations											
	AAA	Senior	União Europeia	21 126	(16 214)	-	302	-	1 351	-	6 565
			Outros	11 684	-	-	1 100	-	642	-	13 426
	AA- até AA+	Senior	Outros	18 556	-	-	1 637	-	935	-	21 128
			União Europeia	5 318	(5 919)	-	(12)	-	700	-	86
		Mezzanine	União Europeia	3 611	(6 000)	-	(11)	-	2 400	-	-
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	11 434	(17 039)	-	2 824	-	7 955	-	5 175
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	40 906	(18 797)	-	730	-	25 709	-	48 548
	CCC	Mezzanine	União Europeia	2 333	-	-	138	-	3 766	-	6 236
Collateralized Debt obligations											
	Menor que A-	Outros	União Europeia	2 676	-	-	1	-	(1 996)	-	680
	C	Outros	América do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-
	CCC	Outros	América do Norte	198	-	-	(198)	-	-	-	-
Outros instrumentos financeiros											
	A- até A+	Outros	União Europeia	9 320	-	-	239	-	3 256	-	12 815
	Sem rating	Senior	União Europeia	11 820	-	-	0	(2 850)	-	-	8 922
		Mezzanine	América do Norte	1 045	(2 541)	-	1 496	-	-	-	-
	n.a	Fundos	União Europeia	79 583	(6 358)	6 358	2 810	-	8 289	-	90 681
				515 936	**(236 891)**	**6 358**	**15 026**	**(2 859)**	**76 382**	**-**	**373 903**
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados											
Residential mortgage-backed securities											
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	-	-	-	-	-	-	1 167	1 167
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	-	-	-	-	-	-	1 560	1 560
Asset-backed securities											
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	-	-	-	-	-	-	412	412
		Mezzanine	União Europeia	-	-	-	-	-	-	925	925
Outros instrumentos financeiros	AA- até AA+	Senior	União Europeia	42 893	(5 842)	-	10 007	-	-	9	47 067
				42 893	**(5 842)**	**-**	**10 007**	**-**	**-**	**4 074**	**51 131**
				558 829	**(242 733)**	**6 358**	**25 034**	**(2 859)**	**76 382**	**4 074**	**425 034**

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de *rating* disponíveis em 31.12.2010.

Os "Ganhos / (perdas) refletidos por contrapartida de resultados" incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

No exercício de 2010, as alterações verificadas no perímetro referem-se à integração do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Caixagest Renda Mensal.

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes apresentava a seguinte decomposição:

	31.12.2011						
	Créditos com análise coletiva			Créditos com análise de imparidade específica	Outros saldos	Total	Justo valor das garantias de operações em default ou com imparidade individual
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *Default*				
Crédito a empresas							
Análise Coletiva							
Vincendo	7 005 538	625 686	348 203	-	1 310 439	9 289 866	
Vencido	16 900	47 621	790 060	-	70 630	925 211	
Análise Individual							
Vincendo	23 613 388	465 263	196 751	4 877 343	749 126	29 901 870	
Vencido	58 967	12 813	84 538	1 027 879	20 208	1 204 406	
	30 694 794	**1 151 383**	**1 419 552**	**5 905 222**	**2 150 403**	**41 321 354**	**3 704 948**
Crédito à habitação							
Vincendo	33 624 755	919 170	1 252 001	5 122	870 331	36 671 381	
Vencido	4 210	6 803	924 153	425	12 281	947 872	
	33 628 965	**925 973**	**2 176 155**	**5 548**	**882 612**	**37 619 253**	**2 528 118**
Crédito ao consumo							
Vincendo	1 313 169	84 614	37 224	-	164 383	1 599 390	
Vencido	562	4 843	71 222	-	4 675	81 303	
	1 313 732	**89 457**	**108 446**	**-**	**169 058**	**1 680 693**	**39 441**
Outros créditos							
Vincendo	368 795	19 364	12 549	173	128 774	529 655	
Vencido	2 274	3 507	47 404	38	10 209	63 432	
	371 069	**22 871**	**59 954**	**211**	**138 983**	**593 087**	**7 238**
Total crédito vincendo	65 925 645	2 114 097	1 846 729	4 882 638	3 223 053	77 992 162	
Total crédito vencido	82 914	75 588	1 917 378	1 028 342	118 003	3 222 225	
Total de crédito	**66 008 560**	**2 189 685**	**3 764 107**	**5 910 980**	**3 341 056**	**81 214 387**	

	31.12.2010						
	Créditos com análise coletiva			Créditos com análise de imparidade específica	Outros saldos	Total	Justo valor das garantias de operações em default ou com imparidade individual
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *Default*				
Crédito a empresas							
Análise Coletiva							
Vincendo	8 395 007	434 316	214 206	-	881 229	9 924 758	
Vencido	13 412	72 538	702 322	-	23 584	811 856	
Análise Individual							
Vincendo	26 853 870	304 594	117 965	4 239 210	582 105	32 097 743	
Vencido	23 170	5 241	72 084	533 852	6 825	641 173	
	35 285 459	**816 688**	**1 106 578**	**4 773 062**	**1 493 743**	**43 475 529**	**2 930 348**
Crédito à habitação							
Vincendo	35 019 816	1 035 100	1 041 734	2 860	368 735	37 468 246	
Vencido	3 259	4 706	874 765	166	14 463	897 360	
	35 023 076	**1 039 806**	**1 916 499**	**3 027**	**383 199**	**38 365 606**	**2 189 686**
Crédito ao consumo							
Vincendo	1 667 600	106 893	36 380	34	102 162	1 913 068	
Vencido	166	4 412	63 027	10	3 910	71 525	
	1 667 766	**111 305**	**99 407**	**44**	**106 072**	**1 984 593**	**80 524**
Outros créditos							
Vincendo	173 511	9 708	10 895	317	133 195	327 626	
Vencido	2 658	3 848	41 630	115	7 649	55 900	
	176 168	**13 556**	**52 525**	**432**	**140 843**	**383 525**	**7 215**
Total crédito vincendo	72 109 803	1 890 610	1 421 180	4 242 421	2 067 426	81 731 440	
Total crédito vencido	42 665	90 745	1 753 829	534 144	56 431	2 477 814	
Total de crédito	**72 152 468**	**1 981 355**	**3 175 009**	**4 776 565**	**2 123 857**	**84 209 254**	

Na preparação dos quadros apresentados acima, foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento" – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- "Créditos com incumprimento" – créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias. Adicionalmente, foram incluídos neste segmento os saldos de operações de "Crédito à habitação" com vencido até 30 dias caso estas já tivessem apresentado prestações vencidas por um período superior a 90 dias em data anterior (*default*);
- "Créditos em *default*" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Grupo foi reclassificada para esta categoria.

Na coluna "Outros Saldos", foram considerados os seguintes valores:

- Valor de balanço bruto de créditos concedidos por entidades do grupo que não foram incluídas na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido centralmente pelo Grupo;
- Valor de balanço bruto de crédito ao consumo a empregados da CGD (Sede).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os créditos com saldos vencidos mas sem imparidade atribuída no âmbito da análise individual, os quais se encontram incluídos no quadro acima nas colunas "Créditos com imparidade individual – Análise coletiva", apresentam a seguinte composição:

31.12.2011				
Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total	Imparidade atribuída no âmbito da análise coletiva	Justo valor das garantias
403 717	54 862	458 580	(19 376)	603 855

31.12.2010				
Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total	Imparidade atribuída no âmbito da análise coletiva	Justo valor das garantias
228 181	9 239	237 420	(6 490)	128 786

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o valor de balanço, líquido de imparidade de:

- Crédito concedido a clientes relativamente aos quais tenha sido solicitada a intervenção dos órgãos de estrutura da Caixa responsáveis pela recuperação de créditos em incumprimento e cuja maturidade inicialmente contratada tenha sido prorrogada por um período superior a seis meses no decorrer do exercício de 2011 (crédito concedido a clientes que tenham apresentado prestações vencidas por um período superior a 90 dias no exercício de 2010); ou,
- Crédito concedido a empresas com valor de balanço superior a 100 mEuros, identificadas pelas respetivas Direções Comerciais responsáveis pelo acompanhamento destas operações como tendo sido objeto de renegociação nestes períodos; ascende a 1 093 187 mEuros e 889 754 mEuros, respetivamente.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez corresponde ao risco de o Grupo ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na incapacidade do Grupo alienar um ativo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresentam-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	31.12.2011									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	De 1 mês a a 3 meses	De 3 meses a a 6 meses	De 6 meses a a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeter-minado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2 704 820	-	-	-	-	-	-	-	-	2 704 820
Disponibilidades em outras instituições de crédito	814 899	-	-	-	-	-	-	-	167 391	982 290
Aplicações em instituições de crédito	2 515 176	842 368	1 438 536	74 620	24 939	7 909	908	3 537	86 564	4 994 557
Carteira de títulos										
Negociação	112 297	7 438	73 091	11 510	191 839	83 699	220 107	1 749	2 031 937	2 733 666
Outros	1 139 577	3 159 072	2 763 229	2 216 919	4 904 470	2 441 592	1 439 562	986 994	910 087	19 961 502
Investimentos associados a produtos *Unit-linked*	-	-	-	-	-	-	-	-	642 467	642 467
Crédito a clientes (saldos brutos)	4 497 813	5 263 568	6 137 821	5 913 561	15 830 559	12 992 490	19 742 769	24 421 092	18 834	94 818 507
Investimentos a deter até à maturidade	155 143	101 548	103 269	123 701	1 104 950	1 535 206	478 934	70 460	(176 370)	3 496 842
Ativos com acordo de recompra	204	128 613	155 765	49 414	181 511	21 145	289 260	32 784	(20 975)	837 720
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	108 129	108 129
	11 939 930	**9 502 607**	**10 671 710**	**8 389 724**	**22 238 268**	**17 082 041**	**22 171 541**	**25 516 615**	**3 768 063**	**131 280 500**
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(6 866 541)	(3 280 045)	(357 573)	(1 245 592)	(579 108)	(3 096 746)	(789 863)	(1 455)	(7 692)	(16 224 616)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(26 413 464)	(9 532 864)	(11 385 796)	(6 661 232)	(12 284 403)	(4 774 833)	(1 399 891)	(2 899 451)	(27 289)	(75 379 224)
Responsabilidades associadas a produtos *Unit-linked*	-	-	-	-	-	-	-	-	(642 467)	(642 467)
Responsabilidades representadas por títulos	(1 079 246)	(849 506)	(2 606 963)	(404 389)	(5 519 927)	(3 498 330)	(1 759 780)	(501 914)	(169 179)	(16 389 235)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(2 056)	(1 630)	(85)	(2 534)	(549)	(1 879)	-	(1 677)	(1 908 078)	(1 918 488)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(93 072)	(93 072)
Outros passivos subordinados	(112 065)	(17 147)	(19 622)	(984 780)	(965 064)	(38 269)	(34 242)	(142 475)	3 726	(2 309 937)
Recursos consignados	(3)	(4 575)	(4 623)	(211 549)	(129 891)	(27 487)	(131 925)	(830 923)	(3 103)	(1 344 079)
	(34 473 375)	**(13 685 767)**	**(14 374 662)**	**(9 510 076)**	**(19 478 942)**	**(11 437 544)**	**(4 115 700)**	**(4 377 895)**	**(2 847 155)**	**(114 301 117)**
Instrumentos Financeiros Derivados	1 024	(11 886)	8 278	49 566	21 232	(11 015)	(23 826)	(52 406)	-	(19 034)
Diferencial	**(22 532 422)**	**(4 195 046)**	**(3 694 675)**	**(1 070 786)**	**2 780 557**	**5 633 482**	**18 032 014**	**21 086 315**	**920 909**	**16 960 349**

	31.12.2010									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	De 1 mês a a 3 meses	De 3 meses a a 6 meses	De 6 meses a a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeter-minado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 468 701	-	-	-	-	-	-	-	-	1 468 701
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 259 142	-	2 570	-	-	-	-	-	6	1 261 718
Aplicações em instituições de crédito	1 611 228	623 747	306 062	420 062	485 984	11 021	15 854	9 282	(3 364)	3 479 877
Carteira de títulos										
Negociação	16 042	25 728	146 762	13 569	130 862	359 450	121 754	12 493	2 201 932	3 028 592
Outros	1 269 081	1 063 908	744 816	2 787 724	6 133 324	4 869 705	3 742 591	3 352 633	4 007 045	27 970 826
Investimentos associados a produtos *Unit-linked*	-	-	-	-	-	-	-	-	732 512	732 512
Crédito a clientes (saldos brutos)	4 822 817	5 157 964	7 640 411	6 527 968	18 159 739	13 208 898	21 126 081	24 404 462	(268 976)	100 779 363
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Ativos com acordo de recompra	248	252 098	3 294	27 215	294 485	54 101	872 165	66 028	98 536	1 668 170
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	114 867	114 867
	10 447 258	**7 123 445**	**8 843 914**	**9 776 538**	**25 204 395**	**18 503 175**	**25 878 445**	**27 844 898**	**6 882 561**	**140 504 629**
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(8 088 784)	(6 648 062)	(120 148)	(55 338)	(1 046)	(58)	-	(1 617)	271 893	(14 643 160)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(30 084 468)	(8 389 927)	(7 829 640)	(5 406 504)	(9 102 797)	(6 199 496)	(2 754 769)	(1 786 465)	(55 185)	(71 609 251)
Responsabilidades associadas a produtos *Unit-linked*	-	-	-	-	-	-	-	-	(732 512)	(732 512)
Responsabilidades representadas por títulos	(472 897)	(1 410 522)	(372 670)	(3 102 499)	(7 175 459)	(5 140 453)	(3 183 528)	(687 197)	19 718	(21 525 507)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(3 173)	(890)	-	-	(336)	-	-	-	(1 707 719)	(1 712 117)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(166 048)	(166 048)
Outros passivos subordinados	(12 827)	(16 035)	(11 451)	(390 379)	(1 555 159)	(159 164)	(890 853)	(286 596)	37 550	(3 284 913)
Recursos consignados	(1 136)	(28 998)	(28 295)	(59 638)	(660 709)	(518 174)	(365 931)	(216 262)	(1 804)	(1 880 945)
	(38 663 284)	**(16 494 433)**	**(8 362 205)**	**(9 014 358)**	**(18 495 504)**	**(12 017 344)**	**(7 195 082)**	**(2 978 137)**	**(2 334 106)**	**(115 554 453)**
Instrumentos Financeiros Derivados	5 858	45 829	31 305	66 400	162 442	8 869	15 054	5 559	-	341 316
Diferencial	**(28 210 169)**	**(9 325 159)**	**513 014**	**828 580**	**6 871 333**	**6 494 700**	**18 698 417**	**24 872 321**	**4 548 455**	**25 291 492**

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projetados, relativos a capital e juros, pelo que não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

No caso do Crédito à Habitação, a distribuição dos fluxos de capital teve em consideração as expectativas relativamente a taxas de reembolso antecipado, determinadas em função de uma análise ao comportamento histórico das operações.

Com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, os quadros seguintes apresentam informação relativa ao risco de liquidez estrutural do Grupo, que diferem dos anteriores na utilização dos seguintes pressupostos:

- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede) – foram determinados prazos esperados de permanência (que não os contratuais), em função dos quais se procedeu à respetiva reafetação dos saldos por *bucket*;
- Depósitos à ordem de clientes – reafetação do saldo de *core deposits* (montante estável de depósitos à ordem, apurado com base num histórico de observações alargado) de "Até 1 mês" para "Mais de 10 anos";
- Carteira de Títulos – reafetação dos títulos de dívida e ações considerados com elevada liquidez para a maturidade "Até 1 mês", com exceção dos títulos onerados que foram reafetados à coluna "Indeterminado".

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projetados nem juros corridos.

	31.12.2011									
	Maturidade remanescente									
	Até 1 mês	De 1 mês a a 3 meses	De 3 meses a a 6 meses	De 6 meses a a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeter-minado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2 703 874	-	-	-	-	-	-	-	-	2 703 874
Disponibilidades em outras instituições de crédito	815 579	-	-	-	-	-	-	-	166 696	982 276
Aplicações em instituições de crédito	2 505 088	774 336	1 472 124	73 559	24 474	7 730	469	2 841	86 564	4 947 186
Carteira de títulos										
Negociação	586 521	1 164	10 780	272	25 916	10 343	31 053	274	1 986 085	2 652 407
Outros (líquido de imparidade)	4 080 011	495 700	425 268	332 347	689 136	342 581	190 163	133 051	11 628 238	18 316 495
Investimentos associados a produtos *Unit-linked*	-	-	-	-	-	-	-	-	584 879	584 879
Crédito a clientes (saldos brutos)	4 310 840	4 717 217	5 274 772	4 843 259	12 630 456	10 486 904	15 743 971	19 966 180	18 564	77 992 162
Ativos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-	-	777 954	777 954
Investimentos a deter até à maturidade	148 544	68 054	76 604	66 325	896 130	1 408 744	426 786	42 598	(176 370)	2 957 414
	15 150 458	**6 056 471**	**7 259 548**	**5 315 762**	**14 266 111**	**12 256 301**	**16 392 442**	**20 144 943**	**15 072 610**	**111 914 646**
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(6 853 127)	(3 243 532)	(349 380)	(1 205 764)	(445 664)	(2 996 140)	(751 455)	-	14 718	(15 830 346)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(7 542 373)	(7 008 772)	(8 193 791)	(8 120 857)	(16 605 026)	(6 818 922)	(3 609 536)	(12 317 787)	136 534	(70 080 531)
Responsabilidades associadas a produtos *Unit-linked*	-	-	-	-	-	-	-	-	(584 879)	(584 879)
Responsabilidades representadas por títulos	(1 026 668)	(767 381)	(2 451 250)	(178 848)	(4 836 562)	(3 154 200)	(1 503 382)	(486 271)	(213 895)	(14 618 458)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(2 056)	(1 630)	(85)	(2 534)	(549)	(1 879)	-	(1 677)	(1 908 078)	(1 918 488)
Outros passivos subordinados	(110 710)	(9 697)	-	(952 245)	(906 308)	(25 535)	(3 910)	(100 000)	3 726	(2 104 678)
Recursos consignados	-	-	-	(202 953)	(100 000)	-	(65 000)	(793 563)	(3 103)	(1 164 620)
	(15 534 935)	**(11 031 012)**	**(10 994 507)**	**(10 663 201)**	**(22 894 110)**	**(12 996 675)**	**(5 933 283)**	**(13 699 298)**	**(2 554 979)**	**(106 302 000)**
Diferencial	**(384 477)**	**(4 974 541)**	**(3 734 959)**	**(5 347 439)**	**(8 627 999)**	**(740 374)**	**10 459 159**	**6 445 645**	**12 517 631**	**5 612 647**

	31.12.2010									
	Maturidade remanescente									
	Até 1 mês	De 1 mês a a 3 meses	De 3 meses a a 6 meses	De 6 meses a a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeter-minado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 468 092	-	-	-	-	-	-	-	-	1 468 092
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 261 711	-	-	-	-	-	-	-	6	1 261 717
Aplicações em instituições de crédito	1 604 647	594 979	294 484	407 317	465 591	10 404	15 295	9 005	(3 364)	3 398 358
Carteira de títulos										
Negociação	564 366	4 470	35 529	3 637	14 344	50 599	91 605	1 809	2 150 629	2 916 987
Outros (líquido de imparidade)	10 799 429	170 001	92 466	420 538	1 003 266	723 568	922 436	328 063	11 016 955	25 476 723
Investimentos associados a produtos *Unit-linked*	-	-	-	-	-	-	-	-	732 512	732 512
Crédito a clientes (saldos brutos)	4 624 242	4 500 853	6 783 514	5 298 923	14 436 138	10 246 180	16 165 112	20 120 072	(443 593)	81 731 441
Ativos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-	-	1 416 896	1 416 896
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	20 322 487	**5 270 303**	**7 205 993**	**6 130 415**	**15 919 338**	**11 030 751**	**17 194 447**	**20 458 949**	**14 870 044**	**118 402 730**
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(8 034 885)	(6 654 151)	(114 312)	(54 695)	(1 024)	(58)	-	(1 617)	271 893	(14 588 850)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(7 158 089)	(5 208 219)	(5 401 176)	(7 296 776)	(16 237 742)	(8 871 028)	(4 620 977)	(12 924 189)	268 846	(67 449 349)
Responsabilidades associadas a produtos *Unit-linked*	-	-	-	-	-	-	-	-	(732 512)	(732 512)
Responsabilidades representadas por títulos	(417 812)	(1 300 002)	(203 336)	(2 830 988)	(6 250 743)	(4 626 674)	(2 789 487)	(663 574)	19 718	(19 062 899)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(3 173)	(890)	-	-	(336)	-	-	-	(1 707 719)	(1 712 117)
Outros passivos subordinados	(11 372)	(6 445)	-	(315 396)	(1 431 334)	(109 425)	(769 552)	(238 058)	37 550	(2 844 031)
Recursos consignados	(1 134)	(22 591)	(25 183)	(50 254)	(627 425)	(502 913)	(345 529)	(209 967)	(1 804)	(1 786 800)
	(15 626 466)	**(13 192 297)**	**(5 744 007)**	**(10 548 109)**	**(24 548 604)**	**(14 110 098)**	**(8 525 545)**	**(14 037 405)**	**(1 844 027)**	**(108 176 558)**
Diferencial	**4 696 021**	**(7 921 994)**	**1 461 986**	**(4 417 693)**	**(8 629 266)**	**(3 079 347)**	**8 668 902**	**6 421 544**	**13 026 018**	**10 226 171**

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem, em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação de taxa, é apresentado no quadro seguinte:

	31.12.2011								
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	<= 7 dias	> 7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado	Total
Ativo									
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1 733 971	969 903	-	-	-	-	-	-	2 703 874
Disponibilidades em outras instituições de crédito	815 580	-	-	-	-	-	-	166 696	982 276
Aplicações em instituições de crédito	1 485 631	1 029 488	848 252	1 477 830	5 634	9 722	4 034	86 596	4 947 186
Carteira de títulos									
Negociação	-	110 177	6 447	68 692	-	165 287	262 588	2 039 215	2 652 407
Outros (líquido de imparidade)	287 872	2 273 699	4 971 074	2 813 847	2 788 350	1 919 587	2 373 408	888 657	18 316 495
Investimentos associados a produtos *Unit-linked*	-	-	-	-	-	-	-	584 879	584 879
Crédito a Clientes (bruto)	3 037 327	19 096 186	27 854 556	21 206 975	2 234 066	1 323 876	3 145 659	93 517	77 992 162
Ativos com acordo de recompra	12 366	38 747	437 816	150 000	40 000	100 000	20 000	(20 975)	777 954
Investimentos a deter até à maturidade (bruto)	-	148 544	253 054	125 077	83 935	720 869	1 802 304	(176 370)	2 957 414
	7 372 747	**23 666 743**	**34 371 199**	**25 842 422**	**5 151 986**	**4 239 342**	**7 607 992**	**3 662 215**	**111 914 646**
Passivos									
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(4 308 136)	(2 590 698)	(4 560 582)	(349 403)	(1 038 719)	(4 139)	(2 993 456)	14 787	(15 830 346)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1 331)	(725)	(1 630)	(85)	(2 534)	(549)	(3 555)	(1 908 078)	(1 918 488)
Responsabilidades associadas a produtos *Unit-linked*	-	-	-	-	-	-	-	(584 879)	(584 879)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(16 851 043)	(11 121 407)	(12 216 010)	(13 369 005)	(9 948 772)	(3 577 292)	(2 955 179)	(41 823)	(70 080 531)
Responsabilidades representadas por títulos	(526 668)	(705 648)	(1 390 481)	(2 522 973)	(308 067)	(4 326 872)	(4 627 853)	(169 179)	(14 577 742)
Outros passivos subordinados	(104 891)	(105 819)	(231 963)	(558 513)	(998 774)	-	(108 444)	3 726	(2 104 678)
Recursos consignados	-	(676)	(1 160 841)	-	-	-	-	(3 103)	(1 164 620)
	(21 792 068)	**(14 524 973)**	**(19 561 506)**	**(16 799 979)**	**(12 296 867)**	**(7 908 853)**	**(10 688 488)**	**(2 688 550)**	**(106 261 284)**
Derivados									
Interest Rate Swaps (IRS)	2 621 979	(1 088 966)	(2 513 811)	(685 376)	168 000	1 094 105	519 931	-	115 862
Futuros sobre Taxa de Juro	-	-	(1 132 589)	(299 547)	(260 535)	(10 323)	-	(4 355)	(1 707 349)
Forward Rate Agreements (FRA)	-	-	-	-	-	-	(5 000)	-	(5 000)
Opções de Taxa de Juro	-	-	-	-	-	-	-	(23 864)	(23 864)
	2 621 979	**(1 088 966)**	**(3 646 400)**	**(984 923)**	**(92 535)**	**1 083 783**	**514 931**	**(28 218)**	**(1 620 350)**
Exposição Líquida	**(11 797 343)**	**8 052 804**	**11 163 292**	**8 057 520**	**(7 237 416)**	**(2 585 729)**	**(2 565 564)**	**945 447**	**4 033 012**

	31.12.2010								
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	<= 7 dias	> 7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado	Total
Ativo									
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1 086 439	91 733	-	-	-	-	-	289 921	1 468 092
Disponibilidades em outras instituições de crédito	572 779	33 444	-	-	-	-	-	655 494	1 261 717
Aplicações em instituições de crédito	1 589 356	257 465	987 865	523 066	36 580	259	9 014	(5 247)	3 398 358
Carteira de títulos									
Negociação	2 000	12 497	25 260	134 269	-	81 867	427 909	2 233 186	2 916 987
Outros (líquido de imparidade)	433 898	2 331 657	4 765 068	1 057 520	4 970 087	2 832 997	5 719 055	3 366 440	25 476 723
Investimentos associados a produtos *Unit-linked*	-	-	-	-	-	-	-	732 512	732 512
Crédito a Clientes (bruto)	3 035 627	19 555 071	25 961 230	21 169 785	2 774 858	1 770 835	7 660 226	(196 190)	81 731 441
Ativos com acordo de recompra	11 974	87 520	603 865	-	-	95 000	520 000	98 536	1 416 896
Investimentos a deter até à maturidade (bruto)	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	6 732 072	**22 369 388**	**32 343 288**	**22 884 640**	**7 781 525**	**4 780 958**	**14 336 204**	**7 174 655**	**118 402 730**
Passivos									
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(1 823 501)	(5 653 545)	(6 718 750)	(535 376)	(51 858)	(1 841)	(1 675)	197 696	(14 588 850)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(3 173)	(104)	(244)	(542)	-	(336)	-	(1 707 719)	(1 712 117)
Responsabilidades associadas a produtos *Unit-linked*	-	-	-	-	-	-	-	(732 512)	(732 512)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(19 223 011)	(9 014 872)	(10 217 333)	(10 015 301)	(4 807 592)	(8 167 099)	(5 241 060)	(763 081)	(67 449 349)
Responsabilidades representadas por títulos	(105 000)	(673 596)	(5 964 216)	(959 542)	(1 841 723)	(4 222 780)	(5 362 850)	66 807	(19 062 899)
Outros passivos subordinados	(108 800)	(27 463)	(707 948)	(61 000)	(129 969)	(1 055 258)	(787 651)	34 056	(2 844 031)
Recursos consignados	(23)	(84)	(22 591)	(22 675)	(50 254)	(627 425)	(1 058 409)	(5 338)	(1 786 800)
	(21 263 508)	**(15 369 663)**	**(23 631 080)**	**(11 594 437)**	**(6 881 395)**	**(14 074 738)**	**(12 451 644)**	**(2 910 091)**	**(108 176 558)**
Derivados									
Interest Rate Swaps (IRS)	399 588	(1 188 910)	(3 776 391)	597 750	198 440	2 730 735	1 233 155	(49 623)	144 745
Futuros sobre Taxa de Juro	-	-	(1 043 940)	(1 925 544)	-	-	-	-	(2 969 484)
Forward Rate Agreements (FRA)	-	-	-	20 000	-	-	-	-	20 000
Opções de Taxa de Juro	-	-	-	(80 000)	(4 084)	10 000	(16 712)	47 470	(43 326)
	399 588	**(1 188 910)**	**(4 820 332)**	**(1 387 793)**	**194 356**	**2 740 735**	**1 216 443**	**(2 153)**	**(2 848 065)**
Exposição Líquida	**(14 131 849)**	**5 810 814**	**3 891 877**	**9 902 409**	**1 094 486**	**(6 553 045)**	**3 101 003**	**4 262 411**	**7 378 107**

Na construção dos quadros acima, as disponibilidades em bancos centrais foram classificadas nas colunas até 1 mês, e os depósitos à ordem de clientes foram classificados na coluna "<= 7 dias".

Os quadros acima incluem valores de capital vincendo, excluindo juros corridos e correções de valor.

Justo valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos registados pelo custo amortizado, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é apresentado no quadro seguinte:

	31.12.2011				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2 704 482	2 704 352	(130)	-	2 704 482
Disponibilidades em outras instituições de crédito	818 805	818 805	-	167 391	986 197
Aplicações em instituições de crédito	4 700 508	4 724 150	23 642	255 611	4 956 118
Investimentos a deter até à maturidade	2 837 379	2 426 254	(411 126)	-	2 837 379
Crédito a clientes	75 539 082	71 696 202	(3 842 879)	2 708 544	78 247 625
	86 600 255	**82 369 763**	**(4 230 492)**	**3 131 546**	**89 731 801**
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	15 721 766	15 859 005	(137 239)	139 189	15 860 954
Recursos de clientes e outros empréstimos	68 944 733	68 660 453	284 281	1 642 758	70 587 491
Responsabilidades representadas por títulos	14 604 151	12 380 773	2 223 378	319 157	14 923 309
Outros passivos subordinados	2 055 516	1 820 433	235 083	19 900	2 075 416
Recursos consignados	1 161 516	1 187 708	(26 191)	3 103	1 164 620
	102 487 683	**99 908 372**	**2 579 311**	**2 124 107**	**104 611 790**

	31.12.2010				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 468 751	1 469 210	459	1	1 468 752
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 264 884	1 264 884	-	89	1 264 973
Aplicações em instituições de crédito	3 315 863	3 499 107	183 244	108 379	3 424 242
Crédito a clientes	80 478 328	76 985 228	(3 493 100)	1 428 876	81 907 204
	86 527 826	**83 218 429**	**(3 309 397)**	**1 537 345**	**88 065 171**
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	14 511 998	15 067 060	(555 062)	91 671	14 603 669
Recursos de clientes e outros empréstimos	66 305 056	67 667 912	(1 362 855)	1 374 988	67 680 045
Responsabilidades representadas por títulos	19 308 394	18 574 399	733 996	(1 647)	19 306 748
Outros passivos subordinados	2 768 523	2 569 926	198 597	31 642	2 800 164
Recursos consignados	1 781 751	1 786 297	(4 546)	5 049	1 786 800
	104 675 722	**105 665 593**	**(989 871)**	**1 501 703**	**106 177 425**

No apuramento do justo valor foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Para as emissões de dívida da Caixa cotadas, cujos preços foram considerados líquidos, o justo valor corresponde ao respetivo valor de mercado;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos a taxa variável. Para o efeito, foram tidas em consideração as condições contratuais das operações e utilizadas curvas de taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
  - Taxas de juro de mercado para aplicações e recursos de instituições de crédito;

- Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações concedidas pela Caixa, durante o mês de dezembro de 2011 e 2010, para tipos de crédito e operações de retalho comparáveis;
- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente:
  - O crédito vencido, líquido da imparidade constituída;
  - Saldos de entidades não incluídas no cálculo efetuado pela Caixa.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

	31.12.2011			
		Técnicas de Valorização		
	Nível 1 Cotações de Mercado	Nível 2 *Inputs* observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	Total
Títulos detidos para negociação	542 755	133 721	-	676 477
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados (*)	1 125 278	185 623	167 065	1 477 966
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 880 738	8 434 746	341 933	16 657 417
Ativos com acordo de recompra	455 253	322 701	-	777 954
Derivados de negociação	19	57 423	-	57 442
Derivados de cobertura	-	15 057	-	15 057
	10 004 043	**9 149 271**	**508 997**	**19 662 312**

(*) Os montantes apresentados excluem crédito e outros valores a receber.

	31.12.2010			
		Técnicas de Valorização		
	Nível 1 Cotações de Mercado	Nível 2 *Inputs* observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	Total
Títulos detidos para negociação	672 632	358 255	-	1 030 887
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados (*)	1 056 131	402 214	164 470	1 622 815
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 018 011	16 338 519	311 238	23 667 768
Ativos com acordo de recompra	1 140 995	275 901	-	1 416 896
Derivados de negociação	553	173 430	-	173 983
Derivados de cobertura	-	(51 181)	-	(51 181)
	9 888 323	**17 497 138**	**475 708**	**27 861 169**

(*) Os montantes apresentados excluem crédito e outros valores a receber.

Na preparação do quadro acima, foram utilizados os seguintes critérios:

- **Nível 1** – Cotações de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;
- **Nível 2** – Técnicas de valorização – *inputs* observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros); Esta coluna inclui, igualmente, os instrumentos financeiros valorizados com base em *bids* indicativos fornecidos por contrapartes externas;
- **Nível 3** – Outras técnicas de valorização – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

No exercício de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna "Outras técnicas de valorização" apresenta o seguinte detalhe:

	2011						
	Títulos ao justo valor através de resultados disponíveis para venda			Ativos financeiros disponíveis para venda			
	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida – Obrigações *Corporates*	Subtotal	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida – Obrigações *Corporates*	Subtotal	Total
Valor de balanço (líquido) em 31.12.2010	**152 461**	**12 009**	**164 470**	**254 387**	**56 850**	**311 237**	**475 706**
Aquisições	4 590		4 590	100 596	8 044	108 640	113 230
Alienações	(5 113)	(2 000)	(7 113)	(83 190)	(55)	(83 244)	(90 358)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados – Instrumentos alienados	753	17	770	(4 755)	-	(4 755)	(3 984)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados – Instrumentos em carteira	4 352	(5)	4 347	(503)	58	(445)	3 902
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	-	(11 706)	-	(11 706)	(11 706)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	-	-	-	29 156	(1 331)	27 825	27 825
Transferências de / (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	-	-	-	-	(2 720)	(2 720)	(2 720)
Transferências de / (para) outras classes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	642	(3 544)	(2 902)	(2 902)
Valor de balanço (líquido) em 31.12.2011	**157 044**	**10 021**	**167 064**	**284 628**	**57 302**	**341 932**	**508 997**

	2010						
	Títulos ao justo valor através de resultados disponíveis para venda			Ativos financeiros disponíveis para venda			
	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida – Obrigações *Corporates*	Subtotal	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida – Obrigações *Corporates*	Subtotal	Total
Valor de balanço (líquido) em 31.12.2009	**129 340**	**28 760**	**158 100**	**283 859**	**128 716**	**412 575**	**570 675**
Aquisições	27 263		27 263	771	607	1 378	28 641
Alienações	(8 940)	(14 250)	(23 190)	(2 308)	(382)	(2 690)	(25 880)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados – Instrumentos alienados	-	-	-	(1 168)	(678)	(1 846)	(1 846)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados – Instrumentos em carteira	4 298	(8)	4 290	52	(53)	(2)	4 288
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	-	(136)	-	(136)	(136)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	-	-	-	(16 442)	200	(16 241)	(16 241)
Transferências de / (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	-	(2 493)	(2 493) [a]	(4 801) [c]	28 758 [b]	23 957	21 464
Transferências de / (para) outras classes de instrumentos financeiros	-	-		-	(99 979) [d]	(99 979)	(99 979)
Outros	500	-	500	(19 290)	(339)	(19 629)	(19 129)
Valor de balanço (líquido) em 31.12.2010	**152 461**	**12 009**	**164 470**	**254 387**	**56 850**	**311 238**	**475 708**

As transferências realizadas entre os diversos níveis de hierarquia do justo valor apresentam os seguintes fundamentos:

[a] Transferência entre o nível 3 e o nível 2 na hierarquia do justo valor em resultado da disponibilização por contrapartes externas de preços indicativos que refletem a evolução do mercado dos títulos em referência;

[b] Transferência do nível 2 para o nível 3 na hierarquia do justo valor, relativamente a títulos de dívida de instituições não financeiras para as quais não existem cotações em mercados ativos nem preços indicativos fornecidos por entidades externas e que se encontram a ser valorizadas pelo Grupo, de acordo com um modelo de atualização de fluxos futuros, utilizando como taxa de desconto as taxas de juro de mercado, adicionadas de um *spread* definido em função das características e graduação de risco de crédito do emitente consideradas adequadas;

[c] Transferência do nível 3 para o nível 2 na hierarquia do justo valor, relativamente a participações detidas em fundos no âmbito da disponibilização pelo gestor de informações relativas à sua valorização;

[d] As transferências indicadas referem-se à reclassificação efetuada no decorrer do primeiro semestre de 2010 de emissões de crédito titulado efetuadas por instituições não financeiras e subscritas pela Caixa, entre as categorias de ativos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes, conforme referido em maior detalhe na Nota 8.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, uma deslocação positiva de 100 bp na curva de taxa de juro uilizada para descontar os fluxos futuros previstos de instrumentos de dívida valorizados com base em modelos internos determinaria um decréscimo no justo valor de balanço e em reservas de reavaliação de, aproximadamente, 351 mEuros e 29 mEuros, respetivamente.

Instrumentos de dívida de entidades financeiras e não financeiras

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores definida internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

Existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado: ativos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas / externas. Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos *cash flows* futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo que vai desde o simples desconto dos *cash flows* resultantes de taxas *forward* (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é construída com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de *swaps*, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro) à cascata de pagamentos de um CLO (previsão efetuada com base em informação divulgada nos *Investor Reports*).

As valorizações internas utilizam, para efeitos de desconto, a curva de crédito cotada que respeita o trinómio moeda / setor / *rating* da emissão, de modo a considerar o risco de cada emissão. A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a origem do *rating* considerado: nível 2 para *ratings* provenientes de agências, nível 3 para *ratings* internos.

O recurso a *ratings* internos verifica-se, apenas, nos casos em que não existe classificação de risco externa para a emissão, emitente ou garante. Quanto ao nível 2, inclui, ainda, as valorizações cedidas pelos estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas).

De um modo geral, os *inputs* utilizados nas avaliações efetuadas internamente são obtidos nos sistemas Bloomberg e Reuters.

As curvas de taxa de juro são construídas com base em taxas de mercado monetário e cotações de *swaps*. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD é efetuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro.

Em 30 de dezembro de 2011 e 2010, os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	0,3000	0,3000	0,5550	0,3300	0,4500	0,5800
1 mês	0,9800	1,5600	0,7631	0,7500	0,6500	0,9250
2 meses	1,1500	1,5600	0,9166	0,8700	0,7000	0,9750
3 meses	1,2229	1,6698	1,0605	0,9216	0,6722	0,9865
6 meses	1,2423	1,1609	1,0841	0,9978	0,5185	0,8965
9 meses	1,1631	1,0138	1,0846	1,0573	0,5068	0,9130
1 ano	1,1110	0,9403	1,0756	1,1189	0,5376	0,9706
2 anos	1,0396	0,8690	1,1716	1,5830	0,8595	1,5440
3 anos	1,3900	0,8655	1,3662	1,9160	1,3455	2,0060
5 anos	1,7470	1,2800	1,5427	2,5010	2,2555	2,7150
7 anos	2,0840	1,6810	1,8428	2,9110	2,9000	3,1880
10 anos	2,3880	2,0600	2,2713	3,3070	3,4530	3,6280
15 anos	2,6630	2,4070	2,6392	3,6580	3,8980	3,9630
20 anos	2,6830	2,5240	2,8203	3,7200	4,0630	4,0330
25 anos	2,6160	2,5840	2,9311	3,6390	4,1270	4,0330
30 anos	2,5480	2,6180	2,9805	3,5190	4,1860	3,9980

Os valores das curvas de crédito são obtidos no sistema Bloomberg, sendo apurados com base nas cotações de um conjunto de títulos que respeita o trinómio moeda / setor / *rating*. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os valores da curva de crédito dos Governos Português e Alemão eram os seguintes:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Governo Português	Governo Alemão	Governo Português	Governo Alemão
3 meses	4,3065	0,0141	3,5434	0,3257
6 meses	5,4932	0,0010	3,8314	0,4621
9 meses	7,2145	0,0035	4,0495	0,5377
1 ano	9,1332	0,0060	4,2699	0,6141
2 anos	14,3100	0,1374	4,5771	0,8553
3 anos	15,4263	0,3742	4,9188	1,1244
5 anos	15,0227	0,8644	5,7591	1,9765
7 anos	15,2723	1,3822	6,2389	2,5746
10 anos	13,5735	1,8504	6,6015	2,9605
15 anos	13,1005	2,5092	6,9621	3,4396
20 anos	12,0148	2,6113	6,7315	3,5616
25 anos	10,8056	2,5015	6,6549	3,5246
30 anos	10,5070	2,4056	6,5735	3,4110

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de *fixing* do Banco Central. Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	31.12.2011	31.12.2010
EUR/USD	1,2939	1,3362
EUR/GBP	0,8353	0,8608
EUR/CHF	1,2156	1,2504
EUR/AUD	1,2723	1,3136
EUR/JPY	100,20	108,65
EUR/BRL	2,4159	2,2177

Instrumentos de capital detidos no âmbito da atividade de capital de risco

Os instrumentos de capital próprio não cotados detidos no âmbito da atividade de capital de risco são valorizados com base nos seguintes critérios:

i) Preços praticados em transações materialmente relevantes efetuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
ii) Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor de atividade, dimensão e rendibilidade;
iii) Fluxos de caixa descontados;
iv) Valor de liquidação, correspondente ao valor líquido do património da participada;
v) Custo de aquisição (apenas no caso de participações adquiridas nos doze meses anteriores à data da valorização).

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos *cash-flows* dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e de preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- *Value-at-Risk* (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
  - Carteira de *trading* – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação;
  - Carteira Própria – Títulos aduiridos com propósito de Investimento, mas que constituem atualmente objetivo de desalavancagem;
  - Carteira de investimento – inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, com exceção de participações financeiras e crédito titulado;
  - Atividade de gestão de tesouraria – *funding* em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta atividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.

No decorrer do exercício de 2011, verificou-se a cisão dos instrumentos anteriormente incluídos na carteira Própria em duas carteiras independentes: as designadas carteira de Investimento e carteira Própria. Desta forma, os valores de VaR apresentados para a carteira Própria no final de 2010 não são comparáveis com os valores de final de 2011.

A análise de VaR exclui instrumentos financeiros geridos no âmbito da atividade seguradora. As políticas de gestão de risco aplicáveis a estes instrumentos financeiros são descritas na Nota 45.

- Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras individuais da Caixa e nas seguintes unidades do Grupo:
  - Caixa – Banco de Investimento;
  - BCG Espanha;
  - BNU Macau;
- Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros com opcionalidade;
- Testes de esforço *(stress tests).*

Análise de VaR – Risco de Mercado

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de ativos, num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- Período de detenção: 10 dias (carteira de investimento) e 1 dia (carteira de *trading* e atividade de gestão de tesouraria;
- Nível de confiança: 99% (carteira de investimento) e 95% (carteira de *trading* e atividade de gestão de tesouraria;
- Período de amostra de preços: 720 dias do calendário;

› Decay fator=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efetuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são empíricas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

Atividade desenvolvida pela Caixa Geral de Depósitos (Sede e Sucursais):

Carteira Negociação (VaR 95%, 1 dia)	31.12.2011			
	Dez. 11	Máximo	Mínimo	Dez. 10
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	4 576	7 333	1 623	1 788
Cambial	28	1 841	5	25
Preço	186	3 295	125	55
Volatilidade	-	3	-	-
Efeito diversificação	(232)			(102)
	4 559			**1 767**

Tesouraria (VaR 95%, 1 dia)	31.12.2011			
	Dez. 11	Máximo	Mínimo	Dez. 10
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	5 779	5 812	121	195
Cambial	6 230	6 230	897	1 069
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(4 932)	-	-	(125)
	7 076	**7 076**	**952**	**1 139**

Carteira Própria e Carteira de Investimento – Exercício de 2011

Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)	31.12.2011		
	Dez. 11	Máximo	Mínimo
VaR por tipo de risco			
Taxa de Juro	326	354	221
Cambial	502	9 533	168
Preço	3 606	3 606	2 825
Volatilidade	-	-	-
Efeito diversificação	(917)	-	-
	3 517	**11 432**	**2 425**

Carteira Investimento (VaR 99%, 10 dias)	31.12.2011		
	Dez. 11	Máximo	Mínimo
VaR por tipo de risco			
Taxa de Juro	22 517	28 610	20 199
Cambial	798	1 845	33
Preço	-	-	-
Volatilidade	-	-	-
Efeito diversificação	(527)	-	-
	22 788	**28 781**	**19 913**

Carteira Própria – Exercício de 2010

Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)	31.12.2010		
	Dez. 10	Máximo	Mínimo
VaR por tipo de risco			
Taxa de Juro	18 128	49 759	18 128
Cambial	2 118	5 926	1 312
Preço	25 590	39 694	25 000
Volatilidade	-	-	-
Efeito diversificação	(20 125)	-	-
	25 712	**49 404**	**25 045**

ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA BANCA DE INVESTIMENTO:

CaixaBI (VaR 99%, 10 dias)	31.12.2011			
	Dez. 11	Máximo	Mínimo	Dez. 10
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	21 022	22 321	12 459	17 210
Cambial	257	7 697	72	768
Preço	94	1 480	88	1 309
Volatilidade	62	79	51	77
Efeito diversificação	(282)	-	-	(1 692)
	21 153	**23 662**	**12 466**	**17 672**

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 *basis points* (bps), pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	31.12.2011					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	318	318	226	(225)	(451)	(901)
Aplicações em instituições de crédito	12 755	9 555	4 831	(4 809)	(9 590)	(19 074)
Carteira de Títulos						
Negociação	41 891	22 867	11 276	(10 960)	(21 615)	(42 048)
Outros	305 164	174 816	86 396	(84 261)	(166 502)	(325 332)
Investimentos a deter até à maturidade (saldos brutos)	137 270	66 930	33 058	(32 277)	(63 807)	(124 738)
Ativos com acordo de recompra	9 104	7 051	3 518	(3 486)	(6 940)	(13 755)
Crédito a clientes (saldos brutos)	395 583	261 894	130 761	(128 083)	(253 711)	(498 077)
Total ativo sensível	**902 085**	**543 430**	**270 066**	**(264 101)**	**(522 615)**	**(1 023 925)**
Recursos de outras instituições de crédito	(150 502)	(110 102)	(54 852)	54 152	107 588	212 357
Recursos de clientes e outros empréstimos	(476 040)	(309 349)	(154 817)	152 634	302 983	597 194
Responsabilidades representadas por títulos	(481 450)	(242 556)	(120 654)	117 666	231 992	451 346
Outros passivos subordinados	(27 744)	(13 659)	(6 779)	6 684	13 277	26 210
Total passivo sensível	**(1 135 736)**	**(675 666)**	**(337 101)**	**331 135**	**655 840**	**1 287 107**
Total Ganho / Perda	**(233 651)**	**(132 236)**	**(67 035)**	**67 034**	**133 225**	**263 182**

	31.12.2010					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	292	153	126	(126)	(252)	(504)
Aplicações em instituições de crédito	2 902	2 762	1 572	(1 570)	(3 137)	(6 259)
Carteira de Títulos						
Negociação	56 424	28 596	14 185	(13 935)	(27 627)	(54 306)
Outros	780 134	402 896	199 122	(193 655)	(382 089)	(744 206)
Ativos com acordo de recompra	94 070	46 255	22 755	(21 883)	(42 932)	(82 663)
Crédito a clientes (saldos brutos)	415 631	277 612	143 758	(140 579)	(278 150)	(544 503)
Total ativo sensível	**1 349 453**	**758 276**	**381 518**	**(371 748)**	**(734 187)**	**(1 432 440)**
Recursos de outras instituições de crédito	(14 120)	(14 064)	(8 528)	8 527	9 911	12 673
Recursos de clientes e outros empréstimos	(802 614)	(465 518)	(234 026)	226 777	449 813	883 229
Responsabilidades representadas por títulos	(781 875)	(409 114)	(204 245)	198 693	391 899	762 919
Outros passivos subordinados	(155 574)	(76 757)	(37 471)	35 329	68 714	130 411
Total passivo sensível	**(1 754 183)**	**(965 454)**	**(484 271)**	**469 325**	**920 338**	**1 789 232**
Total Ganho / Perda	**(404 730)**	**(207 178)**	**(102 753)**	**97 577**	**186 151**	**356 792**

De referir que, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a análise apresentada no quadro acima exclui o efeito no justo valor de deslocações paralelas nas curvas de taxas de juro de referência para operações da Caixa Leasing e Factoring, IFIC, SA, Banco Caixa Geral Brasil, SA, Banco Nacional Ultramarino, Mercantile Bank, Banco Nacional de Investimento, Banco Comercial do Atlântico, SA, Banco Comercial e de Investimentos, SARL e Banco Interatlântico, SA.

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de ativos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão do Grupo Caixa no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte, é apresentado o efeito na margem financeira projetada do Grupo, para os exercícios de 2012 e 2011, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps:

	31-12-2012					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com juros	(737 546)	(624 192)	(331 407)	347 971	688 997	1 375 003
Custos com juros	516 129	362 816	183 743	(195 838)	(386 398)	(763 611)
Margem Financeira	**(221 416)**	**(261 375)**	**(147 664)**	**152 133**	**302 600**	**611 392**

	31.12.2011					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com juros	(834 723)	(671 386)	(337 490)	338 051	675 958	1 348 468
Custos com juros	569 620	424 196	230 898	(257 683)	(493 926)	(971 033)
Margem Financeira	**(265 103)**	**(247 190)**	**(106 592)**	**80 368**	**182 032**	**377 435**

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que o *stock* de ativos e passivos sensíveis a taxa de juro, em balanço nas datas de referência do cálculo, teria uma evolução de acordo com o enquadramento macroeconómico antecipado para os exercícios de 2012 e 2011, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação, e o *spread* médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores não tem em consideração alterações na estratégia e nas políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adotar, em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

RISCO CAMBIAL

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	31.12.2011											
	Moeda											
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Patacas Macau	Dólar de Hong Kong	Meticais Moçam-bique	Rand África Sul	Escudo Cabo Verde	Outras	Valor de Balanço de Derivados de Negociação	Total
Ativo												
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 709 483	227 525	2 286	543	7 122	252 768	130 127	17 229	102 707	254 692	-	2 704 482
Disponibilidades em outras instituições de crédito	668 374	15 761	8 438	14 947	58 034	126 655	1 426	5 755	3 611	83 196	-	986 197
Aplicações em instituições de crédito	4 139 347	124 143	8 782	1 868	191 171	287 735	22 308	66 809	6 029	120 240	-	4 968 430
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 994 214	123 625	588	-	-	-	-	16 571	-	20 781	1 975 930	4 131 709
Ativos financeiros disponíveis para venda	16 650 590	330 995	12 334		13 079	-	168 978	7 885	64 220	476 041	-	17 724 124
Investimento associados produtos *Unit Linked*	584 879	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	584 879
Investimentos detidos até à maturidade	2 953 352	4 062	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 957 414
Crédito a clientes (saldos brutos)	77 156 737	1 095 168	232 586	10 838	296 485	908 432	597 429	446 243	561 405	325 549	-	81 630 871
Ativos com acordo de recompra	731 363	46 590	-	-	-	-	-	-	-	-	-	777 954
Outros ativos	1 094 420	1 726 451	(186 480)	482 478	327 710	28 712	25 781	10 879	27 935	273 539	-	3 811 424
Imparidade acumulada de Instrumentos Financeiros	(4 345 830)	(107 843)	(3 904)	(120)	(32 963)	(41)	(23 532)	(7 316)	(36 179)	(29 769)	-	(4 587 497)
	103 336 928	**3 586 478**	**74 629**	**510 555**	**860 638**	**1 604 260**	**922 516**	**564 056**	**729 728**	**1 524 269**	**1 975 930**	**115 689 987**
Passivo												
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(14 034 194)	(1 705 360)	(13 455)	(700)	(11 906)	(24 171)	(7 844)	(9 663)	(3 689)	(49 971)	-	(15 860 954)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(63 913 123)	(1 623 757)	(41 452)	(79 570)	(1 248 523)	(928 677)	(792 384)	(415 700)	(617 196)	(927 110)	-	(70 587 491)
Responsabilidades associadas produtos *Unit Linked*	(584 879)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(584 879)
Responsabilidades representadas por títulos	(14 429 118)	(28 383)	-	(429 013)	-	-	(26 668)	-	-	(10 127)	-	(14 923 309)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 918 488)	(1 918 488)
Passivos subordinados	(2 051 126)	(15 738)	-	-	-	-	-	-	(8 553)	-	-	(2 075 416)
Outros passivos												-
Recursos consignados	(1 161 751)	-	-	-	-	-	(2 846)	-	(23)	-	-	(1 164 620)
Outros	(1 304 094)	(11 104)	9 856	(1 897)	(452 251)	(18 714)	(55 915)	(135 015)	(40 613)	(296 223)	-	(2 305 970)
	(97 478 284)	**(3 384 342)**	**(45 051)**	**(511 180)**	**(1 712 681)**	**(971 562)**	**(885 657)**	**(560 379)**	**(670 073)**	**(1 283 431)**	**(1 918 488)**	**(109 421 127)**
Derivados (Nocionais)												
Swaps cambiais	(1 457 164)	1 188 463	(158 701)	(12 475)	-	425 377	-	2 671	-	45 360	-	33 531
Swaps de taxa de juro	(149 152)	(188 834)	-	447 145	-	-	-	-	-	6 705	-	115 863
Futuros	(1 811 635)	68 116	(795)	-	-	215	-	15	-	521	-	(1 743 565)
Forward Rate Agreements	(5 000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5 000)
Opções e *Caps & Floors*	(23 864)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(23 864)
Operações Cambiais a Prazo	(55 490)	(7 486)	(525)	16 723	-	(101)	-	39 450	-	(3 227)	-	(10 656)
	(3 502 306)	**1 060 259**	**(160 022)**	**451 393**	**-**	**425 491**	**-**	**42 136**	**-**	**49 358**	**-**	**(1 633 690)**
Exposição líquida	**2 356 339**	**1 262 395**	**(130 443)**	**450 769**	**(852 043)**	**1 058 189**	**36 859**	**45 813**	**59 655**	**290 195**	**57 442**	**4 635 170**

	31.12.2010											
	Moeda											
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Patacas Macau	Dólar de Hong Kong	Meticais Moçam-bique	Rand África Sul	Escudo Cabo Verde	Outras	Valor de Balanço de Derivados de Negociação	Total
Ativo												
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	901 968	58 413	2 069	531	5 186	157 109	81 645	16 575	76 082	169 173	-	1 468 752
Disponibilidades em outras instituições de crédito	643 663	17 906	3 511	15 610	352 579	109 423	1 709	34 483	778	85 311	-	1 264 973
Aplicações em instituições de crédito	2 293 611	787 911	12 006	4 281	18 463	227 736	301	29 122	51 119	88 624	-	3 513 175
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2 327 064	146 860	-	-	-	-	-	24 345	-	158 119	1 886 101	4 542 489
Ativos financeiros disponíveis para venda	23 513 420	358 254	26 023		253	-	45 547	6 797	71 123	312 862	-	24 334 279
Investimento associados produtos *Unit Linked*	732 093	65	187	7	-	-	-	-	-	160	-	732 512
Investimentos detidos até à maturidade	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Crédito a clientes (saldos brutos)	80 102 536	1 472 025	338 944	10 660	231 755	733 746	410 141	435 422	525 115	256 686	-	84 517 028
Ativos com acordo de recompra	1 371 910	44 987	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 416 896
Outros ativos	1 534 071	642 360	(259 904)	747 250	278 861	32 150	18 229	10 071	17 171	261 368	-	3 281 628
Imparidade acumulada de Instrumentos Financeiros	(3 143 945)	(87 154)	(1 913)	()	(32 164)	(42)	(16 201)	(7 634)	(30 459)	(13 755)	-	(3 333 267)
	110 276 393	**3 441 626**	**120 923**	**778 341**	**854 933**	**1 260 121**	**541 371**	**549 181**	**710 929**	**1 318 548**	**1 886 101**	**121 738 467**
Passivo												
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(12 696 308)	(1 737 040)	(37 657)	(706)	(32 899)	(3 878)	(24 412)	(26 332)	(298)	(44 139)	-	(14 603 669)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(61 815 681)	(1 637 456)	(48 106)	(146 007)	(1 091 392)	(657 211)	(463 556)	(478 532)	(622 485)	(719 617)	-	(67 680 045)
Responsabilidades associadas produtos *Unit Linked*	(732 512)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(732 512)
Responsabilidades representadas por títulos	(18 705 736)	(73 656)	(6 971)	(487 794)	-	(22 545)	-	-	-	(10 045)	-	(19 306 748)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 712 117)	(1 712 117)
Passivos subordinados	(2 639 318)	(9 279)	-	(138 235)	-	-	(4 793)	-	(8 539)	-	-	(2 800 164)
Outros passivos												
Recursos consignados	(1 781 751)	-	-	-	-	-	(5 026)	-	(23)	-	-	(1 786 800)
Outros	(1 558 474)	62 385	(430)	(1 172)	(375 303)	(35 883)	(13 969)	(124 698)	(36 385)	(364 846)	-	(2 448 776)
	(99 929 780)	**(3 395 047)**	**(93 164)**	**(773 914)**	**(1 499 594)**	**(719 518)**	**(511 758)**	**(629 562)**	**(667 729)**	**(1 138 648)**	**(1 712 117)**	**(111 070 830)**
Derivados (Nocionais)												
Swaps cambiais	(126 615)	92 912	(178 896)	(15 647)	-	197 387	-	-	-	28 711	-	(2 147)
Swaps de taxa de juro	(894 030)	238 363	6 971	764 381	-	29 849	-	-	-	(788)	-	144 745
Futuros	(2 921 778)	(1 871)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 923 649)
Forward Rate Agreements	20 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20 000
Opções e *Caps & Floors*	(43 326)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(43 326)
Operações Cambiais a Prazo	(35 000)	111 542	5 201	64 479	-	63 416	-	145	-	(52 027)	-	157 756
	(4 000 750)	**440 945**	**(166 724)**	**813 213**	**-**	**290 652**	**-**	**145**	**-**	**(24 104)**	**-**	**(2 646 622)**
Exposição líquida	**6 493 314**	**487 525**	**(138 964)**	**817 641**	**(644 661)**	**831 255**	**29 613**	**(80 236)**	**43 200**	**155 795**	**173 983**	**8 168 465**

Análise de VaR – Risco Cambial

De forma a garantir o controlo e a avaliação do risco cambial, a Caixa calcula valores e limites em termos de *Value-at-Risk* (VaR) por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, o VaR (a 10 dias com 99% de intervalo de confiança) por moeda da CGD pode ser demonstrado através do seguinte quadro:

	VaR			
	Atividade Bancária		Atividade seguradora	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Dólar de Hong Kong	46 590	40 346	-	-
Pataca de Macau	46 815	37 280	34	38
Rand da África do Sul	16 731	13 418	-	-
Dólar dos Estados Unidos	178	2 381	120	61
Metical de Moçambique	72 751	33 085	-	-
Libra esterlina	373	8	543	932
Iene japonês	93	69		
Outras Moedas	18 735	15 421	379	513
Efeito diversificação	(271 484)	(115 180)	(433)	(613)
Total	**67 963**	**27 507**	**1 142**	**1 300**

O efeito de diversificação é calculado implicitamente.

A informação relativa à atividade seguradora apresentada nos quadros anteriores diz respeito à Fidelidade Mundial.

45. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A RISCO DE CONTRATOS DE SEGURO

É apresentada de seguida uma descrição resumida da política de aceitação e gestão de risco em vigor na área seguradora do Grupo CGD em Portugal, nomeadamente pelas companhias que integram a Caixa Seguros (Companhia).

45.1. Subscrição de Riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em três grandes níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo nível, cometido às Redes Comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados *standard*;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade baixo ou muito baixo;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O segundo nível corresponde às Direções Técnicas, que dispõe de instrumentos adicionais para análise dos riscos.

As Direções Técnicas estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções Técnicas, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarifação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas no Grupo, estes são remetidos para os Gabinetes de *Underwriting* dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções Técnicas têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permite ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções Técnicas, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

45.2. Gestão técnica

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulos de risco e, ainda, o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

45.3. Instrumentos de gestão para controlo do risco

RISCOS INTERNOS DA ORGANIZAÇÃO

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

ESTUDOS DE PERFIL DA CARTEIRA

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipo de objetos seguros e coberturas.

São, ainda, desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas, outros), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

ANÁLISES PERIÓDICAS DA EVOLUÇÃO DA CARTEIRA

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidades

de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios / taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos Produtos sob gestão.

SELEÇÃO E SANEAMENTO DE CARTEIRA

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

CONCENTRAÇÕES DE RISCO DE SEGURO

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção das companhias. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

45.4. Políticas de resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multirriscos Habitação) e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes Ramos Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil Geral e riscos Diversos.

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo estas determinantes para a aceitação ou recusa de alguns tipos de risco.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

O Grupo tem pautado a sua política de Resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Resseguro Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro que se revelam necessárias para obtenção da proteção adequada aos riscos aceites.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo; também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira do Grupo, suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais do Grupo e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

Nos ramos Incêndio e Anexos, Engenharia, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Aviação, o Grupo opera com Tratados Proporcionais.

No que se refere a ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Responsabilidade Civil, os riscos são cobertos por Tratados de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e dimensão da carteira, bem como à capacidade financeira do Grupo. Na fixação da prioridade, tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas em consequência dos diferentes níveis dessa prioridade.

Os "Cúmulos de Risco das Retenções" encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

As acumulações resultantes da "Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza", de caráter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira do Grupo.

Os critérios de seleção e admissibilidade dos Resseguradores são definidos tendo em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços, a constante monitorização do nosso relacionamento com os mesmos, com especial ênfase no que se refere aos fluxos financeiros e, também, como fator determinante, o *rating* atribuído pelas diferentes agências internacionais. O *rating* mínimo exigido a um Ressegurador para poder fazer parte do nosso Painel é de "A-".

45.5. Técnicas de gestão de ativos e passivos (ALM) utilizadas pela Companhia

A Companhia tem atuações diferentes consoante o tipo de produto em causa.

PROCEDIMENTOS DE ADEQUAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Produtos Imunizados

São tipicamente produtos de rendimento fixo definido e conhecido à partida e sem direito a participação de resultados a atribuir aos segurados. Estes produtos são cobertos com investimentos de maturidade e vencimento semelhantes aos respetivos passivos, procurando-se obter uma rentabilidade dos investimentos que cubra a margem da Companhia e a remuneração contratualizada com os clientes.

Podem ocorrer desajustes temporários entre ativos e passivos e que, usualmente, resultam de resgate. Por este facto, a política de investimentos é condicionada por investimentos em títulos com notação de *rating* "*investment grade*", admitidos em mercados da OCDE, devendo igualmente ter elevada liquidez.

Produtos com Participação nos Resultados com capital e rendimento garantido

As carteiras de investimentos destes produtos têm uma composição que depende do modelo de gestão aplicável e dos *benchmarks* definidos relativamente a cada produto.

Os *benchmarks* são estabelecidos em função dos níveis de taxa de juro do mercado, da maturidade das responsabilidades e do rendimento garantido aos clientes. Para minimizar o risco, à medida que se aproxima o vencimento das responsabilidades, o peso do investimento em títulos de rendimento variável vai-se reduzindo gradualmente, sendo substituído por investimento em títulos de rendimento fixo.

Para projeção dos *cash flows* dos passivos, são consideradas diversas informações relevantes, designadamente as relativas a contratos vivos, datas de vencimento dos contratos, responsabilidades atuais capitalizadas pela participação de resultados e taxa de rendimento garantida.

Para projeção dos *cash flows* dos ativos, em relação aos investimentos em títulos de rendimento fixo com taxa fixa, ou é utilizada a taxa do ativo ou utilizam-se cenários, de acordo com a curva de rendimentos, dependendo a sua aplicação da convicção da aderência destes cenários à realidade futura. Relativamente aos títulos de rendimento variável, não são utilizadas projeções de *cash flows* futuros, utilizando-se, em alternativa, o seu valor atual de mercado.

POLÍTICA DE ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS A PRODUTOS

Relativamente a produtos que garantam participação nos resultados e aos produtos *Unit Linked* em que o risco de investimento é do tomador do seguro, as respetivas carteiras de investimentos estão colocadas em fundos autónomos, gerindo-se um fundo autónomo por produto, com o objetivo de garantir a independência das respetivas carteiras e evitar a contaminação resultante da colocação numa única carteira dos investimentos requeridos por vários produtos.

Os produtos sem direito a participação são colocados em carteiras geridas globalmente em virtude do desempenho das respetivas carteiras não condicionar o rendimento a atribuir aos clientes. No entanto, apesar de existir uma maior flexibilidade na gestão, a mesma é feita de modo prudencial com *matching* entre ativos e passivos.

Os ativos são alocados às carteiras em função do seu valor de mercado, em particular nos casos de carteiras em que os segurados participam nos resultados obtidos, havendo, também, nestes casos a constituição de um fundo autónomo associado a cada carteira.

Relativamente à seleção do tipo de ativos, também são definidos, por classe de ativos, os seguintes limites máximos de exposição:

Classes de Activos	Limite máximo (% do valor global da Carteira)
Rendimento Fixo - Taxas longas(*)	70,00%
Soberana	70,00%
Corporate	50,00%
Rendimento Fixo - Taxas curtas(**)	100,00%
Alternativos(***)	2,00%
Rendimento Variável	30,00%
Rendimento Variável ilíquido (*private equity* e outros)	6,00% (20% do investimento em rendimento variável)
Imobiliário	15,00%

(*) Entende-se por taxas longas todas as emissões de taxa fixa com maturidade superior a um ano.
(**) Entende-se por taxas curtas todas as emissões de taxa fixa com maturidade residual inferior a um ano e as emissões de taxa variável.
(***) Inclui os *hedge funds* e o investimento em *commodities*.

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão das carteiras da Companhia tem, ainda, em consideração os seguintes pontos:

I) Limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados-membros da União Europeia ou em mercados de países da OCDE legalmente considerados como análogos é de 15% do valor da carteira, devendo sempre ter a aprovação expressa do Conselho de Administração;

II) O conjunto das aplicações expressas em moedas são representadas em divisas congruentes com as dos compromissos assumidos em, pelo menos, 95%;

III) Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores – Podem ser utilizados instrumentos derivados para cobertura, especulação ou redução do custo de investimento, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor.

São permitidas, nos termos legalmente previstos, operações de reporte e empréstimos de valores, desde que tal não comprometa os limites de alocação definidos para cada uma das classes de ativos a que respeitem. Estas operações carecem de autorização casuística prévia, podendo haver autorizações genéricas para derivados de mercado.

Modelos de avaliação de risco para derivados:

Existe um modelo genérico de avaliação do retorno / risco esperado em função da composição por classes de ativos. O retorno esperado das carteiras está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos ativos que as constituem. Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de ativos, procurando-se constituir carteiras com risco controlado que otimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efetuada internamente pela Direção de Investimentos, havendo pontualmente e sempre que tal se mostre conveniente, o envolvimento da Direção de Gestão de Risco do Grupo, integrada na Caixa. São monitorizados vários riscos envolvidos nomeadamente:

- Risco de mercado;
- Risco de taxa de juro;
- Risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- Risco de liquidez.

IV) **Universo de investimento para ativos de Rendimento Fixo**

As obrigações elegíveis para aquisição deverão respeitar os limites definidos no quadro seguinte, que pondera a maturidade residual com a qualidade de crédito. A notação de *rating* a considerar na aquisição deverá ser a determinada pela agência de *rating* S&P ou, na sua ausência, a equivalente da Moodys ou da Fitch, e não deverá haver investimento abaixo da notação BBB-. Exceções a esta regra poderão ser aprovadas pelo CAD.

	Dívida *Corporate*	Dívida Soberana (Países fora da Zona Euro)	Limite por emitente
Até 1,5 anos	BBB-	BBB-	Min [0,5% ; € 250 M]
De 1,5 a 5,5 anos	A-	A-	Min [3% ; € 250 M]
De 5,5 a 10,5 anos	AA-	A+	
De 10,5 a 30,5 anos	Não autorizado	A+	Min [6% ; € 250 M]
Superior a 30,5 anos	Não autorizado	AAA	

Não existem limites de notação de *rating* para a dívida soberana dos países da Zona Euro.

O investimento em outras classes de ativos não especificados deverá ter a aprovação casuística do Conselho de Administração.

As limitações a investimentos resultam, também, da regulamentação em vigor.

45.6. Ramo Vida

No Ramo Vida, existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pelo IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

PRODUTOS DE RISCO

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte significativa dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico-financeira do tipo:

(Prémios + Rendimentos - Sinistros - Despesas de Gestão - Variação na Provisão Matemática - Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

PRODUTOS DE RENDAS

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico-financeira do tipo:

(Prémios + Rendimentos - Sinistros - Despesas de Gestão - Variação na Provisão Matemática - Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

PRODUTOS DE CAPITALIZAÇÃO

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade do Grupo.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

(Percentagem dos Rendimentos - Rendimentos Técnicos - Encargos de Gestão - Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos, apresentam-se os *cash inflows* e *outflows*, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

Fidelidade Mundial

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	*OutFlow*	*Inflow*	*OutFlow*	*Inflow*	*OutFlow*
2012	157 346	87 246	-	6 651	16 546	358 825
2013	138 930	76 763	-	6 396	14 407	191 327
2014	130 509	72 004	-	6 213	12 455	189 199

Império Bonança

Ano	Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	*OutFlow*	*Inflow*	*OutFlow*
2012	-	10 571	16 202	67 702
2013	-	10 062	14 394	64 765
2014	-	9 569	12 834	65 696

Os quadros seguintes apresentam a alteração destes *cash inflows* e *outflows*, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

Fidelidade Mundial

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	*OutFlow*	*Inflow*	*OutFlow*	*Inflow*	*OutFlow*
2012	153 425	85 239	-	6 651	16 106	411 495
2013	128 375	71 117	-	6 396	13 301	226 771
2014	114 287	63 212	-	6 213	10 909	208 936

Império Bonança

Ano	Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	*OutFlow*	*Inflow*	*OutFlow*
2012	-	10 571	15 770	84 938
2013	-	10 062	13 261	77 055
2014	-	9 569	11 194	73 211

Seguidamente, apresenta-se a variação estimada das responsabilidades reconhecidas em Balanço, com referência a 31 de dezembro de 2011, considerando diversas alterações dos pressupostos utilizados.

Fidelidade Mundial

Pressuposto	Variação do Pressuposto	Variação das Responsabilidades
Taxa de Mortalidade	+ 25%(*)	-
Taxa de Rentabilidade dos Activos	+ 0,5%	-
Taxa de Inflação	1%	341
Taxa de Saída	5%	4

(*) Nos Seguros de Rendas, a variação da taxa de mortalidade foi negativa.

Império Bonança

Pressuposto	Variação do Pressuposto	Variação das Responsabilidades
Taxa de Mortalidade	+ 25%(*)	-
Taxa de Rentabilidade dos Activos	+ 0,5%	-
Taxa de Inflação	1%	-
Taxa de Saída	5%	-

(*) Nos Seguros de Rendas, a variação da taxa de mortalidade foi negativa.

45.7. Risco de Taxa de Juro

A política de gestão do risco de taxa de juro é desenvolvida de acordo com duas linhas de orientação. No caso das carteiras imunizadas, seguros de capitalização de taxa fixa, verifica-se uma adequação das coberturas às responsabilidades assumidas. Neste caso, existe um *matching* entre o perfil dos *cash flows* dos ativos investidos e os *outflows* dos passivos na maturidade. O risco de taxa de juro não tem praticamente gestão ativa ao longo da vida do produto.

No caso das carteiras com modelo de gestão de *benchmark*, o risco de taxa de juro é gerido de uma maneira ativa de acordo com o nível de exposição alvo definido pelos *benchmarks*, verificando-se uma gestão tática de *underweigth / overweight* em função das expectativas de alteração da estrutura da curva de maneira a otimizar os retornos dos ativos.

Em termos quantitativos, o nível de exposição aos prazos mais longos não é significativo conforme leitura do quadro seguinte.

Risco por maturidade	Valor	Peso	Mod. Dur.
Rendimento Fixo	9 474 728	100%	
Obrigações de taxa fixa	5 558 555	58,7%	3,28
Maturidade 1 a 3	3 207 042	57,7%	2,39
Maturidade 4 a 5	1 624 837	29,2%	3,70
Maturidade 6 a 7	488 937	8,8%	5,50
Maturidade 8 a 10	173 865	3,1%	6,65
Maturidade 11 a 19	13 493	0,2%	11,72
Maturidade 20 a 35	50 380	0,9%	11,15
Obrigações de taxa variável	2 980 280	31,5%	0,30
Obrigações *Inflation-linked*	100 440	1,1%	4,75
Perpétuas (Taxa Fixa)	100	0,0%	
Incumprimento	3	0,0%	
Obrigações mat. < 1 ano	835 350	15,0%	0,38

As companhias utilizam, ainda, neste âmbito, para efeitos de monitorização do risco, os serviços da unidade de controlo de risco da CGD que divulga em sede própria os seus indicadores.

As entidades de supervisão também têm acompanhado a monitorização deste risco tendo-se desenvolvido, pontualmente, nos últimos anos, exercícios de *stress-test* para quantificação dos impactos de choques adversos na carteira de ativos.

A utilização de instrumentos derivados, no âmbito do processo de gestão do risco, limita-se atualmente, à utilização pontual de *swaps* de taxa de juro nas carteiras onde se pretendeu mitigar o risco de taxa de juro ou em casos em que este instrumento se revelou mais eficiente que uma cobertura com ativos diretos.

Em 31 de dezembro de 2011, a Caixa Seguros dispõe de um conjunto de *swaps* de taxa de juro, destinados à cobertura de riscos financeiros dos produtos *unit linked* e taxa fixa do Ramo Vida, conforme se resume no quadro seguinte:

Montante Nocional (Eur)	Divisa	Produtos associados	Maturidade	Taxa cedida	Taxa tomada
20 000	Eur	Postal 4%	2012	Euribor_3M_360	Euribor_3M_360 + 0,180%
45 000	Eur	Postal 4%	2012	Euribor_3M_360	Euribor_3M_360 + 0,230%
11 000	Eur	K hveste	2013	4,000%	4,300%
125 000	Eur	Caixa Seguro 2 x 4,15	2013	Euribor_3M_360	Euribor_3M_360 + 0,318%
76 500	Eur	Caixa Seguro Euro Campeão	2013	Euribor_3M_360 - 0,250%	Euribor_1A_360
50 000	Eur	Levexpert PPR Série B	2013	Euribor_3M_360	Euribor_1A_360_0,140%
15 000	Eur	Pst Top Rend CS Invest Mais	2013	3,710%	3,923%
50 000	Eur	Pst Top Rend CS Invest Mais	2013	4,500%	4,781%
16 000	Eur	Pst Top Rend CS Invest Mais	2013	4,730%	5,010%
125 000	Eur	Caixa Seguro Duplo h vest	2013	Euribor_3M_360	Euribor_3M_360 + 0,040%
40 000	Eur	Levexpert PPR Série L	2021	4,750%	Euribor_6M_360 + 1,134%
5 200	Eur	VANTAGEM DUPLA 2003	2013	Euribor_6M_360 + 0,45%	4,670%
4 000	Eur	VANTAGEM DUPLA 2003	2013	Euribor_6M_360 + 0,45%	4,710%
100	Eur	VANTAGEM DUPLA 2003	2013	Euribor_6M_360 + 0,45%	4,250%
14 373	Eur	REFORMA PPR/EMAIS	2012	5,238%	5,207%
12 000	Eur	Garantido 4%	2013	4,000%	4,300%
4 000	Eur	PPR 4,28	2012	Euribor_3M_360	Euribor_1A_360_0,230%
9 500	Eur	Garantido 4,14%	2013	4,140%	4,382%

A política de gestão de risco / análise por contraparte decorre, essencialmente, da grelha de seleção no momento da compra do ativo divulgado no ponto Requisitos de segregação de ativos, destinados a proteger os segurados através de restrições sobre a utilização dos ativos da Companhia. O risco, no entanto, é monitorizado continuamente, procurando acompanhar as opiniões / *outlooks* das casas internacionais de *rating* de maneira a não deixar degradar o *rating* dos títulos detidos. Por outro lado, o estabelecimento de limites internos por contraparte, não se autorizando situações de cúmulo de risco, permite garantir ao longo do tempo uma boa dispersão de risco.

No quadro abaixo, apresentamos os grupos económicos das posições maiores ou iguais a 50 milhões de Euros:

Ativos por tipo de contraparte

GRUPO ECONÓMICO		CÚMULO DE CAPITAIS	%
	TOTAL	**9 474 728**	**100%**
Dívida Pública – União Europeia		**2 975 297**	**31,40%**
	Portugal	2 197 367	23,19%
	Itália	262 022	2,77%
	França	132 522	1,40%
	Bélgica	124 715	1,32%
	Grécia	105 292	1,11%
	Espanha	72 778	0,77%
	Alemanha	48 815	0,52%
	Holanda	23 739	0,25%
	Áustria	7 318	0,08%
	Irlanda	728	0,01%
Caixa Geral de Depósitos, SA		1 619 346	17,09%
Espirito Santo Financial Group		163 069	1,72%
Banco Santander, SA		162 314	1,71%
General Electric Co		140 757	1,49%
EDP – Energias de Portugal, SA		135 024	1,43%
Barclays PLC		127 527	1,35%
ING Groep NV		123 154	1,30%
Lloyds Banking Group PLC		120 759	1,27%
Banco BPI, SA		108 964	1,15%
Royal Bank of Scotland Group PLC		107 963	1,14%
Banco Comercial Português, SA		104 446	1,10%
Intesa Sanpaolo SpA		101 586	1,07%
HSBC Holdings PLC		96 688	1,02%
Fortis		94 997	1,00%
Citigroup Inc		91 013	0,96%
Parpublica		90 098	0,95%
UnitCredit SpA		90 084	0,95%
BNP Paribas		87 048	0,92%
Dexia, SA		85 026	0,90%
Enel SpA		84 079	0,89%
Unione di Banche Italiane SCPA		82 077	0,87%
Deutsche Bank AG		75 877	0,80%
Westpac Banking Corp		75 420	0,80%
Bank of America Corp		72 725	0,77%
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria		66 177	0,70%
Rabobank Nederland NV		65 224	0,69%
Svenska Handelsbanken AB		64 173	0,68%
Nordea Bank AB		63 874	0,67%
National Australia Bank Ltd		63 036	0,67%
Banco de Sabadell, SA		61 894	0,65%
Montepio Geral Associação Mutualista		59 584	0,63%
JPMorgan Chase & Co		56 196	0,59%
Crédit Agricole Groupe		56 160	0,59%
DnB NOR ASA		56 101	0,59%
Crédit Suisse Group AG		55 940	0,59%
Crédit Mutuel – CIC Group		54 213	0,57%
Jyske Bank A/S		51 554	0,54%
ENI SpA		50 606	0,53%
Danske Bank A/S		50 206	0,53%
Outros		1 584 452	16,72%

46. GESTÃO DE CAPITAL

QUADRO REGULAMENTAR ATUAL

Os objetivos de gestão do Capital na Caixa Geral de Depósitos norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Banco de Portugal e pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a CGD está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição e do Grupo, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade;

Para atingir os objetivos descritos, a Caixa Geral de Depósitos procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazos, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efetuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A atividade de instituições de crédito em Portugal é regulada pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, o qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial portuguesa, refletindo, em larga medida, as Diretivas comunitárias aplicáveis ao sistema financeiro (Diretivas 2006/48/CE, 2006/49/CE e 2010/76/EU).

Os elementos constituintes do capital do Grupo CGD (fundos próprios de base, fundos próprios complementares e deduções) são os constantes do Aviso 6/2010, com as alterações introduzidas pelos Avisos 7/2011 e 2/2012, todos emitidos pelo Banco de Portugal.

Para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito e de mercado, o Grupo utiliza os respetivos métodos-padrão. Para risco operacional, utiliza, desde de junho de 2009, o método *standard* (em substituição do método básico).

O ano de 2011 foi particularmente marcado por intervenções regulamentares do Banco de Portugal, com a emissão de um conjunto alargado de Avisos e outros instrumentos normativos relacionados com matérias de natureza prudencial, dos quais se destacam:

Em abril de 2011, através do Aviso 1/2011, o Banco de Portugal exigiu aos grupos financeiros sujeitos à sua supervisão em base consolidada o reforço dos níveis do rácio *Core Tier 1* para um valor não inferior a 8% em 31 de dezembro de 2011. Essa exigência foi justificada pela necessidade de manter e reforçar a capacidade do sistema bancário de enfrentar as situações adversas que têm prevalecido internacionalmente e que, mais recentemente, têm tido especial impacto em Portugal, bem como pela vantagem de antecipar a convergência para os novos padrões internacionais de Basileia III.

Em maio de 2011, no âmbito da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal – com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional –, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011 relativo ao reforço dos níveis de capitalização do sistema bancário nacional. Assim, os grupos financeiros sujeitos à supervisão em base consolidada do Banco de Portugal que incluam alguma das instituições de crédito referidas nas alíneas a) a c), do artigo 3.º, do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, devem reforçar os seus rácios *core tier 1*, em base consolidada, para um valor não inferior a 9%, até 31 de dezembro de 2011, e a 10%, até 31 de dezembro de 2012.

O Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado em maio de 2011, com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, definiu, ainda, um con-

junto de medidas e ações a desenvolver pelas autoridades portuguesas relativamente ao sistema financeiro, entre as quais a implementação de um programa trimestral de monitorização da solvabilidade e desalavancagem dos oito maiores grupos bancários nacionais. Neste contexto, foi atribuída ao Banco de Portugal a responsabilidade pelo desenvolvimento de um programa especial de inspeções (SIP), com o objetivo de validar os dados que suportam a avaliação trimestral da solvabilidade daqueles grupos.

Para monitorizar a execução do programa, foi constituído um *Steering Committee* presidido pelo Banco de Portugal e composto por peritos designados pelo Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia, Banco Central Europeu, por três autoridades de supervisão da União Europeia – Banco de España, Autorité de Contrôle Prudentiel (França) e Banque Nationale de Belgique – e, ainda, pelo Banco de Portugal.

O *Steering Committee* aprovou, em julho de 2011, os Termos de Referência para os trabalhos a desenvolver que definiram o âmbito, a abordagem metodológica, os calendários de execução e os mecanismos de acompanhamento e controlo a adotar. De acordo com os Termos de Referência, o SIP compreende três vertentes:

1. Avaliação das carteiras de crédito, com referência a 30 de junho de 2011, baseada na análise da imparidade afeta a uma amostra de créditos, bem como na apreciação dos modelos de cálculo de imparidade e das políticas e procedimentos associados;
2. Revisão do processo de cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito;
3. Validação das metodologias e dos parâmetros utilizados nos exercícios de *stress test* a realizar regularmente no contexto do Programa de Assistência Financeira.

O Grupo CGD foi abrangido pelo Programa Especial de Inspeções (SIP) e os resultados relativos à avaliação das carteiras de crédito e à revisão do processo de cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito foram divulgados pelo Banco de Portugal no dia 16 de dezembro de 2011, enquanto que os da terceira vertente do SIP foram divulgados em 1 de março de 2012.

Na divulgação de 16 de dezembro, concluía-se «...ser adequado o valor global da imparidade registada nas contas consolidadas do Grupo», tendo sido «também apurada a necessidade de efetuar correções pontuais aos valores dos ativos ponderados pelo risco, que implicariam uma redução de 1,1% no montante total calculado para aquela data». As correções aos ativos ponderados foram, entretanto, introduzidas nos reporte prudencial efetuado.

Relativamente à terceira vertente SIP, metodologia de realização de testes de esforço, «A avaliação efetuada permitiu confirmar que o grupo CGD utilizou parâmetros e metodologias adequados na generalidade dos aspetos analisados, embora com necessidade de introdução de melhorias em áreas pontuais, que constarão de um plano de resolução a apresentar ao Banco de Portugal para implementação a curto prazo».

Em julho de 2011, foi publicado em *Diário da República* o Decreto-Lei nº 88/2011 que visa reforçar os requisitos de fundos próprios para a carteira de negociações e para as retitularizações, bem como os poderes do Banco de Portugal em matéria de políticas de remuneração, transpondo a Diretiva nº 2010/76/UE (que altera as Diretivas nºs 2006/48/CE e 2006/49/CE, no que diz respeito aos requisitos de fundos próprios para a carteira de negociação e para retitularizações, bem como à análise das políticas de remuneração pelas autoridades de supervisão). O Banco de Portugal, através do Aviso 9/2011, datado de dezembro, atualiza o enquadramento regulamentar relativo ao apuramento dos ativos ponderados pelo risco e à divulgação de informação das instituições sujeitas à sua supervisão.

Em novembro de 2011, a Autoridade Bancária Europeia (EBA – European Banking Authority) levou a cabo um exercício de *stress-test*, com a participação de 71 bancos por toda a Europa, incluindo a CGD, cujo objetivo consistia em criar um *buffer* de capital temporário e excecional para ir ao encontro das preocupações atuais do mercado acerca do risco soberano, assim como outros riscos residuais em matéria de crédito relacionados com o difícil ambiente atual em que se vive no mercado. Esse *buffer* foi concebido com o intuito de transmitir confiança aos mercados em relação à capacidade dos bancos em absorverem uma série de choques nas suas carteiras de dívida soberena e, ainda assim, manterem um nível de capital adequado. Assim, não deve ser entendido como uma

métrica de perdas incorridas ou a incorrer com as referidas carteiras, mas como uma margem de segurança adicional introduzida no sistema financeiro para endereçar uma preocupação específica dos diversos *stakeholders* dos bancos.

O referido exercício, que teve o acordo do Conselho de 26 de outubro de 2011, requer que os bancos fortaleçam as suas posições de capital através da criação de um *buffer* temporário de capital, no sentido de proteger as suas exposições à dívida soberana a preços de mercado correntes. Além disso, requer que os mesmos estabeleçam um *buffer* que permita que o seu rácio de capital *Core Tier 1* atinja um nível de 9% até ao fim de junho de 2012. O valor de qualquer insuficiência de capital identificada é baseado nos valores de setembro de 2011. O volume do *buffer* de capital respeitante à divida soberana não será revisto.

A CGD identificou e comunicou ao mercado, em 8 de dezembro de 2011, uma necessidade de capital de EUR 1834 milhões. Destes, EUR 1073 milhões constituem o *buffer* de dívida pública.

Em complemento à aferição de necessidades de capital, em dezembro de 2011, a EBA publicou uma Recomendação (EBA/REC/2011/1, datado de 8 de dezembro) com o intuito de promover, entre os principais bancos europeus, um reforço do capital regulamentar de melhor qualidade.

Nesse contexto, foi reiterada a exigência para que os grupos bancários sujeitos ao exercício de *stress-test* da EBA reforçassem os respetivos níveis de capitalização de forma a atingirem, até 30 de junho de 2012, rácios *Core Tier 1* de 9%, depois de uma avaliação prudente, a valores de mercado, das exposições à dívida soberana detidas em 30 de setembro de 2011. O Banco de Portugal determinou a sujeição do Grupo CGD ao cumprimento da Recomendação da EBA e solicitou a elaboração de um Plano de Capital para o efeito.

De acordo com a determinação do Banco de Portugal, a CGD enviou àquele organismo de supervisão, dentro do prazo estabelecido (até ao dia 20 de janeiro de 2012), o respetivo plano de capitalização, no qual especifica e justifica os meios que pretende utilizar para dar cumprimento à referida Recomendação. O plano de capitalização contempla a revisão das necessidades de capital – atualmente de 1 650 000 mEuros face a um valor inicial de 1 834 000 mEuros – e encontra-se a ser apreciado pelo Banco de Portugal, em articulação com a EBA e, se necessário, no contexto dos colégios de supervisores relevantes. As necessidades de capital serão supridas pelo Estado Português sem recurso à linha do mecanismo de apoio à solvabilidade bancária e poderá ser efetuada mediante subscrição de aumento de capital, bem como através de subscrição de instrumentos de dívida convertíveis *(contingent convertible capital)*.

BASILEIA III

Em 2009, na sequência da crise financeira internacional, o Comité de Basileia de Supervisão Bancária desenvolveu um programa de reformas destinado a reforçar a regulação global sobre o capital e a liquidez.

O objetivo do pacote de reformas é melhorar a capacidade do setor bancário para absorver choques decorrentes do *stress* financeiro e económico, qualquer que seja a sua fonte, reduzindo, assim, o risco de contaminação da economia real pelo setor financeiro e, por outro lado, aumentar a qualidade, a coerência e a transparência da base de capital.

Este conjunto de reformas incide principalmente sobre o Pilar 1 (Determinação dos requisitos mínimos de fundos próprios) do acordo conhecido como Basileia II, mas engloba, igualmente, um conjunto de orientações e recomendações para o Pilar 2 (Processo de Avaliação pela Autoridade de Supervisão) e Pilar 3 (Disciplina de Mercado).

O conjunto das reformas acordadas e publicadas pelo *Comité* entre julho de 2009 e setembro de 2010, coletivamente conhecidas como Basileia III, podem ser sumarizadas nos seguintes pontos principais:

- Aumentar a qualidade do capital para assegurar que os bancos têm maior capacidade de absorver perdas, tanto numa base de continuidade das operações (*going concern*) como em caso de liquidação (*gone concern*);

- Aumentar a cobertura do risco, em particular para as atividades de *trading*, titularização, exposição a veículos fora-do-balanço e exposição a risco de crédito de contraparte resultante de derivados;
- Elevar os requisitos de capital mínimos:
  - Rácio *Core Tier* 1 (*common equity capital*) – definição de um mínimo de 4,5% em 2015 – neste momento é de 2%. A alteração será faseada: 3,5% em 2013, 4% em 2014 e 4,5% em 2015;
  - Rácio *Tier* 1 aumenta de 4% para 6% no período atrás referido: 4,5% em 2013, 5,5% em 2014 e 6% em 2015;
  - Rácio de capital permanece em 8%;
  - *Capital conservation "buffer"* – criação de uma almofada de segurança de 2,5%, requisito também a cumprir de forma faseada: 0,625% em 2016, 1,25% em 2017, 1,875% em 2018 e 2,5% em 2019. Estes valores acrescem aos valores dos rácios indicados nos pontos anteriores. O objetivo da criação do *buffer* é assegurar que os Bancos mantenham uma almofada que pode ser usada para absorver perdas que ocorram em períodos de *stress* económico e financeiro.
- Fixação de períodos transitórios para absorção das deduções a elementos de capital não elegíveis segundo Basileia III e para as novas deduções à base de capital;
- Promover a acumulação de *buffer*s de capital em conjunturas favoráveis, que possam ser utilizados em períodos de crise, incluindo tanto um *buffer* de conservação de capital como um *buffer* contracíclico para proteger o setor bancário de períodos de crescimento excessivo do crédito;
- Introduzir um rácio de alavancagem harmonizado internacionalmente para servir de suporte à medida de capital ponderada pelo risco e conter a acumulação de excessiva alavancagem no sistema;
- Introduzir padrões mínimos globais de liquidez, consistindo tanto de um rácio de cobertura de liquidez de curto prazo (LCR – *Liquidity Coverage Ratio*), como de um rácio estrutural de financiamento líquido estável de longo prazo (NSFR – *Net Stable Funding Ratio*);
- Elevar os padrões para o processo de supervisão (Pilar 2) e disciplina de mercado (Pilar 3), conjuntamente com orientações adicionais nas áreas de boas práticas de valorização, testes de *stress*, gestão do risco de liquidez, governação empresarial e remunerações.

Saliente-se que, no plano Europeu, as recomendações de Basileia III serão objeto de transposição através de Diretiva com força de lei para os países da União Europeia (*Capital Requirements Directive*). A legislação sobre essas alterações foi colocada para consulta pública em maio de 2011 através do denominado CRD IV (em julho, foi publicada a versão atualizada), podendo a legislação final apresentar divergências relativamente ao acima descrito.

Estão, também, previstas outras medidas adicionais a aplicar às chamadas instituições com importância sistémica. Em novembro de 2011, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia, em resultado da consulta pública sobre "Bancos com Importância Sistémica – Metodologia e Requisitos", publicou o documento final sobre bancos com importância sistémica (*Global systemically important banks: assessment methodology and the additional loss absorbency requirement*).

Neste documento prevê-se:

1. Uma metodologia de avaliação da importância sistémica global dos bancos, baseada em cinco categorias: dimensão, interconectividade, falta de substituibilidade, atividade global e complexidade;
2. Medidas para melhorar a absorção das perdas nas atividades de bancos de importância sistémica global, reduzindo probabilidades de fracasso; e
3. Um calendário de implementação paralelo com Basileia III, i.e., introdução entre 2016 e 2018, para entrada em vigor plena em 1 de janeiro de 2019.

O Grupo tem acompanhado os trabalhos desenvolvidos no âmbito da alteração regulamentar denominada Basileia III (e CRD IV) e participou ativamente nas consultas públicas sobre a matéria. Adicionalmente, tem efetuado estudos internos para o apuramento dos impactos das propostas conhecidas no sentido de identificar medidas e estratégias para dar resposta ao cumprimento dos novos requisitos regulamentares.

RÁCIOS DE CAPITAL

No quadro seguinte, resume-se a composição do Capital Regulamentar da Caixa Geral de Depósitos, nos finais de 2011 e de 2010, para a sua atividade consolidada:

RÁCIO DE SOLVABILIDADE CONSOLIDADO (milhões de euros)

	31.12.2010 (1)	31.12.2011 (2)	Variação (2)-(1)
A – FUNDOS PRÓPRIOS BASE (*TIER* I)	**6 844**	**6 229**	**-615**
Capital Social	5 050	5 150	100
Reservas e Resultados Transitados	1 162	1 175	13
Resultado Líquido	312	- 477	(789)
Interesses Minoritários	1 273	874	(399)
Impactos de transição IAS (regime transitório)	94	70	(25)
Deduções aos F. P. de Base (*)	**(1 048)**	**(562)**	**485**
B – FUNDOS PRÓP.COMPLEMENTARES (*TIER* II)	**2 682**	**1 820**	**(862)**
Passivos subordinados c/ venc. Indeterminado	156	1	(155)
Passivos subordinados c/ venc. determinado	2 680	2 089	(590)
Reservas de Reavaliação	243	139	(104)
Outros elementos (*)	(397)	(410)	(13)
C – DEDUÇÕES AOS F. P. TOTAIS	**(40)**	**(42)**	**(2)**
D – TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS(A+B+C)	**9 486**	**8 007**	**(1 479)**
E – POSIÇÕES DE RISCO PONDERADAS	**76 989**	**69 021**	**(7 969)**
Risco de Crédito	67 660	63 667	(3 993)
Risco de Mercado	5 098	1 451	(3 647)
Risco Operacional	4 232	3 903	(329)

RÁCIOS	31.12.2010 (1)	31.12.2011 (2)	Variação (2)-(1)
***TIER* I (A/E)**	**8,9%**	**9,0%**	**0,1%**
***CORE TIER* I**	**8,8%**	**9,5%**	**0,7%**
***TIER* II (B/E)**	**3,5%**	**2,6%**	**-0,9%**
DEDUÇÕES (C/E)	**-0,1%**	**-0,1%**	**0,0%**
RÁCIO DE SOLVABILIDADE (D/E)	**12,3%**	**11,6%**	**-0,7%**

(*) - Incluem as deduções do investimento nas Seguradoras e nas Instituições de Crédito em que as participações são ≥ 10%.

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 30 de março de 2012 o Estado Português celebrou o contrato de venda do BPN, ultimando, desta forma, o processo de reprivatização do Banco iniciado em julho de 2011.

Decorrente do processo de reorganização da estrutura de ativos e passivos do BPN subjacente ao processo de alienação, a titularidade dos veículos Parvalorem, SA, Parups, SA e Parparticipadas, SA e, por inerência, as dívidas contratadas por estas sociedades junto da Caixa Geral de Depósitos, sob a forma de crédito a clientes e emissões obrigacionistas (com um valor nominal de 792 953 mEuros e 3 100 000 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2011), foram transferidas para a esfera do Estado Português. Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado responsabilidades decorrentes do programa de papel comercial subscrito pela Caixa no valor de 1 000 000 mEuros, dado ter existido uma transmissão de posição contratual entre o BPN e a Parvalorem. Assim, a partir de 30 de março de 2012, o emitente deste programa de papel comercial passou a ser a Parvalorem.

Na sequência desta operação, remanesce um programa de papel comercial concedido ao BPN com o limite de 400 000 mEuros, com vencimento em março de 2015 e que beneficia de garantia do Estado até essa data. Adicionalmente, foi concedida pela Caixa ao BPN uma linha de crédito em conta corrente até ao limite de 300 000 mEuros, com vencimento em março de 2016, cuja possibilidade de utilização está condicionada ao valor de depósitos de clientes do BPN.

2.3. RELATÓRIOS EBA

ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING AUTHORITY (EBA) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

CARTA CIRCULAR Nº 97/2008/DSB, DE 3 DE DEZEMBRO, DO BANCO DE PORTUGAL

I. MODELO DE NEGÓCIO	
1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das atividades / negócios e respetiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efetuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulos: › Nota Introdutória; › Estratégia e Modelo de Negócio. Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade.
2. Descrição das estratégias e objetivos (incluindo as estratégias e objetivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Ver o referido no ponto I.1 atrás. Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulos: › Objetivos Estratégicos; › Análise Financeira – Evolução do Balanço (sobre operações de titularização). Ver Anexo às DF Consolidadas: Notas 13. e 24. sobre títulos emitidos no âmbito de operações de titularização e produtos estruturados.
3. Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);	No Relatório do Conselho de Administração, encontra-se uma descrição pormenorizada da atividade do Grupo CGD, seus objetivos e resultados, contribuição para o negócio, consequências da turbulência nas Demonstrações de Resultados, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Ver, em especial, os capítulos mencionados no ponto I.1 atrás. Ver Notas 30. e 42. do Anexo às DF Consolidadas.
4. Descrição do tipo de atividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos / investimentos devem cumprir;	Ver pontos I.1 a I.3 atrás. Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo Gestão dos Riscos. Ver Nota 2.8. do Anexo às DF Consolidadas.
5. Descrição do objetivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e., compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada atividade desenvolvida;	Ver pontos I.1 a I.3 atrás.

II. RISCOS E GESTÃO DOS RISCOS	
6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a atividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;	Ver Relatório do Conselho de Administração: Capítulo Gestão dos Riscos. Ver Anexo às DF Consolidadas: › Nota 44.: onde é efetuada a descrição pormenorizada das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo, sua monitorização, exposição máxima a risco de crédito, qualidade de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco cambial, risco de mercado e análises de VaR e de sensibilidade à taxa de juro; › Nota 45.: onde se descreve a gestão de risco relativa a Contratos de Seguro e Resseguro.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na atual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as atividades, descrição de quaisquer fragilidades / fraquezas identificadas e das medidas corretivas adotadas;	Ver o referido no ponto II.6 atrás.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos *write-downs* nos resultados;	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: › Análise Financeira – Resultados e Rendibilidade. Ver Notas 6., 8., 21. e 41. do Anexo às DF Consolidadas.
9. Decomposição dos *write-downs* / perdas por tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: *commercial mortgage-backed securities* (CMBS), *residential mortgage-backed securities* (RMBS), *colateralised debt obligations* (CDO), *asset-backed securities* (ABS);	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: › Análise Financeira – Resultados e Rendibilidade. Ver Nota 44. do Anexo às DF Consolidadas.
10. Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido;	Ver Relatório do Conselho de Administração – Nos diversos Capítulos, é feita referência às consequências da turbulência dos mercados financeiros sobre o sistema bancário e sobre a CGD, em particular, designadamente nos seguintes Capítulos: › Nota Introdutória; › Enquadramento Macroeconómico; › Análise Financeira. Ver o referido nos pontos III. 8 e III.9 atrás.
11. Comparação de: i) impactos entre períodos (relevantes); ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás.
12. Decomposição dos *write-downs* entre montantes realizados e não realizados;	Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás, em especial a Nota 44. do Anexo às DF Consolidadas.
13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das ações da entidade;	N.d.
14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afetada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Ver Relatório do Conselho de Administração, em particular o Capítulo: › Análise Financeira – Principais Riscos e Incertezas em 2012. Ver o referido no ponto III.10 atrás.
15. Divulgação do impacto que a evolução dos *spreads* associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: › Análise Financeira – Resultados e Rendibilidade. Os passivos emitidos pelo Grupo CGD encontram-se registados ao custo amortizado.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFETADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: › Gestão dos Riscos. Ver Anexo às DF Consolidadas: › Nota 2.8.; › Nota 44., onde é efetuada uma comparação entre justo valor e valor de balanço dos ativos e passivos registados ao custo amortizado.
17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de *credit default swaps*) e o respetivo efeito nas exposições existentes;	Ver Anexo às DF Consolidadas: › Nota 2.8., descreve as políticas contabilísticas sobre derivados e contabilidade de cobertura; › Notas 11., 44. e 45., onde consta extensa informação sobre derivados, montantes nocionais e valor contabilístico das operações da Caixa através desses instrumentos, para os quais existem limites de exposição por produto e por cliente e o acompanhamento da evolução diária dos resultados.
18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: › Nível de senioridade das exposições / *tranches* detidas; › Nível da qualidade de crédito (e.g., *ratings*, *vintages*); › Áreas geográficas de origem; › Setor de atividade; › Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); › Características do produto: e.g. *ratings*, peso / parcela de ativos *sub-prime* associados, taxas de desconto, *spreads*, financiamento; › Características dos ativos subjacentes: e.g. *vintages*, rácio *loan-to-value*, privilégios creditórios; › Vida média ponderada do ativo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	Ver Relatório do Conselho de Administração. Ver Nota 44. do Anexo às DF Consolidadas.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, *write-downs*, compras, etc.)	Ver Relatório do Conselho de Administração a exposição a ativos afetados pelo período de turbulência: Ver pontos III.8. a III.15. atrás.
20. Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	N.d.
21. Exposição a seguradoras de tipo *monoline* e qualidade dos ativos segurados: Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de proteção de crédito adquirido; Justo valor das exposições "vivas", bem como a respetiva proteção de crédito; Valor dos *write-downs* e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; Decomposição das exposições por *rating* ou contraparte;	A CGD não tem exposição a seguradoras de tipo *monoline*.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22. Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respetivo tratamento contabilístico;	Ver Anexo às DF Consolidadas: › Nota 2., onde consta a descrição e o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros.
23. Consolidação das *Special Purpose Entities* (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afetados pelo período de turbulência;	N.d.
24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: › Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; › Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados, bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); › Tratamento dos "*day 1 profits*" (incluindo informação quantitativa); › Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respetivos montantes (com adequada decomposição);	Ver Notas 7. e 44. do Anexo às DF Consolidadas. Ver ponto IV.16 atrás, em especial, na apresentação do apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.
25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: › Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; › Processos de valorização (incluindo, em particular, os pressupostos e os *inputs* nos quais se baseiam os modelos); › Tipos de ajustamento aplicados para refletir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; › Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e *inputs*-chave); › *Stress Scenarios*.	Ver Anexo às DF Consolidadas: › Nota 2.8., onde consta informação e os processos aplicados pela CGD na valorização dos instrumentos financeiros; › Notas 44. e 45.

VI. OUTROS ASPETOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	Ver Nota 2. do Anexo às DF Consolidadas.

N.d. – Não disponível.

2.4. RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

2.4.1. RELATÓRIO DE AUDITORIA – CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 da Caixa Geral de Depósitos, SA (Caixa ou CGD), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011, que evidencia um ativo total de 108 868 964 mEuros e capitais próprios de 4 663 697 mEuros, incluindo um resultado do exercício negativo de 316 255 mEuros, as Demonstrações individuais dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Caixa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos que lhe são aplicáveis e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, a sua posição financeira, o seu resultado ou o seu rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Caixa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira individual da Caixa Geral de Depósitos, SA em 31 de dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios individuais e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2.) e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à atividade individual da Caixa, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual da Caixa, as participações em Filiais e Associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. A Caixa preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, para publicação em separado.

7. Em 31 de dezembro de 2011, o valor nominal da exposição da Caixa ao Banco Português de Negócios, SA (BPN) e aos veículos constituídos em 2010 no âmbito da reorganização das operações de assistência de liquidez da Caixa a esse banco totaliza 1 833 849 mEuros e 3 892 953 mEuros, respetivamente, sem considerar juros periodificados (Nota 8.). Conforme descrito na Nota 42. do Anexo, no primeiro trimestre de 2012, o capital dos referidos veículos passou a ser detido diretamente pelo Estado Português. Adicionalmente, no âmbito das operações associadas à reprivatização do BPN concluída em 30 de março de 2012, foram transferidas para um dos referidos veículos responsabilidades por emissões de papel comercial do BPN no montante de 1 000 000 mEuros, passando a exposição da Caixa ao BPN a consistir num programa de papel comercial com garantia do Estado Português, no montante de 400 000 mEuros, e numa linha de crédito em conta corrente sem garantia do Estado utilizável até ao limite de 300 000 mEuros, com vencimentos em março de 2015 e 2016, respectivamente.

8. Conforme descrito na Nota 2.3., em 2011, a CGD procedeu à alteração da política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com pensões e assistência médica a empregados, adotando a opção permitida na redação em vigor da Norma IAS 19 – Benefícios a empregados, de reconhecer por contrapartida de capital próprio os desvios atuariais e financeiros originados na mensuração destas responsabilidades. Anteriormente, a CGD utilizava o método do corredor previsto no parágrafo 92 do IAS 19 – Benefícios a Empregados, sendo os desvios atuariais e financeiros acumulados diferidos em balanço no corredor até ao maior dos seguintes montantes: (i) 10% do valor atual das responsabilidades; ou (ii) 10% do valor dos ativos do fundo de pensões. Os desvios atuariais e financeiros superiores ao limite do corredor eram amortizados por resultados durante o período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos colaboradores e ex-colaboradores abrangidos pelo Plano. De acordo com os requisitos do IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros, esta alteração de política contabilística foi aplicada retrospetivamente, encontrando-se o seu efeito refletido nas demonstrações financeiras *pro forma* de 2010, apresentadas para efeitos comparativos. O impacto da reexpressão consistiu numa diminuição do capital próprio em 1 de janeiro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010 nos montantes de 211 751 mEuros e 94 852 mEuros, respetivamente, após considerado o efeito fiscal, incluindo um aumento do resultado líquido do exercício de 2010 de 4291 mEuros.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira individual constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Caixa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 9 de Abril de 2012

Deloitte & Associados, SROC, SA
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

2.4.2. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA,** as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2011, (que evidencia um total de 108.868.964 milhares de euros e um total de capital próprio de 4 663 697 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 316 255 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu, também, a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA**, em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Ênfases

8. Em 31 de dezembro de 2011, o valor nominal da exposição da CGD ao Banco Português de Negócios, SA (BPN) e aos veículos constituídos em 2010 no âmbito da reorganização das operações de assistência de liquidez da CGD a esse banco totaliza 1,8 mil milhões de euros e 3,9 mil milhões de euros, respetivamente, sem considerar juros periodificados. No primeiro trimestre de 2012, o capital dos referidos veículos passou a ser detido diretamente pelo Estado Português. Adicionalmente, no âmbito das operações associadas à reprivatização do BPN concluída em 30 de março de 2012, foram transferidas para um dos referidos veículos (Parvalorem, SA) responsabilidades por emissões de papel comercial no montante de 1,0 mil milhões de euros, passando a exposição da CGD ao BPN a consistir num programa de papel comercial com garantia do Estado Português, no montante de 400 milhões de euros, e numa linha de crédito em conta-corrente sem garantia do Estado utilizável até ao limite de 300 milhões de euros, com vencimentos em março de 2015 e 2016, respetivamente.

9. No exercício de 2011, a CGD procedeu à alteração da política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com pensões de reforma e assistência médica a empregados, passando a registar por contrapartida de capital próprio os desvios atuariais e financeiros originados na mensuração dessas responsabilidades, conforme Nota 2.3. às demonstrações financeiras. A CGD aplicou esta alteração de política contabilística retrospetivamente, de acordo com a IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros, tendo procedido à reexpressão das suas demonstrações financeiras apresentadas para efeitos comparativos. O impacto da reexpressão traduziu-se numa diminuição do capital próprio em 1 de janeiro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010 no valor de 211,8 milhões de euros e 94,9 milhões de euros, respetivamente, após considerado o efeito fiscal, incluindo um aumento do resultado líquido do exercício de 2010 de 4,3 milhões de euros.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 9 de Abril de 2012

Oliveira Rego & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego

2.4.3. RELATÓRIO DE AUDITORIA – CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 da Caixa Geral de Depósitos, SA e subsidiárias (Caixa ou CGD), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2011 que evidencia um activo total de 120 565 281 mEuros e capitais próprios de 5 337 253 mEuros, incluindo um resultado do exercício consolidado negativo atribuível ao accionista da CGD de 488 425 mEuros, as Demonstrações consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade e a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira, o seu resultado ou o seu rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Caixa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Caixa Geral de Depósitos, SA e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Ênfases

6. Em 31 de dezembro de 2011, o valor nominal da exposição da Caixa ao Banco Português de Negócios, SA (BPN) e aos veículos constituídos em 2010 no âmbito da reorganização das operações de assistência de liquidez da Caixa a esse banco totaliza 1 833 849 mEuros e 3 892 953 mEuros, respectivamente, sem considerar juros periodificados (Nota 6.). Conforme descrito na Nota 47. do Anexo, no primeiro trimestre de 2012, o capital dos referidos veículos passou a ser detido diretamente pelo Estado Português. Adicionalmente, no âmbito das operações associadas à reprivatização do BPN concluída em 30 de março de 2012, foram transferidas para um dos referidos veículos responsabilidades por emissões de papel comercial no montante de 1 000 000 mEuros, passando a exposição da Caixa ao BPN a consistir num programa de papel comercial do BPN com garantia do Estado Português, no montante de 400 000 mEuros, e numa linha de crédito em conta-corrente sem garantia do Estado utilizável até ao limite de 300 000 mEuros, com vencimentos em março de 2015 e 2016, respetivamente.

7. Conforme descrito na Nota 2.3., em 2011, o Grupo procedeu à alteração da política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com pensões e assistência médica a empregados, adotando a opção permitida na redação em vigor da Norma IAS 19 – Benefícios a empregados, de reconhecer por contrapartida de capital próprio os desvios atuariais e financeiros originados na mensuração destas responsabilidades. Anteriormente, o Grupo utilizava o método do corredor previsto no parágrafo 92 do IAS 19 – Benefícios a Empregados, sendo os desvios atuariais e financeiros acumulados diferidos em balanço no corredor até ao maior dos seguintes montantes: (i) 10% do valor atual das responsabilidades; ou (ii) 10% do valor dos ativos do fundo de pensões. Os desvios atuariais e financeiros superiores ao limite do corredor eram amortizados por resultados durante o período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos colaboradores e ex-colaboradores abrangidos pelo Plano. De acordo com os requisitos do IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros, esta alteração de política contabilística foi aplicada retrospetivamente, encontrando-se o seu efeito refletido nas demonstrações financeiras *pro forma* de 2010, apresentadas para efeitos comparativos. O impacto da reexpressão consistiu numa diminuição do capital próprio em 1 de janeiro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010 nos montantes de 231 418 mEuros e 109 319 mEuros, respectivamente, após considerado o efeito fiscal, incluindo um aumento do resultado líquido do exercício de 2010 de 4291 mEuros.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada de 2011 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Caixa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 9 de Abril de 2012

Deloitte & Associados, SROC, SA
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

2.4.4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA**, as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 120 565 281 milhares de euros e um total de capital próprio de 5 337 253 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 488 425 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- A verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA,** em 31 de dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Ênfases

7. Do perímetro de consolidação da CGD, a nossa Sociedade exerce funções de Revisão Legal de Contas nas empresas Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, SA, Caixagest –

Técnicas de Gestão de Fundos, SA, Caixanet – Telemática e Comunicações, SA e Credip – Instituição Financeira de Crédito, SA, tendo utilizado a informação disponibilizada pelos revisores/auditores das restantes empresas que integram aquele perímetro de consolidação, para efeitos de formação da nossa opinião expressa no presente documento.

8. Em 31 de dezembro de 2011, o valor nominal da exposição da CGD ao Banco Português de Negócios, SA (BPN) e aos veículos constituídos em 2010 no âmbito da reorganização das operações de assistência de liquidez da CGD a esse banco totaliza 1,8 mil milhões de euros e 3,9 mil milhões de euros, respectivamente, sem considerar juros periodificados. No primeiro trimestre de 2012, o capital dos referidos veículos passou a ser detido directamente pelo Estado Português. Adicionalmente, no âmbito das operações associadas à reprivatização do BPN concluída em 30 de Março de 2012, foram transferidas para um dos referidos veículos (Parvalorem, SA) responsabilidades por emissões de papel comercial no montante de 1,0 mil milhões de euros, passando a exposição da CGD ao BPN a consistir num programa de papel comercial do BPN com garantia do Estado Português, no montante de 400 milhões de euros, e numa linha de crédito em conta-corrente sem garantia do Estado utilizável até ao limite de 300 milhões de euros, com vencimentos em março de 2015 e 2016, respetivamente.

9. No exercício de 2011, o Grupo CGD procedeu à alteração da política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com pensões de reforma e assistência médica a empregados, passando a registar por contrapartida de capital próprio os desvios atuariais e financeiros originados na mensuração dessas responsabilidades, conforme Nota 2.3. às demonstrações financeiras. O Grupo CGD aplicou esta alteração de política contabilística retrospetivamente, de acordo com a IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros, tendo procedido à reexpressão das suas demonstrações financeiras apresentadas para efeitos comparativos. O impacto da reexpressão traduziu-se numa diminuição do capital próprio em 1 de janeiro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010 no valor de 231,4 milhões de euros e 109,3 milhões de euros, respetivamente, após considerado o efeito fiscal, incluindo um aumento do resultado líquido do exercício de 2010 de 4,3 milhões de euros.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 9 de Abril de 2012

Oliveira Rego & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego

2.4.5. RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA

Senhor Accionista,

1. Na Assembleia-Geral da **Caixa Geral de Depósitos, SA** (adiante designada de Caixa ou CGD), realizada em 22 de Julho de 2011, foi aprovada a alteração do modelo de governação da Caixa tendo sido adoptado o modelo Anglo-Saxónico, com um Conselho de Administração, uma Comissão de Auditoria integrada no Conselho de Administração e um Revisor Oficial de Contas.

2. Com o novo modelo adotado pela CGD, foi extinto o anterior Conselho Fiscal, passando as respetivas competências a serem desenvolvidas pela Comissão de Auditoria, nos termos do previsto no artigo 423º-F do Código das Sociedades Comerciais.

3. A Comissão de Auditoria teve conhecimento do trabalho realizado pelo anterior Conselho Fiscal, decorrente das competências de fiscalização, querendo realçar a qualidade da informação recebida e reconhecendo, com apreço, a forma como foram desenvolvidas as respectivas funções.

4. De acordo com o disposto na alínea g) do n º 1 do artigo 423º-F e no artigo 508º-D do Código das Sociedades Comerciais, cumpre à Comissão de Auditoria emitir relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, da CGD, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

5. A Comissão de Auditoria, no âmbito das suas competências e tendo em consideração o modelo de governação adoptado na CGD, acompanhou e fiscalizou os atos de gestão do Conselho de Administração, tendo acesso às atas das reuniões semanais realizadas por este órgão, à documentação que suporta as decisões tomadas, preparada pelos vários serviços internos, grupos de trabalho e entidades externas (consultores / auditores), e promoveu reuniões periódicas com a sociedade de revisores oficiais de contas que lhe presta assessoria, na qualidade de perito técnico, e com os auditores externos da Caixa.

6. A Comissão de Auditoria velou, ainda, pela observância da Lei e dos Estatutos da CGD, emitindo, trimestralmente, o relatório previsto no nº 2 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 287/93 de 20 de agosto, enviado aos Gabinetes dos senhores ministro de Estado e das Finanças e secretário de Estado do Tesouro e Finanças, com conhecimento do senhor presidente do Conselho de Administração da CGD.

7. A Comissão de Auditoria teve acesso aos Pareceres sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno da CGD (Individual e Grupo) emitidos pelo anterior Conselho Fiscal e aos Pareceres do Revisor Oficial de Contas sobre o processo de preparação e de divulgação de informação financeira (individual e consolidada), bem como aos relatórios analíticos e anexos que fazem parte integrante dos referidos documentos, emitidos em 29 de junho de 2011. Em termos gerais, o anterior Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas consideraram que o sistema de controlo interno na CGD é adequado à dimensão e à natureza e risco das atividades desenvolvidas, existindo alguns aspetos a melhorar cuja evolução a Comissão de Auditoria irá continuar a acompanhar no decorrer do exercício de 2012, face à relevância que assumem no âmbito das funções de fiscalização atribuídas à Comissão.

8. A Comissão de Auditoria tomou conhecimento dos relatórios emitidos pelo Revisor Oficial de Contas sobre as demonstrações financeiras intercalares, para efeitos de inclusão nos fun-

dos próprios, dos resultados positivos provisórios apurados mensalmente, de acordo com o Aviso nº 6/2010, de 31 de dezembro, do Banco de Portugal.

9. A Comissão de Auditoria tomou conhecimento dos relatórios de imparidade sobre a carteira de crédito concedido pela CGD, elaborados com periodicidade semestral pelos Auditores Externos, conforme estabelecido pelo Banco de Portugal através das Cartas Circulares nº 17/2002/DSB, de 14 de fevereiro, e nº 38/2008/DSB, de 29 de maio.

10. A Comissão de Auditoria apreciou o Plano de Financiamento e de Capital para o período 2011--2015 da CGD, estabelecido no Plano de Assistência Financeira, tendo solicitado esclarecimentos adicionais ao Conselho de Administração sobre esta matéria, os quais foram prestados em reunião especialmente convocada para o efeito, com a presença dos principais diretores centrais da Caixa com responsabilidades na elaboração do Plano.

11. Em termos de decisões tomadas e/ou consumadas no exercício findo, a Comissão de Auditoria salienta as seguintes situações:

(i) Em Assembleia-Geral realizada em 26 de maio de 2011, foi aprovado que o resultado líquido do exercício de 2010, respeitante à atividade individual, no montante de 47,3 milhões de euros, fosse transferido 20% para reserva legal (9,5 milhões de euros), 24,4 milhões de euros para cobertura de resultados transitados e 13,4 milhões de euros para reservas livres.

(ii) O Banco para Promoção e Desenvolvimento, SA foi constituído em 14 de fevereiro de 2011, mediante escritura pública celebrada entre a Sonangol, Empresa Pública, a Sonangol Holdings, Limitada, a Gerbanca, SGPS, SA, a Caixa – Participações, SGPS, SA e a CGD. A participação do Grupo CGD no capital do Banco ascende a 183,2 milhões de euros (realizado em 4,5 milhões de euros), repartido entre a CGD (49,99%), a Caixa – Participações (0,005%) e a Gerbanca (0,005%).

(iii) O Fundo de Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR foi constituído em 16 de agosto de 2011, com um capital inicial de 100 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2011, encontravam-se realizados 15 milhões de euros.

(iv) O Banco Caixa Geral, SA realizou um aumento de capital social no valor de 30 milhões de euros, integralmente subscrito pela CGD.

(v) Os empréstimos concedidos pela CGD para a compra de ações de empresas cotadas têm merecido particular atenção da Comissão de Auditoria, conforme relatórios trimestrais emitidos para a Tutela.

6. Atendendo à desvalorização verificada nas ações dadas como garantia, a Comissão de Auditoria tem vindo a recomendar a reposição do nível de garantias contratuais, a fim de acautelar a exposição da CGD.

(vii) No exercício de 2011, a CGD adquiriu e alienou ações da Portugal Telecom, SGPS, SA, tendo em resultado destas operações sido registada uma menos-valia contabilística de 24,4 milhões de euros.

(viii) O contrato de empréstimo no valor de 100 milhões de euros, celebrado entre a CGD e o Banco Finantia, SA, em 17 de outubro de 2008, foi objecto de renovação até 18 de outubro de 2012, tendo já sido liquidados 40 milhões de euros nos exercícios de 2010 e 2011, conforme estabelecido no plano de reembolso acordado.

(ix) Em resultado da análise da existência de imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda (instrumentos de capital), foram reconhecidas perdas líquidas em resultados do exercício (contas consolidadas) no valor total de 391,8 milhões de euros (reforços de imparidade deduzidos de utilizações), com destaque para a Portugal Telecom, SGPS, SA (216,3 milhões de euros), BCP – Banco Comercial Português, SA (81,8 milhões de euros), Brisa – Auto Estradas de Portugal, SA (41,6 milhões de euros), ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (21,8 milhões de euros) e La Seda Barcelona (19,0 milhões de euros).

(x) No exercício de 2011, destacam-se os dividendos reconhecidos das participações na Portugal Telecom, SGPS, SA (85,3 milhões de euros), ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (5,3 milhões de euros), AdP – Águas de Portugal, SA (5,1 milhões de euros), EDP – Energias de Portugal, SA (4,2 milhões de euros), Brisa – Auto Estradas de Portugal, SA (2,8 milhões de euros) e Galp Energia, SGPS, SA (2,0 milhões de euros).

(xi) Em Assembleia-Geral de Accionistas de 22 de novembro de 2011, foi deliberado o aumento de capital do Banco Nacional de Investimento, SA (BNI) para 2 240 000 milhares de meticais (cerca de 64 milhões de euros), distribuídos pelo Estado de Moçambique através da Direcção Nacional do Tesouro (49,5%), CGD (49,5%) e Banco Comercial e de Investimentos, SARL (1%). Em 31 de dezembro de 2011, o capital social do BNI encontrava-se integralmente realizado.

(xii) O Estado Português, accionista único da CGD, aprovou em Deliberação Unânime por Escrito, tomada em 24 de novembro de 2011, um aumento do capital social da CGD em 100 milhões de euros, através da emissão de 20 milhões de novas ações, com valor nominal de 5 euros cada, realizado pela incorporação de reservas disponíveis para o efeito, sendo 98,6 milhões de euros provenientes de "Reservas de Reavaliação Legal de Imobilizado" e 1,4 milhões de euros de "Outras Reservas".

(xiii) O Banco de Portugal divulgou em 16 de dezembro de 2011 os primeiros resultados globais do Programa Especial de Inspecções realizado como parte das medidas e acções acordadas pelas autoridades portuguesas, relativamente ao sistema financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com o Fundo Monetário Internacional, União Europeia e Banco Central Europeu em maio passado. O exercício incidiu sobre créditos no valor de 71,8 mil milhões de euros, cobrindo 84% do total da carteira de crédito do Grupo CGD. A avaliação concluiu ser adequado o valor global da imparidade registada nas contas consolidadas do Grupo.

(xiv) O valor de balanço dos investimentos em títulos de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro (líquido de imparidade acumulada) ascendeu a 7127,2 milhões de euros relativos à República Portuguesa, 259,9 milhões de euros da República de Itália, 132,7 milhões de euros do Reino de Espanha, 115,7 milhões de euros da República da Grécia e 39,4 milhões de euros da República da Irlanda. Salienta-se as perdas de imparidade reconhecidas pelo Grupo nas exposições detidas em dívida soberana emitida pela República da Grécia no montante de 134,7 milhões de euros, encontrando-se registados na rubrica de provisões para outros riscos e encargos 50,9 milhões de euros destinados à cobertura de perdas adicionais por imparidade nestes títulos.

(xv) Em 31 de dezembro de 2011, os financiamentos obtidos pela CGD junto do Banco Central Europeu ascendiam a 9,0 mil milhões de euros, registando um aumento de 2,45 mil milhões de euros face ao período homólogo do exercício anterior.

(xvi) Em 31 de dezembro de 2011, o valor nominal da exposição da Caixa ao Banco Português de Negócios, SA (BPN) e aos veículos constituídos em 2010 no âmbito da reorganização das

operações de assistência de liquidez da Caixa a esse banco totaliza 1,8 mil milhões de euros e 3,9 mil milhões de euros, respetivamente, sem considerar juros periodificados. No primeiro trimestre de 2012, o capital dos referidos veículos passou a ser detido diretamente pelo Estado Português. Adicionalmente, no âmbito das operações associadas à reprivatização do BPN concluída em 30 de Março de 2012, foram transferidas para um dos referidos veículos (Parvalorem, SA) responsabilidades por emissões de papel comercial no montante de 1,0 mil milhões de euros, passando a exposição da Caixa ao BPN a consistir num programa de papel comercial com garantia do Estado Português, no montante de 400 milhões de euros, e numa linha de crédito em conta-corrente sem garantia do Estado utilizável até ao limite de 300 milhões de euros, com vencimentos em março de 2015 e 2016, respetivamente.

(xvii) Em 31 de dezembro de 2011, as responsabilidades com pensões de reforma e assistência médica a empregados da CGD ascendem, respetivamente, a 1,3 mil milhões de euros e 0,4 mil milhões de euros, conforme estudo atuarial elaborado por entidade independente. As responsabilidades com pensões de reforma encontram-se financiadas a 108,8% pelo Fundo de Pensões da CGD e as responsabilidades associadas à assistência médica foram provisionadas na sua totalidade.

(xviii) No decorrer do exercício de 2011, a CGD procedeu à alteração da política de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais associados a responsabilidades com pensões e assistência médica a empregados, passando a reconhecer por contrapartida de capital próprio os desvios actuariais e financeiros originados na mensuração destas responsabilidades.

(xix) Em 31 de dezembro de 2011, o valor das ações da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, SA, representativas de 9,584% do capital e direitos de voto desta Sociedade, adquiridas em fevereiro de 2009 à Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, SA, através de uma operação efectuada fora do mercado regulamentado, ascendia a 342,4 milhões de euros. O vendedor detém uma opção de compra da participação à CGD, a qual atingiu o seu termo em fevereiro de 2012, sem que o vendedor tenha procedido à recompra das referidas ações.

12. Em termos das Contas Individuais da Sociedade, evidenciamos os seguintes indicadores, caracterizadores da atividade no exercício:

(i) O Activo Líquido ascendeu a 108,9 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 3,9 mil milhões de euros (-3,5%) face ao ano anterior, devido, essencialmente, às reduções nas carteiras de títulos e de crédito a clientes.

(ii) No Passivo, a diminuição deveu-se, sobretudo, às reduções registadas nas responsabilidades representadas por títulos e nos passivos subordinados, em parte compensadas pelos aumentos em recursos de clientes e outros empréstimos.

(iii) Os Capitais Próprios ascenderam a 4,7 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 1,4 mil milhões de euros em relação ao ano anterior, explicado, sobretudo, pelo agravamento das reservas de reavaliação negativas e pelo resultado líquido negativo registado no exercício.

(iv) O rácio *cost-to-income* situou-se em 55,7% (58,5% no ano anterior), ficando a descida a dever-se, sobretudo, à diminuição dos custos com pessoal e outros gastos administrativos.

(v) O Resultado Líquido individual ascendeu a um valor negativo de 316,3 milhões de euros, registando uma diminuição de 367,8 milhões de euros face ao ano anterior, devido, sobretudo,

ao crescimento significativo das provisões para crédito e imparidade de participações financeiras detidas pela CGD.

13. Em relação às Contas Consolidadas, salientamos os seguintes indicadores caracterizadores da atividade no exercício:

(i) O Ativo Líquido do Grupo CGD ascendeu a 120,6 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 5,2 mil milhões de euros (-4,1%) face ao ano anterior, devido, essencialmente, às reduções nas carteiras de títulos e de crédito a clientes, em parte compensadas pelos aumentos em disponibilidades e aplicações em instituições de crédito.

(ii) No Passivo, a diminuição deveu-se, sobretudo, às reduções registadas nas responsabilidades representadas por títulos e provisões técnicas de contratos de seguros, em parte compensadas pelos aumentos em recursos de clientes e outros empréstimos e recursos de instituições de crédito e bancos centrais.

(iii) Os Capitais Próprios ascenderam a 5,3 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 2,4 mil milhões de euros em relação ao ano anterior, em resultado, sobretudo, da variação negativa das reservas de justo valor e pela variação negativa do resultado do exercício.

(iv) O rácio *cost-to-income* situou-se em 62,6% (63,3% no ano anterior), ficando a descida a dever-se, sobretudo, à diminuição dos custos com pessoal e outros gastos administrativos.

(v) O rácio de solvabilidade registou uma diminuição de 0,7 p.p., situando-se no final do exercício em 11,6%. O *Tier I* ascendeu a 9,0% (8,9% em período homólogo do exercício anterior) e o *Core Tier I* ascendeu a 9,5% (8,8% em período homólogo do exercício anterior), acima do valor mínimo fixado no Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

(vi) O Resultado Líquido consolidado ascendeu a um valor negativo de 488,4 milhões de euros, registando uma diminuição de 743,3 milhões de euros face ao ano anterior, devido, sobretudo, às imparidades do crédito e de outros ativos, líquida de reversões e recuperações.

14. No período subsequente ao encerramento do exercício e no âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria analisou o Relatório de Gestão e as Contas (Individuais e Consolidadas) apresentadas pelo Conselho de Administração em articulação técnica com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

15. A Comissão de Auditoria apreciou o conteúdo da "Certificação Legal das Contas" emitida pelo Revisor Oficial de Contas sobre as contas individuais e consolidadas e o "Relatório de Auditoria" (Contas Individuais e Consolidadas) emitido pelo Auditor Externo, nos termos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

16. PARECER:
Tudo devidamente ponderado, a Comissão de Auditoria é de parecer que a Assembleia-Geral:

a) Aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2011, atividade individual e consolidada, apresentados pelo Conselho de Administração;

b) Pondere sobre a proposta de aplicação de resultados que faz parte integrante do Relatório de Gestão;

c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 12 de Abril de 2012

A Comissão de Auditoria

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
(Presidente)

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa
(Vogal)

Álvaro José Barrigas do Nascimento
(Vogal)

ÁSIA

CHINA
CGD – Sucursal de Zhuhai
BNU – Escritório de Representação Xangai

CHINA-MACAU
Banco Nacional Ultramarino, SA
CGD – Subsidiária Offshore de Macau
Fidelidade Mundial – Sucursal

TIMOR-LESTE
CGD – Sucursal de Timor-Leste

ÍNDIA
CGD – Escritório de Representação

3

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

3. Relatório Sobre o Governo da Sociedade

Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo a que a CGD se Encontra Obrigada de Acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007

PBG	Recomendações	Grau de Cumprimento[1]	Referências no relatório
Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação	**Obrigação de cumprimento, respeito e divulgação, da missão, objetivos e políticas**, para si e para as participadas que controla, fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da coletividade;	Cumprido.	3.1.1. a 3.1.3.
	Elaborar planos de atividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e os objetivos fixados;	Cumprido.	3.1.4.
	Adoção de planos de igualdade, de modo a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminando a discriminação em razão de sexo e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;	Cumprido.	3.2.4.1. e 3.2.4.2
	Reporte de informação anual à tutela e ao público em geral, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objetivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade (via de investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo);	Cumprido.	3.1.3. e 3.9.
	Cumprimento de legislação e regulamentação, adotando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral;	Cumprido.	3.2.3.1. a 3.2.3.5
	Obrigação de tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores e contribuir para a sua valorização pessoal;	Cumprido	3.2.4.3.
	Obrigação de tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos, estabelecendo e divulgando procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços, adotando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transações realizadas e que garantam a igualdade de oportunidades para todos os interessados, devendo divulgar anualmente todas as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a % ultrapassar 1 milhão de euros);	Cumprido	3.3. e 3.4.
	Conduzir com integridade todos os negócios da empresa (ter ou aderir a **um código de ética** que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação).	Cumprido	3.2.2.
Estruturas de Administração e Fiscalização	**Nº de membros não exceder o de empresas privadas comparáveis**, de dimensão semelhante e do mesmo setor;	Cumprido.	3.5.2.
	O modelo de governo deve assegurar a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização (empresas de maior dimensão e complexidade devem especializar a função de supervisão criando comissão de auditoria ou comissão para matérias financeiras);	Cumprido.	3.5.
	Emissão de relatório de avaliação de desempenho anual dos gestores executivos e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efetuado pelos membros do órgão de fiscalização;	Cumprido.	3.5.3.

PBG	Recomendações	Grau de Cumprimento (1)	Referências no relatório
Estruturas de Administração e Fiscalização	**Empresas de maior dimensão e complexidade devem ter as contas auditadas por entidades independentes** com padrões idênticos aos praticados para empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados, devendo os membros do órgão de fiscalização ser os responsáveis pela seleção, confirmação e contratação de auditores, pela aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria e ser os interlocutores empresa/auditores;	Cumprido.	3.5.5.
	Implementação do sistema de controlo, que proteja os investimentos e ativos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa;	Cumprido.	3.7.1. e 3.7.2.
	Promover a rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização.	Cumprido.	3.5.
Remuneração e Outros Direitos	**Divulgação anual das remunerações totais** (fixas e variáveis) auferidas **por cada membro do órgão de administração**;	Cumprido.	3.6. e Anexo II
	Divulgação anual das remunerações auferidas **por cada membro do órgão de fiscalização**;	Cumprido.	3.6. e Anexo II
	Divulgação anual dos demais benefícios e regalias (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa).	Cumprido.	3.6. e Anexo II
Prevenção de conflitos de interesses	**Obrigação dos membros dos órgãos sociais** de se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse;	Cumprido.	3.5.8.
	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa;	Cumprido.	3.5.8.
	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC ou outros, suscetíveis de gerar conflito de interesse.	Cumprido.	3.5.8.
Divulgação de informação relevante	**Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações** de que tenham conhecimento, **suscetíveis de afetar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa**;	Cumprido	3.8.1. a 3.8.3.
	Disponibilizar para divulgação no sítio das empresas do Estado, de forma clara, relevante e atualizada, toda a informação antes enunciada, a informação financeira histórica e atual da empresa e a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais;	Cumprido.	3.8.4.
	Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade (regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos, análise de sustentabilidade e avaliação do grau de cumprimento dos PBG);	Cumprido.	3.8.6.
	Nomeação do provedor do cliente, quando se justificar.	Não aplicável.	3.10.

(1) Grau de cumprimento – cumprido, cumprido parcialmente, não cumprido, não aplicável.

3.1. Orientações de Gestão, Missão, Objetivos e Políticas da Empresa

3.1.1. INFORMAÇÃO SOBRE AS ORIENTAÇÕES DE GESTÃO QUE SEJAM APLICÁVEIS À CGD, NOMEADAMENTE AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DESTINADAS À GLOBALIDADE DO SEE, AS ORIENTAÇÕES GERAIS DESTINADAS AO SETOR FINANCEIRO E AS ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS DESTINADAS INDIVIDUALMENTE À INSTITUIÇÃO, DEFINIDAS PELO MINISTRO DAS FINANÇAS

A CGD está sujeita às orientações estratégicas definidas para a globalidade do Setor Empresarial do Estado, através de Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 70/2008, de 22 de abril, bem como às orientações de gestão específicas que lhe sejam definidas pelo acionista único da CGD, o Estado Português.

Para o triénio de 2008-2010, o Conselho de Administração da CGD definiu um conjunto de orientações de gestão específicas (Quadro de Referência Estratégico) que foi posteriormente aprovado pelo acionista, através de Deliberação Unânime, de 11 de julho de 2008.

Em 2011, em virtude da profunda alteração do contexto económico-financeiro português, e no âmbito do Programa de Assistência Financeira celebrado entre o Governo Português, o FMI, a Comissão Europeia e o BCE, foram estabelecidas metas de capital e de liquidez que passaram a condicionar a atividade da Caixa Geral de Depósitos.

Após a nomeação do Conselho de Administração para o mandato 2011-2013, ocorrida em julho de 2011, foi realizada a revisão do Desafio Estratégico do Grupo, no qual as metas regulamentares acima referidas foram determinantes.

O acionista único da CGD, o Estado Português, não estabeleceu objetivos de gestão para o exercício de 2011.

3.1.2. MISSÃO

A CGD tem como Missão:

- A consolidação da sua posição como um Grupo estruturante do sistema financeiro português, distinto pela relevância e responsabilidade fortes na sua contribuição para:
  - O desenvolvimento económico;
  - O reforço da competitividade, capacidade de inovação e internacionalização das empresas portuguesas;
  - A estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional;
- Enquanto líder do mercado, a procura de uma evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento e solidez financeira, sempre no quadro de uma gestão prudente dos riscos.

3.1.3. PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

As principais Diretrizes Estratégicas que vigoraram em 2011 foram:

- Desalavancar o Balanço, no sentido de cumprir um rácio de transformação alinhado com o objetivo definido;
- Cumprir os novos objetivos para o rácio de solvabilidade, nomeadamente de *Tier I*;
- Captar poupança e diversificar fontes de liquidez, adotando uma estratégia comercial que permita reduzir o risco de liquidez do balanço, através da captação de recursos de balanço na atividade bancária de retalho e da diversificação das fontes de financiamento nos mercados internacionais;
- Rever a presença internacional do Grupo CGD, considerando a necessidade imperiosa de desalavancagem do Balanço individual e consolidado, estabelecendo, na medida do possível, as formas de presença mais adequadas para apoiar o processo de internacionalização das empresas portuguesas;
- Reestruturar o modelo Corporativo, implementando um novo modelo corporativo que permita eliminar o impacto da volatilidade do mercado de capitais nos resultados do Banco e que permita a adequação dos rácios prudenciais às novas regras definidas em Basileia III. Este novo modelo considerará o desinvestimento em ativos financeiros *non-core* e exigirá a criação dos mecanismos necessários ao desempenho das funções de natureza corporativa, designadamente as ligadas à gestão estratégica, gestão de risco e gestão de liquidez;
- Melhorar a eficiência através da adoção de um programa que permita aumentar os níveis de produtividade, num contexto de desalavancagem e de mudança dos principais *drivers* de negócio, quer da Rede Comercial quer dos Serviços Centrais. Tal será possível através do redesenho de processos e da identificação do efetivo de referência face à atividade e às funções desempenhadas por cada unidade orgânica centrais e comerciais. Na sequência destas medidas, o rácio *cost-to-income* deverá atingir um valor inferior a 50%;
- Reforçar a estratégia multicanal no relacionamento com os clientes. Neste âmbito, o desenvolvimento da banca à distância deverá permitir a reconfiguração da rede física de Agências, adotando novas localizações e novos formatos mais flexíveis. Assim, a CGD deverá conseguir

uma maior proximidade junto dos clientes, em simultâneo com a racionalização dos custos e um aumento na eficiência operativa;

- Aumentar esforço de apoio exportações / internacionalização, devendo a CGD assumir-se como banco de apoio às empresas exportadoras, aumentando a sua contribuição para o desenvolvimento económico do país através do reforço da competitividade e da internacionalização das empresas portuguesas. Neste âmbito, destaca-se a aposta nas operações de comércio externo e no produto "passaporte ibérico";
- Aumentar quota nas PME, devendo a Caixa Geral de Depósitos assumir-se como o principal Banco das melhores PME;
- Apoiar a capitalização das empresas e microfinança, sendo considerada a intervenção nesta área fundamental para assegurar o financiamento de investimentos necessários ao aumento da competitividade das empresas e à diminuição dos encargos financeiros;
- Melhorar a margem financeira e a rentabilidade das operações financeiras, cumprindo, no mínimo, o ROE em linha com a média dos três melhores grupos financeiros portugueses;
- Valorizar a Cultura da Empresa, baseada no Conhecimento, na Comunicação e no Desempenho;
- Dinamizar a Gestão do Talento e promover a Mobilidade dos Recursos Humanos.

Não tendo sido estabelecidos pelo acionista único da CGD, o Estado Português, objetivos de gestão específicos para o ano de 2011, o Grupo CGD norteou a sua atuação em 2011 em função do estabelecido no Programa do XIX Governo Constitucional e dos objetivos de natureza financeira definidos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

Assim, ao nível de objetivos quantitativos, a CGD atingiu:

- Um Rácio de Transformação, medido pelo Crédito Líquido relativamente aos Depósitos de Clientes, de 122,2%, que compara com o rácio de 136,0% registado no final de 2010 e com a meta de 120% fixada para 2014 no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira;
- Um rácio *Core Tier I*, em base consolidada, de 9,5%, acima do valor mínimo de 9% fixado para o final de 2011.

3.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE A ELABORAÇÃO ANUAL DE UM PLANO DE ATIVIDADES E DE UM RELATÓRIO INFORMANDO DO CUMPRIMENTO DA MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA, INTEGRANDO AS POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A SALVAGUARDA DA COMPETITIVIDADE, DESIGNADAMENTE PELA VIA DA INVESTIGAÇÃO, DA INOVAÇÃO E DA INTEGRAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO PRODUTIVO

A CGD desenvolve, anualmente, um processo de planeamento que tem como âmbito o consolidado das diversas unidades de negócio que compõem o Grupo. Nesse exercício, são estabelecidos os objetivos que decorrem da Missão e das Diretrizes Estratégicas em vigor.

Para acompanhar a execução do plano de atividade e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de informação de gestão, composto por diversos relatórios periódicos sobre as diversas áreas de atividade.

Anualmente, a atividade desenvolvida e o cumprimento dos objetivos fixados é objeto de uma avaliação apresentada no Relatório e Contas.

3.2. Princípios Gerais de Atuação

3.2.1. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

A atividade da CGD está sujeita às normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do seu estatuto de empresa pública, cujo regime jurídico consta do DL nº 558/99, de 17 de dezembro, republicado pelo DL nº 300/2007, de 23 de agosto.

De um modo geral, à CGD aplica-se a legislação europeia e nacional relativa à sua atividade, salientando-se, no direito interno, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro[1], o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro[2], e todas as normas regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Destas normas regulamentares, salientamos os Avisos do Banco de Portugal nºs 10/2008, 4/2009, 5/2009, 6/2009, 8/2009 e 2/2010, que têm como objetivo reforçar a transparência e o rigor da informação prestada pelas instituições de crédito aos seus clientes. E o Regulamento da CMVM nº 1/2009, relativo à informação e publicidade sobre produtos financeiros complexos.

A CGD está, também, sujeita à observância das recomendações de boas práticas definidas pelo Banco de Portugal, das quais destacamos as prescritas nas Cartas-Circulares nº 31/2011, relativa às vendas associadas facultativas, nº 32/2011, respeitante à redação e conteúdo das cláusulas que permitam a alteração unilateral da taxa de juro ou de outros encargos nos contratos de crédito e nº 45/2011, referente ao crédito ao consumo.

A CGD encontra-se igualmente sujeita às medidas para reforço da solidez do sistema financeiro estipuladas no DL nº 140-A/2010, de 30 de dezembro, que transpôs para o direito interno a Diretiva n.º 2009/111/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, a Diretiva n.º 2009/27/CE, da Comissão, de 7 de abril, e a Diretiva n.º 2009/83/CE, da Comissão, de 27 de julho.

Na regulamentação respeitante a estas medidas e, designadamente aos fundos próprios e à gestão de riscos, importa destacar os Avisos do BdP nºs 6/2010, 7/2010, 8/2010, 9/2010, 1/2011, 6/2011, 7/2011 e 9/2011, bem como os Avisos do BdP nºs 3/2011 e 8/2011 sobre rácios de *Core Tier 1*.

Em paralelo e enquanto empresa pública integrada no SEE, a CGD encontra-se vinculada aos princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE) aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março, e às orientações estratégicas definidas na Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2008, de 22 de abril.

Ainda neste âmbito, encontra-se obrigada ao cumprimento do estipulado no DL nº 65-A/2011, de 17 de maio, que define, entre outros, os conceitos de atraso de pagamento e compromisso financeiro e estabelece medidas de reforço dos deveres de prestação de informação financeira, designadamente, estatui a obrigação das empresas públicas informarem mensalmente a Direção-Geral do Tesouro e Finanças do valor global das dívidas certas, líquidas e exigíveis que permanecem por pagar após 90 dias.

Destacamos, também, a aplicação à CGD da Lei nº 25/2008, de 5 de junho, e do Regulamento EU nº 1781/2006, que estabelecem medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

A atividade da CGD encontra-se, igualmente, sujeita aos Estatutos da Sociedade, aprovados em Assembleia-Geral de 22 de julho de 2011.

---

[1] Republicado pelo DL nº 1/2008, de 3 de janeiro, e alterado pelos DL nº 126/2008, de 21 de julho, DL nº 211-A/2008, de 3 de novembro, Lei nº 28/2009, de 19 de junho, DL nº 162/2009, de 20 de julho, Lei nº 94/2009, de 1 de setembro, DL nº 317/2009, de 30 de outubro, DL nº 52/2010, de 26 de maio, DL nº 71/2010, de 18 de junho, Lei nº 36/2010, de 2 de setembro, DL nº 140-A/2010, de 30 de dezembro, Lei nº 46/2011, de 24 de junho, DL nº 88/2011, de 20 de julho, e DL nº 119/2011, de 26 de dezembro.

[2] Republicado pelo DL nº 357-A/2007, de 31 de outubro, e alterado pelos DL nº 211-A/2008, de 3 de novembro, Lei nº 28/2009, de 19 de junho, DL nº 185/2009, de 12 de agosto, DL nº 49/2010, de 19 de maio, DL nº 52/2010, de 26 de maio, e DL nº 71/2010, de 18 de junho.

Dispõe, ainda, a CGD, de um Sistema de Normas Interno (SNI), publicado na intranet, ao qual todos os colaboradores se encontram obrigados, que abrange os aspetos mais relevantes do funcionamento da empresa e do exercício da sua atividade.

3.2.2. CÓDIGO DE CONDUTA

De entre as normas internas da CGD, cabe referir o Código de Conduta, o qual consagra os princípios de atuação e as normas de conduta profissional observados na, e pela, Caixa Geral de Depósitos, no exercício da sua atividade. O Código de Conduta vincula os membros dos órgãos sociais, os trabalhadores, estagiários, prestadores de serviços e mandatários, devendo ser respeitado, também, nas Filiais, Sucursais, Agrupamentos Complementares de Empresas e Escritórios de Representação da CGD.

Tendo em conta que, além da existência do Código, é a forma de implementação e de gestão do mesmo que irá determinar a sua eficácia e a satisfação dos objetivos inicialmente assumidos, a CGD definiu um Modelo de Gestão do Código de Conduta, o qual prevê um conjunto de iniciativas em áreas de intervenção que se consideram vitais para a sua implementação, operacionalização, monitorização e melhoria contínua.

Durante o ano de 2011, foram implementadas diversas destas iniciativas, sendo de destacar:

- A revisão de normativo interno, procurando assegurar a coerência entre as disposições do Código de Conduta e o restante normativo interno;
- A realização de uma campanha de comunicação interna, que incluiu a distribuição do Código em formato de brochura em papel a todos os colaboradores, a elaboração e afixação de cartazes alusivos à importância do tema e a publicação de um artigo de divulgação no encarte *Nós Caixa*;
- O lançamento do curso de formação interna sobre "Ética e Código de Conduta", tendo sido ministradas já 60 horas de formação presencial a colaboradores com funções de gerência, gestores de cliente, administrativos da área comercial e técnicos e coordenadores dos serviços centrais, num total de 387 formandos, a que acrescem 875 colaboradores abrangidos por formação ministrada no seu local de trabalho segundo a metodologia de "formação em cascata".

São, ainda, ministradas, de forma contínua, ações de formação presenciais sobre o Código de Conduta aos colaboradores recém-admitidos ou a frequentarem estágios profissionalizantes.

O Gabinete de Suporte à Função Compliance acompanha a adoção do Código de Conduta pelas diversas Filiais, Sucursais e Agrupamentos Complementares de Empresas, pronunciando-se sobre as adaptações que seja necessário introduzir em virtude da legislação ou circunstâncias locais, a aprovar pelo Conselho de Administração da Caixa.

Em 2011, 72% das 25 unidades do Grupo CGD a que se aplica o Código adotaram a nova versão do Código de Conduta, publicado pela CGD em outubro de 2010, encontrando-se as restantes em processo de adaptação e aprovação.

O Código está disponível para consulta na Intranet e no *site* público da CGD na Internet em http://www.cgd.pt/Governo-Sociedade/Regulamentos/Codigo-Conduta/Pages/Codigo-Conduta-CGD-Introducao.aspx

3.2.3. CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Toda a atividade da CGD é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para monitorizar esse cumprimento.

Neste contexto, a CGD adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

3.2.3.1. Aplicação de normas de natureza fiscal

No que se reporta ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor de normas de natureza fiscal, a CGD dispõe de duas Unidades Técnicas que se complementam, uma vocacionada para o cumprimento das obrigações fiscais da própria Instituição, outra que se focaliza no apoio logístico à interpretação

das normas legislativas, quer as relativas à própria Instituição, quer as relativas a produtos orientados para clientes, além de outras funções que lhe estão adstritas em matéria de contencioso tributário.

3.2.3.2. Aplicação de normas de prevenção do branqueamento de capitais

A Caixa Geral de Depósitos tem definidas políticas e procedimentos internos com vista à prevenção dos fenómenos do branqueamento de capitais (BC) e do financiamento do terrorismo (FT).

O Gabinete de Suporte à Função Compliance dispõe de uma área de Monitorização de Transações e Clientes e outra de Investigação e Reporte, compostas por elementos especializados que garantem a boa execução dos procedimentos internos definidos e implementados em matéria de prevenção de BC e combate do FT.

A atividade diária de prevenção de BC/FT pauta-se pelo cumprimento de toda a legislação e regulamentação aplicável, pelo respeito dos princípios éticos e pela adoção das *best practices* internacionalmente aceites.

Os colaboradores da Instituição encontram-se obrigados ao cumprimento rigoroso de todos os deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, designadamente os deveres de exame e de comunicação de todas as operações passíveis de apresentarem risco de BC e/ou FT, constituindo a formação um dos aspetos basilares de todo o sistema de prevenção.

Às Unidades sediadas no exterior são efetuadas revisões, através de visitas ou através do seguimento centralizado, com o objetivo de comprovar o eficaz funcionamento dos sistemas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

O sistema de controlo interno instituído relativo à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo é objeto de verificação periódica através da realização de auditorias internas.

3.2.3.3. Aplicação de normas de concorrência e de proteção do consumidor

A Caixa Geral de Depósitos adota um posicionamento de equilíbrio competitivo face à concorrência, prosseguindo, em simultâneo, objetivos de qualidade, de satisfação dos seus clientes, de rentabilidade, de preço justo e de rigoroso cumprimento das normas de concorrência e de proteção do cliente bancário.

O processo de definição e revisão de preço dos vários produtos e serviços bancários requer decisão do Conselho Delegado de Comunicação e Marketing e é baseado em informação de *benchmark* e estimativas de rentabilidade e de proveitos para o Grupo. As alterações de preçário são comunicadas previamente ao Banco de Portugal e aos clientes, em cumprimento rigoroso das orientações das entidades supervisoras, nomeadamente as Instruções e Avisos do Banco de Portugal (Aviso nº 8/2009 e Instrução nº 21/2009).

Os contratos de crédito aos consumidores abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 133/2009 observam, desde 1 de janeiro de 2010, limites máximos de taxas definidos trimestralmente pelo Banco de Portugal. Essas taxas são determinadas com base nas Taxas Anuais de Encargos Efetivas Globais (TAEG) médias praticadas no mercado pelas Instituições de Crédito no trimestre anterior.

É divulgado o preçário completo em todos os pontos de atendimento e canais de acesso ao Banco, tendo sido adotado, em 1 de janeiro de 2010, o modelo fixado pelo Banco de Portugal (Aviso nº 8/2009 e Instrução nº 21/2009). Garante-se, assim, a comparação de preços entre os vários bancos, designadamente as taxas de juro, comissões e despesas com serviços bancários.

A Caixa tem tido a preocupação constante de promover e colaborar diretamente na implementação da transparência das práticas comerciais relativas a produtos de investimento, poupança e serviços, nomeadamente através da contínua melhoria dos conteúdos informativos e contratuais em todos os canais de captação de depósitos bancários, simples e indexados, através da entrega aos seus clientes de Fichas de Informação Normalizada e de Prospetos Informativos decorrentes dos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2009, no primeiro caso, e nº 5/2009, no segundo.

Paralelamente, é ainda preocupação que a divulgação dos produtos utilize uma linguagem clara e transparente, de forma a permitir a fácil leitura e apreensão pelos clientes, sendo os suportes prévia e internamente submetidos à apreciação do Gabinete de Suporte à Função Compliance, da Direção de

Gestão de Risco e da Direção de Assuntos Jurídicos e, externamente, às entidades de supervisão, sempre que estejamos perante produtos financeiros complexos.

3.2.3.4. Aplicação de normas de natureza ambiental

A CGD aprovou em 2011 a sua Política de Ambiente, que pode ser consultada em https://www.cgd.pt/Institucional/Sustentabilidade/Politicas-Compromissos/Documents/CGD-Politica-Ambiente.pdf. Os compromissos assumidos neste âmbito assentam em três pilares fundamentais: i) o cumprimento da legislação ambiental e outros requisitos aplicáveis ii) a adoção de uma atitude proactiva de prevenção da poluição e iii) a melhoria contínua do desempenho ambiental.

A Política de Ambiente concretiza um dos eixos de ação da Estratégia de Sustentabilidade da CGD. Assim, a responsabilidade pela sua implementação, bem como o modelo de gestão subjacente articulam-se com as estruturas internas designadas pela CGD em matéria de sustentabilidade.

A CGD tem vindo a implementar projetos que visam aumentar a eficiência energética da Instituição, reduzindo o seu nível de emissões de carbono. As iniciativas incluem a aposta nas energias renováveis, a adoção de tecnologias de baixo carbono nos edifícios, na mobilidade, bem como numa adequada gestão de resíduos, assente em: Eficiência Energética (consumir menos), Energias Renováveis (diversificar fontes) e Impacto Ambiental (poluir menos).

A CGD desenvolve o Programa Caixa Carbono Zero desde 2007, que concretiza a estratégia de combate às alterações climáticas da Caixa Geral de Depósitos. Uma estratégia que passa tanto pela ação interna – assumindo a responsabilidade pela quantificação, redução e compensação das emissões próprias – como pela atuação no mercado e na esfera social, contribuindo para uma economia de baixo carbono.

Para compensar as suas emissões, a CGD definiu um conjunto de critérios que visam garantir a utilização de créditos de carbono com elevados níveis de integridade e potenciar os benefícios ambientais e sociais dos projetos que apoia. Foram utilizados, em 2011, créditos gerados por um projeto que reduz emissões através da substituição de combustível fóssil numa unidade de produção de celulose e papel localizada no Brasil, geografia onde o Grupo CGD está presente. O projeto tem certificação Voluntary Carbon Standard, um selo de qualidade internacionalmente reconhecido. Estes créditos de carbono gerados por projetos tecnológicos são complementados por créditos gerados pelo projeto Floresta Caixa Carbono Zero, que a CGD apoia, na Tapada Nacional de Mafra.

A CGD dispõe, desde 2006, de um inventário anual de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), relativo à atividade bancária em Portugal, elaborado de acordo com a metodologia The Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol), atualmente o mais reconhecido *standard* internacional para a preparação de inventários corporativos de emissões.

A CGD reconhece a necessidade de desenvolver práticas de gestão ambiental assentes nas melhores práticas internacionais, sendo signatária da Declaração Internacional da Banca sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (UNEP-Finance Initiative) e do *Carbon Disclosure Project (CDP)*.

A CGD, no âmbito da gestão, remodelação e manutenção dos imóveis, afetos à sua Rede Comercial e dos seus Edifícios Centrais, esteve sempre atenta ao impacto que os trabalhos de conservação e manutenção dos equipamentos nas instalações, bem como, os de alteração de *lay-outs* dos espaços nos imóveis, provocam na qualidade do meio ambiente.

Assim, tem sido adotada uma política corporativa e estratégica em assuntos da responsabilidade ambiental, sendo atendidas as orientações regulamentares relacionadas com esta matéria, quer nos procedimentos internos, quer nos comportamentos adotados pelos nossos colaboradores externos.

A CGD tem vindo a implementar consecutivamente um conjunto de iniciativas, baseadas nas boas práticas no âmbito ambiental, destacando-se as seguintes, desenvolvidas de forma permanente:

- Alteração de Funcionamento de equipamentos e instalações, ajustando horários e otimizando algoritmos de funcionamento, nomeadamente na iluminação, ar condicionado e ventilação;
- Substituição de equipamentos de ar condicionado e iluminação por outros mais eficientes energeticamente, otimizando, naturalmente, as intervenções do ponto de vista técnico-económico;
- Adoção da eficiência energética como preocupação e prática na introdução de novos equipamentos, no âmbito de remodelações ou novas instalações;
- Recurso às energias renováveis, com referência especial para a Central Solar da Sede e para a

microgeração de energia através da implementação de painéis fotovoltaicos na Rede de Agências da CGD, constituindo ambas as iniciativas *case studies* de reconhecido sucesso;

- Implementação de sistemas de gestão de consumos, permitindo controlar consumos, identificar desvios e oportunidades de poupança e ajustar os níveis de disponibilidade e desempenho dos equipamentos, instalações e edifícios às necessidades reais exigíveis pelas atividades e pessoas envolvidas;
- Certificação energética e de qualidade do ar de edifícios;
- Realização de auditorias energéticas a instalações, visando a utilização racional de energia e a identificação de potenciais oportunidades de melhorar a eficiência das instalações;
- Realização de auditorias de qualidade de ar interior aos seus edifícios, com saliência para a sua Sede, na Av. João XXI, e também o imóvel sito na Av. 5 de Outubro. As auditorias a estes edifícios, com caráter semestral, têm mostrado resultados excelentes;
- Substituição de equipamentos, numa ótica de atualização tecnológica, maior eficiência funcional e energética, bem como numa perspetiva de substituição de gases refrigerantes não ecológicos por outros que o sejam (no caso de equipamentos que os utilizem), como *chillers* (produção de água refrigerada) e outras unidades de ar condicionado;
- Boas práticas na gestão de resíduos provenientes de obras e de questões relacionadas com o ruído, em concordância com a legislação em vigor;
- Análises mensais da potabilidade das águas de consumo humano.

A CGD foi, recentemente, reconhecida com as seguintes distinções sobre o seu desempenho em 2011:

- *Carbon Disclosure Project*: a CGD foi considerada a melhor empresa portuguesa e a melhor instituição financeira ibérica no combate às alterações climáticas;
- **Índice ACGE 2011 – Responsabilidade Climática em Portugal:** a CGD obteve a liderança do setor financeiro e a 2ª posição no total das 82 empresas avaliadas, como reconhecimento pelo seu empenho na resposta ao desafio das alterações climáticas e a uma economia de baixo carbono.

3.2.3.5. Aplicação de normas de índole laboral

No âmbito das relações laborais, a CGD pauta-se por elevados padrões éticos e princípios de grande rigor técnico-jurídico.

A preocupação permanente em cumprir integralmente todas as normas laborais aplicáveis determinou que em 2011 a CGD realizasse um estudo aprofundado das principais alterações legislativas, que incidiu sobre:

- Alterações introduzidas pela Lei do Orçamento do Estado para 2011;
- Regime de incompatibilidade de cumulação de pensão e remuneração;
- Estágios Profissionalizantes;
- Formação Profissional.

Na gestão dos conflitos, a Instituição procura sempre soluções consensuais com os seus colaboradores, utilizando a comunicação ativa como meio de promover um clima social harmonioso.

Não obstante, apesar do elevado grau de cumprimento do normativo laboral e da constante procura de soluções equitativas, surgem, pontualmente, situações de discórdia entre os colaboradores e a Instituição. No entanto, tendo em atenção a dimensão do universo dos colaboradores da CGD, a interposição de processos judiciais contra a Instituição tem sido muito pouco expressiva.

3.2.4. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EFETIVAS DE IGUALDADE DE TRATAMENTO E DE OPORTUNIDADES ENTRE HOMENS E MULHERES E DE CONCILIAÇÃO DA VIDA PESSOAL, FAMILIAR E PROFISSIONAL, BEM COMO DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES

A Política de Pessoal da CGD é pautada por um conjunto de princípios assentes em pilares fundamentais, de que se destacam: a prática da não discriminação, a defesa de elevados padrões éticos e de valores de confiança e o papel desempenhado ao nível da responsabilidade social, com a adoção de políticas integra-

das que articulam medidas de prevenção, educação, formação, emprego, conciliação do trabalho e da família e igualdade de oportunidades para todos.

3.2.4.1. Implementação de políticas efetivas de Igualdade de tratamento e de Oportunidades entre homens e mulheres

No âmbito da igualdade de tratamento e de oportunidades, designadamente em função do género, nacionalidade, etnia, religião ou orientação sexual, a CGD continua a desenvolver boas práticas de não descriminação e de uma política inclusiva.

Em 2011, o efetivo da CGD apresentou uma distribuição equilibrada relativamente ao género (54% feminino e 46% masculino), tendência que é transversal às funções administrativas, técnicas e específicas. Quanto às funções de enquadramento e de direção detetam-se, ainda, diferenças significativas, o que decorre da evolução histórica da empregabilidade em ambos os sexos, mas cuja tendência futura é de maior equilíbrio.

A CGD dá especial relevância ao recrutamento interno para funções qualificadas ou de maior responsabilidade, proporcionando aos seus empregados múltiplas oportunidades de desenvolvimento profissional e de progressão na carreira.

No recrutamento externo *(e-Recruitment)*, a divulgação de oportunidades e o envio de candidaturas é acessível a todas as pessoas através da Internet, bastando, para tal, efetuar o registo de dados pessoais e curriculares no *site* institucional da CGD – www.cgd.pt. O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato.

Numa perspetiva de diversidade e de inclusão, a CGD integra nos seus quadros 36 empregados das mais diversas proveniências, designadamente da Europa (11), dos PALOP (20), da América do Sul (5), sendo 4 do Brasil.

Ainda nesta ótica, a CGD integra com naturalidade pessoas portadoras de deficiência física, sendo atualmente 69 mulheres e 64 homens, num total de 133 pessoas, assegurando as ajudas técnicas e acessibilidades que se mostrem necessárias à plena integração e desenvolvimento destes colaboradores.

3.2.4.2. Implementação de políticas efetivas de Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

A CGD alicerça as suas políticas neste âmbito numa cultura de solidariedade, pautando-se pela adoção de práticas sustentáveis enquanto Empresa familiarmente responsável.

O contexto socioeconómico que marcou o ano de 2011 constituiu um desafio em ordem à criação de uma rede social de suporte efetivo para a comunidade Caixa e para grupos com necessidades especiais dentro desta, em particular para as famílias CGD.

De entre as medidas de apoio existentes, salientam-se as seguintes:

- Um Subsistema de Saúde próprio, com um elevado padrão de qualidade e de cobertura a nível médico, social, cultural e desportivo, com especial enfoque na oferta de equipamento de apoio à infância e à terceira idade;
- Um Programa de Aconselhamento Psicossocial, no quadro da Direção de Pessoal, assegurado pelo Núcleo de Ação Social e pelo Gabinete de Psicologia;
- Concessão de Crédito à Habitação e Crédito Pessoal em condições de prazo e taxas favoráveis. Em 2011 incidiu-se na prevenção do sobreendividamento e prosseguiu-se um Financiamento Social que permitiu apoiar famílias em situação de manifesta precariedade;
- Atribuição de Subsídios aos filhos dos empregados (subsídio infantil e de estudo);
- Pagamento de Subsídio de Trabalhador-Estudante;
- Atribuição de Bolsas para filhos de empregados no ensino superior segundo critérios sociais e de meritocracia;
- Prioridade na admissão de familiares de colaboradores falecidos;
- Mobilidade geográfica e funcional baseada numa política de conjugação de interesses CGD / interesses pessoais e familiares dos empregados;

- Adequação das condições de função / local de trabalho às necessidades físicas e psicológicas dos empregados;
- Prorrogação do período de Assistência à Família na doença ou acidente, sem perda de vencimento, para além do período regulamentar, em casos de recorte social excecional;
- Apoio à Maternidade, sendo assegurados lugares de estacionamento temporário na gravidez e aleitação. Foi desenvolvido o projeto "Cantinho da Amamentação", no âmbito da Medicina do Trabalho, em articulação com os Postos Médicos dos Serviços Sociais, onde são asseguradas consultas de planeamento, preparação para o parto e apoio à parentalidade;
- Bens e Serviços de Conveniência em condições mais favoráveis;
- Protocolos com diversas entidades, garantindo aos empregados e suas famílias condições preferenciais em transportes públicos, seguros, escolas, creches, infantários, lares, apoio domiciliário, bem como em tratamentos específicos como na medicina de adicção;
- Implementação de uma série de *workshops* abertos às famílias, em reforço de competências comportamentais (Positivismo) e específicas (Cuidadores Informais);
- Apoio na saída por pré-reforma e reforma dos empregados;
- Apoio às Associações de Aposentados, tendo sido implementado, em 2011, um Banco de Conhecimentos (universidade de terceira idade), envolvendo diversas modalidades formativas, nomeadamente no âmbito da informática;
- Desenvolvimento do Voluntariado Corporativo, no quadro do Ano Europeu das Atividades de Voluntariado, traduzido no apoio institucional a inúmeras iniciativas que mobilizaram colaboradores e famílias numa ótica de solidariedade intergeracional, destacando-se o crescimento registado no Grupo de Voluntários SéniAmor, com núcleos em Lisboa e no Porto, que intervêm junto de colegas em situação de fragilidade numa ótica de prevenção do isolamento social.

3.2.4.3. Implementação de políticas efetivas de Valorização profissional dos trabalhadores da empresa

Desde 2007 que a CGD colocou ao serviço dos seus colaboradores um portal inteiramente dedicado a temas relacionados com a Gestão de Recursos Humanos – o Caixapessoal.

Ao longo destes 4 anos, o Caixapessoal facilitou o acesso a informação personalizada e aplicações RH, baseando-se numa lógica de difusão de Conhecimento na organização e visando apoiar os empregados no seu desenvolvimento profissional e pessoal.

O Caixapessoal está também disponível fora da CGD, via Internet, o que possibilita aos seus utilizadores, por exemplo, o acesso a cursos de formação *e-learning* no horário e no local que considerarem mais convenientes em termos da sua gestão pessoal.

Em 2011, registaram-se, em média, mensalmente, mais de 15 mil acessos internos ao Caixapessoal, resultando do prosseguimento de uma política de dinamização e gestão ativa de conteúdos com interesse, assim como da disponibilização de funcionalidades relevantes para a vida de cada colaborador, como, por exemplo, atualização do simulador de crédito pessoal; acesso a Comunidades de partilha de informação no âmbito de projetos formativos internos e divulgação de campanhas com benefícios para os empregados (*leasing* automóvel, viagens, informática, telecomunicações, etc.).

Relativamente aos acessos através da Internet (acessos externos), destacam-se os cerca de 845 que, em média, se registaram durante os fins de semana, ao longo do ano. O mês de setembro foi o que registou um maior número de acessos, cerca de 3500.

O Caixapessoal continuou, igualmente, a disponibilizar apoio para esclarecimento de questões no âmbito RH, através do *Helpdesk*. Neste foi possível responder a todo um conjunto de dúvidas remetidas pelos empregados e para as quais não encontraram resposta através dos conteúdos disponibilizados no portal, procurando dar-se, por escrito, uma resposta personalizada e orientada a cada caso em concreto.

Em 2011, registaram-se cerca de 652 pedidos via *Helpdesk*, com resposta num prazo médio de 48 horas e com um nível médio de satisfação de 4 numa escala de 5.

O portal Caixapessoal tem vindo, assim, e no quadro da estratégia de Recursos Humanos da CGD, a potenciar uma Gestão das Pessoas cada vez mais próxima, personalizada e orientada a cada um dos seus empregados.

O Plano de Formação desenvolvido em 2011 centrou os seus vetores de atuação nos seguintes aspetos:

- Suportar o processo de transformação para o Novo Modelo de Negócio, com enfoque na relação com o Cliente;
- Reforçar as competências das hierarquias na dinamização das equipas comerciais,
- Reforçar competências de relação e negociação junto dos empregados com funções comerciais;
- Aproveitar o conhecimento interno incrementando programas de formação conduzidos por Formadores Internos;
- Desenvolver tutoriais para apoio à aquisição de competências bancárias, seja em autoestudo ou como suporte de ações de dinamização local.

Na CGD, a formação tem vindo, desde sempre, a contar com a participação pontual de colaboradores em muitas das suas ações. Em 2011, foi constituída uma Bolsa de Formadores Internos que participam, de forma regular e estruturada, no desenho e realização de ações de formação para a Rede Comercial. A Bolsa conta, atualmente, com cerca de uma centena de formadores, três dezenas de especialistas e realizou mais de 200 ações, num total de mais de 25 mil horas de formação.

Durante o ano de 2011 registaram-se, assim, 97 590 participações em ações de Formação, das quais 60% realizadas em *e-learning*, 31% presencialmente e 9% em tutoriais.

O plano de formação da Instituição consubstanciou-se, ainda, num Programa de Desenvolvimento Pessoal que apoiou um total de 1019 colaboradores, dos quais 433 relativos a participação em Conferências, Seminários e Congressos no país e no estrangeiro, 413 respeitantes a formação em línguas estrangeiras e 173 para frequência de cursos do Ensino Superior, nomeadamente mestrados, pós-graduações e cursos de alta especialização.

Em 2011, concluiu-se, também, a atualização da plataforma de *e-learning* e de cerca de 40 cursos para os *standards* mais recentes nesta modalidade de formação, sustentando a aposta que tem vindo a ser feita pela CGD num acesso fácil e mais alargado de todos os seus colaboradores ao Conhecimento.

3.3. Transações Relevantes com Entidades Relacionadas

A CGD realiza transações com empresas do Grupo, empresas associadas e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2011, as demonstrações financeiras da CGD incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

(Milhares de euros)

	2011			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
Ativos:				
Aplicações em instituições de crédito	-	433 849	-	6 518 753
Títulos e Instr. Fin. derivados de negociação (a)	3 770 296	1899 039	-	1216 064
Crédito a clientes	-	4 131 314	591 010	116 696
Outros ativos	272 634	460 826	1 546	923 409
Passivos:				
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	2 488 403
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 580 213	529 886	13 588	1503 006
Débitos representados por títulos	-	-	-	1 637 168
Passivos subordinados	-	-	-	182 964

(Milhares de euros)

	2011			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	542 418
Outros passivos	-	-	58 218	295 350
Garantias prestadas	**-**	**564 375**	**8 333**	**468 508**
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	153 910	174 491	5 726	1402 526
Ganhos em operações financeiras	6 467	122 134	-	4936 233
Rendimentos de serviços e comissões	-	1 845	5	43 666
Outros proveitos de exploração	-	65	23	43 561
Custos:				
Juros e encargos similares	3 028	4 629	28	1217 231
Perdas em operações financeiras	34 315	105 328	-	4591 371
Encargos com serviços e comissões	-	32	-	1 883
Outros custos de exploração	-	148	514	797

3.4. Outras Transações

3.4.1. PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM MATÉRIA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A CGD possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consulta ao Mercado, que inclui a autorização da consulta ao mercado, a elaboração do Caderno de Encargos e sua aprovação e o envio do mesmo aos fornecedores previamente identificados, convidando-os a apresentar as respetivas propostas, sendo que a consulta é efetuada no mínimo a três fornecedores por bem / serviço;
- Receção, Análise e Negociação das Propostas, que inclui a receção das propostas em carta fechada, a abertura das propostas efetuada por Comissão de Abertura, incluindo a elaboração e assinatura da ata de abertura, a análise comparativa das propostas, a seleção e aprovação dos fornecedores a transitar para fase seguinte do processo negocial, a notificação dos fornecedores excluídos e a realização de rondas negociais até seleção do fornecedor final;
- Aprovação da Despesa e Adjudicação, que inclui a cativação orçamental da despesa, a obtenção da autorização da adjudicação e despesas associadas, efetuada tendo em conta as competências delegadas e a adjudicação da aquisição dos bens/serviços ao fornecedor;
- Contratação, que inclui redução do contrato a escrito ou a conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta que esteve na base da adjudicação, a executar após a produção de efeitos fixada na adjudicação.

3.4.2. UNIVERSO DAS TRANSAÇÕES QUE NÃO TENHAM OCORRIDO EM CONDIÇÕES DE MERCADO

As contratações habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, sem consulta ao mercado, respeitam a:

- Transporte e tratamento de valores, com a ESEGUR – Empresa de Segurança, SA;
- Aquisições em regime de Locação Financeira, com a Caixa Leasing e Factoring, IFIC, SA;
- Seguros, com a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA;

- Renting de viaturas, com a LOCARENT – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

3.4.3. LISTA DE FORNECEDORES QUE REPRESENTAM MAIS DE 5% DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS EM BASE INDIVIDUAL

Os fornecedores que representaram mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em base individual, em 2011, foram os seguintes:

- Companhia IBM Portuguesa, SA;
- Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos.

3.4.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, do Ministério das Finanças e Administração Pública, de 13 de abril, foi a seguinte:

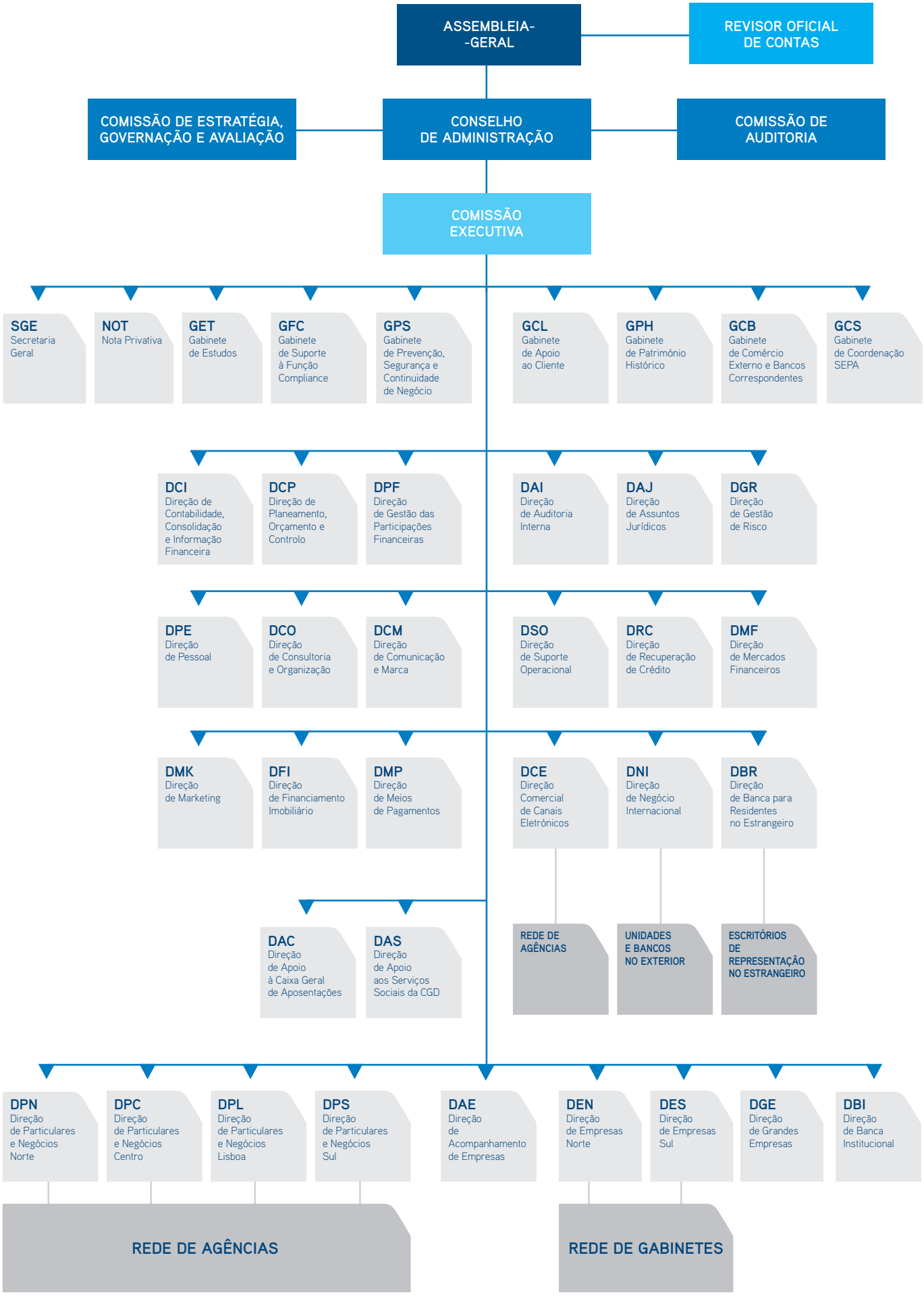
Evolução do Prazo Médio de Pagamentos – 2011

Trimestre	Prazo
4º Trimestre	58 dias
3º Trimestre	45 dias
2º Trimestre	54 dias
1º Trimestre	62 dias

3.5. Modelo Societário

O modelo de governo da CGD, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, foi substituído com as alterações aos estatutos aprovadas na reunião da Assembleia-Geral de 22 de julho de 2011, tendo a estrutura da administração e fiscalização deixado de ser composta por conselho de administração, conselho fiscal e revisor oficial de contas, que não era membro do conselho fiscal, para passar a ser composta por conselho de administração, compreendendo uma comissão de auditoria, e revisor oficial de contas.

Os membros dos órgãos sociais da CGD são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos. No entanto, o número de mandatos exercidos sucessivamente não pode exceder o limite de quatro, com exceção dos membros da mesa da assembleia-geral e dos membros independentes da comissão de auditoria, que ficam sujeitos ao disposto na lei.


ASSEMBLEIA-GERAL
REVISOR OFICIAL DE CONTAS
COMISSÃO DE ESTRATÉGIA, GOVERNAÇÃO E AVALIAÇÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE AUDITORIA
COMISSÃO EXECUTIVA
SGE Secretaria Geral
NOT Nota Privativa
GET Gabinete de Estudos
GFC Gabinete de Suporte à Função Compliance
GPS Gabinete de Prevenção, Segurança e Continuidade de Negócio
GCL Gabinete de Apoio ao Cliente
GPH Gabinete de Património Histórico
GCB Gabinete de Comércio Externo e Bancos Correspondentes
GCS Gabinete de Coordenação SEPA
DCI Direção de Contabilidade, Consolidação e Informação Financeira
DCP Direção de Planeamento, Orçamento e Controlo
DPF Direção de Gestão das Participações Financeiras
DAI Direção de Auditoria Interna
DAJ Direção de Assuntos Jurídicos
DGR Direção de Gestão de Risco
DPE Direção de Pessoal
DCO Direção de Consultoria e Organização
DCM Direção de Comunicação e Marca
DSO Direção de Suporte Operacional
DRC Direção de Recuperação de Crédito
DMF Direção de Mercados Financeiros
DMK Direção de Marketing
DFI Direção de Financiamento Imobiliário
DMP Direção de Meios de Pagamentos
DCE Direção Comercial de Canais Eletrónicos
DNI Direção de Negócio Internacional
DBR Direção de Banca para Residentes no Estrangeiro
DAC Direção de Apoio à Caixa Geral de Aposentações
DAS Direção de Apoio aos Serviços Sociais da CGD
REDE DE AGÊNCIAS
UNIDADES E BANCOS NO EXTERIOR
ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO NO ESTRANGEIRO
DPN Direção de Particulares e Negócios Norte
DPC Direção de Particulares e Negócios Centro
DPL Direção de Particulares e Negócios Lisboa
DPS Direção de Particulares e Negócios Sul
DAE Direção de Acompanhamento de Empresas
DEN Direção de Empresas Norte
DES Direção de Empresas Sul
DGE Direção de Grandes Empresas
DBI Direção de Banca Institucional
REDE DE AGÊNCIAS
REDE DE GABINETES

3.5.1. ASSEMBLEIA-GERAL

A Mesa da Assembleia-Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, sendo o atual mandato de 2011 a 2013.

COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Manuel Carlos Lopes Porto
Vice-Presidente: Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete
Secretário: José Lourenço Soares

No período que mediou entre o início do ano de 2011 e a Assembleia-Geral de 22 de julho de 2011, que procedeu à eleição dos membros dos órgãos sociais para o mandato em curso, a mesa da assembleia-geral tinha a seguinte composição: Presidente: Manuel Carlos Lopes Porto; Vice-Presidente: Daniel Proença de Carvalho; Secretário: José Lourenço Soares.

Os *curricula* dos membros da Mesa da Assembleia-Geral constam do Anexo I deste Relatório.

A Assembleia-Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e os estatutos lhe atribuam competência, competindo-lhe, em especial:

- Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Proceder anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- Eleger os membros da mesa da assembleia-geral, os membros do conselho de administração, com indicação do presidente e dos vice-presidentes, os membros da comissão de auditoria e o revisor oficial de contas;
- Deliberar sobre alterações dos estatutos e aumentos de capital;
- Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos com poderes para fixar essas remunerações, nos termos do Estatuto do Gestor Público e demais legislação aplicável;
- Autorizar a aquisição e a alienação de imóveis e a realização de investimentos, uns e outros quando de valor superior a 20% do capital social;
- Tratar de qualquer assunto para que tenha sido convocada.

3.5.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O conselho de administração é composto por um presidente, um ou dois vice-presidentes e cinco a dezassete vogais, compreendendo estes, também, os membros da comissão de auditoria. Atualmente, o conselho de administração é composto por onze membros, com mandato de 2011 a 2013.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos
Vogais: António do Pranto Nogueira Leite, Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Jorge Humberto Correia Tomé, Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Pedro Manuel de Oliveira Cardoso, Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira, Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa e Álvaro José Barrigas do Nascimento (por deliberação unânime por escrito de 28 de dezembro de 2011, o vogal Pedro Manuel de Oliveira Cardoso foi substituído por João Nuno de Oliveira Jorge Palma, com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2012).

No período que mediou entre o início do ano de 2011 e a Assembleia-Geral de 22 de julho de 2011, que procedeu à eleição dos membros dos órgãos sociais para o mandato em curso, o Conselho de Administração tinha a seguinte composição: Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira; Vice-Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira; Vogais: Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, José Fernando Maia de Araújo e Silva, Jorge Humberto Correia Tomé e Pedro Manuel de Oliveira Cardoso.

Os *curricula* dos membros do conselho de administração constam do Anexo I deste Relatório.

As competências do conselho de administração decorrem da lei, competindo-lhe em especial e de acordo com os estatutos da sociedade:

- Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social;
- Estabelecer a organização interna da empresa e elaborar os regulamentos e as instruções que julgar conveniente;
- Contratar os trabalhadores da sociedade, estabelecendo as respetivas condições contratuais, e exercer em relação aos mesmos o correspondente poder diretivo e disciplinar;
- Constituir mandatários com os poderes que julgar convenientes;
- Decidir sobre a participação no capital social de outras sociedades;
- Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos, móveis ou imóveis, incluindo participações sociais, e realizar investimentos, quando o entenda conveniente para a sociedade, sem prejuízo das competências da assembleia-geral nestas matérias;
- Decidir sobre a emissão de obrigações;
- Executar e fazer cumprir as deliberações da assembleia-geral;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer pleitos e comprometer-se, mediante convenção de arbitragem, à decisão de árbitros;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelos estatutos e deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não caibam na competência dos outros órgãos da sociedade.

A atividade do conselho de administração está regulada no Regulamento do Conselho de Administração, aprovado por este órgão em 15 de setembro de 2011.

O conselho de administração reúne, em sessão plenária, no novo modelo de administração e fiscalização, pelo menos uma vez por bimestre, tendo realizado 5 reuniões desde 22 de julho até ao fim do ano de 2011. Até ao dia 22 de julho e, portanto, no anterior modelo de governo da sociedade, realizaram-se 33 reuniões.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA

Os estatutos da sociedade, com as alterações aprovadas na reunião da assembleia-geral de 22 de julho de 2011, estabelecem que o conselho de administração delegará numa comissão executiva a gestão corrente da sociedade, definindo em ata os limites e condições da delegação.

Na sua reunião de 27 de julho de 2011, o conselho de administração deliberou nomear uma comissão executiva, composta pelos seguintes membros:

Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vice-Presidentes: António do Pranto Nogueira Leite e Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Vogais: Jorge Humberto Correia Tomé, Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Pedro Manuel de Oliveira Cardoso e Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz (por deliberação unânime por escrito de 28 de dezembro de 2011, o vogal Pedro Manuel de Oliveira Cardoso foi substituído por João Nuno de Oliveira Jorge Palma, com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2012, como já se referiu).

Na mesma reunião, o conselho de administração deliberou delegar na comissão executiva a gestão corrente da sociedade, conferindo-lhe poderes gerais de administração, mas reservando para o conselho de administração, para além das definidas nos artigos 406º e 407º, do Código das Sociedades Comerciais, a competência exclusiva sobre as seguintes matérias:

a) Aprovação da política geral do Grupo CGD, entendendo-se por Grupo o conjunto das instituições de crédito e sociedades financeiras dominadas direta ou indiretamente pela sociedade e, ainda, as sociedades que atuam na área dos seguros;
b) Aprovação do plano e orçamento anuais e plurianuais e acompanhamento periódico da sua execução;
c) Aprovação dos Regulamentos do Conselho de Administração e da Comissão Executiva;
d) Aprovação de decisões que devam ser consideradas estratégicas por motivo do seu montante,

risco ou devido às suas características especiais, conforme vierem a ser definidas no Regulamento do Conselho de Administração e/ou no Regulamento da Comissão Executiva;

e) Aprovação de propostas de alterações de estatutos, incluindo aumentos de capital;

f) Aprovação das propostas de nomeação dos membros dos órgãos sociais e dos códigos de conduta da Fundação CGD–Culturgest e das sociedades dominadas que estejam definidas no Regulamento do Conselho de Administração;

g) Instituição de outras comissões no seio do conselho de administração;

h) Nomeação do secretário da sociedade e do suplente.

Ainda na mesma reunião, o conselho de administração deliberou distribuir pelos membros da comissão executiva os respetivos pelouros. Por sua vez, a comissão executiva, na sua reunião de 24 de agosto de 2011, procedeu à distribuição dos pelouros e responsabilidades entre os seus membros, na ausência dos seus primeiros responsáveis.

A 31 de dezembro de 2011, os membros da comissão executiva tinham os seguintes pelouros:

José de Matos
- Relações Institucionais (em articulação com PCA)
- Comunicação Institucional (em articulação com PCA)
- Assessoria de Imprensa
- Apoio ao Cliente
- Secretaria Geral
- Auditoria Interna
- *Compliance*
- Risco de Crédito
- Participações Financeiras
- Culturgest

António Nogueira Leite
- Planeamento, Orçamento e Controlo
- Gestão de Risco
- *Marketing*
- Comunicação Comercial
- Desenvolvimento Corporativo e Organizacional
- Gabinete de Estudos
- Gestão de Ativos
- Crédito Especializado

Norberto Rosa
- Banca Institucional
- Contabilidade, Consolidação e Informação Financeira
- Pessoal
- Apoio aos Serviços Sociais
- Informática
- Suporte Operacional
- Meios de Pagamento
- Canais Eletrónicos
- Sepa
- Apoio CGA

Jorge Tomé
- Grandes Empresas
- Empresas (PME)
- Banca de Investimento
- Capital de Risco
- Seguros e Saúde

Rodolfo Lavrador
- Negócio Internacional
- Comércio Externo e Bancos Correspondentes
- Banca para Residentes no Estrangeiro
- Escritórios de Representação
- Assuntos Jurídicos
- Nota Privativa
- Património Histórico

Pedro Cardoso
- Mercados Financeiros
- Serviços Administrativos
- Gestão de Imóveis
- Segurança

Nuno Fernandes Thomaz
- Particulares
- Financiamento Imobiliário
- Recuperação de Crédito

A atividade da comissão executiva está regulada no Regulamento da Comissão Executiva, aprovado pelo conselho de administração em 15 de setembro de 2011.

A comissão executiva reúne, em regra, pelo menos uma vez por semana, tendo realizado 21 reuniões entre o dia 27 de julho e o fim do ano de 2011.

3.5.3. ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da sociedade compete a uma comissão de auditoria, composta por um mínimo de três e um máximo de cinco administradores, e a um revisor oficial de contas ou a uma sociedade de revisores oficiais de contas.

3.5.3.1. Composição da Comissão de Auditoria

A comissão de auditoria é composta por um presidente e por dois vogais, com mandato de 2011 a 2013.

Presidente: Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
Vogais: Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa e Álvaro José Barrigas do Nascimento

No período que mediou entre o início do ano de 2011 e a Assembleia-Geral de 22 de julho de 2011, que substituiu a estrutura da administração e fiscalização da sociedade e procedeu à eleição dos membros dos órgãos sociais para o mandato em curso, o Conselho Fiscal tinha a seguinte composição: Presidente: Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira; Vogais: Maria Rosa Tobias Sá e Pedro António Pereira Rodrigues Felício.

Os *curricula* dos membros da comissão de auditoria constam do Anexo I deste Relatório.

As competências da comissão de auditoria decorrem da lei e dos estatutos, competindo-lhe designadamente:

- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas e, em geral, supervisionar a qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira;
- Analisar e emitir a sua opinião sobre os assuntos relevantes relacionados com aspetos contabilísticos e de auditoria e o impacto nas demonstrações financeiras das alterações às normas de contabilidade aplicáveis à sociedade e às suas políticas contabilísticas;
- Fiscalizar a revisão de contas e a auditoria aos documentos de prestação de contas da sociedade, bem como supervisionar e avaliar os procedimentos internos relativamente a matérias contabilísticas e de auditoria;
- Propor à assembleia-geral a nomeação do revisor oficial de contas;
- Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Proceder à nomeação, contratação, confirmação ou cessação de funções e fixação da remuneração dos auditores externos da sociedade, bem como à fiscalização das suas habilitações e independência e aprovação dos serviços de auditoria e/ou de outros serviços a prestar pelos referidos auditores externos ou por pessoas ou entidades suas associadas;
- Fiscalizar a qualidade e eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, e supervisionar a execução das funções desempenhadas no âmbito da auditoria interna e sistema de controlo interno;
- Receber as comunicações de irregularidades, reclamações e/ou queixas apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros e implementar os procedimentos destinados à receção, registo e tratamento daquelas;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos e a situação económica da sociedade.

A atividade da comissão de auditoria está regulada no Regulamento da Comissão de Auditoria, aprovado por este órgão em 19 de setembro e pelo conselho de administração em 16 de dezembro de 2011.

A comissão de auditoria realiza, pelo menos, uma reunião bimestral, tendo realizado 5 reuniões entre o dia 22 de julho e o fim do ano de 2011. Até ao dia 22 de julho e, portanto, no anterior modelo de governo da sociedade, o conselho fiscal realizou 6 reuniões.

O Conselho Fiscal, então em funções, emitiu, em 7 de abril de 2011, um relatório "sobre o grau de

cumprimento dos objetivos de gestão da CGD para o triénio 2008-2010", tendo em vista o cumprimento do disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março.

3.5.3.2. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Efetiva: Oliveira Rego & Associados, SROC, representada por Manuel de Oliveira Rego
Suplente: Álvaro, Falcão & Associados, SROC, representada por Eleutério Ganilho Álvaro

O mandato das sociedades de revisores oficiais de contas é de 2010 a 2012.

3.5.4. COMISSÃO DE ESTRATÉGIA, GOVERNAÇÃO E AVALIAÇÃO

O conselho de administração, na sua já referida reunião de 27 de julho de 2011, deliberou instituir uma comissão de estratégia, governação e avaliação, composta por todos os membros não executivos do conselho de administração, a qual aprovaria o respetivo regulamento, exercendo funções por período de tempo coincidente com o mandato do conselho de administração.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ESTRATÉGIA, GOVERNAÇÃO E AVALIAÇÃO

Presidente: Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa
Vogais: Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira e Álvaro José Barrigas do Nascimento

Quando o Presidente do Conselho de Administração participar nas suas reuniões, assumirá a presidência.

As competências e a atividade da comissão de estratégia, governação e avaliação estão reguladas no Regulamento da Comissão de Estratégia, Governação e Avaliação, aprovado por este órgão em 18 de novembro e pelo conselho de administração em 16 de dezembro de 2011.

De acordo com o seu regulamento, a comissão tem as seguintes competências:

- Emitir parecer prévio à aprovação em conselho de administração dos vetores de desenvolvimento estratégicos para a sociedade;
- Emitir parecer sobre o projeto de plano estratégico de médio e longo prazos da sociedade, a ser discutido e aprovado em reunião do conselho de administração;
- Acompanhar e avaliar o cumprimento pela comissão executiva das metas parcelares definidas no plano estratégico;
- Refletir sobre as políticas gerais da sociedade e apresentar propostas sobre o tema ao conselho de administração;
- Aprofundar o modelo de governo da sociedade, tendo em consideração a estrutura acionista da mesma e o plano estratégico de desenvolvimento aprovado;
- Verificar a eficácia do modelo de governo e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria;
- Ponderar a necessidade e, quando justificado, propor ao conselho de administração a instituição de outras comissões e *comités* societários, designadamente no seio do conselho de administração;
- Discutir com a comissão executiva o plano de cumprimento das orientações de gestão definidas para a sociedade, se existentes;
- Avaliar o cumprimento das orientações de gestão definidas;
- Apresentar anualmente ao Ministério da tutela um relatório de avaliação do grau e das condições de cumprimento, em cada exercício, das orientações de gestão definidas para a sociedade;

A comissão de estratégia, governação e avaliação realiza, pelo menos, uma reunião bimestral, tendo realizado duas reuniões em 2011.

3.5.5. AUDITOR EXTERNO

A auditoria anual às contas da CGD é efetuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, SA, competindo à comissão de auditoria, nos termos da lei, dos estatutos, do regulamento da comissão de auditoria e de normativo interno, proceder à nomeação, contratação, confirmação ou cessação de funções e fixação da remuneração dos auditores externos da sociedade, bem como à fiscalização

das suas habilitações e independência e aprovação dos serviços de auditoria e/ou de outros serviços a prestar pelos referidos auditores externos ou por pessoas ou entidades suas associadas.

3.5.6. SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

O conselho de administração, na sua já referida reunião de 27 de julho de 2011, designou o secretário da sociedade e o secretário da sociedade suplente, pelo período de tempo coincidente com o do mandato do conselho de administração em exercício, de 2011 a 2013.

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo: João Manuel Travassos Dias Garcia
Suplente: Ana Paula Rögenes Perez Lopes Pargana Calado

3.5.7. CONSELHOS DELEGADOS

Na CGD, existem cinco conselhos delegados, cuja composição, competências e periodicidade de reunião são as seguintes:

- Conselho de Crédito, composto por todos os membros do conselho de administração, com o mínimo de três, com competência em matéria de crédito, de acordo com as competências delegadas e que reúne, em regra, uma vez por semana. Realizou 50 reuniões em 2011;
- Conselho Alargado de Crédito, composto por todos os membros do conselho de administração, com o mínimo de quatro, igualmente com competência em matéria de crédito, de acordo com as competências delegadas e que reúne, em regra, uma vez por semana. Realizou 47 reuniões em 2011;
- Conselho Delegado de Marketing, Comunicação e Redes (CDMC), com competências delegadas em matéria de comunicação, *marketing*, mercados financeiros, redes comerciais de empresas e de particulares e produtos e serviços, composto pelos membros do conselho de administração com os correspondentes pelouros, com o mínimo de três e que reúne, em regra, uma vez por semana. Realizou 43 reuniões em 2011;
- Conselho Delegado de Pessoal, Meios e Sistemas (CDPM), com competências delegadas em matéria de gestão de aprovisionamento, gestão de imóveis, organização, pessoal, sistemas de informação e suporte operacional, composto pelos membros do conselho de administração com os correspondentes pelouros, com o mínimo de três e que reúne, em regra, uma vez por semana. Realizou 42 reuniões em 2011;
- Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), com competências delegadas relativas à preparação de propostas de orientações estratégicas sobre política de financiamento e de liquidez do Grupo, de gestão do risco, de rácios de capital do Grupo e de captação e gestão do capital, bem como competências respeitantes à promoção da articulação entre a estratégia financeira e a política comercial do Grupo e às ações e procedimentos destinados a controlar os riscos e a posição financeira do Grupo. É composto por todos os membros do conselho de administração e reúne, em regra, uma vez por mês. Realizou 6 reuniões em 2011, em virtude de as matérias da sua competência terem passado a ser apreciadas e decididas nas reuniões semanais da comissão executiva

3.5.8. PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Os membros do conselho de administração têm pleno conhecimento dos deveres de abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam as correspondentes normas no exercício das suas funções, tendo feito a declaração prevista no artigo 22º, nº 9, do Estatuto do Gestor Público à Inspeção-Geral de Finanças, relativa às participações e interesses patrimoniais detidos, direta ou indiretamente, na Caixa Geral de Depósitos ou em qualquer outra empresa.

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na CGD e os demais cargos desempenhados pelos membros do conselho de administração, decorrentes do Estatuto do Gestor Público ou de quaisquer outras normas. Os membros da comissão de auditoria não estão abrangidos pelas incompatibilidades previstas no artigo 414º-A do Código das Sociedades Comer-

ciais, aplicável por força do artigo 423º-B, e preenchem os requisitos estabelecidos no artigo 423º-B do mesmo código e são independentes.

Os membros do conselho de administração cumprem todas as disposições legais e regulamentares decorrentes do exercício dos respetivos cargos e dos cargos que porventura exerçam em acumulação e prestam as declarações correspondentes, designadamente perante o Tribunal Constitucional, a Procuradoria-Geral da República, a Inspeção-Geral de Finanças, o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

3.6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

3.6.1. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

A Lei nº 28/2009, de 19 de junho, que, designadamente, estabeleceu o regime de aprovação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das entidades de interesse público, prevê que o órgão de administração submeta, anualmente, a aprovação da assembleia-geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros daqueles órgãos.

O conselho de administração submeteu à Assembleia-Geral realizada em 26 de maio de 2011 uma declaração sobre política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da CGD, tendo a assembleia deliberado sobre ela o seguinte: "Mantêm-se inalteradas para 2011 as remunerações fixas mensais ilíquidas a abonar 14 vezes aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da CGD – Caixa Geral de Depósitos, SA, fixadas em Deliberação Unânime por Escrito de 11 de julho de 2008, sem prejuízo do disposto no nº 1, do artigo 12º, da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e no artigo 19º, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, e da aplicação de outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas. Paralelamente, tal como previsto no artigo 172º, da Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril (OE 2010), e no artigo 29º, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro (OE 2011), não haverá lugar, durante o período de execução do PEC 2010-2013, à atribuição de qualquer componente variável da remuneração dos órgãos de administração da CGD".

Posteriormente, por deliberação unânime por escrito de 26 de agosto de 2011, o acionista Estado fixou as remunerações dos órgãos sociais da sociedade para o mandato em curso, as quais refletem a redução remuneratória cumulativa de 15%, resultante da aplicação do artigo 12º, da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e do artigo 19º, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro.

3.6.2. ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO EM 2011

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

(EUR)

Mesa da Assembleia-Geral	Remuneração
Presidente	Senha de presença no valor de 897,84
Vice-Presidente	Senha de presença no valor de 698,32
Secretário	Senha de presença no valor de 498,80

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Em 2012, de acordo com o artigo 21º, da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), que determina, durante a vigência do programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), a suspensão do pagamento de subsídios de férias e de natal, ou equivalentes, o Conselho de Administração passou a receber 12 meses.

Conselho de Administração	Remunerações
Presidente	16 370,24 euros, 14 vezes por ano (*)
Comissão Executiva	
Presidente	19 258,88 euros, 14 vezes por ano (*)
Vice-Presidentes	13 481,60 euros, 14 vezes por ano (*)
Vogais	13 481,60 euros, 14 vezes por ano (*)
Comissão de Auditoria	
Presidente	3 851,78 euros, 14 vezes por ano (*)
Vogais	2 888,83 euros, 14 vezes por ano (*)

(*) Em 2012, passou a 12 vezes por aplicação do artigo 21º, da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Estas remunerações refletem, como referido, a redução remuneratória cumulativa de 15%, resultante da aplicação do artigo 12º, da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e do artigo 19º, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro.

3.6.3. REMUNERAÇÃO E OUTRAS REGALIAS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Esta informação consta do Anexo II deste Relatório.

3.6.4. REMUNERAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS E DO AUDITOR EXTERNO

REMUNERAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS EM 2011

	(EUR)[a]
Oliveira Rego & Associados, SROC, representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego	
Serviços de Revisão Legal de Contas	215 289,24
Outros Serviços	65 000,04

[a] Valores sem IVA e referentes ao Grupo CGD.

REMUNERAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO EM 2011

	(EUR)[a]
Deloitte & Associados, SROC, SA	
Auditoria Externa e Revisão de Contas	2 353 381
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	636 253
Consultoria Fiscal	364 537
Outros Serviços	197 900

[a] Valores sem IVA e referentes ao Grupo CGD.

3.7. Sistema de Controlo

3.7.1. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O sistema de controlo interno define-se como o conjunto das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo órgão de administração, bem como das ações empreendidas por este órgão e pelos restantes colaboradores da instituição, com vista a garantir:

a) Um desempenho eficiente e rentável da atividade, nos médio e longo prazos (objetivos de desempenho);
b) A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva (objetivos de informação);
c) O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis (objetivos de *compliance*).

A gestão do sistema de controlo interno no Grupo CGD encontra-se suportada em orientações e me-

todologias reconhecidos como boas práticas, com destaque para a metodologia genérica de controlo interno proposta pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e no que se refere aos sistemas de informação na framework CobiT (Control Objetives for Information and Related Technology).

A Gestão dos Riscos é objeto de um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas de 2011, bem como de uma nota que integra cada um dos Anexos às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, designada por "Divulgações relativas a instrumentos financeiros", que descreve as políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da CGD / Grupo CGD e quantifica, para cada tipo de risco, a exposição da CGD / Grupo CGD.

Com este enquadramento, e de modo a atingir de forma eficaz os objetivos definidos, o Grupo CGD procura garantir um adequado ambiente de controlo, um sólido sistema de gestão de riscos, um eficiente sistema de informação e comunicação, adequadas atividades de controlo e um efetivo processo de monitorização, com o objetivo de assegurar a qualidade e eficácia do próprio sistema ao longo do tempo.

Encontram-se definidas responsabilidades específicas e transversais para determinados órgãos de estrutura que, em conjunto e em articulação com as restantes estruturas e entidades do Grupo, desenvolvem atividades no sentido de garantir um adequado sistema de controlo interno:

COMISSÃO EXECUTIVA

Compete à Comissão Executiva rever e aprovar, periodicamente, a estratégia e as políticas de gestão do risco e do controlo interno e estabelecer e garantir a sua implementação na Instituição, bem como o progressivo alinhamento das entidades do Grupo com as mesmas.

COMITÉ DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL E CONTROLO INTERNO (CGRC)

Órgão responsável por verificar a conformidade com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco operacional e controlo interno, monitorizar a sua gestão no Grupo, bem como propor planos de ação à Comissão Executiva.

DIREÇÃO DE CONSULTORIA E ORGANIZAÇÃO

A Área de Gestão do Risco Operacional e Controlo Interno, integrada na Direção de Consultoria e Organização, apresenta como principais responsabilidades:

- Promover e apoiar o desenvolvimento e a evolução contínua do processo de gestão do controlo interno, bem como acompanhar e avaliar a sua adesão à estratégia, políticas e metodologias definidas, reportando as respetivas conclusões ao CGRC.;
- Apoiar a Comissão Executiva na preparação do relatório regulamentar de controlo interno, individual e de Grupo, efetuar pontos de situação periódicos das insuficiências, proceder a uma análise crítica e à dinamização dos planos de ação. Estas atividades são desenvolvidas em estreita articulação com o Gabinete de Suporte à Função Compliance, a Direção de Gestão de Risco, a Direção de Auditoria Interna e as Filiais do Grupo, considerando, ainda, os comentários e observações da Comissão de Auditoria, Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo;
- Desenvolver e implementar a estratégia e as políticas de gestão do risco operacional e assegurar que o mesmo está a ser gerido adequadamente, competindo-lhe, no que se refere às Filiais, promover e apoiar o desenvolvimento e a evolução contínua do processo de gestão deste risco, bem como acompanhar e avaliar a sua aderência à estratégia, políticas e metodologias definidas.

Esta Direção é, ainda, responsável pela gestão e documentação dos processos na CGD, o que inclui a identificação de potenciais riscos operacionais e procedimentos de controlo, desenvolvendo esta atividade em articulação com os Donos de Processos e demais órgãos de estrutura. Compete-lhe, ainda, a salvaguarda da atualidade da documentação dos processos nas Sucursais e Filiais, em articulação com as estruturas locais responsáveis pela sua gestão.

DIREÇÃO DE GESTÃO DE RISCO

A Direção de Gestão de Risco é responsável pela:

- Identificação coerente, compreensão e divulgação, no Grupo CGD, dos riscos e oportunidades existentes nos negócios;
- Gestão e controlo dos riscos de crédito do Grupo CGD, de acordo com a estratégia definida em sede de Conselho Alargado de Crédito;
- Gestão e controlo dos riscos de mercado e de liquidez do Grupo CGD, dentro dos limites definidos em sede do Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO);
- Gestão e controlo do risco de modelo no Grupo CGD.

No âmbito do processo de gestão do controlo interno, esta Direção é, ainda, responsável por elaborar, periodicamente, relatórios para a Comissão Executiva relativos à gestão de riscos, com uma síntese das principais deficiências identificadas e a indicação das recomendações que foram seguidas.

GABINETE DE SUPORTE À FUNÇÃO COMPLIANCE

O Gabinete de Suporte à Função Compliance assegura a coordenação da gestão do risco de *compliance* na CGD e nas respetivas Sucursais e Filiais, bem como nos Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE), domiciliados em Portugal ou no estrangeiro, cuja supervisão seja assegurada por bancos centrais ou por comissões de valores mobiliários e, ainda, as sociedades gestoras de fundos de pensões, não abrangendo, assim, a área seguradora do Grupo CGD.

Este Gabinete é responsável por elaborar para a Comissão Executiva, periodicamente, relatórios de controlo interno sobre a área de risco de *compliance*, nomeadamente identificando a ocorrência de eventuais incumprimentos e respetivas medidas para a sua correção. É, ainda, da sua competência a coordenação e salvaguarda da boa execução dos procedimentos de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como da prevenção do abuso de mercado.

DIREÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna é uma atividade permanente, independente e objetiva, que visa auxiliar a Comissão Executiva a monitorizar os sistemas de controlo interno, implementados na CGD e no Grupo (com exceção da área seguradora), através de uma avaliação sistemática individualizada e numa perspetiva de supervisão consolidada, por forma a identificar, com oportunidade, as áreas de maior risco, a avaliar a eficácia da sua gestão e a adequabilidade dos procedimentos de controlo de maior relevância, bem como a promover processos de governação eficazes dos sistemas de controlo interno.

Neste âmbito, é, ainda, responsável por elaborar e apresentar à Comissão Executiva relatórios sobre questões de auditoria, incluindo uma síntese das principais deficiências identificadas, das recomendações efetuadas e do respetivo grau de implementação.

DIREÇÃO DE CONTABILIDADE, CONSOLIDAÇÃO E INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Órgão diretamente dependente da Comissão Executiva, tem como objetivo principal o desenvolvimento de funções nas áreas de contabilidade, consolidação de contas e da informação financeira, incluindo, designadamente, informação de relato financeiro, informação prudencial e estatísticas monetárias e financeiras.

Para o integral exercício das suas funções, a DCI relaciona-se com os demais órgãos de estrutura da CGD, empresas do Grupo e com as entidades externas intervenientes no âmbito das suas atribuições.

Os circuitos e controlos inerentes ao processo de preparação e divulgação de informação financeira individual e consolidada são objeto de acompanhamento permanente e validação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual é responsável pela emissão de Parecer sobre a adequação e a eficácia da parte do sistema de controlo interno subjacente ao processo de preparação e de divulgação de informação financeira individual e consolidada (relato financeiro), remetido, anualmente, ao Banco de Portugal.

FUNÇÃO DE CONTROLO INTERNO E *COMPLIANCE* INTEGRADA NA ESTRUTURA DO SOGRUPO – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, ACE (SSI)

Órgão com responsabilidades específicas ao nível dos processos no âmbito do SSI que incluem a avaliação dos processos de acordo com a *framework* CobiT e a identificação e reporte de não conformidades e oportunidades de melhoria.

3.7.2. SISTEMA DE CONTROLO DE PROTEÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA EMPRESA E DOS SEUS ATIVOS

Tendo por objetivo o cumprimento do disposto pelo Banco de Portugal (BdP), no Aviso nº 5/2008 e nas Instruções nº 30/2010 e nº 73/96 e, complementarmente, por indicação do BdP em Carta Circular nº 23/11, de 15 de dezembro de 2011, no documento da Autoridade Bancária Europeia (European Banking Authority – EBA) *EBA Guidelines on Internal Governance* (GL 44), encontram-se definidos, na CGD, *guidelines* e normativos internos que são utilizados como os principais instrumentos auxiliares a um sistema de controlo de proteção dos investimentos e ativos da instituição. As *guidelines* e os normativos são, ainda, ferramentas de suporte na gestão e controlo de riscos financeiros assumidos pela CGD pois indicam, com a precisão considerada suficiente, os níveis máximos de determinados tipos de riscos financeiros que as carteiras de ativos podem incorrer. As medidas de risco utilizadas variam de acordo com a natureza do risco em avaliação.

Para a gestão e controlo de risco de mercado, estão definidas *guidelines* aprovadas pela Comissão Executiva e que devem ser observadas pela Direção de Mercados Financeiros (DMF) e outras entidades do Grupo CGD responsáveis pela gestão de carteiras que integram ativos financeiros sujeitos a risco de mercado. A principal medida de risco utilizada na gestão de risco de mercado é o *Value at Risk* (VaR) que é complementada por outras medidas de sensibilidade mais ajustadas ao tipo específico de risco de mercado a medir, como sejam, por exemplo: (i) V01, para risco de taxa de juro; e (ii) gregos, para risco de opcionalidade.

Para a gestão e controlo de risco de liquidez e de risco de taxa de juro no balanço, são aprovadas, em Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), *guidelines* que definem os papéis e responsabilidades dos diversos intervenientes, os indicadores a serem monitorizados, os limites para esses indicadores e o sistema de controlo desses limites. Do processo de monitorização, resulta a produção periódica de relatórios.

Também para a gestão e controlo de risco de crédito, há normativos internos que, por recurso à notação de risco, definem limites para as exposições a utilizar no processo de decisão de crédito. No processo de admissão de risco de crédito, acompanhado sempre por uma proposta comercial, é ainda obrigatório um parecer de risco para grupos económicos cuja exposição no Grupo CGD seja superior a determinado montante.

O seguimento das carteiras de crédito é efetuado com regularidade, sendo elaborados relatórios que relevam o seu comportamento, nomeadamente, na vertente do incumprimento. Ainda relacionado com o incumprimento e com a valorização dos ativos de crédito, está implementado no Grupo CGD um processo para determinação de provisões por imparidade, sendo estas sujeitas a validação pelos auditores externos. Desta validação, resulta a elaboração de um relatório para envio ao BdP.

A CGD realiza, periodicamente, testes de esforço tendo por objetivo não só cumprir o determinado nas Instruções nºs 32/2009 e 4/2011 do BdP, mas também ter uma melhor perceção dos riscos a que a Instituição se encontra exposta e, ainda, assegurar a melhor proteção para seus ativos.

No segundo semestre de 2011, o Grupo CGD integrou o conjunto de grupos financeiros que realizaram o Programa Especial de Inspeções (Special on-site Inspection Program – SIP), no qual o BdP, apoiado por auditores independentes, procedeu à avaliação da CGD no que respeita:

- À qualidade dos ativos do banco;
- Às suas práticas de gestão de risco de crédito;
- À qualidade do reporte prudencial efetuado periodicamente.

Conforme divulgado publicamente, a avaliação concluiu ser adequado o valor global da imparidade registada nas contas consolidadas do Grupo. Concluiu-se, também, que o impacto agregado dos

resultados do SIP na avaliação da solvabilidade do Grupo CGD, a 30 de junho de 2011, traduzir-se-ia num aumento do rácio de *Tier 1* de 8,5% para 8,6%, mantendo-se acima do mínimo de 8% exigido naquela data. Estima-se que as alterações regulamentares antes referidas terão um impacto positivo adicional de 0,2 pontos percentuais sobre este rácio.

A realização de testes de esforço pretende facultar uma visão analítica da posição do Grupo CGD em termos de solvabilidade, quando sujeita a cenários extremos em termos de risco de mercado, de risco de liquidez e de taxa de juro no balanço e de risco de crédito. Em 2011, efetuaram-se na CGD, para além dos testes de esforço utilizados na gestão interna, os exigidos pelo BdP no âmbito das Instruções n.ºs 32/2009 e 4/2011. A CGD participou, ainda, no exercício transversal EU *wide stress test exercise*, coordenado pela EBA em cooperação com o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia e os exigidos em complemento ao Plano de Financiamento e Capital, no âmbito do *Memorandum de Entendimento* (MoU).

VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E INVESTIMENTO

Neste âmbito, a atividade de gestão das carteiras de negociação e de investimento sobre valores mobiliários encontra-se enquadrada em *guidelines* específicas, aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais estabelecem os níveis de risco que podem ser incorporados nestas carteiras, o tipo de valores mobiliários que as podem integrar, os critérios de liquidez e os mecanismos de controlo a implementar. Estas *guidelines* foram objeto de revisão em 2011, tendo sido aprovadas pelo CA, em 23 de março, na componente respeitante à Carteira de Negociação, e em 29 de junho na componente respeitante à Carteira de Investimento.

Em termos de controlo de riscos e valorização dos ativos, existe uma completa segregação face ao Órgão de Estrutura a quem está acometida a gestão destas carteiras, sendo aquelas funções desempenhadas pela Direção de Gestão de Risco. Esta é responsável pela valorização dos ativos, controlo e monitorização do cumprimento das *guidelines* de gestão. Diariamente, é produzido um reporte sobre este controlo, o qual é distribuído pelos membros da Comissão Executiva e pelos diretores responsáveis pela gestão destas carteiras.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A Caixa Geral de Depósitos dispõe de um sistema de gestão de informação que permite acompanhar todas as participações financeiras da CGD, respetiva estrutura acionista de cada sociedade e os elementos que integram os órgãos sociais, bem como controlar os dividendos, a receber pela Caixa, das suas participações.

Anualmente, são analisados os Relatórios e as Contas das sociedades participadas e submetidas ao Conselho de Administração / Comissão Executiva as posições a adotar na Assembleia Geral, relativamente à aprovação das contas, aplicação do resultado e demais pontos da respetiva Ordem de Trabalhos. Para além disso, é analisada a evolução de várias áreas de negócio do Grupo CGD, baseando-se na comparação com períodos homólogos, valores orçamentados e resultados obtidos por Grupos concorrenciais e acompanhada a evolução das participações cotadas consideradas estratégicas, na qual é incluída, entre outros itens, o cálculo das perdas ou ganhos potenciais, o limiar do valor de imparidade, os totais de imparidades já relevadas.

A alienação de participações financeiras é sempre previamente deliberada pelo Conselho de Administração / Comissão Executiva, sendo suportada por informação da Direção de Participações Financeiras, onde são analisados os resultados dos vários cenários alternativos.

Para a monitorização anual da imparidade das participações financeiras da CGD (não cotadas), de acordo com o *Steering Committee* de acompanhamento das IAS, a CGD, dependendo da rubrica em que estão relevadas e do montante investido, elabora ficha de análise individual da Sociedade ou promove a avaliação pelo Caixa - Banco de Investimento. Para as restantes participações, é utilizado o valor do *equity* da participação calculado utilizando os dados contabilísticos mais recentes.

ATIVOS IMOBILIÁRIOS

No decurso do ano de 2011, foram fortalecidas as medidas de controlo e de reforço da valorização dos ativos imobiliários detidos pela CGD ou recebidos em garantia de operações de financiamento, tendo em

vista salvaguardar o seu valor num período de conjuntura adversa.

Para o efeito, procedeu-se à reavaliação de um conjunto muito significativo de ativos da carteira com o intuito de conhecermos o seu valor atual atenta a referida situação conjuntural adversa.

Manteve-se, contudo, a estrutura anteriormente em vigor e que determina que os Ativos Imobiliários da CGD estejam agregados em duas classes distintas: ativos fixos tangíveis ou imóveis para uso próprio afetos à exploração e ativos não correntes detidos para venda, provenientes de processos de recuperação de crédito e/ou imóveis desafetos à exploração.

Na primeira classe de ativos, estão alguns dos edifícios centrais e um conjunto significativo de agências, nacionais e internacionais, que são utilizados na atividade corrente do banco. Na segunda, encontram-se os imóveis cuja posse resulta de situações de incumprimento ou que foram desafetados da atividade, destinando-se a venda.

A gestão destes ativos é efetuada através de empresas especializadas e de forma segmentada em função da sua origem, destino e percentagem de acabamento de obra, quando aplicável.

Como princípios de enquadramento da gestão imobiliária, mantêm-se a segregação de funções, a sustentabilidade e a otimização do valor dos ativos, a fiabilidade dos registos contabilísticos e informáticos e a avaliação em função do mercado, apurada de forma independente.

3.7.3. SISTEMA DE CONTROLO DE SALVAGUARDA DOS ATIVOS DE CLIENTES À GUARDA DA CGD

No cumprimento do disposto no nº 4, Art.º 304º-C, do Código de Valores Mobiliários (CVM), os auditores externos procedem à emissão de um relatório anual sobre a adequação dos procedimentos e medidas adotados pela CGD ao nível da salvaguarda dos bens dos clientes.

Estes procedimentos devem assegurar os seguintes objetivos (Arts.º 306.º a 306.º-D, do CVM):

- Em todos os atos que pratique, assim como nos registos contabilísticos e de operações, o intermediário financeiro deve assegurar uma clara distinção entre os bens pertencentes ao seu património e os bens pertencentes ao património de cada um dos clientes;
- A abertura de processo de insolvência, de recuperação de empresa ou de saneamento do intermediário financeiro não tem efeitos sobre os atos praticados pelo intermediário financeiro por conta dos seus clientes;
- O intermediário financeiro não pode, no seu interesse ou no interesse de terceiros, dispor de instrumentos financeiros dos seus clientes ou exercer os direitos a eles inerentes, salvo acordo dos titulares;
- As empresas de investimento não podem utilizar no seu interesse ou no interesse de terceiros o dinheiro recebido de clientes.

O último parecer dos auditores externos disponível nesta data, relativo a 2010, permitiu concluir que os procedimentos e as medidas adotados pela CGD são adequados para permitir cumprir, em todos os aspetos materialmente relevantes, as disposições definidas no âmbito dos artigos 306.º a 306.º-D, do CVM, exceto quanto à periodicidade de realização de reconciliações entre os registos das contas internas dos clientes e as contas abertas junto de terceiros para registo ou depósito de bens desses clientes (aplicável a contas com um número reduzido de titulares e movimentação reduzida). Para colmatar este aspeto, desde setembro de 2011, foram reforçados os procedimentos de reconciliação.

3.8. Divulgação de Informação Relevante

3.8.1. REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

A CGD, enquanto emitente de instrumentos financeiros, tem nomeado um Representante para as Relações com o Mercado, cujo contacto é o seguinte:

CONTACTOS DO REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

Representante para as relações com o mercado: António José Alves Valente
Telefone: 217905908
Fax: 217953986
E-mail: antónio.valente@cgd.pt

3.8.2. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA

Nos termos definidos pelo respetivo enquadramento legal, a CGD, enquanto emitente de instrumentos financeiros, tem nomeado um Representante para as Relações com o Mercado, o qual promove a tempestiva comunicação de informações que sejam suscetíveis de afetar relevantemente a situação económica, financeira e patrimonial da empresa. Complementarmente, o *site* www.cgd.pt disponibiliza um conjunto de informação institucional e referente ao negócio.

No exercício do cumprimento integral do dever de divulgação pública imediata de informação relevante, a CGD divulgou a seguinte informação privilegiada durante o ano de 2011:

Data	Assunto
11.02.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre a atividade e resultados do exercício de 2010.
24.02.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre a atividade e resultados do exercício de 2010 – versão em inglês.
04.03.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alteração de notação de *rating* atribuída pela Fitch Ratings a ações preferenciais.
28.03.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alteração das notações de *rating* atribuídas pela Standard Poor's.
30.03.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alteração das notações de *rating* atribuída pela Fitch Ratings.
31.03.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alteração das notações de *rating* atribuídas pela Standard and Poor's.
05.04.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alteração das notações de *rating* atribuídas pela Fitch Ratings.
06.04.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alteração das notações de *rating* atribuídas pela Moody's.
09.05.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre atividade e resultados consolidados do primeiro trimestre de 2011 – versão em inglês.
09.05.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre a atividade e os resultados consolidados relativos ao primeiro trimestre de 2011.
18.05.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre Plano de Financiamento e recurso à garantia do Estado para emissão de dívida.
07.07.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alteração de notação de *rating* atribuída pela Moody's à dívida emitida pela CGD garantida pelo Estado Português.
15.07.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre teste de resistência europeu.
16.07.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre decisão de *rating* da Moody's.
18.07.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre emissão de Empréstimo Obrigacionista Garantido pela República de Portugal.
05.08.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre os resultados do 1º semestre – versão em inglês
14.09.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre oferta para troca de emissões – versão em inglês.
14.09.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre oferta para troca de emissões.
23.09.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre resultados da oferta de troca – versão em inglês.
23.09.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre resultados da oferta de troca.
07.10.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre decisão de *rating* da Moody's.
27.10.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre necessidades de capital com base na metodologia EBA.
04.11.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre a Atividade e os Resultados Consolidados relativos ao 3º trimestre de 2011 – versão em inglês.
04.11.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre a Atividade e os Resultados Consolidados relativos ao 3º trimestre de 2011.
24.11.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre aumento de capital social por incorporação de reservas.
25.11.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre decisão de *rating* da Fitch Ratings.
08.12.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre resultados finais do exercício de capitalização realizado pela EBA.
16.12.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre os resultados do Programa Especial de Inspeções.
16.12.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre decisão de *rating* da Standard and Poor's.
23.12.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre decisão de *rating* da DBRS.
23.12.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre Emissão de Empréstimo Obrigacionista Garantido pelo Estado.
29.12.2011	Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alteração na composição do Conselho de Administração da CGD.

3.8.3. DIVULGAÇÃO DE OUTRAS INFORMAÇÕES AO MERCADO

No âmbito do cumprimento do dever de divulgação pública (art. 249º, do Código dos Valores Mobiliários), a Caixa Geral de Depósitos, como emitente, efetuou todas as comunicações ao mercado ao longo de 2011, nomeadamente as relativas à emissão de obrigações e as alterações efetuadas aos Prospetos de Admissão à Negociação de Obrigações.

A informação relativa aos Prospetos de Admissão à Negociação de Obrigações encontra-se igualmente publicada no *site* www.cgd.pt.

Em março de 2011, foi aprovada pela CMVM a 6ª adenda ao Prospeto-Base do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, no montante de 15 mil milhões de euros. Em setembro, a CMVM aprovou a 7ª adenda a este prospeto. Estas adendas, bem como as versões consolidadas do prospeto foram publicados no sítio da CMVM, respetivamente, a 4 de março e a 30 de setembro de 2011.

Em abril de 2011, a DMF realizou duas emissões de obrigações hipotecárias, designadamente a Série 12 e Série 13 no valor de 750 milhões de euros cada uma. As condições finais destas duas emissões foram remetidas à Euronext Lisboa. Esta informação está, igualmente, disponível no sítio da CMVM, desde 2 de maio de 2011.

Durante 2011, a DMF realizou duas emissões de empréstimos obrigacionistas garantidos pela República de Portugal, o primeiro em 18 de julho no valor de 1800 milhões de euros, e o segundo em 23 de dezembro no valor de 2800 milhões de euros. As condições finais destas duas emissões foram remetidas à Euronext Lisboa. Esta informação está, igualmente, disponível no sítio da CMVM.

Em setembro, a CGD anunciou uma oferta pública de troca de duas emissões de Ações Preferenciais Perpétuas *(Tier I)* e de duas emissões de Obrigações Perpétuas Subordinadas *(Upper Tier II)* por uma emissão de dívida sénior da CGD. As condições finais da emissão e o resultado da oferta pública de troca foram comunicados à CMVM onde estão disponíveis.

Em março de 2011, a CGD efetuou uma 3ª adenda ao prospeto do seu Programa de Emissão de *Euro Medium Term Notes* (EMTN). Esta adenda e o sumário atualizado do prospeto em português foram enviados pela CSSF à CMVM que os divulgou no seu sítio da Internet, a 1 de março de 2011.

No âmbito do Programa EMTN, a CGD solicitou, em março, a admissão no mercado da *Eurolist* de cinco emissões, cada uma no montante de 15 milhões de euros, denominadas "Caixagest Valor Bric 2015" (Séries 927, 928, 929, 930 e 931 – a 2 de março de 2011) e a admissão no mercado da *Eurolist* de cinco emissões, cada uma no montante de 4,2 milhões de euros, denominadas "Step-up – Fixed Rate Notes due April 2015" (Séries 921, 922, 923, 924 e 925 – a 31 de março de 2011). As condições finais destas emissões foram remetidas à Euronext Lisboa. Esta informação está, igualmente, disponível no sítio da CMVM.

3.8.4. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NO *SITE* DO SEE

O *site* www.dgtf.pt, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças possui uma área dedicada ao setor empresarial do Estado, em que é divulgada informação sobre, entre outros, os objetivos e políticas relativas às empresas que integram o setor e às suas participadas, informação financeira histórica e atual da empresa, bem como a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais.

Neste âmbito, a CGD divulga e atualiza regularmente informação no *site* do SEE sobre o conjunto de matérias constantes do seguinte quadro:

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO *SITE* DO SEE	Divulgação			
	S	N	N.A.	Comentários
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo financiamento	X			

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO *SITE* DO SEE (CONT.)	Divulgação S	N	N.A.	Comentários
Modelo Governo / Identidade Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes com entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Sendo S – Sim; N – Não e N.A. – Não Aplicável

Esta informação encontra-se disponível em: http://www.dgtf.pt.

3.8.5. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NO *SITE* DA CGD

O *site* institucional da CGD (www.cgd.pt) inclui na sua arquitetura de informação, uma área de acesso público exclusivamente dedicada à divulgação de informação sobre o Governo da Sociedade, de forma a cumprir integralmente os Princípios de Bom Governo das empresas do setor empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março.

Nesta área do *site*, de acesso direto e imediato a partir da página de entrada, é garantida a divulgação de toda a informação obrigatória e legal respeitante às diversas matérias sobre Governo da Sociedade, incluindo informação sobre as matérias constantes do seguinte quadro:

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO *SITE* DA CGD	Divulgação S	N	N.A.	Comentários
Existência de *site*	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Orgãos sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos orgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado	X			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Sendo S – Sim; N – Não e N.A. – Não Aplicável

Esta informação encontra-se disponível em: http://www.cgd.pt/Governo-Sociedade/Pages/Governo-Sociedade.aspx.

3.8.6. ELABORAÇÃO DE UM RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade, que constitui um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas de 2011 da CGD, visa cumprir a Recomendação de incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao governo da sociedade, de acordo com o princípio estabelecido no ponto 29, do Anexo da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março.

3.9. Análise da Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

A informação disponibilizada nesta análise não é exaustiva, pelo que, para uma melhor compreensão das atividades e iniciativas desenvolvidas neste âmbito, deve ser consultado o último Relatório de Sustentabilidade da CGD, referente a 2010, disponibilizado em https://www.cgd.pt/Institucional/Sustentabilidade/Relatorio/2010/Pages/Relatorio-Sustentabilidade.aspx.

3.9.1. ESTRATÉGIAS ADOTADAS E POLÍTICAS PROSSEGUIDAS COM VISTA A GARANTIR A EFICIÊNCIA ECONÓMICA, FINANCEIRA, SOCIAL E AMBIENTAL E A SALVAGUARDAR NORMAS DE QUALIDADE

Enquanto instituição líder de mercado e de referência na promoção das melhores práticas no setor financeiro, a CGD está firmemente comprometida com o Desenvolvimento Sustentável. Esta forma de atuar, que sempre esteve presente na sua história (136 anos), traduz-se na adoção voluntária de um conjunto de compromissos de cariz económico, ambiental e social que vão muito para além das suas obrigações legais e que contribuem para o desenvolvimento do negócio e aumento da competitividade.

A Sustentabilidade é aplicada, transversalmente, à organização sob um Modelo de Gestão que comporta oito grupos de trabalho – Políticas e Códigos Voluntários, Risco, Produtos, Ambiente, Envolvimento com a Comunidade, Reporte e *Stakeholders*, Recursos Humanos e Grupo CGD África/Brasil.

A implementação do Modelo de Gestão do Programa de Sustentabilidade da CGD assenta na formalização das responsabilidades de cada Órgão de Estrutura da CGD e de algumas empresas do Grupo CGD, para uma correta prossecução das estratégias adotadas, políticas definidas e recomendações a exarar, considerando: a Comissão Executiva, enquanto órgão deliberativo, o Comité de Sustentabilidade como estrutura de recomendação, a Equipa de Coordenação e Grupos de Trabalho sobre temas específicos.

De forma a garantir a prossecução dos objetivos deste Programa, a CGD publicou a sua declaração de Política de Sustentabilidade assente em cinco áreas estratégicas-chave, sempre com uma orientação de criação de valor para a Instituição, para o acionista e restantes *stakeholders* e que pode ser consultado em https://www.cgd.pt/Institucional/Sustentabilidade/Politicas-Compromissos/Documents/CGD-politica-Sustentabilidade.pdf:

1. Banca Responsável – Desenvolver relações equilibradas, transparentes e responsáveis com os clientes;
2. Promoção do Futuro – Reconhecer a importância da atividade bancária para o desenvolvimento sustentável, aspirando contribuir para um futuro melhor;
3. Proteção do Ambiente – Promover a resposta ativa aos problemas ambientais da sociedade;
4. Envolvimento com a Comunidade – Promover o investimento na comunidade e impulsionar o desenvolvimento da sociedade em geral;
5. Gestão do Ativo Humano – Procurar o desenvolvimento dos colaboradores enquanto fator diferenciador e o seu respetivo reconhecimento.

Com esta Política de Sustentabilidade, a CGD garante:

- A integração das variáveis não financeiras (ambientais, sociais e de gestão) na estratégia global da instituição;

- A partilha de conhecimento e experiências nesta temática com as unidades do Grupo que atuam noutros mercados;
- A criação dos mecanismos necessários para integrar, em conjunto com os seus *stakeholders*, os assuntos ambientais e sociais na gestão corrente, de forma a assegurar a liderança nacional nos serviços financeiros sustentáveis;
- O reporte de toda a sua atividade de forma transparente e de acordo com as melhores práticas internacionais;
- O contributo para a divulgação dos princípios do Desenvolvimento Sustentável, aliando-se a iniciativas nacionais e internacionais e promovendo ações próprias sempre que tal se justifique.

A Política de Ambiente aplica-se a todas as atividades, produtos e serviços da Caixa Geral de Depósitos, SA em Portugal. É sua intenção expandir o âmbito de aplicação às restantes empresas do Grupo CGD.

A Política de Envolvimento com a Comunidade assume um compromisso ao mais alto nível de gestão, consciente de que um desenvolvimento sustentável da empresa significa contribuir para uma sociedade melhor e mais justa.

Estas políticas têm associados planos de implementação, que constituem metas e compromissos assumidos publicamente.

Neste âmbito, é também relevante a estratégia adotada de comunicação regular do desempenho em sustentabilidade. Em 2011, a CGD consolidou o seu compromisso com a Sustentabilidade ao publicar o 3.º Relatório de Sustentabilidade, referente à atividade de 2010.

Neste 3.º relato, destaca-se a correspondência com os Princípios de Bom Governo, aplicados ao Setor Empresarial do Estado, testemunhos dos Colaboradores que integram as equipas multidisciplinares envolvidas na implementação do Programa de Sustentabilidade, uma síntese sobre a Atividade dos Grupos de Trabalho afetos ao Modelo de Gestão para a Sustentabilidade e a publicação do 1.º Relatório de Neutralidade Carbónica que representa, também, o primeiro relato do género da banca portuguesa.

A notação máxima de A+, atribuída aos Relatórios, reconhece o mérito e evolução que a CGD tem feito ao nível da implementação de boas práticas nos diferentes pilares da sustentabilidade: económico, social e ambiental.

Ainda no que respeita às estratégias adotadas, destaca-se o envolvimento e participação da CGD nas principais associações e iniciativas na área da Sustentabilidade e, especificamente, no setor financeiro, entre elas: UNEP Finance Initiative, *Carbon Disclosure Project*, Global Reporting Initiative, BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, entre outros.

A CGD subscreve, apoia e adota outros códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, entre eles:

- Princípios de Bom Governo para as Empresas do Setor Empresarial do Estado;
- Código de Conduta Europeu Voluntário do Crédito à Habitação, subscrito desde 2000;
- Código de Conduta do Instituto Civil da Autodisciplina da Publicidade, desde 2000;
- Programa Ambiental das Nações Unidas para o Setor Financeiro (UNEP – Finance Initiative), desde 2009;
- *Carbon Disclosure Project*, desde 2008;
- Enterprise for Health – Rede europeia de Empresas Saudáveis, sendo a CGD Membro Fundador desde 2000.

Adicionalmente, a CGD pertence ao *Advisor Comittee* do UNICRI (United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute), representada pelo seu Gabinete de Prevenção, Segurança e Continuidade de Negócio (GPS). A CGD integra a equipa de coordenação técnica do UNICRI Portugal, que subscreve os dez Princípios do Pacto Mundial das Nações Unidas *(UN Global Compact's Ten Principles)*.

Finalmente, em 2011, foi definida a Estratégia de Envolvimento com *Stakeholders*, que corresponde ao reconhecimento, por parte da CGD, de que o desenvolvimento sustentado da sua atividade está dependente de um diálogo contínuo com as suas diversas partes interessadas, considerando fundamental a existência de relações transparentes e de confiança.

A CGD prossegue na melhoria da qualidade de serviço ao cliente, que constitui uma prioridade estratégica. Neste âmbito, estão definidos objetivos e metodologias para avaliar a qualidade de serviço e melhorar os níveis de satisfação dos clientes.

Através da Iniciativa Qualidade de Atendimento e Níveis de Serviço, a CGD levou a cabo, terminada em 2011, um diagnóstico sobre a realidade atual, em termos de processos e iniciativas de gestão da qualidade. Este diagnóstico inventariou oportunidades críticas de melhoria e modelos de desenvolvimento, face às melhores práticas, elaborando cenários alternativos de evolução, a nível de enquadramento organizativo, de processos de suporte, de mecanismos de monitorização e de prioridades de atuação.

Assim, foi criada a Área da Qualidade de Processos, cujo âmbito de atuação é a definição e acompanhamento dos níveis de serviço, recomendando atuações e validando os princípios da qualidade.

A metodologia seguida baseou-se nos momentos cruciais da interação da CGD com o cliente e na relevância dos processos em termos de qualidade de serviço prestado e de impacto na satisfação do mesmo. Os trabalhos iniciaram-se com os processos de concessão de Crédito à Habitação, Abertura de Conta de Depósito à Ordem e Criação / Atualização de dados de cliente.

Prosseguindo o caminho de reconhecimento e manifestação pública da qualidade dos serviços prestados pela CGD aos seus clientes, foi iniciado o projeto de certificação do Processo do Crédito à Habitação.

As normas ISO 9000 constituem uma referência internacional para a Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade. Uma gestão baseada na Certificação permite não só assegurar a qualidade dos serviços financeiros, como também melhorar a orientação estratégica focada nas necessidades dos Clientes da CGD.

A CGD obteve, diversas certificações ISO 9001 (Certificação da Qualidade dos Processos), pela Associação Portuguesa de Certificação – APCER:

- ISO 9001:2006 – Sistema de Gestão da Qualidade da Direção de Mercados Financeiros da CGD;
- ISO 9001:2009 – Sistema de processamento das operações do Grupo CGD nos mercados financeiros da Direção de Suporte Operacional da CGD;
- ISO 9001:2010 – Gabinete de Prevenção, Segurança e Continuidade de Negócio (GPS). Para além desta certificação, o GPS continuou a incorporar na sua atividade as melhores práticas das normas internacionais das OHSAS 18 001.

3.9.2. GRAU DE CUMPRIMENTO DAS METAS FIXADAS

A atuação da CGD, igualmente suportada por empresas do seu Grupo, consubstancia-se na adoção voluntária de compromissos de cariz económico, ambiental e social que vão muito além das suas obrigações legais e de *compliance* e que determinam um impacto positivo geral no desenvolvimento económico e sustentável, no reforço da competitividade, na internacionalização e capacidade de inovação das empresas, na criação de emprego, na inclusão financeira e promoção do consumo responsável e nas energias renováveis.

Para além do compromisso de publicar anualmente o relato sobre os temas de Sustentabilidade, a CGD, desde a publicação do seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, em 2008, assumiu publicamente um conjunto de compromissos que consubstanciam as suas linhas de orientação estratégicas neste domínio.

O Relatório de Sustentabilidade da CGD inclui a resposta aos requisitos da Global Reporting Initiative (GRI) e é sujeito a verificação independente por entidade externa, conforme declaração de verificação. Esta verificação analisa a conformidade da informação disponibilizada com o solicitado pela GRI G3 e valida a fiabilidade da informação disponibilizada associada a esses itens (estratégias, perfil e indicadores de desempenho), através da análise de evidências, de modo a garantir que a mesma reflete, de modo apropriado, a realidade efetiva da CGD. Os compromissos assumidos, os seus objetivos, horizonte temporal de realização e grau de cumprimento integram o Relatório de Sustentabilidade são, assim, verificados e monitorizados.

Neste âmbito, em 2011, destaca-se o cumprimento da meta de 20 mil horas de voluntariado da CGD, com franco retorno positivo para todas as partes envolvidas, que assinalaram o Ano Internacional do Voluntariado.

No âmbito do Programa Caixa Carbono Zero, a definição de medidas e metas internas de redução de emissões é fundamental na concretização da estratégia de combate às alterações climáticas, pelo que a CGD assumiu objetivos quantificados de redução de emissões de gases com efeito de estufa e consumo de energia para o período 2011-2015.

- Objetivo global: redução de emissões de 15% CO_2e / *full time equivalent*, em relação a 2006;
- Objetivo setorial: redução de energia de 4% kWh / *full time equivalent*, face a 2006.

Para atingir estes objetivos, a CGD tem vindo a implementar um conjunto de ações que já resultaram numa redução superior a 10 mil toneladas de CO_2e, podendo ser consultadas em https://www.cgd.pt/Institucional/Caixa-Carbono-Zero/Emissoes-Carbono/Pages/Medidas-de-Reducao2006-2010.aspx.

3.9.3. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS PARA A ATIVIDADE E PARA O FUTURO DA EMPRESA

O setor financeiro em particular desempenha um papel essencial na promoção do desenvolvimento sustentável, por via de processos seletivos que incorporem políticas e critérios, nomeadamente de risco socioambiental, precedentes à concessão de financiamento. A exigência na aplicação destes critérios comportará menos riscos e, em consequência, permitirá uma maior acumulação de valor.

A CGD procura garantir um adequado ambiente de controlo interno através de um sistema de gestão de risco, um eficiente sistema de informação e comunicação, bem como um efetivo processo de monitorização, com o objetivo de assegurar a qualidade e a eficácia do próprio sistema.

A gestão do sistema de controlo interno na CGD assenta em orientações reconhecidas como boas práticas, com destaque para a metodologia genérica de controlo interno proposta pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e no que se refere aos sistemas de informação na *framework* CobiT (Control Objetives for Information and Related Technology).

A implementação do Programa de Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI) visa implementar mecanismos de gestão do risco operacional, de acordo com os requisitos de elegibilidade estabelecidos pelo Banco de Portugal.

A CGD realiza *stress-tests* aos riscos de crédito, mercado, taxa de juro e liquidez, trimestralmente, tendo por objetivo não só cumprir a Instrução nº 18/2007, do Banco de Portugal, mas, também, ter uma melhor perceção dos riscos da Instituição e assegurar a proteção dos seus ativos e atividade.

No âmbito da informação sobre os riscos ambientais, destaca-se, também, a iniciativa Banca & Ambiente – Financiar o Ambiente em Portugal 2009/2011, sob a égide da UNEP-FI, que visa promover o conhecimento sobre riscos ambientais junto dos bancos e do setor empresarial.

A CGD considera que a sustentabilidade representa uma nova abordagem à gestão de riscos e identificação de oportunidades, tendo identificado dois tipos de impactos e riscos, diretos e indiretos.

Os impactos diretos e indiretos representam, no seu conjunto, fontes de risco. Estas fontes relacionam-se, essencialmente e em termos de impactos diretos, com o risco de ter de suportar custos resultantes da inoperacionalidade, encargos resultantes de multas e perdas consequentes de (má) reputação.

No âmbito dos riscos diretos, mais concretamente operacionais, destaca-se o Plano de Continuidade de Negócio da CGD. Este Plano, que tem como objetivo encontrar soluções para desastres que conduzam à inoperacionalidade generalizada das infraestruturas físicas – considerando postos de trabalho e suporte tecnológico – ou à incapacidade generalizada de deslocação dos colaboradores para os seus postos de trabalho.

Em termos de impactos indiretos, estes resultam de:

- Perdas relacionadas com hipotecas executadas;
- Risco de incumprimento das empresas financiadas por razões ambientais (as empresas podem ser multadas ou penalizadas em termos de reputação por questões ambientais, o que, em casos-limite, as pode conduzir a situações de incumprimento);
- Aplicação que é efetuada pelos clientes dos créditos concedidos e com os investimentos efetuados pela CGD.

Estes riscos têm vindo a ser, de forma gradual, transformados em oportunidades, através da criação de novas linhas de negócio / financiamento que visam responder às novas exigências e necessidades do mercado. A CGD tem, assim, procurado reduzir riscos e potenciar oportunidades.

Ainda no que respeita a impactos indiretos e respetivos riscos, a CGD tem como objetivo incluir os aspetos ambientais nas análises de risco de crédito concedido a empresas. Esta avaliação de risco de um empréstimo ajudará, ainda, o tecido empresarial português a antecipar exigências da legislação futura.

POTENCIAIS RISCOS DE INCUMPRIMENTO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS PUBLICAMENTE NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os compromissos firmados nos vários Relatórios de Sustentabilidade da CGD constituem um marco evolutivo do trabalho efetuado nos últimos anos, desde a publicação do primeiro Relatório de Sustentabilidade.

A respetiva comunicação aos *stakeholders* através do relatório de sustentabilidade (dos compromissos assumidos e do respetivo grau de concretização) é de extrema importância, dado que mostra, com transparência, o empenho, esforço e compromisso que tem sido efetuado pela instituição, na persecução dos princípios e valores da sustentabilidade e de bom governo e é requerida pelas boas práticas de reporte, nomeadamente pelas diretrizes de referência seguidas pela CGD (Diretrizes da Global Reporting Initiative – GRI).

O não cumprimento dos compromissos assumidos comporta os seguintes riscos:

- Risco reputacional com a consequente falta de credibilidade e confiança;
- Perda de oportunidade de realizar benefícios e criar valor;
- Maior probabilidade da CGD incorrer em custos adicionais.

3.9.4. RESPONSABILIDADE SOCIAL

No Relatório de Sustentabilidade da CGD, são descritas, de forma detalhada, as iniciativas desenvolvidas no âmbito da Responsabilidade Social, que permitem uma melhor compreensão do seu desempenho neste domínio.

No ano de 2011, a CGD continuou a apostar no desenvolvimento das competências dos seus colaboradores, no reconhecimento do mérito e do potencial interno, bem como no apoio direto ao negócio, através da criação de melhores condições de equilíbrio entre a atividade profissional e a vida pessoal.

GARANTIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES, DE RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS E DE NÃO DISCRIMINAÇÃO

De acordo com o referido no ponto 3.2.4.1., do presente Relatório, a CGD garante a todos os seus colaboradores a igualdade de tratamento e de oportunidades, bem como a não existência de fatores discriminatórios. O efetivo da CGD apresenta uma distribuição equilibrada relativamente ao género.

A CGD promove a cidadania, a inclusão e a igualdade de oportunidades – princípios que integram o seu Código de Conduta, sob o qual se regem as atividades do Banco e dos seus colaboradores.

A CGD não exerce qualquer tipo de discriminação no recrutamento, tendo nos seus quadros, além dos colaboradores de origem portuguesa, colaboradores oriundos da Europa, dos PALOP, de África, da América do Norte, da América do Sul, do Brasil e da Ásia.

Por outro lado, a CGD entende, também, que deve ser dada igualdade de tratamento e de oportunidades, pelo que emprega pessoas portadoras de deficiência física.

GESTÃO ADEQUADA DO CAPITAL HUMANO DA EMPRESA, COM PROMOÇÃO DA VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL DOS RECURSOS HUMANOS, INSTITUIÇÃO DE SISTEMAS QUE GARANTAM O BEM-ESTAR E PREMEIEM O MÉRITO DOS COLABORADORES

A gestão de recursos humanos da CGD assenta nos valores institucionais e na cultura organizacional, no conhecimento, na comunicação e no desempenho. Esta gestão traduz-se em vários níveis, entre eles:

- Formação – gestão do conhecimento orientada para o desenvolvimento do talento dos colaboradores, incluindo formação de caráter técnico, mas também sobre temas que afetam a sociedade;

- Avaliação de desempenho – implementação de sistema de avaliação e reconhecimento dos colaboradores;
- Condições de trabalho – promoção de ambiente de trabalho saudável e harmonização entre Trabalho, Família, Saúde e Lazer como dimensões complementares da vida das pessoas e da própria organização.

A CGD considera o talento, o desenvolvimento das capacidades e competências dos colaboradores e a criação de melhores condições de equilíbrio entre a vida profissional e pessoal como eixos estratégicos da gestão de recursos humanos.

Com o objetivo de melhor diferenciar e reconhecer o desempenho dos seus colaboradores, a CGD tem vindo a consolidar o seu Sistema de Gestão de Desempenho, que tem como principais objetivos:

- Promover a partilha dos objetivos da CGD, fomentando uma cultura de desempenho e de responsabilidade individual e de equipa;
- Alinhar o ciclo de avaliação com o ciclo de gestão, articulando a definição e monitorização dos objetivos individuais e de equipa com os objetivos do Banco;
- Fomentar a relação hierarquia / colaborador, promovendo o papel do gestor como orientador das estruturas, estabelecendo uma verdadeira cadeia de compromisso para a realização dos objetivos da CGD.

No que diz respeito ao bem-estar e segurança laboral, a CGD promove, continuamente, formas de controlar e reduzir os riscos nos locais de trabalho, de forma a prevenir acidentes e proteger a segurança e saúde dos colaboradores. A este respeito, destaca-se o papel do Gabinete de Prevenção, Segurança e Continuidade de Negócio (GPS), que tem como principais objetivos: gerir e coordenar a proteção de pessoas e bens nos Edifícios Centrais e na Rede Bancária; promover ações de prevenção; assegurar a implementação e manutenção do Plano de Continuidade de Negócio da CGD, para que este se encontre ajustado às capacidades e com efetiva capacidade de resposta.

No que concerne à saúde, a Medicina do Trabalho, para além dos exames médicos periódicos exigidos legalmente, realiza Programas de Prevenção, Sensibilização e Tratamento, nomeadamente consultas de nutrição, antitabagismo e rastreios diversos.

ADOÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTALMENTE CORRETAS

A CGD privilegia boas práticas que se refletem na gestão e atividade correntes. As estratégias, políticas e o Código de Conduta referenciados refletem essa realidade. No entanto, e considerando que a informação disponibilizada no presente documento não é exaustiva, para uma melhor compreensão da atividade e iniciativas da CGD neste ponto, poderá ser consultado o Relatório de Sustentabilidade CGD 2010 .

Tendo as alterações climáticas sido identificadas como uma prioridade, a CGD lançou, em 2007, o Programa Caixa Carbono Zero. Pela sua transversalidade e natureza estratégica, o Programa posicionou a CGD na liderança do setor financeiro nacional na resposta às novas exigências de uma economia de baixo carbono. Desde 2006 que a CGD dispõe de um inventário de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) relativo às atividades bancárias em Portugal, elaborado de acordo com as melhores metodologias internacionais e cujos resultados divulga publicamente.

Simultaneamente, o Programa consolidou um conjunto de iniciativas internas que permitiram ao Banco conhecer e reduzir as emissões de GEE resultantes das suas próprias atividades, atuando, precisamente, nas áreas em que se situam os principais impactos ambientais, designadamente o consumo de energia (iniciativas de promoção da eficiência energética de equipamentos e edifícios, utilização de energias renováveis, gestão da mobilidade, alteração de comportamentos) e consumo de materiais (iniciativas de redução de consumos e de gestão de resíduos).

As iniciativas de melhoria de desempenho ambiental estendem-se, também, à racionalização dos consumos energéticos das tecnologias de informação e comunicação e dos sistemas de climatização e iluminação dos edifícios, à redução dos consumos de papel e aumento dos níveis de reciclagem de resíduos.

O papel consumido de formato A4, em toda a Rede de Agências e Edifícios Centrais da CGD é certificado pelo *Forest Stewardship Council (FSC)*, garantindo que as florestas de onde provém o papel são geridas de uma forma sustentável, respeitando rigorosos critérios internacionalmente estabelecidos. A CGD dispõe, nos locais de trabalho, de mecanismos de recolha de papel para reciclagem.

O retorno financeiro da reciclagem de papel efetuada na CGD reverte para um fundo social da Direção de Pessoal, de apoio a colaboradores em situação de precariedade, ao nível do agregado familiar.

A CGD tem vindo a desenvolver, também, um conjunto alargado de iniciativas paralelamente ao Programa Caixa Carbono Zero, que promovem a sensibilização ambiental, envolvendo todos os *stakeholders*, incluindo colaboradores, com destaque para a Floresta Caixa, Programa Nova Geração de Cientistas Polares, Concurso de Design de Equipamento Urbano com Materiais Reciclados / Recicláveis, *blog* – O Planeta Agradece, Movimento ECO – Empresas contra fogos, Programa Chave Verde, Prémio Nacional de Inovação Ambiental, Projeto Eco-Casa e Programa – Amigos do Ambiente.

No domínio da mobilidade, estão definidas normas de aquisição de viaturas com base em critérios ambientais, é promovido o incremento da vídeo-conferência e a promoção da transferência modal nas deslocações em serviço, para além de um trabalho aprofundado sobre a mobilidade pendular dos colaboradores.

A CGD foi a primeira Instituição Financeira portuguesa a tornar-se investidor signatário do *Carbon Disclosure Project (CDP)*, juntando-se, assim, aos maiores investidores institucionais mundiais na integração do fator clima nas suas decisões de investimento, reduzindo, desta forma, o risco associado.

3.9.5. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A CGD tem vindo a acompanhar e a estimular o desenvolvimento económico e social do país, constituindo desde a data da sua fundação, 10 de abril de 1876, uma referência no setor bancário português, no apoio às famílias, às empresas e às instituições nacionais.

Enquanto líder do mercado, a CGD defende uma evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento e solidez financeira. O acionista Estado espera da CGD que esta cumpra a sua missão de referência do sistema financeiro português, procurando, no exercício da sua atividade, uma evolução equilibrada entre solidez, rentabilidade e crescimento, sempre no quadro de uma gestão prudente dos riscos, de uma prática de referência ao nível da eficiência e qualidade de serviço, de Bom Governo e de elevado sentido de responsabilidade social, apoiando ações culturais e sociais, promovendo a sustentabilidade.

Uma das principais diretrizes estratégicas orientadoras da atividade da CGD consubstancia-se no apoio ao desenvolvimento social e cultural, na promoção de princípios e práticas sustentáveis, bem como ser uma referência no que concerne ao Bom Governo.

A informação disponibilizada no Relatório de Sustentabilidade CGD 2010 permite uma melhor compreensão da integração de práticas sustentáveis no negócio da CGD.

Importa, no entanto, referir que o desenvolvimento de relações equilibradas, transparentes e duradouras com os seus clientes Particulares é essencial para a continuidade e afirmação do negócio da CGD. A CGD disponibiliza soluções que sirvam para uma melhor e mais prudente gestão dos recursos e necessidades financeiras, incluindo os meios de transação que lhes estão associados, contribuindo para uma melhoria da sua qualidade de vida e procurando, assim, ir ao encontro das suas expectativas.

A CGD é o parceiro financeiro do tecido empresarial português, nomeadamente das PME, disponibilizando soluções que respondam às necessidades de crescimento e consolidação da sua atividade e que contribuam para um aumento da sua capacidade de resposta às crescentes exigências sociais e ambientais.

Pelas características históricas da CGD, destaca-se, ainda, a importância da Rede Comercial da CGD e da distribuição geográfica das várias Agências, enquanto elementos de inclusão e coesão social e local.

A CGD tem um forte impacto ao nível da inclusão social e da empregabilidade, particularmente relevante no atual cenário económico, quer de forma direta, quer indireta. De uma forma direta, destaca-se o impacto associado ao emprego gerado, que totaliza cerca de 11 mil colaboradores. De uma forma indireta, destaca-se o emprego gerado através das atividades financiadas, através do microcrédito ou dos fornecedores que com a CGD trabalham.

3.9.6. SERVIÇO PÚBLICO E DE SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DA COLETIVIDADE

O compromisso da CGD com a Comunidade assenta na defesa de princípios de ética, transparência e respeito pelas normas que regulam a sua atividade, no apoio contínuo e empenhado às atividades sociais e culturais. Neste âmbito, importa realçar a atividade da Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest, relevante na intervenção da CGD no domínio da ação cultural ao serviço do público português e que, em 2011, manteve, como é habitual, intensa atividade.

A CGD intervém de forma inovadora e permanente, abrangendo as mais diversas áreas, constituindo um contributo para uma sociedade do conhecimento mais próspera, promovendo a inclusão e literacia financeira, com o objetivo de disponibilizar informação em prol de comportamentos financeiramente responsáveis.

O compromisso da CGD para com a Comunidade assenta no apoio contínuo e empenhado a atividades em diferentes áreas, dando respostas às necessidades reais da sociedade e indo ao encontro das suas expectativas.

No Relatório de Sustentabilidade CGD 2010, são descritas em detalhe as iniciativas desenvolvidas e brevemente resumidas neste documento (consultar Relatório de Sustentabilidade CGD 2010, Capítulo 7).

A CGD apoia contínua e empenhadamente projetos de incentivo à inovação, ao conhecimento e ao empreendedorismo, de cariz social, cultural e ambiental, promovendo um relacionamento duradouro com a comunidade, nomeadamente com Estabelecimentos de Ensino Superior, ONG, IPSS e movimentos associativos e cívicos.

A CGD publicou, em 2011, a sua Política de Envolvimento com a Comunidade, com os seguintes pressupostos:

- Integrar a comunidade como fator determinante na criação de valor e na sustentabilidade do negócio, apoiando e fortalecendo a estratégia, marca e valores corporativos;
- Responder às necessidades da comunidade, garantindo princípios de ética, transparência, subscrição de códigos de conduta, respeito pelos colaboradores e o apoio contínuo às atividades sociais e culturais;
- Promover as melhores práticas na resposta aos desafios da sociedade portuguesa através de três eixos estratégicos: Inovação Social, Cultura / Educação e Literacia Financeira;
- Promover a participação dos *stakeholders*, considerando as suas expectativas e valores na tomada de decisões.

Face à alteração de paradigmas e de modos de vida em que as fragilidades sociais ficam mais expostas e se verificam cada vez mais casos de exclusão social, a CGD contribui para a procura de soluções ao nível da comunidade. A CGD mobiliza parceiros da sociedade civil, profissionais e voluntários, para que se encontrem soluções para problemas que os seus *stakeholders* entendem ser fundamentais abordar, para responder a necessidades sociais e promover a inclusão social através de atividades económicas.

O microcrédito é, hoje, um meio poderoso no combate à pobreza e à desigualdade social, contribuindo de forma positiva para o combate à exclusão social e económica, através do apoio à criação de autoemprego e de pequenos negócios. Trata-se de apoiar pessoas que, em condições normais de mercado, não têm acesso ao crédito e que, por razões várias, estão fora do circuito económico. Promove-se o empreendedorismo, como alternativa para quem está desempregado e, no exercício dos seus direitos de cidadão, pretende voltar a participar de forma digna na sociedade.

A CGD é o Banco Oficial da Bolsa de Valores Sociais (BVS), um projeto inovador que visa apoiar as Instituições de Solidariedade Social para a adoção de uma nova visão de Sustentabilidade para os seus projetos. Com vista a mobilizar a sociedade civil para esta iniciativa, a CGD divulga o projeto da BVS nas suas Agências, nas suas plataformas de informação e junto dos seus parceiros. Ao promover o conceito de investimento social, a Bolsa de Valores Sociais propõe que o apoio às Organizações da sociedade civil seja visto não sob a ótica da caridade, mas sim do investimento que deve gerar um novo tipo de lucro: o lucro social.

No reconhecimento da importância da literacia para uma gestão responsável das finanças pessoais, a CGD desenvolve iniciativas que contribuem para capacitar os cidadãos sobre as exigências colocadas pela complexidade e diversidade dos produtos financeiros, de que se destaca o *site* Saldo Positivo http://www.saldopositivo.cgd.pt/. A literacia financeira permite aos cidadãos a tomada de decisões financeiras informadas. Entendido nesta perspetiva, o conceito vai além dos meros conhecimentos financeiros, envolvendo também a forma como estes afetam atitudes e comportamentos de cada um.

3.9.7. MOLDES EM QUE FOI SALVAGUARDADA A COMPETITIVIDADE DA EMPRESA, DESIGNADAMENTE, PELA VIA DA INVESTIGAÇÃO, DA INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO E DA INTEGRAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO PRODUTIVO

A CGD tem como missão ser um Grupo estruturante do sistema financeiro português, distinto pela sua relevância e responsabilidade, que contribui para o desenvolvimento económico, para o reforço da competitividade e a capacidade de inovação.

A CGD assume a liderança no mercado ao nível dos canais de banca à distância, no que respeita à utilização de serviços de *Internet Banking*, disponibilizando aos seus clientes, particulares, empresas e institucionais, com segurança, as melhores soluções, suportadas na inovação, conveniência e usabilidade, atribuindo maior valor ao relacionamento entre estes e a CGD.

A acessibilidade a páginas da Internet envolve um conjunto vasto de incapacidades e insuficiências, incluindo dificuldades visuais, auditivas, físico-motoras, de fala, cognitivas, de linguagem, de aprendizagem e neurológicas que dificultam o acesso e compreensão da informação. Para todos os cidadãos que apresentem um qualquer tipo de fragilidade ou insuficiência como os atrás referidos, a CGD disponibiliza, através do www.cgd.pt, conteúdos e serviços mais acessíveis, independentemente do tipo de *hardware*, *software*, infraestrutura de rede, idioma, localização geográfica ou necessidades especiais que possam existir.

No que respeita aos níveis de Acessibilidade do www.cgd.pt e www.cgd.pt/mobile, a CGD manteve ao longo de 2011 o nível AAA do consórcio W3C, mantendo a sua posição pioneira, a nível nacional e internacional. A CGD, como uma Instituição responsável e consciente, promove a cidadania, a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos. No desenvolvimento do www.cgd.pt, foram implementados os seguintes *standards* e boas práticas: Implementação das Melhores Práticas de Acessibilidade *(Web Content Accessibility Guidelines 1.0 do W3C).*

O Caixadirecta *on-line* é o serviço de *Internet Banking* da CGD para clientes particulares. Este canal integra vários acessos móveis. O Caixa *e-banking mobile* é o serviço de Banca móvel para empresas e institucionais, através de telemóvel, *smart-phone* ou PDA com acesso à Internet, e permite realizar as operações bancárias correntes, contemplando, também, a incorporação de boas práticas de acessibilidade W3C.

3.9.8 PLANOS DE AÇÃO PARA O FUTURO

A CGD assume um papel específico no sistema financeiro português, especialmente no que se refere à dimensão qualitativa que lhe é conferida pela sua missão, enquanto instituição pública, de contribuir para a estabilidade e solidez do sistema financeiro, para o desenvolvimento económico do país e para a competitividade, inovação e internacionalização das empresas portuguesas.

Com a implementação do Modelo de Gestão para a Sustentabilidade, estão reforçadas as condições para que a CGD, por intermédio das suas equipas multidisciplinares, diferentes órgãos de estrutura e empresas do seu Grupo, implemente e dinamize o Programa de Sustentabilidade numa ótica corporativa, alinhado com as melhores práticas internacionais, com os desafios económicos, sociais e ambientais do País e com a inovação, a diferenciação e a competitividade, contribuindo para que a CGD se afirme na liderança nacional da atividade financeira sustentável.

3.10. Nomeação de um Provedor do Cliente

Atendendo à importância incontornável de conhecer e, sempre que possível, ir ao encontro das expectativas dos clientes, foi constituído, no final de 2008, o Gabinete de Apoio ao Cliente. Esta estrutura tem como missão coordenar o processo de tratamento de sugestões e reclamações de clientes, assegurando a resposta independentemente do ponto de contacto ou meio utilizado.

Em 2011, a Caixa empenhou-se em dinamizar a divulgação do Serviço de Sugestões e Reclamações robustecendo a informação disponível, nas suas agências e em www.cgd.pt, ao mesmo tempo que procurou obter indicação da satisfação dos clientes com o serviço.

No *site*, foi disponibilizada uma página dedicada, através da qual os clientes podem efetuar as suas exposições e aceder a um conjunto alargado de informação útil, designadamente aos compromissos da Caixa, assim como a legislação e boas práticas aplicáveis. Fruto desta evolução, o número de exposições recebidas através daqueles canais registou um aumento de 50%, em detrimento das formalizadas através do Livro de Reclamações e junto de Institucionais.

Quanto à satisfação dos clientes, foi dado início a um programa regular de auscultação, através de inquérito telefónico por amostragem, versando obter a sua opinião nas dimensões resolução, resposta e tempo de tratamento, para posterior incorporação dos resultados obtidos na evolução do Serviço de Sugestões e Reclamações.

Em 2011, os Meios de Pagamento continuaram a concentrar o maior número de reclamações, seguindo-se o Crédito, cujo peso decresceu, e os Depósitos e Aplicações Financeiras, tema este que ganhou expressão face ao ano anterior. Globalmente, o tempo médio de resposta foi de 16 dias, sendo que 85% das exposições foram respondidas em menos de 30 dias. Para as reclamações inscritas no Livro, foi observado o prazo de resposta de 10 dias em 80% das respostas.

Mas o tratamento das sugestões e reclamações de clientes não se esgota na resolução e resposta ao Cliente. A "voz do cliente" é fundamental para a avaliação e evolução da qualidade do serviço prestado, pelo que, da missão do Gabinete de Apoio ao Cliente, faz parte o reporte de situações que possam justificar uma alteração às definições de negócio, procedimentos ou práticas vigentes.

Nesse âmbito, em 2011, foram identificadas cerca de 150 situações, refletindo necessidades de correção ou oportunidades de evolução no serviço prestado pela instituição, que mereceram, na sua grande maioria, o acolhimento dos departamentos responsáveis pela sua implementação.

Em 2012, a Caixa continuará comprometida com a qualificação do Serviço de Sugestões e Reclamações, no sentido de incrementar a adequação e rapidez da resposta, bem como com a utilização dessa informação para satisfazer as expectativas dos seus clientes.

Uma vez que se têm multiplicado as possibilidades de recurso por parte dos clientes bancários, nomeadamente os novos canais abertos pelo Banco de Portugal, designadamente o Portal do Cliente Bancário, a criação do Mediador de Crédito e a adesão obrigatória a, pelo menos, duas entidades autorizadas a realizar arbitragens, por exigência do Decreto-Lei nº 317/2009, de 30 de outubro, entendeu a CGD que não se justificava a nomeação de um Provedor do Cliente.

ANEXO I – *Curriculum Vitae* dos Membros dos Órgãos Sociais

CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE – MANUEL CARLOS LOPES PORTO

Data de Nascimento: 15 de junho de 1943

Cargos que Exerce:

- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde 2004;
- Professor e diretor da Faculdade de Direito, da Universidade Lusíada do Porto, desde 2007, e diretor do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais (CEJEA) desta Universidade;
- Presidente em exercício (vice-presidente) da European Community Studies Association portuguesa;
- Professor da Universidade Lusíada, desde 2005;
- Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, desde 2001;
- Professor Catedrático, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Responsável pelo Curso de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde 1983, e docência também em outras pós-graduações da Faculdade.

Cargos que Exerceu:

- Membro da Comissão de Reforma das Finanças Locais, de 2005 a 2006;
- Presidente da European Community Studies Association (ECSA-World), eleito em 2004 e reeleito em 2006;
- Presidente da Assembleia-geral da ANA, Aeroportos e Navegação Aérea, de 2002 a 2005;
- Presidente do Conselho Nacional de Educação, de 2002 a 2005;
- Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito, da Universidade de Coimbra, de 2000 a 2005;
- Professor no Instituto Superior Bissaya Barreto, de 1999 a 2010;
- Membro da Assembleia Municipal de Coimbra, em 1993 e de 1996 a 1999;
- Deputado ao Parlamento Europeu, de 1989 a 1999, tendo, entre outras funções, sido Questor de 1992 a 1994 e vice-presidente da Comissão dos Orçamentos, de 1994 a 1997;
- Membro da Comissão da Reforma Fiscal, de 1987 a 1988;
- Presidente do Conselho Nacional do Plano, de 1986 a 1989;
- Participação num projeto do Banco Mundial sobre *Trade Liberalisation and Adjustment Policies*, de 1986 a 1988;
- Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, de 1976 a 1989;
- Consultor do Gabinete de Estudos e Planeamento dos Transportes Terrestres (GEPT), de 1967 a 1969.

Habilitações Académicas:

- Concurso para professor catedrático em Ciências Jurídico-Económicas, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1990;
- Doutoramento em Ciências Jurídico-Económicas, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1983;
- M. Phil em Economia, Universidade de Oxford, em 1976;
- Licenciatura em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1965.

VICE-PRESIDENTE – RUI MANUEL PARENTE CHANCERELLE DE MACHETE

Data de Nascimento: 7 de abril de 1940

Cargos que Exerce:

- Vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde julho de 2011;
- Professor convidado da Universidade Católica, onde tem regido duas disciplinas de Direito Público;
- Advogado desde 1964.

Cargos que Exerceu:

- Presidente do Conselho Executivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, de julho de 1988 a abril de 2010;
- Assessor do Conselho de Gerência da EDP;
- Administrador do Banco de Portugal, de maio de 1981, pedindo suspensão do mandato ao tomar posse do cargo de ministro da Justiça em junho de 1989, e sendo exonerado, a seu pedido, em agosto de 1989;
- Responsável pela Chefia dos Serviços Jurídicos da CPE de 1969 a 1976.

Cargos Governamentais

- Vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa Nacional, no IX Governo Constitucional, de fevereiro de 1985 a novembro de 1985;
- Ministro dos Assuntos Sociais no VI Governo Provisório de janeiro de 1976 a julho de 1979;
- Ministro da Justiça, no IX Governo Constitucional, de fevereiro de 1983 a fevereiro de 1985;
- Secretário de Estado da Emigração, de setembro a dezembro de 1975.

Cargos Parlamentares:

- Deputado de 1985 a 1994;
- Presidente da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano na IV e V Legislaturas;
- Presidente das Comissões Eventuais para as II e III Revisões Constitucionais, de fevereiro de 1988 a maio de 1989.

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa e curso complementar de Ciências Político-económicas, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1963.

Distinções Obtidas:

- Mérito Militar de 1ª classe (México);
- Ordem Jugoslavenske Zastav Salentom (Jugoslávia);
- Grand Cross of the British Empire (Grã Bretanha);
- Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo;
- Cavaliere di Gran Croce dell' Ordine al Mérito della Repubblica Italiana (Itália);
- Honorary Doctoral Degree of Humane Letters atribuído pela Universidade de Massachussets, Darmouth;
- Doutor *honoris causa* em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica Portuguesa.

SECRETÁRIO – JOSÉ LOURENÇO SOARES

Data de Nascimento: 22 de novembro de 1950

Cargos que Exerce:

- Secretário da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Geral de Depósitos, SA, 2004;
- Diretor Central da Direção de Assuntos Jurídicos da Caixa Geral de Depósitos, fevereiro 2006;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa – Banco de Investimento, SA, 2008;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Seguros e Saúde, SA, 2008;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa - Participações, SGPS, SA, 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA, 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Gerbanca, SGPS, SA, 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Parbanca, SGPS, SA, 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Partang, SGPS, SA, 2009;
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA, 2009;
- Vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral do Banco Nacional de Investimento, SA, 2010;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral do Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe, SARL, 2011.

Cargos que Exerceu:

- Presidente do Conselho de Administração da Parvalorem, SA, desde 2010;
- Presidente do Conselho de Administração da Parups, SA, desde 2010;
- Presidente do Conselho de Administração da Participações, SGPS, SA, desde 2010;
- Vogal do BPN – Banco Português de Negócios, SA, 2008;
- Vogal do BPN Internacional, SGPS, SA, 2008;
- Vogal do BPN Serviços – Serviços Administrativos, Operacionais e Informáticos, ACE, 2008;
- Vogal do Banco Efisa, SA, 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Bandeirantes, SGPS, SA, 2009;
- Diretor coordenador na Caixa Geral de Depósitos, de junho de 2000 a fevereiro de 2006;
- Diretor na Caixa Geral de Depósitos, de janeiro de 1997 a junho de 2000;
- Diretor Adjunto na Caixa Geral de Depósitos, de janeiro de 1995 a dezembro de 1996;
- Subdiretor na Caixa Geral de Depósitos, de julho de 1994 a dezembro de 1994;
- Coordenador de Gabinete Técnico, de abril de 1991 a julho de 1994;
- Adjunto-técnico na Caixa Geral de Depósitos, de abril de 1991 a julho de 1994;
- Assessor na Caixa Geral de Depósitos, de janeiro de 1990 a abril de 1991;
- Assistente-técnico na Caixa Geral de Depósitos, de fevereiro de 1982 a dezembro de 1989;
- Advogado, desde fevereiro de 1985;
- Chefe de Secção na Caixa Geral de Depósitos, de maio de 1981 a janeiro de 1982;
- Chefe de Setor na Caixa Geral de Depósitos, de janeiro de 1978 a maio de 1981;
- Administrativo na Caixa Geral de Depósitos, de abril de 1975 a dezembro de 1977;
- 3º empregado na Caixa Geral de Depósitos, de dezembro de 1974 a março de 1975;
- 3º empregado supl. na Caixa Geral de Depósitos, de novembro de 1974 a dezembro de 1974;
- Professor auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa;
- Assistente-estagiário e assistente na Faculdade de Direito de Lisboa.

Habilitações Académicas:

- Mestrado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa;
- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa.

CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE – FERNANDO MANUEL BARBOSA FARIA DE OLIVEIRA

Data de Nascimento: 10 de outubro de 1941

Cargos que Exerce:

- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde julho de 2011;
- Presidente da Fundação CGD–Culturgest, desde janeiro de 2012.

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Presidente do Conselho de Administração da PARCAIXA, SGPS, SA, de dezembro de 2008 a novembro de 2011;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, de janeiro de 2008 a julho de 2011;
- Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP – Energias de Portugal, SA, de abril de 2008 a março de 2011;
- Presidente da Comissão Executiva do Banco Caixa Geral, de junho de 2005 a dezembro de 2007;
- Administrador (não executivo) da TAP – Air Portugal, SGPS, SA, de 1998 a 2006;
- Administrador do HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, SA, de 2003 a 2005;
- Administrador do Carlton Life, SGPS, SA, de 2003 a 2005;
- Presidente do Conselho Consultivo da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e de Cooperação, de 2001 a 2005;
- Vice-presidente do Conselho de Administração do IPE – Investimentos e Participações Empresariais, SA, de novembro de 1983 a janeiro de 1990, e conselheiro executivo até 2002;
- Membro do Conselho Consultivo da APAD – Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento, de 2000 a 2002;
- Membro da Comissão Executiva da UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, de 2000 a 2002;
- Membro do Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Administração;
- Administrador do BFE – Banco de Fomento Exterior, em 1990;
- Administrador (não executivo) do ICEP – Instituto de Comércio Externo de Portugal, de 1986 a 1988;
- Administrador (não executivo) da CELBI – Celulose da Beira Industrial, de 1987 a 1988;
- Administrador (não executivo) da EGF – Empresa Geral de Fomento, em 1988;
- Administrador da Siderurgia Nacional, de 1980 a 1983;
- Chefe de Departamento de Exportação e diretor de Relações Industriais da SOREFAME – Sociedades Reunidas de Fabricação Metálica, SA, de 1965 a 1979.

Cargos Governamentais:

- Ministro do Comércio e Turismo, de abril de 1990 a novembro de 1995;
- Secretário de Estado-adjunto e das Finanças, de maio de 1989 a janeiro de 1990;
- Secretário de Estado das Finanças e do Tesouro, de junho de 1988 a maio de 1989;
- Secretário de Estado-adjunto do vice-primeiro-ministro, de fevereiro a novembro 1985;
- Secretário de Estado do Comércio Externo, de setembro de 1980 a junho de 1983.

Cargos Parlamentares:

- Deputado eleito por Faro nas eleições legislativas de outubro de 1991;
- Deputado eleito pelo Círculo de Lisboa em 1995.

Cargos Académicos:

- Professor convidado pelo IESF – Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais.

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico, em 1965.

Distinções Obtidas:

- Espanha – Encomenda de Número da Ordem de Isabel a Católica;
- Brasil – Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul;
- Marrocos – Grã Cruz da ALAUI;
- Chile – Grã Cruz da BERNARDO O'HIGGINS;
- Itália – Grande Oficial da Ordem de Mérito da República Italiana;
- Hungria;
- Japão.

VICE-PRESIDENTE – JOSÉ AGOSTINHO MARTINS DE MATOS

Data de Nascimento: 29 de janeiro de 1953

Cargos que Exerce:

- Vice-presidente do Conselho de Administração e presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde julho de 2011;
- Presidente do Conselho de Administração da Parcaixa, SGPS, SA, desde setembro de 2011.

Cargos que Exerceu:

- Vice-governador do Banco de Portugal, de 2002 a julho de 2011;
- Substituto do governador do Banco de Portugal no Conselho de Governadores do Banco Central Europeu (BCE), de 2002 a 2011;
- Membro do Comité de Relações Internacionais do BCE/SEBC, de 2002 a 2011;
- Presidente do Comité de Orçamento do BCE, de 2007 a 2011;
- Membro do Comité Económico e Financeiro da União Europeia, de 2008 a 2011;
- Governador substituto por Portugal do Fundo Monetário Internacional, de 2007 a 2011, e membro da delegação do Banco de Portugal às reuniões anuais e da primavera do FMI/Banco Mundial, de 1992 a 2011;
- Diretor do Departamento de Mercados e Gestão de Reservas (DMR) do Banco de Portugal, de 2000 a 2002;
- Membro do Comité de Mercados do BCE, de 2000 a 2002;
- Diretor do Departamento de Relações Internacionais (DRI) do Banco de Portugal, de 1994 a 2000;
- Segundo membro do Comité de Suplentes do Conselho de Governadores do Instituto Monetário Europeu, de 1995 a 1998;
- Chefe do Gabinete do Governador do Banco de Portugal, de 2002 a 2004;
- Diretor-adjunto e diretor do Departamento de Estatística e Estudos Económicos (DEE) do Banco de Portugal, de 1988 a 1992;
- Membro do Comité de Estatísticas Monetárias, Financeiras e da Balança de Pagamentos, junto do Eurostat, de 1991 a 1992;
- Técnico coordenador no DEE do Banco de Portugal, de 1983 a 1988;
- Membro do Grupo de Estatísticas Financeiras da OCDE, de 1983 a 1992;
- Economista no DEE do Banco de Portugal, de 1979 a 1983;
- Técnico superior no Ministério do Comércio Interno, de 1975 a 1978;
- Técnico auxiliar no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, de 1973 a 1975.

Cargos Académicos:

- Docente no ISE;
- Docente no ISCTE;
- Docente no IGEGI.

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

VOGAL – ANTÓNIO DO PRANTO NOGUEIRA LEITE

Data de Nascimento: 3 de março de 1962

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração e vice-presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde julho de 2011;

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Diretor-Geral da José de Mello, SGPS, SA, com responsabilidade global sobre Planeamento Estratégico, Desenvolvimento de Negócios, Inovação e Controlo de Gestão e, no âmbito dessas funções foi membro dos seguintes órgãos sociais, no Grupo José de Mello:
  - Vogal do Conselho de Administração da José de Mello Investimentos, SGPS, SA, de dezembro 2010 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da José de Mello Saúde, SGPS, SA, de 2007 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da SEC, SA, de 2007 a 2008;
  - Vogal do Conselho de Administração da Efacec Capital, SGPS, SA, de 2006 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da CUF Químicos Industriais, SA, de 2006 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da Comitur, SGPS, SA, de 2005 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da Comitur Imobiliária, SA, de 2005 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da Expocomitur – Promoções e Gestão Imobiliária, SA, de 2005 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, SA, de 2005 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, de 2005 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Imobiliária da Rua das Flores, nº 59, SA, de 2005 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da ADP, SA – CUF Adubos, de 2004 a 2008;
  - Vogal do Conselho de Administração da Brisa, SA, eleito em representação do Grupo José de Mello, de 2002 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da Companhia União Fabril CUF, SGPS, SA, de 2002 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da Quimigal, SA, de 2002 a 2006;
- Presidente da Direção da Oceanos XXI (*Cluster* do Mar), de 2009 a julho de 2011;
- Presidente da Direção, Comunidade Portuária de Aveiro, de 2009 a julho de 2011;
- Vogal do Conselho de Administração da EDP Renováveis, mandato suspenso;
- Vice-presidente e, posteriormente, vogal do Conselho Consultivo do Banif Investment Bank, de 2004 a julho de 2011;
- Promotor Fundador e presidente do Conselho de Administração, da OPEX, SA, de 2003 a julho de 2011;
- Vogal do Conselho de Administração da Reditus, SGPS, SA, de 2002 a julho de 2011;
- Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão do Crédito Público, de 2002 a 2011;
- Presidente do Conselho de Administração da Nextstep, SA, de 2001 a 2002;
- Membro do Comité Executivo da Associação de Bolsas Ibero-Americanas, em 1999;

- Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Lisboa, em 1999;
- Vogal do Conselho de Administração da MC Corretagem, SA, de 1998 a 1999;
- Vogal do Conselho de Administração da Papercel, SGPS, SA, de 1998 a 1999;
- Vogal do Conselho de Administração da Soporcel, SA, de 1997 a 1999;
- Presidente do Conselho Fiscal da Telechamada, de 1995 a 1999.

Cargos Governamentais:

- Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e, por inerência, governador suplente do BEI, do BERD e membro permanente do Comité Económico e Financeiro da União Europeia, de outubro de 1999 a agosto de 2000;
- Representante de Portugal no Conselho ECOFIN, de janeiro de 2000 a junho de 2000.

Cargos de Consultoria e Arbitragem:

- Árbitro ente o Estado Português e a Petrocontrol, em 1998;
- Presidente da Comissão que elaborou o Plano Oficial de Contabilidade Pública, de 1995 a 1997;
- Consultor do Departamento de Estudos do Banco de Portugal, de 1994 a 1998;
- Presidente da Comissão Mista da Companhia Portuguesa de Eletricidade, de maio de 1994 a dezembro de 1994.

Cargos Académicos:

- Professor Catedrático, na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, de 1995 a 2004;
- Pró-Reitor da Universidade Nova de Lisboa, de 1998 a 1999;
- Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, de 1995 a 1998;
- Subdiretor do Conselho Científico da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, de 1992 a 1995.

Habilitações Académicas:

- Agregação pela Universidade Nova de Lisboa, em 1992;
- Ph.D. in Economics, pela University of Illinois at Urbana-Champaign, em 1988;
- Masters of Science in Economics, pela University of Illinois at Urbana-Champaign, em 1986;
- Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, em 1983.

Distinções Obtidas:

- Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, Portugal, em 2005;
- All Campus Fellow, University of Illinois at Urbana-Champaign, em 1987 e 1988;
- Outstanding Teaching Award, University of Illinois at Urbana-Champaign, em 1986;
- Prémio Amélia de Mello, em 1986;
- Phi Kappa Phi Honors Society, em 1985.

VOGAL – NORBERTO EMÍLIO SEQUEIRA DA ROSA

Data de Nascimento: 3 de abril de 1955

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde 2004, e vice-presidente da sua Comissão Executiva, desde julho de 2011;
- Vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Efisa, SA, desde novembro de 2009;
- Presidente do Conselho de Administração do SOGRUPO – Sistemas de Informação, ACE, desde janeiro de 2009;
- Vice-presidente do Conselho de Administração do BPN – Banco Português de Negócios, SA, desde novembro de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da CAIXATEC – Tecnologias de Comunicação, SA, desde março de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa – Participações SGPS, SA, desde janeiro de 2008;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA, desde janeiro de 2008;
- Vogal do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações, desde janeiro de 2008;
- Vogal do Conselho de Administração da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA, desde setembro de 2005;
- Membro da CISP – Comissão Interbancária para o Sistema de Pagamentos, desde 2005;
- Membro do Conselho de Administração da Fundação Económicas, desde 2005 a 2010.

Cargos que Exerceu:

- Consultor do Banco de Portugal, em 2004;
- Diretor-adjunto do Departamento de Supervisão Bancária do Banco de Portugal, com a responsabilidade pela supervisão de todas as instituições de crédito e sociedades financeiras que fazem parte do Sistema Financeiro Português, de 1996 a 2002;
- Representante do Banco de Portugal no Grupo de Contacto dos supervisores bancários dos países do Espaço Económico Europeu;
- Subdiretor-geral da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, com a responsabilidade no processo de preparação e elaboração do Orçamento do Estado, no acompanhamento da execução orçamental e na elaboração da Conta Geral do Estado, de 1989 a 1992;
- Representante do Ministério das Finanças nas negociações relativas à definição da legislação complementar sobre os défices excessivos e em outras reuniões com organismos internacionais;
- Economista do Departamento de Estudos de Economia e Estatística do Banco de Portugal. Ingressou no Núcleo de Finanças Públicas e Mercado de Capitais, tendo sido, posteriormente, responsável pelo Núcleo de Modelos Macroeconómicos e Econometria. Realizou diversos estudos, alguns dos quais publicados, participou, regularmente, na elaboração da análise de conjuntura, de que se destacam os relatórios anuais e boletins trimestrais e representou o Banco de Portugal em reuniões de Organismos Internacionais. Foi autor dum modelo macroeconómico para a economia portuguesa que viria a ser utilizado pelo Banco de Portugal e pelo Ministério das Finanças para realizar previsões e simulações de política económica, de 1980 a 1988.

Cargos Governamentais:

- Secretário de Estado do Orçamento, de 1993 a 1995 e de 2002 a 2004.

Cargos Académicos:

- Docente no Instituto Superior de Economia, onde foi responsável pelas cadeiras da área de Econometria, de 1977 a 1993.

Habilitações Académicas:

- Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa.

VOGAL – JORGE HUMBERTO CORREIA TOMÉ

Data de Nascimento: 7 de novembro de 1954

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA e membro da sua Comissão Executiva, desde julho de 2011;
- Vice presidente do Banco Nacional de Investimento, SA, desde novembro de 2011;
- Presidente da Caixa Seguros e Saúde, SA, desde outubro 2011;
- Presidente do Conselho de Administração da Gerbanca, SGPS, SA, desde maio de 2009;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, SA, desde maio de 2009;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Parcaixa, SGPS, SA, desde abril de 2009;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Brasil, SA, desde abril de 2009;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA, desde março de 2009;
- Vogal (não executivo) da Comissão de Acompanhamento e Estratégia da Fomentinvest, SGPS, SA, desde maio de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração do Caixa – Banco de Investimento, SA, desde março de 2008;
- Presidente da Caixa Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA, desde março de 2008.

Cargos que Exerceu:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, de janeiro de 2008 a julho de 2011;
- Presidente da Comissão Executiva do Caixa – Banco de Investimento, SA, de março de 2002 a janeiro de 2008;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Caixa Gestão de Patrimónios, SA, de setembro de 2001 a março de 2004;
- Administrador (executivo) do Caixa – Banco de Investimento, SA, de julho de 2001 a março de 2002;
- Administrador (não executivo) da BANIF IMOBILIÁRIA, SA, de abril a junho de 2001;
- Administrador (não executivo) da BANIF IMO – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, de junho de 2000 a junho 2001;
- Administrador da Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA – Açor Pensões, SA (atualmente designada Banif Açor Pensões), de outubro de 1999 a julho 2001;
- Vogal (executivo) dos Conselhos de Administração das Companhias de Seguros O Trabalho e O Trabalho Vida, de maio de 2000 a julho de 2001;
- Administrador (executivo) da Companhia de Seguros Açoreana, Grupo BANIF, com a responsabilidade direta das áreas: Financeira e Administrativa, Pessoal, Informática, Gabinete Jurídico e Ramo Vida da Companhia, de dezembro de 1996 a maio de 2000;
- *Partner* da firma internacional Coopers & Lybrand em Portugal, com a responsabilidade da Área Financeira e do *Corporate Finance*, de junho de 1995 a novembro de 1996;
- Diretor do BPSM, com a coordenação da Sucursal do Banco em França e do Sottomayor Bank of Canada (filial do BPSM), de fevereiro de 1995 a maio de 1995;
- Administrador do Banco Pinto & Sotto Mayor, com os pelouros da Direção Internacional, Direção de Informática e Organização, Direção Administrativa e da Sociedade Instrumental do BPSM do *Home-Banking* (telesotto), de março de 1994 a janeiro de 1995 (data de privatização do Banco);
- Administrador Executivo na Sociedade de Capital de Risco SULPEDIP, SA (atual PME Investimentos, SA), de junho de 1989 a março de 1994;

- Técnico do Mercado de Capitais na Direção de Títulos do Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM), de setembro de 1985 a 1986, tendo desempenhado funções de Direção nas categorias de subdiretor e de diretor, de 1986 a 1994;
- Administrador da CPG – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento FIPOR, em representação do Banco;
- Técnico de Análise de Empresas e de Projetos Industriais e do Setor de Turismo no Banco Pinto & Sotto Mayor (Direção de Estudos Económicos), admitido em abril de 1983;
- Quadro técnico da firma internacional de auditoria Coopers & Lybrand, Lda., admitido em fevereiro de 1980, atingindo a categoria de Auditor Sénior em 1982;
- Técnico economista no Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), admitido em setembro de 1979.

Habilitações Académicas:

- Mestrado de Economia Aplicada pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa;
- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas no ISCTE.

VOGAL – RODOLFO VASCO CASTRO GOMES MASCARENHAS LAVRADOR

Data de Nascimento: 16 de julho de 1964

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde julho de 2011.

Funções sem gestão corrente:

- Vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Comercial e de Investimentos, desde novembro de 2011;
- Presidente do Conselho de Administração da PARBANCA, SA, desde outubro de 2011;
- Vogal do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações, IP, desde julho de 2011;
- 1º Vice-Presidente do Banco Caixa Geral Totta de Angola, SA, desde julho de 2009;
- Vogal do Conselho de Administração da Partang, SGPS, SA, desde julho de 2009;
- Presidente do Banco Caixa Geral Brasil, SA, desde abril 2009;
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral, SA (Espanha), desde janeiro de 2009;
- Presidente da Comissão de Vencimentos do Banco Caixa Geral, SA (Espanha), desde janeiro de 2009;
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau), desde fevereiro de 2008.

Cargos que Exerceu:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, de 2008 a 21 de julho de 2011;
- Membro da Comissão de Vencimentos da UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, SA, de 2008 a 2010;
- Membro da Comissão de Vencimentos da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA, de 2008 a 2010;
- Presidente do Conselho de Administração da Parbanca, SGPS, SA, de 2008 a 2009;
- Membro da Comissão de Vencimentos do Banco Caixa Geral, SA, de 2008 a 2009;
- 1º vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral SA, de 2008 a 2009;
- Administrador da Comissão Executiva do Banco Caixa Geral, SA, de 2005 a 2008;
- Administrador da Comissão Executiva do Banco Simeón, SA, de 2005;

- Vogal do Conselho de Administração do Banco Simeón, SA, de 2003 a 2005;
- Advogado da Sociedade de Advogados A. M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Torres & Associados, de 1994 a 1995;
- Responsável pelo Núcleo Fiscal do Banco Nacional Ultramarino, de 1992 a 1995;
- Técnico e Consultor Jurídico do Núcleo Fiscal e do Departamento de Assuntos Jurídicos do Banco Nacional Ultramarino, de 1989 a 1992;
- Advogado e Jurisconsulto, de 1989 a 1995.

Cargos Governamentais:
- Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 2001 a 2002;
- Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, de 1999 a 2001;
- Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças, de 1995 a 1999.

Cargos Académicos:
- Professor auxiliar da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, de 1991 a 1995;
- Assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 1991 a 2002;
- Docente no Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, de 1992 a 1995;
- Assistente estagiário da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 1988 a 1991;
- Docente do Instituto Superior de Línguas e Administração, de 1988 a 1990;
- Assistente da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, de 1987 a 1991;
- Monitor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 1987 a 1988.

Habilitações Académicas:
- Mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1991);
- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1987).

VOGAL – NUNO MARIA PINTO DE MAGALHÃES FERNANDES THOMAZ

Data de Nascimento: 2 de novembro de 1968

Cargos que Exerce:
- Administrador do Banco Comercial e de Investimentos, SA desde novembro de 2011;
- Presidente do Conselho de Administração da Imocaixa – Gestão Imobiliária, SA desde setembro de 2011;
- Presidente do Conselho de Administração do Caixa Imobiliário, SA, desde setembro de 2011;
- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA e da sua Comissão Executiva, desde julho de 2011

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:
- 2007-2011 – CEO Grupo ASK – Advisory Services Kapital;
- 2010 – Administrador da ASK Sociedade Gestora Patrimónios;
- 2009 – Administrador da ASK Sociedade Gestora de Fundos Imobiliários;
- 2009 – Administrador da ASK Angola;
- 2009 – Administrador da ASK Brasil;
- 2006-2007 – Consultor do Conselho de Administração da A.O.N. Portugal;
- 2005-2006 – CEO da Orey Financial;
- 2001-2004 – Fundador e diretor-coordenador do Banif Investment Bank, responsável pelas áreas de *Private Banking* / *Corporate Banking* em coordenação com retalho do BANIF SGPS;
- 2000-2001 – Vice-presidente da Banif Ascor;
- 1999-2001 – Consultor do Conselho de Administração da Dalkia, SGPS (Vivendi Group);

- 1998-2000 – Diretor do Banco de Negócios da Argentária;
- 1996-1998 – Administrador da Título – Sociedade Corretora Grupo Finibanco;
- 1994-1996 – Responsável pelos Mercados de Capitais da Europa do Sul na Carnegie London;
- 1992-1994 – Diretor de Vendas e Negociação da Carnegie Portugal;
- 1991-1992 – *Sales* / *Trader* da BCI Valores (Grupo Santander).

Cargos Governamentais:

- 2004-2005 – Membro do XVI Governo Constitucional como Secretário de Estado dos Assuntos do Mar.

Habilitações Académicas:

- Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Gestão e pós-graduação na Harvard Bussiness School (vice-presidente do Harvard Clube de Portugal).

VOGAL – JOÃO NUNO DE OLIVEIRA JORGE PALMA

Data de Nascimento: 16 de fevereiro de 1966

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde janeiro de 2012.

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Administrador Executivo – CFO, da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS (REN – Rede Elétrica Nacional, SA, REN – Gasodutos, SA, REN Atlântico Terminal GNL, SA, REN – Armazenagem, SA, EOONDAS, Energia das Ondas, SA, REN Trading) de março de 2010 a dezembro de 2011;
- Vogal do Conselho de Administração – CFO, do Banco Caixa Geral, Espanha, Grupo CGD, de fevereiro de 2008 a março de 2010;
- Assessor do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008;
- Vogal do Conselho de Administração – CFO, do SSI - SOGRUPO SISTEMAS DE INFORMACAO e da CAIXANET, SA, na Caixa Geral de Depósitos, de junho de 2004 a dezembro 2005;
- Vogal do Conselho de Administração – CFO, da HCB - HIDROELÉTRICA DE CAHORA BASSA, de agosto de 2003 a novembro 2007;
- Representante do Estado Português para as Negociações de Reversão e Transferência do Controlo da HCB – Hidroelétrica de Cahora Bassa;
- Nomeado pelo Governo Português para a PJC – Permanent Joint Committee, Comissão Reguladora dos Acordos entre Portugal, Moçambique e África do Sul;
- Vice-presidente do Conselho de Administração da PARAREDE, SGPS, de abril de 2002 a agosto de 2003, e vogal do Conselho de Administração, de abril de 2000 a abril de 2002;
- Diretor-coordenador-*controller*, responsável pela Direção de Orçamento e Controlo, do Banco Pinto & Sotto Mayor, Banco Totta & Açores, Crédito Predial Português e do Banco Chemical Finance (Grupo Mundial-Confiança), de abril de 1998 a fevereiro de 2000;
- Diretor-*controller*, responsável pela Direção de Orçamento e Controlo, do Banco Pinto & Sotto Mayor (Grupo Mundial-Confiança), de novembro de 1997 a abril de 1998;
- Diretor Adjunto, responsável pela Sub-Direção de Planeamento e Análise, do Banco Pinto & Sotto Mayor (Grupo Mundial-Confiança), de fevereiro de 1996 a novembro de 1997;
- *Regional director* da SCA – Sanchez Computer Associates, de setembro de 1995 a fevereiro de 1996;
- *Senior executive* da SCA – Sanchez Computer Associates, de novembro de 1994 a setembro de 1995;

- Diretor-adjunto-*controller*, do Departamento de Planeamento / Controlo e Marketing, de janeiro de 1993 a novembro de 1994, e subdiretor, de janeiro de 1992 a dezembro de 1992, da HIASI – Hispano Americano Sociedade de Investimento, BHI – Banco Hispano de Investimento, BCHP – Banco Central Hispano Portugal – Grupo BCH, BCHP Banco Central Hispano Portugal – Grupo BCP;
- Analista Financeiro, integrado na Equipa de *Research* do BCI VALORES – Sociedade Financeira de Corretagem, de março a setembro de 1991.

Cargos Académicos:

- Assistente de Investigação, colaborador do Centro de Estudos e Gestão Empresarial (CEGE) da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Economia – Departamento de Gestão (MBA), de dezembro de 1988 a março de 1991.

Habilitações Académicas:

- Pós-graduação em Negócios – PDE–VII Programa de Direção de Empresas, pela Associação de Estudos Superiores de Empresa (AESE), em colaboração com o IESE – Instituto de Estudos Superiores de Empresa da Universidade de Navarra;
- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (FEUNL).

VOGAL – EDUARDO MANUEL HINTZE DA PAZ FERREIRA

Data de Nascimento: 6 de maio de 1953

Cargos que Exerce:

- Vogal, não executivo, do Conselho de Administração e presidente da Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos, SA;
- Professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Cátedra Jean Monnet em Estudos Comunitários;
- Presidente da Assembleia da FDL;
- Presidente do Instituto de Direito Económico-Financeiro e Fiscal da FDL;
- Presidente do Instituto Europeu da FDL;
- Advogado com atividade predominante nas áreas do Direito Económico, Fiscal, Financeiro e Bancário;
- Fundador e sócio da Paz Ferreira e Associados, Sociedade de Advogados;
- Diretor da revista de *Finanças Públicas e Direito Fiscal*;
- Presidente do Conselho Científico da revista de *Concorrência e Regulação*.

Cargos que Exerceu:

- Presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, SA, de 2007 a julho de 2011;
- Presidente do Conselho Pedagógico da FDL;
- Presidente do Instituto de Cooperação da FDL;
- Presidente da Associação Fiscal Portuguesa;
- Vogal do Conselho Superior do Ministério Público;
- Vogal do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão do Crédito Público;
- Chefe do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- Foi responsável pela elaboração de diversos anteprojetos legislativos, designadamente os do novo regime do setor empresarial do Estado, da lei-quadro da dívida pública, da lei de finanças das regiões autónomas e da lei do setor empresarial local e da cobertura de riscos sísmicos;
- Representante da Região Autónoma dos Açores na Comissão que preparou a Reforma Fiscal de 1988 a 1989;

- Assessorou o programa de Privatizações na Região Autónoma dos Açores, definindo estratégias e redigindo projetos de diploma;
- Dirigiu os estudos relativos à adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores;
- Sócio fundador da AREP e APRI e honorário do Instituto Açoriano de Cultura;
- Tem publicado diversos livros e artigos nas áreas de Direito da Economia, Finanças Públicas, Direito Fiscal e Direito Comunitário. Da sua bibliografia, destacam-se: *As Finanças Regionais,* INCM, Lisboa, 1985; *Da Dívida Pública e das Garantias dos Credores do Estado*, Almedina, Coimbra, 2004; *Estudos de Direito Financeiro Regional* (2 volumes), Jornal da Cultura, Ponta Delgada, 1995; *União Económica e Monetária – Um Guia de Estudo*, Quid Juris, Lisboa, 1999; *Direito da Economia*, AAFDL, Lisboa, 2000; *Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação*, Almedina, Coimbra, 2004; *Ensinar Finanças Públicas numa Faculdade de Direito*, Almedina, Coimbra, 2005.

Habilitações Académicas:

- Agregação, doutoramento, mestrado e licenciatura em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa.

VOGAL – PEDRO MIGUEL DUARTE REBELO DE SOUSA

Data de Nascimento: 3 de abril de 1955

Cargos que Exerce:

- Vogal, não executivo, do Conselho de Administração, Presidente da Comissão de Estratégia, Governação e Avaliação e Vogal da Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos, SA;
- *Senior Partner* da Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados RL, que sucedeu a SSRS, desde 2009;
- Presidente e diretor de várias Instituições Nacionais e Internacionais (Instituto Português de Corporate Governance, Union Internacionale des Avocats Portugal, entre outras);

Cargos que Exerceu:

- Membro do *Board* da Simmons & Simmons em Londres, de 2004 a 2009;
- Sócio da Simmons & Simmons Rebelo de Sousa – Sociedade de Advogados, ex-Grupo Legal Português, de 1993 a 2009;
- Fundador e 1º presidente da Fundação Luso-Brasileira, de 1993 a 2004;
- Membro não executivo, de órgãos sociais de várias empresas (PT Internacional, GALP, Alcatel Portugal, Novabase, Banif, SA, Banif Investimentos, SA, Refrigor SGPS, SA, Refrigor SGPS, SA, A. Santo, SGPS, Banco CGB Brasil, BPN, SA), desde 1992;
- Presidente do Conselho de Administração, responsável pela reprivatização do Banco Fonsecas & Burnay, de 1990 a 1992;
- Vice-presidente da Divisão Internacional de Mercados Financeiros do Citibank NA, Nova Iorque, EUA, de 1988 a 1990;
- Delegado em reuniões do BID, BM e FMI, de 1985 a 1992;
- Vice-presidente do Departamento de Sindicatos de Empréstimos e Reestruturações do Citicorp Investment Bank, Nova Iorque, EUA, de 1985 a 1988;
- Presidente da Câmara de Comércio Portuguesa em São Paulo, de 1982 a 1985;
- Desenvolveu antes uma carreira de In-House no Citibank NA do Brasil, desde 1977, chefiando o Departamento de Contratos Internacionais e sendo Deputy General Counsel, de 1981 a 1985.

Cargos Académicos:

- Professor associado convidado de várias universidades Brasileiras e Portuguesas (licenciatura e mestrado) na cadeira de Instituições e Mercados Financeiros / Moeda e Crédito, Direito

Internacional Privado e Gestão Estratégica.

Habilitações Académicas:

- Mestrado em Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas, São Paulo, Brasil;
- Especialização (Pós-Graduação) em Direito Comercial e Empresarial, pela Universidade Pontífica Católica, no Brasil;
- Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa.

Distinções Obtidas:

- Comendador da Ordem do Cruzeiro do Sul, Brasil.

VOGAL – ÁLVARO JOSÉ BARRIGAS DO NASCIMENTO

Data de Nascimento: 8 de maio de 1966

Cargos que Exerce:

- Membro não executivo do Conselho de Administração e Vogal da Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde julho de 2011;
- Diretor da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, desde janeiro de 2008;
- Vogal do Conselho Fiscal da UNICER BEBIDAS, SGPS, desde junho de 2009.
- Sócio-gerente da inQuest – Serviços de Consultoria Económica Lda, desde fevereiro de 1999.

Cargos académicos:

- Professor auxiliar da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, desde janeiro de 2006.

Cargos que Exerceu:

Cargos Empresariais:

- Consultor independente do BPI – Banco Português de Investimento, SA, entre outubro de 1994 e dezembro de 1999, em assuntos relacionados com o mercado de capitais;
- Responsável pelo negócio com clientes internacionais na DOURO, Sociedade Corretora de Valores Mobiliários (do Grupo BPI), entre setembro de 1992 e setembro de 1994;
- Analista de Mercados Financeiros no BPI – Banco Português de Investimento, SA, entre setembro de 1989 e agosto de 1991.

Cargos Académicos:

- Assistente da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, entre outubro de 1992 e janeiro de 2006;
- Professor convidado pelo IESF – Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, entre outubro de 1990 e setembro de 1995;
- Assistente estagiário da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, entre outubro de 1989 e setembro de 1991;
- Monitor da disciplina de Microeconomia na Faculdade de Economia do Porto, entre outubro de 1988 e setembro de 1989.

Cargos Governamentais e para-governamentais:

- Consultor para assuntos de regulação económica do Instituto Nacional de Transporte Ferroviário, entre 1999 e 2002;
- Assessor do ministro da Educação do XIV Governo Constitucional, no ano de 2002.

Habilitações Académicas:

- PhD in *Banking and Finance*, pela Cass Business School, Londres, Reino Unido, em 2005;
- MSc in *International Trade and Finance*, pela Lancaster University, Reino Unido, em 1992;
- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal, em 1989.

Prémios e Distinções Obtidas:

- Em 2010, foi vencedor, em coautoria com Ricardo Gonçalves, da primeira menção do concurso PLUG, promovido pela APRITEL – Associação dos Operadores de Telecomunicações, com o trabalho intitulado *The Post-Investment Conundrum;*
- Em 2008, foi vencedor, em coautoria com Ricardo Gonçalves, do primeiro prémio do concurso PLUG, promovido pela APRITEL – Associação dos Operadores de Telecomunicações, com o trabalho intitulado *The Momentum for Network Separation: A Guide for Regulators;*
- Entre outubro de 1996 e setembro de 2000, foi bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, programa Praxis XXI, para desenvolvimento dos trabalhos de doutoramento na London Business School, em Londres, no Reino Unido;
- Em 1994, foi vencedor, em coautoria com Ricardo Cruz, do primeiro prémio Mercado de Capitais, promovido pela APDMC – Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais, com o trabalho intitulado *O Mercado de Balcão em Portugal e a Estrutura do Mercado Secundário de Valores Mobiliários em Portugal;*
- Entre outubro de 1991 e setembro de 1992, foi bolseiro de mestrado da JNICT, programa Ciência, para obtenção do *MSc in International Trade and Finance*, pela Universidade de Lancaster, no Reino Unido.

CURRICULUM VITAE DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE CESSARAM FUNÇÕES DURANTE O ANO DE 2011

FRANCISCO MANUEL MARQUES BANDEIRA

Data de Nascimento: 29 de março de 1957

Cargos que Exerce:

- Vice-presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde janeiro de 2008;
- Vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Investimento, SA (Moçambique), desde novembro de 2010;
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Efisa, desde novembro de 2009;
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Totta de Angola, SA, desde julho de 2009;
- Vogal do Conselho de Administração da Partang, SGPS, SA, desde julho de 2009;
- Presidente do Conselho de Administração da Parbanca, SGPS, SA, desde junho de 2009;
- Vogal do Conselho de Administração da Parcaixa, SGPS, SA, desde abril de 2009;
- Vogal do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA, desde março de 2009;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Visabeira, SGPS, SA, desde março de 2009;
- Presidente do Conselho de Administração do BPN – Banco Português de Negócios, SA, desde novembro de 2008;
- Vice-presidente (não executivo) do Banco Comercial e de Investimentos, SARL (Moçambique), desde setembro de 2008;
- Membro da Comissão de Vencimentos da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA, desde abril de 2008;
- Presidente (não executivo) do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações, desde ja-

neiro de 2008.

Cargos que Exerceu:

- Vogal do Conselho de Administração do Grupo Pestana Pousadas – Investimento Turístico, SA, desde janeiro de 2007 a março de 2009;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, de outubro de 2006 a março de 2009;
- Presidente (não executivo) do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral (Espanha), de janeiro de 2008 a janeiro 2009;
- Presidente (não executivo) do Conselho de Administração da Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA, de outubro de 2006 a março de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, SA, de outubro de 2006 a janeiro 2008;
- Vogal do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações, de novembro de 2006 a janeiro de 2008;
- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, de agosto de 2005 a janeiro de 2008;
- Administrador na LUSOFACTOR – Grupo CGD. Em acumulação com as Administrações da IFIC e SFAC do Grupo CGD, coordenou a dinamização do financiamento automóvel no âmbito do Projeto Líder;
- Administrador (não executivo) da RAVE, de 2001 a 2002;
- Administrador (não executivo) do FIEP, de 1997 a 2001;
- Administrador e vice-presidente do ICEP, de 1996 a 2000;
- Membro dos comissariados da EXPO' 98 e do Pavilhão de Portugal, de 1996 a 1999;
- Técnico, subdiretor, diretor-adjunto, diretor e diretor-coordenador no Banco de Fomento e Exterior, de 1988 a 1996;
- Assessor da Comissão de Coordenação da Região Centro, no PIDR do Baixo Mondego, de 1986 a 1988;
- Técnico do IFADAP, de 1981 a 1986.

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Universidade de Coimbra, de 1976 a 1981.

Outras Distinções Obtidas:

Portugal

- Comendador da Ordem do Infante D. Henrique;
- Comendador da Confraria de Saberes e Sabores da Beira – Grão Vasco.

JOSÉ FERNANDO MAIA DE ARAÚJO E SILVA

Data de Nascimento: 15 de abril de 1951

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde janeiro de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Imobiliária, SA;
- Vogal do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Totta de Angola, SA, desde julho de 2009;
- Vogal não executivo do Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, desde maio de 2009;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, SA, desde março de 2009;
- Vogal do Conselho de Administração da EDP Renováveis, SA, desde junho de 2008;

- Presidente do Conselho de Administração da LOCARENT – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA, desde maio de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da IMOCAIXA – Gestão Imobiliárias, SA, desde fevereiro 2008;
- Presidente do Conselho de Administração do SOGRUPO IV – Gestão de Imóveis, ACE, desde fevereiro de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA, desde fevereiro de 2008;
- Vogal do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações, desde janeiro de 2008.

Cargos que Exerceu:

- Vogal do Conselho de Administração da USP Hospitales, SL, de dezembro de 2008 a junho de 2009;
- Administrador da Corticeira Amorim, SGPS e membro da sua Comissão Executiva, de 2002 a 2007;
- Vice-presidente da Sonae Indústria, SGPS, SA, de 1999 a 2002;
- Administrador da Spred SGPS, SA (Grupo Sonae), de 1998 a 1999;
- Administrador executivo da Sonae Participações Financeiras, SGPS, SA, *sub-holding* para o negócio do Retalho de Serviços Financeiros que tinha no seu portefólio: Corretagem de Seguros e Gestão de Riscos – MDS; crédito ao consumo – Pensinsular SFAC, em parceria com o Banco Pastor; crédito automóvel e gestão de Frotas – Finlog e Retalho de Serviços Financeiros – Banco Universo e cartão viva Universo, de 1996 a 1998;
- Administrador executivo da Tafisa, SA (Espanha) – residente em Madrid (Grupo Sonae), de 1993 a 1996;
- Coordenação Financeira da Sonae Investimentos, SGPS, de 1991 a 1993;
- Coordenação Financeira e de Controlo de Gestão da Área Indústria (Grupo Sonae), de 1989 a 1990;
- Administrador da Soserfin – Sociedade Internacional de Serviços Financeiros – Porto, de 1987 a 1988;
- Diretor do Departamento Internacional (Porto) do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, de 1983 a 1986;
- Técnico a tempo parcial, na Comissão de Coordenação da Região Norte, em temas de elaboração de projetos de desenvolvimento regional Profissão Liberal em PME / Atividade de Consultadoria, de 1980 a 1983.

Cargos Académicos:

- Professor convidado, responsável pela cadeira de "Gestão Financeira Internacional" do 5º ano da licenciatura em Gestão na Universidade Católica do Porto e corresponsável pelo curso de "Projeto Aplicado em Gestão Internacional", desde 1991;
- Responsável da cadeira de "Gestão Financeira Internacional" no curso de pós-graduação de Analistas Financeiros, organizado no Porto – Faculdade de Economia, pela Organização Internacional de Analistas Financeiros, de 1987 a 1988;
- Assistente na Faculdade de Economia do Porto, de 1975 a 1984.

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia, da Universidade do Porto, em 1974;
- Formação especializada em Paris (Universidade de Paris IX, Dauphine) e Londres (Midland Bank: *International Banker's Course*), entre 1982 e 1984.

PEDRO MANUEL DE OLIVEIRA CARDOSO

Data de Nascimento: 2 de julho de 1965

Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde janeiro de 2008;
- Vice-presidente do Conselho de Administração do BNU Macau, desde julho de 2010;
- Vogal do Conselho de Administração do Banco Efisa, SA, desde novembro de 2009;
- Vogal do Conselho de Administração do BPN – Banco Português de Negócios, SA, desde novembro de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da CAIXA – Gestão de Ativos, SGPS, SA, desde fevereiro de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração do SOGRUPO – Compras e Serviços Partilhados, ACE, desde fevereiro de 2008.

Cargos que Exerceu:

- Vogal do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral (Espanha), de 2005 a 2008;
- Administrador executivo do Banco BEST, de 2004 a 2005;
- Diretor-central-adjunto da Direção de Mercado de Capitais-Rendimento Fixo no BCP Investimento e membro da Alta Direção do Banco Comercial Português, de 2000 a 2004;
- Administrador da BCP Dealer, de 1999 a 2000;
- Presidente da CISF Securities, Corretora do Grupo BCP sediada em Nova Iorque, de 1997 a 1999;
- Diretor-geral-adjunto na Sucursal do Banco Português do Atlântico em Nova Iorque, de 1996 a 1999;
- Diretor e responsável pela Direção de Planeamento e Marketing do Banco Cisf, de 1995 a 1996;
- Diretor-adjunto na Direção de Mercado de Capitais do Banco Cisf, de 1993 a 1995;
- Subdiretor da Direção Internacional do Banco Comercial Português, de 1989 a 1993;
- Técnico na Direção Internacional do Banco Pinto & Sotto Mayor, de 1988 a 1989.

Habilitações Académicas:

- MBA em Finanças pela Universidade Católica Portuguesa, de 1991 a 1993;
- Pós-graduação em Actuariado pela Universidade Católica Portuguesa, em 1989;
- Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, de 1983 a 1988.

ANEXO II – Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais da CGD

INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL DA CGD REFERENTE A 2011

(EUR)

Presidente	Vice-presidente	Secretário
-	698,32	-

INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CGD REFERENTE A 2011

Mandato I (que terminou a 22 de julho de 2011)

(EUR)

	Presidente Faria de Oliveira	Vice-pres. Francisco Bandeira	Vogal Norberto Rosa	Vogal Rodolfo Lavrador	Vogal Araújo e Silva	Vogal Jorge Tomé	Vogal Pedro Cardoso	Total
1. Remuneração								
1.1. Remuneração-base Anual / Fixa								
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010								
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010								
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1. - 1.2. - 1.3.)	181 260,00	163 702,35	126 885,60	126 885,60	135 706,76	126 885,60	126 885,60	988 211,51
1.5. Senha de presença								
1.6. Acumulação de funções de gestão (1)		34 666,38	25 377,12				25 377,12	85 420,62
1.7. Remuneração variável								
1.8. IHT								
1.9. Outras (identificar detalhadamente)								
2. Outras regalias e compensações								
2.1. *Plafond* Anual em comunicações móveis (2)								
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (3)	2 675,97	2 831,81	1 138,42	16 233,67	387,04	2 236,81	1 753,14	27 256,86
2.3. Subsídio de refeição	1 531,80	1 631,70	1 498,50	1 332,00	1 609,50	1 631,70	1 587,30	10 822,50
2.4. Outros (identificar detalhadamente) (4)		167,77		354,67		117,37	234,73	874,54
3. Encargos com benefícios sociais								
3.1. Regime de Proteção Social	6 600,16 (5)	11 078,64 (6)	49 620,45 (7)	12 239,42 (6)	9 190,98 (8)	13 008,12 (6)	12 274,24 (6)	114 012,01
3.2. Seguros de saúde								
3.3. Seguros de vida								
3.4. Seguros de Acidentes Pessoais								
3.5. Outros (identificar detalhadamente)								
4. Parque Automóvel								
4.1. Marca	Mercedes-Benz	Mercedes-Benz	Mercedes-Benz	Audi	Lexus	Mercedes-Benz	Audi	
4.2. Modelo	S 320 CDI	S 350 Blue Tec	S 320 CDI	A6 3.0 AllRoad	GS 450	E 350 CDI	A6 3.0 AllRoad	
4.3. Modalidade de Utilização (Aquisição/ ALD/ *Renting*/ *Leasing*)	*Renting*	*Renting*	*Renting*	*Renting*	*Renting*	*Renting*	*Renting*	
4.4. Ano Início	2008	2010	2008	2008	2008	2010	2008	
4.5. Ano Termo	(9)	2013	(10)	(11)	2011	2013	(12)	

(EUR)

	Presidente Faria de Oliveira	Vice-pres. Francisco Bandeira	Vogal Norberto Rosa	Vogal Rodolfo Lavrador	Vogal Araújo e Silva	Vogal Jorge Tomé	Vogal Pedro Cardoso	Total
4.6. Valor da renda média mensal da viatura de serviço	1 948,26	2 169,28	1 783,68	1 544,53	1 495,11	1 552,06	1 476,74	
4.7. Valor das renda/prestação anual da viatura de serviço	13 118,30	14 606,48	12 010,12	10 399,81	10 067,09	10 450,54	9 943,37	80 595,71
4.8. Nº de meses a que o valor total das rendas pagas com a viatura de serviço diz respeito	7	7	7	7	7	7	7	
4.9. Valor do combustível gasto com a viatura	2 981,45	5 409,01	1 315,73	1 551,93	3 239,22	1 394,56	2 796,02	18 687,92
4.10. Nº de meses a que o valor do combustível gasto com a viatura de serviço diz respeito	7	7	7	7	7	7	7	
4.11. *Plafond* anual de combustível atribuído (13)								
4.12. Outros (identificar detalhadamente)								
5. Informações Adicionais								
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	
5.2. Remuneração Ilíquida Anual pelo lugar de origem								
5.3 Regime de Proteção social								
5.3.1. Segurança Social (s/n)	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	
5.3.2. Outro (indicar)		CGA / Fundo Pensões	F.Pensões B.Portugal/Seg. Social	CGA / Fundo Pensões		CGA / Fundo Pensões	CGA / Fundo Pensões	
5.4. Exercício de funções remuneradas fora Grupo (s/n)	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	
5.5. Outras (identificar detalhadamente)								

(1) Funções na Administração do BPN;
(2) Não se encontra estabelecido nenhum *plafond* anual para comunicações móveis;
(3) O valor diz respeito ao custo com telemóveis e placas;
(4) O valor diz respeito a subsídios de estudo;
(5) O valor diz respeito às contribuições a cargo da CGD para a Segurança Social, de acordo com os regimes e taxas legalmente previstos para os membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas e pensionistas em atividade;
(6) O valor diz respeito às contribuições a cargo da CGD para a Caixa Geral de Aposentações/ Fundo de Pensões da CGD, que é o regime de previdência aplicável aos empregados da Instituição, de acordo com as taxas determinadas anualmente em função dos estudos atuariais;
(7) O valor diz respeito às contribuições a cargo da CGD para a Segurança Social e para o Fundo de Pensões do Banco de Portugal, que constituem o regime de previdência do lugar de origem, de acordo com as taxas legalmente previstas;
(8) O valor diz respeito às contribuições a cargo da CGD para a Segurança Social, de acordo com o regime e taxas legalmente previstos para os membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas;
(9) O contrato tinha prazo inicial de termo em 2011, encontrando-se em prolongamento;
(10) O contrato tinha prazo inicial de termo em 2011, tendo sido prolongado até fevereiro de 2012;
(11) O contrato tinha prazo inicial de termo em 2011, tendo sido prolongado até à sua substituição em fevereiro de 2012;
(12) O contrato tinha prazo inicial de termo em 2011, tendo sido prolongado para utilização da CGD, até fevereiro de 2012;
(13) Não se encontra estabelecido nenhum *plafond* anual para combustível.

Mandato II (que teve início a 23 de julho de 2011)

(Inclui os membros da Comissão de Auditoria, cuja informação é apresentada no quadro seguinte)

(EUR)

	Presidente CA Faria de Oliveira	Presidente CE José Agostinho Matos	Vice-presidente Nogueira Leite	Vice-presidente Norberto Rosa	Vogal Jorge Tomé	Vogal Rodolfo Lavrador	Vogal Pedro Cardoso (1)	Vogal Nuno Fernandes Thomaz	Total
1. Remuneração									
1.1. Remuneração-base Anual / Fixa									
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010									
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010									
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1. - 1.2. - 1.3.)	100 024,36	119 339,10	83 539,75	81 835,15	81 571,82	81 571,82	81 835,15	83 539,75	713 256,90
1.5. Senha de presença									

(EUR)

	Presidente CA Faria de Oliveira	Presidente CE José Agostinho Matos	Vice-presidente Nogueira Leite	Vice-presidente Norberto Rosa	Vogal Jorge Tomé	Vogal Rodolfo Lavrador	Vogal Pedro Cardoso [1]	Vogal Nuno Fernandes Thomaz	Total
1.6. Acumulação de funções de gestão (2)				16 051,03			16 051,03		32 102,06
1.7. Remuneração variável									
1.8. IHT									
1.9. Outras (identificar detalhadamente)									
2. Outras regalias e compensações									
2.1. *Plafond* Anual em comunicações móveis (3)									
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (4)	635,40	1 111,68	2 448,34	619,29	686,55	12 618,34	30 021,08	2 484,81	50 625,49
2.3. Subsídio de refeição	865,80	1 110,00	1 110,00	1 132,20	1 154,40	577,20	455,10	1 054,50	7 459,20
2.4. Outros (identificar detalhadamente) (5)			95,90		98,89	269,73	33,54	424,20	922,26
3. Encargos com benefícios sociais									
3.1. Regime de Proteção Social	5 775,14 (6)	39 614,83 (7)	9 087,73 (8)	34 891,26 (7)	11 387,18 (9)	10 716,37 (9)	10 745,04 (9)	9 087,73 (8)	131 305,28
3.2. Seguros de saúde									
3.3. Seguros de vida									
3.4. Seguros de Acidentes Pessoais									
3.5. Outros (identificar detalhadamente)									
4. Parque Automóvel									
4.1. Marca	Mercedes-Benz	BMW	Audi	Mercedes-Benz	Mercedes-Benz	Audi	Audi	Mercedes-Benz	
4.2. Modelo	S 320 CDI	535d Auto	A7 Sportback 3.0T	S 320 CDI	E 350 CDI	A6 3.0 AllRoad	A6 3.0 AllRoad	E 250 CDI	
4.3. Modalidade de Utilização (Aquisição/ ALD / *Renting* / *Leasing*)	*Renting*	*Renting*	*Renting*	*Renting*	*Renting*	*Renting*	*Renting*	*Renting*	
4.4. Ano Início	2008	2011	2011	2008	2010	2008	2008	2011	
4.5. Ano Termo	(10)	2014	2014	(11)	2013	(12)	(13)	2014	
4.6. Valor da renda média mensal da viatura de serviço	1 929,45	1 266,30	1 305,45	1 832,17	1 567,00	1 507,07	1 613,84	1 198,16	
4.7. Valor das renda/prestação anual da viatura de serviço	10 161,75	2 532,61	5 004,23	9 649,44	8 252,88	7 937,24	8 499,54	1 198,16	53 235,85
4.8. Nº de meses a que o valor total das rendas pagas com a viatura de serviço diz respeito	5	2	4	5	5	5	5	1	
4.9. Valor do combustível gasto com a viatura	2 463,86	286,41	2 149,85	1 250,60	1 555,18	1 524,07	924,44	150,57	10 304,98
4.10. Nº de meses a que o valor do combustível gasto com a viatura de serviço diz respeito	5	2	4	5	5	5	5	1	
4.11. *Plafond* anual de combustível atribuído (14)									
4.12. Outros (identificar detalhadamente)									

(EUR)

	Presidente CA Faria de Oliveira	Presidente CE José Agostinho Matos	Vice-presidente Nogueira Leite	Vice-presidente Norberto Rosa	Vogal Jorge Tomé	Vogal Rodolfo Lavrador	Vogal Pedro Cardoso [1]	Vogal Nuno Fernandes Thomaz	Total
5. Informações Adicionais									
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	
5.2. Remuneração Ilíquida Anual pelo lugar de origem									
5.3 Regime de Proteção social									
5.3.1. Segurança Social (s/n)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	
5.3.2. Outro (indicar)		F.Pensões B.Portugal / Seg.Social		F.Pensões B.Portugal / Seg.Social	CGA/ Fundo Pensões	CGA/ Fundo Pensões	CGA/ Fundo Pensões		
5.4. Exercício de funções remuneradas fora Grupo (s/n)	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	
5.5. Outras (identificar detalhadamente)									

[1] Em acumulação de funções com a Presidência da Comissão Executiva do BNU Macau, desde agosto de 2011;
[2] Funções na Administração do BPN;
[3] Não se encontra estabelecido nenhum *plafond* anual para comunicações móveis;
[4] O valor diz respeito ao custo com telemóveis e placas;
[5] O valor diz respeito a subsídios de estudo;
[6] O valor diz respeito às contribuições a cargo da CGD para a Segurança Social, de acordo com os regimes e taxas legalmente previstos para os membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas e pensionistas em atividade;
[7] O valor diz respeito às contribuições a cargo da CGD para a Segurança Social e para o Fundo de Pensões do Banco de Portugal, que constituem o regime de previdência do lugar de origem, de acordo com as taxas legalmente previstas;
[8] O valor diz respeito às contribuições a cargo da CGD para a Segurança Social, de acordo com o regime e taxas legalmente previstos para os membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas;
[9] O valor diz respeito às contribuições a cargo da CGD para a Caixa Geral de Aposentações / Fundo de Pensões da CGD, que é o regime de previdência aplicável aos empregados da Instituição, de acordo com as taxas determinadas anualmente em função dos estudos atuariais;
[10] O contrato tinha prazo inicial de termo em 2011, encontrando-se em prolongamento;
[11] O contrato tinha prazo inicial de termo em 2011, tendo sido prolongado até fevereiro de 2012;
[12] O contrato tinha prazo inicial de termo em 2011, tendo sido prolongado até à sua substituição em fevereiro de 2012;
[13] O contrato tinha prazo inicial de termo em 2011, tendo sido prolongado para utilização da CGD até fevereiro de 2012;
[14] Não se encontra estabelecido nenhum *plafond* anual para combustível.

INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA REFERENTE A 2011

(cujo mandato teve início a 23 de julho de 2011)

(EUR)

	Presidente Hintze Ferreira	Vogal Álvaro Nascimento	Vogal Pedro Rebelo de Sousa	Total
1. Remuneração				
1.1. Remuneração-base Anual / Fixa				
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010				
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010				
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1. - 1.2. - 1.3.)	23 305,59	17 900,85	17 900,85	59 107,29
1.5. Senha de presença				
1.6. Acumulação de funções de gestão				
1.7. Remuneração variável				
1.8. IHT				
1.9. Outras (identificar detalhadamente)				
2. Outras regalias e compensações				
2.1. *Plafond* Anual em comunicações móveis				
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis				
2.3. Subsídio de refeição				
2.4. Outros (identificar detalhadamente) (1)		1 568,36		1 568,36
3. Encargos com benefícios sociais				
3.1. Regime de Proteção Social	5 512,94	4 243,99	4 220,30	13 977,23
3.2. Seguros de saúde				
3.3. Seguros de vida				
3.4. Seguros de Acidentes Pessoais				
3.5. Outros (identificar detalhadamente)				

(EUR)

	Presidente Hintze Ferreira	Vogal Álvaro Nascimento	Vogal Pedro Rebelo de Sousa	Total
4. Parque Automóvel				
4.1. Marca				
4.2. Modelo				
4.3. Modalidade de Utilização (Aquisição / ALD / *Renting* / *Leasing*)				
4.4. Ano Início				
4.5. Ano Termo				
4.6. Valor da renda média mensal da viatura de serviço				
4.7. Valor das renda / prestação anual da viatura de serviço				
4.8. Nº de meses a que o valor total das rendas pagas com a viatura de serviço diz respeito				
4.9. Valor do combustível gasto com a viatura				
4.10. Nº de meses a que o valor do combustível gasto com a viatura de serviço diz respeito				
4.11. *Plafond* anual de combustível atribuído				
4.12. Outros (identificar detalhadamente)				
5. Informações Adicionais				
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Não	Não	Não	
5.2. Remuneração Ilíquida anual pelo lugar de origem				
5.3 Regime de Proteção social				
5.3.1. Segurança Social (s/n)	Sim	Sim	Sim	
5.3.2. Outro (indicar)				
5.4. Exercício de funções remuneradas fora Grupo (s/n)				
5.5. Outras (identificar detalhadamente)				

(1) Encargos do ano com deslocações.

INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL REFERENTE A 2011

(cujo mandato terminou a 22 de julho de 2011)

(EUR)

	Presidente Hintze Ferreira	Vogal Maria Rosa Sá	Vogal Pedro Felício	Total
1. Remuneração				
1.1. Remuneração-base Anual / Fixa				
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010				
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010				
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1. - 1.2. - 1.3.)	36 252,00	30 063,14	0,00	66 315,14
1.5. Senha de presença				
1.6. Acumulação de funções de gestão				
1.7. Remuneração variável				
1.8. IHT				
1.9. Outras (identificar detalhadamente)				
2. Outras regalias e compensações				
2.1. *Plafond* Anual em comunicações móveis				
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis				
2.3. Subsídio de refeição				
2.4. Outros (identificar detalhadamente)				
3. Encargos com benefícios sociais				
3.1. Regime de Proteção Social	7 359,12	0,00	0,00	7 359,12
3.2. Seguros de saúde				
3.3. Seguros de vida				
3.4. Seguros de Acidentes Pessoais				
3.5. Outros (identificar detalhadamente)				
4. Parque Automóvel				
4.1. Marca				
4.2. Modelo				
4.3. Modalidade de Utilização (Aquisição / ALD / *Renting* / *Leasing*)				
4.4. Ano Início				

(EUR)

	Presidente Hintze Ferreira	Vogal Maria Rosa Sá	Vogal Pedro Felício	Total
4.5. Ano Termo				
4.6. Valor da renda média mensal da viatura de serviço				
4.7. Valor das renda / prestação anual da viatura de serviço				
4.8. Nº de meses a que o valor total das rendas pagas com a viatura de serviço diz respeito				
4.9. Valor do combustível gasto com a viatura				
4.10. Nº de meses a que o valor do combustível gasto com a viatura de serviço diz respeito				
4.11. *Plafond* anual de combustível atribuído				
4.12. Outros (identificar detalhadamente)				
5. Informações Adicionais				
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Não	Não	Não	
5.2. Remuneração Ilíquida Anual pelo lugar de origem				
5.3 Regime de Proteção social				
5.3.1. Segurança Social (s/n)	Sim	Não	Não	
5.3.2.Outro (indicar)		CGA [1]	CGA [1]	
5.4. Exercício de funções remuneradas fora Grupo (s/n)				
5.5. Outras (identificar detalhadamente)				

[1] Prestações asseguradas pelo cargo de origem.

EUROPA

ALEMANHA
CGD – Escritório de Representação

BÉLGICA
CGD – Escritório de Representação

ESPANHA
Banco Caixa Geral
Caixa-Banco de Investimento – Sucursal
CGD – Sucursal de Espanha
Fidelidade Mundial – Sucursal

FRANÇA
CGD – Sucursal de França
Fidelidade Mundial – Sucursal
Império Bonança – Sucursal

LUXEMBURGO
CGD – Sucursal do Luxemburgo
Fidelidade Mundial – Sucursal
Império Bonança – Sucursal

REINO UNIDO
CGD – Sucursal de Londres

SUÍÇA
CGD – Escritório de Representação
BCG – Escritório de Representação

ILHA DA MADEIRA
Sucursal Financeira Exterior

4

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

4. Cumprimento das Orientações Legais

4.1. Cumprimento das Orientações Legais Relativas aos Objetivos de Gestão

O acionista único da CGD, o Estado Português, não estabeleceu orientações nem objetivos de gestão para o exercício de 2011, previstos no artº 11º, do DL 300/2007, de 23 de agosto.

4.2. Cumprimento das Orientações Legais Relativas aos Deveres Especiais de Informação à DGTF e à IGF

A Caixa Geral de Depósitos cumpre os deveres especiais de informação a que está sujeita, nos termos do Despacho nº 14 277/2008, de 23 de maio, relativo, designadamente, ao reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e à Inspeção-Geral de Finanças (IGF). Deste modo, a CGD tem promovido o envio de informação regular a ambas as entidades, utilizando, entre outros meios, o Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

4.2.1. PLANOS DE ATIVIDADES E ORÇAMENTOS ANUAIS

A CGD promoveu a divulgação do Plano de Atividades e Orçamento Anual diretamente junto do Senhor Ministro das Finanças e inseriu no SIRIEF os Planos de Redução de Custos / Gastos Operacionais para 2011, tanto na perspetiva individual, como na consolidada.

4.2.2. PLANOS DE INVESTIMENTO

A CGD não tem remetido, às entidades em causa, planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento, por se entender que o detalhe exigido não se coaduna quer com a natureza da atividade desenvolvida pelo Grupo, quer com a respetiva dimensão e complexidade.

4.2.3. RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O Conselho Fiscal enviou trimestralmente ao Ministério das Finanças um relatório sobre os controlos efetuados, as anomalias e os principais desvios relativamente às previsões eventualmente detetados, nos termos do disposto no artigo 6º, número 2, do Decreto-Lei nº 287/93, de 20 de agosto.

4.2.4. CÓPIAS DAS ATAS DAS ASSEMBLEIAS-GERAIS

A CGD remeteu, a 16 de junho de 2011, cópia da ata de reunião da Assembleia-Geral ao Senhor Diretor Geral do Tesouro e Finanças, nos termos do ofício circular relativo a instruções sobre o processo de prestação de contas referentes a 2010.

4.3. Cumprimento das Recomendações do Acionista, Diligências e Resultados Obtidos

Aquando da aprovação das contas do exercício de 2010, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional.

4.4. Cumprimento das Orientações Relativas às Remunerações

4.4.1. ÓRGÃOS SOCIAIS

A CGD cumpriu com o determinado no Despacho de 25 de março de 2010, do Ministro de Estado e das Finanças, comunicado através de ofício circular nº 2590, de 26 de março de 2010, não tendo atribuído prémio de gestão em 2011 aos membros do órgão de administração.

A CGD cumpriu integralmente o previsto no Artigo 12º, da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, tendo as remunerações mensais ilíquidas de todos os membros do Conselho de Administração da CGD sido reduzidas em 5%.

Neste âmbito, é de salientar que, desde janeiro de 2011, a CGD aplicou, também, a todos os membros do Conselho de Administração, a redução de 10% sobre as remunerações mensais ilíquidas, no cumprimento da alíena c), do nº 1, e da alínea q), do nº 9, do Artigo 19º, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro.

4.4.2. COLABORADORES

Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (LOE 2011), a CGD efetuou as devidas reduções remuneratórias com as adaptações justificadas pela sua natureza empresarial e devidamente autorizadas pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças.

4.5. Cumprimento das Orientações Relativas às Normas de Contratação Pública

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à CGD, nem às Sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de Grupo.

No entanto, a CGD possui um contrato de mandato com a sua Agrupada, Sogrupo Compras e Serviços Partilhados, Agrupamento Complementar de Empresas (SCSP), que tem por missão prestar serviços relacionados com a gestão de recursos humanos, negociação e gestão de meios (bens e serviços), na ótica de unidade de serviço partilhado para o Grupo CGD, centralizando as atividades e processos comuns, procurando, através de economias de escala e do conhecimento, potenciar a redução de custos, maximizar a produtividade e melhorar a qualidade do serviço prestado.

O SCSP possui procedimentos transparentes relativos aos Contratos de Prestação de Serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia. Os procedimentos adotados pelo SCSP nesta matéria, quer para a própria empresa, quer nas situações em que atua por conta e ordem das suas Agrupadas, podem ser consultados no ponto 3.4.1., do Relatório sobre o Governo da Sociedade, que incide sobre os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços.

O SCSP promove a avaliação dos resultados obtidos pelos procedimentos adotados, quer para a

sua própria Empresa, que em situações em que atua por conta e ordem das suas Agrupadas, através da classificação dos resultados de acordo com um conjunto de pressupostos pré-acordados, em paralelo com a avaliação do prestador de serviços, que inclui a análise e justificação de eventuais desvios ocorridos nos serviços prestados, quer em termos de tempo, custo e qualidade dos serviços.

4.6. Implementação de Medidas de Racionalização de Política de Aprovisionamento de Bens e Serviços

A CGD, embora não tenha aderido ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), promoveu a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços, através do SCSP, cuja atividade está sujeita a um conjunto de regulamentos internos e externos que se aproximam dos procedimentos adotados no SNCP.

Assim, o SCSP, está sujeito às normas legais relativas às sociedades comerciais, nomeadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do estatuto de Agrupamento Complementar de Empresas, bem como aos Estatutos da Sociedade, que foram atualizados em 8 de maio de 2009.

Na prestação de serviços específicos à CGD, o SCSP rege-se por um contrato de mandato celebrado com aquela Agrupada, bem como pelos normativos respeitantes a essas tarefas ou serviços que se encontram em vigor naquela entidade.

Os aspetos mais relevantes do funcionamento da empresa e do exercício da sua atividade, designadamente ao nível da transparência dos procedimentos seguidos pelo SCSP, na aquisição de bens e serviços, bem como na prevenção do branqueamento de capitais, estão consignados em documentos específicos, que foram divulgados internamente.

A atividade da empresa é orientada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontologia e boas práticas. Para monitorizar esse cumprimento, nomeadamente no âmbito dos serviços prestados à agrupada CGD, é utilizado o sistema de controlo interno existente nesta entidade.

4.7. Cumprimento das Orientações Relativas ao Plano de Redução de Custos Definido para 2011

A CGD submeteu o seu Plano de Redução dos Outros Gastos Administrativos através das suas cartas 19/11–SGE, de 26/01/2011, e 79/11-SGE, de 26/05/2011, endereçadas ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, o qual respeita a metodologia e os princípios acordados previamente.

Considerando essa metodologia, a redução efetiva decorrente das medidas tomadas no seio do Grupo CGD corresponde a cerca de 77,3 milhões, representando uma diminuição de 20,6% face à base comparável de 2009.

4.8. Quadro-Resumo do Cumprimento das Orientações Legais

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão					
Objectivo de Gestão			X	Não aplicável	
Deveres Especiais de Informação					
Planos de actividades anuais e plurianuais	X				
Orçamentos anuais	X				
Planos de investimentos anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento			X	Não aplicável	
Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização	X				
Cópia das actas das Assembleias Gerais	X				
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação			X	Não aplicável	
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	X				
Órgãos sociais – redução remuneratória nos termos do art.º 19º, da Lei 55-A/2010	X			200 900,28	
Órgãos Sociais – redução de 5% por aplicação artigo 12º, da Lei n.º 12-A/2010	X			105 696,50	
Auditor Externo – redução remuneratória nos termos do artº 22º, da Lei 55-A/2010					
Restantes trabalhadores – redução remuneratória nos termos do art.º 19º, da Lei 55-A/2010	X			24 030 472,65 [a]	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública			X	Não aplicável	
Normas de contratação pública pelas participadas			X	Não aplicável	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			X	Não aplicável	
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal					A diminuição dos custos do Grupo CGD corresponde a cerca de 77,3 milhões, representando uma diminuição de 20,6% face à base comparável, nos termos descritos nas n/cartas 19/11–SGE de 26/01/2011 e 79/11-SGE de 26/05/2011, endereçadas ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
Fornecimentos e Serviços Externos	X			137%	

(a) Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (LOE 2011), a CGD efectuou as devidas reduções remuneratórias com as adaptações justificadas pela sua natureza empresarial e devidamente autorizadas pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças.

Extrato da Ata da Reunião da Assembleia-Geral Anual da Caixa Geral de Depósitos, SA

O texto infra corresponde ao extrato da Ata da Assembleia-Geral da CGD, SA n.º 1/12, de 15 de maio de 2012, que deliberou sobre o Relatório e Contas da CGD, SA do exercício de 2011 e a Proposta de Aplicação de Resultados, o qual se transcreve seguidamente:

«... Verificando não haver mais intervenções sobre este ponto, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral deu a palavra à Senhora representante do Estado, que votou favoravelmente a aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício de 2011, da atividade individual e consolidada, atentas as ênfases expressas nas Certificações Legais das Contas Individuais e Consolidadas.

Passou-se seguidamente ao segundo ponto da Ordem do Dia, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral lido a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Posta à votação, a Senhora representante do Estado propôs e votou favoravelmente a proposta do Conselho de Administração, de que, nos termos do artigo 66º, nº 5, alínea f), e do artigo 376º, do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 26º, dos Estatutos da Caixa Geral de Depósitos, o prejuízo apurado no exercício respeitante à atividade individual da CGD, no montante de EUR 316 255 089,00, seja integrado na rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" do Balanço.

Sobre o terceiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora representante do Estado manifestou votos de confiança no Conselho de Administração, nos órgãos de fiscalização e em cada um dos seus membros.

Passou-se então ao quarto ponto da Ordem do Dia, relativamente ao qual a Senhora representante do Estado propôs e votou favoravelmente que a deliberação sobre a declaração sobre política remuneratória dos membros dos órgãos sociais seja tomada quando for possível definir integralmente o estatuto remuneratório dos membros executivos do Conselho de Administração.

...»

CONTACTOS
Tel. (351) 21 795 30 00
Fax (351) 21 790 50 50
cgd@cgd.pt
www.cgd.pt

DIREÇÃO DE COMUNICAÇÃO
Tel. (351) 21 790 50 03
Fax (351) 21 790 50 53
dcm@cgd.pt

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA
Sede Social: Av. João XXI, 63
1000-300 LISBOA
Capital Social: 5 150 000 000 euros
Conserv. Reg. Comercial de LISBOA
Matrícula n.º 2900/930902
N.P. Colectiva 500 960 046
N.º Depósito Legal: 87005/95
ISSN: 0873-027X
***Design* e paginação:** Brandscape, Lda

Este Relatório e Contas 2011 é carbono zero.
As emissões de gases com efeito de estufa geradas pela sua produção são compensadas.